

Adalberto Floriano Greco Martins

expressão  
POPULAR



da Colônia ao governo Bolsonaro

# A QUESTÃO 10 AGRÁRIA NO BRASIL

# A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA

*da Colônia ao governo Bolsonaro*



Adalberto Floriano Greco Martins (Pardal)

A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA  
*da Colônia ao governo Bolsonaro*

1ª edição

EDITORA  
EXPRESSÃO POPULAR

São Paulo – 2022

Copyright © 2022 by Editora Expressão Popular

Produção editorial: Miguel Yoshida  
Preparação de texto: Cecília Luedemann  
Revisão: Aline Piva e Lia Urbini  
Projeto gráfico e diagramação: *ZAP Design*  
Capa: *Marcos Cartum*  
Impressão e acabamento: *Paym*

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

M386q Martins, Adalberto Floriano Greco  
A questão agrária brasileira: da Colônia ao governo  
Bolsonaro / Adalberto Floriano Greco Martins -- 1.ed.—São  
Paulo : Expressão Popular, 2022.  
391 p.

ISBN 978-65-5891-056-5

1. Questão Agrária – Brasil. 2. Questão agrária –  
Governo Bolsonaro - Brasil. 3. Questão agrária – Brasil –  
Colônia. I. Título.

CDU 333.013.6(81)

Catalogação na Publicação: Eliane M. S. Jovanovich - CRB 9/1250

Todos os direitos reservados.  
Nenhuma parte deste livro pode ser utilizada  
ou reproduzida sem a autorização da editora.

1ª edição: abril de 2022

EDITORA EXPRESSÃO POPULAR

Rua Abolição, 197 – Bela Vista  
CEP 01319-010 – São Paulo – SP  
Tel: (11) 3112-0941 / 3105-9500  
livraria@expressaopopular.com.br  
www.expressaopopular.com.br  
f ed.expressaopopular  
@ editoraexpressaopopular

# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	9
I. SÉCULOS XVI A XVIII: O SISTEMA COLONIAL E A <i>PLANTATION</i> .....	13
Os antecedentes à chegada dos portugueses ao Brasil.....	14
O início da colonização portuguesa: a formação da <i>plantation</i> canavieira e a resistência indígena.....	34
O século XVII e a dominação holandesa no Nordeste brasileiro: a crise da <i>plantation</i> canavieira e a resistência negra.....	47
A exploração do ouro nas Minas Gerais e a formação do mercado interno.....	57
Incorporação da região amazônica à colônia portuguesa.....	61
Os cultivadores livres vinculados ao mercado mundial.....	62
A formação da pecuária, a resistência indígena no século XVII e o abastecimento de carne no século XVIII.....	65
A cafeicultura e o processo de acumulação de capital.....	76
Outros monocultivos: a borracha e o cacau.....	80
II. A LEI DE TERRAS, REPÚBLICA VELHA E NOVAS FORMAS DE TRABALHO NA AGRICULTURA.....	83
O colonato.....	92
O morador-agregado.....	94
Surge o assalariamento na agricultura.....	96
Os parceiros e rendeiros.....	97
A peonagem.....	98
A parceria na forma de quarteação.....	99
O sistema barracão.....	99
O surgimento do camponês sertanejo.....	101
A transição colonial para o capitalismo dependente.....	106
III. 1930: A REVOLUÇÃO BURGUESA, O ESTADO NOVO E A AGRICULTURA.....	113
IV. 1945: A REDEMOCRATIZAÇÃO, A INDUSTRIALIZAÇÃO E O PACTO AGRÁRIO.....	129
O nascimento dos movimentos camponeses com consciência de classe....	134

V. 1964-1984: A DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR, A SUBORDINAÇÃO DA AGRICULTURA À INDÚSTRIA E A FORMAÇÃO DO CAPITALISMO MONOPOLISTA DE ESTADO.....	149
Plano de Ação Econômica do Governo (Paeg).....	153
A retomada da mobilização operária entre 1966 e 1968 .....	158
O golpe de 1968, o recrudescimento da ditadura e a resistência armada .....	159
O I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) .....	163
A crise do petróleo na década de 1970 e o II PND .....	170
O capitalismo monopolista de Estado no Brasil .....	178
A modernização “dentro da fazenda” e a Revolução Verde .....	183
A Amazônia Legal, a expansão da fronteira agrícola e o mercado de terras no Brasil .....	206
A modernização da agroindústria .....	216
A subordinação da agricultura à indústria: síntese do domínio do grande capital no campo .....	223
Contradições da “modernização conservadora” da agricultura .....	227
Década de 1980: A crise econômica do modelo de capitalismo dependente .....	234
VI. 1984: A LUTA PELA REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL E A NOVA REPÚBLICA.....	237
A retomada da luta no campo.....	246
A crítica ambiental ao modelo agrícola capitalista .....	251
VII. 1989: A DERROTA DO PROJETO DEMOCRÁTICO E O INÍCIO DO NEOLIBERALISMO.....	257
VIII. 2003: GOVERNO LULA, A CONCILIAÇÃO DE CLASSES, O NEODESENVOLVIMENTISMO E A REFORMA AGRÁRIA.....	279
A política agrária do governo Lula, os Fóruns Sociais Mundiais e a luta do MST .....	280
Impactos do modelo agronegócio na agricultura brasileira.....	296
IX. GOVERNO DILMA-TEMER, A CRISE ECONÔMICA E O GOLPE.....	317
A ofensiva da direita e o empenho do MST pelo Lula Livre .....	330
X. 2019: O GOVERNO NEOFASCISTA DE BOLSONARO E A REGRESSÃO SOCIAL.....	335
Bolsonaro e a política agrária e ambiental.....	355
A luta popular e o MST nos dois primeiros anos de governo Bolsonaro .....	364
CONCLUSÃO: O MST E O CONTEXTO POLÍTICO BRASILEIRO .....	373
REFERÊNCIAS.....	381
SOBRE O AUTOR.....	391

À pequena Bibi  
(sempre com seu largo sorriso);

A Ana Leite, uma guerreira  
(em memória)



## APRESENTAÇÃO

Esse livro tem como objetivo reunir a história brasileira dos regimes fundiários e das relações sociais de produção no campo brasileiro. É um esforço de síntese, de caráter introdutório, com base em diversas obras que se dedicaram a esclarecer a complexidade da realidade social do país, desde a Colônia até o momento atual do capitalismo financeiro.

Ainda que muito mais atenta ao relato de fatos e às diversidades históricas, essa obra segue uma ordem cronológica, o que a torna menos analítica, mas não isenta o autor de sua posição histórico-política.

Sem querer ser eclético, mas na tentativa de ilustrar a diversidade dos fatos em nossa história, aparecem nesse texto autores que ao longo de suas trajetórias intelectuais apresentaram interpretações distintas sobre alguns dos períodos aqui tratados.

Informações extraídas de Caio Prado Júnior e Fernando Novais – que compreendem o Brasil Colônia como parte da expansão do mercantilismo europeu, sendo uma engrenagem do processo de acumulação de capital, essencial para o desenvolvimento do

capitalismo industrial – se somam às de Jacob Gorender, Ciro Flamarion Cardoso, Clóvis Moura e Décio Saes, com suas abordagens sobre o modo de produção escravista colonial existente no Brasil Colônia. Interpretações cepalinas, como as de Celso Furtado, enfocando as trocas desiguais entre a periferia e o centro, também são consideradas. Recorre-se ainda à abordagem sociológica e histórica de Florestan Fernandes sobre a transição neocolonial, a desagregação da ordem escravista senhorial e a emergência da ordem social competitiva, chegando na formação do capitalismo dependente no Brasil. O livro também traz autores de uma nova geração de historiadores, como Francisco Carlos Teixeira da Silva e João Luís Fragoso, formada no final da década de 1970, tendo como referência pesquisadores como Maria Yedda Linhares, Ciro Flamarion Cardoso, José Roberto do Amaral Lapa, Manuel Correia de Andrade e Tamás Szmrecsányi, que muito enriqueceram a interpretação sobre o Brasil. Alguns destes pesquisadores mais jovens indicaram, inclusive, a possibilidade de uma acumulação de capital endógena no Brasil Colônia, revelando a complexidade das relações econômicas que se desenvolveram nesse país, e demonstrando que o Brasil foi muito mais do que uma mera *plantation* exportadora, abrindo espaço para o comparecimento do campesinato em nossa história. Para a compreensão da industrialização da agricultura brasileira e o início da sua financeirização no último quartel do século XX, trazemos autores como José Graziano da Silva, Angela Kageyama, Guilherme Delgado e Ariovaldo Umbelino de Oliveira.

Enfim, o texto, ainda que de caráter introdutório, se preocupa em trazer à tona informações de modo geral não presentes na formação da militância social que atua no campo, em especial no MST. Pretende-se, com isto, enriquecer o quadro da formação sócio-histórica brasileira, tendo como pano de fundo o desdobramento dos regimes fundiários e das relações sociais de produção no campo brasileiro. Assim, trata-se de um texto de estudo no

qual comparecem centenas de notas de rodapé complementando as informações e enriquecendo o conhecimento. Apresento desde já as minhas desculpas caso elas sejam consideradas maçantes, mas neste caso parece melhor pecar pelo excesso do que pela falta.

Esse texto foi produto de três iniciativas que se entrecruzaram no ano de 2019, possibilitando reunir os diversos apontamentos por mim realizados nos diferentes processos de formação em que me envolvi ao longo da minha militância no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Estas iniciativas foram a organização do curso “Questão Agrária: cooperação e agroecologia”, promovido pelo MST por meio da plataforma “Formação em Tempos de Corona”; a organização do *Guia de estudo sobre agroecologia*, promovido pelo Setor de Educação do MST; e as sessões de estudo, organizadas pela Cooperativa dos Trabalhadores da Reforma Agrária de Porto Alegre (Cootap), para seus dirigentes, técnicos e funcionários. Durante a pandemia, o texto foi ampliado, incorporando outros elementos e as considerações sobre os dois primeiros anos do governo Bolsonaro.

As versões iniciais contaram também com leitura e observações de outros militantes do MST, em especial dos historiadores Miguel Enrique Stédile, Gerônimo Pereira da Silva e os formadores Geraldo Gasparin e Dayane Mezzonato Machado. A todos, o meu agradecimento.

Espero que esse material atinja a sua finalidade. Um bom estudo.

Porto Alegre, abril de 2021.



## I. SÉCULOS XVI A XVIII: O SISTEMA COLONIAL E A *PLANTATION*

O Brasil foi construído com base na grande fazenda monocultora, voltada para o mercado externo, tendo por base o trabalho escravizado num contexto de expansão do capitalismo comercial europeu, tornando-se parte deste movimento do capital comercial. Essa empresa colonial foi denominada por diversos autores de *plantation* ou plantagem. O regime fundiário que inaugurou essa lógica econômica foi o sistema de capitânicas hereditárias, no qual o donatário (nobre português) articulava e trazia colonos portugueses que, ao chegarem no Brasil, recebiam como doação porções de terra que abrangiam cerca de 13 mil ha (hectares),<sup>1</sup> denominadas de sesmarias.<sup>2</sup> Esse sesmeiro buscava reunir uma

---

<sup>1</sup> As sesmarias na região canavieira tinham um tamanho de *três léguas divididas em quadras*. Cada légua representava 50 quadras e cada quadra, 87 ha. Também havia sesmarias de duas léguas em quadras, totalizando algo próximo a 8.700 ha. Mais adiante, no texto, é possível constatar que, na pecuária sertaneja do Nordeste, havia fazendas com extensões maiores que esta.

<sup>2</sup> A *Lei de Sesmaria de Portugal* foi instituída em 1375, num contexto de escassez de cereais, abandono do trabalho agrícola e carência de gado para as lavouras. Por isso, em Portugal, essa lei tinha um caráter coercitivo para que as pessoas voltassem a

fortuna e obter um título nobilitário no Brasil, para retornar a Portugal e participar da nobreza portuguesa (Linhares e Teixeira da Silva, 1999). Agrega-se a essa mentalidade a ideia corrente naquela época de que o trabalho prático, ou a “lida do campo”, era algo degradante que deveria ser restrito aos escravizados.

Esse regime fundiário, que garantiu a concentração da terra e sobre o qual se estabeleceu o trabalho escravizado, consolidou essa mentalidade social, marcou profundamente a concepção de mundo da classe dominante brasileira, persistindo atualmente a rejeição ao povo que trabalha e consagrando o autoritarismo/mandonismo nas relações de poder e sua propensão ao patrimonialismo parasitando sempre o Estado, seja ele colonial, seja nacional.

## OS ANTECEDENTES À CHEGADA DOS PORTUGUESES AO BRASIL

A expansão marítima portuguesa foi possível uma vez que Portugal foi a primeira região a organizar um Estado nacional no continente europeu, formado em 1140 a partir da expulsão dos muçulmanos que ali dominavam desde o século VIII.<sup>3</sup> Essa formação do Estado nacional foi interrompida em 1383, quando o rei português morreu sem deixar herdeiros e o rei de Castela assumiu o trono de Portugal, o que foi rejeitado em guerra. Os portugueses derrotaram os castelhanos em 1385, na Batalha de Aljubarrota. João de Avis assumiu o trono português com apoio

---

cultivar a terra, sob pena de expropriação, e a limitação da criação de gado às necessidades agrícolas, além de ser compulsório o trabalho agrícola de ociosos e mendigos. Nesta lei, o termo *sesmeiro* indicava um funcionário do Estado que organizava o repasse da terra. No Brasil, o termo passou a indicar aquele que seria o titular da doação e promoveria a colonização mercantil (Ferlini, 2002).

<sup>3</sup> Por volta de 740 d.C., “uma série espetacular de conquistas muçulmanas criou um extenso domínio intercontinental, que se estendia, na geografia de hoje, do Paquistão até o Marrocos, incluindo o sul da França, da Espanha e de Portugal, todo o norte da África e o Oriente Médio” (Gomes, 2019, p. 77).

da burguesia comercial de Lisboa, dando início à Dinastia de Avis (1385 a 1580). A partir de então, Portugal organiza um Exército Nacional, tendo leis centralizadas e um imposto comum, fortalecendo o Estado nascente.

Como o comércio com o Oriente estava bloqueado pela ocupação turca-otomana,<sup>4</sup> Portugal, ainda no século XV, lançou-se ao mar buscando descobrir uma nova rota para o Oriente. Em 1415, conquista a cidade muçulmana de Ceuta, no Marrocos, localizada no Estreito de Gibraltar. Essa conquista marcou a expansão portuguesa que, de Ceuta, ocupou a Ilha da Madeira, em 1419, e os Açores, em 1431. Em 1434, os portugueses ultrapassaram o Cabo Bojador, alcançando a África Ocidental. Em três décadas, os portugueses ocuparam 3.500 km de costa africana, indo de Ceuta a Cabo Verde e à Serra Leoa. Mais tarde, em 1488, o navegador Bartolomeu Dias contornou o Cabo da Boa Esperança (África do Sul), conseguindo abrir um novo caminho para o Oriente e a colonização da costa oriental africana (atuais Moçambique, Tanzânia, Quênia), e, em 1498, o navegador Vasco da Gama descobriu o Caminho das Índias, proporcionando à Coroa portuguesa e a sua burguesia comercial constituir, no

---

<sup>4</sup> Conforme indicado por Amado e Figueiredo (1999, p. 13), “por volta de 1250, as rotas comerciais terrestres entre Europa e Ásia tornaram-se mais movimentadas, envolvendo, na Ásia, principalmente mongóis e árabes, e na Europa, os mercadores das cidades do norte da península Itálica [genoveses e venezianos]. Esse notável fluxo comercial, contudo, sofreu brusca queda a partir do final do século XIII, quando o império mongol se esfacelou. Então, como uma grande onda vinda do Leste asiático, os turcos otomanos se apoderaram de boa parte da Ásia, chegando, dois séculos depois, em 1453, às portas da Europa, ao conquistar a legendária e opulenta cidade de Constantinopla (atual Istambul), no estreito de Bósforo, que separa os continentes asiático e europeu. Bloqueadas as rotas terrestres de comércio, tornou-se urgente, para a Europa, achar caminho alternativo para chegar à Ásia e ao seu fabuloso comércio”.

século XVI, o Império Oriental Português.<sup>5</sup> Em 1536, Portugal contava com uma frota de mais de 300 navios oceânicos, sendo, portanto, uma grande potência naval.

Esta nova rota marítima para o Oriente e a chegada de Colombo no continente americano (1492) colocaram para as duas potências navais da época, Portugal e Espanha, a necessidade de se estabelecer um novo acordo sobre seus domínios no mundo. Estabeleceu-se, assim, em 1494, o Tratado de Tordesilhas, dividindo os territórios recém-descobertos ou a descobrir entre as duas nações. Portugal, nesse tratado, buscou garantir as possíveis conquistas no Oriente, que logo se confirmaram. E, no caso do continente americano, tal tratado incorporou ao domínio português uma imensa porção de terras que começava na cidade de Belém, no Pará, chegando a Laguna, em Santa Catarina. Quando do tratado, Portugal ainda não havia desembarcado em solos brasileiros, e tais cidades ainda não existiam. Esse tratado só foi aprovado pelo Papa Júlio II em 1506.

Ao longo do século XV, e até meados do século XVI, foram se forjando as condições políticas, econômicas e fundiárias que delinearão a ocupação territorial do Brasil. Destacam-se: o Estado português unificado, com forte influência da burguesia comercial; os desenvolvimentos tecnológicos náuticos que permitiram as expedições pelo Atlântico; a construção do Império Oriental

---

<sup>5</sup> Em 1505, Portugal cria o 1º Vice Reinado do Estado da Índia, tendo como seu governador Afonso Albuquerque que, entre 1507 e 1515, conquistou a ilha de Ormuz (entrada do *Golfo Pérsico*), a cidade de Goa (Índia) e Malaca, na Malásia. Em 1513, chega à China. Em 1543, a frota portuguesa aportava em terras japonesas. E em 1557, conquistam a cidade de Macau (Amado e Figueiredo, 1999). De acordo com Gomes (2019, p. 89), “em meados do século XVI, Portugal já havia estabelecido o mais vasto império mercantil e colonial até então conhecido na história da humanidade, que se estendia da costa brasileira aos confins da Ásia, passando por toda a costa africana, o Golfo Pérsico, a Índia, e o Sri Lanka, a China, a Indonésia e o Japão”.

Português, com o envolvimento dos principais representantes da burguesia comercial portuguesa e a alocação do capital comercial para estas regiões; e os primeiros negócios com os povos da costa ocidental africana e instituição, nas ilhas atlânticas, do sistema econômico e fundiário das capitanias hereditárias, com seus donatários e sesmeiros plantando cana-de-açúcar em grandes fazendas e processando-a a partir dos engenhos – tudo baseado em trabalho escravizado.

Com o tempo, a força de trabalho deste sistema mercantil passou a ser sustentada pelo tráfico transatlântico de africanos negros. Essa tragédia humana foi a base econômica deste sistema mercantilista.

Vejamos a seguir como se deu a ocupação da costa africana e a estruturação do tráfico negreiro pelos portugueses.

### *A expansão marítima portuguesa e o início do tráfico negreiro*

Para a conquista de Ceuta, os portugueses mobilizaram cerca de 50 mil soldados e 242 navios. Sob o comando de dom Henrique,<sup>6</sup> conquistaram a cidade, e ele se tornou governador e grão-mestre da Ordem de Cristo. Dali em diante, ele passou a coordenar as navegações portuguesas, tornando-se um eminente traficante de escravos (Gomes, 2019).

A Ordem de Cristo foi uma organização herdeira dos Templários,<sup>7</sup> extinta em 1312 pelo Papa Clemente V, conhecido

---

<sup>6</sup> Dom Henrique foi uma figura nebulosa na história do Brasil e de Portugal. “Passou a ser reconhecido segundo a história oficial como ‘Henrique, o Navegador’. Hoje, porém, sabe-se que ele estava longe de ser um audaz navegante. [...] Toda a sua experiência marítima se resumiria a duas curtas travessias do Mediterrâneo entre a costa portuguesa e o litoral da África” (Gomes, 2019, p. 86).

<sup>7</sup> Os Templários (Cavaleiros do Templo) eram recrutados entre a nobreza europeia, tornando-se monges com forte instrução militar, e mantendo grande autonomia perante os reis europeus. Conforme sugerido por Gomes (2019, p. 94), “os Templários foram também os primeiros banqueiros europeus da Alta Idade Média, o que,

por confiscar todos os bens dos Templários. Acolhida pelo rei português em 1317, a organização templária trocou seu nome para Ordem de Cristo, tendo o próprio rei português, dom Dinis, como seu grão-mestre. Atrás da expansão marítima portuguesa estava a Ordem de Cristo que, entre os séculos XV e XVI, obteve diversas bulas papais concedendo-lhe monopólio nas navegações, no comércio e na apropriação de terras (Gomes, 2019).

Não demorou muito tempo para os portugueses chegarem à Ilha da Madeira (1419) que, desabitada, passou a ser povoada em 1425, introduzindo, na década de 1440, o sistema de capitânias, com seus donatários e sesmeiros. As Ilhas Canárias, descobertas em 1431, viveram processo semelhante. Em 1432, foi a vez da Ilha dos Açores, já conhecida pelos navegadores, mas nunca aportada. Ali também não tardou para se estabelecer o regime das capitânias e seus donatários.

Nessas ilhas atlânticas, a Coroa portuguesa desenvolveu um sistema fundiário com base na capitania hereditária e na doação de terras para colonos portugueses, que teve como base o pagamento de um tributo à Coroa. Esse tributo chamava-se sesmo – daí os termos sesmaria e sesmeiro, sendo esse o agente fiscalizador da Coroa. Caso esse colono não produzisse na terra e não pagasse o referido tributo, ele era substituído por outro (Ferlini, 2002).<sup>8</sup>

A base econômica desse empreendimento colonial nas ilhas atlânticas era o açúcar, produzido em grandes plantações de cana-

---

por sua vez lhes deu grande poder e influência sobre os reis, que frequentemente dependiam de seus empréstimos. Suas fortalezas e castelos tinham caixas-fortes, onde eram depositados dinheiro, objetos de ouro [...]. Em troca, esses viajantes levavam um recibo – as futuras letras de câmbio – que poderia ser trocado em qualquer sede da Ordem e lhes permitia ir pagando as despesas da jornada sem correr o risco de roubos e assaltos. Essa poderosa estrutura começou a ruir depois da queda de Jerusalém, em 1244, e da expulsão dos cruzados da Terra Santa”.

<sup>8</sup> No caso do Brasil, esse tributo nunca foi pago e o colono português nunca foi substituído por outro (Ferlini, 2002).

-de-açúcar e processado por meio do engenho, tudo isso com base no trabalho escravizado.

Outro importante feito náutico foi ultrapassar o Cabo Bojador,<sup>9</sup> à altura do atual Saara Ocidental. Coube ao navegador português Gil Eanes essa proeza. Em 1434, Gil, ao chegar nos baixios da região, enveredou-se mar adentro (a oeste) buscando contorná-lo, e o conseguiu, abrindo toda a costa da África Ocidental para sua exploração. Nesse percurso, entre 1456 e 1460, descobriu-se as dez ilhas do arquipélago de Cabo Verde que sob forte influência do Deserto do Saara apresentavam um clima semiárido, com poucas fontes de água e terras pouco férteis. Ali foi erguida a Fortaleza de São Filipe, e o local se tornou um importante entreposto do tráfico negroiro.<sup>10</sup>

Nos 20 anos seguintes, os portugueses explorariam o Golfo da Guiné.<sup>11</sup> Estima-se que entre 1450 e 1500, 150 mil escravizados

---

<sup>9</sup> “O maior de todos os feitos fora a ultrapassagem do Cabo Bojador, um lugar mítico na imaginação dos marinheiros até o início do século XV, hoje situado na costa do Saara Ocidental, em área controlada pelo Marrocos. Batido por ondas fortíssimas e cercado de baixios traiçoeiros, o Bojador se projeta mar adentro por 40 quilômetros. Os fortes ventos e correntes marítimas permitiam que os navegadores viajassem em direção ao sul, rente à costa africana, mas jamais no sentido oposto” (Gomes, 2019, p. 88).

<sup>10</sup> Conforme sugerido por Gomes (2019, p. 177), a Cidade Velha, “situada na Ilha de Santiago, foi a primeira aglomeração urbana construída pelos europeus nos trópicos, em 1462. Entre os séculos XVI e XVII, funcionou como um grande empório do tráfico negroiro no Atlântico [...]. Por mais de 100 anos, foi um dos mais prósperos e movimentados destinos do Império Ultramarino Português”. Gomes segue afirmando que, “no final do século XVI, era tão rica que foi atacada e saqueada duas vezes por Francis Drake, o mais famoso corsário britânico da época; [...] no século XVI, chegou a reunir 500 casas e prédios feitos de cal e pedras” (Gomes, 2019, p. 178).

<sup>11</sup> Ainda que tenha o nome de Golfo da Guiné, essa região da África Ocidental compreende os países da Costa do Marfim, Gana, Togo, República do Benim, Nigéria, Camarões, Guiné-Equatorial e parte norte do Gabão, estando fora justamente os países da Guiné e Guiné-Bissau. Naquela época, os europeus atribuíram esse nome

foram ali capturados ou comprados pelos portugueses (Gomes, 2019).

A África Ocidental é cortada por três importantes rios (Níger, Gâmbia e o Senegal), sendo eles o principal meio para o intercâmbio dos povos que ali viviam. Estes dominavam um amplo território, indo das regiões litorâneas ao interior do continente, participando das rotas comerciais transaarianas que cortavam o deserto do Saara rumo ao Mediterrâneo.<sup>12</sup>

Muitos destes povos chegaram a organizar cidades-Estado muito mais complexas que as formas tribais. Outros organizaram impérios como o Império Gana (entre os séculos VIII e XIII), Império de Mali (séculos XIII a XVII), Império de Songai (séculos XV e XVI). Estes Estados africanos eram relativamente pequenos.<sup>13</sup> Do ponto de vista cultural, estes povos dividiam-se em dois grandes grupos etnolinguísticos: os sudaneses e os bantos.<sup>14</sup> Eles dominavam a agricultura, a pecuária, a cerâmica, a mineração e

---

em referência à Gana, região denominada de Guiné pelos povos locais, por pertencer ao Império de Mali (Gomes, 2019).

<sup>12</sup> Como sugerido por Gomes (2019, p. 142-143), ao norte do Saara “viviam os berberes, mouros e árabes, muçulmanos de pele clara, mais identificados com os povos do Oriente Médio e da Europa Mediterrânea. Ocupavam um território enorme e de paisagem predominantemente árida onde hoje se situam Mauritânia, Marrocos, Argélia, Tunísia, Líbia e Egito. [...] Era, portanto, a única porção da África relativamente bem conhecida pelos europeus até o início da expansão portuguesa.”

<sup>13</sup> “Na verdade, mesmo os impérios e reinos maiores, como o Mali, eram constituídos por uma constelação de outros menores, formada por meio de alianças e conquistas nas quais os seus governantes mantinham certo nível de autoridade local, mas seguiam orientações, prestavam contas e pagavam tributos aos Estados dominantes.” (Gomes, 2019, p. 149).

<sup>14</sup> De acordo com Gomes (2019, p. 143), “o primeiro grupo, o dos sudaneses, ocupava toda a parte inferior à franja do deserto e as savanas até o Golfo de Benim, incluindo os atuais Togo, Gana e Benim, e parte da Nigéria, do Sudão e da Tanzânia. O segundo grupo, o dos bantos, habitava parte da savana, mas principalmente as áreas mais úmidas, cobertas pela densa floresta equatorial e tropical que se estendia do sul da Nigéria às regiões onde hoje estão situados Gabão, Camarões, Congo, Angola, Moçambique e África do Sul, entre outros países”.

a metalurgia. Alimentavam-se sobretudo de arroz, peixe, milho e do inhame.

Apesar da complexa vida societária e do relativo desenvolvimento tecnológico, estes povos desconheciam a roda e, por isso, apesar de disporem de animais como o boi e o burro, não tinham carroças ou charretes, utilizando-se de canoas para o transporte de mercadorias e pessoas.

A expansão náutica portuguesa pressupôs o aperfeiçoamento de conhecimentos tecnológicos herdados dos árabes.<sup>15</sup> Sem esses conhecimentos, os portugueses não chegariam às caravelas e pouco se navegaria no Atlântico com segurança e localização. Ao mesmo tempo, as próprias navegações permitiram a elaboração de cartas náuticas mais precisas e o conhecimento das grandes correntes marítimas do Atlântico.<sup>16</sup>

---

<sup>15</sup> Conforme sugerido por Gomes (2019, p. 93), as inovações “eram em geral resultado de aperfeiçoamento de instrumentos e tecnologias já de uso corrente entre os árabes, caso do quadrante e do astrolábio, que permitiam saber a posição exata de um navio no meio do oceano mediante a observação dos astros celestes. Na arquitetura naval, a grande novidade foi a caravela, embarcação de velas triangulares (ou latinas) mais leve e veloz, capaz de navegar com vento contrário, e de pequeno calado, o que permitia manobrar bem próximo da linha da costa sem correr o risco de encalhar [...] a nau, navio de velas quadradas ou redondas, mais lentas e de calado maior, porém com grande capacidade de carga, eram usadas em rotas comerciais já conhecidas.”

<sup>16</sup> “Sabe-se hoje que o Atlântico é dominado por dois grandes sistemas de correntes e ventos. Funcionam como se fossem duas engrenagens de uma máquina colossal rodando em direções opostas. Ao sul do Equador, a meio caminho entre a África e o Brasil, está a primeira dessas engrenagens, gira em sentido anti-horário. Por essa razão, um velejador que sai do Rio de Janeiro consegue chegar a Angola e retornar ao Brasil sem grande esforço, seguindo apenas a chamada Corrente de Benguela. A segunda engrenagem está situada ao norte do Equador, a meia distância entre a Europa e o Caribe, gira em sentido oposto. [...]. Além disso, o Atlântico, na costa da África, entre o Marrocos e a Guiné Bissau, é também dominado pela Corrente das Canárias, que flui constantemente na direção norte-sul. Assim, um navio que partisse de Portugal ou da Espanha, navegando próximo ao continente africano, poderia chegar facilmente até o Senegal, por exemplo, impulsionado pela corrente líquida invisível, porém jamais conseguiria voltar no sentido contrário.” (Gomes, 2019, p. 98).

A existência de dois grandes sistemas de correntes marítimas no Atlântico determinou uma divisão nas relações mercantis com a África. O primeiro sistema envolvia o Golfo da Guiné, o Congo e Angola e era dominado por portugueses que controlavam o comércio e o tráfico negreiro abaixo da linha do Equador, onde as correntes marítimas levavam ao litoral brasileiro. O segundo era controlado pelos ingleses, franceses e holandeses, situado acima da linha do Equador: a partir de Gâmbia e Senegal, as correntes convergiam para a região caribenha e o seu retorno favorecia as viagens para a Europa.

Até o final do século XIX, se atribuiu ao infante dom Henrique a organização de uma “escola” (Sagres)<sup>17</sup> e a reunião de diferentes sábios da sua época, como os promotores destas inovações. Hoje a pesquisa histórica (Gomes, 2019) já revelou que tal escola nunca existiu e que o expoente e promotor das navegações portuguesas foi seu irmão Pedro, rei de Portugal, que expandiu e dominou o Atlântico se apoiando nos diferentes avanços produzidos pela cultura árabe.

Portugal, na sua expansão marítima da costa africana, em 1448, edificou o Forte de Arguim, na altura do que é hoje a Mauritânia, considerado o primeiro entreposto no comércio de escravos. Naquele período histórico o tráfico negreiro se dirigia à Europa, sobretudo às cidades portuguesas e espanholas. Navios

---

<sup>17</sup> No século XIX pensava-se que a Fortaleza de Sagres, localizada na região de Algarve, sul de Portugal, “teria abrigado a mítica Escola de Sagres, uma grande academia de ciências náuticas fundada no século XV pelo infante dom Henrique, reunindo matemáticos, geógrafos, cartógrafos, astrónomos e outros especialistas. Pelo menos era o que se acreditava até o final do século XIX, quando historiadores passaram a questionar a existência de tal escola. Nunca se teve notícia alguma de documento, relato ou qualquer registro da suposta academia nesse local” (Gomes, 2019, p. 85). Segundo registros mais atuais, dom Henrique não tinha qualquer conhecimento náutico, nem era versado em geografia, matemática, astronomia e nem havia um grupo de cientista em seu entorno.

partiam de Lisboa e Algarve, capturavam escravos e retornavam a Portugal, onde eram distribuídos dentro do próprio país ou encaminhados para as ilhas Atlânticas ou revendidos dentro da Europa.

Por essa altura, os portugueses modificaram sua estratégia econômica: em vez de caçar, capturar e embarcar cativos negros nas caravelas, passaram a negociar com as elites africanas locais. Essa mudança de estratégia foi possível pois há muito tempo o comércio de escravizados no interior da África já era desenvolvido e organizado, envolvendo reis, chefes e lideranças locais de prestígio, que com o tráfico para a América ampliaram suas riquezas.<sup>18</sup> Partes destes traficantes de escravizados eram berberes muçulmanos (de pele clara) que habitavam o norte do Deserto do Saara. Era um comércio antigo e estruturado com a existência de mercadores, rotas de transporte, feiras e preços estabelecidos (Boxer, 2002).<sup>19</sup>

Dessa forma, nos séculos XV e XVI, os portugueses pouco ocuparam o continente, tendo maior influência na zona costeira

---

<sup>18</sup> “Os chefes africanos participaram ativamente do comércio de escravos, capturando cativos nas regiões vizinhas aos seus domínios, em guerras, razias ou processos judiciais, e vendendo-os aos europeus. Funcionaram – e enriqueceram – como braços nativos do tráfico negreiro por uma razão muito simples: a escravidão era uma prática corrente nas sociedades africanas havia séculos” (Gomes, 2019, p. 157). Gomes esclarece ainda o forte papel das lideranças locais no tráfico negreiro: “o tráfico era um negócio que exigia, principalmente, um cuidadoso trabalho de relacionamento dentro do continente africano com reis e chefes locais, que lucravam e controlavam o fornecimento de cativos em suas respectivas áreas. Cabia a eles organizar cuidadosamente as expedições militares para capturar escravos. [...]. Os chefes africanos definiam os preços, controlavam a oferta, faziam alianças e fechavam negócios com diferentes interlocutores europeus – em geral, rivais entre si – de modo a evitar o monopólio de qualquer país ou grupo de compradores no seu território” (Gomes, 2019, p. 228).

<sup>19</sup> Conforme indicado por Gomes, “outro historiador, Paul E. Lovejoy, calculou que apenas 45% dos africanos escravizados, ou seja, menos da metade, foram vendidos ou embarcados para outras regiões fora do continente. Os demais permaneceram como cativos na própria África. No total, seriam mais de 30 milhões de escravos, incluindo os que ficaram e os que partiram” (Gomes, 2019, p. 157).

da África Ocidental. Quando muito chegaram a 300 quilômetros adentro do continente, estabelecendo algumas vilas fortificadas, pagando tributos aos chefes e reis desta localidade. Já no litoral, construíram-se feitorias, castelos e/ou postos de compra para onde eram conduzidos os negros cativos.<sup>20</sup>

Na década de 1470, as caravelas portuguesas já trafegavam no Golfo de Benin,<sup>21</sup> iniciando um comércio distinto do anterior. Os portugueses passaram a comprar escravos naquele golfo e levar para a Gâmbia, onde trocavam por ouro com o povo da etnia acá que por muito tempo dominava a mineração, estendendo o intercâmbio com os chefes africanos que controlavam as minas de ouro de Bambuque (rio Senegal) e Buré (rio Níger) localizada na divisa atual de Senegal com o Mali.<sup>22</sup> Para fortalecer esse intercâmbio (escravo por ouro) foi construído, em 1482, o Castelo de São Jorge da Mina (ou Elmina), em Gana (Gomes, 2019).

Essa região era densamente povoada, contando no século XVII com mais de 30 habitantes por km<sup>2</sup>, superior à demografia europeia. Estima-se que em Mali, naquele tempo, viviam entre 40 e 50 milhões de pessoas (Gomes, 2019). O comércio de escravos nessa região era garantido pela presença de europeus e/ou seus descendentes, que ao longo do tempo se estabeleceram junto às populações locais, tornando-se importantes intermediários nesse processo. Conhecidos pela designação “lançados” ou

---

<sup>20</sup> Soma-se a essa pouca iniciativa portuguesa de adentrar no continente a forte incidência das doenças tropicais que dizimavam os europeus, além da resistência de chefes locais contra a perda do território.

<sup>21</sup> O Golfo de Benin abrange cerca de 640 km de costa litorânea, indo do Cabo de São Paulo, localizado em Gana, até o delta do rio Níger, na Nigéria.

<sup>22</sup> “Um terço de todos os escravos capturados ou comprados na África pelos portugueses no final do século XV era repassado para os próprios africanos em troca de ouro. [...]. Como resultado, entre 1500 e 1535, os portugueses levaram do Benin para São Jorge de Mina entre 10 e 12 mil escravos. Em troca, transportaram para Lisboa mais de uma tonelada de ouro num período de apenas 20 anos.” (Gomes, 2019, p. 103).

“tangomaus”,<sup>23</sup> eles montaram uma eficiente rede comercial de mercadorias e de cativos, transportados sobretudo pelos rios, do interior do continente até o litoral onde os capitães dos navios negreiros os aguardavam para negociar.

Nesses processos comerciais, a partir do século XVI, ganharam destaque mercadorias produzidas no Brasil, como o fumo, a cachaça, a farinha de mandioca, o próprio açúcar, o milho, o couro e mais tarde o diamante e o ouro contrabandeados de Minas Gerais.<sup>24</sup>

A partir de 1484, as ilhas de São Tomé e Príncipe foram descobertas e passaram a ser ocupadas. Diferentemente de Cabo Verde, o novo arquipélago apresentava condições climáticas e de solo próprias aos cultivos e criações. Localizado a meio caminho entre Gana e Angola, em São Tomé eram encontrados produtos de todos os continentes,<sup>25</sup> bem como pessoas de distintas regiões.

---

<sup>23</sup> De acordo com Gomes, esses “lançados” eram “pessoas indesejáveis na metrópole, como cristãos-novos, dissidentes políticos ou pessoas acusadas de heresias e comportamentos que contrariassem os hábitos estabelecidos, despachados para as terras de além-mar. Grande parte desses colonos, voluntários ou não, morria de malária, de febre amarela ou em ataques da população nativa. Os que sobreviviam se tornavam os intermediários preferenciais de todos os negócios com traficantes de escravos. [...] Calcula-se que, em 1546, havia cerca de 200 cristãos-novos vivendo na condição de lançados na região de Guiné e de Serra Leoa. Foram eles que fundaram, por volta de 1590, a cidade de Cacheu (na atual Guiné-Bissau), um dos principais portos de embarque de escravos do Golfo da Guiné para o Brasil entre os séculos XVI e XVII.” (Gomes, 2019, p. 188).

<sup>24</sup> De acordo com o Gomes (2019, p. 226-227), “no século XVIII, foram transportadas para o Golfo do Benin mais de 8 milhões de arrobas (cerca de 120 mil toneladas) de rolos de fumo da Bahia e de Pernambuco, num total de 1.410 viagens de navios negreiros, que trouxeram de volta para o Brasil 575 mil cativos”.

<sup>25</sup> “Em São Tomé, [encontraram-se] brancos, negros e mulatos, pessoas livres e cativas, plantas de diversos continentes, técnicas agrícolas, animais domésticos [...]. Nas lavouras, cultivava-se pela primeira vez, juntas, lado a lado, plantas originárias da África, Ásia e América, principalmente raízes e frutas. Da Índia, do Sudeste Asiático e do continente africano chegavam mudas e sementes de inhame, laranja, tamarindo, coco e banana. Da América, abacaxi, batata-doce, amendoim, mamão, milho e

Rapidamente, tal como Cabo Verde, São Tomé se tornaria importante ponto de apoio para o tráfico negreiro e posteriormente para as embarcações que se destinavam à Índia. Neste arquipélago também se implantou o sistema de capitanias com seus donatários e sesmeiros, introduzindo plantações e engenhos de cana-de-açúcar sustentados pelo trabalho escravizado.<sup>26</sup> Ali também se registrou uma das primeiras rebeliões escravas em colônia portuguesa, onde 2.500 escravizados se sublevaram contra os colonos portugueses, incendiando fazendas, plantações e engenhos (Gomes, 2019).

Neste particular, as ilhas atlânticas montaram e aprimoraram o sistema econômico, fundiário e laboral que seria introduzido um pouco mais tarde no Brasil, no Caribe e no sul dos EUA.

#### *A conquista de Congo e de Angola e a expansão do tráfico negreiro*

O grande giro no tráfico negreiro se deu quando os reinos do Congo e de Angola foram incorporados aos domínios portugueses. O reino do Congo abarca atualmente a República Democrática do Congo e o Congo. Estima-se que sua capital, M'banza-Congo, à época da chegada dos portugueses, abrigava uma população entre 60 e 70 mil pessoas. Os povos que ali viviam dominavam a metalurgia do ferro e do cobre, fabricando ferramentas agrícolas, cultivando feijão, sorgo, milho, assim como criavam porcos, ovelhas, galinhas e bovinos. Eram ceramistas e hábeis oleiros (Gomes, 2019).

Em 1483, o navegador Diogo Cão aportou sua caravela na foz do rio Zaire e, em 1491, os jesuítas iniciaram a construção da

---

mandioca. Era, portanto, um encontro de mundos até então isolados e distantes entre si” (Gomes, 2019, p. 182).

<sup>26</sup> Apoiando-se nas pesquisas do historiador inglês Charles Boxer, Gomes (2019, p. 182) indicou que em São Tomé, “em 1507, havia cerca de 2 mil escravos trabalhando em plantações de cana e nos engenhos da ilha, além de outros 5 mil ou 6 mil aguardando para serem transportados para a Europa ou a América.”

primeira catedral católica ao sul do Deserto do Saara.<sup>27</sup> A rápida conversão ao catolicismo das lideranças congoleesas e a adoção de nomes portugueses, costumes e vestimentas europeus indicava a forte adesão das elites locais à Coroa portuguesa. O primeiro *manicongo* (rei) a se converter ao catolicismo recebeu o nome de João I, e em seguida entrou em guerra com as tribos adversárias vizinhas. O seu sucessor, Afonso I,<sup>28</sup> seguiu com essa política, atacando e vencendo o rei Munza, do Dembo (atual Angola). Estima-se que essa estreita colaboração das elites locais com os portugueses tenha gerado, a partir de 1530, a exportação anual de 3 a 5 mil escravizados para a América (Gomes, 2019).

Ao longo de todo o século XVI, as disputas sucessórias entre a nobreza congoleesa e as disputas territoriais com seus vizinhos enfraqueceram a capacidade de negociação daquele povo com a Coroa portuguesa.<sup>29</sup> Em meados do século XVII, estabeleceram-se governos portugueses na região ampliando a escravização e gerando enorme insatisfação, ao ponto do *manicongo* Antônio I declarar guerra

---

<sup>27</sup> Iniciada entre maio e junho de 1491 pelos jesuítas, a Catedral Kulumbimbi foi concluída somente em 1596, estando situada a 500 quilômetros de Luanda e 20 da fronteira da República Democrática do Congo (Gomes, 2019).

<sup>28</sup> “Dom Afonso do Congo se revelou um católico devoto [...]. Sua ambição era fazer do Congo uma cópia de Portugal. Títulos tradicionais de nobreza na Europa, como duque, marquês, conde e barão, além de dom e dona, foram imediatamente adotados pela aristocracia local. Criou-se nessa elite o gosto pelo estilo de vida europeu [...]. Um deles, seu próprio filho, Henrique, acabaria se tornando o primeiro bispo africano, responsável pela diocese de Utica, situada próxima à antiga cidade de Cartago, na Tunísia” (Gomes, 2019, p. 199).

<sup>29</sup> De acordo com Gomes (2019, p. 204), “os herdeiros de dom Afonso engalfinharam-se numa luta sucessória que dilacerou o reino. Ao mesmo tempo, fortalecia-se ao sul, com apoio português, o processo de separação do Reino do Dongo, até então vassalo dos congoleeses. A ruptura ocorreu em 1554, quando as tropas de Angola, como era chamado o soberano desse reino, derrotaram os exércitos do *manicongo* dom Diogo I [...]. Em 1568, o Congo foi invadido pelos jagas, uma temida dinastia de guerreiros vindos do interior de Angola [...]. Num período de apenas 25 anos, a partir de 1614, oito soberanos se revezaram no trono, todos com nomes aportuguesados.”

ao governador Vidal de Negreiros, sendo o conflito decidido na Batalha de Ambuila, em 1665, transformada num grande massacre no qual o próprio rei foi morto e degolado.

Mas foi em Angola que a escravização ganhou uma nova dimensão, seja pelo volume de escravizados,<sup>30</sup> seja pela nova estratégia adotada pelos portugueses. Ali, pela primeira vez, os lusitanos conquistaram e mantiveram uma grande extensão territorial dentro da África, controlando diretamente, ainda que em alianças com os soberanos locais, todas as etapas do tráfico negreiro, envolvendo-se nas capturas, guerras e outras formas de escravização, transporte, armazenamento e embarque dos cativos.

Luanda, fundada em 1576 pelo capitão Paulo Dias de Novais,<sup>31</sup> instituído como governador de Angola, se transformou no maior porto negreiro da história. Dali partiram para a América milhares de escravos (estima-se que chegaram vivos 5,7 milhões de negros, equivalente a 54% do total de escravos aportados na América. Para o Brasil esse índice eleva-se a 70% dos escravos vivos de todo o período da escravidão, totalizando 4,9 milhões de africanos vindos de Angola).<sup>32</sup> Com os portugueses estabelecidos em Luanda teve

---

<sup>30</sup> Conforme indicado por Gomes (2019, p. 214), “no final do século XVI, a alfândega de Luanda registrava a saída de 10 mil cativos por ano rumo ao Brasil. Em 1591, o total acumulado já chegava a 52 mil”.

<sup>31</sup> Os portugueses tiveram inicialmente dificuldades para estabelecer o domínio de Angola, algo muito distinto do ocorrido no Congo. De acordo com Gomes (2019, p. 212), “em Angola a resistência foi maior e aguerrida. Em 1560, a Coroa lusitana fez uma primeira tentativa de aproximação com o angola. A expedição, de que faziam parte quatro missionários jesuítas, era comandada pelo mesmo Paulo Dias de Novais, que voltaria em 1575 na condição de governador. Foi um fracasso: os portugueses acabaram todos presos ao desembarcar em Ngolem, a capital do reino africano, descrita como uma cidade de 5 mil ou 6 mil casas. Dias de Novais ficou detido por cinco anos.” Quinze anos mais tarde ele retornou com sete navios e uma tripulação de 700 pessoas, sendo 350 soldados.

<sup>32</sup> Essa região denominada de Angola, corresponde atualmente a uma ampla área da África Central. De acordo com Gomes (2019, p. 211), “no século XVII, o tráfico de escravos na região central da África estendia-se por um território mais amplo

início uma longa e sangrenta guerra, da qual o próprio capitão governador foi vitimado.

O principal reino desta região era o Dongo, cujo soberano obtinha o título de “angola”, acabando por nomear aquela região. Na época da chegada dos portugueses a essa região da África Central, os dongos eram vassalos do rei do Congo.

Já no século XVII, em 1611, o governador Bento Banha estabeleceu acordo com o grupo guerreiro multiétnico ingambala (denominado de jagas pelos portugueses), expandindo as conquistas de outros povos entre Congo e Angola e ampliando rapidamente o número de cativos.

O comércio de escravizados era altamente organizado, havendo no interior diversas feiras dedicadas ao tráfico que levavam o nome de *pumbo* ou *kitanda*.<sup>33</sup> Por isso, o agente traficante levou o nome de pombeiro ou pumbeiro (ou ainda, sertanejo). Responsável por trazer algumas mercadorias negociadas com grandes traficantes nas cidades de Luanda, Benguela, São Salvador

---

do que os limites da atual República de Angola, abrangendo uma extensão de 1,2 mil quilômetros do litoral africano, entre o cabo Lopes, no atual Gabão, e a foz do rio Cunene, hoje fronteira de Angola com a Namíbia. A área total tinha cerca de 2,5 milhões de quilômetros quadrados, pouco menos de um terço do território atual brasileiro. A população, composta basicamente por agricultores, pescadores e criadores de gado, se distribuía em vilarejos, núcleos rurais e casas ribeirinhas. Todos falavam dialetos de uma mesma família linguística banta.”

<sup>33</sup> “Cada feira tinha um escrivão, responsável pelo registro das negociações, de modo a assegurar a arrecadação de impostos em nome da Coroa portuguesa. Uma estrutura informal de crédito permitia que europeus e reis africanos fizessem negócios sem ter de realizar pagamentos em dinheiro vivo ou entregar mercadorias de imediato. Entre os produtos mais negociados estavam tecidos asiáticos e europeus, contas de vidro, cachaça brasileira, farinha de mandioca, tabaco, fubá de milho, marmelada, peixe seco e salgado, queijos, peças de cerâmicas e os zimbos (conchinhas também encontradas nas praias da Bahia que circulavam como moedas na África Central)” (Gomes, 2019, p. 215).

(capital do Congo), eles também compravam cativos,<sup>34</sup> podendo levar muito tempo (dias, semanas, meses) para reunir o número de escravizados a ser levado ao litoral. Cabe observar que nem todos os cativos capturados entravam nesse comércio. Parte deles ficava na África, trabalhando nos cultivos de alimentos, na limpeza de ruas das cidades, na captura de negros fugidos e alguns deles inclusive transformaram-se em pumbeiros. Isto gerou uma distinção entre os cativos. Os que eram negociados chamavam-se de *mubika* e os que ficavam em Angola foram denominados de *kijuku* (Gomes, 2019).

Ao longo dos séculos, o mercado interno entre os povos africanos foi sendo alterado pela influência do tráfico negreiro. Entre os séculos XV e XVI, no intercâmbio comercial entre europeus e africanos, compareciam produtos regionais como ouro, marfim, madeira, tecidos de algodão, pimenta e uma pequena parcela de escravizados. No entanto, em meados do século XVII, a pauta principal deste intercâmbio passou a ser os escravizados, chegando a 90% das exportações africanas no século seguinte. Isto desorganizou o mercado interno africano e reconfigurou a geografia política da África, com a extinção e o surgimento de novos Estados e reinos (Gomes, 2019).<sup>35</sup>

---

<sup>34</sup> Os pombeiros, conforme indicado por Gomes (2019, p. 216), “tinham grande conhecimento da geografia, dos dialetos, costumes e da estrutura de poder em cada região. Muitos mantinham também laços familiares com chefes locais, o que facilitava as negociações.”

<sup>35</sup> “À medida que o tráfico se intensificava com a demanda crescente na América, a fronteira de guerra e captura de novos cativos ia avançando cada vez mais para o interior do continente africano. Novos Estados e reinos foram surgindo, enquanto outros – menores e frágeis – sucumbiam às guerras e razias dos vizinhos mais fortes. Poderosos e centralizados, estabelecidos com o apoio das armas europeias, esses novos Estados passaram a deter o controle sobre uma determinada região. Assim, funcionavam como interlocutores ou intermediários nas negociações e no fornecimento de escravos para os europeus, caso dos reinos Axante e Fanti, em Gana; Aladá, no

Os portugueses foram os maiores traficantes de escravizados, controlando o tráfico ao sul da linha do Equador e com forte presença nos negócios no Golfo de Benin, seguido dos ingleses,<sup>36</sup> mas diversos países europeus ao longo do tempo tiveram participação nesse tráfico negro. Além dos holandeses e franceses, com forte presença na costa africana, dinamarqueses,<sup>37</sup> alemães, suíços, suecos, poloneses, russos e lituanos também contaram com alguma estrutura para a comercialização de cativos.

Um forte sistema de crédito foi montado para lastrear o tráfico negro. Além das apólices de seguro das embarcações e das possíveis mortes de tripulantes e de cativos, montou-se um complexo sistema de financiamento envolvendo todas as etapas do tráfico, articulando agentes econômicos na América, na Europa e na África. Financiava-se a construção dos navios ou seus alugueis, bem como as expedições, bancando a alimentação dos tripulantes e dos cativos. As mercadorias utilizadas na compra dos cativos e os alimentos para estes também eram financiados nas longas esperas para os embarques nos portos africanos. Boa parte do financiamento destes suprimentos estava amarrada ao sistema de letra de câmbio, quitada no momento da venda dos escravos, que no século XVIII tornou-se “moeda corrente” nas principais cidades da África Central.<sup>38</sup>

---

Benin; Oió, na Nigéria; Daomé entre Benin e a Nigéria; Cassanje e Matamba, em Angola” (Gomes, 2019, p. 165).

<sup>36</sup> Os ingleses entraram no comércio de escravizados em 1562, quando uma expedição composta por três navios financiadas pela rainha Elizabeth I partiu para a África; no século XVIII, tornaram-se os maiores agentes do tráfico negro. Conforme indicado por Gomes (2019, p. 235), os ingleses, ao longo de todo o período da escravidão, “transportaram um quarto de todos os cativos que chegaram à América nesse período, a maioria deles destinada à região do Caribe e ao sul dos Estados Unidos”.

<sup>37</sup> “Até os dinamarqueses tinham erguido seu próprio castelo, o Christiansborg Castle, hoje uma das atrações turísticas de Acra, capital de Gana.” (Gomes, 2019, p. 235).

<sup>38</sup> Conforme descrito por Gomes (2019, p. 230), “em Luanda, por exemplo, os comerciantes ‘adiantavam’ – ou seja, forneciam a crédito, mediante promessa de pagamento

A base empresarial no primeiro momento do tráfico negroiro deu-se por companhias monopolistas controladas ou financiadas pelas Coroas europeias. Já para o final do século XVIII, com o aumento da demanda por escravos, empresas privadas passaram a controlar os negócios.<sup>39</sup> Os investimentos requeridos para essa atividade comercial eram altos. Estima-se, nos valores de hoje, a necessidade entre 5 e 6 milhões de reais para obter uma carga de cativos, além dos demais custos com suprimentos, impostos etc. Por isso, a taxa de lucro deste segmento variava conforme o índice de mortalidade nas viagens.<sup>40</sup> Se a cada cinco negros escravizados

---

futuro – tecidos, cachaça, tabaco, armas e munições, entre outras mercadorias, para os sertanejos que se embrenhavam no interior do continente (sertões) em busca de escravos. Os comerciantes, por sua vez, recebiam esses produtos dos capitães dos navios negreiros, também estes viabilizados pelo sistema de adiantamento por fornecedores situados no Brasil, em Portugal, na Inglaterra ou até mesmo em Goa, na Índia, de onde chegavam têxteis muitos apreciados pelos chefes africanos fornecedores de escravos”.

<sup>39</sup> “Em 1698, o parlamento inglês deu o primeiro passo para dismantelar o monopólio estatal com uma lei que autorizava traficantes privados a participar do negócio, desde que passassem uma taxa de 10% dos seus resultados à RAC [Royal African Company]. O governo francês, por sua vez, abriu as portas do tráfico a investidores particulares em 1713, medida também adotada pelos holandeses em 1730. A última grande experiência monopolista nos domínios portugueses ocorreu no final do século XVII, no governo do marquês de Pombal, primeiro ministro do rei dom José I. Duas companhias estatais foram criadas para fornecer escravos e estimular a produção de açúcar, algodão e outros cultivos no Nordeste brasileiro. A Companhia Geral de Comércio do Grão Pará e Maranhão começou a operar em 1755. Quatro anos mais tarde, entrou em operação a Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba. Ambas foram à falência, por má administração e falta de capital, depois de importar mais de 80 mil escravos africanos para o Brasil. A partir daí, o tráfico negroiro virou um negócio inteiramente privado” (Gomes, 2019, p. 242-243).

<sup>40</sup> De acordo com a indicação de Gomes, “outro historiador, Joseph Miller, estimou que, durante a corrida do ouro em Minas Gerais, um cativo considerado de primeira qualidade custava ao traficante, em Angola, cerca de 102,6 mil réis, incluído o preço pago ao fornecedor africano, os impostos alfandegários recolhidos em Luanda, o frete na travessia do oceano e as perdas de vida em alto-mar e em terra antes da venda. No Rio de Janeiro, seria vendido por 200 mil réis, quase o dobro do preço original. Isso significa que um navio negroiro só teria prejuízo se a mortalidade fosse superior

embarcados no século XVI, um não chegava vivo na América, no século XIX essa taxa foi reduzida para 6% nas embarcações portuguesas (Gomes, 2019).<sup>41</sup>

No início do tráfico negreiro, as cidades de Lisboa e Algarve, em Portugal, eram o centro dos negócios, mas já no século XVIII esse centro se transfere para as cidades do Rio de Janeiro e Salvador.<sup>42</sup> Nove em cada dez viagens eram organizadas a partir do Brasil.

No último quartel do século XVIII, o tráfico negreiro atingiu seu auge, tendo em torno de 260 embarcações cruzando o Atlântico anualmente, transportando aproximadamente 79 mil cativos.<sup>43</sup> O comércio de escravizados englobava uma faixa litorânea de 6 mil quilômetros, indo da atual Maurítânia ao sul de Angola, adentrando no continente em uma faixa de mil quilômetros. Foi nesse período que o tráfico incorporou outros 4 mil quilômetros de costa na África Oriental, envolvendo Moçambique, Tanzânia e o Quênia, havendo, no total, em torno de 188 portos, dos quais

---

a 50%. Qualquer índice abaixo desse patamar representaria lucro. Essas margens despencaram por volta de 1760 devido ao declínio da economia mineradora e ao aumento dos preços dos escravos em Angola. Voltaria a ter novo vigor na virada do século, com o renascimento da lavoura açucareira no Nordeste, o início da febre do café nas décadas seguintes e, principalmente, o período do tráfico ilegal para o Brasil, na primeira metade do século XIX, em que os preços de venda dispararam” (Gomes, 2019, p. 251).

<sup>41</sup> Conforme sugerido por Gomes, a redução da mortalidade dos escravizados na transferência para a América se deve ao fato de que, “entre os séculos XVIII e XIX, os traficantes passaram a usar navios mais velozes e adaptados ao transporte de escravos, com maior ventilação nos compartimentos inferiores, e principalmente maior capacidade de armazenagem de água e alimentos frescos” (Gomes, 2019, p. 247).

<sup>42</sup> “O Rio de Janeiro, principal centro organizador dessas viagens, respondeu sozinho pelo transporte de 1,5 milhão de escravos, seguido de Salvador, com 1,4 milhão, e Liverpool, na Inglaterra, com 1,3 milhão” (Gomes, 2019, p. 236).

<sup>43</sup> Foi justamente no século XVIII que a Inglaterra se tornou o maior traficante de escravizados, tendo, a partir de 1780, transportado em média 35 mil cativos por ano da África, com uma frota aproximada de 90 navios negreiros (Gomes, 2019).

20 deles eram responsáveis por mais de 90% do escravizados embarcados para a América.<sup>44</sup>

O tráfico negreiro para a América pode ser considerado uma das maiores tragédias na história da humanidade. Estima-se que foram capturados de suas comunidades entre 23 e 24 milhões de pessoas no período compreendido entre 1501 e 1867. Destas, 11 a 12 milhões morreram antes de serem embarcadas. Outras 12,5 milhões de pessoas entraram nas 36 mil viagens transatlânticas realizadas, chegando vivas no continente americano 10,7 milhões. Destas, apenas 9 milhões sobreviveram aos três primeiros anos de escravização. O Brasil foi o maior destino, aportando aqui 4,9 milhões de pessoas escravizadas, 70% delas vindas da região de Angola e áreas vizinhas. Em Pernambuco, desembarcaram 854 mil escravizados oriundos de Angola. Em Salvador, aportaram outros 1,6 milhão de cativos, mais da metade vinda da Costa dos Escravos, entre Benin e a Nigéria, e a outra metade, de Angola. No Sudeste, desembarcaram 2,3 milhões de cativos destinados a Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Mato Grosso, Goiás, em sua maioria oriundos de Angola, e 280 mil vindos de Moçambique. Na região Amazônica, sobretudo no Maranhão e Pará, chegaram outros 142 mil cativos, vindos principalmente da Guiné-Bissau (Gomes, 2019).

## O INÍCIO DA COLONIZAÇÃO PORTUGUESA: A FORMAÇÃO DA *PLANTATION* CANAVIEIRA E A RESISTÊNCIA INDÍGENA

Entre a chegada de Cabral e o estabelecimento das capitânias hereditárias (1534), que marca definitivamente o início da ocupação portuguesa, existiu um intervalo de 34 anos em que os portugueses instalaram apenas feitorias em alguns pontos do

---

<sup>44</sup> De acordo com Gomes (2019, p. 224), “até o início do século XIX, o tráfico negreiro era o maior e o mais internacional de todos os negócios do mundo”.

litoral brasileiro.<sup>45</sup> Esse intervalo indica que a burguesia comercial portuguesa estava interessada no comércio oriental e pouco interesse demonstrava pela nova colônia. Isto também pode explicar por que, das 15 capitanias originalmente estabelecidas, apenas 11 foram assumidas por seus donatários portugueses (Mota e Lopes, 1995).

As quatro capitanias ao norte não foram ocupadas durante o século XVI. Apenas São Vicente e Pernambuco experimentaram certo crescimento populacional nesse início de ocupação. A maioria dos donatários não resistiram aos ataques das populações indígenas que aqui viviam, perdendo seus bens, e alguns morreram na empreitada.<sup>46</sup> Outros nem sequer conseguiam levantar os recursos necessários para a viagem ao Brasil. Aqueles que obtiveram recursos com a Coroa, ou comerciantes e banqueiros particulares, introduziram o plantio de cana-de-açúcar, iniciando a ocupação das capitanias de Pernambuco, Ilhéus, Porto Seguro e São Vicente e, posteriormente, a capitania da Bahia, conduzida diretamente pela Coroa portuguesa (Mota e Lopes, 1995).

Em 1530, ocorreu a expedição de Martim Afonso de Souza, cuja missão foi percorrer a costa da nova terra – expulsando estrangeiros que ali ocupavam, como por exemplo os franceses –<sup>47</sup>

---

<sup>45</sup> As feitorias eram armazéns com fortificações militares no litoral brasileiro, com o objetivo de garantir militarmente as posses portuguesas e proporcionar condições para o estabelecimento de algumas famílias portuguesas em vistas da extração de uma madeira para tinturaria que na época tinha valor econômico, o pau-brasil. Os portugueses contratavam indígenas para efetuar o corte da madeira, dando-lhe em troca produtos manufaturados, por meio de um sistema de escambo.

<sup>46</sup> Os ataques às vilas nas capitanias não eram apenas obra dos povos indígenas. O perigo também vinha pelo mar, na forma dos corsários e piratas, sobressaindo os ingleses que saqueavam as vilas. No final do século XVI, as enseadas do Recôncavo Baiano, Recife, Santos e São Vicente foram sucessivamente atacadas pelos ingleses (Linhares, 1979).

<sup>47</sup> Neste início de colonização, a costa brasileira foi também alvo de investidas de piratas franceses, chegando, em 1555, no estabelecimento de um primeiro povoamento com

e criar os primeiros núcleos de povoamento. Em 22 de janeiro de 1532, foi constituída a primeira vila no Brasil (São Vicente, no litoral paulista) e, em 1534, foi instituído o regime de capitânias hereditárias. Ao donatário cabia distribuir sesmarias, lançar impostos sobre determinados produtos (exceto aqueles que eram monopólio da Coroa), autorizar a construção de engenhos, nomear funcionários, administrar a Justiça e aplicar a pena de morte sobre os escravos e cristão novos.

Com o insucesso do povoamento das capitânias, a partir de 1549, o rei de Portugal, Dom João III mudou o modelo de ocupação da colônia.<sup>48</sup> Nesta nova lógica, a Coroa portuguesa, em 1549, readquiriu os direitos do donatário da capitania da Baía de Todos os Santos e assumiu as despesas da colonização, fundando a primeira cidade no Brasil, Salvador, sendo ela a primeira capital da colônia portuguesa na América. Tomé de Souza foi o primeiro governador geral, sucedido por Duarte da Costa (1553-1558) e Mem de Sá (1558-1572).<sup>49</sup> Com a instalação do governo-geral, ampliou-se a imigração de portugueses para o novo mundo (Mota e Lopes, 1995).

Em 1572, buscando melhorar a ocupação da colônia, o Brasil foi confiado a dois governadores. Ao norte, com sede em Salva-

---

franceses na Ilha Serigipe, na Baía de Guanabara (RJ), erguendo um forte, compondo alianças com índios Tamoios, constituindo a França Antártica. Em 1560, Mem de Sá atacou e destruiu o forte e a colônia francesa. Em 1º de março de 1565, os portugueses fundam a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. No entanto, a expulsão definitiva dos franceses ocorreu somente em 1567. Os franceses, retornaram ao Brasil, criando no Maranhão, em 1612, o Forte de São Luís, selando alianças com os Tupinambás, fundando a França Equinocial. Tal ocupação durou pouco e, em 1615, os franceses foram expulsos por forças portuguesas. A partir de 1620, colonos vindos da capitania de Pernambuco e do reino de Portugal passaram a colonizar São Luís, introduzindo o cultivo de cana-de-açúcar na região (Mota e Lopes, 1995).

<sup>48</sup> “A maior parte das capitânias voltou ao reino português, tornando-se capitânias reais, nomeando um governador geral” (Prezia, 2017, p. 37).

<sup>49</sup> Dos governadores gerais, Mem de Sá foi o mais truculento na repressão à resistência indígena (Prezia, 2017).

dor, coube a dom Luís de Brito de Almeida coordenar o amplo território que ia do Maranhão a Ilhéus (BA). Ao sul, com sede no Rio de Janeiro, coube a Antônio Salema coordenar a vasta área de Porto Seguro (BA) a Paranaguá (PR). Tal divisão não durou muito, visto seu fracasso. A reunificação, em 1578, recolocou a cidade de Salvador como sede administrativa da colônia, sob direção do governador geral Diogo Lourenço da Veiga.

A introdução do cultivo de cana-de-açúcar, que requeria grande quantidade de força de trabalho e cuidados permanentes, teve como ponto de partida, em seu início, o trabalho das populações indígenas por meio do sistema de escambo (troca do trabalho por materiais manufaturados europeus). Esse sistema não se sustentou, visto o volume de trabalho requerido nos canaviais e os tipos de bens que lhes eram entregues, gerando diversas fugas.

O estabelecimento de povoados e de engenhos de açúcar nesse início de colonização portuguesa com uso da mão de obra escravizada de indígenas implicou fortes lutas e resistências dos povos que aqui viviam.<sup>50</sup> Muitos foram os conflitos ocorridos ao longo do século XVI, envolvendo, por exemplo, os tupinambás na Bahia (1549) e no planalto paulista (1562);<sup>51</sup> os goitacazes no Rio

---

<sup>50</sup> Estima-se que cerca de 5 milhões de indígenas habitavam aqui, sendo 3 milhões na Amazônia, outro 1 milhão englobando os tupinambás, vivendo em toda costa brasileira e outro 1 milhão distribuído em 150 povos, a grande maioria considerados tapuias. Ao final do período colonial, estima-se que restassem 600 mil índios, contabilizando os aldeados e ex-missionizados aos livres e autônomos (Gomes, 1988).

<sup>51</sup> Com o estabelecimento do donatário Francisco Coutinho na capitania da Bahia, construiu-se à beira da praia uma vila instalando dois engenhos de açúcar. Nesta primeira fase, ocorreu uma parceria entre indígenas e portugueses, mas com o início da escravização dos indígenas, seja para os engenhos, seja para o trabalho no povoado, eles “declararam uma guerra aos invasores portugueses que durou oito anos. [...] A povoação e os engenhos foram destruídos e o donatário com os outros moradores tiveram de se refugiar na vizinha capitania de Ilhéus” (Prezia, 2017, p. 30). Já em São Paulo, nomeada, à época, de Piratininga, “a resistência guerreira partiu dos grupos Tupi dos sertões, como os do médio Tietê, como também dos tupinambás do Vale do Paraíba” (Prezia, 2017, p. 40). Os tupinambás continuaram atacando Piratininga por vários anos.

de Janeiro (1534);<sup>52</sup> os tobajaras em Pernambuco (1547);<sup>53</sup> os tamoios no litoral carioca (1567) e paulista (Santos e São Vicente);<sup>54</sup>

---

<sup>52</sup> De acordo com Prezia (2017, p. 34), “em 1534, sua terra foi ‘doada’ pelo rei de Portugal, dom João III, a Pero de Góes, um português da pequena nobreza lusitana. Assim surgia a capitania de São Tomé, chamada depois de Paraíba do Sul [...]. Ele partiu no ano seguinte, na foz do Rio Paraíba do Sul, construindo um engenho de açúcar e várias casas no seu entorno. [...] [Os Goitacazes] desencadearam uma guerra que durou cinco anos”.

<sup>53</sup> O donatário Duarte da Costa aportou em Pernambuco em 1535, constituindo duas vilas: Olinda, à beira mar, e Igarauçu, a 24 km no continente, onde se instalou um engenho de açúcar. Conforme indicado por Prezia, “o início da convivência entre os portugueses e indígenas foi tranquila, graças ao casamento realizado entre a filha do cacique Tobajara, Arco Verde, e Jerônimo Albuquerque [braço direito de Duarte da Costa]. A oferta de mulheres indígenas a visitantes era prática tradicional entre os Tupi [...]. Ao sul da capitania vivia o povo Tupinambá, enquanto na região de Igarauçu estavam os Tobajara. Embora falante da mesma língua, eram inimigos tradicionais. [...] O aumento da produção de açúcar significou também o aumento da escravidão, o que provocou várias revoltas e rebeliões. O mais importante conflito ocorreu em 1547 e se arrastou numa longa guerra de dois anos (Prezia, 2017, p. 32). Outra luta de resistência do povo Tobajara ocorreu mais tarde na Serra da Ibiapaba (localizada entre o Ceará e o Piauí), ponto estratégico para se descobrir o caminho terrestre entre o sertão nordestino e o Maranhão. Desde 1603, os portugueses tentaram tomar a serra, mas foram repelidos. Em 1607, utilizaram os jesuítas para ali estabelecer uma Missão, mas resultou na morte do padre Francisco Pinto. Em 1662, os jesuítas retomaram o trabalho de catequese e conseguiram se estabelecer na Serra, proibindo a poligamia e outros costumes, levando inclusive à prisão de algumas lideranças Tobajara. Não tardou, a rebelião se constituiu, alastrando-se até o Ceará, e durou até 1664. A Missão foi retomada em 1673, sendo finalmente aberto o caminho terrestre até o Maranhão (Prezia, 2017).

<sup>54</sup> De acordo com Prezia, a Confederação dos Tamoios “não foi uma aliança de várias etnias contra os portugueses [...] mas uma guerra dos Tamoios, ou dos Tamuya, contra os portugueses de São Vicente e seus aliados, os Tupi. Esse povo guerreiro vivia no litoral Norte de São Paulo e na região do Rio de Janeiro. Essa guerra ficou acirrada com a chegada dos franceses ao Rio de Janeiro e em 1555, quando iniciaram a implantação de uma colônia denominada França Antártica” (Prezia, 2017, p. 42). Os franceses conseguiram estabelecer uma aliança com os Tamoios envolvendo 20 aldeias. Na medida que Mem de Sá regressou à Bahia, após a expulsão dos franceses, os Tamoios “[...] passaram a atacar o litoral sul, ameaçando a população da vila de Santos e de São Vicente. A pressão foi tão grande que obrigou muitos deles a buscar refúgio em Itanhaém, um pouco mais ao Sul” (Prezia, 2017, p. 45). Os jesuítas Manuel da Nóbrega (vivia em São Vi-

os tupinikins em Ilhéus/BA (1557);<sup>55</sup> os aimorés no sul da Bahia (1568); os potiguara na Paraíba e no Rio Grande do Norte, entre as décadas de 1580 e 1590,<sup>56</sup> e os Guarani sobretudo na região antes pertencente à Espanha (Prezia, 2017).<sup>57</sup>

---

cente) e José de Anchieta (vivia em Piratininga) conseguiram um acordo de paz com os Tamoios. Mas “pouco tempo depois, a guerra foi retomada, sobretudo com a chegada de Estácio de Sá [sobrinho de Mem de Sá], que trouxera mais reforços de Portugal. A partir de 1567, a guerra voltou” (Prezia, 2017 p. 47). Nesses combates morreram o cacique Aimerê e Estácio de Sá. Em setembro de 1575, após vários combates, os Tamoios se renderam sob a promessa de não serem mortos. “Mas ocorreu o oposto: cerca de mil prisioneiros foram executados e quase o mesmo número foi levado como escravo para as fazendas de Santos e São Paulo” (Prezia, 2017, p. 47).

<sup>55</sup> Em 1559, notícias de um levante indígena geraram pânico na região de Ilhéus (BA) e diversas fazendas foram abandonadas; “aproveitando essa fuga em massa, os Tupinikim invadiram as propriedades, soltaram os escravos e levaram o que havia, sobretudo comida e ferramentas” (Prezia, 2017, p. 51). Os colonos pediram ajuda ao governador Mem de Sá, que decretou uma ação punitiva. “Mem de Sá convocou todos os moradores da Bahia para essa guerra. Muitos portugueses compareceram, sendo auxiliados por guerreiros Tupinambá, tradicionais inimigos dos Tupinikim. [...] Foi um dos maiores massacres da época.” (Prezia, 2017, p. 52). Tal violência por parte de Mem de Sá foi para vingar a morte de seu filho no conflito com os Tupinikim ocorrido em São Mateus (ES), em 1557.

<sup>56</sup> O titular da capitania de Itamaracá (ao norte de Pernambuco), Pero Lopes de Sousa (irmão de Martim Afonso), nunca mostrou interesse por essas terras. Ela acabou sendo arrendada ao comerciante Frutuoso Barbosa que, em 1582, decidiu assumir a posse da capitania com apoio de Lisboa. Ao chegarem à costa brasileira, se depararam com embarcações francesas que foram destruídas. No entanto, os portugueses foram surpreendidos pelos Potiguara que, em aliança com os franceses, afastaram os invasores. Com a ajuda vinda de Pernambuco, Barbosa construiu, em 1585, a vila de Filipeia de Nossa Senhora das Neves, ao norte da foz do rio Paraíba. Tal vila foi cercada pelos Potiguara. “A guerra se arrastava por 15 anos sem vencedor e vencidos [...]; os Potiguara e seus aliados franceses transferiram-se para o Rio Grande do Norte, onde se reorganizaram” (Prezia, 2017, p. 58). Os portugueses por sua parte, em 1588, construíram a Fortaleza dos Reis Magos, ao redor da qual surgiria a cidade de Natal. Em junho de 1599, após 17 anos de conflitos, foi assinado um tratado de paz na cidade de Salvador.

<sup>57</sup> Da resistência Guarani no período colonial ficou mais conhecida a luta de Sepé Tiaraju e os Sete Povos das Missões, no século XVIII. Mas as lutas deste povo Guarani no século XVI e XVII são pouco conhecidas, pois estavam mais ligadas à

Entre as décadas de 1540 e 1550, campanhas militares se desenvolveram, aprisionando e tornando cativo grande contingente de indígenas direcionados aos canaviais tanto no Nordeste brasileiro como em São Vicente (SP). Apesar das críticas, da baixa produtividade e do risco de constantes fugas para a mata, os senhores de engenho apresentavam interesse no uso da força de trabalho indígena, considerados os “negros da terra”, em contraposição aos “negros da Guiné” (africanos escravizados).

No caso dos canaviais paulistas, a busca por força de trabalho indígena gerou as Bandeiras – expedições militares compostas por homens livres, escravos e indígenas aliados organizados por bandeirantes –, que entraram no interior de São Paulo, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, chegando ao Rio Grande do Sul, na busca por pedras preciosas (ouro e prata) – encontradas em Minas Gerais e Mato Grosso –, bem como para saquear e aprisionar indígenas. Os bandeirantes eram descendentes de primeira ou segunda geração de portugueses em São Paulo, e eram os capitães das Bandeiras, que chegavam a contar com 270 homens.<sup>58</sup>

---

conquista espanhola do Paraguai. De acordo com Prezia, “os Guarani dominaram por vários séculos a região do médio Paraguai e seus afluentes. Dividiam com outros povos um imenso território que englobava metade do atual Paraguai, sul da Bolívia, o norte da Argentina e o oeste do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e o Paraguai. [...] De 1537 (ano da chegada dos espanhóis) até 1615 houve mais de 22 rebeliões.” (Prezia, 2017, p. 65).

<sup>58</sup> “Uma das maiores Bandeiras, a de Raposo Tavares, partiu de São Paulo em 1628. O empreendimento, apoiado pela Câmara, recrutou quase todos os homens da cidade, que nessa época tinha pouco mais de 2 mil habitantes. O grosso das tropas era composto por mamelucos e indígenas capturados ou recrutados em toda a região do planalto paulista. Somados, totalizavam 2,9 mil, contra apenas 69 brancos. Avançando em três colunas sertão adentro, a Bandeira aprisionou, de 1628 a 1630, entre 40 e 60 mil índios guaranis aldeados na província jesuíta do Guairá, no atual estado do Paraná. [...] As missões jesuíticas de Itatim, no atual estado de Mato Grosso do Sul, foram saqueadas entre 1632 e 1633.” (Gomes, 2019, p. 127). Estas expedições

Ocorre que, entre 1559 e 1563, sucessivas epidemias dizimaram a população indígena nas *plantations* e aldeias jesuíticas.<sup>59</sup> A reposição destes braços indígenas implicava operações militares cada vez mais custosas, que enveredavam para o interior do continente.<sup>60</sup> O impacto da colonização espanhola e portuguesa

---

militares também foram utilizadas para combater os quilombos, como foi o caso do bandeirante Domingos Jorge Velho, que destruiu o Quilombo de Palmares.

<sup>59</sup> “Com os europeus e os escravos africanos, chegaram à América moléstias até então desconhecidas entre os indígenas de todo o continente, como gripe, varíola, sarampo, rubéola, escarlatina, tuberculose, lepra, sarna, febre amarela e malária. A introdução de animais domésticos como o boi, cavalos, cabras, porcos, galinhas, patos e cachorros ajudou a transmissão dos germes e vírus. Entre as doenças venéreas, as mais devastadoras foram a gonorreia e a sífilis. Na Bahia [entre 1559 e 1562], matou mais de 70% de todos os índios aldeados nas fazendas dos jesuítas. No Espírito Santo, 600 indígenas pereceram em um período tão curto que foi necessário enterrar dois corpos por cova. Um número provavelmente maior foi dizimado entre os índios livres. Em 1562, já chegavam a 300 mil mortos. Um terço de todos os índios nas aldeias jesuíticas perdeu a vida. No ano seguinte, uma nova epidemia, dessa vez de sarampo, atacou com igual furor. Outras 30 mil pessoas teriam morrido. Um novo surto ocorreu no Maranhão, entre 1621 e 1623. E um terceiro, em 1660, atingiu o Grão-Pará e, mais uma vez, o Maranhão” (Gomes, 2019, p. 119-20). Estas epidemias também afetaram as aldeias tribais, resultando na falta de força de trabalho e, com isto, gerando escassez de produtos alimentícios, destruindo diversas aldeias indígenas.

<sup>60</sup> No início do século XVII, os bandeirantes descobriram que jesuítas espanhóis haviam reunido grandes grupos de populações guaranis em redutos denominados de Reduções Jesuíticas ao longo dos rios Paraná e Uruguai. Estas reduções passaram a ser sistematicamente atacadas pelos bandeirantes, aprisionando os índios para servirem de escravos nas plantações de cana-de-açúcar nas fazendas paulistas. Assim, em 1640, os bandeirantes, após diversas investidas, conseguiram destruir as cinco reduções jesuíticas implantadas no Rio Grande do Sul, que ali viviam desde 1610. O gado que ali fora introduzido pelos guaranis, vindo da província argentina de Corrientes, foi dispersado pelo território gaúcho com a destruição das missões jesuíticas, criando-se soltos, compondo o que viria a ser conhecido por Vacaria Del Mar, dando base ao Tropicismo, posteriormente. As Reduções Jesuíticas no sul do país, seja nesse primeiro ciclo, seja no segundo, de 1680-1754, onde se implantaram os Sete Povos das Missões, representaram uma das primeiras formas de organização societária no Brasil distinta da *plantation* e distinta das sociedades tribais de nossos povos originários, e conseguiram solucionar os problemas sociais daqueles grupos humanos com base no trabalho livre e cooperado e num justo regime distributivo.

nas populações originárias americanas foi profundo. No início da ocupação portuguesa na costa africana, em 1420, estimava-se que a população originária na América fosse de 50 milhões de habitantes. Em 1600, a estimativa indicava a existência de somente 10 milhões, revelando a trágica política colonial de extermínio dos nossos povos originários (Gomes, 2019).

Os estudos indicam que, na década de 1570, a *plantation* açucareira estava implantada no Brasil e em ritmo de rápida expansão.<sup>61</sup> Os 60 engenhos declarados em 1570 tornaram-se 115 em 1583 e 350 em 1630.<sup>62</sup> Foi essa condição que permitiu a importação em larga escala de africanos para os canaviais brasileiros a partir de 1570. No entanto, a transição do trabalho escravizado de indígenas para o trabalho escravizado de africanos foi gradual, entre 1570 e 1650. Por exemplo, em 1580, estimava-se que dois terços da força de trabalho dos engenhos pernambucanos ainda eram indígenas. Por volta de 1650, não se encontravam mais indígenas nos engenhos nas principais capitânicas, finalizando essa transição para o uso do trabalho escravizado africano (Prado Júnior, 1986; Novais, 2001; Ferlini, 2002).<sup>63</sup>

---

<sup>61</sup> Neste século XVI, diversos cultivos e criações foram introduzidas no Brasil de várias partes do mundo. Com o Governo Geral, em 1549, vieram os animais da Europa, sobretudo bovinos, caprinos e suínos. Da África vieram vegetais como sorgo, inhame e cará. Da Ásia vieram a bananeira, a mangueira, a jaqueira e o arroz. Da Oceania veio o coqueiro. Vegetais como o milho, a mandioca e o algodão, cultivados pelos povos indígenas locais, foram incorporados nos cultivos dos colonizadores (Andrade, 2002).

<sup>62</sup> Estimava-se que um engenho de tamanho médio requeria 100 escravos para o trabalho, tanto nas lavouras como no processamento da cana (engenho) (Ferlini, 2002).

<sup>63</sup> Para Gomes, essa transição do trabalho escravizado indígena para o africano não difere tanto: “em 1574, os cativos chegados da África representavam apenas 7% da força de trabalho escrava no engenho, contra 83% de índios. Em 1591, eram 27%. Por volta de 1638, já compunham a totalidade” (Gomes, 2019, p. 129).

Na segunda metade do século XVII, a *plantation* estava instaurada no litoral pernambucano e baiano,<sup>64</sup> como também no litoral fluminense e em São Vicente, no litoral paulista.

A instalação da *plantation* açucareira requeria volumoso capital, sendo o sesmeiro um senhor de posses. Ainda que o engenho fosse uma unidade articuladora da lavoura de cana e do processamento do caldo em açúcar, como uma unidade econômica, ele não o era como agente produtivo. No Nordeste brasileiro, além do sesmeiro (o dono do latifúndio),<sup>65</sup> compareciam no processo produtivo diversos outros agentes, como os plantadores/lavradores de cana que, tendo ou não a propriedade da terra, forneciam cana para o engenho, tendo por base uma força de trabalho também escravizada (Ferlini, 2002; Gorender, 2016).

Estes plantadores/lavradores se diferenciavam em grandes e pequenos pela quantidade de escravos que possuíam. Havia casos destes grandes plantadores possuírem até 30 escravos.<sup>66</sup> Aqueles lavradores que tinham seus cultivos de cana dentro da fazenda do senhor de engenho eram obrigados a pagar a renda escravista da terra, que girava em torno de 10 a 16% da produção obtida.

---

<sup>64</sup> No caso dos canaviais pernambucanos, estes foram introduzidos nas regiões de massapé, enquanto os solos mais arenosos destinaram-se, nesse início de colonização, à pecuária e à produção de alimentos (sobretudo mandioca). Já no Recôncavo Baiano, a cana-de-açúcar dominou as áreas de massapé, e o fumo foi introduzido nas terras arenosas (Andrade, 2002).

<sup>65</sup> De maneira geral, esse latifundiário também possuía um engenho. Mas havia sesmeiros que não estruturaram engenhos, ainda que mantivessem a grande fazenda com cana-de-açúcar.

<sup>66</sup> De acordo com Ferlini (2002, p. 30), “se, no início do século XVII, os plantadores de cana estavam ainda próximos dos senhores de engenho, a partir da crise da segunda metade do século, a distância cresceu. No geral, a história mostra os lavradores afastados da classe abastada”. Já os pequenos lavradores de cana, no início do século XIX, “pouco se diferenciavam da massa de despossuídos da área açucareira nordestina” (Ferlini, 2002, p. 33).

Já a renda escravista da industrialização situava-se no marco de 50% do caldo da cana processada no engenho (Gorender, 2016).

Havia também, no interior dos engenhos de cana-de-açúcar, outros agentes produtivos, como os moradores e agregados que se dedicavam ao plantio de gêneros alimentícios que abasteciam essa fazenda. Parte desta população livre existente no interior destas fazendas podia também viver ali prestando serviços aos senhores das terras, seja no trabalho especializado do processamento do açúcar, seja como trabalhador diarista em atividades diversas dentro da fazenda.<sup>67</sup>

Esta população de homens livres no interior dos engenhos era uma exigência objetiva, visto a necessidade de ocupação das terras no Brasil, bem como a base para a constituição de uma força paramilitar. O engenho, portanto, também cumpria uma função militar, sendo ele um núcleo de defesa (Linhares, 1979).<sup>68</sup>

---

<sup>67</sup> Com base na historiografia brasileira recente, pode-se afirmar que a sociedade litorânea, onde o açúcar se estabeleceu, era muito mais complexa que a existência do “senhor e o escravo” ou de um contingente de desclassificados, marginais, não orgânicos ao sistema colonial. De acordo com Ferlini, “desde o final do século XVI podemos constatar, nessa sociedade, algumas categorias que nuançam as simplificações. No cume da pirâmide social estavam os senhores de engenho. De diversos níveis de posse, constituíam, sem dúvida, a elite colonial, como ressalta Antonil. Os lavradores de cana, também diferenciados pela propriedade ou não de terras, pela extensão de suas lavouras e de sua escravaria, vinham a seguir. Constituíam segmento da sacarocracia, mas eram, de certa maneira, a elite dos agricultores, dos lavradores, na qual se incluíam os lavradores de tabaco e de roças de subsistência. Estes, mais difíceis de identificar, embora apareçam frequentemente menções, podiam ser também lavradores de cana. Ligados aos engenhos, tínhamos ainda os trabalhadores especializados livres, nos primeiros séculos, brancos de origem portuguesa, mais tarde mulatos e negros forros, como atestam os censos e a crônica colonial. Eram mestres de açúcar, banqueiros, ajuda-banqueiros, purgadores, caixeiros, calafates, caldeiros, tacheiros, carpinteiros, pedreiros, barqueiros” (Ferlini, 2002, p. 27-28). E, na base da sociedade, havia os(as) trabalhadores(as) escravizados(as), conformando um dos polos da luta de classes do período colonial.

<sup>68</sup> Essa função militar atribuída ao engenho já estava presente desde o Regimento Tomé de Souza, de 1549, quando da instalação do Governo Geral na colônia. Esse regimento normatizou a administração colonial e disciplinava diversos assuntos,

Foi essa população de trabalhadores escravizados e de homens livres a base da dominação política, social e militar dos senhores das terras, tornando os engenhos o polo aglutinador da sociedade açucareira nos primeiros séculos de colonização. E a concentração das terras, a partir do sistema sesmarial, foi a base para o controle da produção pelo capital mercantil,<sup>69</sup> garantindo grande volume de produção e o monopólio desta produção.<sup>70</sup> Ao mesmo tempo,

---

entre eles a organização do comércio, a concessão de sesmarias e a organização da defesa do território.

<sup>69</sup> De acordo com Novais (2011, p. 72), esse esforço produtivo estava inserido nos quadros do mercantilismo como parte integrante do processo de acumulação primitiva do capitalismo industrial nascente. Segundo o autor, “é no regime de comércio entre metrópoles e colônias que se situa o elemento essencial desse mecanismo. Reservando-se a exclusividade do comércio com o Ultramar, as metrópoles europeias na realidade organizavam um quadro institucional de relações tendentes a promover necessariamente um estímulo à acumulação primitiva de capital na economia metropolitana a expensas das economias periféricas coloniais. O chamado ‘monopólio colonial’, ou mais corretamente e usando um termo da própria época, o regime do ‘exclusivo metropolitano’, constituía-se, pois, no mecanismo por excelência do sistema, através do qual se processava o ajustamento da expansão colonizadora aos processos da economia e da sociedade europeias em transição para o capitalismo integral”. Esse autor esclarece ainda que “ocupação, povoamento e valorização econômica das novas áreas se desenvolvem nos quadros do capitalismo comercial do Antigo Regime, em função dos mecanismos e ajustamentos dessa fase da formação do capitalismo moderno; no fundo e no essencial, a expansão europeia, mercantil e colonial processava-se segundo um impulso fundamental, gerado nas tensões oriundas na transição para o capitalismo industrial: acelerar a primitiva acumulação capitalista.” (Novais, 2001, p. 92).

<sup>70</sup> Além do monopólio da terra e da produção obtida, cabe destacar a imensa ociosidade das terras destes engenhos. De acordo com Ferlini, “as concessões de sesmarias na região canavieira excederam, em muito, as necessidades do erguimento e manejo dos engenhos. Garantiam-se terras para os canais, águas para as levadas e matos para as fornalhas. Uma sesmaria de duas léguas em quadra (menor que o usual, acima de três léguas em quadras) significava 8.712 ha de terra. Ora, um engenho de grande porte moía, anualmente, cerca de 200 tarefas. Correspondendo cada tarefa a uma área plantada de 4.356 m<sup>2</sup>, a extensão das lavouras não excederia 90 ha. Se considerarmos ter cada sesmaria apenas um engenho, a proporção de aproveitamento das terras era de 1%. Há que se considerar a necessidade de matas para abastecer de lenha as

a terra concentrada era compatível ao patrimonialismo exercido na metrópole e necessário em vista da exclusão da população livre do acesso à terra. Essa exclusão impunha a essa população de homens livres uma forte subordinação política aos senhores da terra, gerando aí a base da dominação política desta classe social de proprietários em formação (Ferlini, 2002).<sup>71</sup>

---

fornalhas, pesando na dimensão da data original. O abastecimento de lenha era tão importante que na segunda metade do século XVII, quando proliferaram as engenhocas nas terras próximas aos grandes engenhos, os senhores enviamaram esforços para a Coroa proibir o erguimento de novas moendas, estabelecendo-se a distância mínima de meia légua entre as unidades manufatureiras, o que reservava, a cada engenho, cerca de 952 ha. Se tomarmos essa área como a mínima para um engenho e seus canaviais, o aproveitamento agrícola era de 10%, ficando o restante como fornecedor de lenha e madeira, roças de mantimentos e reserva para rotação das plantações. Nesse caso, os canaviais, que se recomendava não ultrapassassem sete anos de plantio, exigiam, mais ou menos, 270 ha de terras” (Ferlini, 2002, p. 26-27).

<sup>71</sup> Florestan Fernandes constatou que, no período colonial, a legitimidade da dominação se fundamentava com base na identidade de interesses dos colonos sesmeiros com os interesses da Coroa portuguesa. Uma dupla preservação de interesses, em que havia o endosso dos interesses dos colonos portugueses pela Coroa e estes colonizadores agiam em benefício dos interesses da Coroa portuguesa. Isto moldou a ordem social escravista senhorial que transplantou os padrões ibéricos de estrutura social adaptados ao escravismo. Para Florestan, nesse período colonial teremos no Brasil uma combinação de estamentos (setor dominante) e castas (setor dominado) conformando a sociedade colonial, na qual apenas os colonizadores participavam da estrutura de poder, e a força bruta coexistia com a violência organizada e legitimada pelo caráter sagrado das tradições, pela moral católica e pelo código legal. Uma ordem social em que o escravo era o inimigo público. Para esse autor, a sociedade colonial apresentava uma estratificação social composta por um “núcleo central” (dominante) formado por homens brancos, dividido em vários estamentos (setores com determinados privilégios). Era composta também por uma “população livre” formada por mestiços, brancos, índios, nem sempre inclusa na ordem estamental (logo, sem privilégios), mas constituindo a “argamassa paramilitar” do estamento dominante. Por fim, essa sociedade colonial era composta por um “conglomerado de escravos”, formado por índios, negros, mestiços, constituindo uma subordem de casta. Para Florestan, esse ordenamento social estava assentado sobre um “vulcão”. Quanto ao Estado escravista colonial aqui implantado, compartilhava os elementos do Estado patrimonialista português em que a concentração de poder e riqueza representava a contraparte de associação deste Estado com a nobreza, o clero e os

## O SÉCULO XVII E A DOMINAÇÃO HOLANDESA NO NORDESTE BRASILEIRO: A CRISE DA *PLANTATION* CANAVIEIRA E A RESISTÊNCIA NEGRA

No final do século XVI, com a morte do cardeal Dom Henrique (1580),<sup>72</sup> o trono português foi disputado por alguns pretendentes, cabendo a Filipe II, rei da Espanha, assumi-lo.<sup>73</sup> Entre 1580 e 1640, Portugal ficou sob domínio espanhol, constituindo a União Ibérica.<sup>74</sup> Ocorre que, a partir de 1595, as companhias comerciais holandesas passaram a ocupar as colônias portuguesas e espanhola pelo mundo. Nesta época, a Holanda, de orientação religiosa calvinista protestante, estava em guerra por sua independência contra a Espanha, que controlava o território dos Países Baixos, considerado parte do império espanhol. Foi uma guerra que durou 80 anos (1568-1648),<sup>75</sup> gerando

---

“homens de fortuna”. Essa associação soberano/nobreza representava uma forma de divisão de riscos e de solidariedade político-legal e econômica. Por isso, o colonizador foi sempre um agente da Coroa portuguesa, ainda que houvesse uma superposta apropriação da riqueza gerada pelo trabalho escravizado (Fernandes, 1972; 1976).

<sup>72</sup> O cardeal dom Henrique assumiu o trono português após a morte prematura do jovem rei dom Sebastião, morto aos 24 anos na Batalha de Alcácer Quibir, ao norte do Marrocos, em 1578, sem deixar herdeiros, gerando uma crise de sucessão. O mais próximo na linha sucessória era justamente o cardeal dom Henrique, que além de religioso já apresentava idade avançada, vindo a falecer em 1580.

<sup>73</sup> O rei Filipe da Espanha reivindicou o trono português por ser filho de uma princesa portuguesa. “Começava a União Ibérica, quando os dois países foram governados de Madri por um uma sucessão de três Filipes, todos espanhóis: Filipe I (Filipe II de Espanha), de 1580 a 1598; Filipe II (III de Espanha), 1598 a 1621; Filipe III (IV de Espanha), de 1621 a 1640” (Gomes, 2019, p. 358).

<sup>74</sup> Com lutas travadas por sua autonomia, Portugal restaurou sua independência em 1640, instituindo a Dinastia de Bragança, por intermédio do rei dom João IV, da qual descendia dom João VI e seus filhos, dom Pedro I e dom Pedro II, futuros imperadores do Brasil.

<sup>75</sup> Conforme indicado por Gomes (2019, p. 359), “as batalhas do confronto se desdobraram ao redor do planeta, incluindo a região de Flandres e as águas geladas do Mar do Norte, na Europa, o estuário do Rio Amazonas, toda a costa brasileira entre Pernambuco, Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro, os mares do Chile, o Estreito de Malaca e o Arquipélago das Molucas, na Indonésia”.

uma república.<sup>76</sup> Os holandeses, ao longo desta guerra, atacaram as possessões portuguesas em vários continentes, em três frentes, e buscavam controlar, no Extremo Oriente, o comércio de especiarias; na costa africana, o mercado escravista português; e, na América espanhola e no Nordeste brasileiro, a comercialização do açúcar e da prata e do ouro.<sup>77</sup> Dessa forma, em 1630, os holandeses ocuparam a cidade de Olinda e depois, Recife, e dali passaram a ocupar todo

---

<sup>76</sup> “Oficialmente calvinista, embora tolerante com as demais práticas religiosas, a coligação se constituiu no primeiro experimento republicano de grande escala na história moderna. Estava, porém, longe de ser uma república popular, sustentada pelo sufrágio universal. Era, em vez disso, um regime oligárquico em que o poder se dividia entre burgueses – negociantes ricos – e a nobreza. [...] As decisões provinciais eram tomadas pelas cidades reunidas em assembleias, que, por sua vez, se faziam representar num parlamento nacional (os Estados Gerais) em que eram votadas deliberações relacionadas à guerra e à paz. Um conselho de notáveis se responsabilizava pela execução dessas resoluções” (Gomes, 2019, p. 360).

<sup>77</sup> “A guerra entre as Províncias Unidas e o Reino de Portugal na época da União Ibérica começou com ataques às ilhas de São Tomé e Príncipe, entrepostos do tráfico de escravos, entre 1598 e 1599. Em outra frente de combate, em 1605, os holandeses capturaram Ternate e Tidore dos portugueses, as duas mais importantes ilhas das especiarias no Sudeste asiático. Com isso, assumiram o monopólio do fornecimento de pimenta, noz-moscada, cravo da Índia e outros condimentos para a Europa. Ao mesmo tempo, devastaram a rede de comércio português, atacando a rede de feitorias existentes entre o Golfo Pérsico e o Japão. O local mais estratégico do comércio com o Oriente, a fortaleza que guarnecia a entrada do Estreito de Malaca (onde hoje se situa Singapura), caiu em 1641. Por fim, as Províncias Unidas conquistaram sucessivamente os entrepostos portugueses na costa do Ceilão, em Cochim e Malabar, na Índia. No final dessa grande ofensiva, os territórios que restaram aos portugueses no Oriente foram: Macau, na China; Goa, na Índia; e algumas ilhas isoladas e distantes na Indonésia, como Timor, Flores e Solor. Em seguida, os assaltos se concentraram em diversos pontos do litoral brasileiro. A Paraíba e o Espírito Santo foram atacados em março e junho de 1625, respectivamente. A Bahia foi ocupada em maio de 1624, retomada em abril de 1625 e novamente assediada em abril de 1626” (Gomes, 2019, p. 362). A ocupação holandesa de Salvador, em 1624, foi rechaçada por uma esquadra naval luso-espanhola composta por 52 navios e 12 mil homens. Os holandeses regressariam em 1630, só que agora na capitania de Pernambuco.

o litoral nordestino, mantendo controle até 1650,<sup>78</sup> quando foram expulsos da capitania de Pernambuco.

Antes dessa ocupação, no início do século XVII, a Holanda já controlava 60% do frete entre Brasil e Portugal, além do controle do comércio do Báltico e do Mar do Norte, o que transformou a cidade de Amsterdã no maior porto da Europa naquele período.<sup>79</sup> Isto possibilitou à Holanda controlar a distribuição das mercadorias dentro da Europa e essa condição econômica a permitiu ser o principal agente financiador dos engenhos instalados no Brasil naquele século.

Essa expansão comercial holandesa se explica pelo fato de que a Holanda, já em 1602, antecipando-se aos ingleses e franceses, fundou a Companhia das Índias Orientais, reunindo companhias que competiam entre si no Báltico e no Mar do Norte, formando a primeira companhia comercial por ações. A ação mercantil foi a expressão da unificação da burguesia comercial, possibilitando a centralização do poder político. Assim, a

---

<sup>78</sup> “No dia 14 de fevereiro de 1630, um Exército de 3 mil homens, apoiado pela poderosa esquadra das Províncias Unidas, desembarcou na Praia de Pau Amarelo, ao norte de Olinda, ocupada dois dias mais tarde. No dia 3 de março, o Recife também se rendia às forças invasoras. Começava ali uma duríssima guerra pelas lavouras e engenhos de açúcar, que envolveria as regiões vizinhas – Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará – e só terminaria em 1654. Enquanto isso, corsários holandeses atacavam os navios negreiros em alto-mar. Num só ano, entre 1647 e 1648, cerca de 220 naus mercantes portuguesas foram capturadas ou afundadas por esses piratas. A maior parte dos 3 mil escravos vendidos pelos holandeses na América entre 1623 e 1637 era apreendida nessas investidas contra embarcações portuguesas” (Gomes, 2019, p. 363). Com a tomada e destruição de Olinda pelos holandeses, o porto de Recife, até então insignificante, passou a ter uma função. Para Ribeiro Júnior (2004), destoando de Gomes, os holandeses estavam interessados em controlar o comércio do açúcar e não tanto controlar a sua produção, de forma que o porto de Recife foi fortalecido e a colonização holandesa foi marcada por um caráter mais urbano.

<sup>79</sup> Nesta cidade havia 27 refinarias de açúcar que processavam o açúcar bruto do Brasil e, de lá, era comercializado o açúcar refinado para toda a Europa.

companhia passou a representar os Estados Gerais no ultramar, assinando tratados comerciais e de paz, construindo fortalezas e declarando guerra. Em sua trajetória, essa companhia conquistou espaços comerciais antes dominados por portugueses, espanhóis e ingleses. Em 1605, fundou-se o Banco de Amsterdã, que teve importante papel no mercantilismo holandês. Em 1621, os Estados Gerais criaram a Companhia das Índias Ocidentais (uma companhia organizada também por ações), buscando conquistar espaços na América espanhola e portuguesa (Brasil) e na África. Em meados do século XVII, os Estados Gerais possuíam importante domínio do mundo comercial asiático, e controlavam um capital similar à soma dos capitais dos demais países europeus. Além de comerciantes, nessa época a Holanda também era um importante centro de manufaturas têxteis e apresentava uma agricultura avançada. Sua frota marítima envolvia 120 mil homens, equivalente à metade da frota mundial.<sup>80</sup> Por intermédio das companhias, a Holanda se tornou a principal potência econômica do século XVII, com atuação em todos os continentes (Ribeiro Junior, 2004).<sup>81</sup>

Dessa forma, no século XVII, Holanda, França e Inglaterra já disputavam as terras e as rotas comerciais de Portugal e Espanha, visto o sucesso da ofensiva comercial e manufatureira desempenhada sobretudo pelas companhias comerciais por ações

---

<sup>80</sup> “Na segunda metade do século XVI, os Países Baixos já possuíam uma frota de cerca de mil grandes embarcações mercantis, o dobro da Inglaterra. Eram também os maiores agentes comerciais da época, responsáveis pelo transporte de 900 mil toneladas anuais de carga, mais do que o volume total transportado em embarcações inglesas, espanholas, portuguesas e italianas.” (Gomes, 2019, p. 361).

<sup>81</sup> Ocorre que as guerras enfrentadas contra a Espanha, Inglaterra e França levaram ao seu desgaste, entrando no século XVIII em posição secundária frente à Inglaterra, que passou a ter a hegemonia mundial (Ribeiro Júnior, 2004).

que ganhavam privilégios (monopólio) nas atividades comerciais (Ribeiro Junior, 2004).<sup>82</sup>

Ao lado da ocupação do Nordeste brasileiro, o controle do tráfico negreiro para o Brasil era peça fundamental. Após longo período de lutas na costa da África Ocidental, os holandeses, em 1637, a partir de uma frota deslocada de Recife, conquistaram o Castelo de São Jorge da Mina (de onde só saíam em 1872). Na década seguinte, anualmente, os holandeses traficaram 6 mil cativos para o Brasil. No entanto, esse volume de escravizados era insuficiente para a manutenção da *plantation* açucareira,<sup>83</sup> o que explicou a expansão das Bandeiras no interior do país, recrudescendo a captura de indígenas (Gomes, 2019).

Em contrapartida, a ineficiência holandesa no tráfico escravista reduziu os ganhos dos acionistas da Companhia das Índias Ocidentais, abrindo uma crise econômica nessa instituição.<sup>84</sup>

---

<sup>82</sup> Estas companhias por ação dinamizaram os ganhos da burguesia comercial daqueles países, acelerando a acumulação capitalista com a abertura de novos mercados consumidores e fornecedores, inclusive o tráfico negreiro. Essa expansão do mercado mundial ampliou a concorrência internacional, influenciando positivamente na produtividade europeia, refletindo nesse processo de acumulação. Em contrapartida, Portugal e Espanha não aplicaram os recursos obtidos nos 100 anos de colonização do século XVI, em companhias por ação. Ao contrário, criaram instituições de caráter monárquico diretamente subordinadas ao rei, cabendo ao soberano os benefícios dos resultados comerciais ultramarinos; essa presença pessoal dos reis ibéricos influenciou na conduta da burguesia comercial desses países, pouco propensas aos reinvestimentos (Ribeiro Júnior, 2004).

<sup>83</sup> De acordo com Gomes, os holandeses tiveram dificuldades em manter o tráfico negreiro na costa africana, reduzindo o número de escravizados aportados no Brasil. “Entre 1600 e 1625, tinham entrado no Brasil cerca de 150 mil cativos. Nos 25 anos seguintes, o número caiu para 50 mil, um terço da cifra anterior.” (Gomes, 2019, p. 368).

<sup>84</sup> “Todo o projeto de ocupação do Brasil e dos territórios africanos estava condicionado às exigências da WIC [Companhia das Índias Ocidentais]. Seus acionistas queriam lucros o mais rapidamente possível. Os resultados da operação brasileira não eram os imaginados e ninguém mais queria investir nela. As ações da companhia despencaram nos mercados europeus. Em 1645, valiam apenas 46% do

Essa crise se fez sentir no sistema de financiamento do açúcar no Brasil, abrindo uma onda de descontentamento dos senhores de engenho. Aí residiria a razão da luta pela expulsão dos holandeses, e não um suposto sentimento nativista.

Esse sistema de crédito estava embasado na venda de escravizados pelos holandeses aos senhores de engenho com o pagamento a partir do açúcar produzido. Esse sistema gerou, ao longo dos anos, uma forte inadimplência (vem de longe a prática do calote pelos grandes fazendeiros),<sup>85</sup> ao ponto de os holandeses só venderem cativos com o pagamento à vista.<sup>86</sup>

As contradições se ampliaram e, em 1650, após duas batalhas que compuseram a Batalha dos Guararapes,<sup>87</sup> os portugueses expulsaram os holandeses da capitania de Pernambuco. No entanto, a instabilidade seguiu, visto que os holandeses ainda mantinham

---

valor nominal. Um complicador adicional seria o início da guerra entre Holanda e Inglaterra, em 1652, mais uma vez pelo controle de rotas marítimas, que drenou os recursos financeiros e militares já escassos para manter a ocupação no Brasil. Sem recursos, a WIC deixou de pagar dividendos aos acionistas por dois anos consecutivos” (Gomes, 2019, p. 368).

<sup>85</sup> “As garantias oferecidas pelos senhores de engenho eram frágeis e claramente benéficas ao calote no pagamento dos empréstimos. [Ainda que sob ocupação holandesa, a] lei portuguesa limitava os direitos dos credores sobre os bens penhorados, o que incluía a terra e os equipamentos utilizados na fabricação de açúcar” (Gomes, 2019, p. 369).

<sup>86</sup> “Em 1643, 43% dos cativos africanos foram vendidos mediante pagamento à vista, ou seja, sem a facilidade das linhas de financiamento que até então auxiliavam os negócios do açúcar. O percentual aumentou para 78% em 1644 e para 100% no ano seguinte. [...] Esse seria o rastilho de pólvora da luta pela expulsão dos holandeses de Pernambuco, e não o orgulho nativista como a historiografia oficial se encarregou de propagar desde então. Com o fim do crédito fácil, estava armado o confronto entre os colonos devedores e os holandeses, novos ocupantes do território e seus credores” (Gomes, 2019, p. 370).

<sup>87</sup> A batalha final, que expulsou os holandeses da capitania de Pernambuco, foi a Batalha dos Guararapes, estabelecida na região de Jaboatão (hoje região metropolitana do Recife), onde forças do império português derrotaram o Exército holandês em duas batalhas: uma em 1648 e a definitiva, em fevereiro de 1649.

diversos pontos ocupados no Oriente e na África, acentuando a preocupação portuguesa sobre uma nova ocupação do Brasil. Aproveitando-se da crise econômica em que se encontrava a Companhia da Índias Ocidentais, a Coroa portuguesa propôs aos holandeses a compra do Nordeste brasileiro para acabar de vez com essa instabilidade. O acordo foi selado em 1661, pelo valor de 4 milhões de cruzados,<sup>88</sup> implicando concessões de territórios à Companhia da Índia Oriental e aumento de impostos cobrados pela Coroa portuguesa no Brasil (Gomes, 2019).

A ocupação militar do Brasil pelos holandeses,<sup>89</sup> ao desestabilizar as fazendas escravistas de cana-de-açúcar<sup>90</sup> e as fazendas de

---

<sup>88</sup> “O contrato de compra e venda assinado por De Witt e o conde de Miranda envolvia a soma de 4 milhões de cruzados em dinheiro português da época, o equivalente a mais de 1 bilhão de dólares ou 25 toneladas de ouro, em valores de hoje” (Gomes, 2019, p. 352). Apoiando-se no historiador Evaldo Cabral de Mello, Gomes (2019) indica que a última parcela paga pelos portugueses ocorreu 50 anos depois, em 1711.

<sup>89</sup> A ocupação holandesa também implicou a expulsão dos jesuítas dos aldeamentos indígenas, sendo substituídos por pastores protestantes que traduziram parte da Bíblia para o Tupi. Em 1639, surgem os aldeamentos cristãos reformados, fundando-se quatro em Pernambuco, cinco em Itamaracá, sete na Paraíba e cinco no Rio Grande do Norte. Com os holandeses, se extinguiu a escravidão indígena e, em 1645, foi promulgada a Lei do Ventre Livre, que “determinava que os filhos de pais africanos e mães indígenas seriam livres” (Prezia, 2017, p. 62). Durante essa ocupação, parte dos Potiguara se aliaram aos portugueses, mas os Janduí ficaram do lado dos holandeses. Com o fim da ocupação, os Janduí sofreriam duro golpe. De acordo com Prezia, eles “se rearticularam com outros povos, como os Payaku e Icó. Em 1686, desencadearam uma grande ofensiva contra os portugueses no Rio Grande do Norte, chegando o levante até o Ceará.” (Prezia, 2017, p. 73). Os Janduí foram combatidos por bandeirantes como Domingos Jorge Velho (que, um pouco antes de destruir o Quilombo de Palmares, peleou com os Janduí) e Matias Cardoso. Somente no começo de 1692 assinou-se um acordo de paz em Salvador. Nesse acordo, a terra indígena é demarcada em dez léguas em quadra. “A partir desse acordo, as terras indígenas começaram a ser demarcadas nas colônias” (Prezia, 2017, p. 75).

<sup>90</sup> Essa desestabilização implicou a redução da produção de açúcar. Conforme indicado por Gomes (2019, p. 371), “em 1624, ano da primeira investida holandesa, a produção total de açúcar no Brasil havia sido de 960 mil arrobas, número que só voltaria a um patamar semelhante mais de um século mais tarde, em 1737, quando foram produzidas 937 mil arrobas.”

criação de gado,<sup>91</sup> proporcionou o aumento das fugas dos escravos, que progressivamente já se organizavam fora dos engenhos em quilombos. Estes juntamente com a luta indígena, foram maiores símbolos da resistência popular deste período histórico.

O mais conhecido destes quilombos foi o Quilombo de Palmares, que existiu por 65 anos, entre 1630 e 1695, composto por diversos mocambos (aldeias), envolvendo uma população estimada de 20 mil pessoas e ocupando um território de 27 mil km<sup>2</sup> (Moura, 1988).

Esta experiência ganhou importância não apenas pelo tempo de sua existência, pelo número de pessoas envolvidas, ou pelo território controlado, mas também pelo fato de ter sido a maior tentativa de autogoverno dos povos africanos negros fora da África (Moura, 1988).

A Serra da Barriga (Alagoas), para onde fugiam os negros escravizados, era um local ideal, pois com florestas densas, terras férteis, abundância de água, caça e madeiras, permitia a defesa dos negros fugidos e a sua manutenção.

Palmares organizou uma república composta por diversos mocambos, como os de Arotirene, Taboca, Dambraganga, Subupira (era o quartel general), do Macaco (capital da república, com 1.500 casas), Osenga, Amaro, Andalaquituche e o mocambo do Zumbi. Organizavam-se por um conselho composto pelos líderes dos mocambos, e escolhiam um membro para dirigi-los. Ganga-Zumba foi esse líder escolhido para liderá-los, visto seus feitos demonstrados na guerra (ele governou até 1678) (Moura, 1988).

---

<sup>91</sup> Com medo de perder seus animais por requisição dos invasores holandeses, criadores de gado alagoanos e sergipanos subiram o Rio São Francisco, entrando no sertão. De acordo com Linhares, “a marcha sobre o Agreste, de que fazem parte as lutas contra Palmares e a Confederação dos Cariris, guerras longas e exterminadoras de populações negras e indígenas, caracterizou o estabelecimento de grandes fazendas sobre extensões de terras doadas em sesmarias” (Linhares, 1979, p. 45).

Nos mocambos, plantava-se milho, banana, mandioca, batata-doce, feijão; criava-se animais e se beneficiavam do coco, que era abundante na região. Produzia-se cerâmicas, tanto painéis como vasos, além do artesanato (cestos, esteiras etc.).

Nas atividades que desenvolviam na região, libertavam diversos escravos, e aqueles que vinham forçados para Palmares eram transformados em escravos e trabalhavam na agricultura (Moura, 1988). Devido à falta de mulheres nos mocambos, as famílias eram poliândricas (uma mulher relacionava-se com diversos homens). Essa forma básica de organização gerava estabilidade nos grupos (Moura, 1988).

A parte militar era bem desenvolvida, garantindo a segurança da região. Dirigido por Ganga-Muiça, o exército era armado com arcos, flechas, lanças e armas de fogo capturadas nos combates. No mocambo de Subupira, desenvolviam treinamento militar. A capital de Palmares (Macaco) era fortemente protegida por cercas que dificultavam o ataque dos invasores. Estima-se que, ao longo do tempo, Palmares tenha enfrentado 16 expedições, sendo as duas primeiras organizadas pelos holandeses, iniciadas em 1644, e as demais organizadas pelas autoridades portuguesas (Moura, 1988).

Em meio a essas investidas, em 1678, Ganga-Zumba aceitou uma proposta de paz oferecida pelos portugueses. Ocorre que, na metrópole portuguesa, o Conselho Ultramarino desaprovou o acordo, assim como no Conselho de Palmares, onde os líderes de maior prestígio militar também se colocaram contra o acordo e executaram Ganga-Zumba, passando a direção de Palmares para Zumbi (sobrinho do rei) (Moura, 1988).

Em dezembro de 1692, chegou à região o bandeirante paulista Domingos Jorge Velho. Palmares, severamente debilitada pelas sucessivas expedições, caiu durante a segunda expedição deste bandeirante, em 1694. Após 22 dias de resistência, o mocambo do Macaco (capital de Palmares) foi tomado por tropas portu-

guesas, do qual consegue escapar Zumbi, caçado até a sua morte (Moura, 1988).

A resistência negra se fez presente por toda a história brasileira e, durante o escravismo, ela se manifestou de diferentes formas, além dos quilombos. Essas comunidades existiram por todo o país, seja nas áreas de mineração em Minas Gerais, como o Quilombo de Campo Grande (1746-1759), onde viveram mais de 20 mil negros, como nas comunidades organizadas nas proximidades das cidades, como o Quilombo Jabaquara, na periferia de Santos (1882) (Moura, 1988).

A resistência negra também se manifestou na participação em insurreições armadas, como a Balaiada, no Maranhão (1839), ou em revoltas que buscaram tomar o poder na cidade, como foi o caso da Revolta dos Malês (1835), na cidade de Salvador (Moura, 1988). Essa resistência se manifestava, da mesma forma, pelos saques desenvolvidos nas estradas e povoados, como também nos assassinatos dos feitores, capitães do mato e senhores de engenhos (Moura, 1988).

Mas a ocupação holandesa também gerou um outro efeito na economia açucareira. Ao conviverem com as plantações de cana-de-açúcar, os holandeses passaram a dominar a tecnologia da produção agrícola e a tecnologia do processamento do açúcar. Ao serem expulsos do Brasil, transferiram esses conhecimentos para suas colônias das Antilhas, produzindo açúcar que, no final do século XVII, passou a concorrer com o brasileiro no mercado europeu, abrindo uma grande crise econômica na *plantation* brasileira (Prado Júnior, 1986; Novais, 2001).<sup>92</sup>

---

<sup>92</sup> Entre 1660 e 1695, os preços do açúcar declinaram. Se em 1650 a arroba valia 3\$800 réis, em 1668 passou para 2\$400 réis, e, em 1688, uma arroba valia apenas 1\$300 réis (Ribeiro Júnior, 2004).

## A EXPLORAÇÃO DO OURO NAS MINAS GERAIS E A FORMAÇÃO DO MERCADO INTERNO

Para a Coroa portuguesa, a saída da crise veio com a descoberta da esmeralda e do ouro, no final do século XVII, na região das Gerais. As minas de exploração de ouro se organizaram com base no trabalho escravizado. Parte da escravaria das fazendas de cana-de-açúcar foi absorvida por esse ciclo de mineração.<sup>93</sup>

Esse novo ciclo econômico equilibrou as contas da metrópole, que já eram deficitárias. Portugal exportava vinho, sal, frutas, azeite e cortiça, bem como produtos coloniais, como açúcar, tabaco, cacau e madeira, além de escravos. Mas importava manufaturas, trigo e outros alimentos, tendo uma balança comercial deficitária e sendo a Inglaterra o seu principal fornecedor (Ribeiro Junior, 2004).

O ouro brasileiro, na primeira metade do século XVIII, teve importante papel no mercantilismo mundial por proporcionar maior circulação monetária e facilitar a expansão da economia mercantil. No entanto, Portugal pouco se aproveitou do ouro para investir em atividades produtoras de riqueza, utilizando-o apenas para equilibrar sua balança comercial. Por isso, o ouro brasileiro, em sua maior parte, foi transferido para a Inglaterra por força do seu predomínio comercial sobre Portugal.<sup>94</sup>

Na primeira metade do século XVIII, o Brasil viveu da expansão econômica proporcionada pelo ciclo da mineração, com seu auge na década de 1760, mas nas décadas seguintes viveu um processo

---

<sup>93</sup> Inclusive alguns senhores de engenho se desfizeram de suas terras e transferiram-se com sua escravaria para a região das minas, na busca do ouro.

<sup>94</sup> Entre 1702 e 1772, o volume comercializado pela Inglaterra triplicou, tendo importância o ouro brasileiro na monetarização destas relações comerciais. Por seu turno, os ingleses aproveitaram-se das concessões obtidas nos acordos diplomáticos com Portugal e instalaram diversos escritórios comerciais, passando a dominar, dentro daquele país, o comércio de importação e exportação (Ribeiro Júnior, 2004).

de queda da sua produção,<sup>95</sup> acarretando a diminuição da renda na região.<sup>96</sup>

Com o ciclo da mineração, floresceu no Brasil uma vida tipicamente urbana, como foi o caso da vila de Ouro Preto,<sup>97</sup> com presença de diversos serviços, profissionais liberais, burocracia militar, civil e religiosa, além de músicos e artesãos (pintores, pedreiros, entalhadores, carpinteiros, entre outros), com uma estrutura urbana diversificada, mas com forte presença do trabalho escravizado, ainda que a estrutura de posse de escravos fosse desconcentrada.<sup>98</sup> Isto também caracterizava os demais centros urbanos da mineração (Paula, 2002).

O intenso povoamento com a descoberta das minas levou a capitania mineira a saltar de 30 mil habitantes, em 1711, para 226.606, em 1751, e 396.285, em 1786 (Paula, 2002).<sup>99</sup> O que

---

<sup>95</sup> De acordo com Pinto (1982), entre 1741 e 1760, 292 toneladas de ouro foram produzidas na região das minas, com média anual de 14.600 kg. Nos 20 anos seguintes (1761-1780), a produção obtida foi de 207 toneladas, numa média anual de 10.350 kg. Nos anos seguintes, a produção caiu pela metade. Entre 1781 e 1800, a produção destes 20 anos foi de 109 toneladas, chegando, no período compreendido entre 1811 e 1820, a 17 toneladas, numa média anual de 1.760 kg de ouro, revelando bem a dimensão da crise que ali se estabeleceu. Parte destes mineiros tornaram-se cultivadores de milho, arroz, feijão, mandioca, algodão, cana-de-açúcar e café, como também se dedicaram à criação de gado.

<sup>96</sup> A Coroa portuguesa, nessas décadas finais do ciclo do ouro, com o objetivo de ampliar as receitas, apertou o controle fiscal e tributário na região mineradora, o que gerou a insatisfação de base econômica e política que originou a Inconfidência Mineira (1789).

<sup>97</sup> A ocupação da cidade de Ouro Preto é marcada pela espontaneidade, logo, pela ausência de um plano, resultado da intensa migração. Na segunda metade do século XVIII, viviam em Ouro Preto 95 mil pessoas, sendo 25 mil na área urbana, configurando o núcleo urbano mais populoso do Brasil naquela época (Paula, 2002).

<sup>98</sup> No censo demográfico realizado em 1804, a média de escravos por proprietário era de 3,7 (Paula, 2002).

<sup>99</sup> Em 1711, foram constituídas as vilas de Mariana, Ouro Preto e Sabará; em 1713, a Vila de São João Del Rey, e em 1718, a Vila de Tiradentes. Apesar do crescimento populacional dessas vilas, a concessão do estatuto de cidade foi restrita, cabendo apenas à Mariana o título de cidade (Paula, 2002).

se viu, no entanto, não foi apenas um adensamento demográfico, mas sim um processo de formação do mercado interno, o enriquecimento da sociabilidade, a ampliação dos equipamentos urbanos e de serviços, resultando na convivência de diversas profissões (e, portanto, de homens livres),<sup>100</sup> novos padrões de arquitetura e diversidade das manifestações artísticas (música, teatro, escultura, pintura, literatura), plasmando assim uma nova cultura e, com ela, a formulação de um sentimento nativista.

Foi sob esse contexto que as ideias formuladas na luta pela independência dos Estados Unidos (1776) e na Revolução Francesa (1789) foram recepcionadas no Brasil, influenciando em diversas revoltas brasileiras daquele período – uma delas, justamente em Minas Gerais, foi a Inconfidência Mineira (1789). O evento questionou a dominação colonial e suas formas de tributação do ouro, mas, em seu projeto societário, não indicava o fim da escravidão. Propunha-se uma independência do Brasil e sua autonomia política, mas não se alteraria a base da exploração do trabalho, mantendo-se o trabalho escravizado. No entanto, outra revolta, a Conjuração Baiana (1798), com base social popular (diversos artesãos, ex-escravos, e certo apoio de profissionais liberais, como advogados), além da independência, propunha o fim da escravidão, a distribuição de terras para os escravos e a organização da república. Logo, uma plataforma política mais avançada e democrática.

As várias regiões brasileiras receberam influência desse novo ciclo econômico. As Minas Gerais eram abastecidas por suprimentos vindos de São Paulo, do Rio de Janeiro, da Bahia, do Rio Grande

---

<sup>100</sup> Para controlar o comércio do ouro, a Coroa portuguesa criou uma forte estrutura de controle aduaneiro e fiscal, bem como uma estrutura judiciária, havendo quatro comarcas na capitania, sendo a mais complexa das estruturas jurídicas da colônia brasileira, exemplo da dimensão do poder fiscalizador e controlador do Estado (Paula, 2002).

do Sul, da Europa, da África e do Rio da Prata (Argentina), dinamizando e constituindo o primeiro mercado interno brasileiro.<sup>101</sup>

Mas a região mineira não foi somente importadora de gêneros alimentícios. Nela se desenvolveram regiões cultivadoras de mantimentos e zonas criatórias, sendo estas as regiões que mais tarde alimentariam o Rio de Janeiro durante o século XIX.<sup>102</sup>

---

<sup>101</sup> Linhares ilustra como ocorreu o desenvolvimento do mercado interno com a formação da região mineradora: “de início, foram as cidades vicentinas [litoral paulista] as que mantiveram uma corrente comercial mais ativa [...]. Sua produção (farinha, trigo, marmelo, carnes, panos de algodão, redes) logo foi insuficiente para satisfazer as exigências sempre crescentes dos mineiros [...]. O novo mercado surgido nas Gerais para as populações do planalto paulista atraiu importações do Reino e dinamizou o porto de Santos. E, ainda, o abastecimento das Minas daria origem, na segunda metade do século XVIII, ao pequeno ciclo do açúcar paulista, surgindo plantações de cana no oeste paulista que concorreriam com a Baixada Fluminense no fornecimento de aguardente e açúcar às Gerais. [...] Foi através de São Paulo que se abriu passagem para as tropas de muare provenientes do Sul, donde o florescimento de Sorocaba e sua feira. Do Rio de Janeiro [...], depois da abertura do caminho novo que tornaram mais fáceis as comunicações com as Gerais, intensificando-se, em decorrência, a produção de cereais, açúcar e aguardente nas cercanias da cidade. Expandiram-se lavouras e currais nos campos de Goytacazes, Santa Cruz, Bacaxá e Campos Novos de São João. Não apenas o Rio de Janeiro suplantou São Paulo e Bahia no abastecimento das Gerais, deslocando o eixo econômico da colônia, como se transformou na capital administrativa (1763). A Bahia parecia gozar de uma situação privilegiada para abastecer as Minas: [...] antiguidade do povoamento, existência de currais no São Francisco, tradição na importação de produtos do Reino. Mas ordens sucessivas impediram a continuação de um fluxo que fora tão rico nos primeiros anos do surto minerador [...]. A produção metropolitana [Portugal] restringia-se a pouca coisa: alho, azeite, azeitona, bacalhau, sal, vinhos, vinagres etc. O ouro afluía quase integralmente para os cofres dos países fornecedores, sobretudo a Inglaterra, de onde provinham, além dos produtos manufaturados, a farinha do trigo e o bacalhau. Tempo áureo do contrabando que se fazia através dos navios negreiros que, na costa da África, trocavam tabaco, aguardente e mesmo ouro por produtos manufaturados, com embarcações estrangeiras que precisavam desse gênero de escambo para adquirir escravos. A importância do mercado platino ligava-se aos rebanhos de gado bovino, cavalar e muar [...]. A grade procura do século XVIII provocou a expansão das zonas criatórias dos campos de Viamão, Missões [ambas as regiões localizadas no RS], Sacramento, Montevidéu, Buenos Aires, Corrientes, Entre-Rios etc.” (Linhares, 1979, p. 63-65).

<sup>102</sup> Minas Gerais produzia e exportava carnes, “cereais, toucinho, queijos, e, em certa medida, o açúcar e derivados da cana” (Linhares, 1979, p. 66).

## INCORPORAÇÃO DA REGIÃO AMAZÔNICA À COLÔNIA PORTUGUESA

Em meados do século XVIII, a região norte do país foi integrada à economia colonial e ao mercado internacional. Neste período, Portugal vivia sob a influência das mudanças na organização do Estado português, promovidas pelo Marquês de Pombal (1750-1777).<sup>103</sup>

Essa fase “pombalina” chegou ao Brasil a partir, sobretudo, da organização de dois monopólios comerciais: a Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755) e a Companhia do Comércio do Pernambuco e Paraíba (1756).

Até aqui (1750), a população brasileira chegava próximo de 1,5 milhão de habitantes, sendo a metade composta por escravos.

Com a Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, as atividades econômicas da região norte do país foram ampliadas por meio da introdução do trabalho escravizado africano. Em duas décadas, a Companhia introduziu 14.749 escravos no Pará (Cardoso, 2000). Essa província estava composta por dois tipos de economia:<sup>104</sup> um setor econômico dominante, com base

---

<sup>103</sup> Marquês de Pombal (Sebastião José de Carvalho e Melo) foi secretário de Estado do Reino (algo próximo a um primeiro-ministro), entre 1750 e 1777, centralizando o poder do Estado português, fortalecendo o mercantilismo e, com isso, enfraquecendo a influência da nobreza portuguesa e do clero. Introduziu alguns direitos civis, substituindo o direito canônico. Apesar disso, introduziu a censura de livros e publicações de caráter político, mas um dos maiores efeitos das reformas pombalinas deu-se no terreno econômico. Procurou estimular a produção nacional em relação à concorrência estrangeira, buscou estimular o comércio colonial, incentivou o desenvolvimento da manufatura em Portugal e promoveu uma reforma tributária (estas afetaram negativamente a região de mineração no Brasil). Constituiu companhias corporativas com poder de monopólio no comércio, por exemplo a Companhia Vinícola do Alto Douro (1756), a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755) e a Companhia Geral do Pernambuco e Paraíba (1756). Aboliu a escravidão nas Índias Portuguesas, reestruturou o Exército e a Marinha portuguesas e a Universidade de Coimbra.

<sup>104</sup> Para controlar a foz do Rio Amazonas e defender a entrada da Amazônia dos estrangeiros, constituiu-se, em 1580, um núcleo de povoamento denominado de Mairi. Em 1616, edificou-se um forte de madeira (Forte do Presépio), dando origem ao

no trabalho escravizado (negros e índios), ocupando-se do setor agrícola de exportação (cacau, café, arroz e açúcar) e do extrativismo das drogas do Sertão; outro setor, mais periférico, era formado por camponeses – composto por posseiros e alguns pequenos proprietários (brancos, mestiços), bem como por povoados indígenas –, que se dedicaram à produção de alimentos.

Com a chegada da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, o setor dominante se afirmou, ampliando suas atividades e desestruturando, com isto, as Missões indígenas existentes no Pará. Já no Maranhão, essa companhia estimulou o plantio de arroz e tratou de financiar o plantio de algodão, com força de trabalho escravizada, exportando-o para a Inglaterra (Cardoso, 2000).<sup>105</sup>

## OS CULTIVADORES LIVRES VINCULADOS AO MERCADO MUNDIAL

Já no Nordeste, a sombra da crise canavieira fez emergir uma população livre de cultivadores de subsistência que vivia na periferia da região das *plantations*.<sup>106</sup> A crise de preços do açúcar, em

---

povoado denominado Feliz Lusitânia, consagrando Nossa Senhora de Belém como a padroeira. Com a expulsão dos franceses de São Luís (1615), o povoado foi elevado à categoria de município, denominado de Santa Maria do Belém do Pará ou Nossa Senhora de Belém do Grão-Pará. Em 1621, para garantir as posses daquela ampla região, a União Ibérica transformou o Pará em capitania do Grão-Pará, constituindo também a capitania do Maranhão e a capitania do Ceará. Em 1676, ocorreu a chegada de colonos açorianos a Belém. A União Ibérica preocupou-se, então, com a perda do controle do estuário do Rio Amazonas para os holandeses e franceses, pois assim poderia deixar de ter o domínio das vias de comunicação com os reinos de Peru e Quito, possibilitando a penetração destes estrangeiros às minas de prata espanhola (Linhares, 1979).

<sup>105</sup> Com a luta pela independência nos EUA, reduziu-se a exportação de algodão para a Inglaterra, que iniciava sua Revolução Industrial. A Inglaterra tratou de buscar essa matéria-prima em outras partes do mundo.

<sup>106</sup> Os cultivadores pobres e livres existentes no Nordeste viviam fora do perímetro das *plantations* açucareiras, dedicados à produção de subsistência a partir do trabalho de

virtude da concorrência das Antilhas holandesas e do surgimento das minas de ouro, gerou uma redução de oferta de força de trabalho escrava na região, ocasionando a desativação de muitos estabelecimentos escravistas ao longo das primeiras décadas do século XVIII, criando espaço para a expansão da agricultura camponesa. Pode-se supor que essa crise impactou sobretudo os lavradores escravistas de cana-de-açúcar, por serem eles o setor menos capitalizado, convertendo-se em plantadores de fumo ou mandioca e, possivelmente, parte deles se deslocou para Minas Gerais (Palácios, 2002).

O crescimento desta população de cultivadores pobres e livres pode estar associada à conversão dos seus cultivos, antes de subsistência, para o de produtos mercantis. Na primeira metade do século XVIII, a produção clandestina de tabaco era vinculada a um sistema de comissários volantes, que articulavam estes cultivadores pobres com o mercado externo.<sup>107</sup> Esse processo entrou em crise no mesmo período em que a Coroa portuguesa estruturou o monopólio mercantil a partir da criação da Companhia do Comércio do Pernambuco e Paraíba, criada em 1756. A companhia reativou a economia de exportação, sobretudo o algodão, e reativou o tráfico negreiro e o comércio de produtos europeus.

Para estimular o plantio de algodão, essa companhia organizou o financiamento da produção por meio da compra antecipada, com grande aderência dos cultivadores pobres e livres, passando a ocupar, na segunda metade do século XVIII, a zona litorânea da capitania de Pernambuco, tradicionalmente reservada à *plantation*

---

suas famílias, mas com vínculos nos mercados com base na produção de produtos coloniais, como o tabaco e o algodão (Palácios, 2002).

<sup>107</sup> No mesmo período verifica-se sistema similar no Recôncavo Baiano, gerando grave problema de abastecimento alimentar visto a substituição do plantio da mandioca pelo cultivo do tabaco realizado pelos cultivadores pobres e livres (Palácios, 2002).

canaveira, reduzindo a produção de gêneros alimentícios como a mandioca.<sup>108</sup>

Em 1785, a crise alimentar se instalou nos principais centros urbanos da região, em especial no porto de Recife, gerando a reação do Estado com medidas repressivas, proibindo o plantio de algodão pelos camponeses e exigindo o restabelecimento do plantio da mandioca e a fabricação de farinha.<sup>109</sup> Em consequência deste processo de repressão, parte destes cultivadores transferiu seus pequenos alçodoais para o interior da província, estabelecendo-se no Agreste nordestino.

O fomento dos alçodoais pela companhia provocou uma racionalização nos cultivos dos camponeses pobres, incorporando-os à economia regional como produtores de gêneros coloniais, proporcionando uma inserção com autonomia e apartada dos interesses da *plantation* canaveira.

Com a repressão ao plantio de algodão, estes cultivadores voltaram à condição de produtores de produtos de subsistência, no qual o pouco excedente era o máximo de integração naquela economia, perdendo autonomia, ficando à mercê dos interesses e pressões dos senhores de engenho (Palácios, 2002). No final do século XVIII,

---

<sup>108</sup> Após um ano e meio do fomento ao algodão praticado pela Companhia (1778), extensas áreas do litoral alagoano estavam tomadas pelos alçodoais. Já em Pernambuco, os distritos com presença de cultivadores pobres no vértice da zona canaveira, como Tracunhaem, Pau d'Alho, Nazareth, São Lourenço da Mata, Nossa Senhora da Luz e Limoeiro, em 1780, tornaram-se o principal centro produtor de algodão daquela capitania, estendendo-se para a capitania da Paraíba (Palácios, 2002).

<sup>109</sup> As câmaras municipais da região, entre 1785 e 1786, formularam ordens para suspender o plantio de algodão, prender aqueles que o produziam e queimar os alçodoais, buscando erradicá-los da região. Em fevereiro de 1786, o governador da capitania de Pernambuco autorizou o uso de tropas do Exército colonial para reprimir o cultivo do algodão. Autorizou-se também, aos senhores de engenho, fiscalizar não apenas os seus agregados (lavradores, foreiros, rendeiros), mas todos os demais produtores vizinhos a seus engenhos em vista da retomada do plantio da mandioca (Palácios, 2002).

boa parte desses cultivadores pobres e livres tornaram-se moradores das fazendas de cana-de-açúcar.

## A FORMAÇÃO DA PECUÁRIA, A RESISTÊNCIA INDÍGENA NO SÉCULO XVII E O ABASTECIMENTO DE CARNE NO SÉCULO XVIII

### *O latifúndio no sertão nordestino*

Quanto ao interior do Nordeste brasileiro, a definitiva expulsão do gado da região litorânea para o sertão deu-se nos fins do século XVII, compondo naquela região grandes fazendas dedicadas à pecuária, também sustentada pelo trabalho escravizado. O ápice deste processo de expansão do latifúndio sertanejo deu-se entre as décadas de 1670 e 1690, por meio da guerra de extermínio e escravização dos povos indígenas do interior nordestino,<sup>110</sup> ampliando a fronteira a partir das sesmarias que moldaram a estrutura fundiária da região. Em geral, as sesmarias eram entregues como forma de

---

<sup>110</sup> No caso do Piauí, “a implantação de fazendas, nesse processo de ocupação do sertão, foi feita pelo português Domingos Afonso Sertão, que espalhou o gado pelos campos e caatinga piauienses, vindo daí o seu apelido. Quando morreu, em 1711, deixou 30 fazendas, com mais de 30 mil cabeças de gado, espalhadas ao longo dos rios Gurgueia, Piauí, Canindé, Itaim Açú” (Prezia, 2017, p. 75). É nesse contexto que surge a liderança indígena Manoel Ladino (ou Mandu Ladino). Criado nas missões pernambucanas, aprendeu a escrever e fugiu para o sertão. No Piauí, foi capturado e vendido como escravo. Conquistando a confiança do seu senhor, passou a trabalhar como vaqueiro. Convivendo com os abusos sobre os indígenas, rebelou-se e, a partir de 1712, liderou uma revolta indígena, incendiando fazendas, sítios, matando inclusive o capitão-mor da capitania do Piauí (Souto Maior), além de outros oficiais da região. As ações se prolongaram por sete anos, chegando ao Ceará e Maranhão. Em 1716, deu-se início à repressão, a partir de expedição enviada do Maranhão e que contou com o apoio de um batalhão de Tobajaras, da Missão da Serra de Ibiapaba, tradicionais inimigos dos Tapuia, como eram chamados os povos de língua Jê. Em 1720, a região foi considerada pacificada, o que representou o extermínio de muitos povos indígenas dessa capitania (Prezia, 2017).

pagamento ao serviço militar prestado à Coroa pelo extermínio dos índios locais.<sup>111</sup>

Por ser uma região desconhecida para os portugueses, sem referências e de pouco interesse, diferentemente das terras do litoral, as sesmarias concedidas no sertão não apresentavam limites e extensão de forma precisa, sem qualquer referência concreta à área ou localização. E todos que chegavam se defrontavam com terras já apossadas juridicamente a partir de doações realizadas em Salvador. Algumas doações chegavam a dez léguas em quadras, formando grandes fazendas como a Casa da Torre, de Garcia D'Ávila,<sup>112</sup> em 1659 (Bahia), e a Casa da Ponte, de António Guedes Brito, no sertão baiano. Essa forma de ocupação da terra, com grandes doações, generalizou o sistema de arrendamento (Teixeira da Silva, 2002).<sup>113</sup>

---

<sup>111</sup> De acordo com Linhares (1979, p. 45-46), a formação da fazenda pecuária no Brasil apresentou quatro pontos de irradiação: “de São Vicente, em direção aos campos de Curitiba; da Bahia, já desde o tempo de Tomé de Souza, [...] os currais penetram no interior, atingindo o Maranhão, o Piauí, a Paraíba, o Rio Grande do Norte e o Ceará, cabendo aos outros grupos se embrenhar pelos sertões de São Francisco até atingir o Tocantins e o Araguaia, ocupando, dessa forma, os sertões goianos e daí em direção a Mato Grosso, até se juntarem com as correntes povoadoras saídas de São Vicente. De Pernambuco, partiu-se para a ocupação do Agreste, sobretudo. Quanto aos campos do Rio Grande do Sul, sua história vincula-se à das missões jesuítas espanholas e à marcha dos paulistas para o sul, ligando-se, no século XVIII, às Minas Gerais e suplantando o Nordeste como fonte fornecedora de charque”.

<sup>112</sup> “Na Bahia, um dos pioneiros do negócio foi o português Garcia D'Ávila, que chegou a Salvador em 1549 na companhia do primeiro governador geral, Tomé de Souza, de quem era protegido e, muito provavelmente, filho bastardo. Em 1557, já se tornara o homem mais rico da região, dono de um latifúndio que se estendia do litoral baiano até os sertões do Piauí. Na história tradicional, Garcia D'Ávila é celebrado como o homem que trouxe a pecuária ao Brasil, ocupou e pacificou, ainda no século XVI, algumas das regiões mais ermas da colônia. Sua principal atividade, no entanto, era a captura de índios em operações comandadas a partir de uma fortificação à beira mar por ele erguida em 1551, a Casa da Torre, cujas ruínas existem ainda hoje na Praia do Forte, 80 quilômetros ao norte de Salvador” (Gomes, 2019, p. 125-126).

<sup>113</sup> Um exemplo dessa prática do arrendamento foi o caso de um dos maiores latifúndios do sertão baiano, a Casa da Ponte. Em 1809, havia nesse latifúndio 64 currais sob sua exploração direta e 110 sítios arrendados, pagando um foro de 2 a 3% do valor

A partir da Carta Régia de dezembro de 1695, as doações de terras no sertão seriam de quatro léguas por uma. Já em outra Carta Régia, de 1697, o padrão de medida da sesmaria seria reduzido para três léguas por uma, tornando-se o padrão da doação no período colonial. Em 1700, outra Carta Régia estabeleceu que as doações de terra não deveriam ser contíguas, reservando um espaçamento de uma légua de terra entre as sesmarias (Teixeira da Silva, 2002).

Além da sesmaria, a posse e o uso da terra no sertão nordestino se deram por três outros caminhos:

- a) nas sesmarias sertanejas, pelas suas dimensões e improdutividade, ainda que estas estivessem subdivididas em currais pertencentes ao sesmeiro, este também cedia a terra na forma de arrendamento a outros criadores, sendo uma prática recorrente naquela região. Utilizando-se do trabalho próprio e/ou de trabalho escravizado, o criador arrendatário pagava ao sesmeiro um foro (arrendo), geralmente contratualizado. Esse sistema de arrendamento, ao se generalizar, foi a modalidade de apropriação do sobretrabalho de homens livres, por meio da captação da renda da terra dentro do escravismo, indo além da renda originária do trabalho escravizado;<sup>114</sup>
- b) como as sesmarias doadas não eram contíguas, havendo, por força de lei, um intervalo de uma légua de terras, nessas localidades foram formadas áreas de uso comuns, ou terras indivisas, de propriedade comunitária, não consideradas terras devolutas ou da Coroa, sendo esse o segundo tipo

---

do sítio. As ordens religiosas também arrendavam suas terras, como os jesuítas, que possuíam centenas de foreiros em suas terras, ou como a Irmandade de Nossa Senhora da Lapinha que, de suas 24 propriedades, explorava diretamente apenas duas (Teixeira da Silva, 2002).

<sup>114</sup> Também existiam nas localidades próximas aos centros consumidores ou de feiras as *fazendas de engordas* ou *invernadas*. Ali chegava o gado magro, em virtude do seu longo deslocamento, ficando meses até engordarem para a venda (Teixeira da Silva, 2002).

de posse e uso da terra no sertão nordestino. Estas áreas destinavam-se à criação de pequenos animais e de gado, com exploração direta do camponês com sua família ou até com trabalhadores escravizados (Teixeira da Silva, 2002);

- c) já o terceiro tipo de posse e uso da terra foram as Malhadas.<sup>115</sup> Como o gado, em muitas fazendas e currais, permanecia misturado numa mesma região de campo, no momento da comercialização esses animais eram recolhidos (junta) numa determinada área e ali separados.<sup>116</sup> Esses campos onde o gado era reunido para separação dos seus respectivos donos receberam o nome de Malhada (ou maiada). Tratava-se de uma área de uso comum, ainda que dentro de uma propriedade, mas que se convencionou como uma área que poderia ser utilizada sem pedido de licença e/ou pagamento pelo seu uso (Teixeira da Silva, 2002).

Nessas fazendas de pecuária na região sertaneja nordestina, além do trabalho escravizado, havia uma população de homens livres, com presença numerosa. A fazenda não era uma unidade produtiva única, mas composta de um conjunto de sítios e/ou currais onde se desenvolviam as atividades da pecuária.<sup>117</sup> Além do senhor da

---

<sup>115</sup> Na Bahia, em especial em *Cruz das Almas* e ao sul da cidade de Salvador, também se convencionou chamar de *malhada* as áreas destinadas ao cultivo de tabaco, numa rotação com a mandioca e com o gado. No primeiro ano, o gado era ali deixado estrumando a terra e, no ano seguinte, plantava-se o tabaco (se mantida a fertilidade, fazia-se um segundo cultivo de tabaco). Retirado o tabaco, no ano seguinte cultivava-se a mandioca, voltando posteriormente o gado (Teixeira da Silva, 2002).

<sup>116</sup> Quando da reunião dos animais, muitos vaqueiros levavam animais que não lhe pertenciam, e isso era registrado para futura indenização, troca ou permuta. Fazia parte da cultura do vaqueiro a correta lida com os animais alheios, tornando-se um ponto de honra. No Ceará, como os enganos eram recorrentes, convencionou-se realizar grandes encontros para as trocas dos animais, originando a *vaquejada*, tornando-se elemento importante da sociabilidade e da cultura sertaneja (Teixeira da Silva, 2002).

<sup>117</sup> Os currais ou sítios no interior da sesmaria eram as unidades produtoras naquele sistema pecuarista. Por isso é importante não confundir o grande domínio da terra,

terra e do escravo, habitavam-na sujeitos como o vaqueiro e o cabra, ambos vinculados à atividade pecuária, mas com uma profunda diferença: na estrutura social da pecuária sertaneja, o vaqueiro estava associado à classe dominante (sentava-se à mesa com o senhor da terra), possuindo ou não a propriedade da terra e geralmente tendo escravos e gado. Evidentemente que estes se submetiam aos mandos do senhor, estabelecendo uma relação econômica que se consagrou como o sistema de partilha em quarta<sup>118</sup> (a cada quatro animais nascidos, um ficava com o vaqueiro).<sup>119</sup> Já o cabra (ou camarada ou fábrica) não possuía esse *status* social e comporia a massa de homens livres e pobres do sertão, trabalhando para o vaqueiro e nunca chegando a ser proprietário de terra.<sup>120</sup>

Diversas outras profissões se desenvolveram, seja na pecuária nordestina, seja nos engenhos de açúcar do litoral, enriquecendo o panorama dos agentes da produção do período colonial. Nos engenhos, havia trabalhadores livres e pobres desenvolvendo atividades especializadas, como carpinteiro, domador de animais, coureiro,

---

exercido como um direito jurídico pelo sesmeiro, com a exploração direta da pecuária, realizada pelo vaqueiro e seus ajudantes (*cabras, camaradas* ou *fábricas*).

<sup>118</sup> De acordo com Teixeira da Silva, o vaqueiro “é o gerente da atividade econômica da fazenda de criação e, nessa condição é, ainda, capataz. É pago através do sistema de partilha ou sorte [...]. O meio de pagamento era a própria rês, uma a cada quatro crias nascidas por safras – o sistema de quarta (embora houvesse também *ao quinto*; a *sorte*, qual animal caberia ao vaqueiro, era tirada no local – uma *malhada* – na hora da partilha), marcando com seus ferros os animais recebidos” (Teixeira da Silva, 2002, p. 138).

<sup>119</sup> O vaqueiro, na maioria das vezes, trabalhava com mão de obra escravizada e muitos conseguiam reunir recursos para comprar um sítio para criação do seu próprio rebanho. Outros, durante a partilha, vendiam os seus animais aos próprios fazendeiros, recebendo em dinheiro. Essa possibilidade não foi colocada ao cabra (Teixeira da Silva, 2002).

<sup>120</sup> No interior da fazenda pecuária, a criação de pequenos animais (galinhas, cabras) ocorria seja pela mão de homens livres, seja pelos escravos e estes pequenos animais eram comercializados livremente. Um número significativo de escravizados na pecuária sertaneja também criava cavalos, animais considerados nobres (Teixeira da Silva, 2002).

tacheiro, balseiro, entre outros.<sup>121</sup> Já na pecuária, no tocante ao comércio do gado, envolviam-se outros homens livres, como o passador, que conduzia a boiada até as feiras, e o tangedor e o marchante, que articulavam os contatos comerciais entre o sertão e as feiras.

### *O abastecimento de carne no Nordeste brasileiro*

Por um largo tempo, o mercado de carne dava-se pela venda do “boi em pé”, denominado de mercado de carne-verde, vindo do interior do Nordeste. A boiada vinda do Piauí, São Francisco e do Rio das Contas viaja em direção a Salvador e ao Recôncavo.<sup>122</sup> Já a boiada do Ceará e do Rio Grande do Norte ia em direção a Recife. Nestes trajetos, formaram-se povoados com pequenos roçados, alojando os vaqueiros e viajantes, como Serrinha e Jeremoabo, na Bahia. Em algumas dessas localidades realizavam-se feiras, destacando-se a Feira de Capoame<sup>123</sup> e Nossa Senhora de Nazareth das Farinhas. No comércio da carne-verde, a figura do marchante ganhava relevo, pois era esse agente que controlava a compra do gado

---

<sup>121</sup> Nessas atividades especializadas também se envolviam escravos, visto as habilidades desenvolvidas em suas comunidades de origem, já que em boa medida as tribos africanas já possuíam o domínio da metalurgia, do couro e da cerâmica.

<sup>122</sup> Um destes caminhos foi a Estrada Real do Gado, que ligava o interior do Piauí a Salvador, passando por Bonfim, Queimadas, Coité, Serrinha, Alagoinhas (Teixeira da Silva, 2002).

<sup>123</sup> De acordo com Teixeira da Silva (2002, p. 150), a feira de Capoame “foi, sem dúvida, o mais importante mercado colonial de alimentos [no século XVIII] [...]. Situada a oito léguas de Salvador, tornou-se, por bastante tempo, o principal centro de comércio de gado na colônia, controlando, em especial, as fazendas do São Francisco e do Piauí. Em São João da Mata, organizou-se, ainda no século XVIII, uma outra feira de gado, voltada para o abastecimento do Recôncavo. A vila de Goiana, em Pernambuco, reunia o gado dos Sertões de Fora em direção ao Recife. Em Sergipe, Laranjeiras, centro açucareiro, reunia uma imensa feira de gado, abastecendo os engenhos da capitania, enquanto a feira de Porto da Folha concentrava, à beira-rio, os artigos do sertão. As grandes feiras da Bahia, como Nazareth, Capoame, Jequié e São João da Mata, foram pouco a pouco substituídas, no alvorecer do século XIX, por Feira de Santana”.

do passador da boiada e o seu fornecimento às cidades, tornando-se um importante intermediário com influência nos preços praticados. Às vezes, o próprio marchante possuía fazenda de engorda de gado e arrendava os “talhos” e açougues municipais, completando sua ação monopolista (Teixeira da Silva, 2002).

Esse sistema de comercialização, a partir da década de 1740, foi profundamente modificado, na medida em que as fazendas pecuaristas do Ceará e do Piauí começaram a abater os animais e a salgar a carne, buscando uma saída para a concorrência dos rebanhos vindos das fazendas mais próximas das cidades centrais, como Salvador e Recife. Surgiram, assim, as salgadeiras ou charqueadas, expandindo na vila de Santa Cruz de Aracati,<sup>124</sup> no Ceará. Outras localidades rapidamente organizaram suas charqueadas, como Parnaíba (PI), Acaraú (CE), Açu (RN) e Mossoró (RN).

Essa nova indústria entrou em crise em virtude das sucessivas secas, em especial a seca de 1790 a 1794, que praticamente dizimou o rebanho no sertão nordestino.<sup>125</sup> Foram essas secas cíclicas que proporcionaram ao charque gaúcho ocupar os principais mercados coloniais a partir da década de 1790.<sup>126</sup>

### *A formação das fazendas no sul do país e os tratados de fronteiras*

Na Região Sul do país, especialmente no Rio Grande do Sul, no último quarto do século XVII, passou-se a organizar uma ati-

---

<sup>124</sup> A Vila de Aracati (CE) reunia condições naturais importantes para essa nova indústria: havia sal abundante e ligação, via rio Jaguaribe, com o interior, além da vila possuir boa condição portuária.

<sup>125</sup> Acrescenta-se à crise de pecuária nordestina a concorrência do gado vindo de fazendas estabelecidas na Ilha de Marajó, que, a partir de 1765, passou a abastecer a cidade de Belém, antes abastecida pelos rebanhos do Piauí (Teixeira da Silva, 2002).

<sup>126</sup> O charque gaúcho, na década de 1780, abastecia as cidades do Rio de Janeiro e Minas Gerais a partir de São Paulo. O flagelo da seca de 1790-1794, ao abalar a produção bovina do Ceará, desarticulou as charqueadas de Aracati, abrindo o mercado de Salvador e Recife para as charqueadas gaúchas, nesse período já plenamente organizadas a partir do polo saladeiro de Pelotas (Teixeira da Silva, 2002).

vidade econômica vinculando-a à economia colonial. A partir das manadas de gado xucro, que se desenvolveram espontaneamente com a desagregação do primeiro ciclo das Reduções Jesuíticas (1610-1640), formando a Vacaria Del Mar,<sup>127</sup> grupos armados denominados de tropeiros<sup>128</sup> arrebanhavam estes animais (arrazadas), que inicialmente eram abatidos para obtenção do couro, sendo a carne pouco aproveitada. Posteriormente, o tropeirismo gaúcho<sup>129</sup>

---

<sup>127</sup> Além dos aspectos econômicos e geopolíticos, cabe destacar uma condição ecológica e topográfica que favoreceu o tropeirismo na região sul do país. Trata-se dos extensos campos semicontínuos existentes desde as margens setentrionais do Rio do Prata até as proximidades de São Paulo, onde se estabeleceu a grande feira de animais de Sorocaba. São mais de 2 mil km de campos, cortando o Pampa Gaúcho, os Campos de Cima da Serra (RS), os Campos de Lages, em Santa Catarina, os Campos Gerais, no Centro-Oeste do Paraná, os Campos de Curitiba e os Campos Paulistas, um grande território propício ao tropeio de gado de corte e muare para as Zonas das Gerais. Nessa prática tropeira, o mais antigo caminho foi o Caminho do Litoral, indo desde a Colônia de Sacramento (Uruguai) até Laguna (SC), onde o gado era abatido para ser levado para Santos e/ou Rio de Janeiro e, dali, para as Minas Gerais. Nesse caminho, havia muita perda de animais nas travessias de rios caudalosos como Tramandaí e Araranguá. Mas em 1735 desenvolveu-se o Caminho de Viamão (RS), onde os animais ali chegados passaram a subir a serra pelo Vale do Rio do Sino, atravessando o Rio Rolante, alcançando os Campos de Cima da Serra, cortando o Rio Pelotas (divisa entre Rio Grande do Sul e Santa Catarina) e encaminhando-se para Curitiba em direção a Sorocaba (Maestri, 2000).

<sup>128</sup> O tropeiro era o chefe de um bando armado, mas era também o armador da operação, que podia buscar sócios com capitais. Ele acompanhava sua tropa ou delegava o comando a um ou mais capatazes. Geralmente, a tropa era composta por seis peões que conduziam os animais (o mais comum eram tropas com 40 a 50 animais). Denominados igualmente de camaradas, peões e capatazes eram geralmente homens livres, apresentando uma divisão simples de trabalho: o batedor explorava os caminhos e organizava a passagem da tropa pelas vilas. O contador controlava os animais, evitando que se perdessem ou fossem furtados, e um jovem (madrinheiro) ia à frente, conduzindo a “égua madrinha”. Foi nesse ambiente do tropeirismo, em meados do século XVIII, que surgiu o tipo social denominado de “gaúcho” ou “gaudério” (Maestri, 2000).

<sup>129</sup> Essa atividade, o tropeirismo, foi favorecida com a fundação, em 1676, da cidade de Laguna, em Santa Catarina. Ocupada pelo bandeirante Domingos de Brito Peixoto, a metrópole portuguesa pretendia avançar o seu domínio na região sul da colônia. Posteriormente, em 1680, Portugal fundou a cidade de Colônia de Sacramento, no

passou a arrebanhar o gado solto, reunindo-o em currais e invernadas, e dali era encaminhado vivo para a região de Sorocaba, em São Paulo, importante centro de comercialização de gado e mula, que a partir de feiras eram transferidos para as regiões de mineração e regiões produtoras de açúcar (Maestri, 2000; Pesavento, 1997).

A província do Rio Grande do Sul também vivenciou, em meados do século XVIII, o estabelecimento de comunidades compostas por portugueses açorianos, em decorrência dos tratados internacionais estabelecidos entre Portugal e Espanha (Silva Neto e Basso, 2005). Em 1750, realizou-se o Tratado de Madri, no qual Portugal cedeu para a Espanha a cidade de Colônia de Sacramento (Uruguai) em troca da Região Missioneira (fronteira gaúcha com a Argentina), parte de Santa Catarina e do Paraná (território das Missões jesuíticas espanholas). A Espanha cedeu também o atual Mato Grosso do Sul e a imensa região compreendendo o Alto Paraguai, o Guaporé e o Madeira, de um lado, e o Tapajós e o Tocantins, de outro.

Com o objetivo de colonizar a região missioneira gaúcha, a monarquia portuguesa promoveu a vinda de casais açorianos, que ali deveriam se estabelecer.<sup>130</sup> Ocorre que os primeiros 60 casais que chegaram no porto de Viamão, em 1752, foram praticamente abandonados naquela região por mais de dez anos. Aos poucos, essas famílias foram se dispersando, seja pelas circunstâncias dos

---

Uruguai, buscando influir no mercado e no contrabando da prata, ouro e outros gêneros mercantis, na bacia do Rio da Prata, controlado pela Espanha, a partir da cidade de Buenos Aires.

<sup>130</sup> Com o objetivo de povoar a região das Missões e produzir alimentos para as tropas na região sul, a Coroa portuguesa publicou, no arquipélago de Açores, em 1746, o primeiro edital para trazer casais ao Brasil. Ainda em 1746, chegaram os primeiros casais açorianos em Florianópolis e, em 1752, 60 casais desembarcam no porto de Viamão, que mais tarde passou a se chamar Porto dos Casais, atualmente conhecido por Porto Alegre. A promessa era distribuir 272 ha a cada casal, além de ceder algumas ferramentas e sementes.

enfrentamentos militares, seja pela ferrugem do trigo (produto agrícola introduzido por esses imigrantes), e as poucas famílias que conseguiram algum dinheiro ampliaram suas áreas e passaram a se dedicar à criação de gado, apoiando-se no trabalho escravizado, na medida em que se desenvolveram as charqueadas, assegurando a mercantilização da pecuária (Silva Neto e Basso, 2005).<sup>131</sup>

A partir do Tratado de Madri, Portugal, com apoio do Exército espanhol, promoveu três anos de guerra (1753-1756) contra o povo Guarani, que nas Missões constituíram, desde 1682, os Sete Povos das Missões.<sup>132</sup> Organizando a resistência, Sepé Tiaraju (administrador da redução de São Luiz Gonzaga) reuniu 30 mil guaranis, que se colocaram em luta contra os exércitos português e espanhol e, na Batalha de Caiboaté, nas proximidades da cidade de São Gabriel (RS), em 1756, foram vencidos. Foram assassinados 1.500 guaranis, entre eles, Sepé Tiaraju.

Como as fronteiras no sul do país ainda estavam em disputa, um novo tratado fronteiriço foi estabelecido, o Tratado de Santo Ildefonso (1777). Antes do estabelecimento, a Espanha ocupou a cidade fortificada de Rio Grande (RS), no extremo sul do país, ficando ali até 1776, e posteriormente tomou a ilha de Florianópolis (SC). Com o Tratado de Santo Ildefonso, a cidade de Florianópolis e de Rio Grande retornam à posse da Coroa portuguesa, mas, em

---

<sup>131</sup> Entre os anos de 1769 e 1780, organizaram-se povoações com açorianos nas regiões do litoral norte e depressão central do Rio Grande do Sul, destacando-se as cidades de Gravataí, Osório, Mostardas, Cachoeira do Sul, Taquari, São José do Norte, entre outras (Silva Neto e Basso, 2005).

<sup>132</sup> Os Sete Povos das Missões, implantados entre 1682 e 1707, simbolizou uma outra forma de organização social, com base no trabalho livre e cooperado, solidário e com forte desenvolvimento econômico e cultural. Estima-se que ali viveram entre 30 e 50 mil pessoas. Parte da produção missioneira era comercializada com os espanhóis pelo porto de Buenos Aires, com uma arte muito sofisticada para o padrão da sua época. Em 1712, os Guaranis introduziram o gado nos Campos de Cima da Serra (RS), formando a Vacaria dos Pinhais, ligando essa região às Missões (Maestri, 2002).

troca, Portugal devolveu a Região Missioneira do Rio Grande do Sul à Espanha.<sup>133</sup>

A partir deste período (1776), a região sul do Rio Grande do Sul vivenciou a doação de terras, por meio de sesmarias,<sup>134</sup> aos militares e tropeiros que ali se fixaram, formando grandes fazendas para a criação de gado. As estâncias gaúchas se estabeleceram, assim, com base na grande propriedade, trabalho escravizado e na pecuária. Nessas fazendas (estâncias), o trabalho escravizado convivia com o trabalho livre dos peões – homens livres que viviam no interior dessas fazendas, dedicados às atividades de criação de gado.

Essa pecuária experimentou, na segunda metade do século XVIII, um processo de mercantilização, na medida em que se formou um mercado regional de charque associado à alimentação dos escravos no Rio Grande do Sul. No entanto, sobretudo com a grande seca no Nordeste brasileiro (1790-1794), que destruiu a produção de charque no Ceará, e com a Guerra de Independência na Região do Prata (1810), desorganizando os saladeiros do Prata e encaminhando parte do gado platino para as estâncias gaúchas, desenvolveu-se no último quartel do século XVIII uma prática sistemática e significativa movida pelo trabalho escravizado, denominada de charqueadas (Pesavento, 1997).

---

<sup>133</sup> A ocupação espanhola da região missioneira gaúcha foi encerrada em 1801, quando tropas de milicianos, financiadas por fazendeiros e tropeiros, expulsaram o Exército espanhol da região (Maestri, 2000).

<sup>134</sup> As primeiras sesmarias no Rio Grande do Sul datam de 1726, em São José do Norte, próximo à Lagoa dos Patos (sesmaria de João de Magalhães), em 1732, em Tramandaí (sesmeiro Manuel Gonçalves Ribeiro), e, em 1740, sesmaria de Jerônimo de Ornellas, sobre a qual foi organizada a cidade de Porto Alegre. No último quartel do século XVIII, ocorreu uma forte expansão das sesmarias na tentativa de a Coroa portuguesa ocupar a região sul do país, seja a partir da reconquista, em 1776, da cidade de Rio Grande, onde formaram as estâncias na Região da Campanha, seja pela conquista da Região Missioneira, com base na força militar de estancieiros, a partir de 1801 (Pesavento, 1997).

No início do século XIX, concentrou-se o polo saladeiro sulino às margens do arroio Pelotas, com mais de 30 charqueadas, tendo em média 60 escravos cada uma, com uma atividade sazonal: de outubro a maio, dedicavam-se à produção de charque e, no intervalo deste período, os escravos eram destinados às olarias e à construção civil (Pesavento, 1997). Com as charqueadas, as estâncias de gado ganharam novo impulso. Se antes ela se reproduzia de forma extensiva, incorporando terra e gado e utilizando baixos recursos técnicos, no último quartel do século XIX, o cercamento dos campos, visto o aparecimento do arame, aumentou a produtividade pastoril com a introdução de novas raças e impediu o livre trânsito do peão entre as estâncias.

#### A CAFEICULTURA E O PROCESSO DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL

Ao encerrar o século XVIII, a colônia brasileira apresentava uma população superior a 3 milhões de habitantes, vivendo em 63 vilas e oito centros urbanos, como o Rio de Janeiro, com 50 mil habitantes em 1805; Salvador, com 45.600 habitantes; Recife, com 30 mil; São Luís, com 22 mil; e São Paulo, com 16 mil habitantes (Linhares, 1979).

Nessa virada de século, os produtos agrícolas voltaram a ser revalorizados no mercado internacional. O açúcar, com a crise das Antilhas advinda com a Revolução Francesa, que proporcionou condições para a revolução escrava do Haiti (1792), passou a ter seus preços aumentados.<sup>135</sup> O mesmo ocorreu com o algodão que,<sup>136</sup>

---

<sup>135</sup> A cotação do açúcar na Bolsa de Amsterdã saltou de 0,33 guilders, em 1790, para 0,81 guilders, em 1799, indicando um aumento de 245% (Pinto, 1982).

<sup>136</sup> Esse novo cenário econômico acarretou, para o Maranhão, o aumento da exportação de algodão, saltando de 3.511 sacas, em 1770, para 28.789 sacas, em 1800, chegando, em 1820, a 66.619 sacas. Esse aumento da exportação foi acompanhado do aumento do seu preço: em 1809, uma arroba valia 3\$400 réis, saltando para 5\$000 réis em 1814, chegando a 8\$000 réis em 1816 (Pinto, 1982).

em consequência da luta pela independência dos EUA e as guerras napoleônicas, teve aumento em seu preço e expansão de seu cultivo da Bahia ao Pará, passando por Minas Gerais e Goiás, tornando-se o segundo produto brasileiro de exportação (Pinto, 1982).

No entanto, tal surto econômico se esgotou, sobretudo a partir de 1815, na medida em que a Europa se estabilizou com o fim das guerras napoleônicas. A economia colonial brasileira entrou em recessão, caracterizada pela baixa nos preços internacionais dos produtos agrícolas e pela concorrência internacional (Pinto, 1982).<sup>137</sup> Foi nesse contexto econômico que o Brasil se tornou independente de Portugal, em 1822.<sup>138</sup> Mas esse quadro foi alterado na segunda metade do século XIX, na medida em que o café passou a ser a força econômica do país.

O café, introduzido na província do Rio de Janeiro ainda no século XVIII, tornou-se o principal produto de exportação brasileiro no século XIX.<sup>139</sup> Na primeira metade do século XIX, o café, com

---

<sup>137</sup> O algodão brasileiro passou a ter concorrência do algodão dos EUA, produzido com trabalho escravizado, deprimindo seu preço, chegando em 1821 a 4\$500 réis a arroba. O arroz, que também chegou a ser exportado, passou a enfrentar a concorrência do arroz da Carolina (EUA). O couro sofreu a concorrência da Bacia do Prata, e o tabaco reduziu seu mercado africano na medida em que a Inglaterra passou a exigir o fim do tráfico negreiro. Já o açúcar brasileiro passou a enfrentar a concorrência do açúcar cubano e do açúcar de beterraba, que passou a dominar o mercado mundial (em 1860, 25% deste mercado já era suprido por esse açúcar, evoluindo para 50% do mercado em 1882, atingindo, em 1900, 75% do mercado). O preço do açúcar declinou, chegando, em 1813, a 0,65 guilders, e, em 1820, recuou para 0,30 guilders (Pinto, 1982).

<sup>138</sup> Com a Independência, o regime fundiário embasado nas doações de terras a partir das sesmarias foi suspenso por dom Pedro I. No entanto, para compor um grupo de apoio ao seu governo, almejando estabilidade política para a nova Coroa, agora brasileira, ele fez diversas doações de terras para as oligarquias regionais.

<sup>139</sup> De acordo com Lapa (1983), o café foi introduzido no Brasil pelo paraense sargento-mor Francisco de Melo Palheta, que, em expedição em 1727 na cidade de Caiena (capital da Guiana), ganhou da esposa do governador sementes e cinco mudas de café. Uma vez introduzido no Brasil, no século XVIII, a produção atendeu basicamente o consumo interno.

base no trabalho escravizado, foi implantado na região fluminense e no Vale do Paraíba, sendo a cidade e o porto do Rio de Janeiro o centro comercial e financeiro deste produto. Já em 1838, as exportações de café superavam as de açúcar (Pinto, 1982; Lapa, 1983).<sup>140</sup>

Na segunda metade do século XIX,<sup>141</sup> o café se instalou em São Paulo e em Campinas, expandindo-se, na década de 1880, para o Oeste Paulista, chegando a Ribeirão Preto. O porto de Santos tornou-se o principal ponto de escoamento da produção paulista.

Com o fim do tráfico transatlântico de negros (1850), os cafezais paulistas contaram com escravizados que migraram da região mineradora, da região canavieira do Nordeste brasileiro e, sobretudo, do Rio Grande do Sul, que se tornou o maior exportador de

---

<sup>140</sup> De acordo com Pinto (1982), as exportações brasileiras estavam assim representadas: na década 1821-1830, o açúcar correspondia a 30,1% das exportações, acompanhado do algodão, com 20,6%, e do café, com 18,4%. Na década seguinte, 1831-1840, o café já representava 43,8%, o açúcar, 24%, e o algodão, 10,8%. Entre 1841 e 1850, o café representou 41,5% das exportações e o açúcar, 26,7%, enquanto o algodão representou apenas 7,5%. Com a entrada do café produzido no Oeste Paulista, o Brasil saltou de 40% da produção mundial (década de 1840) para 75,64% na década de 1900.

<sup>141</sup> Entre 1831 e 1840, o Brasil experimentou o período da Regência. Pressionado pelos militares, dom Pedro I abdicou do trono, partiu para Portugal e assumiu em seu lugar um conselho com três representantes (Regência) em decorrência da menoridade de dom Pedro II. A regência representou um período em que os brasileiros passaram a assumir os principais postos do governo, visto que após a Independência (1822) permaneceu no aparelho de Estado a burocracia portuguesa, aqui chegada em 1808. Também durante a Regência, diversas lutas regionais foram estabelecidas. Na Bahia, ocorreu a Sabinada, entre 1837 e 1838, e, um pouco antes, em 1835, na cidade de Salvador, a Revolta dos Malês (um levante de escravos, em sua maioria muçulmanos); no Maranhão, efetivou-se a Balaiada (de 1838 a 1841). No Rio Grande do Sul, entre 1835 e 1845, ocorreu a Revolução Farroupilha, dirigida pelos fazendeiros escravocratas, chegando a fundar a República de Piratini, objetivando melhorias no preço do charque e a manutenção da escravidão. Mas a principal revolta de caráter popular no período da regência foi a Cabanagem, ocorrida no Pará, entre 1835 e 1840, onde se estabeleceu um governo popular, posteriormente derrotado pela força militar do Império.

escravizados dentro do país. Também se ensaiou, ainda na década 1870, o uso de trabalhadores livres, imigrantes europeus, a partir de uma relação de trabalho denominada colonato.<sup>142</sup> A força econômica e política do país se deslocou para essa região, onde emergiu uma nova elite formada nos cafezais paulistas.<sup>143</sup>

Os capitais proporcionados pela produção e o comércio do café,<sup>144</sup> associados com capitais ingleses, promoveram, nessa segunda metade do século XIX, a introdução das ferrovias no Brasil.<sup>145</sup>

---

<sup>142</sup> O senador Vergueiro, já em 1847, estimulou a vinda de famílias europeias para trabalhar no seu cafezal na cidade de Limeira-SP (Fazenda Ibiacaba). Nesse período, o custo das viagens era bancado pelo fazendeiro e pago ao longo do tempo pelo imigrante. Ali estabeleceu-se um *sistema de parceria*, mas o imigrante ficava sempre endividado com o fazendeiro, pois além de pagamento da dívida com sua viagem, também retirava seus mantimentos no armazém da fazenda a preços elevados. Isto gerou a Revolta de Ibiacaba, em 1856. Tal revolta, com repercussão internacional, fez com que Vergueiro alterasse a forma de remuneração, estabelecendo não mais a parceria e sim um valor fixo pelo trabalho. A partir de 1870, o governo do Império passou a bancar o custo da viagem dos imigrantes e a hospedagem no Brasil.

<sup>143</sup> Parte dos barões do café paulistas realizaram uma acumulação prévia, por meio da produção e comercialização de açúcar para o mercado mineiro e do comércio de animais de carga, bem como pelo comércio de escravos. Observe-se que parte das famílias tradicionais de São Paulo, vinculada à produção de café, acumulou capitais com grandes fazendas de cana-de-açúcar, antes de formarem os cafezais. De acordo com Perissinotto, “antes de cafeicultores, os Silva Prado, Queirós Telles, Pereira Queirós, Vergueiros [famílias tradicionais da cafeicultura paulista] eram proprietários de terras na região Noroeste da Capital (Campinas e Jundiá) e expandiram suas propriedades na fase de exportação de açúcar da economia paulista” (Perissinotto, 1994, p. 39).

<sup>144</sup> Como esclarece Perissinotto (1994, p. 39), “entre 1880 e 1910, quando o café já se encontra plenamente em solo paulista, o grande capital cafeeiro já está consolidado como uma classe de grandes fazendeiros com investimentos ultrapassando os limites das fazendas, dirigindo-se para importantes sociedades bancárias e ferroviárias [...]. Da predominância da forma tradicional de riqueza, isto é, os escravos, o *portfólio* dos membros dessa classe passa a ser dominado por formas mais modernas, como valores mobiliários, em especial ações e terra”.

<sup>145</sup> De acordo com Mota e Lopez (1995, p. 52) “o Barão de Mauá foi um dos principais investidores no setor de transporte. Em 1854 inaugurava a primeira ferrovia brasileira, no Rio de Janeiro, contando com 18 km. Associando-se a capitalistas ingleses,

Em 1854, foi inaugurada a primeira ferrovia no Rio de Janeiro e, em 1867, em São Paulo. Em seguida, foi inaugurado o trecho que ligava Jundiá ao porto de Santos. Nas décadas de 1870 e 1880, a Companhia Mogiana de Estrada de Ferro, tendo como acionistas grandes cafeicultores, estendeu a estrada de ferro até Ribeirão Preto e Franca;<sup>146</sup> e no final do século XIX, a província de São Paulo contava com a rede ferroviária mais extensa do país.

## OUTROS MONOCULTIVOS: A BORRACHA E O CACAU

No final do século XIX, o café representava 60% das exportações brasileiras e, nesse momento, a borracha e o cacau despontaram como novos produtos tropicais de exportação.<sup>147</sup> Com o surgimento dos automóveis, o mercado do látex se expandiu. Produto há muito conhecido pelos povos indígenas da Amazônia, a região atraiu muitos sertanejos que, fugindo das sucessivas secas no Nordeste ao longo do século XIX, tornaram-se seringueiros.<sup>148</sup> O Brasil era o único produtor da borracha e, em 1912, esse produto obteve o mesmo peso do café nas exportações do país.<sup>149</sup> Mas com a concorrência

---

inaugurou a segunda ferrovia, a Recife and São Francisco Railway Company, assim como a Estrada de Ferro D. Pedro II (depois, Central do Brasil). Participou também na construção da São Paulo Railway (hoje Santos-Jundiá)”.  
<sup>146</sup> Em território paulista, foram constituídas três empresas ferroviárias. A Paulista, inaugurada em 1872, e a Mogiana e a Sorocabana, ambas inauguradas em 1875. Conforme indicado por Perissinotto (1994, p. 41), “o desenvolvimento e o traçado dessas ferrovias eram decididos segundo os interesses dos administradores, produtores e comerciantes de café. Concessões eram dadas ou negadas em função desses interesses. Essas três ferrovias foram iniciativas do capital inglês, contudo foram incorporadas pelo capital nacional, público ou privado”.

<sup>147</sup> Os EUA, no último quarto do século XIX, passaram a ser o maior comprador de café do Brasil. Em 1902, aquele país importava 43% de todas as exportações brasileiras (Pinto, 1982).

<sup>148</sup> De acordo com Mota e Lopes (1995, p. 54), “cerca de 260 mil migrantes nordestinos se tornaram seringueiros”.

<sup>149</sup> A exportação de borracha correspondia, em 1870, a 2.591 toneladas. Em 1890, ela saltou para 16.394 toneladas, chegando, em 1910, a 38.177 toneladas (Pinto, 1982).

dos seringais introduzidos pelos ingleses no Ceilão e na Malásia, a borracha perdeu força e entrou em crise em meados da década de 1910 (Mota e Lopes, 1995). Quanto ao cacau, ganhou força no final do século XIX, sendo a região sul da Bahia o principal polo produtor. Com a crise do açúcar no Recôncavo Baiano, parte da mão de obra daquela região migrou para as plantações de cacau,<sup>150</sup> tornando o Brasil o responsável pela metade da produção mundial deste produto no início do século XX (Mota e Lopes, 1995).<sup>151</sup>

A partir da década de 1860, a balança comercial brasileira tornou-se superavitária, em especial na década de 1890, quando passou a apresentar milhares de contos de réis em seu saldo. Isso permitiu ao Estado captar recursos no exterior para investir em infraestrutura (ferrovia, navegação, telégrafos) e em serviços urbanos (energia elétrica, transporte de bondes). Com a proibição do tráfico transatlântico, parte dos capitais mercantis aplicados no tráfico negreiro migraram para outros setores. Na segunda metade do século XIX, a estrada de ferro, a navegação a vapor, o telégrafo, a iluminação e o transporte público das cidades, o sistema bancário, a introdução de maquinarias e o início do desenvolvimento industrial foram os símbolos de uma economia que se queria moderna, mas sem alterar o padrão de dominação vigente.

---

<sup>150</sup> Conforme Mota e Lopes (1995, p. 55), “as secas que assolaram o Nordeste provocaram o êxodo do sertão para o sul da Bahia. Homens e mulheres trabalhavam na colheita dos frutos”.

<sup>151</sup> As exportações de cacau saltaram de 1.215 toneladas, em 1870, para 3.502, em 1890, chegando em 1900 a 13.131 toneladas e, em 1910, exportou-se 25.142 toneladas (Pinto, 1982).



## II. A LEI DE TERRAS, REPÚBLICA VELHA E NOVAS FORMAS DE TRABALHO NA AGRICULTURA

A Lei de Terras, Lei n. 601 (Brasil, 1850a), regulamentada pelo Decreto n. 1.318 (Brasil, 1854), foi precedida da Lei Eusébio de Queiroz (Lei n. 581), também de setembro de 1850 (Brasil, 1850b), que proibiu o tráfico negreiro no Brasil,<sup>1</sup> expressando a contradição entre o capital mercantil (conservação do tráfico negreiro como fonte de lucro comercial) e os interesses do capital industrial (destruição de todos os sistemas de monopólio, favorecedores do capital mercantil). Dessa forma a Lei Eusébio de Queiroz, de 1850, repercutiu profundamente no debate que se desenvolvia desde a década de 1840 na Câmara dos Deputados do Império, sobre o regime fundiário brasileiro, deslocando o enfoque da Lei de Terras da questão fundiária para a substituição da mão de obra escrava, proibindo definitivamente a posse de terra e estabelecendo

---

<sup>1</sup> O tráfico negreiro, antes do seu final, intensificou o volume de escravizados importados. Em 1845, foi registrada a entrada de 19.453 pessoas. No ano seguinte, saltou para 50.325 pessoas. Já em 1848, 60 mil; em 1849, outras 54 mil e, em 1850, 23 mil pessoas, número que caiu, em 1851, com a proibição do tráfico transatlântico, para 3.278 (Pinto, 1982).

a propriedade privada da terra (Linhares e Teixeira da Silva, 1999). Para a classe dominante, a intocabilidade da propriedade fundiária veio substituir a escravidão, passando a ser a base de um modo de vida e de ação. Essa intocabilidade significava o bloqueio a qualquer taxaço territorial e a rejeição a qualquer programa que viesse a distribuir terras para os negros libertos, pobres ou imigrantes (Linhares e Teixeira da Silva, 1999).

Com o fim do trabalho escravizado, em 1888, emergiu no Brasil uma nova forma de organizaço do trabalho no campo, com base em homens livres, mas submetidos ao controle político dos senhores das terras. Agora a dominaço não se dava mais pela feitorizaço da mão de obra negra, submetida à condiço de escravizados, mas se dava pelo controle e domínio das terras. Num país com uma população essencialmente rural, com sua economia baseada na agricultura de exportaço, controlar o acesso à terra significava dispor sobre o destino de um grande contingente de trabalhadores. Assim, quem controlava a terra controlava também o destino das pessoas.

Inaugurou-se a República (1889) com base nesse novo sistema de subalternizaço das pessoas, marcada pelo mandonismo das oligarquias rurais em aliança com o setor agroexportador.<sup>2</sup> Isso só foi possível pois, em 1850, a classe dominante brasileira, prevendo o fim da escravidão, tratou de colocar a cerca sobre a terra. A Lei de Terras (1850) foi instituída no Brasil, tornando a terra uma

---

<sup>2</sup> O pesquisador Décio Saes (2001, p. 115) esclarece que “a classe fundiária se configura, não obstante o fato de exercer o poder socioeconômico sobre o campesinato dependente e de controlar o chamado ‘poder local’ [...] como o polo subalterno de uma aliança política selada com a burguesia comercial-exportadora [...]. Obtendo do Estado garantias quanto à preservação do padrão vigente de distribuição da propriedade agrária e do controle exercido pelos ‘coronéis’ sobre o ‘poder local’, a classe fundiária presta, em troca, um serviço político de natureza eleitoral à burguesia comercial exportadora”.

mercadoria (Brasil, 1850a).<sup>3</sup> Em breve o ser humano deixaria de ser cativo, mas em troca as terras foram cercadas, impedindo seu livre acesso, e, para possuí-la, a pessoa precisaria de dinheiro.

Buscando atender aos interesses dos cafeicultores fluminenses, o último gabinete da monarquia (Gabinete de Ouro Preto) formulou o “Projeto de Auxílio à Lavoura” como forma de indenização destes fazendeiros pelo fim da escravidão. Previa um volume de recursos na ordem de 86 mil contos – equivalente à quarta parte do orçamento imperial de 1889 –, com prazo de 50 anos para o seu pagamento. Com a República, o novo ministro da Fazenda, Rui Barbosa, cancelou esse auxílio às lavouras e propôs em seu lugar a criação de um Banco Hipotecário Nacional, com a função de constituir a propriedade hipotecária da terra, tornando-a garantia bancária. Com isto, se criaria um Registro Geral das Terras e a possibilidade de um imposto territorial. Não demorou muito, Rui Barbosa foi exonerado e aquele projeto não foi adiante (Linhares e Teixeira da Silva, 1999).

Com a República Velha, organizou-se a primeira Constituição da República (1891),<sup>4</sup> determinando que as terras públicas passariam

---

<sup>3</sup> Essa lei é produto da pressão inglesa que levou o Governo Imperial a promulgar, em novembro de 1838, a lei que extinguiu o tráfico negreiro, mas que não foi respeitada. De acordo com Pinto (1982, p. 136), “o tráfico continuou, mais intenso ainda, abrigado pela cumplicidade e tolerância das autoridades. A partir deste momento, a Inglaterra abriu luta contínua e violenta aos traficantes de escravos”. Na medida em que a Lei de Terras exigia a apresentação da Carta Régia de doação da sesmaria, se determinou para as aldeias indígenas o não reconhecimento do direito de posse e dos registros das terras que eles já usufruíam. Com a criação do Ministério da Agricultura, em 1860, que assumiu a política indigenista, dezenas de aldeias, ainda que existentes, foram extintas formalmente. Conforme sugerido por Gomes, durante o Império, “em relação aos índios, foi consolidada a sua posição no quadro nacional como de um ser incapaz tanto mentalmente quanto juridicamente. Usurpou-se grande parte de suas terras, até mesmo as já doadas anteriormente como sesmarias que, não sendo registradas após 1850, perderam a sua validade aos olhos do Governo Imperial e das províncias” (Gomes, 1988, p. 81).

<sup>4</sup> Para Saes (2001, p. 109), o período entre 1888 e 1891 representou o início da constituição do Estado burguês no Brasil, conforme se aboliu a escravidão, proclamou-se a

ao controle dos governos estaduais (Brasil, 1891).<sup>5</sup> Com isso, os latifundiários ampliaram enormemente suas propriedades, agora sobre as terras públicas.

Partes destas terras públicas também foram cedidas aos latifundiários por outro mecanismo do Governo Federal: as Leis Orçamentárias da República. Por meio delas, o governo republicano normatizou os arrendamentos das terras públicas aos fazendeiros – terras que, após certo tempo, eram incorporadas ao seu patrimônio, com pagamento irrisório ao longo de 40 anos.<sup>6</sup>

---

república e se estabeleceu uma nova Constituição. Passou-se a ter no Brasil homens livres como sujeitos individuais de direito e a adoção da meritocracia na composição do aparelho do Estado. No entanto, para esse autor, a “política dos governadores” como forma de hegemonia política enfraqueceu a vida partidária, uma vez que “tal política representou um acordo político direto entre a presidência da república com os governadores estaduais, Congresso e os legislativos estaduais. Esse acordo amplo fixava, na prática, regras permanentes para o exercício da hegemonia política no seio do bloco no poder. Ao promover a articulação política direta – sem uma mediação especificamente partidária dos diferentes segmentos regionais da fração hegemônica da classe dominante –, a ‘política dos governadores’ enfraqueceu a vida partidária das classes dominantes regionais. Tornou-se assim inviável a formação de um partido dominante de caráter nacional; daí o artificialismo e a efemeridade de partidos nacionais, como o Partido Republicano Federal (PRF) de Francisco Glicério e o Partido Republicano Conservador (PRC) de Pinheiro Machado”.

<sup>5</sup> Isso foi garantido pelo artigo n. 64, da Constituição de 1891. Essa Constituição também autorizou aos governos estaduais elaborarem as suas próprias constituições e, assim, a gerirem as terras devolutas. No caso do governo do Rio Grande do Sul, sob influência do pensamento positivista, constituiu o seu próprio serviço de índios, pelo qual demarcou várias reservas indígenas, denominadas de “Toldos Indígenas”. Cabe lembrar que durante a formulação da Constituição de 1891, os parlamentares positivistas, em boa medida membros da Igreja do Apostolado Positivista, propuseram, conforme indicado por Gomes (1988, p. 83), “que os índios deveriam ser considerados como nações livres e soberanas, e que fossem organizados em Estados com o título de ‘Estados Americanos Brasileiros’, em oposição aos outros Estados da federação denominados ‘Estados Ocidentais Brasileiros’. Tais Estados teriam autonomia interna e controle sobre os territórios”.

<sup>6</sup> Outro mecanismo, ainda que com pouca duração (1913-1915), para o domínio de terras públicas foi o novo Regulamento das Terras Devolutas, oficializado pelo Decreto n. 10.105 (Brasil, 1913). Conforme indicado por Linhares e Teixeira da Silva (1999, p. 92), esse regulamento “consagrou a estrutura fundiária existente, reconhecendo

O fim da escravidão sem a possibilidade de acesso à terra ao mesmo tempo em que o latifúndio avançava sobre as terras públicas, durante a República Velha, gerou diversos conflitos. A resistência popular se manifestou pela imensa massa de despossuídos, cultivadores pobres e livres, ex-escravos, que viviam no interior do país às margens das grandes fazendas, praticando uma agricultura itinerante e/ou coletando alimentos nas matas.

Com a exclusão do direito à terra, surgem pela primeira vez no Brasil movimentos camponeses que passam a lutar de forma massiva pelo acesso à terra. Liderados por motivação religiosa, foram classificados pela sociologia como movimentos messiânicos. Os mais expressivos deste período foram as lutas de Canudos, na Bahia (1893-1897), e do Contestado, em Santa Catarina (1912-1916). E, em diversas regiões, eclodiram levantes de pequenos grupos de camponeses. O massacre operado pelo Estado deu relevância nacional aos movimentos de Canudos e de Contestado.

Antônio Maciel liderou centenas de sertanejos em Canudos, em pleno sertão baiano, inserido em meio a um jogo de interesses

---

todos os títulos anteriores, inclusive as terras não medidas ou demarcadas, bem como as áreas maiores do que constava nos documentos de titulação e mesmo que ‘apenas em princípio de exploração’ (artigo 3º). Por fim, legitimava qualquer posse de terra que viesse a ser declarada (artigo 4º), ainda que apenas com vestígios de ocupação transitória (um par de árvores abatidas ou uma picada na floresta). Simultaneamente, dava-se um imenso passo em direção à expansão dos já imensos latifúndios: as terras intocadas, porém declarados ‘campos de criar’ ou pastos, mesmo sem qualquer vestígio de ocupação, eram legitimadas em posse dos fazendeiros. Também seringais e castanhais, florestas naturais da Amazônia, áreas silvestres de extrativismo das quais dependiam milhares de sertanejos, eram consideradas, apropriáveis por delação em juízo”. Apesar destas imensas possibilidades de apropriação de terras devolutas, as oligarquias rurais se colocaram em oposição a esse regulamento, pois “no seu Capítulo III, impunha que no ato de registro em juízo das posses existentes fosse declarado o valor estimado do imóvel e das benfeitorias (artigo 19) e, no seu artigo 24, reconhecia formas alternativas de posse da terra, como as posses comunais por camponeses. Ambos os dispositivos despertavam extrema reação entre os agrários: a declaração do valor do imóvel e das suas benfeitorias poderia ser, aos seus olhos, o ponto de partida para um imposto territorial federal”.

políticos (militares republicanos, monarquistas e republicanos civis) e em um ambiente de terra concentrada, em busca de um lugar de paz e de vida. Antônio Conselheiro, como era conhecido, era um homem culto para sua época, tendo desenvolvido atividades comerciais (caixeiro de armazém), advocatícias (era advogado provisionado) e pedagógicas (foi professor em escolinhas das fazendas). Iniciou sua peregrinação ainda na década de 1870, passando por vários estados do Nordeste, estabelecendo-se, em 1893, numa fazenda abandonada de nome “Canudos”, chegando a viver por ali mais de 30 mil pessoas, sendo erguidas 5 mil casas.<sup>7</sup> Constituiu-se, assim, o Arraial de Belo Monte.<sup>8</sup> Para lá convergiram camponezes despossuídos em suas diversas variantes (vaqueiros, pastores, posseiros etc.), artesãos (pedreiros, carpinteiros, cozinheiras, entre outros ofícios), em sua maioria analfabetos, e também professores, enfermeiros e médicos.

Praticavam a agricultura e a pecuária, sendo essa a principal fonte de renda do arraial. Cultivavam feijão, milho, batata-doce,

---

<sup>7</sup> “A área ocupada pelos conselheiristas em Belo Monte passou a ser de pouco mais de 50 ha. Em 1895, a população oscilava entre cinco e oito mil habitantes. Em 1897, uma comissão de engenheiros militares ligados à expedição destruidora avaliou a existência de 5.200 casas, o que em média corresponderia a uma população de aproximadamente 26 mil habitantes. [...]. Há quem afirme que a população local chegou a 35 mil moradores. Outros defendem um número máximo de 15 mil” (Macedo e Maestri, 2004, p. 69). As casas eram rústicas, construídas de barro e madeira, cobertas de palha, geralmente com dois ou três cômodos, tendo em torno de 40 m<sup>2</sup>.

<sup>8</sup> “No momento em que ingressavam na cidade, os recém-chegados doavam ‘parte’ de seus bens a uma caixa comum. Isso não quer dizer que a noção de propriedade fora abolida. Mantinha-se o direito de propriedade sobre a produção, alguns bens, e determinados integrantes vinculados ao comércio acumulavam bens e riquezas. A existência de um fundo comum garantia a manutenção da parcela da população que não tinha meios próprios para subsistir dignamente e financiava a estrutura administrativa e rudimentar do arraial. Em vez de um socialismo ou igualitarismo absoluto, incompatíveis com o próprio nível de desenvolvimento material e espiritual daquele grupo, é preferível pensar na existência de um comunitarismo fundado na ideia da solidariedade coletiva” (Macedo e Maestri, 2004, p. 76).

abóbora, melancia, melão, cana-de-açúcar com base no trabalho cooperado, que por meio dos mutirões realizavam a limpeza do roçado, o plantio, sua manutenção e colheita. Além das criações de gado bovino e equino, os conselheiristas possuíam um expressivo rebanho de cabras e bodes, comercializando a carne, o leite, mas, sobretudo, o couro, mercadoria de maior valor nas transações comerciais com as cidades e povoados. Além do trabalho comunitário, os moradores do Arraial eram estimulados a vender sua força de trabalho por diárias nas fazendas vizinhas (Macedo e Maestri, 2004).

O Arraial desenvolveu forte atividade comercial, tendo presença nas feiras e pontos comerciais e, por seu intermédio, realizou importante articulação com outras comunidades e povoados. Pelo comércio, adquiriam farinha, rapadura, carne seca, cebola, alho, goiabada e compravam algumas ferramentas e utensílios domésticos (Macedo e Maestri, 2004).<sup>9</sup> Por meio do fundo constituído com as doações recebidas por aqueles que chegavam ao povoado, sobretudo, construíram uma escola, a igreja e o cemitério. A coesão social, em boa medida, era lastreada pela pregação religiosa, normatizando o convívio social, sendo abolido o jogo e a bebida.<sup>10</sup> Os responsáveis por crimes graves eram expulsos do Arraial.

Entre 1896 e 1897, o Exército brasileiro realizou quatro expedições em Belo Monte, acusando-os de serem monarquistas. Nas três primeiras, o Exército foi derrotado e, na quarta, com a força de canhões e dez mil soldados, liquidou aquela que foi umas das maiores experiências populares de resistência e organização da vida

---

<sup>9</sup> Ainda que a moeda nacional circulasse livremente no Arraial, “com o tempo, Antônio Vila Nova, o mais importante comerciante conselheirista, criou um vale impresso amplamente aceito nas localidades vizinhas, que acabou substituindo o dinheiro nas trocas” (Macedo e Maestri, 2004, p. 75).

<sup>10</sup> “Os homens de confiança de Antônio Maciel, integrantes da Companhia do Bom Jesus e da Guarda Católica, vestiam calças e camisas de algodão azul, cobriam a cabeça com um gorro azul e calçavam alpargatas” (Macedo e Maestri, 2004, p. 73).

com parâmetros de justiça, solidariedade e igualdade (Macedo e Maestri, 2004).

No início do século XX, outro confronto popular se estabeleceu. Em uma região disputada pelas forças políticas estaduais de Santa Catarina e do Paraná e por oligarquias locais desejosas do comando político regional (por isso do nome Contestado), os camponeses que ali viviam passaram a se articular contra a apropriação de terras executadas pela Empresa Brazil Railway, que construía a estrada de ferro que ligava São Paulo ao Rio Grande do Sul, empreendimento dirigido pela corporação americana Farquhar, que recebeu do Governo Federal a incumbência de construir tal ferrovia em troca da concessão de nove quilômetros de terras às margens da ferrovia. Para sua exploração, essa empresa organizou uma madeireira e uma colonizadora (Southern Brazil Lumber and Colonization).

Na festa de São Sebastião, no mês de agosto de 1912, o monge José Maria (manipulador de ervas medicinais que sucedera a outro religioso desaparecido no final do século XIX, João Maria) foi convidado para o encontro. Denunciados ao governador de Santa Catarina pelo coronel Francisco Albuquerque, que afirmava que os “monarquistas” estavam se organizando no Sertão de Taquaruçu, José Maria e seu grupo se deslocaram em setembro de 1912 para a cidade de Irani, no Paraná. O governo do Paraná encaminhou a força militar comandada pelo coronel João Gualberto, atacando em outubro o acampamento (denominado de reduto), fazendo uso de metralhadoras. Nesse conflito, morreram o monge José Maria e o coronel João Gualberto.

Em dezembro de 1913, formou-se novo reduto em Taquaruçu, sendo transferido, em janeiro de 1914, para o norte, formando o de Caraguatá, mas sendo em março combatido por tropas do Exército, policiais militares de Santa Catarina e tropa de vaqueanos (espécie de jagunços da época). Nos redutos, havia um regime de apropriação comum dos bens, que eram aportados pelos que

ali chegavam. O comércio e a propriedade eram punidos com a morte. Os sertanejos que sobreviveram formaram, ainda no final de março, o reduto de Bom Sossego. Daí, seguiu-se a organização de diversos redutos e guardas nos Vales do Timbó, Timbozinho, Tamanduá e Serra da Esperança.

A partir de julho de 1914, ocorreu uma ofensiva dos sertanejos, gerando os conflitos de Canoinhas (SC); em agosto, tomaram as Vilas de Papanduva e Itaiópolis, em Santa Catarina, e, em 26 de setembro, tomaram a cidade de Curitiba (SC), incendiando a estação de telégrafo, a Superintendência Municipal, a cadeia, a Câmara Municipal, as casas do coronel Albuquerque e de seus aliados e a sede do jornal local. Em outubro, os sertanejos cercaram a cidade de Lages. Dessa ofensiva, seguiu-se a organização do reduto de Santa Maria, articulado com outros menores, que em dezembro foram atacados pelo Exército, com uso, inclusive, de avião.

Após a destruição deste reduto, os sertanejos persistiram e organizaram o de São Miguel. Entre dezembro de 1915 e janeiro de 1916, saíram dos redutos e entregaram suas armas. Estes conflitos envolveram, ao longo dos quatro anos, mais de 20 mil camponeses, conduzidos por diferentes lideranças inspiradas pela força mística do retorno de José Maria e seu Exército Encantado de São Sebastião e pela esperança de uma vida melhor (Machado, 2004).

Com o fim do trabalho escravo, emergiram novas relações de trabalho juridicamente livre que não eram tipicamente capitalistas. Os trabalhadores não estavam totalmente afastados dos meios de produção e não vendiam sua força de trabalho, recebendo, em troca, um salário com o qual retirassem integralmente seus meios de subsistência do mercado. Eles tinham como principal remuneração a possibilidade de cultivar, em um lote de terra, produções que poderiam consumir ou vender. Era dessa produção de mantimentos que tais trabalhadores retiravam a sua subsistência; a outra

parte da remuneração era composta por dinheiro (Fragoso, 2000; Gorender, 1994).

Esse fenômeno tem por base o fato de que a sociedade brasileira ainda apresentava, nesse período, uma baixa capacidade de acumulação de capital, um baixo grau de monetarização das relações econômicas e um mercado de trabalho incipiente. Tal fato determinou a impossibilidade de estabelecer uma relação completamente monetarizada com os trabalhadores e, com ela, o pagamento de um salário que cobrisse plenamente a subsistência da força de trabalho e de sua família, determinando a internalização da mão de obra nas fazendas, em busca de trabalho familiar que complementasse a sobrevivência dos trabalhadores e de seus dependentes (Fragoso, 2000; Gorender, 1994).<sup>11</sup>

Nas fazendas de café, em São Paulo, constituiu-se o colonato e, nos canaviais nordestinos, compôs-se o morador agregado, sob duas modalidades de dependência pessoal: o condiceiro e o foreiro. Mas o fundamento destas relações de trabalho, seja no café, seja na cana-de-açúcar, se manteve semelhante: trabalho livre, internalizado na fazenda, com enorme exploração dos camponeses, com forte subalternização e controle político pelos senhores das terras. Vejamos, a seguir, cada uma dessas relações de trabalho.

## O COLONATO

Formado fundamentalmente com imigrantes, especialmente italianos (particularmente do norte da Itália), o colonato constituiu nos cafezais paulistas uma relação de trabalho única na história

---

<sup>11</sup> Isso também explica a exigência, por parte do fazendeiro, de aceitar apenas homens casados, seja nas relações do colonato, na cafeicultura paulista, seja nas de morador-agregado nos canaviais nordestinos.

do Brasil. Entre 1887 e 1900, o território paulista receberia 863 mil imigrantes.<sup>12</sup>

Os camponeses que se dirigiram às fazendas de café estabeleciam um contrato de trabalho padrão que era elaborado pelo escritório de imigração, o qual previa remuneração na forma de salário ao trabalho aportado nas atividades cafeeiras e nas atividades de apoio à produção (secagem, armazenagem etc.). Esse salário era proporcional ao número de pés de café atribuídos ao trabalhador, compreendido com sua família. A esse salário-base juntava-se um bônus, em função da colheita obtida. Previa, também, moradia, água, lenha e uma parcela de terra para o plantio de subsistência. O local desse roçado, assim como as culturas que nele se desenvolviam, eram estabelecidas no referido contrato. Em geral, as culturas autorizadas eram o milho, a mandioca e o feijão preto, inteiramente consumido pelo trabalhador e sua família. Contudo, nos anos bons, os camponeses levavam ao mercado local o excedente da produção, fortalecendo o limitado mercado interno (Gorender, 1994).

No entanto, essa relação não era tranquila e harmoniosa. Os imigrantes eram obrigados a reembolsar parte das despesas com transporte e instalação na fazenda; cada camponês imigrante era declarado solidariamente responsável pelas dívidas de sua família; os camponeses inadimplentes estavam sujeitos às penas de prisão e de trabalhos forçados. A situação dos camponeses imigrantes foi agravada com a migração interna, sobretudo com a chegada de mineiros e baianos aos cafezais paulistas por meio do deslocamento proporcionado pelas estradas de ferro, o que criou as condições para o rebaixamento dos salários nas plantações.

Até a década de 1920, os imigrantes de origem estrangeira eram em maior número. Eles não aceitaram sem luta a exploração à qual

---

<sup>12</sup> Entre 1880 e 1930, entraram no Brasil mais de 4 milhões de imigrantes, sendo sua maioria direcionada para os cafezais paulistas (Gorender, 1994; Fragozo, 2000).

foram submetidos. Essas lutas tomaram as formas mais diversas, e, muitas vezes, violentas, dada a repressão exercida pelos fazendeiros que proibiram inclusive o direito dos camponeses se associarem. Foi assim que os cafezais paulistas foram palco de várias greves. No começo do século XX, agravado pelas crises de superprodução, inicia-se um processo de abandono dos cafezais por parte desses camponeses.<sup>13</sup>

## O MORADOR-AGREGADO

Na região do Nordeste canavieiro, não existiram contratos formais, mas os acordos acordados entre os camponeses e os latifundiários expressavam também essa insuficiência de capital acumulado para adentrar diretamente ao trabalho assalariado. Como 40% da população brasileira concentrava-se no Nordeste, não foi necessária a introdução de colonos imigrantes, havendo o aproveitamento da abundante população local.

Com a abolição, a organização do trabalho nos engenhos retomou formas que já subsistiam na época da escravidão. Um dos sistemas mais antigos, e que abarcava o maior contingente de trabalhadores livres ali presentes, era o do morador-agregado. Existiam dois tipos de moradores: o condiceiro e o foreiro. Na primeira

---

<sup>13</sup> É oportuno esclarecer que, além do colonato, a região cafeeira de São Paulo, estimulada pelo governo estadual, desenvolveu a colonização com pequenos produtores familiares, sejam eles imigrantes, sejam trabalhadores nacionais. É por isso que muitos estudiosos registram nessa região uma forte presença de pequenos agricultores, proprietários de terras dedicadas à cafeicultura. Estimou-se que, em 1927, havia 30 mil pequenos proprietários nessa condição. Os “núcleos coloniais” do interior de São Paulo estavam associados ao processo de acumulação de capital na cafeicultura e tinham como objetivo valorizar as terras onde se encontravam os cafezais e, com a venda das porções mais inadequadas à produção de café, auxiliar o financiamento dos fazendeiros. Os núcleos também estavam associados à estratégia de disponibilizar mão de obra sazonal para as fazendas de café, além de fornecer gêneros alimentícios, barateando a reprodução da mão de obra interna das fazendas (Gadelha, 1982).

situação, o camponês residia com sua família no engenho ou fazenda e tinha direito a um sítio ou roçado para plantar uma cultura de subsistência (geralmente milho, mandioca e feijão), como parte constitutiva da “morada”. Esse tipo de trabalhador tinha a obrigação de prestar dois ou três dias de serviço por semana ao engenho ou à fazenda (“condição”), sendo remunerado abaixo da tabela vigente para os trabalhadores diaristas (Azevedo, 1982; Gorender, 1994).

Ao lado do morador condiceiro, existia a figura do foreiro, um pequeno rendeiro que arrendava um lote, geralmente nas áreas mais distantes dos engenhos e fazendas e, sendo esse lote maior do que a quantidade de terra recebida pelo morador condiceiro, pagava em dinheiro (foro) pela sua utilização. Tinha a obrigação, tanto como o morador-condiceiro, de conceder alguns dias de trabalho gratuito para o engenho, em torno de 20 a 30 dias por ano, mas com a possibilidade de poder substituir a prestação deste serviço por uma terceira pessoa. Era o cambão (trabalho gratuito).

Tal como nos cafezais paulistas, o morador-agregado vivia uma condição não inteiramente mediatizada pelo mercado, uma vez que importante parte de sua sobrevivência era garantida pela produção de subsistência extraída pelo trabalho familiar numa posse de terra no interior da fazenda.

Não se deve confundir esse morador, seja ele foreiro, seja condiceiro, com o trabalhador diarista que, pelas suas péssimas condições de vida, vegetava nos pequenos povoados que se formavam próximos aos engenhos. Eram os trabalhadores de fora, antigos camponeses já expropriados ou ex-moradores que residiam na ponta da rua, nos arruados das pequenas vilas e cidades da Zona da Mata nordestina (Azevedo, 1982).

Nos períodos de colheita da cana-de-açúcar, os engenhos utilizavam também um outro tipo de trabalhador, os corumbás ou caatingueiros, camponeses que viviam no Agreste e no Sertão e que se deslocavam sazonalmente para o corte da cana (Azevedo, 1982).

## SURGE O ASSALARIAMENTO NA AGRICULTURA

A existência de um contrato de trabalho e do pagamento de um salário – sobretudo nas condições do colonato paulista, mas não só nele, pois na relação morador-condiceiro realizava-se o pagamento de um salário – levou alguns autores a compreenderem essas novas relações como trabalho assalariado.<sup>14</sup> No entanto, esse salário não assume a forma tipicamente capitalista, pois tal como o capital, ele é uma categoria anterior ao capitalismo. O salário do colono ou do morador-condiceiro se enquadrava nessa categoria pré-capitalista. No caso do condiceiro, era um salário de “condição”, mais baixo do que o vigente no incipiente mercado, e não era livremente contratado nas condições do mercado de trabalho. Já com o colono paulista, tratava-se de um salário calculado por ano e com base numa mão de obra familiar, que incluía o homem, as mulheres, filhos, cunhados (se o tivessem), enfim, toda a família. Tanto o morador como o colono só podiam tê-lo se possuíssem família (Gorender, 1994).

Enfim, estas novas relações de trabalho acarretaram uma baixa monetarização da economia (tendo em vista a presença de trabalho gratuito, baixa remuneração dos camponeses, presença da produção de subsistência) e significaram a redução dos custos de produção dos latifundiários. Em certa medida, essas formas de extração de sobretrabalho geraram relativa autonomia e resistência dessas grandes lavouras, especialmente a canavieira, frente às oscilações de preço do açúcar no mercado internacional, vivenciadas na primeira metade do século XX (Azevedo, 1982).

Além das grandes fazendas de café e de cana-de-açúcar, o Brasil vivenciou, nessa transição do trabalho escravizado para o juridicamente livre, outras relações de trabalho nas regiões perifé-

---

<sup>14</sup> Um destes pesquisadores foi Sergio Silva. Ele afirma: “com a imigração massiva, o trabalho escravo cedeu lugar ao trabalho assalariado nas plantações de café” (Silva, 1986, p. 44).

ricas do país, como, por exemplo, as de parceria, de peonagem e do “barracão”.

## OS PARCEIROS E RENDEIROS

A parceria também foi muito utilizada na substituição do trabalho escravizado, seja no Sudeste, no Centro-Oeste ou no Nordeste. Na realidade, essas relações se constituíram em uma forma de pagamento da renda da terra (em produto), por parte dos trabalhadores, geralmente a uma taxa de 50% da produção obtida.

Nas antigas áreas de cafeicultura fluminense, a transição do trabalho escravizado levou à utilização de força de trabalho nacional desde antes de 1888 (abolição da escravatura). Nessas áreas, as novas relações de trabalho assumiram a forma de parceria, em que o trabalhador direto recebia uma faixa de terra da qual retirava sua subsistência básica (agricultura de alimentos) e, em contrapartida, dividia a colheita do café com o proprietário da terra. No momento da safra, a parceria era complementada por trabalhadores sazonais assalariados (jornaleiros) (Fragoso, 2000).

Na Zona da Mata mineira, onde o café já estava instalado, o trabalho escravizado não foi substituído por mão de obra imigrante. Adotou-se o mesmo mecanismo da cafeicultura do Vale do Paraíba: a parceria com famílias agregadas.<sup>15</sup>

---

<sup>15</sup> No século XIX, a região mineira estava ligada à produção de produtos vegetais e animais para o mercado interno. É surpreendente, pois Minas Gerais constituía-se, naquele período, como a maior província escravista do país. Evidentemente que boa parte deste conjunto de gêneros alimentícios, voltado ao consumo interno, especialmente da capital do país (Rio de Janeiro), era produzido com base no trabalho escravizado. A província de Minas Gerais estava vinculada ao mercado do Sudeste, principalmente pela produção de gêneros ligados ao consumo popular e escravo. Essa unidade de produção escravista era policultora. Ela se formou justamente na região de Cerrado, existente no Planalto da Mantiqueira, tendo o seu apogeu na primeira metade do século XIX, expandindo e sendo muito importante no período da Independência e da Regência. Essa região se formou com a crise do ciclo do ouro

Já no Nordeste açucareiro, o camponês lavrador (rendeiro, parceiro) recebia um lote de terras para cultivar cana e alimentos. Cabia ao lavrador cultivar, colher e transportar a cana para o engenho do proprietário de terra. Feito isto, o dono da terra retinha a metade da safra de cana (ou de açúcar) e a metade de todo melaço, aguardente e produtos residuais da cana-de-açúcar.

Na agropecuária do Centro-Oeste, também se constituiu uma relação de morador-agregado em que o camponês era remunerado pela cessão de um lote de terra do qual retirava a sua subsistência. Quando o camponês se empregava na condição de camarada, recebia um pequeno pagamento monetário.

## A PEONAGEM

Na região sul do país, essa relação já havia se constituído no século XVIII, quando da formação das estâncias gaúchas, a partir da distribuição das sesmarias. A peonagem percorreu os tempos e se constituiu com base no peão, indivíduo desprovido da propriedade da terra que, eventualmente, podia receber pagamentos monetários. Entretanto, a sua remuneração básica se fazia em forma de casa, comida e direito ao uso de um lote de terra, caso possuísse família. No entanto, esse peão possuía relativa autonomia para a produção dos seus meios de sobrevivência, visto os amplos campos abertos (ainda que apropriados pelos fazendeiros), o que lhes permitia um livre trânsito entre os campos nativos e lhes proporcionava condições de sobrevivência quando do abandono do seu trabalho em uma estância (Maestri, 2000).

---

e o conseqüente deslocamento da população da região mineradora para regiões nas quais a agricultura era mais viável, basicamente o sul de Minas, visto que a região mineradora não era propícia para a agricultura (Lenharo, 1993; Fragoso, 2000). Essa unidade produtora de alimentos entrou em crise na segunda metade do século XIX, justamente com a expansão da cafeicultura no Vale do Paraíba e na Zona da Mata Mineira. A crise ocorreu, pois, parte do capital acumulado nessas unidades policultoras de alimentos foi investido na formação da grande fazenda de café.

Como a estância se reproduzia de forma extensiva, incorporando mais terra e gado, com baixíssimos recursos técnicos e com esse tipo de relação de trabalho, assegurava-se reduzido custo monetário de produção aos estancieiros (Maestri, 2000).

No entanto, no século XIX, sobretudo nos anos de 1870, com o aparecimento do arame, os campos passaram a ser cercados, impedindo o livre trânsito do peão, proporcionando aumento da produtividade pastoril com a introdução de novas raças de gado e criando as condições para desempregá-lo (Maestri, 2000).

### A PARCERIA NA FORMA DE QUARTEAÇÃO

A relação de partilha dos animais criados em “quarta” (ou até em “quinta”) se fez presente no Centro-Oeste, em Minas Gerais e, sobretudo, na região sertaneja nordestina. Essa relação já era praticada quando da formação da grande fazenda pecuária durante o período colonial, manteve-se após a abolição e funcionava com o vaqueiro recebendo um quarto das crias do gado que estivesse sob os seus cuidados. Além da moradia, do acesso à água e à lenha, nessas diversas situações, a sua existência era complementada com uma lavoura de subsistência praticada em pedaço de terra cedido pelo latifundiário.

### O SISTEMA BARRACÃO

Na região Amazônica, ao longo do século XIX, combinava-se em uma mesma fazenda a agricultura de subsistência e o extrativismo, tendo por base o cultivador pobre e livre até o trabalho escravizado de indígenas. De início, na extração da borracha, fundamentalmente uma atividade extrativista, não havia interesse pelo domínio da terra. Mas, com o *boom* desse produto na virada do século XIX para o XX, esse quadro se modificaria. Os seringalistas (donos de seringais) passaram a ter interesse pela legalização da posse da terra, constituindo-se, desse modo, as grandes propriedades.

Tal explosão econômica, como já indicado, se deu na virada do século XIX para o XX. Em 1892, a borracha amazônica representava 61% da produção mundial. Em 1900, a exportação chegou a 24,3 milhões de toneladas, representando 28,2% das exportações brasileiras, ocupando o segundo lugar desta pauta. Na década seguinte, porém, esse ciclo econômico entrou em decadência, visto a concorrência da produção asiática que, já em 1913, ultrapassaria a produção brasileira (Fragoso, 2000).

Tamanha virtuosidade econômica só foi possível pelo afluxo de migrantes, principalmente nordestinos, aos seringais da região Norte. Tal demanda de mão de obra seria suprida particularmente a partir das secas que se abateram sobre o Nordeste na década de 1870.

A organização do trabalho nesse empreendimento econômico, o “seringal”, se estabeleceu com base em relações de trabalho cuja reprodução se prendia ao endividamento do trabalhador. O seringueiro (camponês extrativista) retirava a sua subsistência dos gêneros vendidos pelo barracão do seringal. Em função dos altos preços de tais gêneros, acrescidos de juros pelo seu adiantamento, o camponês aparecia sempre endividado. Esse mecanismo, além de limitar a circulação monetária, mantinha o seringueiro preso à fazenda extrativista.<sup>16</sup>

No entanto, essa relação não foi exclusiva da região amazônica. Também esteve presente na região nordestina após 1945, com a instalação do barracão, pequeno armazém situado no interior da

---

<sup>16</sup> Esse sistema de adiantamento marcava toda a relação do processo econômico, pois se estendia ao dono do seringal (seringalista) em sua relação com as casas de aviamento que abasteciam os seringais com mercadorias (mantimentos e instrumentos de trabalho) e forneciam o crédito. Essa cadeia de endividamento terminava nas relações entre as casas de aviamento, situadas em Manaus e Belém, e as firmas exportadoras, em geral controladas pelo capital internacional. Desse modo, o endividamento colocava em movimento toda a produção de borracha. Enfim, deste esquema econômico, o seringalista e as casas de aviamento se apropriavam do sobretrabalho produzido pelo seringueiro (Fragoso, 2000).

grande propriedade, que vendia gêneros de primeira necessidade ao trabalhador. Este, muitas vezes, recebia o seu salário em “vale” do barracão, para o qual sempre estava devendo (Azevedo, 1982).

Estas relações de trabalho só se estabeleceram e se ampliaram porque as terras já se encontravam sob o domínio pleno dos latifundiários, que impediam o livre acesso dos camponeses. Sob essa condição desenvolveu-se em várias regiões do Brasil, conforme demonstrado anteriormente, com relações de subordinação dos camponeses, criando relações de dependência pessoal e ampliando o controle político dos senhores das terras.<sup>17</sup>

No entanto, no século XIX, surgiu no Brasil outro tipo de relação que não era nem trabalho escravo, nem um trabalho livre subalternizado. Formou-se um campesinato livre e proprietário de terra que, no sul do país, foi denominado de colono.

## O SURGIMENTO DO CAMPONÊS SERTANEJO

Com a vinda da Coroa portuguesa ao Brasil, em 1808, fuga do cerco napoleônico que expandia a revolução burguesa na Europa, mudanças importantes ocorreram, como por exemplo a permissão para instalar no Brasil manufaturas e gráficas, até aquele momento proibidas na colônia. Entre as novidades, houve o decreto de dom João VI, que permitiu a imigração para o Brasil de colonos não portugueses, desde que católicos. Efetivou-se, assim, três grandes ciclos de imigrações de agricultores europeus sem-terra para o Brasil.

---

<sup>17</sup> Estas relações de dependência pessoal foram assim esclarecidas por Saes: “como o latifúndio apoiado em ‘formas camponesas dependentes’ ocupa, nessa etapa, um lugar central dentro da economia agrária, pode-se concluir que, na Primeira República do Brasil, o contingente das classes populares inseridas na esfera ideológica pré-capitalista é sensivelmente superior àquele já integrado à esfera ideológica propriamente capitalista. Em termos mais claros: a porcentagem de trabalhadores subjugados pelos sentimentos de lealdade pessoal para com o proprietário da terra e de conseqüente fidelidade aos chefes políticos por ele apoiados é bastante superior à porcentagem de trabalhadores já tomados pelo sentimento de ‘cidadania’ (isto é, de liberdade civil e de independência política)” (Saes, 2011, p. 112).

Primeiramente, chegaram ao Brasil suíços e alemães. Assim, em 1819, fundou-se a colônia de Nova Friburgo, na província do Rio de Janeiro, abrigando 1.600 imigrantes suíços de língua francesa, a qual, por estar em terreno pouco apropriado, não obteve grande êxito, sendo reforçada, em 1824, com mais 284 famílias de alemães. As colônias pioneiras, após Nova Friburgo, surgiram sobretudo depois da Independência (1822). Já em 1824, fundou-se a colônia de São Leopoldo (abrangia inicialmente 1.028 lotes, envolvendo 5.200 imigrantes alemães, chegando, em 1855, a 12 mil habitantes); em 1826, as colônias de Três Forquilhas e São Pedro de Alcântara foram estabelecidas, próximo a Torres (RS); em 1828, formou-se a colônia que levou o mesmo nome da colônia gaúcha de São Pedro de Alcântara, perto de Florianópolis (SC), envolvendo 652 imigrantes alemães; e a colônia de Rio Negro (na fronteira entre Paraná e Santa Catarina), fundada em 1829, com 247 famílias. Naquele ano, também foram fundadas as colônias de Santo Amaro e de Itapecerica, nas proximidades da cidade de São Paulo. Todo esse processo de colonização foi organizado pelo governo imperial, com base no recrutamento de soldados e de agricultores alemães. Entre essas famílias, não havia apenas agricultores, mas também artesãos, comerciantes e profissionais liberais (médicos, professores, pastores) (Holanda, 1987).

Com as mudanças no Estado imperial, advindas com a Regência (1831), o vigor nativista do período avaliou prescindir da colonização estrangeira e a política imigratória subvencionada pelos cofres do governo imperial foi abandonada. Com isso, a imigração ficou praticamente interrompida até o final da década de 1850.

Apesar disso, surgiu um segundo ciclo com grande contingente de colônias, todas patrocinadas pelos governos provinciais e pela iniciativa privada. Surgem, no Vale do Itajaí (SC), três centros coloniais importantes: Blumenau, colonizada por alemães em 1850 (organizada por iniciativa do farmacêutico alemão Hermann

Bruno Otto Blumenau, chegando a ter, em 1870, 5.986 habitantes); Joinville, em 1851 (inicialmente denominada Colônia Dona Francisca), organizada pela Companhia Hamburguesa de Colonização, envolvendo sobretudo alemães, mas contando com noruegueses e suíços; e a Colônia de Brusque, fundada pelo governo provincial de Santa Catarina, contando com famílias de imigrante alemães (Holanda, 1987).

Nesse mesmo período, surgiram colônias em Minas Gerais, como a da Saxônia (1856), composta por imigrantes do antigo reino da saxônia, organizada pela Companhia de Comércio e Navegação do Rio Mucuri, de propriedade de Teófilo Otoni, que mais adiante gerou a cidade mineira de Teófilo Otoni. No Rio de Janeiro, formou-se a Colônia de Petrópolis, composta de 2.111 imigrantes alemães, fundada por ordem direta do imperador. No Espírito Santo, surgiram as Colônias Santa Isabel (1846), compostas por imigrantes alemães e, posteriormente, por italianos da Sardenha e, em 1856, fundou-se a Colônia Santa Leopoldina, com imigrantes alemães, holandeses, suíços, tirolezes e luxemburgueses. No Rio Grande do Sul, surgiu, em 1849, a Colônia de Santa Cruz, organizada pelo governo provincial, com 72 famílias de imigrantes alemães (em 1870, já contava com 5.809 habitantes e, em 1890, eram 15 mil) e as Colônias de Teutônia e Lajeado, compostas também por famílias de alemães (Holanda, 1987).

Somente depois de 1870 o governo imperial começou a se interessar novamente pela colonização. Iniciou-se um terceiro ciclo intenso de imigração europeia para o Brasil, só que agora sobretudo com camponeses italianos sem-terra. No Rio Grande do Sul, três extensas colônias foram projetadas na margem da serra gaúcha e ao norte das já existentes, entre os rios Caí e Taquari, que foram denominadas Dona Isabel (atual cidade de Bento Gonçalves), Conde D'Eu (atual cidade de Garibaldi) e Caxias. Em 1874, a firma Caetano Pinto & Irmão foi encarregada de recrutar 40 mil colonos

na Itália.<sup>18</sup> Com colonos italianos (pequenos lavradores e rendeiros) vindos do norte da Itália (Tirol e Veneto), viu-se o surto italiano na região da serra gaúcha, com profunda expansão populacional. Em 1882, Caxias contava com 6.300 habitantes; Dona Isabel, com 6.200; Conde D'eu, com 5.400; e Silveira Martins, com 2.500 habitantes. Também nessa região foram fundadas as colônias de Alfredo Chaves, em 1884 (hoje município de Veranópolis, no Rio Grande do Sul); em 1885, a de Antônio Prado; e, em 1887, a de São Marcos, todas elas criadas por iniciativa do governo imperial (Maestri, 2001).

Já no final de 1870, imigrantes poloneses chegaram na província do Paraná (em Araucária), em 1876, fundando a Colônia Tomás Coelho, núcleo polonês de grande força expansiva. Imigrantes italianos, em 1877, fundaram colônias em Paranaguá, Morretes e Antonina, envolvendo 543 famílias (Holanda, 1987).

Em decorrência da introdução desse conjunto de famílias imigrantes em colônias, com base na pequena propriedade e no trabalho livre, inaugurou-se em meados do século XIX um fenômeno novo, especialmente no Rio Grande do Sul: a valorização das terras nas regiões onde se encontravam estas colônias e, a partir disso, o desdobramento das grandes fazendas vizinhas em lotes menores, com a formação de colônias privadas (Maestri, 2001 e 2003).<sup>19</sup>

---

<sup>18</sup> Essa colonização também contou com a presença de famílias polonesas, que ali chegaram um pouco mais tarde, implicando a obtenção de terras mais declivosas (as “beiras dos perais”).

<sup>19</sup> Esse processo de colonização no sul do país intensificou o conflito indígena. De acordo com Gomes (1988, p. 84), “por volta de fins do século [XIX], com a chegada de imigrantes europeus nos estados do sul do país, sobretudo Santa Catarina e Paraná, acenderam-se as disputas pelas terras entre esses futuros colonos e os índios que nelas habitavam. E começaram a ser veiculadas em jornais argumentações de que o progresso da região não comportaria a presença de índios, sinal das ações que vinham sendo tomadas de contratar matadores profissionais de índios, os conhecidos bugreiros, para limpar o terreno à imigração e à especulação da terra”. Esse conjunto de conflitos levou “o governo federal a criar o Serviço de Proteção aos Índios (SPI),

Em todas as regiões onde prosperaram tais núcleos coloniais, a paisagem social, econômica e cultural modificou-se. Os colonos transformaram-se em fornecedores de leite e de carne suína (com seus diversos derivados), produtores de ovos, frangos, mel, abóboras, hortaliças, frutas, melado misturado com frutas, tubérculos (mandioca, batata doce, batata inglesa), cereais (milho, trigo, centeio, aveia, feijão, ervilha, lentilha, arroz) e outros comestíveis para as cidades, então em pleno desenvolvimento.<sup>20</sup> Também prosperou um amplo artesanato rural e a pequena e média manufatura, acarretando um posterior florescimento de uma indústria regional especializada, sobretudo na serra gaúcha (Maestri, 2001; 2003; Holanda, 1987).

Pressionados pelas dívidas contraídas nesses processos de constituição das colônias, os camponeses imigrantes obrigaram-se a gerar excedentes econômicos e a se inserirem nos mercados regionais. Por essa razão, ao contrário das comunidades caboclas e quilombolas, os camponeses das colônias buscavam se localizar o mais próximo possível das aglomerações urbanas e melhorar seus meios de acesso a elas e aos mercados (Maestri, 2003).

---

em 1910, e convidar para dirigi-lo o então coronel Cândido Mariano da Silva Rondon, um militar positivista que se notabilizara pelos longos e árduos trabalhos de instalação de redes telegráficas pelo interior mais remoto do país” (Gomes, 1988, p. 85). O SPI “via o índio como um ser digno de conviver na comunhão nacional, embora inferior culturalmente. Era dever do Estado dar-lhe condições de evoluir lentamente a um estágio superior, para daí se integrar à nação. Para tanto, deveria demarcar suas terras, protegê-las de invasores [...], ensinar-lhes técnicas de cultivo e de administração de seus bens e socorrê-los em suas doenças” (Gomes, 1988, p. 85).

<sup>20</sup> Em seus lotes, esses camponeses praticavam uma agricultura semi-intensiva e intensiva; utilizavam o arado e a tração animal, servindo-se de variadas ferramentas; praticavam a rotação de cultura; conheciam o feno e praticavam a adubação, vinda do manejo do esterco produzido pelo pequeno rebanho de gado leiteiro. Cultivavam, além de gêneros de ciclo curto, culturas de ciclo longo, o que determinava a existência de celeiros, paiol e cantina. Investiam na melhoria dos campos e nas benfeitorias produtivas, possuindo chiqueiro, horta, galinheiro, estábulo e algumas regiões parreirais (Maestri, 2003).

Diferentemente das aldeias europeias, aqui no Brasil esses camponeses imigrantes ocuparam e exploraram as terras com base em pequenos lotes individuais. Dispersos e isolados em seus lotes, eles buscaram constituir outras formas de agregação social, distintas da aldeia. A constituição de uma rede de capelas religiosas ao longo dos caminhos-linhas cumpriu esse papel de centros alternativos de agregação social. Essas capelas congregavam as comunidades camponesas familiares próximas de uma linha, e eram capazes de se mobilizar rapidamente para atividades comuns, como construção e conservação de caminhos e obras comunitárias. Geralmente associadas a uma casa comercial e organizadas em torno de seus diretores, as capelas viabilizavam a realização de variadas atividades permitidas pela aldeia camponesa: autoajuda, centralização de serviços e comércio, representatividade política comunal. Esse processo social permitiu constituir nessas regiões fortes laços interfamiliares e intercomunitários, que levaram à formação de diversas comunidades culturais e linguísticas (Maestri, 2003).

Outra característica dessas comunidades coloniais é o forte crescimento demográfico. A necessidade de braços para o trabalho agrícola em suas propriedades e a abundância relativa de terras determinaram a essas comunidades uma intensa tendência natalista (Maestri, 2003).

Os sólidos laços familiares e a profunda identificação com a propriedade da terra permitiram às comunidades coloniais a constituição de comunidades camponesas coesas, sendo elas o caminho para a inserção social dos camponeses sem-terra imigrantes no Brasil.

## A TRANSIÇÃO COLONIAL PARA O CAPITALISMO DEPENDENTE

Com todo esse contexto apresentado sobre a sociedade brasileira do século XIX e início do século XX, vale a exposição de uma análise sintética das implicações desta transição para a organização

da dominação burguesa no Brasil. Para isso me apoiarei nas obras de Florestan Fernandes.

Florestan Fernandes, em seus estudos sobre a formação social brasileira, caracterizou esse século XIX como uma fase de transição neocolonial, passagem do antigo regime colonial para a ordem capitalista competitiva dependente, que marcou profundamente o desenvolvimento capitalista e a sociedade, definindo os contornos do que somos hoje. Para Florestan, a emergência da sociedade nacional e com ela a formação do Império brasileiro foi o período de auge da sociedade escravista senhorial no Brasil.

Com a chegada da Coroa portuguesa ao Brasil, em 1808, as funções metropolitanas passaram a ser absorvidas a partir do interior do país, vinculando a economia brasileira diretamente ao mercado mundial. Posteriormente, com a Independência (1822), finalizava-se a sobreapropriação da riqueza gerada pelo escravismo brasileiro. Essas novas condições econômicas permitiram a eclosão de um mercado capitalista moderno, inicialmente nas cidades maiores, dissolvendo o arcaico mercado colonial interno, mesmo sob a condição de trabalho escravizado. Assim, surgiu um novo setor na economia brasileira, tipicamente urbano-comercial, ainda que satelizado em relação ao campo. Para Florestan, com a Independência, a ordem escravista senhorial atinge o seu auge histórico convertendo o Estado nacional em um Estado senhorial – tudo isso em meio à formação de um capitalismo competitivo dependente.

Esse autor demonstrou que os impulsos econômicos advindos dos vínculos da nossa economia com o mercado mundial e a diferenciação social já em curso na sociedade nacional, abrindo espaços para a formação de um setor médio na sociedade, foram assimilados e reorientados para a manutenção e reforço dos privilégios sociais da aristocracia brasileira.

Para Florestan Fernandes, a ordem social competitiva que emergiu no século XIX no Brasil “acorrentou a expansão do capitalismo

a um privatismo tosco, rigidamente particularista e fundamentalmente aristocrático, como se o burguês moderno renascesse das cinzas do senhor antigo” (Fernandes, 1975, p. 168). E essa ordem competitiva foi “pouco agressiva na quebra das barreiras à expansão do regime de classes e muito moderada na irradiação e imposição dos novos padrões de relações de classe” (Fernandes, 1975, p. 168).

Florestan também revelou outro traço da nossa sociedade: a formação de um setor médio profundamente vinculado à manutenção dos seus privilégios políticos, econômicos e sociais, sendo sócio menor na distribuição do poder político da ordem escravista senhorial.

Com o fim do tráfico transatlântico de escravizados, mas sobretudo a partir da década de 1860, essa ordem escravista senhorial entrou em crise visto as dificuldades de renovação da escravaria e da reprodução do trabalho escravizado, acrescido das pressões do “setor capitalista novo”, que começava a se irradiar para as cidades do interior do país.

No entanto, essa oligarquia, por possuir o monopólio da propriedade da terra e controlar o poder político, com participação crescente em atividades urbano-comercial, era, para Florestan, o único segmento da classe dominante capaz de garantir uma transição segura na passagem do trabalho escravizado para o trabalho juridicamente livre, sem desorganizar a economia e sem pôr em risco o poder político da classe dominante brasileira.

Para Florestan, a oligarquia converteu-se no “pião” da transição do Brasil moderno. Por isso ela moldou a mentalidade burguesa e marcou o padrão de dominação da burguesia na medida em que a ordem capitalista competitiva avançava para uma economia urbano industrial. A própria oligarquia no final do século XIX se diferenciou/transitou de uma “oligarquia tradicional” (agrária) para uma “oligarquia moderna”, com fortes vínculos com o mercado urbano, envolvendo-se com os setores comercial-financeiro e industrial.

Emergiu desse processo uma burguesia que era apenas moderna no plano econômico, buscava maior capacidade competitiva por meio da adoção de tecnologias modernizantes dos seus processos produtivos, mas conservadora no que tocava ao ordenamento social. Surgiu uma burguesia associada aos procedimentos autocráticos, típicos do mandonismo oligárquico.

Na medida em que a economia capitalista competitiva se desenvolvia, o mercado capitalista expandia, pressionando o sistema econômico, gerando um surto industrial apoiado por esse mercado e substituindo a produção artesanal por uma industrialização mais sistemática. Para Florestan, esse surto inicial de nossa industrialização se deu entre 1890 e 1930. O capitalismo competitivo dependente amadureceu, forjando um arranjo social (aceito pela classe dominante brasileira) duplamente articulado: uma articulação no plano interno, entre o setor arcaico e o setor moderno, primeiramente urbano comercial e posteriormente urbano industrial, que se beneficiava da manutenção de relações arcaicas no setor agrário, mergulhado em relações de trabalho pré-capitalista, proporcionando a extração de um sobretrabalho essencial à acumulação originária de capital. E uma segunda articulação no plano externo que envolvia o complexo econômico agrário-exportador com as economias capitalistas centrais. Essa articulação promovia o aprofundamento das relações com as economias centrais, aceita pela classe dominante, como a única saída para a industrialização.

Emerge, assim, uma “sociedade de classes” em que as contradições (valores liberais republicanos  $\times$  métodos autocráticos) eram resolvidas “dentro da ordem” e “a partir de cima”, acomodando-se os diferentes interesses dos vários setores da burguesia industrial em formação, das oligarquias e da classe média. Quanto às contradições geradas pela “oposição de baixo para cima”, que poderiam se converter em “oposição contra a ordem”, eram fortemente reprimidas,

tornando o movimento operário o inimigo público a ser combatido, tratado assim como um caso de polícia.

Para Florestan, essa forma de reprodução social marcou o horizonte cultural brasileiro, embasando o comportamento econômico capitalista que emergia no final do século XIX, orientado “mais para a realização de privilégios (ao velho estilo) que para a conquista de um poder econômico social e político autônomo” (Fernandes, 1975, p. 167). Dessa forma, Florestan compreende que não se formará, no Brasil, uma burguesia dotada de espírito modernizador, seja no âmbito econômico, seja no âmbito político, não empolgando, portanto, o destino da nação e não revolucionando-a de alto a baixo. A dominação burguesa no Brasil aparecerá como conexão histórica não da “revolução nacional democrática”, mas como expressão da expansão do “capitalismo dependente”, uma vez que, nesse período, no plano internacional, as economias centrais adentravam em sua fase imperialista, expressando a formação de um capitalismo monopolista.

Esse contexto modificou a forma de dominação externa, pois se antes (primeira metade do século XIX) interessava às economias hegemônicas, especialmente à Inglaterra, o controle do mercado neocolonial (por isso, uma dominação estritamente econômica), agora (final do século XIX e toda a primeira metade do século XX), a dominação externa também passou a se dar na esfera da sociedade e da cultura, e não mais apenas por mecanismos indiretos do mercado mundial, mas também por meio da incorporação de capitais e tecnologia, influenciando nos processos de crescimento econômico e no desenvolvimento sociocultural do país.

Para Florestan, essa dominação externa, agora também a partir de dentro dos países periféricos, produziu uma especialização geral das nações como fonte de excedente econômico e de acumulação de capital para as nações capitalistas avançadas, com o aceite das elites locais a esse papel secundário e dependente.

Dessa forma, para Florestan, essa transição de uma economia colonial para uma economia nacional e de uma transição de um capitalismo comercial para um capitalismo industrial produziu três realidades estruturais na América Latina e, portanto, também no Brasil: a primeira foi a concentração de renda, de prestígio social e de poder nos estratos sociais que possuíam importância estratégica para o núcleo hegemônico de dominação externa; a segunda foi a coexistência de estruturas econômicas socioculturais e políticas em diferentes “épocas históricas”, mas interdependentes e igualmente necessárias para a articulação e expansão de toda a economia como base para a exploração externa e para a concentração interna de renda, de prestígio social e de poder; a terceira foi a exclusão de uma ampla parcela da população nacional da ordem econômica, social e política existente, como requisito estrutural e dinâmico da estabilidade e do crescimento do sistema (Fernandes, 1972). Neste sentido, para Florestan (1975), a grande vítima dessas transformações em nossa sociedade foi o negro, para quem não houve alternativa histórica.



### III. 1930: A REVOLUÇÃO BURGUESA, O ESTADO NOVO E A AGRICULTURA

O controle das terras pelas oligarquias regionais, submetendo o trabalho juridicamente livre às condições de dependência pessoal, foi a base para o clientelismo político da República Velha. O camponês, sua família e os trabalhadores assalariados submetidos a essas relações tornaram-se leais ao senhor da terra (latifundiário) e fiéis ao coronel da região (outro fazendeiro que tinha força política sobre os demais latifundiários comandando a região). Estas formas de dominação das pessoas geraram um sistema político altamente manipulado pelas oligarquias rurais, ocasionando, na década de 1920, críticas, denúncias e protesto.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> A Constituição de 1891 (Brasil, 1891) instituiu o direito ao voto para os homens maiores de 21 anos, excluindo os analfabetos e as mulheres. Também aboliu a exigência de renda para ser eleitor ou candidato. Votava-se para presidente, vice-presidente, deputados e senadores (cada estado tinha autonomia para definir as eleições para os governadores e assembleias legislativas). De acordo com Nicolau (2020, p. 34), durante a República Velha, “a fraude era generalizada, ocorrendo em todas as fases do processo eleitoral (alistamento dos eleitores, apuração dos votos, reconhecimento dos eleitos)”. Essas fraudes se davam por vários caminhos. Durante a votação, ocorria o processo que ficou conhecido como *bico de pena*, que “consistia

A década de 1930 chegou trazendo novidades: mudanças nas forças políticas que passaram a compor o governo federal e o início do processo de industrialização marcaram esse período.<sup>2</sup>

---

na adulteração das atas feita pela mesa eleitoral (que também apurava os votos)” (Nicolau, 2002, p. 34). Assim os ausentes e mortos compareciam ao pleito, além da invenção de nomes. Já no processo de homologação dos deputados eleitos, poderia ocorrer a *degola*, pois na Câmara dos Deputados existia a Comissão Verificadora dos Poderes, responsável por homologar os deputados eleitos, mas “o controle da comissão por deputados governistas permitia que, frequentemente, parlamentares eleitos pela oposição não tivessem seus diplomas reconhecidos” (Nicolau, 2002, p. 34-35). Além dessas práticas fraudulentas, existia também o “voto a descoberto”. De acordo com Nicolau (2002, p. 32), “a Lei de 1904 manteve o voto secreto, mas introduziu um estranho mecanismo, o voto a descoberto, que na prática violava o princípio do sigilo. O eleitor apresentava duas cédulas que deviam ser assinadas perante a mesa eleitoral. Depois de datada e rubricada pelos mesários, uma cédula era depositada e a outra ficava em poder do eleitor. Com isto, as lideranças tinham o controle do voto dos eleitores [...]. O voto a descoberto foi um dos principais responsáveis pela ausência de lisura das eleições realizadas no período”. Além das fraudes, o baixo comparecimento era frequente. Conforme indicado por Nicolau (2002, p. 35), nas “eleições de 1912 para a Câmara dos Deputados: a taxa de comparecimento foi de apenas 2,6% da população. Nos pleitos para presidência, somente em 1930 mais de 5% da população foi às urnas”.

- <sup>2</sup> Para o economista Celso Furtado (1995), após 1930, a industrialização apresentou o seu ponto de inflexão. Se antes o café havia aumentado a monetização da economia, ampliado a renda interna (criando mercado para produtos manufaturados) e a infraestrutura (sobretudo as estradas de ferro) e gerado divisas para a importação de insumos e bens de capital para a indústria nascente, ainda assim o centro dinâmico da economia era o setor exportador. A partir da década de 1930, o centro dinâmico passou a ser o mercado interno. A renda interna aumentava na medida em que se investia em atividades econômicas ligadas a esse mercado. Assim, o setor exportador deixou de ser o centro dinâmico da economia e passou a ter função estratégica de gerar superávit comercial para sustentar a importação de bens de capital para a indústria nacional, tornando o mercado interno o novo centro da dinâmica econômica brasileira. No entanto, nada garante que esse processo tenha sido dirigido pela burguesia industrial nascente. Para Saes (2011, p. 121), “nesse padrão de industrialização [dependente, retardatária e acelerada], a burguesia industrial não almejava o aprofundamento da industrialização. Favorecida pela disponibilidade de recursos financeiros (engendrados na economia primário-exportadora) para importação e pela contínua oferta internacional de novas tecnologias industriais, essa classe social prefere se manter na condição de consumidora de meios de produção fabricados noutro lugar a internalizar, com altos custos, o departamento econômico produtor

Diversos setores na sociedade brasileira estavam insatisfeitos com o processo político comandado pela burguesia comercial exportadora, tendo por base o controle do poder local exercido pelas oligarquias rurais. Cada vez mais surgiam denúncias contra o controle eleitoral e fraudes praticadas por essas forças políticas regionais. Um destes setores, expressão de uma classe média que começava a se constituir no Brasil, era formado pelos tenentes do Exército brasileiro. Em 1922, a Revolta Tenentista colocou publicamente a denúncia daquele sistema político.<sup>3</sup> Anos depois, em 1925, parte desses militares organizaram a Coluna Prestes, que percorreu o interior do Brasil.<sup>4</sup> Um pouco antes, a Greve Geral

---

de meios de produção. Ora, uma burguesia industrial que abdica da direção do processo de industrialização está, ao mesmo tempo, renunciando à luta pela conquista da hegemonia política no seio do bloco no poder.” Outros autores identificaram na burocracia estatal essa força dirigente do processo de industrialização. Tal burocracia surgiu a partir das reformas do aparelho estatal promovidas por Vargas, sobretudo a constituição do Departamento Administrativo do Serviço (DASP), impondo a meritocracia como critério na carreira pública e o concurso público como forma de acesso a esses cargos.

<sup>3</sup> A revolta tenentista é marcada por alguns levantes militares, como a ocorrida em julho de 1922, no Forte de Copacabana (RJ), onde 17 militares e um civil combateram três mil homens das forças leais ao governo federal, reivindicando o afastamento das oligarquias do poder. Sobreviveram os tenentes Siqueira Campos e Eduardo Gomes. Outro marco desta revolta foi o levante militar de 5 de julho de 1924, que tomou a cidade de São Paulo por três semanas, tendo à frente os militares Isidoro Dias Lopes, Juarez Távora, Miguel Costa, Eduardo Gomes, Índio do Brasil e João Cabanas, com o objetivo derrubar o governo de Artur Bernardes, reivindicando o ensino público obrigatório, a Justiça gratuita e o voto secreto.

<sup>4</sup> A Coluna Prestes foi um movimento político composto principalmente por capitães e tenentes do Exército brasileiro combatendo o Governo Federal de Arthur Bernardes e Washington Luís. Percorrendo 25 mil quilômetros pelo interior do Brasil e passando por 13 estados com 1.500 homens entre os anos de 1925 e 1927, enfrentaram as tropas leais ao governo. Em março de 1925, partiram da cidade de Santo Ângelo (RS) as tropas sublevadas sob liderança do capitão Luiz Carlos Prestes, juntando-se em abril, no Paraná, às tropas comandadas por Miguel Costa, que ao lado de Juarez Távora compunha o trio que coordenava a coluna. Miguel Costa participou ativamente do levante de 1924, que tomou a cidade de São Paulo por três semanas e foi comandado pelo general Isidoro Dias Lopes. Após a junção,

dos Trabalhadores, em 1917, também pressionou para um processo democrático mais amplo (Saes, 2001).

A crise econômica mundial aberta pela quebra da Bolsa de Valores de Nova York (1929) acarretou a redução dos preços agrícolas (o café era a força econômica do Brasil). Essa crise econômica forçou o rompimento do acordo político entre os paulistas e os mineiros, conhecido pela “política do café com leite”.<sup>5</sup> Neste ambiente de

---

a coluna foi dividida em quatro destacamentos comandados por Siqueira Campos, João Alberto, Cordeiro de Faria e Djalma Dutra. Já o general Isidoro instalou-se na Argentina, organizando uma rede de apoio externo ao movimento. Entre fevereiro e março de 1927, já desgastados e sem perspectivas de vitória contra o Governo Federal, seus líderes optaram por encerrar aquela fase do movimento e abandonar o território brasileiro, dirigindo-se à Bolívia. Em seguida, Miguel Costa fixou-se na Argentina. Prestes exilou-se na Bolívia, saindo desse movimento sob a alcunha de “Cavaleiro da Esperança”. No exílio, foi contatado por lideranças comunistas (entre elas, Astrojildo Pereira) e tomou contato com a literatura marxista. Por essa referência política que se tornou, Prestes foi convidado para comandar militarmente o golpe de 1930, ao lado de Vargas. Prestes se recusou, já indicando que se tratava de um movimento das elites brasileiras. Em 1931, a convite do governo da União Soviética, Prestes foi viver, trabalhar e estudar na URSS, filiando-se ao Partido Comunista do Brasil (PCB) em 1934. Regressou ao Brasil clandestinamente, em dezembro daquele ano, acompanhado pela militante comunista Olga Benário.

<sup>5</sup> A “Política do Café com Leite” foi derivada da política dos governadores instituída por Campos Sales (1898-1902), na qual os representantes da burguesia comercial e das oligarquias rurais de São Paulo e de Minas Gerais se revezavam na Presidência da república. Em 1929, governava o Brasil o paulista Washington Luís. Naquele ano, haveria nova eleição presidencial, para a qual os mineiros deveriam indicar o seu candidato. Mas a crise econômica, levou as oligarquias paulistas a articularem outro nome para o pleito presidencial, sendo indicado o paulista Júlio Prestes (seu vice foi o governador da Bahia, Vital Soares). A oposição articulou-se em torno da Aliança Liberal, compondo a chapa Getúlio Vargas-João Pessoa. Júlio Prestes saiu vitorioso do pleito, apesar das denúncias da oposição sobre as fraudes daquela eleição. O quadro somente se inverteu quando João Pessoa foi assassinado na Paraíba. Apoiador de Vargas, o assassinato foi atribuído aos adversários, desencadeando uma crise política que, acompanhada pela depressão econômica de 1929, culminou no golpe de 1930. Em 24 de outubro de 1930, os ministros militares depuseram Washington Luís, que foi preso e exilado nos EUA, e uma junta militar assumiu provisoriamente a presidência, sendo entregue o governo provisório em 3 de novembro de 1930 a Getúlio Vargas.

instabilidade econômica e política, as oligarquias regionais, especialmente a gaúcha, mineira e paraibana, marginalizadas pela política dos paulistas, apoiadas por camadas médias da sociedade, sobretudo os tenentistas, promoveram um golpe político em 1930, conhecido por Revolução de 1930.

O novo governo, coordenado por Getúlio Vargas,<sup>6</sup> subordinou o setor agroexportador,<sup>7</sup> assumindo, pela primeira vez em nossa história, uma crítica como governo à hegemonia deste setor, uma crítica às suas monoculturas e à dependência externa gerada por essa lógica econômica.

A crise econômica de 1929 revelou a vulnerabilidade do país frente às oscilações do mercado externo. Dessa forma, ganhou força o foco no mercado interno, compreendido como algo urbano, sendo a cidade o seu polo dinâmico. Nessa compreensão, para desenvolvê-lo, requeria uma melhor distribuição de renda, e por isso uma política única de salários, a melhoria da infraestrutura viária (rodovias, estradas de ferro) e a expansão da fronteira agrícola. Para o novo governo, isso só poderia ser realizado a partir da intervenção estatal. Agora, pela primeira vez a agricultura aparece como parte de um projeto nacional, deixando de ser um todo em si mesma, tendo que cumprir algumas funções, como suprir com alimentos a população, gerar divisas garantindo as importações, ocupar o território e gerar empregos (Linhares e Teixeira da Silva, 1999).

Com a “Revolução de 30”, diversas reformas foram promovidas, como a formulação de um novo Código Eleitoral, em 1933,<sup>8</sup> e uma nova Constituição, em 1934, (Brasil, 1934)<sup>9</sup> e, ao longo dos anos,

---

<sup>6</sup> Ex-governador do Rio Grande do Sul e latifundiário na cidade de São Borja (RS).

<sup>7</sup> Esse setor permaneceu no governo, mas foi secundarizado por Vargas.

<sup>8</sup> Com essa reforma, as mulheres passaram a votar no Brasil.

<sup>9</sup> A Constituição de 1934 foi a primeira das constituições brasileiras a promulgar leis sobre os índios (Gomes, 1988). Mas, com a Revolução de 1930, o Serviço de Proteção do Índio (SPI) “saiu do Ministério da Agricultura e passava um período

foram sendo formuladas leis trabalhistas, reunidas e articuladas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943.<sup>10</sup> No entanto, essas leis trabalhistas foram vetadas para os trabalhadores que viviam no campo. Ao trabalhador rural não foram concedidos carteira de trabalho, descanso remunerado nos finais de semana, férias, organização em sindicatos, entre outros direitos.

---

irregular e obscuro, chegando a ser um simples departamento da seção de fronteiras do Ministério de Guerra. Na década de 1940 recupera-se e volta a alcançar um prestígio reconhecido no Brasil e internacionalmente” (Gomes, 1988, p. 86). Ainda de acordo com Gomes (1988, p. 87), “a atuação do SPI abrangeu quase todos os pontos do território nacional, chegando a ter, por volta de 1955, 106 postos de assistência. Porém, foi nesse período que os índios chegaram ao seu nadir populacional, com menos de 150 mil pessoas, talvez umas 100 mil, segundo um cálculo conhecido. A partir daí começou a subir lenta e quase imperceptivelmente”. O SPI “criou o conceito de parques indígenas, que alinhava a defesa das culturas com a defesa do meio ambiente. Concretamente demarcou cerca de um terço das áreas indígenas conhecidas, totalizando 40% do território indígena nacional. Elaborou e promoveu a definição do Parque Nacional do Xingu, criado em 1961 por decreto presidencial, marco maior desse tempo de indigenismo” (Gomes, 1988, p. 87-88).

<sup>10</sup> De acordo com Mattos, “as relações entre Estado e trabalhadores viveram, no primeiro governo Vargas, diferentes fases. Uma primeira, limitada ao período de 1930-1934, foi marcada pela criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), chamado de “Ministério da Revolução”. Do MTIC, nessa etapa, originou-se a quase totalidade das leis que foram depois reunidas e sistematizadas, em 1943, na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O Ministério também foi responsável pela difusão do novo modelo do sindicato oficial, reconhecido, mas tutelado, que de início enfrentou competição das organizações sindicais autônomas construídas ao longo das três primeiras décadas do século. Os objetivos desses novos sindicatos eram claros: servir como interlocutores dos trabalhadores junto ao governo e vice-versa, funcionando por dentro do Estado, como órgãos públicos e, portanto, submetidos também às diretrizes das demais instâncias governamentais” (Mattos, 2003, p. 12-13). Esse pesquisador também esclarece que, quando das eleições para a Assembleia Constituinte de 1934, o setor sindical combativo passou a considerar a possibilidade da sua legalização, “isso porque a Constituinte teria, de acordo com a visão corporativista dominante no governo, além de representantes eleitos pelo voto direto, um grupo menor de deputados escolhidos apenas pelos associados dos sindicatos (oficiais, é claro) de trabalhadores e empresários: a ‘bancada classista’” (Mattos, 2003, p. 15).

Foi nesse ambiente que o governo federal reassumiu o controle das terras públicas, voltando a centralizá-las, e extinguiu o sistema de arrendamento de terras. Também passou a exigir os títulos de propriedade para comprovação da posse e a autorizar desapropriações de terra por utilidade pública (algo inédito no Brasil), agilizando o processo de colonização e expandindo a fronteira agrícola.<sup>11</sup>

No entanto, esses ventos democratizantes foram interrompidos por um novo golpe político, em que as forças conservadoras tentaram bloquear o avanço popular, expresso naquela oportunidade numa grande frente ampla antifascista denominada Aliança Nacional Libertadora (ANL).<sup>12</sup> Por outro lado, a inspiração fascista

---

<sup>11</sup> Conforme indicado por Linhares e Teixeira da Silva (1999, p. 127), “o Decreto n. 24.606, de 1933, extingue o sistema de arrendamento de terras, inclusive das ordens e instituições religiosas [...]. O Estado passava a exigir, ainda, o título de propriedade para a legitimação da posse [...] e autorizava a desapropriação mediante o pagamento de 40 vezes o valor do último foro pago [...]. Como a resistência é intensa, inclusive junto à Justiça, o governo reforma e republica o decreto em 1941 [...]: proíbe-se o recurso ao Poder Judiciário, ficando a decisão final sobre as expropriações exclusivamente ao âmbito do Poder Executivo. Ou seja, se uma fazenda fosse desapropriada, o fazendeiro não poderia reclamar na Justiça. Ao mesmo tempo, o valor da indenização é reduzido para a variação de dez até 20 vezes o valor do último imposto pago”.

<sup>12</sup> A ANL foi articulada ainda em janeiro de 1935, tendo seu manifesto de programa político anunciado em fevereiro. Em abril e maio, conquistou as ruas; em junho, de acordo com Sodré (1986, p. 33), a ANL, já era um “movimento de massa de amplas proporções, ocupando espaço importante do cenário político. Era uma força”. Ainda segundo Sodré, essa rápida propagação da ANL na sociedade brasileira, tendo mais de 1.600 núcleos (50 mil associados somente no Distrito Federal), veio para “dar forma organizada à decepção das massas com o regime, após o abalo que liquidou a velha república, e à necessidade de introduzir alterações profundas na estrutura do Estado brasileiro” (Sodré, 1986, p. 31). Quanto ao seu Programa, a ANL previa a “suspensão definitiva do pagamento das dívidas imperialistas” e a “nacionalização imediata de todas as empresas imperialistas”. Almejava, ainda, a proteção aos pequenos e médios proprietários e lavradores, “com a entrega das terras dos grandes proprietários aos camponeses e trabalhadores rurais que cultivam” (Sodré, 1986, p. 33). Esse pesquisador indicou que a base social da ANL era formada por militares tenentistas, civis democratas, liberais, socialistas, comunistas e trotskistas. A influência do PCB nessa organização era expressiva, tendo a ANL, como presidente de honra, Luiz Carlos Prestes, o Cavaleiro da Esperança. Ainda

chegou ao Brasil, materializada pela Ação Integralista Brasileira (AIB), fundada em 1932. Através do Integralismo, o fascismo no Brasil se tornou um movimento de massas.<sup>13</sup>

---

em 1935, no mês de abril, o governo Vargas conseguiu aprovar no Congresso Nacional a Lei de Segurança Nacional. Em 11 de julho de 1935, o governo decretou o fechamento da ANL, colocando-a na clandestinidade. Conforme indicado por Sodré (1986, p. 38), “de grande movimento de massas, a ANL ficaria reduzida a uns poucos grupos ativos, trabalhando na clandestinidade e reduzidos, nela, praticamente, ao devotamento dos militares e dos comunistas. Como frente, desaparecerá”. No segundo semestre de 1935, nesse ambiente de recrudescimento político, o PCB desenvolveu a primeira experiência de luta armada da esquerda brasileira: organizou um levante nos quartéis de Natal, Recife e Rio de Janeiro. Em Natal, iniciado em 23 de novembro de 1935, conseguiu adesão popular e organizou um governo popular, mas logo combatido e desarticulado, resistindo apenas seis dias. No dia 24, o levante irrompeu no Recife, mas não chegou a durar dois dias. Já no Rio de Janeiro, o levante eclodiu na madrugada do dia 27 de novembro, no 3º Regimento de Infantaria da Praia Vermelha, na Escola de Aviação Militar e no 1º Regimento de Aviação. Em nenhum desses casos as forças militares conseguiram deixar os quartéis, sendo a rebelião sufocada em menos de 24 horas (Sodré, 1986). A repressão foi intensa e diversos dirigentes comunistas brasileiros e estrangeiros (ligados à Internacional Comunista) foram presos e, em 15 de março de 1936, Prestes e Olga Benário foram cercados e presos numa casa no subúrbio do Rio de Janeiro. De acordo com Sodré (1986, p. 95), “a ordem era matá-lo [Prestes], mas Olga colocou-se à frente de seu marido e preservou-o da fúria dos policiais”. Olga Benário foi deportada no mesmo ano à Alemanha nazista. Presa ao chegar na Alemanha, em outubro de 1936, foi transferida para a prisão de mulheres da Gestapo, em Barnimstrasse, onde teve sua filha Anita Leocádia Prestes. Após intensa campanha internacional coordenada por sua sogra, Leocádia Prestes, Anita foi entregue à avó. Com 34 anos de idade, Olga foi executada na câmara de gás com outras 199 prisioneiras no campo de concentração Bernburg, em abril de 1942.

<sup>13</sup> Defendendo um nacionalismo conservador, rejeitavam o liberalismo, por considerá-lo uma doutrina materialista, individualista e elitista, como também se opunham ao comunismo. Fundindo a nação ao Estado, para eles, este deveria ser representado e dirigido por um único partido. Em três anos de existência, já possuíam 400 mil filiados, tendo um deputado federal e quatro deputados estaduais, com núcleos em diversos estados. Com estrutura organizativa centralizada e verticalizada, seus integrantes desfilavam pelas ruas com uniformes em cor verde (“Camisas Verdes”), bandeiras tendo o *Sigma* ( $\Sigma$ ) como símbolo e o grito de guerra *Anauê* para a saudação dos seus líderes. Dispunham de jornal (*A Offensiva*), organizavam comícios e provocavam conflitos contra as organizações operárias.

Em novembro de 1937, Vargas impôs censura à imprensa, extinguiu os partidos políticos, reprimiu os sindicatos e fechou a AIB, que havia apoiado o golpe.<sup>14</sup> Estas ações marcam o início de uma ditadura civil conhecida por Estado Novo, que durou até 1945; neste período, o processo de industrialização ganhou força avançando para a constituição de uma indústria de base expressa pela criação das empresas estatais, como a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em 1941, em Volta Redonda (RJ); a Companhia Vale do Rio Doce (1942); e a constituição, em 1943, da Fábrica Nacional de Motores e da Companhia Nacional de Álcalis. Associa-se a essas iniciativas o início do processo de substituição de importações (PSI).<sup>15</sup>

Com o Estado Novo, um segundo surto industrial teve lugar, agora centrado na estruturação de uma indústria de base constituída a partir do intervencionismo econômico do Estado, reforçando a economia capitalista competitiva via empresas estatais, além da

---

<sup>14</sup> Em 1º de novembro de 1937, os integralistas realizaram desfile para homenagear o governo golpista de Vargas. Inclusive o famigerado Plano Cohen, uma suposta trama comunista de revolução no Brasil, pretexto utilizado para a instituição do Estado Novo, foi elaborado por militar ligado ao integralismo, o capitão Olímpio Mourão Filho. No entanto, com o fechamento da AIB, as conspirações iniciaram. Em março de 1938, grupos armados integralistas atacaram os edifícios dos Correios e Telégrafos, usinas de geração de eletricidade, a Rádio Mayrink Veiga e a Escola Naval. Mas a ação militar de envergadura do movimento fascista brasileiro ocorreu no dia 11 de maio de 1938, quando 30 militares identificados com o movimento integralista tentaram tomar o Palácio do Governo, sequestrar Getúlio Vargas e encarcerar Góis Monteiro, Eurico Gaspar Dutra e Francisco Campos – militares que apoiaram o Estado Novo. A ação resultou num grande fracasso, gerando uma onda de repressão que levou 1.500 pessoas identificadas com o Integralismo para a prisão e o líder nacional daquele movimento, Plínio Salgado, a se exilar em Portugal.

<sup>15</sup> O PSI significou uma política cambial que protegia a produção nacional dos importados e, sobretudo, priorizava o uso das divisas (moeda estrangeira) para a importação de máquinas, equipamentos e insumos para os setores que estavam se industrializando, como também determinava a taxação de produtos importados que competiam com certos produtos da indústria nacional, protegendo-a da concorrência externa.

montagem de uma infraestrutura estatal para um complexo sistema de produção industrial. Esse processo econômico favoreceu uma explosão demográfica e uma concentração urbana, bem como tendeu a universalizar as relações capitalistas de mercado para as grandes cidades, mas também para as cidades do interior. No entanto, essas transformações ainda não foram suficientes para alterar as relações sociais de produção no campo brasileiro, mantendo-se práticas pré-capitalistas, e a tradicional depressão dos salários da massa trabalhadora urbana. Para Florestan Fernandes (1975), esse processo econômico resultou num mercado socialmente deprimido, altamente seletivo, acompanhado de uma “concentração racial e social da renda”. Para ele, “a situação global ainda convertia a economia competitiva num verdadeiro conglomerado de formas de mercado e de produção de desenvolvimento desigual” (Fernandes, 1975, p. 246); e continuava a prevalecer “formas de desenvolvimento desiguais, como expediente intensificado da expropriação capitalista do trabalho” (Fernandes, 1975, p. 246).

Ao conciliar os interesses internos e externos, o desenvolvimento do capitalismo competitivo e dependente ocultava a dominação imperialista que ampliava a eficácia do seu controle econômico sob a economia brasileira, dando ênfase aos impactos da transferência de capitais, de tecnologia e de métodos modernos de gestão empresarial. Para Florestan Fernandes (1975, p. 247), “o capitalismo competitivo continuava a ser muito pouco brasileiro em termos da capacidade interna de limitar ou de neutralizar o amplo fenômeno de internacionalização da economia brasileira que ele acarretava”.

Mas, para seguir sua política de industrialização, o governo ditatorial de Vargas estabeleceu um acordo velado com as oligarquias regionais, não alterando a estrutura fundiária nas regiões consolidadas nem reconhecendo os direitos trabalhistas no campo, mas promovendo, no entanto, a colonização nas regiões da fronteira

agrícola, bem como organizando, pela primeira vez na nossa história, uma política setorial para os diferentes ramos da agricultura.<sup>16</sup>

No período de 1930 a 1945, houve, ao mesmo tempo, uma diversificação na produção agrícola (arroz, mandioca,<sup>17</sup> cana-de-açúcar, cacau, algodão) e um aumento da produtividade agrícola muito superior ao crescimento populacional (Delgado, 2002).<sup>18</sup>

Do ponto de vista institucional, entre os anos de 1933 e 1934, o Ministério da Agricultura passou por uma reforma administrativa, que qualificou a pesquisa agrícola no país com a criação de várias estações experimentais.<sup>19</sup> Em 1938, foi constituído o Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas (CNEPA), reorganizado em 1943, surgindo o Serviço Nacional de Pesquisa Agronômica (SNPA).<sup>20</sup>

---

<sup>16</sup> Pode-se supor que a não inclusão dos camponeses nesse pacto nacional de 1930 fomentou a eclosão das lutas camponesas nas décadas de 1950 e 1960.

<sup>17</sup> Essa diversificação em São Paulo se expressou pelo avanço das culturas de algodão e de cana-de-açúcar (acompanhado pela erradicação do café). No Rio Grande do Sul, o incentivo federal expandiu a produção de trigo e de arroz. No Nordeste, avançaram as mediações do conflito entre as usinas e os fornecedores de cana, que já começavam a sentir a concorrência do açúcar paulista. Na região amazônica, apesar da crise na década de 1930, seguiu a produção de borracha natural (Delgado, 2002).

<sup>18</sup> De acordo com Delgado (2002, p. 211), “o crescimento físico do conjunto da produção agrícola (exceto café) ocorre em geral a taxas superiores ao crescimento populacional. Sobressaem em especial as produções de algodão, arroz e mandioca, cujo crescimento físico entre os anos mencionados [1930 a 1945] é de 212%, 203% e 134%. Em segundo plano, as de cana-de-açúcar e cacau crescem respectivamente 59% e 90% no período, enquanto a população apresenta incremento em torno de 60%”.

<sup>19</sup> Com a Revolução de 1930, o Ministério da Agricultura foi esvaziado, perdendo parte de suas atribuições (Szmrecsányi e Ramos, 2002).

<sup>20</sup> Esse serviço foi composto por quatro unidades (Instituto Ecológico e Experimentação Agrícola; Instituto de Química Agrícola; Instituto de Óleos; Instituto de Fermentação) e articulava uma rede de unidades de experimentação agrícola vinculadas aos Institutos Regionais situados no Pará, em Pernambuco, em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul. Em 1962, o SNPA foi substituído pelo Departamento Nacional de Pesquisa e Experimentação Agropecuária (DNPEA), vinculado ao Ministério da Agricultura.

Essa nova política regional e setorial para a agricultura ocorreu por fora do Ministério da Agricultura, sendo criados diversos institutos e serviços federais. Para o setor do açúcar, foi criada, ainda em 1931, a Comissão de Defesa da Produção do Açúcar (CDPA), convertida posteriormente no Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA), em 1933, tornando-se um órgão mediador entre os interesses da agroindústria processadora (usinas) e os fazendeiros fornecedores de cana-de-açúcar, bem como o órgão regulador entre os interesses paulistas e nordestinos. O IAA tratou de regular a produção, os preços e sua distribuição regional. Em 1941, foi aprovado o Estatuto da Lavoura Canavieira (Decreto n. 3.855; Brasil, 1941), instrumento essencial na regulação destes diversos conflitos.

Outras iniciativas, a exemplo da produção do açúcar, foram criadas para o incentivo de outros produtos agrícolas. Quanto ao trigo, em 1938 foi criado o Serviço Federal de Comércio da Farinha, convertido em 1944 no Serviço de Expansão do Trigo, promovendo o fomento a essa cultura. Já em relação ao café, com o governo Vargas, o Departamento Nacional do Café (DNC) passou a comprar, desde 1930, os estoques excedentes e a destruí-los,<sup>21</sup> e, em 1952, o DNC é substituído pelo Instituto Brasileiro do Café (IBC), num contexto de nova valorização do café no pós-guerra. Quanto ao cacau, foi criado, em 1931, o Instituto do Cacau da Bahia e, em 1957, foi criada a Comissão Executiva do Plano de Lavoura Cacaueira (Ceplac). Outros institutos setoriais foram criados, como o Instituto Nacional do Mate (1938), o Instituto do Pinho (1941), do Sal (1940), a Superintendência de Desenvolvimento da Borracha (Sudhevea) e o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs),<sup>22</sup> ambos em 1945.

---

<sup>21</sup> Entre 1931 e 1944, estima-se que 78,2 milhões de sacas de café foram destruídas.

<sup>22</sup> Em 1909, foi constituída a Inspetoria de Obras Contra a Seca, convertida em 1919 em Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca. E, em 1945, surge o DNOCS.

Também no governo Vargas foi criada a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (Creai), instituída pelo Banco do Brasil em 1937, disponibilizando recursos ao setor agrícola.<sup>23</sup> Com a Segunda Guerra Mundial e a necessidade de manter o abastecimento interno, o Estado Novo criou, em janeiro de 1943, a Comissão de Financiamento da Produção (CFP), instituindo o Programa de Garantia de Preço aos Produtos Agrícolas a partir de 1945 (Brasil, 1945).<sup>24</sup>

Nas regiões de fronteira agrícola, estabeleceu-se uma política de colonização, criando, em 1941, a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (Cang), com sede na cidade de Ceres e, em 1942, a Colônia Agrícola Barra do Corda, no alto Mearim, no Maranhão, e a Colônia Agrícola Monte Alegre, no Pará.<sup>25</sup> Em 1943, foram constituídas a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (Cand), no Mato Grosso do Sul, e a Colônia Agrícola Nacional de General Osório (Cango),<sup>26</sup> no Sudoeste do Paraná.

---

<sup>23</sup> Em 1938, a Creai celebrou 1.021 contratos de financiamento agrícola, chegando em 1948 a 9.482 contratos (Gonçalves Neto, 1997).

<sup>24</sup> De acordo com Delgado (2002, p. 213), “o primeiro decreto federal que estabeleceu preços mínimos, a serem administrados pela CFP (Decreto-Lei n. 7.774, de 24/7/45), fixava-os para uma lista de produtos de alimentação – arroz, feijão, milho, amendoim, soja e girassol. Mas a Comissão de Financiamento da Produção, em verdade, somente se estruturou como órgão de garantia de preços no segundo período getulista. A partir de 1952, a CFP assumiu muito fortemente o caráter de organismo mediador de interesses regionais, atuando diretamente na garantia do algodão do Sudeste e do Nordeste e na defesa de alguns produtos regionais (juta, malva, sisal e cera de carnaúba) do Norte e do Nordeste”.

<sup>25</sup> A Colônia Agrícola da Barra do Corda, com área de 340 mil ha, recebeu entre as décadas de 1970 e 1980 seis mil famílias, sendo a maioria delas entre 1975 e 1980. O mesmo ocorreu com a Colônia Agrícola de Monte Alegre, recebendo outras 2.600 famílias. Essa reposição de famílias estava ligada à lógica dos governos militares, na década de 1970, de expansão das fronteiras agrícolas.

<sup>26</sup> De acordo com Linhares e Teixeira da Silva, “o Estado Novo moldava desta forma um compromisso precário entre modernização e acordo com o arcaísmo, avançando seus projetos nas áreas de fronteira e nas terras públicas, enquanto evitava uma reforma agrária ampla e radical” (Linhares e Teixeira da Silva, 1999, p. 129).

Entre 1943 e 1945, se estabeleceu um novo ciclo migratório para a Amazônia, a partir do recrutamento de camponeses sem-terra no Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, denominados de “soldados da borracha”, uma vez que o recrutamento era realizado pelo Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (Semta).<sup>27</sup> Estima-se que 53 mil camponeses se dirigiram à Amazônia para a extração da borracha. Tal projeto se inviabilizou e calcula-se que 31 mil brasileiros morreram, sobretudo por doenças tropicais (Linhares e Teixeira da Silva, 1999).

Durante todo o período do Estado Novo, Vargas buscou reelaborar a visão sobre os camponeses e a vida no campo. Dessa forma, o campo foi incorporado pelo imaginário social mais do que pela participação efetiva no contexto político nacional, como aquele espaço do puro, do ingênuo, do autêntico, ainda que rústico, simples e solitário, onde viviam trabalhadores fortes que contribuía com a nação. Esse imaginário, que chegou aos nossos dias, alterou profundamente a percepção existente no final do Império e que perpassou toda a República Velha, de que no campo só viviam camponeses pobres, gente doente, fraca e, por isso, indolente ao trabalho e sem disciplina (Linhares e Teixeira da Silva, 1999).

Esta reelaboração sobre o campo se expressou nas artes plásticas: pinturas de Tarsila do Amaral e de Candido Portinari representaram bem essa nova visão sobre os camponeses e sobre o trabalho no campo. Expressou-se também no cinema e na literatura, surgindo diversos romances regionais, destacando-se obras de José Lins do

---

<sup>27</sup> O Semta foi um órgão criado em 1943, a partir dos Acordos de Washington, tendo como objetivo recrutar, treinar e dar assistência social aos camponeses transportados para os seringais da Amazônia. Com o final da Segunda Guerra o Semta foi extinto e os camponeses, abandonados.

Rego, Graciliano Ramos, Jorge Amado, Rachel de Queiroz (Linhares e Teixeira da Silva, 1999).<sup>28</sup>

Com o Estado Novo, emergiu uma nova forma de relação política no Brasil. Um regime político amparado num grande sistema ditatorial-repressivo, mas, ao mesmo tempo, um regime que alargou os direitos trabalhistas na esfera urbana, na qual a base social recém-saída do campo, que vivia relações de trabalhos de dependência pessoal, ao chegar na cidade, reproduziu tais relações agora como lealdade ao patrão e fidelidade à autoridade política.<sup>29</sup> Uma relação direta do dirigente político – nesse caso, Vargas – com as massas populares e trabalhadoras, que dispensava a mediação de partidos ou associações. Foram lançadas as bases para o que os pesquisadores denominaram de populismo.<sup>30</sup>

---

<sup>28</sup> Também nas ciências sociais surgiram obras críticas diante das formulações anteriormente existentes sobre a formação social brasileira, como *Casa Grande e Senzala* (1933), de Gilberto Freyre, *Raízes do Brasil* (1936), de Sérgio Buarque de Holanda, e *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), de Caio Prado Júnior (obra de conotação marxista).

<sup>29</sup> Conforme sugerido por Saes, “os trabalhadores manuais urbanos são maciçamente oriundos no Brasil pós-30 do campesinato dependente, envolvido em relações sociais pré-capitalistas. Portanto, trazem consigo, ao adentrarem o mundo urbano industrial, uma postura ideológica centrada na lealdade pessoal para com o ‘senhor’ (que, na esfera urbana, tende a se transformar em lealdade pessoal para com o ‘patrão’) e na fidelidade pessoal ao ‘chefe político’ (que, na esfera urbana, tende a se transformar em fidelidade pessoal à autoridade estatal nacional). A sobrevivência – viabilizada pela continuidade do fluxo migratório rural-urbano – dessa postura ideológica no mundo urbano industrial se constituirá num obstáculo poderoso ao envolvimento das massas urbanas em experiências partidárias de envergadura” (Saes, 2001, p. 120).

<sup>30</sup> De acordo com Saes, “pouco propensas ideologicamente à ação política organizada e independente, e envolvidas no exercício de uma ‘pressão difusa’ sobre o Estado, as massas urbanas darão uma contribuição objetiva ao estabelecimento, a partir de 1945, de um jogo político democrático de tipo populista. Na democracia de 1945-1964, à falta de um autêntico partido trabalhista de massa, a classe trabalhadora urbana será politicamente controlada pelo Estado, seja por meio de um partido trabalhista artificial e de origem burocrática (PTB), seja por meio de sindicatos ‘oficiais’, diretamente subordinado ao Ministério do Trabalho (os chamados ‘sindicatos de Estado’)” (Saes, 2001, p. 121).



## IV. 1945: A REDEMOCRATIZAÇÃO, A INDUSTRIALIZAÇÃO E O PACTO AGRÁRIO

No pós-guerra (a partir de 1945), a sociedade brasileira acelerou sua urbanização e consolidou a sua industrialização. Sob um regime democrático formal, sucessivos governos deram seguimento à industrialização brasileira,<sup>1</sup> cuja condição política primordial foi não alterar a estrutura fundiária. Sem solucionar a questão agrária brasileira, a luta camponesa explodiu naqueles 29 anos de ventos democráticos, tornando o campesinato um importante sujeito político em nossa sociedade.

No início de 1945, já estava claro que os aliados ganhariam a guerra e que esta se aproximava do seu final. O governo dos EUA pressionou o Brasil para pôr fim ao Estado Novo (ditadura civil). Neste ambiente, o governo Vargas anunciou, em fevereiro de 1945, diversas mudanças constitucionais, marcando as eleições presidenciais para o final daquele ano. Das novidades políticas,

---

<sup>1</sup> Para Décio Saes (2011), no período entre 1945 e 1964, houve no Brasil uma crise de hegemonia, visto que a burguesia industrial brasileira não buscava a direção do processo de industrialização, abrindo espaço para que a burocracia do Estado dirigisse politicamente esse processo.

destacam-se a suspensão da censura à imprensa, a promoção da anistia aos presos políticos (Prestes foi libertado) e a autorização para a criação de partidos políticos, surgindo aí a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Já ao Partido Comunista do Brasil (PCB) – criado em 1922, mas ainda na clandestinidade –, foi concedida sua legalização.

No segundo semestre de 1945, Vargas estimulou sua base social para o movimento que ficou conhecido como Queremismo: uma mobilização popular pedindo para que Vargas continuasse como presidente e para que fossem convocadas eleições somente para uma Assembleia Constituinte. Em outubro daquele ano, os mesmos generais que apoiaram o Estado Novo depuseram Vargas em um novo golpe de Estado, convocando eleições gerais para presidência da república em 2 de dezembro de 1945, com a eleição de Eurico Gaspar Dutra (PSD) com 43% dos votos.

Nessa eleição, o PCB lançou a candidatura de Iedo Fiúza à presidência da república, obtendo quase 10% dos votos, bem como 5% dos votos para seus deputados constituintes, elegendo uma bancada parlamentar com 15 deputados federais, entre eles Carlos Marighella, Caio Prado Júnior, Gregório Bezerra, João Amazonas, Maurício Grabois, Jorge Amado e um senador, Luiz Carlos Prestes. Essa bancada parlamentar participou ativamente da Assembleia Constituinte de 1946. Nessas eleições, o Movimento Integralista (expressão do fascismo no Brasil) também elegeu seu representante político para a Constituinte pelo Partido da Representação Popular (PRP): Plínio Salgado. Quanto a Vargas, se elegeu senador pelo PTB, com 1,3 milhão de votos.

No ano de 1946, ocorreram os debates da Assembleia Constituinte buscando ajustar os marcos legais ao ambiente democrático. Foi aí que se apresentou pela primeira vez um projeto sobre a Reforma Agrária. A bancada do PCB promoveu intenso debate sobre

a estrutura fundiária e as relações de trabalho existentes no campo. Esses parlamentares sustentavam a tese de que a primeira, altamente concentrada, determinava as relações de trabalho que bloqueavam o desenvolvimento nacional; isto constituía um problema agrário, cuja solução era uma Reforma Agrária, desbloqueando o desenvolvimento do campo, fortalecendo a industrialização brasileira, bem como alterando as relações de poder na sociedade com a democratização da terra. Contudo, naquela Constituinte, as propostas democratizantes da sociedade brasileira, como a reforma agrária, foram derrotadas. Além disso, boa parte da legislação agrária de Vargas foi revogada, prevalecendo o pacto dos setores industriais com as oligarquias rurais.

A industrialização brasileira no pós-guerra foi conduzida por um processo que ficou conhecido como processo de substituição de importações (PSI), implementado desde a década de 1940, passando pelo governo Dutra (1946-1951) e pelo governo Vargas (1951-1954),<sup>2</sup> que estabeleceu uma política nacionalista e ampliou as conquistas trabalhistas.

No entanto, a industrialização atingiu o seu auge com o governo Juscelino Kubitschek (1956-1960). Com um planejamento da industrialização, expresso no Plano de Metas,<sup>3</sup> o governo JK introduziu no Brasil a indústria de bens de capital – que produz máquinas e equipamentos para outras indústrias. Essa consolidação

---

<sup>2</sup> Nesse segundo governo Vargas, foi constituída, em 1953, a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), diretamente subordinada à presidência da república. Tal experiência serviu de base para a criação, em 1959, da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), no governo JK.

<sup>3</sup> O Plano de Metas, com mais de 30 metas setoriais, agrupava setores de Energia e Transporte (metas para a indústria química do petróleo, do carvão e indústria elétrica); para a Indústria Intermediária (metas para a indústria siderúrgica e produção de cimento, álcalis e fertilizantes) e para a Indústria de Bens de Capital (metas para a indústria automobilística; indústria naval, indústria mecânica e indústria de materiais elétricos).

industrial foi a base necessária para surgir, na década de 1960, uma indústria voltada para a agricultura.

Mas a meta síntese do governo JK foi a construção de Brasília e, com ela, a construção de diversas rodovias (Belém-Brasília; Goiânia-Brasília; Belo Horizonte-Brasília; São Paulo-Brasília), que valorizaram as terras por onde passavam e que fez explodir diversos conflitos no campo.<sup>4</sup>

A base financeira deste ciclo industrializante foi principalmente o capital internacional e o capital estatal. Após a reconstrução da Europa (Plano Marshall), a economia mundial encontrava-se com alta liquidez, trazendo a necessidade de reinvestir os capitais acumulados ao longo dessa reconstrução. Esses recursos, no mesmo período, migraram para os países em desenvolvimento, como Brasil, México, Argentina e Coreia do Sul, gerando um ciclo de industrialização tardia e acelerada nesses países, denominado pelos pesquisadores de desenvolvimentismo. Mais do que emprestar dinheiro, o capital internacional passou a construir indústrias de diferentes ramos nesses países. No caso brasileiro, isso determinou uma associação do capital internacional com a burguesia brasileira, tornando-a sócia, ainda que menor, destes empreendimentos. Assim, o capitalismo industrial brasileiro se internacionalizou e, com ele, a burguesia industrial brasileira.

---

<sup>4</sup> De acordo com Moreira (2003, p. 184-185), “seu programa de governo [JK] apoiou de forma muito efetiva a expansão do modelo oligárquico de apropriação territorial. Construiu Brasília e o gigantesco cruzeiro rodoviário, sem disciplinar a ocupação, posse e formação de propriedades rurais nas frentes de expansão da sociedade nacional. Na prática isso viabilizou o controle e o domínio da elite rural sobre os novos territórios ocupados”. Para essa pesquisadora, “a sustentação do projeto nacional-desenvolvimentista foi fruto de um pacto tácito entre os grandes interesses rurais e o capital industrial [...]. É nos parâmetros desse pacto que se torna explicável a relativa estabilidade do governo JK, a intensificação da industrialização e, também, um outro fenômeno pouco notado por quase todos os estudiosos desse período: a reprodução ampliada e modernizada da oligarquia rural brasileira” (Moreira, 2003, p. 190).

Com a valorização dos produtos agrícolas no mercado externo no período do pós-guerra, especialmente os elevados preços do café, desenvolveu-se uma nova política de valorização desta cultura,<sup>5</sup> apoiando-se sobretudo em sua expansão, durante a década de 1950, no oeste paranaense e na acentuada sobrevalorização cambial. As divisas da cafeicultura criaram condições para as importações selecionadas dos setores industriais prioritários (Delgado, 2002).

Os instrumentos de política agrícola no pós-guerra mantiveram-se os mesmos, buscando administrar os preços de alguns produtos agrícolas,<sup>6</sup> subsidiar a importação de insumos agrícolas e disponibilizar recursos para o crédito agrícola público.<sup>7</sup> O aumento de produção dava-se sobretudo pela expansão da fronteira agrícola, ainda que houvesse algum aumento de produtividade (Szmrecsányi e Ramos, 2002). Apesar da base técnica da produção agrícola se manter com o uso de tração animal e com a força de trabalho resi-

---

<sup>5</sup> “Os produtos rurais não cafeicultores que lograram articular-se à lista dos institutos de fomento criados durante o primeiro governo Vargas obtiveram, de certa maneira, espaços de valorização das demandas subsetoriais e regionais, compensando parcialmente suas dificuldades conjunturais, ora recorrendo a linhas de defesa da política agrícola autarquizada, ora a linhas de financiamento rural supridas pela Creai/Banco do Brasil” (Delgado, 2002, p. 219).

<sup>6</sup> A política de preço mínimo só passou a operar efetivamente durante o segundo governo de Vargas, por meio da Lei n. 1.506 (Brasil, 1951) (Szmrecsányi e Ramos, 2002).

<sup>7</sup> No início do segundo governo Vargas, a Creai – cujos empréstimos então correspondiam a menos de 20% do financiamento exógeno da agricultura – foi amplamente reorganizada e dinamizada, passando a partir daí a fornecer crédito subsidiado aos agricultores. Os resultados dessas medidas logo se fizeram sentir, com o número anual de contratos aumentado de 19 mil, em 1950, para 68 mil, 143 mil e 410 mil, em 1955, 1960 e 1965, respectivamente. Isso determinou a quadruplicação, entre 1950 e 1960, do número de estabelecimentos agropecuários atingidos pelo crédito de custeio, número esse que voltaria a triplicar entre 1960 e 1964”. Apesar dessa ampliação dos contratos, a participação do crédito rural no valor da produção era, em 1964, “de 22% para o arroz, 14% para o algodão, 13% para o café e 12% para o milho” (Szmrecsányi e Ramos, 2002, p. 237).

dente nas fazendas, as relações de trabalho no campo começaram a se alterar no pós-1945.

As políticas setoriais para a agricultura implementadas durante o Estado Novo criaram condições para a concentração dos capitais em alguns ramos da agropecuária, destacando-se o setor canavieiro, especialmente no Nordeste.<sup>8</sup> Além dos favoráveis preços internacionais dos produtos agrícolas no pós-1945, os diversos engenhos foram reunidos e concentrados, ampliando, assim, as usinas, e parte dos senhores de engenho passaram a ser fornecedores de cana para esses grandes empreendimentos (Azevedo, 1982). Com isso, o setor canavieiro apresentava condições de acumulação de capitais que lhe permitiam assalariar plenamente a sua força de trabalho, dispensando-a das fazendas. Nas décadas de 1950 e 1960, ocorreu esse processo de expulsão dos camponeses das fazendas de cana-de-açúcar, constituindo uma massa de assalariados que passaram a morar na vila, ou na “ponta da rua”, povoado próximo às usinas, sendo recrutados sazonalmente conforme o ciclo da cultura.<sup>9</sup>

## O NASCIMENTO DOS MOVIMENTOS CAMPONESES COM CONSCIÊNCIA DE CLASSE

Esse processo de acumulação de capital na agricultura e a conseqüente expulsão dos camponeses do interior das fazendas geraram

---

<sup>8</sup> No Nordeste canavieiro, esse processo de concentração do capital teve sua origem ainda na década de 1930, quando o Estado passou a intervir na produção canavieira. Como já indicado, viu-se, em 1931, a criação da Comissão de Defesa da Produção do Açúcar (CPDA), que, dois anos depois, converteu-se no Instituto do Açúcar e do Alcool. Com ele, estabeleceram-se cotas de produção, e foi reservada uma parcela do mercado nacional para o açúcar nordestino. Em 1936 foi oficializado o Estatuto da Lavoura Canavieira (Brasil, 1941), normatizando as relações entre o setor agrícola e o industrial canavieiro. Esse Estatuto garantiu aos antigos senhores de engenho, agora transformados em fornecedores de cana para as usinas, a produção e o fornecimento de, pelo menos, 40% da cana a ser utilizada pelas fábricas (Azevedo, 1982).

<sup>9</sup> Mais tardiamente, isso ocorreu nas fazendas de café, compondo o proletariado rural, que em São Paulo passou a ser conhecido por “boia-fria”.

lutas, resistências e organizações de classe dos camponeses. Essas organizações se expandiram por todo o território nacional, portadoras de um projeto político expresso na reforma agrária radical e na luta pelos direitos trabalhistas no campo.

Com base na resistência dos foreiros, surgiram as Ligas Camponesas (1955-1964),<sup>10</sup> que lutaram, em um primeiro momento, pelo direito a um contrato de arrendamento e, posteriormente, com a radicalização da luta, lançaram a palavra de ordem da “Reforma Agrária na Lei ou na Marra”.

Com base na luta dos assalariados rurais, organizou-se em 1954, sob orientação do PCB, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab), lutando pela extensão dos

---

<sup>10</sup> Não as confundir com as Ligas Camponesas organizadas pelo PCB, quando de sua legalidade entre 1946 e início de 1947, que eram o instrumento para unir os operários agrícolas e os lavradores pobres. Mas, com a cassação do partido em 1947, elas deixaram de existir. O PCB, entre 1949 e 1964, publicou o primeiro jornal camponês de circulação nacional, inicialmente denominado *Nossa Terra* e depois *Terra Livre*. No entanto, na década de 1950, apareceriam outras Ligas Camponesas, inicialmente na região canavieira, buscando resistir à expulsão dos camponeses das fazendas. Conforme indicado por Fernandes, Welch e Gonçalves (2014, p. 67), “em Pernambuco, no município de Vitória de Santo Antão, no Engenho Galileia, no ano de 1954, cerca de 150 famílias formaram uma sociedade de ajuda mútua e convidaram o proprietário para ser presidente. Era uma forma de reunir recursos para ajudar na escola e nos enterros. Quando o proprietário tentou expulsá-los da terra para criação de uma área de pastagem, esses e outros camponeses organizados reagiram e decidiram resistir para ficar na terra. Eles conseguiram permanecer e tornaram-se a principal referência na criação das Ligas Camponesas, que defendiam a luta pela reforma agrária”. Em 1959, o Engenho Galileia foi desapropriado e sua terra distribuída entre as famílias. Essa luta contou com a ajuda do advogado Francisco Julião. As Ligas elegeram o advogado, considerando-o uma grande referência política, para uma segunda legislatura a deputado estadual no Pernambuco, pelo PSB; em 1962, Julião se elegeu deputado federal. As Ligas se estenderam inicialmente para a Paraíba, contando com a liderança de João Pedro Teixeira, presidente da Liga de Sapé, assassinado em 2 de abril de 1962. Entre 1960 e 1961, as Ligas se organizaram em comitês regionais em dez estados brasileiros e, em 1962, o jornal *A Liga* passou a ser publicado. A partir do contato das suas principais lideranças com a Revolução Cubana, em 1961, as Ligas fizeram sua inflexão política, radicalizando a luta camponesa no Brasil.

direitos trabalhistas para o campo e pela legalização dos sindicatos dos trabalhadores rurais. Era um esforço de colocar em contato assalariados rurais e camponeses, buscando trocar experiências organizativas e de luta.

O I Congresso Camponês foi realizado em Belo Horizonte, em novembro de 1961,<sup>11</sup> reunindo 1.600 delegados de todo o país. Nele se definiu como lema da luta para aquele período a insígnia das Ligas Camponesas, ainda que essa força fosse minoritária naquele congresso.

Em paralelo a esse processo de organização camponesa, desenvolveram-se diversas lutas locais de resistência à expulsão da terra. Efetivaram-se lutas radicais que os camponeses desenvolveram frente à valorização das terras, produto sobretudo das obras de infraestrutura realizadas pelos sucessivos governos federais. Eis alguns exemplos:

- entre 1945 e 1948, na cidade de Teófilo Otoni (MG), ocorreu um levante camponês contra a expropriação de suas terras, ocasionada pela construção da rodovia Rio-Bahia;
- entre 1950 e 1953, os camponeses no norte do Paraná, em Porecatu, se entrincheiraram com armas em punho, buscando resistir à expulsão de seus arrendamentos;

---

<sup>11</sup> Com o nome oficial I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas se realizou no dia 17 de novembro de 1961, em Belo Horizonte. Antecederam-no pelo menos 13 encontros ou congressos estaduais preparatórios. O seu nome já indicava que a força política que lhe organizou era a Ultab, dirigida por militantes do PCB, sendo este partido majoritário quanto ao número de delegados. Participaram ativamente representantes das Ligas Camponesas e do Movimento de Agricultores Sem Terra, recém-organizado no Rio Grande do Sul (Master). No entanto, esse congresso ficou conhecido por Congresso Camponês, que terminou indicando os principais pontos para a Reforma Agrária: desapropriação de terras não aproveitáveis com área superior a 500 ha; pagamento de indenização mediante títulos da dívida pública; concessão gratuita das terras devolutas aos camponeses; entrega de títulos de propriedade aos atuais posseiros; estímulo à produção cooperativa (Medeiros, 1989).

- de 1950 a 1964, na grande região entre Trombas e Formoso, foi a vez dos camponeses de Goiás se organizarem em associações com base nos agrupamentos por córregos. Lutaram e resistiram à grilagem de terras orquestrada por fazendeiros, o juiz e o dono de cartório.<sup>12</sup>

---

<sup>12</sup> Tratou-se de uma das mais impressionantes experiências de autogoverno de um território camponês. Em 1948, com a chegada da estrada Transbrasiliana (mais tarde incorporada na *rodovia Belém-Brasília*), as terras no município de Uruaçu se valorizaram. Neste mesmo período, chegaram à região camponeses maranhenses e piauienses que viviam no norte de Goiás, formando suas posses nas terras devolutas que estavam em processo de grilagem pelos fazendeiros, juiz e o dono do cartório local, consumadas no ano de 1952. Os conflitos se intensificaram na medida em que os posseiros rejeitavam as propostas de compra de suas benfeitorias e/ou de parcerias. Entre os anos 1950 e 1954, no período de resistência dos posseiros e da busca pela legalização de suas posses, destacaram-se as lideranças de José Firmino (região de Formoso) e José Porfírio (região de Trombas). Os conflitos já eram diversos quando, em 1954, foram transferidos para a região quatro militantes do PCB, que passaram a trabalhar e conviver com os posseiros, tendo contato com José Porfírio, que se filiou ao partido. O trabalho político organizativo ganhou nova dimensão. Em 1955, fundou-se a Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Formoso, com sede em Trombas, com a função de representar os posseiros e organizá-los em vista da legalização das posses, tendo José Porfírio como presidente. Com a Associação, foram criados os Conselhos de Córregos, instrumento utilizado para organizar os posseiros em suas localidades. Destes conselhos, saíam representantes do Conselho Geral da Associação, que tinha poder de decisão superior ao da diretoria da associação. Quando não havia consenso no assunto, ampliavam o conselho geral com mais três representantes de cada conselho de córrego, criando a Assembleia Geral. Em todo o período, foram organizados 25 conselhos de córregos que tinham autonomia para gerir a sua região (geralmente entre oito e dez km<sup>2</sup>), com distintas tarefas, como a organização dos mutirões produtivos acompanhados de vigias armados; o acolhimento e a alocação das novas famílias que ali chegavam; a tarefa da segurança e da comunicação interna, envolvendo crianças e mulheres. Dessa forma, a associação e os conselhos cumpriam as funções legislativas e executivas daquele território. Em 1957, o governador do estado enviou tropas para combatê-los. Nesse momento, o PCB, propôs um acordo com o governador, prometendo apoiar seu filho (Mauro Borges) à sucessão governamental, desde que as tropas da região fossem retiradas, o que foi feito. Dessa forma, até 1964, a região constituiu-se num território liberado, com um governo popular. Quando o município de Formoso foi considerado emancipado, formalizou-se a liderança da associação (Bartô) como prefeito do município, além da eleição de José Porfírio como deputado estadual. Em fins de 1961, já havia três

No sudoeste do Paraná (Francisco Beltrão, Pato Branco, Capanema), entre 1950 e 1957, os colonos migrantes do sul do país enfrentaram a grilagem de terras promovida pela colonizadora Clevelândia Industrial e Territorial Ltda (Citla) que, articulada com o governo estadual do Paraná, dirigido pela família Lupion (Moysés Lupion, então governador, era sócio da colonizadora), e a partir do uso de forças paramilitares (grupos de jagunços), forçavam os colonos a comprarem as terras onde já viviam. Além da resistência de grupos localizados, os colonos, em um grande movimento de resistência coletiva, tomaram cidades e expulsaram da região as companhias e os jagunços. Esse intenso conflito ficou conhecido como a Revolta dos Colonos.<sup>13</sup>

---

associações organizadas: Formoso e Trombas, Serra Grande e Rodovalho. Entre os anos 1962 e 1964, o processo participativo na associação perdeu força, tanto por conta da ampliação da população residente na região (dos 10 mil posseiros que ali viviam, apenas dois mil estavam associados), quanto do volume de problemas internos a serem solucionados. Soma-se a isso o fato de parte das lideranças estarem envolvidas com a institucionalidade. Com o golpe de 1964, diversas lideranças fugiram da região, ainda que o Exército só tenha entrado nessa área alguns anos depois. José Porfírio foi preso em 1972, no Maranhão, mas liberado em 1973, em Brasília, quando desapareceu. Suspeita-se de sequestro e posterior assassinato (Martins, 1986).

<sup>13</sup> No ano de 1940, o presidente Getúlio Vargas incorporou todos os bens da Brazil Railway Company ao patrimônio nacional, inclusive os bens da CEFSPRG (empresa que construiu a estrada de ferro que passou pelo sudoeste do Paraná, recebendo em troca as terras das glebas Missões e Chopim). Apesar disso, outras disputas judiciais contra a CEFSPRG seguiam e, em 1945, o catarinense José Rupp ganhou judicialmente uma indenização. Como não conseguia recebê-la, em 1950, Rupp cedeu seu crédito para a Citla, que tinha como um dos seus sócios Moysés Lupion, então governador do Paraná, vinculado ao PSD. A partir daquele ano, a Citla, por intermédio dos representantes de duas concessionárias, a Companhia Comercial Agrícola e a Companhia Apucarana, se apresentaram como donos das glebas Missões e Chopim, passando a vendê-las aos posseiros que ali viviam. Em contrapartida, na década de 1940, iniciou-se a migração de agricultores (denominados de “colonos”) gaúchos e catarinenses para o sudoeste do Paraná, estimulada pela criação oficial da Colônia Agrícola Nacional General Osório (Cango). Em 1950, a população desta Colônia já era superior a 7 mil pessoas e, em 1956, a Cango já havia cadastrado mais 15 mil pessoas e outras 16 mil esperavam pelo cadastramento. Evidentemente que o conflito logo se instalou na região. Jagunços, travestidos de representantes da Citla

Em São Paulo, na cidade de Santa Fé do Sul, nos anos de 1959 e 1960, os arrendatários desenvolveram a operação “Arranca Capim”, para atrasar o fim dos arrendamentos e prorrogar a permanência na terra. E no Rio Grande do Sul, entre 1960 e 1964, os camponeses sem-terra desenvolveram o acampamento como instrumento de luta, forçando o governo estadual a desapropriar fazendas, gerando a constituição de associações de agricultores sem-terra que se articularam e criaram o Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master).<sup>14</sup>

---

e suas concessionárias, forçavam os posseiros a comprarem as terras onde moravam, gerando resistência dos colonos e violência dos jagunços. De acordo com Dambros (1997, p. 28-29), “a atuação da Citla se deu em duas fases: a primeira, de 1951 a 1955, marcada pela persuasão e campanhas; a segunda, a partir de 1956, marcada pela violência”. Nessa primeira fase, a reação dos colonos foi reivindicatória, com abaixo-assinados às autoridades. Na segunda, com o agravamento da violência a partir das ações expropriatórias das companhias, os colonos compreenderam que a via legal era ineficaz: “passaram, então, a usar outras formas de resistência que, num primeiro momento, foram localizadas e de pequenos grupos, posteriormente, transformaram-se na grande resistência coletiva: a tomada das cidades” (Dambros, 1997, p. 29). Com o apoio de pequenos comerciantes locais e alguns profissionais liberais nas cidades, em setembro de 1957, 2 mil colonos tomaram a cidade de Capanema; em 9 de outubro ocorreu o levante em Pato Branco; e “nos dias 10 e 11 de outubro de 1957, milhares de colonos armados se reuniram em Francisco Beltrão” (Dambros, 1997, p. 41), expulsando da região as companhias colonizadoras e seu braço armado (jagunços). Nessas ações, os cartórios e a sede das companhias eram destruídos. A situação só começou a ter uma solução em 27 de março de 1961, quando o presidente Jânio Quadros desapropriou as glebas Missões e parte da gleba Chopim e, um ano depois, o presidente João Goulart constituiu o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP). Um novo acordo, em junho de 1962, entre a União e o Estado do Paraná permitiu regularizar as posses das terras em favor dos colonos.

<sup>14</sup> O trabalho sindical no campo gaúcho ganhou força na década de 1950, com a criação, pelo PCB, dos primeiros sindicatos dos trabalhadores rurais em Pelotas, Jaguarão e São Gabriel, mas sem reconhecimento oficial. No entanto, o Master surgiu de outro tipo de conflito e com apoio de outra força política, nesse caso, o PTB. A resistência de 300 famílias de posseiros em uma fazenda de 1.800 ha, em Encruzilhada do Sul, contou com o apoio do prefeito local ligado ao PTB (Milton Serres Rodrigues), gerando, em junho de 1960, o primeiro núcleo de agricultores sem terra, que contou com o apoio de Paulo Schilling, superintendente da Fronteira

Frente a esse contexto de expansão da luta camponesa e, com ela, da bandeira da reforma agrária, nas décadas de 1950 e 1960, no terreno acadêmico e intelectual brasileiro, duas grandes interpretações sobre as relações sociais de produção na agricultura se formaram. Uma corrente compreendia a agricultura como um “entrave” ao desenvolvimento econômico brasileiro e outra assinalava sua “funcionalidade” para ele.

---

do Sudoeste. Essa primeira fase do Master foi marcada pela criação de associações de sem-terra nos municípios e a constituição de uma associação estadual e seguiu até janeiro de 1962, quando surgiram os acampamentos, marcando a segunda fase organizativa do movimento. Os agricultores sem-terra acampavam na frente das fazendas para pressionar por sua desapropriação pelo governo estadual, baseados nos artigos 173 e 174 da Constituição estadual. Naquele período, Leonel Brizola (PTB) era o governador do Rio Grande do Sul. O primeiro acampamento foi organizado em Sarandi, em 8 de janeiro de 1962 (acampamento Cascavel), em frente à Fazenda Sarandi, de 25 mil ha, pertencente a três sócios uruguaios. Com cinco dias de acampamento, já reunia 1.300 pessoas. No dia 15 de janeiro, Brizola, perante 5 mil pessoas, comunicou a desapropriação da fazenda. Já na região de Canguçu, o governador, no dia 11 de janeiro de 1962, declarou uma área de 596 ha de utilidade pública para fins de desapropriação e outra área de 211 ha em São Jerônimo. Em 21 de janeiro de 1962, formou-se o acampamento do Banhado do Colégio (município de Camaquã), com 2 mil agricultores sem-terra. Essa área, de 19 mil ha, havia sido drenada pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento e incorporada pelo fazendeiro lindeiro. Em 30 de janeiro de 1962, foi assinado o decreto de desapropriação daquela área. Essas desapropriações impulsionaram a organização de diversos acampamentos nos municípios gaúchos, entre eles Santa Maria, Caçapava do Sul, São Francisco de Paula, Taquari e Cruz Alta, além de grandes manifestações convocadas pelo Master em Pelotas, São Lourenço do Sul, Alegrete, Sapucaia, São Leopoldo, Gravataí. Naquele ano de 1962, foram constituídas em torno de 150 associações, reunidas no I Encontro Camponês Estadual, entre os dias 31 de março e 1 de abril de 1962. Em dezembro, entre os dias 15 e 17, foi realizado o 1º Congresso do Master. A terceira fase do Master foi marcada pela repressão promovida pelo novo governador, Ildo Meneghetti (PSD), que tomou posse em 31 de janeiro de 1963. Ainda assim, no ano de 1963, foram organizados grandes acampamentos em Iraí, Guaíba e Tapes. O último acampamento organizado pelo Master foi em março de 1964, em Canoas, com 200 agricultores sem-terra (Eckert, 2011).

A primeira,<sup>15</sup> liderada por pensadores cepalinos como Celso Furtado e Paul Singer, compreendia as relações sociais de produção na agricultura como um entrave, porque elas não ofereciam produção compatível com a demanda. Isso faria com que os preços dos produtos agrícolas tendessem a subir mais que os preços industriais, forçando uma transferência de rendimento da indústria para o setor rural. Além disso, a pressão dos preços agrícolas sobre as condições de vida dos trabalhadores urbanos forçaria o aumento dos salários, cerceando ainda mais as possibilidades de acumulação na indústria. Ao mesmo tempo, a manutenção de formas arcaicas de produção, centradas na parceria, meação etc. ou em práticas servis, como o cambão, afastavam grande parte da população rural

---

<sup>15</sup> Nessa interpretação estava também o Partido Comunista Brasileiro (PCB) que, ao verificar no campo relações de trabalho com fortes laços de dependência pessoal do camponês, via nessas relações a servidão, compreendida como relação semifeudal. No entanto, essa análise do PCB estava conectada a uma avaliação geral do desenvolvimento da sociedade brasileira a partir da qual linhas estratégicas e táticas eram estabelecidas em vistas da revolução brasileira e da construção do socialismo. Desse ponto de vista, para o PCB, em suas *Teses de 1948*, passando pelo Manifesto de agosto de 1950, chegando ao seu IV Congresso, de novembro de 1954, o Brasil era caracterizado como um país semicolonial e semifeudal, requerendo uma estratégia política de construção de uma frente única de libertação nacional, da qual participariam os trabalhadores, camponeses e a burguesia nacional, que, segundo o PCB, teria conflitos com o imperialismo dos EUA e com os latifundiários brasileiros. Isto implicava, no terreno da tática política, a organização de sindicatos paralelos aos oficiais; não alimentar as ilusões dos processos eleitorais (tal orientação levou à recusa por apoiar Vargas nas eleições de 1950, além de caracterizar o seu segundo governo como laiaio do imperialismo, o que custou ao PCB um imenso desprestígio popular); e a perspectiva de um desenlace político pela luta armada. A Declaração de Março de 1958, que trouxe um ajuste na linha política do partido, compreendia o país em um processo de desenvolvimento industrial capitalista. Nesse sentido, diante da estabilidade internacional, a via pacífica institucional (via eleitoral) ganharia prioridade. No trabalho sindical, reconhecia a necessidade do trabalho por dentro dos sindicatos oficiais. Nesse momento, o PCB compreendia que a revolução brasileira passaria por duas etapas: uma democrática-nacional, fortalecendo as reformas de base, cujo conteúdo político era anti-imperialista e antifeudal; e uma segunda, a partir do acúmulo de forças dos trabalhadores obtidos na primeira, teria em seu caráter um sentido socialista (Mantega, 1995).

do mercado, prendendo muita mão de obra no campo e retardando o processo de urbanização. Ademais, a manutenção de formas de produção “atrasadas” não tornava viável o desenvolvimento do setor industrial voltado para a produção de máquinas, venenos, adubos etc. (Gonçalves Neto, 1997). Esses intelectuais propunham como saídas para o desenvolvimento brasileiro as reformas de base, entre elas, a reforma agrária.

Quanto à interpretação da “funcionalidade da agricultura”, pesquisadores como Antônio Delfim Netto e Ruy Miller Paiva entendiam que a agricultura não se constituía em entrave ao desenvolvimento brasileiro, uma vez que ela cumpria com seu papel econômico, respondendo à demanda urbano-industrial sem pressionar seus custos, e cumpria com suas tarefas no processo de desenvolvimento econômico.<sup>16</sup> Esses autores encaminhavam suas análises para a produção, produtividade e preços dos produtos agrícolas (não as centravam nas relações sociais de produção). Delfim Netto, ao analisar os dados de evolução da produção agrícola e dos preços destes produtos em comparação com os de outros setores, afirmava que não era possível demonstrar que o custo da alimentação crescia mais depressa do que outros preços em consequência da deficiência de oferta. Indicava também que o problema do subdesenvolvimento da agricultura não estava na sua estrutura fundiária, e sim na baixa produtividade da mão de obra e na ausência da diversificação da estrutura produtiva. Logo, a agricultura requeria incrementar diversos fatores relacionados a sua modernização, mais do que a alteração da estrutura agrária,

---

<sup>16</sup> Para esses autores, a agricultura capitalista deveria cumprir com as seguintes funções: a) liberação de mão de obra para a indústria; b) criação de mercado para essa mesma indústria; c) implementação das exportações, gerando divisas; d) garantia do abastecimento urbano dos produtos alimentícios; e) financiamento da capitalização dos setores não agrícolas (sistema de transferência dos ganhos da produtividade agrícola, contribuindo com a formação de capitais nos outros setores) (Gonçalves Neto, 1997).

mesmo porque, para estes intelectuais conservadores, era a grande fazenda que mais tinha investido em “métodos modernos” e utilizado tecnologia, mesmo sem intervenção do Estado, indicando a sua propensão a modernizar-se (Gonçalves Neto, 1997). Essas teses saíram fortalecidas e influenciaram os governos civis-militares no pós-1964.

A efervescência política nas décadas de 1950 e 1960 também estava colocada no meio urbano, tanto para os trabalhadores como para estudantes, artistas e intelectualidade. Nessas duas décadas, a sociedade brasileira desenvolveu um conjunto de debates e iniciativas, marcando profundamente o terreno da cultura, emergindo a Música Popular Brasileira (MPB), o Cinema Novo, o Centro Popular de Cultura (CPC), o Teatro do Oprimido, o Movimento de Educação de Base (MEB), conduzido por Paulo Freire. Em 1955, constituiu-se o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), vinculado ao Ministério da Educação (MEC), mas com autonomia administrativa e liberdade de pesquisa, articulando a intelectualidade progressista.

A sociedade brasileira se politizou e ganhou espaço o debate sobre a possibilidade de um projeto nacional, soberano, democrático e autodeterminado. Mas a ofensiva não ficou apenas no campo popular e democrático. O setor conservador e reacionário também criou seus instrumentos ideológicos e políticos. Em 1959, por meio da articulação de diversos empresários, foi criado o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad), com destacada ação nas eleições de 1960 e 1962, e, em 1961, foi criado o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipes),<sup>17</sup> preparando o terreno ideológico para o golpe de 1964.

---

<sup>17</sup> O Ibad angariou enorme volume de recursos do governo dos EUA, via Embaixada no Rio de Janeiro e por meio da CIA e de empresas estrangeiras, apoiando, nas eleições de 1960 e de 1962, 15 candidatos a senador, outros 250 candidatos a deputado federal e 600 candidatos a deputado estadual. Esse apoio foi tão escancarado que,

Foi com esse ambiente político que se realizaram as eleições presidenciais de 1960.<sup>18</sup> A população, em sua sabedoria, compôs uma articulação inusitada, expressa no lema “JanJan”. Dois candidatos de caráter populista são eleitos para postos distintos: um populista de direita, Jânio Quadros, foi eleito à Presidência da república pela chapa PTN/UDN, e um populista de centro-esquerda, João Goulart (Jango), à vice-presidência pela chapa PTB/PSD. Em meio a uma inflação elevada, fruto do crescimento acelerado do ciclo anterior e associada à crise de abastecimento interno, a economia já dava sinais de baixo crescimento. Acrescenta-se a inabilidade política do presidente eleito que, no início do seu mandato, teve que enfrentar a oposição dos seus aliados no Congresso Nacional, especialmente a UDN e alguns governadores.

Neste contexto de crise econômica e de instabilidade política, Jânio Quadros tentou um golpe, renunciando ao posto de presidente em agosto de 1961, esperando que a população saísse às ruas para reempossá-lo, criando assim condições políticas para fechar o Congresso e governar soberano. As massas populares não saíram às ruas, e o Congresso Nacional aceitou a renúncia de Jânio Quadros. No entanto, o Exército brasileiro não aceitou a posse do vice, João Goulart, como presidente da república. O impasse estava colocado. No Rio Grande do Sul, o governador Leonel Brizola se entrincheirou no Palácio do Piratini (sede do governo) e iniciou a Campanha pela Legalidade, organizando a Rádio da Legalidade. A saída encontrada pela classe dominante foi mudar o regime político, instituindo o parlamentarismo. No dia 7 de setembro de 1961,

---

em 1963, foi criada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Congresso Nacional para investigar as atividades desse Instituto (Dreifuss, 1981).

<sup>18</sup> Além das eleições a presidente da república, em 1960, também ocorreram eleições a governador em alguns estados, elegendo-se candidatos conservadores como Ademar de Barros, em São Paulo, Magalhães Pinto, em Minas Gerais, Carlos Lacerda, na Guanabara, e Ney Braga, no Paraná.

Jango assumiu como presidente do Brasil, mas quem efetivamente passou a mandar foi o primeiro-ministro Tancredo Neves, escolhido pelo Congresso Nacional.

Ainda como personagem figurativo, Jango viajou pelo país e, no dia 1º de maio de 1962, em ato político em frente à Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda, anunciou que enviaria para o Congresso Nacional os projetos das reformas de base, tendo como prioridade a reforma agrária, a reforma do Código Eleitoral,<sup>19</sup> a reforma universitária e a reforma tributária. Em decorrência dessa iniciativa, em outubro de 1962, criou-se a Superintendência da Política Agrária (Supra). Buscando controlar os preços dos alimentos e superar a crise de abastecimento, Jango criou, em janeiro de 1962, a Companhia Brasileira de Alimentos (Cobal) e, em setembro do mesmo ano, com base nas Leis Delegadas, fundou a Superintendência Nacional do Abastecimento (Sunab) e a Companhia Brasileira de Armazenamento (Cibrazem).<sup>20</sup>

Buscando concorrer as próximas eleições presidenciais, os governadores de São Paulo (Ademar de Barros), de Minas Gerais (Magalhães Pinto) e da Guanabara (Carlos Lacerda), pressionavam para antecipar o Plebiscito sobre a forma de governo. Com a renúncia do gabinete do primeiro-ministro Tancredo Neves (julho de 1962),<sup>21</sup> antecipou-se, então, o plebiscito para janeiro de 1963.

---

<sup>19</sup> A proposta estenderia o direito de voto e de ser votado aos analfabetos, aos soldados e sargentos.

<sup>20</sup> Ainda que tenha sido autorizada a funcionar em setembro de 1962, a partir da Lei Delegada n. 7, a Companhia Brasileira de Armazenamento (Cibrazem) só foi constituída oficialmente em novembro de 1963 por meio do decreto n. 52.819. Ela atuou no armazenamento de produtos agropecuários e de pesca, agindo como elemento regulador do mercado. Tanto a Cibrazem quanto a Cobal e a CFP serão fundidas em 1991, durante o governo Collor, constituindo-se a Conab (Companhia Nacional de Abastecimento).

<sup>21</sup> Após 290 dias, o gabinete de Tancredo Neves renuncia de forma coletiva sob o pretexto de que seus membros precisavam concorrer às eleições parlamentares de 1962. João Goulart indica então San Tiago Dantas, do PTB, ministro das Relações Exteriores

A população não teve dúvida sobre qual regime de governo lhe interessava. Com mais de 9,4 milhões de votos, num total de 12,7 milhões de votantes, se restabeleceu o presidencialismo como regime político. Assim, Jango passou a ser presidente em um regime presidencialista, compôs um ministério do seu interesse e avançou com as reformas de base.<sup>22</sup>

Em março de 1963, instituiu-se o Estatuto do Trabalhador Rural (Lei n. 4.214; Brasil, 1963), garantindo os direitos trabalhistas para os trabalhadores no campo, e oficializou-se a sindicalização, reconhecendo os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR).<sup>23</sup> Em abril de 1963, o governo federal reconheceu a central sindical, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT).<sup>24</sup>

Com a legalização dos STRs, em dezembro de 1963, foi criada a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

---

em seu primeiro gabinete, para ser primeiro-ministro. Mas a Câmara julga-o muito à esquerda e vota seu nome por 174 votos a 110. João Goulart indica um novo nome: o presidente do Congresso e senador Auro de Moura Andrade, do PSD paulista. O nome de Moura Andrade passa na Câmara, mas o veto agora era da área sindical, que promoveu uma greve geral de protesto no país. Moura Andrade então renuncia à indicação. O segundo gabinete parlamentarista foi liderado, finalmente, por Francisco Brochado da Rocha, do PSD do Rio Grande do Sul, que resistiu por apenas 63 dias. Pouco antes de renunciar, o gabinete propõe que o Congresso antecipe o plebiscito pela volta do presidencialismo. A proposta é aceita e, por 169 votos a 83, se aprova a realização da consulta em 6 de janeiro do ano seguinte. O terceiro e último gabinete parlamentarista foi chefiado por Hermes Lima, ligado ao PTB, assumindo como gabinete-tampão até a realização do plebiscito (Câmara dos Deputados, 2007).

<sup>22</sup> Celso Furtado foi indicado como seu ministro do Planejamento, organizando um plano econômico para enfrentar a crise. O Plano Trienal tinha um componente recessivo, arrojando os trabalhadores, o que era contraditório com a plataforma política das Reformas de Base, que necessitava de apoio popular.

<sup>23</sup> Além de estender os direitos trabalhistas para o campo, esse Estatuto proibia as relações de trabalho nas fazendas que criassem a dependência pessoal, expressa nas formas de pagamento do trabalho por comida e moradia.

<sup>24</sup> Como a legislação trabalhista brasileira era organizada por corporações ou ramo de trabalho, não se permitia uma centralização sindical a partir de uma entidade nacional, sendo assim proibida uma central sindical desde a criação da CLT, em 1943.

Inicialmente, seu registro junto ao Ministério do Trabalho foi encaminhado pelos setores conservadores da Igreja Católica<sup>25</sup> que, especialmente no Nordeste, criavam os STRs buscando bloquear o avanço do PCB no campo. Esse registro não foi aceito, sob alegação de que estava em andamento a criação de outras federações de trabalhadores agrícolas nos demais estados. O impasse forçou um processo de conciliação entre esse setor conservador e as lideranças do PCB e da Ação Popular (AP) que também atuavam no campo.<sup>26</sup> Com o acordo, Lindolfo Silva, ligado ao PCB, tornou-se presidente da Contag.

No início de 1964, o governo Jango e as forças populares programaram um grande ato político para pressionar o Congresso Nacional que, em março, iniciava seu ano legislativo. No dia 13 de março de 1964, 250 mil pessoas se concentraram na Central do Brasil, importante estação ferroviária da cidade do Rio Janeiro, onde o presidente da república, João Goulart, assinou decretos encampando refinarias privadas de petróleo e determinando a reforma agrária. O decreto da reforma agrária desapropriaria todas as fazendas acima de 500 ha que não fossem produtivas, no perímetro de até dez km de cada lado das rodovias federais e estradas de ferro, bem como desapropriaria todas as áreas acima de 30 ha que estivessem improdutivas no entorno dos açudes federais. Neste mesmo comício, Jango anunciou que controlaria os preços dos alimentos e tabelaria

---

<sup>25</sup> Em julho de 1963, realizou-se em Natal a I Convenção Brasileira de Sindicatos Rurais, na qual os sindicatos vinculados ao setor conservador da Igreja Católica discutiram a necessidade da criação da confederação sindical. Três meses depois, as federações cristãs do Sergipe, Pernambuco e Rio Grande do Norte reuniram-se e encaminharam a documentação necessária do registro ao Ministério do Trabalho (Medeiros, 1989).

<sup>26</sup> Em dezembro de 1963, realizou-se novo encontro no qual foi fundada a Contag, com a participação de 26 federações, sendo dez destas ligadas ao PCB, oito vinculadas ao trabalho da AP, seis articuladas pelos grupos conservadores cristãos do Nordeste e duas se declararam independentes (Medeiros, 1989).

os aluguéis. Afirmou também que encaminharia ao Congresso Nacional dois outros projetos de lei, sendo um o projeto da reforma do Código Eleitoral e o outro o projeto da reforma universitária.

A reação logo se fez. No dia 19 de março de 1964, na cidade de São Paulo, 500 mil pessoas desfilaram na Marcha da Família, com Deus e pela Liberdade, que se reproduziu na cidade do Rio de Janeiro, no dia 2 de abril, com outras 200 mil pessoas, coroando o golpe de Estado operado pelos militares na noite de 31 de março e madrugada de 1º de abril de 1964.<sup>27</sup>

Na madrugada de 1º de abril de 1964, o senador Auro Moura Andrade (presidente do Congresso) convocou uma reunião extraordinária do Congresso e declarou vaga a presidência da república, assumindo Ranieri Mazilli. No entanto, João Goulart se encontrava no Rio Grande do Sul, não podendo ser declarado vago o seu cargo. Consumou-se assim o golpe que impôs ao povo brasileiro 21 anos de uma ditadura empresarial-militar.

---

<sup>27</sup> Os militares justificavam o golpe por ter havido diversos atos de quebra de disciplina interna, como a Revolta dos Sargentos em Brasília, a Revolta dos Marinheiros no Rio de Janeiro (25 de março de 1964) e a manifestação dos sargentos em apoio a Goulart, no almoço promovido no dia 30 de março de 1964 no Automóvel Clube do Rio de Janeiro. No entanto, o general Castelo Branco articulava os militares nos estados há mais tempo, definindo o golpe para o dia 2 de abril de 1964, dia previsto para a Marcha da Família com Deus e pela Liberdade, na cidade do Rio de Janeiro. Ocorre que o governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, precipitou o processo, quando no dia 30 de março colocou em marcha a sua Polícia Militar e o Exército em direção ao Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo, a embaixada dos Estados Unidos no Brasil há meses organizava a Operação Brother Sam, que consistia em uma força tarefa composta por um porta-avião, destroieres de apoio (com mísseis teleguiados), navios com armas e mantimentos, quatro petroleiros (combustível), sete aviões de transporte (110 toneladas de armas), oito aviões de caça, oito aviões-tanque e um avião de telecomunicação. A ocupação do Brasil começaria por Pernambuco (onde já se encontravam 5 mil boinas verdes em exercício conjunto com o Exército brasileiro), a pedido de um suposto apoio dos “estados rebeldes” (São Paulo, Minas Gerais, Guanabara), que formariam seu próprio governo com ou sem apoio do Congresso Nacional. Nos dias do golpe, essa força militar estadunidense se deslocou para a costa brasileira (Dreifuss, 1981).

## V. 1964-1984: A DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR, A SUBORDINAÇÃO DA AGRICULTURA À INDÚSTRIA E A FORMAÇÃO DO CAPITALISMO MONOPOLISTA DE ESTADO

Com o golpe de Estado consumado pelos militares, no dia 9 de abril divulgou-se o Ato Institucional n. 1 (AI-1),<sup>1</sup> cassando os direitos políticos de 102 personalidades públicas, entre elas 41 deputados federais, e colocando na reserva 122 oficiais das Forças Armadas (77 do Exército, 31 da Aeronáutica, 14 da Marinha) (Brasil, 1964a). As eleições diretas para presidente foram revogadas e instituiu-se o Colégio Eleitoral, escolhendo-se para presidente o militar cearense Castelo Branco.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> O Ato Institucional n. 1 (AI-1; Brasil, 1964a) foi assinado por uma junta militar autodenominada de Comando Supremo da Revolução, composta pelo general do Exército Artur da Costa e Silva, pelo tenente brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo e pelo vice-almirante Augusto Rademaker Grünewald.

<sup>2</sup> Em 27 de outubro de 1965, foi promulgado o Ato Institucional n. 2 (AI-2), que suspendeu as eleições presidenciais de outubro daquele ano, tornando definitivas as eleições indiretas via Colégio Eleitoral para a presidência e vice-presidência da república. Também houve intervenção no Poder Judiciário, aumentando o número de ministros do STF de 11 para 16 (Brasil, 1965). Foi por meio do AI-2 que se criou o bipartidarismo: todos os partidos foram extintos, sendo criada a Aliança Renovadora Nacional (Arena) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), garantindo ao presidente da república o direito de cassar os mandatos dos políticos eleitos de oposição.

A repressão logo se fez sentir. O setor de ponta da luta de classes no Brasil, composto pelos camponeses, foi imediatamente atingido. Centenas de camponeses foram presos, torturados, mortos e desaparecidos pelas forças do latifúndio (jagunços), pelas polícias militares e pelas forças do Exército brasileiro. Outros camponeses se exilaram, como foi o caso do presidente da Contag, Lindolfo Silva, de Francisco Julião e Clodomir de Moraes, líderes das Ligas Camponesas. Outros, ainda, entraram para a clandestinidade, como a dirigente das Ligas, Elizabeth Teixeira. Sedes das Ligas Camponesas e de sindicatos foram fechadas e vasculhadas,<sup>3</sup> e foram perseguidos João Sem Terra, do Master, e o padre Francisco Lage, organizador dos sindicatos. A Contag sofreu intervenção, sendo nomeado como seu presidente José Rotta, dirigente da Federação de São Paulo (Medeiros, 1989).

Contraditoriamente, o marechal Castelo Branco promulgou, em novembro de 1964, após meses de repressão aos camponeses, o Estatuto da Terra (Brasil, 1964b), que foi a primeira Lei de Reforma Agrária do país. Ela se inspirava na proposta estadunidense de reforma agrária para o desenvolvimento do capitalismo de mercado interno.<sup>4</sup>

---

<sup>3</sup> De acordo com Fernandes, Welch e Gonçalves (2014, p. 54), “quase 80% dos sindicatos recém-formados tiveram seus registros cancelados”.

<sup>4</sup> O golpe civil-militar também teve suas implicações para as terras indígenas. De acordo com Gomes, “o golpe de 1964, que instalou o regime militar, abocanhava também o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), ao destituir *incontinenti* a diretoria presidida pelo médico sanitário Noel Nutels [...]. O regime militar promoveu uma devassa no órgão, concluindo com um dossiê de mais de mil páginas de acusações de supostos crimes e irresponsabilidades administrativas cometidas contra os índios. [...] a repercussão negativa fez com que o SPI afinal fosse extinto, não sem antes sofrer um incêndio em seus arquivos, já transferidos para Brasília. [...] com muito alarde, foi criada a Fundação Nacional do Índio (Funai) em dezembro de 1967” (Gomes, 1988, p. 88-89). A Constituição de 1967 (Brasil, 1967) determinou que as terras dos índios passassem a ser consideradas como terras da União, “sobrando-lhes apenas a posse exclusiva e a inalienabilidade. Ora, isso significou um passo atrás na história da conceituação brasileira sobre as terras indígenas, um grave retrocesso

Esse estatuto trouxe consigo ideias modernizantes para o campo brasileiro. Instituiu o conceito da função social da terra, tendo como parâmetro a produtividade, as leis ambientais e as leis trabalhistas e introduziu o módulo mínimo (quantidade de terra necessária para uma família viver da produção agropecuária). A partir do módulo mínimo, foram estabelecidas as categorias de propriedade no campo: minifúndio (toda propriedade inferior a um módulo mínimo); empresa rural (toda fazenda com até 600 módulos mínimos, que possuem produtividade adequada); latifúndio por exploração (toda fazenda com até 600 módulos que não apresenta produtividade); latifúndio por dimensão (todas as fazendas acima de 600 módulos mínimos). A partir dessas categorias, a desapropriação por interesse social seria utilizada para as categorias enquadradas como latifúndio, sendo indenizado por meio de Títulos da Dívida Agrária (TDA). Note-se que, para a condição de minifúndio, haveria uma concentração de área para que a família conseguisse pelo menos um módulo mínimo que, em tese, seria o suficiente para a sua reprodução social. Com o Estatuto da Terra (Brasil, 1964b), instituiu-se, pela primeira vez em nossa história, um cadastro de terras, a partir da organização do Sistema Nacional de Cadastro Rural.

Para operacionalizar o Estatuto da Terra, foram criados o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (Inda). Com o Estatuto, o Imposto

---

jurídico e político. Em contrapartida, a redação do Artigo 198 favoreceu o trabalho de demarcação de terras indígenas, tornando explícitos os seus direitos de imemorialidade ou antecedência histórica sobre quaisquer outros direitos posteriormente alegados” (Gomes, 1988, p. 89). Em 1973, o “Estatuto do Índio” foi aprovado pelo Congresso Nacional, por meio da Lei n. 6.001 (Brasil, 1973), de dezembro de 1973. Esse estatuto “considerava o índio como de menor idade e ‘relativamente capaz’, sob a tutela do Estado, representado pela Funai. [...] Cria os mecanismos que determinam a demarcação das terras indígenas, tornando a Funai o agente único responsável pela definição do que é terra indígena e pela sua demarcação em todas as etapas” (Gomes, 1988, p. 90).

Territorial Rural (ITR)<sup>5</sup> deixou de ser municipal e passou a ser cobrado pela União, por meio do Ibra.

O Estatuto da Terra também reforçou a proibição de relações de trabalho que criassem dependência das pessoas aos fazendeiros. Percebe-se que esse estatuto trouxe consigo elementos modernizantes (uma “modernização pelo alto”, logo, conservadora das relações sociais de produção e da concentração da propriedade da terra) e um conteúdo progressista no tocante aos novos conceitos criados, sobretudo a introdução da função social da terra. No entanto, ele serviu apenas como forma de propaganda nesses primeiros anos de governo militar para dialogar com as massas camponesas que, sem suas lideranças, foram disputadas pelo discurso oficial da reforma agrária, realizada pontualmente em alguns conflitos localizados, mas utilizada sobretudo na forte propaganda de colonização nas regiões de fronteira agrícola, operacionalizada no início da década de 1970.<sup>6</sup>

Em 1965, os militares já haviam reorganizado seis federações de trabalhadores rurais (SP, BA, SE, RS, PE, PB), suspendendo, assim, a intervenção na Contag, e convocando eleições, legitimando os interventores na Confederação. Ainda em 1966, convocado pelo recém-criado Inda, realizou-se o I Congresso dos Trabalhadores Rurais, com 250 representantes de 14 estados, tendo como foco o estudo do Estatuto da Terra.

Já os trabalhadores urbanos também tiveram seus sindicatos sob intervenção. De imediato, com o golpe de 1964, 383 sindicatos, 45 federações e quatro confederações sofreram intervenção. O direito de greve foi abolido em 1965. Um enorme arrocho salarial

---

<sup>5</sup> O Imposto Territorial foi criado em 1891, quando da primeira Constituição republicana. No entanto, somente com a Constituição de 1934 surgiu a distinção entre imposto territorial rural (ITR) e urbano, ficando a sua cobrança a cargo dos governos estaduais. Em 1961, a partir de emenda constitucional, o ITR passou a ser cobrado pelos municípios. Com a extinção do Ibra, o ITR, passou a ser cobrado pelo Incra.

<sup>6</sup> Para melhor entendimento da natureza do Estatuto da Terra, ver João Pedro Stedile (2005).

foi praticado com a Lei n. 4.725, de julho de 1965, que retirou da Justiça do Trabalho seu poder normativo na definição do índice de reajuste salarial em cada dissídio coletivo, centralizando o reajuste em um índice definido pelo governo militar. A estabilidade do emprego no setor privado após dez anos de contrato de trabalho assinado na mesma empresa foi abolida em 1966, constituindo-se, em seu lugar, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) (Frederico, 2010).

No plano político institucional, Castelo Branco publicou, em dezembro de 1966, o Ato Institucional n. 4 (AI-4), buscando organizar e debater a nova Constituição brasileira e revogando a Constituição de 1946 (Brasil, 1966). Estabelecia-se, assim, uma comissão mista composta por 11 senadores e 11 deputados federais, todos indicados por Castelo Branco, e, no dia 24 de janeiro de 1967, era promulgada a nova Constituição pelo Congresso Nacional (Brasil, 1967), marcada por mais centralização dos poderes na mão do presidente da república.<sup>7</sup>

#### PLANO DE AÇÃO ECONÔMICA DO GOVERNO (PAEG)

O governo militar de Castelo Branco divulgou o Paeg em novembro de 1964, sob coordenação de Roberto Campos (ministro do Planejamento) e Otávio Bulhões (ministro da Economia), tendo como eixo a política desinflacionária executada a partir das reformas institucionais (tributária e bancária) e de um profundo arrocho salarial da classe trabalhadora.

A reforma tributária teve como centralidade a constituição da correção monetária, permitindo a racionalização do sistema tributário, sobretudo o imposto de renda. Essa reforma eliminou os impostos antigos sem função econômica e aboliu os impostos em

---

<sup>7</sup> Essa Constituição foi reformada por meio da Emenda Constitucional n. 1, de outubro de 1969.

cascata, instituindo a coordenação tributária entre a União, estados e municípios (Resende, 1990).

Quanto à reforma bancária, ela foi aprovada na forma da Lei n. 4.595, de 31 de dezembro de 1964, instituindo mudanças no sistema financeiro nacional, criando o Banco Central, que assumiria as funções antes divididas entre a Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc) e o Banco do Brasil,<sup>8</sup> tornando-se o gestor da política monetária. Constituiu-se também o Conselho Monetário Nacional. Por meio da Lei n. 4.380, criou-se o Sistema Financeiro da Habitação, constituindo o Banco Nacional de Habitação (BNH), que assumiria os recursos dos novos programas de seguro social (PIS e Pasep).<sup>9</sup> Em julho de 1965, foi promulgada a Lei de Mercado de Capitais (Lei n. 4.728), realizando mudanças do sistema financeiro nacional e delimitando as funções dos bancos de investimento, bancos comerciais (privados ou estaduais), instituições de crédito (que recorriam à captação de poupança), sociedades corretoras e sociedades de crédito imobiliário pelas instituições públicas, entre outras. Essa lei modernizou o mercado financeiro e constituiu o mercado de capitais no Brasil (Resende, 1990).<sup>10</sup>

---

<sup>8</sup> “A Sumoc era o órgão normativo das políticas monetária e cambial sem ter, entretanto, autoridade executiva. O Banco do Brasil acumulava as suas funções de banco comercial e de fomento, duas funções de Banco Central: a de banqueiro do Tesouro e a de banqueiro do sistema bancário através da Carteira de Redesconto e da Caixa de Mobilização Bancária” (Resende, 1990, p. 228).

<sup>9</sup> O Programa de Integração Social (PIS) era destinado aos funcionários de empresas privadas regidos pela CLT, sendo administrado pela Caixa Econômica Federal. Quanto ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), era destinado aos servidores públicos, sendo administrado pelo Banco do Brasil. A partir de 1988, foi constituído o Abono Salarial, que destinava um bônus a todo trabalhador com mais de cinco anos de carteira assinada, mas com salário inferior a dois salários mínimos. Esses fundos foram extintos durante o governo Bolsonaro, em abril de 2020.

<sup>10</sup> De acordo com Resende, “o desenho do arcabouço básico de um sistema financeiro moderno, associado à correção monetária dos contratos e títulos financeiros de médio e longo prazo, permitiu a captação da poupança privada voluntária e sua canalização

Essa reforma bancária (e o conjunto de leis que lhe seguiram) proporcionou a modernização do sistema financeiro e a reorganização do mercado de capitais no Brasil. Isso criou as condições para a concentração dos capitais bancários,<sup>11</sup> revelando qual foi a principal fração da classe burguesa a patrocinar o golpe civil-militar.

Quanto à política salarial do regime militar,<sup>12</sup> o Paeg substituiu as negociações entre patrões e empregados por um indicador do reajuste formulado pelo governo,<sup>13</sup> proporcionando um enorme arrocho salarial.<sup>14</sup> Com a repressão sobre os sindicatos e a proibição das greves, o poder de negociação dos trabalhadores foi praticamente anulado.

---

para o financiamento tanto do Tesouro quanto do investimento privado” (Resende, 1990, p. 229).

<sup>11</sup> Desse processo de concentração dos capitais bancários emergiram o Bradesco e o Itaú, como os conhecemos hoje em dia.

<sup>12</sup> A política salarial, com a redemocratização a partir 1946, foi assim descrita por Resende (1990, p. 216): “durante o governo Dutra, de 1946 a 1950, o salário mínimo foi congelado, sofrendo uma deterioração de 30% do seu valor real. Entre 1951 e 1954, no segundo governo Vargas, o salário mínimo foi reajustado duas vezes, e em 1954 representava duas vezes e meia o salário de 1946 em termos reais. De 1955 a 1960, durante o governo Kubitschek, apesar do recrudescimento da inflação, houve um pequeno ganho no salário mínimo real, enquanto que no período de 1961 a 1964, durante os governos Quadros e Goulart, apesar dos reajustes mais frequentes, o salário mínimo real caiu aproximadamente 20%.”

<sup>13</sup> “Em 1965, a Circular n. 10 do ministro extraordinário para Assuntos do Gabinete Civil determinou a forma de reajuste salarial da Administração Pública Federal, que se recomendava também aos governos estaduais e municipais (Resende, 1990, p. 216). Em 1966, estas normas do setor público passaram a vigorar para os dissídios coletivos do setor privado.

<sup>14</sup> Conforme sugerido por Resende (1990, p. 229-230), “a aplicação desta fórmula oficial de reajuste reduziu o salário mínimo a cada ano, de 1965 até 1974, enquanto o salário real médio industrial caiu entre 10 e 15%, dependendo do deflator usado, entre 1965 e 1967”. Esse autor esclarece que nesse período houve concentração de renda: “o custo da política de compressão salarial foi sem dúvida considerável, sendo importante elemento de explicação da deterioração da distribuição de renda entre 1960 e 1970. A participação na renda total dos 50% mais pobres reduziu-se de 17,7 para 14,9% e dos 30% seguintes de 27,9 para 22,8%”.

Identificando o balanço de pagamento como elemento que restringia o crescimento econômico, o Paeg operou simplificações, unificou o sistema cambial, proporcionou a modernização de agências públicas ligadas ao comércio exterior e visou maior integração com o sistema financeiro internacional, buscando captar créditos de médio e longo prazo.<sup>15</sup>

A reforma bancária impactou a agricultura na medida em que criou as condições para o surgimento do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). A Comissão Nacional do Crédito Rural também nasce nessa reforma. No dia 5 de novembro de 1965, foi aprovada a Lei n. 4.829, regulamentada pelo Decreto n. 58.380, de 10 de maio de 1966, instituindo o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR).<sup>16</sup> Em seu 7º artigo, a lei definia os agentes financeiros que

---

<sup>15</sup> Buscando superar a restrição no balanço de pagamentos, o Paeg propunha “uma política de incentivos às exportações, uma opção pela internacionalização da economia, abrindo-a ao capital estrangeiro, promovendo a integração com os centros financeiros internacionais e o explícito alinhamento com o sistema norte-americano da Aliança para o Progresso” (Resende, 1990, p. 215).

<sup>16</sup> O SNCR, por se tratar de um sistema institucionalizado de abrangência nacional, específico para a agricultura, tornou-se o primeiro sistema a financiar a agricultura em nossa história. Entre os anos de 1937 e 1961, foi inaugurada uma carteira de crédito para a agricultura e para a indústria no Banco do Brasil, a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (Creai). Com a Creai, ampliou-se o repasse de recursos públicos para o setor agrícola, sendo celebrados, em 1938, 1.021 contratos, passando, em 1948, para 9.482 contratos, chegando em 1958 com 93.859. Em maio de 1961, o governo Jânio Quadros constituiu, pelo Decreto n. 50.637/61, o Grupo Executivo de Crédito Rural (Gecre) e aprovou as diretrizes para a Política Nacional de Crédito Rural (Gonçalves Neto, 1997). Após o golpe militar, o governo criou “vários fundos de apoio, tais como o FNRR (Fundo Nacional de Refinanciamento Rural), o Fundece (Fundo de Democratização do Capital de Empresas), o FFAMEI (Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais) e o Fibep (Fundo de Financiamento à Importação de Bens de Capital). Todos esses fundos, datados de 1964 e 1965, tinham como objetivo repassar recursos obtidos no exterior, visando incentivar programas e projetos de modernização agrícola, sob a coordenação do Estado. Em julho de 1965, é regulamentado o Funagri (Fundo Geral para a Agricultura e Indústria), que reunia o Fundece, o Fibep e o FNRR. Esse fundo passa a ser administrado pelo Banco Central, que mais tarde iria criar

comporiam o SNCR;<sup>17</sup> seu artigo 9º especificava as modalidades de crédito, instituindo o de custeio, de investimento, comercialização e industrialização de produtos agropecuários (com o referido decreto, a modalidade “industrialização” foi incorporada no crédito de custeio). O artigo 15º definiu as fontes que financiariam esse sistema, contando com as dotações do orçamento público (Tesouro Nacional) e a disponibilização de 10% dos depósitos à vista dos bancos privados e das sociedades de créditos para serem alocados para o financiamento agrícola (Gonçalves Neto, 1997).<sup>18</sup>

Ao final, o Paeg, entre 1964 e 1968, conseguiu reduzir a inflação que, no primeiro trimestre de 1964, encontrava-se na faixa de 100% ao ano, para algo em torno de 20%, em 1969. Também ampliou o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), saltando de 0,6%, em 1963, para 9,8%, em 1968, abrindo o caminho para o “Milagre Econômico” às custas da repressão política, perda de direitos e do arrocho salarial.

---

a conta Funagri [...]. Em 1967, a Conta Funagri, até então apenas um Fundo, vai tomando forma no balancete consolidado das autoridades monetárias. A partir de 1967 (Resolução 69 de 22/09/1967) se institui na conta Funagri uma remuneração para os bancos com 6% a. a. sobre depósitos realizados, tendo em vista o não cumprimento da exigibilidade” (Kageyama *et al.*, 1996, p. 177). A partir de 1967, a conta Funagri vinculou-se ao SNCR.

<sup>17</sup> Passariam a fazer parte do SNCR os bancos públicos: Banco Central, Banco do Brasil, Bancos Regionais de Desenvolvimento, BNCC, BNDE, Bancos Estaduais, Caixas Econômicas. Bem como fariam parte os bancos privados, sociedades de crédito e cooperativas (Gonçalves Neto, 1997).

<sup>18</sup> Com o passar dos anos, esse percentual sobre os depósitos à vista evoluiu, passando, em 1973, para 15%; em 1979, para 17%; e, em 1981, para 25%. Apesar desse estímulo, o setor bancário-comercial privado reduziu sua participação no financiamento da agropecuária brasileira, cabendo ao Banco do Brasil esse financiamento. Só em 1967, “a participação dos bancos comerciais subiu para 44%, alcançando seu auge em 1968, com 50% do crédito agrícola total. A partir de então essa participação entra em curva descendente, marcando 46% em 1969 e caindo para o patamar de 30%, de 1970 a 1976, quando regride para a faixa de 20%, em que permanece até o final da década” (Gonçalves Neto, 1997, p. 164).

## A RETOMADA DA MOBILIZAÇÃO OPERÁRIA ENTRE 1966 E 1968

Apesar da censura e da repressão política, os anos de 1967 e 1968 abrangeram muitas lutas protagonizadas por operários-estudantes, com destaque para as greves de Contagem (MG) e de Osasco (SP).

Em abril de 1968, na metalúrgica Belga Mineira (Contagem), a greve iniciada a partir de dentro da fábrica, dispensando os piquetes, paralisou 1.200 operários e, no seu terceiro dia, ganhou adesão de diversas outras fábricas, mobilizando 16 mil operários da região. Tal fato surpreendeu a ditadura militar e obrigou o ministro do Trabalho, o coronel Jarbas Passarinho, a negociar um reajuste salarial, impondo uma derrota à ditadura.

Já em julho de 1968, foi a vez dos operários de Osasco se mobilizarem. Com nova direção no Sindicato dos Metalúrgicos, eleita em 1967, tendo à frente José Ibrahim, militante de esquerda, preparou-se a greve que estourou na manhã do dia 16 de julho na Cobrasma, esparramando-se para as demais fábricas metalúrgicas de Osasco e envolvendo 10 mil operários. O ministro do Trabalho voou para São Paulo e montou o seu “quartel general” (QG) no Palácio dos Bandeirantes (sede do governo paulista). Diferente do ocorrido em Contagem (MG), o elemento surpresa já não existia. No início da noite, a polícia interveio em diversas fábricas, invadindo a sede do Sindicato e realizando 400 prisões na Cobrasma. A cidade de Osasco foi sitiada (Frederico, 2010).

Os estudantes, por seu turno, passaram a realizar com mais frequência passeatas de protesto contra o governo desde 1967, em várias capitais. Em uma dessas mobilizações contra o aumento dos valores das refeições dos restaurantes universitários, em 28 de março de 1968, a polícia militar invadiu o restaurante Calabouço, no centro do Rio de Janeiro, onde foi morto o estudante secundarista Edson Luís de Lima Souto, gerando imensa comoção. Os processos de luta amplificaram-se, chegando, em 26 de junho de

1968, na Passeata dos Cem Mil, uma imensa demonstração popular de denúncia do regime civil-militar. No final de junho de 1968, os estudantes paulistas ocuparam a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (situada na rua Maria Antônia).

No campo, em 1967, ocorreu nova eleição da Contag. A chapa de oposição, liderada por José Francisco da Silva, oriundo da zona da mata pernambucana, venceu a chapa oficial de José Rotta. A oposição assumiu a Contag, tendo como foco de trabalho a defesa dos direitos, compreendida como a aplicação do Estatuto do Trabalhador Rural (Brasil, 1963), a demanda por reforma agrária, previsto no Estatuto da Terra (Brasil, 1964b) e a reivindicação de uma Previdência Rural (Medeiros, 1989).

Ao mesmo tempo, setores da política tradicional articulavam-se em uma Frente Ampla, envolvendo Carlos Lacerda, João Goulart e Juscelino Kubitschek, indicando fraturas no interior da classe dominante.

## O GOLPE DE 1968, O RECRUDESCIMENTO DA DITADURA E A RESISTÊNCIA ARMADA

Produto desses desgastes políticos na correlação de forças, os militares realizaram o “golpe dentro do golpe”. O gaúcho Costa e Silva, já empossado como presidente da república, decretou, em dezembro de 1968, o Ato Institucional n. 5 (AI-5; Brasil, 1968), fechando o Congresso Nacional, as Assembleias Legislativas, destituindo governadores de oposição e eliminando o *habeas corpus* como garantia do direito de liberdade de ir e vir das pessoas. Em setembro de 1969, foi publicado o Decreto n. 868 (Brasil, 1969), instituindo a Lei de Segurança Nacional, permitindo, entre tantas outras arbitrariedades, punir grevistas com até dez anos de prisão.

Em meio ao afastamento do presidente Costa e Silva, que em agosto de 1969 sofreu uma trombose cerebral, o vice-presidente

Pedro Aleixo, um civil, não pôde tomar posse, sendo substituído por uma junta militar que governou o país entre 31 de agosto e 30 de outubro de 1969.<sup>19</sup> Essa junta militar editou a Emenda Constitucional n. 1,<sup>20</sup> em outubro de 1969, alterando a Constituição de 1967 e institucionalizando as medidas autoritárias e repressivas daquele período. A ditadura recrudescu e bloqueou qualquer possibilidade de retorno à democracia sob a tutela de governos civis.

Diante desse novo golpe e da impossibilidade de qualquer atuação institucional parlamentar, setores da esquerda brasileira intensificam a decisão de organizar a luta armada. De maneira geral, as organizações militarizadas de esquerda compreendiam que a guerrilha rural era estratégica e que a ação militar urbana era de natureza tática. No entanto, somente o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) conseguiu se estabelecer em um território rural e organizou de fato a luta armada no campo. Entre os anos de 1967 e 1974, na região do Araguaia, no sul do Pará, militantes do PCdoB se estabeleceram e organizaram a Guerrilha do Araguaia, mas foram derrotados pelos sucessivos combates com o Exército brasileiro, iniciados em 1972.<sup>21</sup>

---

<sup>19</sup> Essa segunda junta militar foi composta pelo almirante Augusto Rademaker (ministro da Marinha), o general Aurélio de Lira Tavares (ministro do Exército) e o brigadeiro Marcio de Souza Melo (ministro da Aeronáutica).

<sup>20</sup> Destacam-se, nessa emenda constitucional, entre outros temas, a eliminação da imunidade parlamentar; a possibilidade do fechamento do Congresso Nacional, Assembleias Estaduais e Câmaras Municipais pelo presidente; a suspensão de direitos políticos e a cassação de mandatos (na prática, incorporou na Constituição o AI-5). Ela também incorporou a Lei de Segurança Nacional, restringindo direitos civis, a Lei de Imprensa, ampliou o mandato presidencial para cinco anos e estabeleceu eleições indiretas para os governos estaduais.

<sup>21</sup> Entre 1967 e 1971, os militantes do PCdoB para ali transferidos transformaram-se em habitantes locais, abrindo pequenos comércios, bares, prestando pequenos atendimentos médicos de casa em casa, fazendo partos, caçando, pescando, dando aulas para moradores e fazendo propaganda política em pequenas reuniões, inseridos na sociedade local. Da primeira dezena que havia chegado em 1967-1968, no

Já nas cidades, diversas foram as ações dos grupos armados de esquerda, indo desde panfletagem e discursos nas portas das fábricas com apoio armado, passando por assaltos a bancos, ocupações de rádios para pronunciamentos, até justiçamentos de militares torturadores e sequestros de figuras políticas. Ganharam notoriedade na guerrilha urbana organizações como a Ação de Libertação Nacional (ALN), organizada por Carlos Marighella e Câmara Ferreira, e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), liderada por Carlos Lamarca, que mais tarde

---

início de 1970, o grupo já contava com mais de 60 militantes, homens e mulheres, vindos de diversos lugares do Brasil, quase todos jovens estudantes ou profissionais liberais, espalhados por uma área com cerca de 6.500 km<sup>2</sup>, que cobria os principais municípios e vilarejos do sudeste do Pará, divididos em três destacamentos, A, B e C. O destacamento A atuava ao longo da Transamazônica, o B cobria o nordeste da Serra das Andorinhas, no chamado vale do rio Gameleira, e o C, a sudoeste da Serra das Andorinhas. Usavam de deslocamento constante pela mata e não permaneciam presos às suas bases locais. No início de 1972, o governo descobriu a existência da guerrilha. Em abril daquele ano, os militares começaram a entrar na região, entre Marabá e Xambioá. Bases foram sendo instaladas no interior e, em agosto, o efetivo militar chegou a 1.500 homens. No início dos embates com as forças do Exército, a guerrilha contava com 71 pessoas, espalhadas em três destacamentos na mata (A, B e C), mas mal armadas (cada guerrilheiro possuía um revólver com 40 balas e o total do armamento se limitava a 25 fuzis, quatro submetralhadoras, duas de fabricação artesanal, 30 espingardas e quatro carabinas de caça, num total de 63 armas longas para 71 guerrilheiros). Contra eles, havia quase 2 mil homens com fuzis e submetralhadoras. A guerrilha suportou três campanhas militares, mas, entre outubro de 1973 e outubro de 1974, foi sistematicamente exterminada. No dia de natal de 1973, houve a primeira grande vitória dos militares, com a morte, numa emboscada, do comandante militar guerrilheiro Maurício Grabois. A partir daí, a guerrilha perdeu a condição de força militar organizada, dividindo-se em colunas dizimadas aos poucos, num período de seis meses. No início de 1975, com a guerrilha já exterminada, as Forças Armadas deram início a uma operação de ocultação de todos os fatos acontecidos no Araguaia, diante da política de sigilo absoluto determinada pelo governo do então presidente general Ernesto Geisel. Chamada de Operação Limpeza, o objetivo era apagar os rastros da luta e dos corpos deixados para trás, enterrados na floresta. Aproximadamente 60 guerrilheiros haviam sido mortos, cerca de dois terços deles assassinados após captura e tortura (Portela, 1979).

(1969) se reagrupou com outra organização, o Comando de Libertação Nacional (Colina), fundando a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR Palmares)(Gorender, 1987).<sup>22</sup> Devido à clandestinidade, essas forças políticas permaneceram em uma relação de exterioridade com o movimento operário; os guerrilheiros urbanos desenvolveram ações audaciosas para motivar a classe trabalhadora, não atuando diretamente na sua organização (Frederico, 2010).

Com o AI-5, em dezembro de 1968, a repressão sistemática dirigiu-se inicialmente aos grupos de guerrilha urbana, ao movimento estudantil e aos focos da oposição parlamentar. Pela fragilidade organizativa, o movimento operário não foi de imediato alvo da reação militar, mas a partir de 1971 o cerco se fechou e, finalmente, atingiu os embriões da organização operária (Frederico, 2010).

Entre 1968 e 1973, abriu-se um novo tempo para os conservadores, no qual a repressão política foi protegida pelo surto de crescimento econômico (o chamado “milagre econômico”) já indicando a constituição de um capitalismo monopolista de Estado. As cidades passaram a expressar essa expansão capitalista, com a explosão imobiliária e a crescente construção de prédios, modificações infraestruturais (como a construção de metrô e alargamento de avenidas) e um consumo desenfreado, desenvolvido sobretudo pela classe média.

Foi nesse contexto de fechamento político, endurecimento da repressão e crescimento econômico que os governos civis-militares se definiram pela modernização conservadora da agricultura, descartando de vez a reforma agrária.

---

<sup>22</sup> Outros agrupamentos armados ativos foram organizados por outras forças de esquerda, como a Ala Vermelha, o Partido Comunista Revolucionário (PCBR), o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR).

## O I PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (I PND)

Com o governo Costa e Silva, ascendeu ao Ministério da Fazenda o grupo de Delfim Netto<sup>23</sup> que, em São Paulo, já pesquisava e constatava a modernização das grandes fazendas de café. Para esse economista, a grande fazenda não era arreada às técnicas inovadoras e não representava uma trava ao desenvolvimento econômico do país. Ele acreditava que ela poderia se modernizar se lhe dessem condições financeiras. A essa altura já estava instalada no Brasil uma indústria para fornecer máquinas, equipamentos e insumos para a agricultura, produto do ciclo industrializante proporcionado pelo Plano de Metas de JK. A lógica instituída pelos sucessivos planos econômicos dos governos Costa e Silva,<sup>24</sup> Médici e Geisel foi justamente no sentido da modernização do latifúndio e da expansão da fronteira agrícola.

Essas definições ficam explícitas quando do lançamento, em setembro de 1970, já sob o governo de Emílio Garrastazu Médici,<sup>25</sup>

---

<sup>23</sup> Delfim Netto, em 1959, participou da equipe de planejamento do governo paulista de Carvalho Pinto, sendo secretário da Fazenda do governo Laudo Natel nos anos de 1966 e 1967. Após o golpe civil-militar, participou do Conselho Consultivo de Planejamento (Consplan) do governo de Castelo Branco, tornando-se ministro da Fazenda entre 1967 e 1974, retornando ao governo federal como ministro da Agricultura, em 1979, e como ministro de Planejamento, entre 1979 e 1985. Entre 1974 e 1978, tornou-se embaixador do Brasil na França. No governo Costa e Silva, Hélio Beltrão se tornou ministro do Planejamento.

<sup>24</sup> De acordo com Gremaud e Pires (1999, p. 41-42), “desde o final da década de 1950, instituiu-se no país uma tradição de cada governo apresentar um programa de ação; tivemos: no período Kubitschek, o Plano de Metas; o Plano Trienal no governo Goulart; o Paeg na presidência de Castelo Branco; e o Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) em Costa e Silva. A chamada era dos PNDs (que envolveu o I, II e III PND dos governos militares e o I PND da Nova República) teve sua justificativa formal nos Atos Complementares n. 43 e n.76, de 1969, os quais estabeleceram que cada novo governo deveria propor, no seu primeiro ano de gestão, um plano de desenvolvimento válido para os anos subsequentes do seu governo e para o primeiro ano de seu sucessor”.

<sup>25</sup> Neste novo governo, o ministro de Planejamento é trocado, entrando João Paulo dos Reis Veloso.

do documento Plano de Metas e Bases para a Ação do Governo (1970-1973),<sup>26</sup> tendo como objetivo tornar o Brasil uma potência econômica.<sup>27</sup> Tal documento já indicava, como conquistas a serem alcançadas, a modernização da agricultura tradicional e a expansão da fronteira agrícola, em que ambas as medidas teriam suporte creditício, de assistência técnica e de preços. O referido documento indicava também a necessidade de um crescimento mais integrado, buscando articular as regiões, sobretudo a Amazônica e o Nordeste.

Em dezembro de 1971, foi lançado o Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND). A novidade aqui foi a ênfase na construção de grandes empresas nacionais como o elemento estratégico do desenvolvimento nacional.<sup>28</sup> Nesta lógica, ganha importância a empresa estatal. Entre 1968 e 1974, foram criadas 231 novas empresas públicas (Gremaud e Pires, 1999).

---

<sup>26</sup> De acordo com Gremaud e Pires (1999, p. 44), “o conteúdo do documento é marcadamente discursivo, elogiando algumas conquistas dos governos militares anteriores e apresentando algumas prioridades do novo governo [...] e a ideia básica que norteia a orientação econômica do governo é a de um Brasil potência”. Esse documento, “ainda na sua apresentação, ressalta que seus princípios seriam complementados pelo I PND” (Gremaud e Pires, 1999, p. 44). O I PND, indicando as linhas gerais de ação do governo para os anos de 1972 a 1974, foi apresentado em dezembro de 1971.

<sup>27</sup> Neste documento (Metas e Bases), também indicava a modernização tecnológica e, nesse particular, encontrava-se explícito o ingresso do país na era nuclear e a construção da primeira usina nuclear.

<sup>28</sup> De acordo com Gremaud e Pires (1999, p. 52), “os instrumentos essenciais para efetivar tal apoio seriam os empréstimos concedidos pelo BNDES, Banco do Brasil (recursos do Pasep) e Caixa Econômica Federal (recursos do PIS). Compõe também o esquema de apoio à grande empresa nacional incentivos fiscais do imposto de renda à fusão e incorporação de Empresas”. Não foi diferente para o setor bancário: “por meio do Decreto Lei n. 1182, de 1971, o governo federal procurava incentivar, mediante vantagens fiscais as fusões e incorporações no sistema bancário, buscando aumentar seu grau de concentração. O objetivo fundamental era, por meio da economia de escala, reduzir os custos operacionais do sistema como um todo, rebaixando assim os custos de intermediação financeira” (Gremaud e Pires, 1999, p. 52-53).

A lógica adotada, por meio das empresas estatais, visava criar demandas ao setor privado, bem como ofertar insumos e matérias-primas a preços menores, favorecendo o setor privado. Em contrapartida, o arrocho salarial, os incentivos fiscais e os créditos oferecidos pelos bancos oficiais financiaram o setor privado.<sup>29</sup> Coube ao setor público o financiamento de longo prazo (bem como a captação de recursos externos), já que o setor bancário privado nacional se recusou a entrar nessa faixa de financiamento, mantendo-se apenas na oferta de créditos de curto e médio prazo para capital de giro.

No I PND, explicitava-se a intenção de seguir crescendo, contando também com a dinâmica do setor exportador, que a partir de minidesvalorização da moeda nacional, incentivos fiscais e amplo financiamento aumentou as suas vendas externas. Essa expansão contou com um cenário internacional favorável, visto que os termos de trocas aumentaram positivamente em 15%, entre 1969 e 1973. As vendas de produtos primários de natureza agrícola (soja, açúcar, carnes, algodão) e mineral (minério de ferro) se expandiram, assim como as vendas de produtos manufaturados como calçados e produtos têxteis.<sup>30</sup>

---

<sup>29</sup> Conforme sugerido por Gremaud e Pires (1999, p. 49), “durante o governo Médici, foram utilizados vários instrumentos para favorecer o processo de acumulação do setor privado. Por um lado, temos a consolidação dos financiamentos fornecidos com algum favorecimento pelos principais bancos oficiais (Banco Central, Banco do Brasil, BNDE, BNH, Caixa Econômica Federal, BNC [Banco Nacional do Comércio], BNB [Banco do Nordeste do Brasil] e Basa [Banco da Amazônia S.A.]) e, por outro, o aperfeiçoamento do sistema de incentivos fiscais, já em curso”.

<sup>30</sup> Isso já indicava uma diversificação da pauta de exportação, já que o café reduzia sua importância. De acordo com Gremaud e Pires (1999, p. 58), “essa maior diversificação da pauta de exportações encontra-se relacionada, de um lado, às modificações no comércio internacional, as quais permitiram maior espaço às exportações de manufaturados ‘leves’ dos países em desenvolvimento e, de outro, ao incremento da política governamental direcionada para favorecer o esforço exportador mediante a institucionalização da prática de minidesvalorização, desburocratização administrativa e maior disponibilidade de subsídios e incentivos fiscais aos exportadores”.

Neste contexto, entre os anos de 1968 e 1973, a economia brasileira cresceu ao ritmo de 11% ao ano,<sup>31</sup> gerando o que ficou consagrado na academia como o “Milagre Econômico”.<sup>32</sup> O documento “Metas e Base”, em conjunto com o I PND, expressou o núcleo da modernização conservadora do latifúndio e a expansão da fronteira agrícola, lastreado por fartos recursos captados no exterior, ampliando o endividamento externo do Estado brasileiro. Ainda que as metas nesses planos de crescimento para a agricultura não tivessem sido atingidas, a agricultura havia crescido 4,1%, em média, entre 1970 e 1974, sendo seu crescimento de 4,9% entre 1970 e 1973 (Gremaud e Pires, 1999).

Para o objetivo da integração das regiões Amazônica e Nordeste, buscado tanto pelo plano Metas e Base quanto pelo I PND, foram implantados o Programa de Integração Nacional (PIN) e

---

<sup>31</sup> Durante o I PND (1970-1974), o crescimento do PIB foi de 11,7% com destaque para o setor industrial com aumento de 12,7% ao ano. Note que, em 1973, o crescimento do PIB chegou a 14%, caindo para 9% em 1974. O mesmo ocorreu com a renda *per capita*, que cresceu 60%. No entanto, essa renda ficou concentrada em favor daqueles setores da sociedade que viviam de rendimentos de juros, lucros e aluguéis, já que os trabalhadores, impedidos de fazer greves e pressionar por melhores salários, viram o salário-mínimo naquele período reduzir e/ou estagnar, apesar desse crescimento econômico e do aumento da produtividade do trabalho (Gremaud e Pires, 1999).

<sup>32</sup> Conforme indicado por Gremaud e Pires (1999, p. 50-51), esse crescimento teve, por um lado, “a demanda interna, o que explica o fato de a indústria de bens de consumo duráveis ser, ao lado da construção e da indústria de bens de capital, as maiores responsáveis pelo crescimento econômico ao longo do Milagre. Segundo Lago (1989), o setor de bens de consumo duráveis cresceu, no período de 1968-1973, a uma taxa média superior a 23%, o setor de bens de capital a uma taxa próxima de 18% e o da construção, 15%. Isto é explicado especialmente pela recuperação da capacidade de financiamento da economia: o setor de bens de consumo durável valendo-se do crédito ao consumidor e a construção, do sistema BNH e dos investimentos públicos. [...] Por outro lado, também é impossível desvincular o crescimento econômico acelerado do Brasil, que marcou os anos finais da década de 1960 e início dos anos 1970, do *boom* sincronizado característico das principais economias do mundo capitalista. A economia brasileira conseguiu engajar-se dinamicamente no movimento expansivo mundial impulsionado, em última instância, pelos déficits em conta corrente do balanço de pagamento dos Estados Unidos”.

o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulos à Agroindústria do Norte e do Nordeste (Proterra). O PIN buscava apoiar a infraestrutura de transportes (leia-se, a construção da Transamazônica e a Rodovia Cuiabá-Santarém) e a infraestrutura de irrigação, sobretudo nos vales úmidos do São Francisco. Previa também o levantamento geográfico da Região Amazônica (projeto Radam) e a execução do programa de colonização. Já o Proterra buscava a expansão da agroindustrialização do Nordeste e o apoio às empresas agrícolas (Gremaud e Pires, 1999).<sup>33</sup>

Para levar adiante a modernização da base técnica da agricultura, o ministro Delfim Netto disponibilizou imensos recursos fortemente subsidiados por meio do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). Criado em 1965, mas iniciando suas operações em 1967, o SNCR subsidiaria, nos 16 anos seguintes, a grande fazenda para que ela incorporasse em seus processos produtivos o pacote tecnológico da Revolução Verde, estruturado no tripé química (adubos sintéticos e agrotóxicos), genética (sementes híbridas) e mecânica (mecanização pesada).

Amparando esse processo de modernização técnica do latifúndio, foi constituída, em 1973, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e, em 1975, a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater). Os militares criaram, ainda, sob a gestão de Geisel, o Programa Nacional de Fertilizantes e Calcário Agrícola (1974) e o Programa Nacional de Defensivos Agrícolas (1975), estimulando a organização empresarial desses setores industriais. Mais adiante, esse processo de modernização será detalhadamente explicado, bem como suas consequências.

Amparada pelos programas PIN e Proterra, a expansão das fronteiras agrícolas foi efetivada por dois caminhos distintos. O

---

<sup>33</sup> O Proterra previa também apoio ao agricultor com pouca terra ou sem-terra. No entanto, o PIN e o Proterra eram programas a serviço da modernização conservadora da agricultura, fortalecendo as grandes empresas industriais e agrícolas.

primeiro foi via a instalação de Projetos Agropecuários por meio de incentivos fiscais. Delfim Netto sabia que o governo federal não teria recursos para mais essa frente de atuação, visto o enorme volume de dinheiro disponibilizado no crédito rural. A forma de expansão da fronteira agrícola foi a atração dos capitais urbanos (industriais, bancários e/ou comerciais) para aquisição de terras. Essa atração se efetivou pela isenção fiscal, sobretudo isenção do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Assim, ocorreu uma fusão de capitais urbanos com a terra. Na década de 1970, Volkswagen, Bradesco, Camargo Corrêa, entre outros agentes econômicos, tornaram-se latifundiários, a partir da compra de grandes extensões de terras via os projetos agropecuários. Com a dedução de impostos, estas fazendas saíam praticamente de graça para essas empresas/bancos. No entanto, esses títulos de terra passaram a ser utilizados pelas empresas como garantias bancárias para alavancar empréstimos, sobretudo no BNDES, não para os projetos agropecuários, mas para investimento em seu ramo original de atividade econômica. Assim, a terra, a partir da década de 1970, se tornou um ativo financeiro e o conjunto de políticas dos governos militares reorganizou o mercado de terras no Brasil, tornando-se um espaço de aplicação dos capitais (Delgado, 1985; Oliveira, 2003).

O outro caminho utilizado pelos militares para expandir as fronteiras agrícolas foram os Projetos de Colonização. O carro chefe inicial desse processo foi a abertura da Transamazônica (BR-230), com a instalação de núcleos populacionais às margens da rodovia, formando, por exemplo, cidades como Marabá e Altamira, ambas no estado do Pará. Ao longo dessa rodovia, foram inúmeros os projetos de colonização dirigidos pelo novo órgão criado em julho de 1970 pelo governo Médici, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá). Até mesmo na designação do novo órgão a colonização transformou-se em prioridade frente à reforma agrária.

Ao longo da década de 1970, diversos projetos públicos de colonização foram organizados, formando cidades no Mato Grosso, como por exemplo Guarantã do Norte, Lucas do Rio Verde e, em Rondônia, como Ariquemes, Ouro Preto do Oeste, Cacoal e Pimenta Bueno. Também foram incentivados projetos privados de colonização por empresas colonizadoras e cooperativas, formando cidades no Mato Grosso como Sinop, Sorriso, Canarana, Alta Floresta, Colíder, Água Boa, Nova Mutum, entre outras (Oliveira, 1987). Esse processo de expansão da fronteira agrícola será elucidado mais adiante.

Centenas de camponeses foram transferidos do Sul, do Sudeste e do Nordeste brasileiro para esses projetos de colonização. Naquele momento, era o capital que, amparado pela política de colonização do governo civil-militar, recriava o campesinato, subordinando-o por meio de mecanismos comerciais e bancários e buscando captar a renda da terra por eles gerada.

Para contornar os conflitos no campo, os militares seguiram com o processo repressivo e com grande propaganda sobre a “maior reforma agrária do mundo”, expressa nos processos de colonização. Buscando ajustar a ação dos sindicatos dos trabalhadores rurais (STR) para uma política clientelista, num contexto de desmobilização, foram organizadas legislações que instrumentalizaram os STRs para a ação assistencial. Em dezembro de 1970, foi promulgada a Lei de Valorização da Ação Sindical, criando as condições para que os STRs tivessem assistência médica e odontológica. Esse mesmo decreto também possibilitou o financiamento para se construir ou reformar as sedes dos sindicatos ou mesmo constituírem colônias de férias, escolas, entre outras ações (Medeiros, 1989).

Mas a principal legislação dos militares para as populações que viviam e trabalhavam no campo foi a constituição do Programa de Assistência do Trabalhador Rural (Funrural), posto em prática a partir de 1971 e que abrangia aposentadoria, pensão, auxílio

funeral, serviço social e de saúde. Isso impulsionou a constituição de novos sindicatos num período de desmobilização, com forte viés assistencialista. Nesse ambiente, em maio de 1973, ocorreu o II Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, convocado pela Contag, no qual se estabeleceu como prioridade a formação dos dirigentes sindicais (Medeiros, 1989).

### A CRISE DO PETRÓLEO NA DÉCADA DE 1970 E O II PND

A crise do petróleo, iniciada em 1973,<sup>34</sup> acelerou a inflação na economia brasileira e colocou o capitalismo internacional em recessão. Esse ambiente de crise econômica e falta de liberdade política influenciou o processo eleitoral do ano de 1974. O partido da oposição, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), obteve 59% dos votos para Senado e 49% dos votos para os deputados federais, elegendo também os prefeitos das principais cidades brasileiras. Essa eleição foi compreendida como uma derrota política do regime.

---

<sup>34</sup> A década de 1970, desde o seu início é marcada por grande instabilidade do capitalismo, já indicando sua crise estrutural. De acordo com Gremaud e Pires (1999, p. 70), “desde 1971, com o fim da conversibilidade do dólar, o mercado financeiro/monetário internacional encontrava-se fora de prumo; em 1973, o regime internacional de taxas fixas de câmbio foi definitivamente abandonado, havendo significativas desvalorizações cambiais ao redor do mundo, de modo que a instabilidade passou a ser uma marca destes mercados – instabilidade essa que se refletiu em vários outros preços internacionais, especialmente de matéria-prima. O ‘choque do petróleo’ é em parte explicado por essa instabilidade, em conjunto com uma tomada de posição de força dos países do Oriente Médio, por meio da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep). O fato é que os preços da maior fonte de energia do mundo ocidental, inclusive no Brasil, quadruplicaram. [...] A contrapartida desta instabilidade e do choque de preço foi a inflação [...]. Os efeitos no Brasil eram a diminuição do ímpeto exportador e o aumento das dificuldades da balança de pagamento. Se esse já se apresentava em franco processo de deterioração, a mudança nos termos de troca faria com que tal deterioração agravasse e aparecesse imediatamente. O lado positivo deste cenário é o aumento da liquidez internacional, que já se delineava no final da década de 1960 no euromercado e que se aprofunda em função dos ‘petrodólares’ e da retração dos investimentos nos países centrais”.

Em setembro de 1974, foi anunciado o II Plano Nacional de Desenvolvimento (1974-1979), que se tornou lei em dezembro daquele ano. Agora sob o governo Ernesto Geisel,<sup>35</sup> os militares reconheciam que os planos anteriores ampliaram o desequilíbrio inter e intrassetoriais,<sup>36</sup> associado a uma estrutura produtiva incompleta, tendo como problema grave a vulnerabilidade externa. Também tornaram públicas as críticas à “teoria do bolo” e à disparidade na distribuição de renda, indicando, pelo menos do ponto de vista discursivo, a necessidade de reduzir as desigualdades. Para tanto, o mecanismo seria a continuidade do crescimento econômico, mas num contexto de vulnerabilidade externa e capacidade industrial instalada em plena atividade, passou a se admitir o mercado de

---

<sup>35</sup> Ernesto Geisel, com papel destacado no processo de destituição de João Goulart, assumiu a chefia do gabinete militar de Castelo Branco, sendo promovido, em 1966, a general. Em 1967, tornou-se ministro do Supremo Tribunal Militar e, entre 1969 e 1973, foi presidente da Petrobras. Conforme sugerido por Gremaud e Pires (1999, p. 68-69), Geisel, “escolhido no seio militar em meados de 1973, depois de oficialmente eleito em janeiro, assumiu o governo brasileiro em março de 1974. Na sua equipe econômica, manteve João Paulo Reis Velloso no Ministério do Planejamento e chamou Mário Henrique Simonsen para o Ministério da Fazenda. [...] Politicamente, Geisel não fora o sucessor preferido dentro das hostes militares da chamada linha dura, que governara o país desde Costa e Silva. Sua eleição significou uma nova mudança de grupo político, reassumindo o poder os ‘castelistas’, o ‘grupo da Sorbonne’. Essa mudança apontava para uma perspectiva de redemocratização do país, em um período menos longínquo, por meio da abertura que seria ‘lenta, gradual e segura’”. No entanto, no governo Geisel, seguiu a repressão e as práticas de torturas aos opositores do regime. Em 1975, é assassinato Vladimir Herzog, nas dependências do DOI-Codi de São Paulo, órgão subordinado à Segunda Divisão do Exército, vinculado ao Comando Militar do Sudeste.

<sup>36</sup> Esse desequilíbrio intersetorial se expressava em crescimento menor da agricultura frente à expansão verificada na indústria. Quanto ao desequilíbrio intrassetorial, indicava que mesmo dentro do setor industrial havia discrepâncias no seu desenvolvimento, no qual o setor da indústria básica e de bens de capital expandia em ritmo menor do que o setor de bens de consumo duráveis. “Entre 1967 e 1973, enquanto os bens de capital e bens intermediários aumentaram sua produção em 18,1% e 13,5% ao ano em média, respectivamente, a oferta de bens de consumo duráveis expandiu-se a 23,6% ao ano” (Gremaud e Pires, 1999, p. 69).

consumo de massa como importante elemento de crescimento econômico. Por isso, o II PND trouxe implicitamente uma estratégia de retomada da substituição de importações como fator principal deste novo ciclo de crescimento (Gremaud e Pires, 1999).<sup>37</sup>

Com isso, as estatais continuaram tendo papel fundamental durante o II PND, cabendo a elas gerarem demandas para o setor privado e investir em áreas nas quais este não tinha interesse de atuar. Ao Estado, caberia investir na infraestrutura econômica como transporte, energia e comunicação. Ao capital internacional, coube investir na modernização tecnológica, ampliando os ganhos pelo aumento da produtividade. Quanto ao capital privado nacional, caberia atuar nas áreas produtivas como a indústria (construção civil, indústria de transformação) e a agropecuária, e nos serviços, como o comércio e o setor bancário (Gremaud e Pires, 1999).

No entanto, o II PND, ao priorizar os setores de insumos básicos e de bens de capital como os setores dinâmicos desse processo, afetaram os interesses corporativos da indústria de bens de consumo duráveis, bastante estimulado no plano anterior, em que o capital internacional tinha forte presença, já que boa parte dos incentivos foram destinados àqueles setores considerados, à época, mais dinâmicos.<sup>38</sup>

---

<sup>37</sup> De acordo com Gremaud e Pires (1999, p. 73), “a substituição de importações se mostra uma estratégia importante dadas as dificuldades nas exportações e a necessidade de controle das importações em função das complicações no balanço de pagamento”. Uma substituição de importações voltada para “bens de capital e de insumos básicos, com forte influência da formação bruta de capital na demanda agregada, especialmente dos investimentos públicos realizados pelas estatais” (Gremaud e Pires, 1999, p. 74).

<sup>38</sup> De acordo com Gremaud e Pires (1999, p. 89), o presidente Geisel “sacrificava o apoio de interesses já fortemente cristalizados: o capital estrangeiro, que não se mostrava disposto a entrar na nova aposta, e o capital nacional, que tinha interesses que se vinculavam ao setor de bens duráveis. Dessa forma, para consolidação do plano, o ‘Estado-empresário’ centrou-se sobre si mesmo e elegeu as empresas estatais como agentes das mudanças”. A mudança de prioridade do governo ficou explícita na

Tal opção econômica gerou um isolamento político do governo Geisel. Para superá-lo, se lançou mão da distribuição dos investimentos em diversas regiões do país,<sup>39</sup> destacando-se os polos petroquímicos de Camaçari (BA) e Triunfo (RS), a exploração de minério de ferro em Carajás (PA), a prospecção petrolífera no litoral nordestino, a exploração de fertilizantes potássicos em Sergipe e de fosfatado em Minas Gerais, a instalação de indústria de soda de cloro em Alagoas e a instalação de uma siderúrgica em Itaquí (MA). Investimentos como a construção de Itaipu, no Paraná, da Nuclebras, no Rio de Janeiro, e o ProÁlcool, fortalecendo o setor sucroalcooleiro de São Paulo e Alagoas, estavam inseridos nesse jogo político. Com esses investimentos regionalizados, completou-se a

---

medida em que os recursos do PIS saíram da Caixa Econômica Federal e passaram para a gestão do BNDES. Isto acarretou a restrição de crédito ao consumidor, afetando negativamente os financiamentos dos bens de consumos duráveis, além de indicar que tais recursos no BNDES seriam deslocados aos setores industriais prioritários. O governo federal também tratou de investir nas indústrias de bens de capital, criando para isso três empresas visando investimento direto de recursos como acionista minoritário. Foram criadas a Investimentos Brasileiros S.A. (Ibrasa), Mecânica Brasileira S.A. (Embramec) e Insumos Básicos S.A. – Financiamento e Participações (Fibasa), e houve restrições nas importações de máquinas e equipamentos com similar nacional.

<sup>39</sup> O objetivo dessa estratégia era “trazer as forças políticas tradicionais das regiões, as oligarquias arcaicas, acostumadas a vender apoio político em troca de fundos, para participarem do plano. Além dessas oligarquias, o governo buscou consolidar a aliança com parcela do capital nacional representado pelas empreiteiras e no capital financeiro nacional. [...] Dessa forma, o governo conseguia costurar uma base de apoio independente do capital industrial consolidado no setor de bens de consumo duráveis representados em São Paulo” (Gremaud e Pires, 1999, p. 90). Essa aliança política também se refletiu em mudanças institucionais. Em 13 de abril de 1977, um conjunto de leis foi outorgado pelo presidente Geisel (uma emenda constitucional e seis decretos-leis), modificando a representatividade do Congresso Nacional, ampliando a participação dos estados menores do Norte e Nordeste e criando a figura do senador biônico – estratégia necessária para os militares ganharem a maioria no Senado em vistas das eleições de 1978. Tal proposta ficou conhecida como “Pacote de abril”. Para legitimar a aprovação dessas leis pelo Executivo, o Congresso Nacional foi temporariamente fechado.

política de “integração nacional” que, em conjunto com as regiões polos, associava-se à política de colonização na fronteira agrícola.

Mas, para a agricultura, também foram criadas as regiões polos, como, por exemplo, o Polo Nordeste, onde foram estimulados os perímetros irrigados, organizando empresas agrícolas de frutas tropicais para exportação dirigidas por empresários do centro sul do país (sobretudo paulistas).<sup>40</sup> Nesse mesmo período, existiu o Polo Amazônia, com amplos projetos minerais, agropecuários e energéticos de forte impacto na Amazônia Legal.<sup>41</sup> Os militares também lançaram o Polo Noroeste, que, por meio da Rodovia BR 364, ampliou e consolidou a colonização do estado de Rondônia.<sup>42</sup>

---

<sup>40</sup> “O Polonordeste (Programa de Desenvolvimento Integrado do Nordeste do Brasil), constituído em 1975, contém uma proposta de aproveitamento integrado dos vales úmidos, serras e zonas específicas de microclima, encravados no semiárido nordestino ou vizinhos a esse espaço.” (Delgado, 1985, p. 108). Do ponto de vista do discurso político, com esse programa, “a partir da definição de um público-meta de pequenos produtores e concentração espacial de serviços (eletrificação, armazenagem, irrigação, estradas vicinais, crédito e assistência técnica), orientados pelos PRI (Projetos de Desenvolvimento Rural Integrado), esperava-se reverter simultaneamente as condições de baixa produtividade agrícola e pobreza social dos agricultores” (Delgado, 1985, p. 109). Não foi bem o que se viu quando de sua operacionalização.

<sup>41</sup> “O Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazonia), compreende, basicamente, a exploração agropecuária, agromineral e agroindustrial dos recursos da Região Amazônica, contando com linhas especiais de incentivos fiscais dedutíveis do imposto de renda para aplicação em projetos privados de exploração econômica. Pela própria concepção e pelo vulto dos capitais requeridos ou induzidos a se apropriar e a transformar os recursos naturais, a lógica privada quase sempre prevalece e se antepõe às ações diretivas de planejamento previstas na concepção de desenvolvimento rural integrado” (Delgado, 1985, p. 109). Ainda segundo Delgado (1985, p. 110), “outro exemplo bastante peculiar de projeto que segue a concepção do Polamazonia, porém que é administrativamente independente dele, é o Projeto Grande Carajás, situado no sul do Pará, na província agromineral do mesmo nome.”

<sup>42</sup> De acordo com o indicado por Delgado (1985, p. 110), “o Programa de Desenvolvimento Integrado do Noroeste do Brasil (Polonoroste), abarcando especialmente regiões novas do Mato Grosso e de Rondônia de concepção e execução mais recentes, contém ações de ‘desenvolvimento rural’ ao estilo do Polamazonia, porém apresenta,

Foi desenvolvido, ainda, o Polocentro, ocupando, em meados da década de 1970, o Cerrado brasileiro.<sup>43</sup>

Com o Polocentro, foram formadas as duas primeiras *holdings* que compuseram a empresa Companhia de Promoção Agrícola (Campo),<sup>44</sup> produto do acordo estabelecido entre o governo brasileiro e o governo japonês, conhecido por Programa Nipo-Brasileiro de Cooperação para o Desenvolvimento do Cerrado (Prodec). Essa formatação do negócio agrícola já indicava o início da financeirização da agricultura brasileira. O objetivo do Prodec era a ocupação de 60 milhões de ha do Cerrado brasileiro com a introdução da soja.

A estratégia para o setor industrial, durante o II PND, teve como prioridade, o desenvolvimento da indústria de bens de capital,<sup>45</sup> a eletrônica (prevendo a eletrônica digital e computadores) e os

---

por outro lado, projetos públicos de regularização agrária e assentamento de colonos provenientes de outras regiões”.

<sup>43</sup> “O Programa de Desenvolvimento do Cerrado (Polocentro) abarca principalmente as regiões centrais de Minas Gerais e Goiás e contém uma estratégia de aproveitamento econômico, superando a limitação dos seus solos mediante intensa mecanização de suas áreas planas e alta densidade de aplicação de corretivos (correção do PH) e fertilizantes fosfatados. O Programa demarca-se basicamente pela atribuição de linhas especiais de crédito para a grande empresa rural e pela concentração de esforços de pesquisa e assistência técnica no desenvolvimento de variedades de cultivo ecologicamente apropriadas à região” (Delgado, 1985, p. 109).

<sup>44</sup> A empresa Campo teve como proprietária de 49% de seus capitais a *holding* Japan Brazil Agricultural Development Corporations (Jadeco), que foi formada pelos capitais do Bank of Japan, Mitsubishi, Mitsui, Toshiba e a Agência de Cooperação Internacional do Japão (Jica). Os outros 51% dos capitais foram formados pela *holding* Companhia Brasileira de Participação Agrícola (Brasagro), tendo como acionistas o Banco do Brasil, o Bamerindus, o Banco Econômico, Banco Nacional, Manah, Cica Norte, Eucatex, Brahma, Florestas Acesita e Vale do Rio Doce.

<sup>45</sup> De acordo com Gremaud e Pires (1999, p. 96), “a produção nacional de bens de capital evoluiu a uma taxa média de 23,1%. Tais políticas permitiram que o coeficiente de importação do setor de bens de capital como um todo declinasse de um pico de 32,7%, em 1972, para 21,2%, em 1979, a despeito do expressivo volume de investimentos realizados no período”.

insumos básicos.<sup>46</sup> Para a agricultura, ganhava importância o estímulo à produção de fertilizantes,<sup>47</sup> agrotóxicos e papel e celulose. Previa também o estímulo à agroindustrialização dos alimentos. Diretamente relacionado com o setor agrícola, foi mantida a ênfase na expansão da fronteira agrícola e na modernização da base técnica da agricultura com fortes recursos subsidiados por meio do crédito rural.<sup>48</sup> No setor energético, colocou-se como estratégia, entre outras metas, a produção de álcool carburante. Com recursos subsidiados, por meio do ProÁlcool, os militares recompuseram o setor sucroalcooleiro no Nordeste brasileiro e fortaleceram esse setor no estado de São Paulo. Os canaviais se expandiram e, com eles, o trabalho assalariado.

---

<sup>46</sup> A busca de autossuficiência dos insumos básicos incluía os produtos siderúrgicos, metais não ferrosos, minérios não metálicos (cimento, enxofre etc.) e produtos petroquímicos. Neste sentido, foram ampliados os investimentos em exploração de petróleo por parte da Petrobras, “ampliando sua participação de 27% em 1974 para 70% em 1980. Isso ocorre em detrimento dos investimentos em refino e transporte. Assim, apenas a partir de 1979 é que começam a aparecer os resultados mais significativos: de um aumento médio anual de 1,3% ao ano entre 1974-1979, a produção de petróleo expande-se a 17,4% ao ano entre 1979 e 1986, quando se expande com maior consistência a exploração comercial em águas profundas” (Gremaud e Pires, 1999, p. 94).

<sup>47</sup> “Quanto ao setor de fertilizantes, a produção efetiva de 1,5 milhão de tonelada em 1979, superando a meta de 1,2 milhão de tonelada, esconde os desempenhos relativos diferenciados entre o setor de fertilizantes fosfatados – cujo sucesso evidenciou-se pela diminuição expressiva do coeficiente de importações de 57,7%, em 1974, para 8,6%, em 1982 –, o setor de fertilizantes nitrogenados, com sucesso relativo dada a necessidade ainda em 1982 de importar 38,4% da demanda total, e o fracasso na substituição de importações de fertilizantes potássicos” (Gremaud e Pires, 1999, p. 94).

<sup>48</sup> Em sua estratégia setorial, o II PND para a agropecuária previa, entre outras ações, “b) esforço de modernizar e de dotar de bases empresariais o setor agropecuário, principalmente no Centro-Sul (insumos modernos, preços mínimos, agroindústria, cooperativismo, Embrapa, Embrater; c) execução da reforma agrária; d) estratégia de ocupação de novas áreas (Centro-Oeste, Amazônia, vales úmidos do Nordeste); e) continuação da política de implementação de novas estruturas de abastecimento; [...] g) formação de estoques reguladores; h) concentração setorial de incentivos (polos regionais, produção intensiva)” (Gremaud e Pires, 1999, p. 80).

A base financeira do II PND era composta sobretudo por investimentos públicos operados pelo governo federal que, entre 1974 e 1978, corresponderam a 13% do PIB. Outro instrumento importante foi o BNDES, que forneceu financiamentos subsidiados ao setor privado, como o Finame, que apoiou o setor da indústria de bens de capital, além das novas subsidiárias deste agente financeiro (Ibrasa, Embramec, Fibase), que participaram como acionistas nos novos empreendimentos industriais. Quanto às empresas estatais, ao serem vetadas de captar recursos no BNDES, passaram a captá-los no mercado externo, viabilizando seus investimentos (Gremaud e Pires, 1999).

Com relação ao mercado externo, seguiram os incentivos para a exportação, além da prática de minidesvalorização do câmbio,<sup>49</sup> favorecendo os produtos agrícolas voltados para o setor externo, em

---

<sup>49</sup> Conforme esclarecido por Gremaud e Pires (1999, p. 88), essa prática de minidesvalorização se explica, pois “durante o ‘milagre’, houve o crescimento do endividamento externo feito basicamente pelo setor privado, de modo que uma desvalorização cambial afetaria fortemente todos aqueles que se endividaram durante esse período, o que significava uma parte importante dos principais grupos econômicos privados do país”. Será justamente esse endividamento externo promovido durante os dois planos (I e II PND) os geradores da crise econômica do governo militar. Isto se deveu às alterações das taxas de juros dos Estados Unidos (e sua recessão), pois esse endividamento se fez em boa medida com juros flutuantes. Acrescente-se a essa crise a queda acentuada nos termos de troca e o segundo choque do petróleo (1979). Esses fatores geraram uma crise na balança de pagamentos, visto a imensa exportação de recursos (capitais) para fazer frente a esse endividamento externo. Os mesmos autores interpretam que “o grande problema que se colocou para a economia brasileira, durante os anos posteriores, foi que a responsabilidade final pelo enorme volume de transferência de recursos ao exterior cabia ao setor público, estabelecendo-se um imbricamento perverso entre a dívida externa e a dívida interna. O processo de estatização da dívida externa, ocorrido entre os finais da década de 1970 e início dos 1980, tem aí grande responsabilidade. Por meio da Resolução 432 do Banco Central, os tomadores de empréstimos em moeda estrangeira podiam saldar tais empréstimos em moeda doméstica antes do vencimento, ficando o BC com o risco cambial daí em diante. Assim, o setor privado que detinha aproximadamente 80% da dívida externa total em 1974 passa a deter menos da metade cinco anos depois.” (Gremaud e Pires, 1999, p. 97).

detrimento da produção dos produtos tradicionais para o mercado interno. Quanto à importação, estabeleceu-se uma prática substituidora de importações (Gremaud e Pires, 1999).

Em resumo, o II PND buscou dar continuidade à estruturação, no país, de grandes empresas, seja pelo estímulo às fusões e incorporações, seja criando o conglomerado financeiro industrial.

## O CAPITALISMO MONOPOLISTA DE ESTADO NO BRASIL

Antes de entrarmos no detalhamento da modernização conservadora da agricultura, cabe frisar que esse conjunto de políticas econômicas expressas nos planos de desenvolvimento de JK aos governos militares produziram um novo estágio no desenvolvimento capitalista brasileiro, caracterizado por diversos intelectuais como um capitalismo monopolista de Estado.

A industrialização experimentada pelo Brasil no pós-guerra redefine, para Florestan Fernandes, a dominação imperialista sobre o país. A partir de nossa economia, as grandes corporações internacionais ampliaram o controle da base material do nosso sistema econômico, aumentando sua capacidade de influir e manipular as decisões internas. De acordo com Florestan, nem as empresas estatais nem as poucas grandes empresas privadas brasileiras poderiam decidir por conta própria a transição para uma economia capitalista monopolista. Em contrapartida, no Brasil, consolidava-se nesse período uma alta burguesia, numerosa e capaz de ocupar os quadros de comando, e suficientemente forte para não ser suprimida pela associação dependente ao capital internacional. Ao mesmo tempo, a pequena burguesia se tornou volumosa e agressiva em termos de competição por riqueza, prestígio e poder, sobretudo nas capitais e nas grandes cidades (Fernandes, 1975).

No entanto, a dupla articulação (a manutenção do desenvolvimento desigual interno como fonte de acumulação primitiva e a articulação da economia primário-exportadora com as economias

centrais) tornou demasiado impotentes os agentes econômicos da nossa economia dependente para enfrentar esse contexto de dependência externa. Estes agentes se beneficiavam dos impulsos das revoluções econômico-tecnológicas sem romper com o capitalismo dependente. E os novos saltos que essa economia requeria estavam atrelados às forças externas, vindos do dinamismo das economias capitalistas centrais. Conforme indicado por Fernandes (1975, p. 250), “assim mantida a dupla articulação, a alta burguesia, a burguesia e a pequena burguesia ‘fazem história’. Mas fazem uma história de circuito fechado ou, em outras palavras, a história começa e termina no capitalismo competitivo dependente”.

Como sugerido por Fernandes (1975), para se atingir o capitalismo monopolista, uma economia requeria concentração demográfica (não só nas principais cidades) e a elevação da renda *per capita*, conforme uma parte da população estivesse inserida no mercado de trabalho e se ampliassem os extratos médios e altos da classe dominante. Com isso, a ampliação da densidade econômica do mercado interno e sua integração nacional se efetivava. Também requeria capital incorporado no mercado financeiro, ampliando o crédito para o consumo e para a produção, uma modernização tecnológica da base produtiva do país e, sobretudo, uma estabilidade política e o controle efetivo do poder do Estado pela burguesia interna.

Estas condições estavam postas no Brasil no final da década de 1950, emergindo no país um capitalismo monopolista.<sup>50</sup> Assim, a

---

<sup>50</sup> Outro intelectual que analisou a formação do capitalismo monopolista de Estado (CME) foi Carlos Nelson Coutinho. Para ele, o CME “trata-se de um processo determinado objetivamente pelo grau de amadurecimento e pelas contradições específicas do desenvolvimento capitalista no Brasil. [...] O CME não é uma política econômica determinada ou implementada por esse ou aquele setor da burguesia monopolista; é, essencialmente, uma etapa necessária na evolução do modo de produção capitalista” (Coutinho, 1984, p. 174). O autor revelou ainda que, “no Brasil, essa integração entre Estado e monopólio se processa sobretudo depois do golpe de 1964, mas é algo que já se esboça como linha programática a partir da aplicação do plano de metas

economia brasileira foi incorporada ao crescimento do capitalismo monopolista internacional, passando a ser um dos seus polos dinâmicos na periferia. Mas, para seguir seu amadurecimento, o capitalismo monopolista no Brasil reclamava investimentos econômicos com alto volume de capitais e tempos maiores de maturação, exigindo uma maior estabilidade política do país (colocadas pelas grandes corporações e pelos governos das nações hegemônicas, sobretudo o governo dos EUA). Para Florestan, o lema “desenvolvimento com segurança” colocava em segundo plano os requisitos igualitários e democráticos.<sup>51</sup> Para esse autor, havia uma decisão externa de converter o Brasil em uma economia monopolista dependente, alocando recursos e implantando no país esquemas organizativos e de crescimento econômico intrínsecos às grandes corporações.<sup>52</sup> Como contrapartida, havia também a decisão interna de levar a cabo a referida transformação capitalista.

Com o golpe civil-militar, as políticas econômicas que se seguiram, conforme descrito anteriormente, unificaram a ação gover-

---

do governo Kubitschek. [...] O golpe de 1964 teve como meta quebrar a resistência política a esse processo de integração, resistências manifestadas ao longo de todo o período pré-1964 pelas correntes nacionalistas e populares que tinham o objetivo de colocar o setor econômico estatal a serviço de uma política antimonopolista e, mais precisamente anti-imperialista. [...]” (Coutinho, 1984, p. 173). Para Coutinho, o CME se expressa pela alocação de “instrumentos de intervenção econômica do Estado a serviço da concentração de capital, criando assim a articulação entre Estado e monopólio privado [...]” (Coutinho, 1984, p. 173). Para Coutinho, a repressão ao movimento operário foi a “condição política para a superexploração da força de trabalho e para o conseqüente incremento da taxa de lucro pelo processo mais ‘simples’ e direto, o do aumento da mais-valia absoluta” (1984, p. 173).

<sup>51</sup> “Na periferia, essa transição torna-se muito mais selvagem do que nas nações hegemônicas e centrais, impedindo qualquer conciliação concreta, aparentemente a curto e a longo prazo, entre democracia, capitalismo e autodeterminação” (Fernandes, 1917, p. 254).

<sup>52</sup> Para Florestan, a diferença desta fase monopolista para a fase anterior (competitiva) refere-se ao fato de que, agora, a incorporação da economia brasileira não se daria mais “a uma economia capitalista central, mas ao império econômico das grandes corporações envolvidas” (Fernandes, 1975, p. 252).

namental com a vontade empresarial. Para Florestan, a burguesia brasileira, “ao lograr o controle completo da máquina estatal, [foi colocada] a serviço da revolução econômica requerida pela captação da poupança externa e pela internacionalização da economia brasileira, sob o capitalismo monopolista” (Fernandes, 1975, p. 261).

Ainda segundo o autor, o significado histórico-sociológico dessa transição é evidente. A burguesia brasileira não conseguiu levar a cabo a revolução industrial nas condições com que se defrontava (com dificuldades inerentes não só a uma economia dependente e subdesenvolvida, mas às pressões desencadeadas, de dentro e de fora, pelas grandes corporações e por economias centrais que operavam em outra escala – a do capitalismo monopolista e da forma correspondente de dominação imperialista). Assim, a burguesia brasileira perdeu a sua “oportunidade histórica”, porque, em última instância, estava fora de seu alcance neutralizar os ritmos desiguais de desenvolvimento capitalista: a periferia, como um todo, atrasou-se em relação às economias centrais, que a engolfaram em sua própria transformação. É claro que existiam alternativas para organizar a política econômica, tomando-se outra direção (dentro do capitalismo e fora dele). Contudo, a política econômica dessa natureza nunca foi seriamente considerada pela burguesia brasileira e, de modo débil e tosco, sofreu forte oposição por parte da “iniciativa privada”, nacional e estrangeira. O setor estatal, apesar da sua enorme importância relativa na estrutura e nos dinamismos da economia, não serviu de contrapeso às pressões privatistas internas e externas, de orientação ultraconservadora e “puramente racional” (isto é, extranacionalista). Ele próprio iria absorver, nos âmbitos organizatório, tecnológico e político, o “modelo” da grande corporação capitalista, convertendo-se, com grande rapidez e flexibilidade, na espinha dorsal da adaptação do espaço econômico e político interno aos requisitos estruturais e dinâmicos do capitalismo monopolista. Neste sentido, se é possível

se falar nisso, ele é representativo de um “capitalismo de Estado” medularmente identificado com o fortalecimento da iniciativa privada e que pretende servir de elo ao florescimento das grandes corporações privadas (independentemente das origens de seus capitais e de seu impacto sobre a recomposição da dominação burguesa) e do capitalismo monopolista no Brasil (independentemente das eventuais “crises de soberania” decorrentes) (Fernandes, 1975, p. 260-261).

Florestan também esclarece que aqueles setores que se mantiveram na esfera de uma economia capitalista competitiva, nessa transição para o capitalismo monopolista, operaram

como fonte de acumulação originária do capital. Delas são extraídas, portanto, parte do excedente econômico que financia a modernização econômica, tecnológica, institucional requerida pela irrupção do capitalismo monopolista e outros recursos materiais e humanos, sem os quais essa modernização seria inconcebível. (Fernandes, 1975, p. 269-270)

Do ponto de vista político, as tensões criadas por essa transição do capitalismo monopolista no Brasil foram superadas pela

possibilidade de converter o Estado em eixo político da recomposição do poder econômico, social e político da burguesia, estabelecendo-se uma conexão direta entre dominação de classe, concentração do poder político de classe e livre utilização, pela burguesia, do poder político estatal daí resultante (Fernandes, 1975, p. 264).

Para Florestan, o capitalismo monopolista proporcionou à burguesia brasileira revitalizar as bases materiais do poder burguês, uma vez que

operou-se uma dissociação acentuada entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento político. Isso fez com que a restauração da dominação burguesa levasse, de um lado, a um padrão capitalista altamente racional e modernizador de desenvolvimento econômico; e, concomitantemente, servisse de pião a medidas políticas, militares e policiais contrarrevolucionárias, que atrelaram o Estado nacional não à clássica democracia burguesa, mas a uma versão tecnocrata da democracia restrita a qual se poderia qualificar, com precisão

terminológica, como uma autocracia burguesa. (Fernandes, 1975, p. 267-268)

O capitalismo monopolista deslanchou, no Brasil, a sonhada revolução industrial, mas aprofundou o subdesenvolvimento e agravou a dependência. Para Florestan, “ao adaptar-se às estruturas e dinamismo de economias capitalistas dependentes e subdesenvolvidas, [o capitalismo monopolista] se associa a velhas iniquidades econômicas e gera, por sua vez, iniquidades novas” (Fernandes, 1975, p. 270).

A sociedade brasileira ingressa, assim, no que Florestan Fernandes denominou de Era do Imperialismo Total, em que se “opera a partir de dentro e em todas as direções, enquistando-se nas economias, nas culturas e nas sociedades periféricas. A norma será: ‘o que é bom para a economia norte-americana é bom para o Brasil’” (Fernandes, 1975, p. 274).

#### A MODERNIZAÇÃO “DENTRO DA FAZENDA” E A REVOLUÇÃO VERDE

A mudança da base técnica da agricultura brasileira foi acelerada, sobretudo, pela grande disponibilidade de recursos fortemente subsidiados pelas estruturas estatais de pesquisa agrícola e extensão rural, pelos incentivos fiscais, pela política comercial e pela existência dentro do país de uma indústria voltada para a agricultura. No entanto, essa mudança da base técnica foi expressão do domínio do capital na produção agrícola. Com as relações capitalistas de produção se tornando hegemônicas no campo durante a década de 1970, ampliou-se o trabalho assalariado, conformando um extenso proletariado rural, mas crescendo sobretudo o trabalho temporário (na safra) e, com ele, o subemprego (na entressafra). Um dos resultados desse processo foi a ampliação da concentração de riqueza, que pode ser expressa na concentração da terra e na ampliação da concentração de renda no campo, além do acelerado processo de migração campo-cidade.

### *O crédito rural subsidiado*

Como já indicado, os governos militares utilizaram-se do crédito rural para atrair a grande fazenda para a adoção de uma nova base técnica produtiva, marcada sobretudo pela quimificação, pela mecanização da agricultura e pela adoção do trabalho assalariado. Conforme sugerido por Kageyama e Graziano da Silva (1983), o volume de recursos para o crédito rural subiu 90 vezes em termos nominais entre 1970 e 1980, crescendo a uma taxa real ao ano de 16,2% para investimento e 17,5% ao ano para custeio.<sup>53</sup>

O volume total de contratos de financiamento, nas três modalidades de crédito (custeio, investimento e comercialização), saltou de 1,14 milhão de contratos, em 1969, para 2,37 milhões, em 1979. Os números de contratos com custeio agrícola saltaram de 674 mil, em 1969, (correspondendo a 58,9% dos contratos do financiamento agrícola) para 1,3 milhão, em 1979 (correspondendo a 57,9% do total). Essa evolução é menos intensa na primeira

---

<sup>53</sup> De acordo com Gonçalves Neto (1997), considerando o ano de 1969 como ano base, e por isso considerado com o índice 100, veremos a evolução do volume de recursos para o crédito de custeio na seguinte ordem: em 1975, esse índice chegou a 408,7, indicando o expressivo aumento de recursos para essa modalidade de crédito, alcançando, em 1979, o índice de 543,7. Os valores para o custeio agrícola saíram de 41,5 bilhões de cruzeiros, em 1969, correspondendo a 46,4% do valor destinado ao financiamento agrícola, para 255,69 bilhões de cruzeiros, em 1979 (50,3% do valor total dos financiamentos). Para a modalidade de crédito de investimento, o volume de recursos cresceu até o ano de 1976, quando atingiu o índice de 512, passando a declinar nos anos seguintes, tendo em 1979 o índice de 446,4. Os valores de investimento saíram de 25,1 bilhões de cruzeiros em 1969, correspondendo a 28% do valor destinado ao financiamento agrícola, para 112 bilhões de cruzeiros em 1979 (25% do valor total dos financiamentos). Para a modalidade de comercialização, se verifica um aporte progressivo até 1975, chegando ao índice de 288,4 dando um salto a partir de 1976, quando evoluiu para 424,1 ampliando-se para 487,7 em 1979, indicando o aumento de recursos para essa modalidade de financiamento. Os valores destinados à comercialização saltaram de 22,7 bilhões de cruzeiros, em 1969, correspondendo a 25% dos financiamentos agrícolas, para 110 bilhões de cruzeiros em 1979 (24,7%). Estes valores foram deflacionados em 1979, sendo, portanto, valores reais para aquele ano.

metade da década, acelerando na segunda metade. Já os contratos de investimento avançam mais rapidamente na primeira metade de 1970, perdendo fôlego a partir de 1977. Assim, os contratos de investimentos agrícolas saltaram de 278 mil em 1969 (24,3% do volume total) para 498,6 mil em 1975 (26,8%), chegando a 562,9 mil em 1979 (23,7% do volume total). Já o crédito de comercialização avançou nos primeiros anos, cedeu espaço, mas voltou a crescer a partir de 1976. Em 1969, 191,7 mil contratos destinaram-se para a comercialização (16,7%), chegando, em 1975, a 280,8 mil (15%), atingindo, em 1979, 435 mil, correspondendo a 18,3% dos contratos de financiamentos para a agricultura (Gonçalves Neto, 1997). De acordo com Oliveira (2003), apesar deste crescimento em volume de recursos e de contratos, o financiamento agrícola atingiu, em 1970, apenas 11,5% dos estabelecimentos agrícolas, evoluindo para 21% dos estabelecimentos, em 1980.

O principal do subsídio do crédito agrícola se materializava de forma indireta.<sup>54</sup> Os contratos de financiamento previam uma determinada taxa de juros a ser paga pelo beneficiário do crédito (nesse caso, um juros menor do que o praticado no mercado financeiro, podendo, por isso, ser considerado nesse fator um subsídio direto). No entanto, o contrato de financiamento não previa a aplicação de qualquer índice que corrigisse a desvalorização da moeda frente ao processo inflacionário existente em nossa economia, reduzindo significativamente o valor realmente pago pelo tomador daquele crédito, sobretudo na segunda metade da década 1970, com a aceleração inflacionária (Kageyama e Graziano da Silva, 1983; Gonçalves Neto, 1997).

Diversos estudos indicaram esse subsídio no crédito rural e como ele evoluiu ao longo da década de 1970. Para Kageyama e

---

<sup>54</sup> O subsídio não era direto, pois não se fazia qualquer desconto no valor do contrato quando do seu pagamento.

Graziano da Silva (1983), as taxas reais de juros foram negativas. Em 1970, a taxa média de juros era de 11,3%, enquanto a inflação daquele ano pelo Índice Geral de Preços (IGP) ficou em 19,3%, ocasionando um subsídio de 6,7%. Em 1976, esse subsídio indireto ampliou-se: a taxa média de juros foi de 10,7% e o IGP foi de 46,3%, implicando uma taxa real de juros negativa em 24,3%, chegando em 1979 com uma taxa média de juros de 18% e uma inflação de 77,2%, implicando um subsídio indireto de 33,4%.<sup>55</sup>

Para compreender o papel do crédito rural na capitalização da agricultura brasileira, veremos a seguir a proporção com que o crédito rural participou no valor da produção agrícola. Se em 1969 sua participação foi de 45,3%, em 1974 chegou a 73,5% e, em 1975, atingiu a incrível marca de 102,5%, indicando a forte expansão do crédito na agropecuária. Essa participação, na segunda metade da década de 1970, declinou, mas manteve-se alta (1976, participação de 94,6%; 1978, 73% e 1980, 77,8%)<sup>56</sup> (Gonçalves Neto, 1997). Para Kageyama e Graziano da Silva (1983), essa elevada participação do crédito rural na produção da agricultura pode ser verificada também para o crédito de custeio e investimento. A participação do crédito de custeio na formação da produção agrícola brasileira saltou de 24% para 44% entre 1970 e 1980 (com forte crescimento a partir de 1975). Já a participação do crédito de investimento

---

<sup>55</sup> De acordo com Gonçalves Neto (1997), em 1969, os contratos previam uma taxa de juros de 18%, mas a inflação no período foi de 20,8%. Em 1975, os juros foram de 15% e a inflação de 27,7%. Em 1977, os juros se mantiveram nos 15%, mas a inflação evoluiu para 42,7%. Essa disparidade entre a inflação e a taxa de juros chegou ao seu ápice em 1980, quando a inflação atingiu o teto de 100% ao ano e a taxa de juro foi de 33,9%, revelando o enorme subsídio nos recursos do crédito rural. . Importante lembrar que o crédito de investimento era parcelado em vários anos, contendo um período de carência que antecedia o início do pagamento das parcelas.

<sup>56</sup> Na década de 1980, essa política creditícia esgotou-se, profundamente afetada pela crise econômica. Esse esgotamento se expressou pela redução do volume de recursos ofertados e pela eliminação dos subsídios, na medida em que a correção monetária se incorporou aos contratos de financiamento.

evoluiu de 15% para 22% entre 1970 e 1980, tendo seu pico em 1975, quando sua participação chegou a 35%.

O enorme crescimento do crédito rural também pode ser constatado quando comparado com o crescimento do valor da produção agrícola. O volume de crédito rural cresceu muito mais do que o valor da produção agrícola. Tomando-se 1969 como ano base e, por isso, considerado com índice 100, chegou-se em 1972 com um crescimento do valor da produção agrícola em 126 e o volume de crédito agrícola, no entanto, indicou um crescimento de 170. No ano de 1975, o volume do valor da produção alcançou o índice 191 e o volume de crédito agrícola chegou a 435. Em 1977, o valor de produção cresceu, atingindo o índice 256, e o volume de crédito atingiu o índice de 397, chegando em 1979 com um valor da produção com índice de 268 e o crédito agrícola com o índice de 503 (Gonçalves Neto, 1997).

A crescente presença do crédito rural favoreceu alguns setores industriais produtores de máquinas e insumos para agricultura. Em 1979, o volume de crédito para fertilizantes representou 90% das vendas destes insumos e, no caso dos agrotóxicos, o volume de crédito correspondeu naquele ano a 75% das vendas. No caso dos tratores, o volume de crédito rural para esse tipo de investimento representou 90% das vendas em 1979 (Kageyama e Graziano da Silva, 1983).

No entanto, as aplicações do crédito rural revelaram desigualdades frente às regiões, produtos e tipos de produtores. Ainda que a região Nordeste, em 1973, representasse 25,6% do produto agrícola brasileiro, ela recebeu apenas 9,75% do volume de crédito agrícola naquele ano. Já em 1977, o Nordeste representou 19,4% do produto agrícola, recebendo 12,5% do crédito rural. As regiões Sul e Sudeste obtiveram, proporcionalmente, mais recursos do crédito rural do que sua produção agrícola total. Em 1973, a região Sul representou 40,9% da produção agrícola brasileira,

concentrando 33,3% do volume do crédito rural. Em 1977, essa região representava 39,2% da produção, mas concentrou 44,1% do total do crédito rural daquele ano. Quanto ao Sudeste, em 1973, representou 31,5% da produção agrícola nacional, mas ficou com 42% do volume de crédito rural. Em 1977, ela representou 30,5% do produto agrícola e recebeu 33,5% do total dos recursos para o crédito rural (Gonçalves Neto, 1997).<sup>57</sup>

Quanto aos produtos agrícolas, o volume do crédito rural ficou concentrado nos produtos de exportação (e ou de substituição de importação). A soja, em 1973, representava 7,9% do valor do produto agrícola, mas concentrou naquele ano 14,5% do crédito de custeio. Em 1977, essa concentração cresceu tanto no valor do produto gerado (naquele ano, a soja representou 16% do produto agrícola) quanto no volume de crédito de custeio (a soja, concentrou 19,1%). Para o café não foi diferente. Em 1973, ele representou 7,5% do produto agrícola brasileiro e ficou com 15,2% do volume do crédito. Em 1977, o café recuou sua participação na produção agrícola para 6,58%, ficando, no entanto, com 12,2% do volume do crédito de custeio. Já a cana-de-açúcar, em 1973, representava 7,7% do produto agrícola e ficou com 6,6% do custeio. Para 1977, a participação cresceu para 8,17% no valor da produção, retendo 8,2% do volume do custeio naquele ano. Quanto ao trigo (típica cultura estimulada para substituir importações), em 1973, participou com 4,3% do total da produção agrícola, retendo 4,4% do volume do crédito de custeio. Já em 1977, sua participação na

---

<sup>57</sup> A participação do Norte e do Centro-Oeste se deu do seguinte modo: em 1973, a região Norte representou 1,9% do produto agrícola e ficou com 0,9% do crédito. Em 1977, sua participação aumentou para 2,1% do produto agrícola e ficou com apenas 1,57% do crédito. Já o Centro-Oeste, em 1973, participou com 7,56% do produto agrícola, retendo 6,2% do crédito. Em 1977, sua participação evoluiu para 8,5% do produto agrícola e 8,19% na participação no crédito (Gonçalves Neto, 1997).

produção reduziu para 3,47%, mas sua participação no crédito de custeio ampliou para 10% (Gonçalves Neto, 1997).

Quanto ao arroz, cultura voltada para o mercado interno, mas já organizada em moldes capitalistas e bastante tecnificada, em 1973, representou 13% da produção agrícola, controlando 11,77% do volume do custeio. Em 1977, sua participação no produto agrícola manteve-se em 12,9%, mas absorveu uma maior participação no crédito de custeio, ficando com 15,1%. Quanto à mandioca, típico produto para o mercado interno, em 1973, representou 9,8% do produto agrícola, mas sua participação no crédito de custeio ficou em apenas 0,59%. Já em 1977, sua participação no produto agrícola caiu para 5,8%, e sua participação no crédito de custeio reduziu-se para 0,89% do custeio naquele ano. Quanto ao feijão, também um produto típico do mercado interno, em 1973, representou 7,5% do produto agrícola, mas ficou com apenas 2,59% do custeio. Em 1977, o feijão representou 6,2% do produto e reteve apenas 3,2% do crédito de custeio (Gonçalves Neto, 1997).<sup>58</sup>

A distribuição do crédito rural por tipo de agricultor também foi bastante desigual, concentrando-se no grande e médio produtor. Se, em 1966, os pequenos agricultores representavam 90% dos contratos, eles ficavam, no entanto, com apenas 34,1% do valor total do crédito rural. Em 1976, esses agricultores representaram 73,7% dos contratos, ficando apenas com 11,3% do valor do crédito rural. Em contrapartida, o grande produtor, em 1966, representava 0,44% dos contratos de financiamento agrícola, mas controlaram 20,7% do valor destinado ao crédito rural. Já em 1976, eles repre-

---

<sup>58</sup> Outro produto de exportação na década de 1970 era o algodão. Em 1973, ele representou 8,25% do produto agrícola, ficando com 7,6% do crédito. Em 1977, representou 5,6% do produto agrícola, obtendo 7,2% do crédito de custeio. Já o milho, nessa década, considerado ainda como um produto para o mercado interno, em 1973, representou 12,4% do produto agrícola e ficou com 11,3% do custeio. Já em 1977, representou 13,3% de participação no produto agrícola, mas caiu sua participação no custeio, ficando com apenas 7,6% (Gonçalves Neto, 1997).

sentaram 3,3% dos contratos, mas passaram a controlar 53,5% do valor destinado ao crédito rural (Gonçalves Neto, 1997).<sup>59</sup>

Assim, o crédito rural contribuiu decididamente para a mudança da base técnica da agricultura brasileira. A seguir, veremos como esse processo contribuiu para a quimificação e mecanização da agricultura brasileira.

### *A agroquímica na agricultura*

No pós-guerra (1945), o mercado brasileiro de fertilizantes químicos foi organizado e abastecido a partir de importações, o que limitou a incorporação deste insumo nos processos produtivos. Somente com o Plano de Metas do governo JK ocorreu a implantação, no Brasil, de uma indústria de fertilizantes. Assim, entre 1955 e 1965, foram implantadas 15 unidades industriais, algumas inclusive com capital internacional. Com o II PND, veremos mais 20 novos estabelecimentos, internalizando-se efetivamente a produção de fertilizantes químicos sintéticos no Brasil (Kageyama, 1996).<sup>60</sup> Essa indústria passou a ter relevância a partir da segunda metade da década de 1960, respondendo aos estímulos do governo militar com a criação do Fundo Geral para a Agricultura e Indústria (Funagri) e com a criação do Fundo de Estímulo Financeiro ao Uso de Fertilizantes e Suplementos Minerais (Funfertil), ambos em 1966.<sup>61</sup> Outro importante estímulo desenvolvido a partir de 1964 foi a possibilidade do fazendeiro deduzir do imposto de renda os gastos realizados com fertilizantes (Gonçalves Neto, 1997). Em

---

<sup>59</sup> Quanto aos médios produtores, em 1966, eles participaram com 9,5% do volume dos contratos de financiamento agrícola, mas retiveram 45,6% do valor do crédito rural. Em 1976, os médios agricultores representaram 22,9% dos contratos, e controlaram 35% do valor do crédito rural (Gonçalves Neto, 1997).

<sup>60</sup> De acordo com Kageyama (1996), entre 1974 e 1983, instalaram-se 68 novas plantas industriais, sendo mais da metade para produção de fertilizantes simples fosfatados.

<sup>61</sup> O Funfertil foi substituído, em 1969, pelo Fundo Especial de Desenvolvimento Agrícola (Fundag).

1974, foi anunciado o Plano Nacional de Fertilizantes e Calcário Agrícola (PNFCA), tendo por meta triplicar a produção nacional, substituindo a importação destes insumos. Esse plano viabilizou a descentralização regional da produção de fertilizantes, visto os investimentos deste setor nos Estados de Minas Gerais, Sergipe e Paraná (Kageyama, 1996).<sup>62</sup>

As empresas estatais tiveram importante papel na produção de matéria-prima e de produtos intermediários para o setor de fertilizantes. No caso dos nitrogenados, a Petrofértil (subsidiária da Petrobras) detinha o controle da produção de amônia, base para os produtos nitrogenados (ureia, nitrato de amônia, nitrocálcio). Quanto aos produtos fosfatados, a ação do governo era ampliar a capacidade produtiva do setor privado, mobilizando esforços para a produção de fosfatados nas jazidas localizadas nas cidades mineiras de Pato de Minas e Araxá e nas cidades de Catalão e Ouidor, ambas localizadas no estado de Goiás. As unidades que produziam a mistura N P K, por sua vez, estavam bastante regionalizadas, com empresas privadas de menor porte convivendo na década de 1970 com grandes empresas misturadoras e com as estatais (Kageyama, 1996).

Devido às políticas dos governos civis-militares, a produção e o consumo de fertilizante ampliaram-se enormemente na década de 1970. Se, entre os anos de 1960 e 1966, o consumo de fertilizantes girava em torno de 300 mil toneladas, a produção interna naquele período estava próxima de 100 mil toneladas, sendo a diferença importada. De 1967 a 1970, o consumo saltou de 447 mil tone-

---

<sup>62</sup> Boa parte desses investimentos foram realizados pela Petrobras, destacando-se a construção da unidade de fertilizantes nitrogenados na cidade de Araucária (PR) e a unidade na cidade de Laranjeiras (SE), além da ampliação do polo de Camaçari (BA). Esses investimentos estavam situados no marco do II PND, no qual o presidente Geisel buscava apoio político das forças conservadoras regionais para fortalecer o seu governo.

ladas para 999 mil, e a produção interna saiu de 116 mil para 190 mil toneladas. De 1971 a 1975, dobrou o consumo e a produção, o mesmo ocorrendo na segunda metade da década. Tendo como ano base 1970 (índice 100), chegou-se em 1980 com um índice de consumo de fertilizantes em 421. A taxa de crescimento anual de consumo nessa década foi de 15,5%, saltando o consumo de 43 kg/ha, em 1973, para 70 kg/ha, em 1979 (Kageyama e Graziano Neto, 1983).

Em 1980, o consumo de fertilizantes chegou à marca de 4,2 milhões de toneladas e a produção interna chegou a 1,9 milhão de toneladas.<sup>63</sup> Dessa forma, entrou-se na década de 1980 com uma produção interna equivalente a 54% do que era consumido. Ainda que se tivesse atingido a autossuficiência na produção de nitrogênados e fosfatados, o país nada produzia de produtos potássicos (Gonçalves Neto, 1997).

O consumo de fertilizantes foi fortemente impactado pela abundância do crédito rural subsidiado. Em 1974, 36,1% do crédito de custeio foi destinado para a compra de fertilizantes. Já em 1979 essa participação chegou a 25,8% do volume total do crédito de custeio.<sup>64</sup> No entanto, o consumo de fertilizantes ficou muito restrito a alguns produtos, sejam aqueles destinados ao mercado externo, como a soja, café e a cana-de-açúcar, sejam aqueles focados na substituição de importações, como foi o caso do trigo.

---

<sup>63</sup> Em 1971, o consumo de fertilizantes foi de 1,16 milhão de toneladas, chegando, em 1975, a 1,97 milhão de toneladas. Já a produção interna, em 1971, foi de 311 mil toneladas, chegando em 1975 a 677 mil toneladas. Em 1976, o consumo foi de 2,5 milhões de toneladas e a produção interna de 1 milhão de toneladas (Gonçalves Neto, 1997).

<sup>64</sup> Nominalmente, os valores do crédito de custeio agrícola saltaram de 18,8 bilhões de cruzeiros, em 1974, para 195,7 bilhões de cruzeiros, em 1979. Parte desses recursos foi direcionada para a compra de fertilizantes. Em 1974, o valor nominal desse crédito para fertilizantes foi de 6,79 bilhões de cruzeiros, chegando em 1979 a 50,5 bilhões de cruzeiros (Gonçalves Neto, 1997).

Acrescente-se a estes produtos dois outros vinculados ao mercado interno, mas que já se desenvolviam em meio às relações capitalistas de produção, como foram os casos do arroz e do milho. De acordo com Gonçalves Neto (1997), em 1977, soja, cana, trigo, arroz e milho consumiram 72,55% do volume de fertilizantes utilizados na agricultura brasileira.

A utilização desse insumo também se ampliou entre os médios e grandes proprietários. Entre os estabelecimentos acima de 100 ha, o Censo Agropecuário de 1985 indicou que, de cada três estabelecimentos agrícolas, um utilizava fertilizantes, enquanto nos estabelecimentos com até 10 ha, essa proporção se duplicava, tendo um estabelecimento utilizando em cada seis (Oliveira, 2003). Essa concentração no uso de fertilizantes também pode ser constatada com a comparação entre a percentagem de estabelecimentos paulistas que utilizavam esse insumo em 1980 e a percentagem nacional. O Censo Agropecuário de 1980 indicou que enquanto nacionalmente 32,1% dos estabelecimentos no Brasil adotavam fertilizantes químicos, em São Paulo, esse índice subia para 78% (Oliveira, 2003).

A indústria de agrotóxicos, por sua vez, terá desenvolvimento similar ao da indústria de fertilizantes. Do pós-guerra até 1967, os princípios ativos dos venenos e alguns produtos formulados chegavam no Brasil a partir das importações. A produção nacional limitava-se a alguns produtos organoclorados, como o DDT e o BHC. Entre 1967 e 1974, o governo militar atuou na taxaço de produtos importados, mantendo-os no patamar dos preços dos produtos nacionais. A partir do II PND, e com forte apoio do crédito agrícola, houve um crescimento acelerado da indústria do agrotóxico no Brasil. Esse processo também foi marcado pelo anúncio, em 1975, do Plano Nacional de Defensivos Agrícolas (PNDA). Esse plano teve como objetivo a redução das importações destes insumos, a partir da internalização das etapas finais de produção

dos agrotóxicos, a redução de seus preços e a geração de excedentes para exportação. A meta do PNDA era diminuir a dependência externa de 80% para 50% (Kageyama, 1996; Gonçalves Neto, 1997).

Apoiada pelos incentivos fiscais, as indústrias líderes do setor (empresas internacionais) implantaram suas fábricas no Brasil, chegando rapidamente a nove indústrias de inseticidas, quatro de fungicidas e seis de herbicidas. Entramos na década de 1980 com 85% do mercado brasileiro de agrotóxicos e das exportações controlado por 17 grandes empresas (Kageyama, 1996; Gonçalves Neto, 1997).<sup>65</sup>

Entre 1964 e 1979, a produção interna de agrotóxicos cresceu dez vezes, e o consumo deste insumo quintuplicou, com uma taxa de crescimento de 7,2% ao ano, entre 1970 e 1980. Os herbicidas e os fungicidas foram os produtos que apresentaram as maiores taxas de crescimento.<sup>66</sup> Assim, o Brasil chegou a 1979 como o terceiro maior mercado de agrotóxicos do mundo, ficando atrás dos EUA e da França (Kageyama e Graziano da Silva, 1983; Gonçalves Neto, 1997).

A expansão no consumo de agrotóxicos foi profundamente estimulada pelo crédito de custeio. Entre 1974 e 1981, essa modalidade de crédito para a aquisição de veneno cresceu 213%, superando a expansão do crédito global de custeio que, naquele período, foi de 92%. A participação do crédito na venda dos agrotóxicos, em 1974, foi de 54%, chegando, em 1980, a 71%; e, em 1981, essa participação elevou-se para 79% (Kageyama, 1996).<sup>67</sup>

---

<sup>65</sup> Entre 1981 e 1983, a Bayer e a Ciba-Geigy detinham 23% do mercado brasileiro de agrotóxicos (Kageyama, 1996).

<sup>66</sup> Tendo como ano base 1970 (índice 100), chegou-se em 1980 com o índice 829 de consumo de herbicidas. Já para os fungicidas, esse consumo cresceu, chegando ao índice 472. Quanto aos inseticidas, chegou-se em 1980 com o índice 114 (Kageyama e Graziano da Silva, 1983).

<sup>67</sup> Em 1975, 4,2% do crédito de custeio foi destinado à aquisição de agrotóxicos, ampliando para 6,3% em 1980. Nominalmente os valores para agrotóxico salta-

Ainda que não seja um item relacionado à quimificação da agricultura, cabe indicar algumas considerações sobre a produção de sementes. Importante elemento da estratégia “modernizante”, as sementes melhoradas acompanharam os demais insumos (fertilizantes e venenos) quanto ao privilegiamento dos produtos destinados ao mercado externo e substituição de importações, bem como à discriminação regional. Em 1965, foi promulgada a primeira lei de sementes, criando bases para o desenvolvimento de uma indústria deste tipo. Esse ano também foi marcado pela entrada no mercado brasileiro da empresa Cargill. O setor público, entendido aqui como a Embrapa (1973), universidades públicas e órgãos estaduais de pesquisa, constituiu uma rede nacional de avaliação de cultivares, desenvolvendo a pesquisa e o melhoramento, sendo a geração destes conhecimentos a base, nas décadas de 1960 e 1970, da indústria de sementes no país, marcada por sua regionalização, com um forte mercado concorrencial.

No entanto, conforme indicado por Gonçalves Neto (1987), essas discriminações regionais e por produtos podem ser constatadas na safra 1978-1979, na qual a soja, importante produto de exportação, contava com 70% da sua área total plantada com sementes melhoradas. Nos estados do Sul, isso chegava a 90%. O algodão, outro produto de exportação, contou com sementes melhoradas em 50% da área plantada, chegando, no Sudeste, a 90% da área e, no Sul, a 91%. No entanto, o Nordeste contou com sementes melhoradas em apenas 20% da sua área plantada de algodão.

Quanto ao trigo (importante produto para substituição de importação), contou com sementes melhoradas em 90% da área plantada, chegando, na região Sul, a 100% da área. O arroz contou com 41% da sua área plantada com sementes melhoradas (no

---

ram de 920 milhões de cruzeiros em 1974 para 13,6 milhões de cruzeiros em 1979 (Gonçalves Neto, 1997).

Sudeste, esse índice chegou a 50% e, na região Sul, ficou em 41%). Já a região Nordeste contou com apenas 8% da área plantada de arroz com sementes melhoradas. Com o milho ocorreu algo similar. Nacionalmente, a área plantada com sementes melhoradas chegou a 40%, destacando-se o Sudeste, com 70% da sua área plantada com estas sementes. Já o Nordeste contou com sementes melhoradas de milho em apenas 4% da sua área plantada. O feijão, típico produto para o mercado interno, contou nacionalmente, na safra 1978-1979, com apenas 4% da área plantada com sementes melhoradas; a região Sul, teve somente 8% da área plantada com estas sementes e o Sudeste, apenas 2% da área plantada.

### *A mecanização agrícola*

A mecanização da agricultura brasileira pode já ser percebida na década de 1920, estando limitada à produção do arroz irrigado no Rio Grande do Sul e às lavouras canavieiras, que utilizavam os locomóveis (trator movido a vapor) e alguns tratores à combustão (querosene), com potência entre 22 e 37 cavalos. No entanto, no final da década de 1940, a expansão das lavouras de trigo e de arroz, no Rio Grande do Sul, e de cana e café, em São Paulo, criaram as condições para o mercado interno de máquinas e implementos, supridas pela importação. Com a década de 1960, a expansão das lavouras de soja possibilitou a difusão de máquinas e implementos agrícolas para outras lavouras de cereais, pastagem, algodão, amendoim, laranja e milho (Kageyama, 1996). Até o início da década de 1960, as importações supriam as demandas de tratores e colheitadeiras, sobretudo vindos da Europa e EUA. Por isso, em 1958, existiam apenas 50 mil tratores no Brasil, todos eles importados.

Como produto do Plano de Metas, nos primeiros anos da década de 1960, se desenvolveu a produção interna de tratores, buscando substituir importações e gerar demandas para a indústria de auto-

peças recentemente instalada no Brasil.<sup>68</sup> Essa indústria já nasceu grande, a partir das filiais das empresas internacionais Massey Ferguson, Ford e Valmet (Kageyama, 1996). Quanto às colheitadeiras, a sua produção no Brasil iniciou-se em 1966, motivada sobretudo com o *boom* da soja, estando proibida a importação destas máquinas, reservando, assim, o mercado nacional. Ela também nasceu com produção altamente concentrada em cinco empresas, sendo duas filiais de multinacionais (Massey e New Holland) e três de capitais nacionais (SLC, Santa Matilde e Ideal) (Kageyama, 1996).

Ao lado deste mercado de máquinas, foi organizado um mercado regional de implementos agrícolas com forte presença de pequenas oficinas de manutenção e reparo de peças e componentes, sobretudo nos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, pioneiros na mecanização agrícola. Estima-se que havia, na década de 1970, em torno de 400 fabricantes de implementos e máquinas para a agricultura, com auge das vendas de máquinas e equipamentos entre os anos 1970 e 1976 (Kageyama, 1996).

Impulsionado pelos incentivos fiscais e creditícios, ocorreu a expansão da produção de tratores e colheitadeiras. A produção interna no Brasil alcançou, no final de 1970,<sup>69</sup> quase 100 mil tratores/ano e 11 mil colheitadeiras/ano. Tamaña produção acarretou a geração de excedentes, vendidos para o mercado externo, visto a retração

---

<sup>68</sup> Conforme sugerido por Gonçalves Neto (1997, p. 213), “o desenvolvimento do setor tem início com a produção de tratores em 1960, dentro do Plano Nacional da Indústria de Tratores Agrícolas de Rodas, de 1959, que contou, além dos estímulos citados [incentivos fiscais, subsídios e facilitação do crédito para aquisição], com a proteção de mercado, garantida pela Lei de Similar Nacional e, posteriormente, com incentivos para exportação.”

<sup>69</sup> Gonçalves Neto (1997) incluiu um outro fator que estimulou a adoção de máquinas pelos fazendeiros. Segundo esse autor, o Estatuto do Trabalho Rural (1963), ao instituir a legislação trabalhista para o campo brasileiro, ampliou o custo com a força de trabalho, levando diversos fazendeiros a introduzirem ou ampliarem a sua mecanização. Essa atitude, associada ao crédito facilitado e subsidiado, os levou a optar pela substituição da mão de obra por máquinas.

do mercado interno de máquinas entre 1977 e 1983 (Kageyama, 1996).<sup>70</sup> Assim, a relação entre o número de tratores e os hectares plantados foi reduzida de 520 ha/trator, em 1960, para 232 ha/trator, em 1970, chegando a 130 ha/trator, em 1977 (Gonçalves Neto, 1997).

No entanto, essa ampliação de tratores também foi concentrada em algumas regiões e nos maiores estabelecimentos agrícolas. Conforme indicado por Oliveira (2003), tomando por base o Censo Agropecuário de 1985, aqueles entre 100 e mil ha contavam com um trator a cada dois estabelecimentos. Em São Paulo, essa relação ampliava-se para dois tratores a cada três estabelecimentos. Os acima de mil ha contavam com dois tratores em cada. Em São Paulo, havia seis tratores para cada estabelecimento acima de mil ha. Já os aqueles com até dez ha apresentavam a relação de um trator para cada 77 estabelecimentos. Em São Paulo, essa relação caiu para oito estabelecimentos.<sup>71</sup>

Estima-se que o crédito rural na modalidade de crédito de investimento tenha sido responsável por 90% das vendas de tratores, naquela década, para a agropecuária brasileira. De acordo com Gonçalves Neto (1997), em 1974, 43,1% do crédito de investimento agrícola foi destinado para a aquisição de máquinas e tratores agrícolas, chegando, em 1979, a 38,1%. Se considerarmos apenas

---

<sup>70</sup> Conforme sugerido por Gonçalves Neto (1997), o crescimento na produção interna de tratores foi ininterrupto até 1976. Ela saltou de 1.679 unidades, em 1961, para 65.327 unidades, em 1976, apresentando um decréscimo até 1980, tendo nesse ano uma produção de 58.812 unidades. Esse decréscimo não foi maior pois, a partir de 1977, ampliaram-se as exportações, saltando de 4.584 tratores, em 1977, para 7.743 unidades exportadas em 1980.

<sup>71</sup> Conforme Oliveira (2003), o Censo Agropecuário de 1985 indicou que os estabelecimentos que utilizavam força mecânica no Brasil correspondiam a 18%, mas, em São Paulo, esse índice elevava-se para 54%. Nacionalmente, 7% possuíam tratores. Já em São Paulo, eram 33% os estabelecimentos que os possuíam. Quanto às colheitadeiras, nacionalmente, 2% dos estabelecimentos tinham esse equipamento. Em São Paulo, era 5% .

a aquisição de tratores, esse índice evoluiu de 21%, em 1974, para 23,3% em 1979.<sup>72</sup>

### *A pesquisa agrícola e a extensão rural*

Esse processo de mudança da base técnica de produção foi acompanhado da constituição de entidades públicas que deram suporte à expansão da agricultura capitalista. Com a Lei n. 5.851, de 7 de dezembro de 1972, os militares criaram a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), uma empresa pública vinculada ao Ministério da Agricultura.<sup>73</sup> Ainda em abril de 1972, o ministro da Agricultura, Luiz Fernando Cirne Lima, criou um Grupo de Trabalho (Portaria n. 143) para avaliar a situação da pesquisa agropecuária brasileira conduzida pelo Departamento Nacional de Pesquisa e Experimentação Agropecuária (DNPEA).<sup>74</sup> Dessa avaliação partiu a proposta de extinguir esse departamento, criando um novo modelo organizacional para a pesquisa com base em um sistema setorial ou por áreas de atuação, articulado por um órgão central, a Embrapa, criando, assim, uma empresa pública,

---

<sup>72</sup> Do ponto de vista dos valores nominais, o valor destinado ao crédito de investimento, em 1974, foi de 7,4 bilhões de cruzeiros, chegando em 1979 a 57,6 bilhões de cruzeiros. No caso da destinação destes recursos para a compra de tratores, os valores nominais evoluem de 1,5 bilhão de cruzeiros, em 1974, para 13,4 bilhões de cruzeiros, em 1979.

<sup>73</sup> Seu ato de instalação oficial da Embrapa foi dia 26 de abril de 1973, tendo como presidente José Irineu Cabral (Aguiar, 1986).

<sup>74</sup> O DNPEA possuía uma rede de institutos distribuídos pelo território nacional. De acordo com Aguilar (1986, p. 24), “os institutos pertencentes ao DNPEA eram os seguintes: Instituto de Pesquisa Agropecuária do Norte (Ipean, Belém-PA); Instituto de Pesquisa Agropecuária do Nordeste (Ipeane, Recife-PE); Instituto de Pesquisa Agropecuária do Leste (Ipeal, Cruz das Almas-BA); Instituto de Pesquisa Agropecuária do Centro-Oeste (Ipeaco, Sete Lagoas-MG); Instituto de Pesquisa Agropecuária do Sul (Ipeas, Pelotas-RS); Instituto de Pesquisa Agropecuária Meridional (Ipeame, Curitiba-PR); Instituto de Pesquisa Agropecuária do Oeste (Ipeaco, Campo Grande-MS); Instituto de Pesquisa Agropecuária da Amazônia Ocidental (IPEAAOc, Manaus-AM)”.

portanto uma entidade de administração indireta.<sup>75</sup> Essa nova estrutura constituiu um sistema institucional de pesquisa agrícola focada em produtos e regiões, com base num planejamento centralizado, subordinando as unidades de pesquisa – sejam os centros nacionais de pesquisa por produto que foram criados, sejam as empresas estaduais de pesquisa existentes (estas compreendidas como unidades adaptadoras das tecnologias geradas pela Embrapa) – a partir de normas determinadas pelo órgão central, revelando seu caráter autoritário (Aguiar, 1986).<sup>76</sup>

Com a montagem de um sistema nacional de pesquisa agropecuária, tendo como órgão centralizador a Embrapa, suas atividades ficaram concentradas na geração de inovações biológicas, sejam novos cultivares ajustados às regiões, sejam melhorias na genética pecuária, como para o controle de insetos e doenças, ficando claro que caberia ao Estado aquela pesquisa que requereria maior tempo

---

<sup>75</sup> Conforme indicado por Aguiar (1986), a reforma administrativa implantada pelo Decreto Lei n. 200, de fevereiro de 1967, definiu empresa pública como uma “entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e capital exclusivo da União ou de suas entidades de administração indireta, criada por lei para desempenhar atividades de natureza empresarial que o governo seja levado a exercer, por motivos de conveniência ou contingência administrativa, podendo tal entidade revestir-se de qualquer das formas admitidas pelo direito. São também entidades da administração indireta as autarquias e as sociedades de economia mista.” (Aguiar, 1986, p. 25). Já as entidades ou organismos de administração direta, pelo referido decreto, estavam vinculadas à estrutura administrativa da presidência da república e/ou dos ministérios.

<sup>76</sup> De acordo com Aguiar (1986, p. 15), “a constituição do sistema nacional de pesquisa agropecuária se deu no contexto de uma ampla e profunda reorganização do Estado brasileiro, ocorrida sobretudo no período de 1968-1973. Tal reorganização, que resultou na proliferação das chamadas empresas estatais, significou o esgotamento do modo nacional-populista de administração pública e a sua substituição brusca pelo estilo tecnocrático de gestão dos mecanismos de intervenção direta e indireta do Estado [...]. A adoção, na época, de um modelo autocrático de planejamento, estruturado sob a noção de sistemas setoriais e baseados na hegemonia do Executivo sobre as demais instâncias de poder, visava estabelecer determinados nexos entre os instrumentos de ação do Estado, tendo em vista a propagação de um regime de acumulação fundado na internacionalização da economia brasileira”.

de maturação (como as inovações biológicas), ficando para o setor privado aquelas pesquisas com benefícios de curto prazo e patenteáveis, como as inovações mecânicas e físico-químicas, setores rapidamente dominados pelo grande capital industrial (privado nacional ou multinacional) (Gonçalves Neto, 1997).<sup>77</sup>

Rapidamente, cresceu o volume de pessoal envolvido e o volume de recursos alocados. Se em 1973 havia apenas 66 pessoas na Embrapa, sendo 12 pesquisadores, no ano seguinte já havia 3.990 pessoas, sendo 872 pesquisadores. Em 1980, chegou-se a 6.769 pessoas, sendo destes 1.553 pesquisadores. Já o volume total de recursos saltou de 1,9 milhão de cruzeiros, em 1974, para 13,4 milhões cruzeiros, em 1980.<sup>78</sup> Dessa forma, o volume de despesas governamentais com pesquisa em relação ao PIB agrícola evolui de 0,58%, em 1974, para 1,19%, em 1978 (Gonçalves Neto, 1997).

A análise deste sistema de pesquisa não pode ser dissociada de outras ações do poder público. Ao lado dele, estavam associados o sistema de crédito rural, o sistema de extensão rural, a reformulação curricular dos cursos das Ciências Agrárias e a ampliação das escolas técnicas agrícolas de Ensino Médio, configurando-se assim, uma proposta técnico-metodológica de geração e difusão de tecnologias, os famigerados “pacotes tecnológicos por produtos”.<sup>79</sup>

---

<sup>77</sup> Exceto o setor de fertilizantes nitrogenados, que contou com forte presença da Petrobras.

<sup>78</sup> Valores deflacionados em dezembro de 1981, portanto, valores reais para aquele mês.

<sup>79</sup> Conforme sugerido por Aguiar (1986, p.17), “o *pacote tecnológico* consiste num conjunto de práticas e procedimentos técnicos que se articulam entre si e que são utilizados indivisivelmente numa lavoura, segundo padrões estabelecidos pela pesquisa. Dessa forma, o *pacote tecnológico* passa a corresponder, na verdade, a uma *linha de montagem*, onde o uso de uma dada inovação técnica (ou insumo de origem industrial) exige o emprego de uma dada inovação técnica anterior e a utilização de uma certa inovação técnica posterior. Essa combinação de uso de insumos (máquinas) não pode ser rompida, sob risco de invalidar totalmente os resultados da exploração agrícola”. A cada etapa do processo produtivo, um tipo de tecnologia seria gerado. E assim se procedeu com a montagem dos diversos centros nacionais

Quanto à assistência técnica e extensão rural, os militares, por meio da Lei n. 6.126, de 6 de novembro de 1974, criaram a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater), extinguindo a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (Abcar),<sup>80</sup> substituindo as Associações (Acar), entidades civis sem

---

de pesquisa por produto, localizados em diferentes regiões do país, gerando uma gama de pacotes tecnológicos para os produtos de interesse nacional. Essa lógica de geração de pesquisa reproduzia o modelo dos grandes centros internacionais de pesquisa agropecuária, como o IRRI, criado em 1960 na Filipinas, dedicado à pesquisa do arroz, e o CIMMYT, criado em 1966 no México, dedicado à pesquisa do milho e do trigo. Ainda conforme Aguiar (1986, p. 48), “a montagem interna de centros nacionais, à imagem e semelhança dos centros internacionais, buscava facilitar as articulações entre ambos, passando os últimos a fornecer material genético, equipamentos e referências técnicas e bibliográficas aos primeiros [...], treinamento de pesquisadores brasileiros e a realização, tanto no Brasil como no exterior, de congressos e simpósios, entre outras formas de cooperação técnico-científica”.

<sup>80</sup> No pós-Segunda Guerra Mundial, o Brasil experimentou duas experiências de extensão rural, desenvolvidas nos estados de São Paulo e Minas Gerais, ambas financiadas pela Associação Internacional Americana para o Desenvolvimento Econômico e Social, instituição filantrópica vinculada à família Rockefeller. Essas experiências remetem à própria história da extensão rural nos EUA. Uma mais antiga, iniciada ainda no século XVIII, mas que ganhou corpo no século XIX, gerou o Cooperative Extension Service, tendo por base associações e sociedades de agricultores que posteriormente transformaram-se em institutos dirigidos pelos fazendeiros. De acordo com Figueiredo (1984, p. 19), estas associações “desenvolviam várias atividades extensionistas (cursos, semanas de fazendeiros, palestras, feiras, exposições, demonstrações práticas, distribuição de circulares, boletins, jornais, revistas etc.) custeadas basicamente pelos próprios agricultores, companhias de estradas de ferro, empresas comerciais e administração municipal”. A ação do extensionista passava aqui pela assessoria não só tecnológica da produção mas focava também a economia doméstica. Uma segunda experiência estadunidense foi organizada em resposta à grande crise de 1929. A Farm Security Administration surgiu com o New Deal. Buscando recuperar os agricultores em crise, o governo dos EUA propôs aos bancos e ao Cooperative Extension Service uma modalidade de crédito vinculado a uma assistência técnica. Os bancos não aceitaram, com medo da inadimplência, e o serviço de extensão também rejeitou, recendo transformar-se em fiscais do crédito. Isso levou o governo Roosevelt a criar a Farm Security Administration (FSA), “que passou a encarregar-se simultaneamente do provimento de recursos creditícios e das orientações técnicas” (Figueiredo, 1984, p. 20). Estas experiências chegaram no Brasil: “o modelo Cooperative Extension Service [...] iria ocorrer em São Paulo,

fins lucrativos, pelas Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) nos estados (empresas públicas), formando o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (Sibrater) (Figueiredo, 1984; Gonçalves Neto, 1997).<sup>81</sup>

---

nos municípios de Santa Rita do Passa Quatro e São José do Rio Pardo, entre 1948 e 1956. Essas atividades foram patrocinadas pela AIA rockefelliana em convênio com as municipalidades e com colaboração de algumas empresas como a Nestlé, as Refinações de Milho do Brasil (Duryea) e a Agrocerec” (Figueiredo, 1984, p. 20). Seu trabalho estava vinculado às produções do café e do milho. “Já o referencial da Farm Security Administration esteve muito presente na criação, em fins de 1948, da Associação de Crédito e Assistência Rural (Acar), em Minas Gerais, decorrente de convênio da mesma AIA com o governo udenista de Milton Campos. Pretendeu-se que a Acar desenvolvesse um programa de crédito rural supervisionado, voltado para os pequenos estabelecimentos familiares daquela unidade federativa” (Figueiredo, 1984, p. 20). Era um crédito focado não só na demanda produtiva, mas também contemplava necessidades sociais como mobiliário, saúde, melhoria nas habitações, tendo por isso dificuldades de encontrar agentes financeiros dispostos a operacionalizá-lo. Conforme indicado por Gonçalves Neto (1983, p. 203), “durante a década de 1950, associações semelhantes foram criadas em diversos estados, culminando com a formação da Abcar (Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural), com o objetivo de coordenar nacionalmente o trabalho das Acars, que se estende até o início dos anos 1970, com exceção do estado de São Paulo, que contava com um serviço próprio”. Assim, em 1956, foi criada a Abcar, “após entendimento havido entre Nelson Rockefeller e o presidente Juscelino Kubitschek” (Figueiredo, 1984, p. 21). De acordo com Figueiredo (1984, p. 21), “com a criação da Abcar ficou evidenciado um movimento centralizador da extensão brasileira tão intenso que permitiu a elaboração, em 1960, do Primeiro Plano Diretor Quinquenal (1961-1965) do Sistema Brasileiro Cooperativo de Extensão Rural. Esse plano, escrito sem qualquer participação dos agricultores, foi apresentado e aprovado pelo presidente Jânio Quadros. Daí em diante, os extensionistas brasileiros ficaram profundamente interessados em seguir as orientações economicistas dos governos federal e estaduais, e comprometidos em fazer com que a agricultura cumprisse suas funções no desenvolvimento nacional programado nos sucessivos planos nacionais e em programas especiais ou de *impacto* (tipo PRO ou Polos)” (Figueiredo, 1984, p. 21).

<sup>81</sup> A Embrater “tentou uma síntese cabocla entre o Cooperative Extension Service e a Farm Security Administration. Entre as associações estaduais ou macrorregionais a ela filiadas, havia um contínuo que ia da Acar mineira e da Ancar nordestina dos primeiros anos, presas ao Crédito Rural Supervisionado, até a Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina (Acaresc) e a Ascar do Rio Grande do Sul que, encontrando colonos já com um mínimo de tecnificação e capitalização, seguiram mais os passos do Cooperative Extension Service, com sua ideologia de participação

Em contrapartida, na década de 1970, foi constituída extensa rede privada de escritórios de assistência técnica, associada ao intenso processo de formulação de projetos para o crédito rural, recebendo de 1 a 2% do valor financiado de remuneração por esses serviços.

Os valores alocados pelo governo federal para a extensão rural também evoluíram, saltando de 62 milhões de cruzeiros, em 1974, para 213 milhões, em 1978. Assim, a participação das despesas em relação ao PIB agrícola também cresceu, partindo de 1,03% em 1974 para 1,52% em 1978 (Gonçalves Neto, 1997).

Os militares também trataram de formar uma nova geração de engenheiros agrônomos, médicos veterinários e técnicos agrícolas, para dar suporte à expansão dessa agricultura tecnificada. Para isso, modificaram a estrutura curricular dos cursos das Ciências Agrárias ajustando-os às demandas da modernização conservadora da agricultura. Também criaram diversas escolas agrícolas para difundir esses pacotes tecnológicos.

### *A política de preços agrícolas*

Outro elemento determinante nesse processo de modernização conservadora da agricultura foi a política comercial. Entre os

---

controlada e de ação comunitária não conflituosa. A partir da institucionalização do Sistema Nacional do Crédito Rural e da avalanche creditícia iniciada nos anos 1967-1968, essa relativa diversidade das filiadas da Abcar foi sensivelmente diminuída. O rolo compressor do Crédito Rural Orientado, apelidado de crédito tecnificado, mais interessado nos excedentes comercializáveis e no consumo de insumos de origem industrial, provocou uma progressiva padronização dos serviços extensionistas, deixando de lado tanto no discurso como sobretudo na prática dos serviços de extensão rural, suas conotações mais democráticas, sociais e cooperativas. A tendência que se afirmou foi a de concentrar as ações extensionistas em áreas produtoras e produtos de maior e mais rápida resposta aos incentivos fomentistas do governo federal. Os mais pobres foram relegados. Desativam-se atividades ditas sociais e o planejamento a partir das bases. A extensão rural aceitou e tratou de apoiar o caráter elitista e excludente do estilo de desenvolvimento vigente” (Figueiredo, 1984, p. 21).

objetivos dos planos econômicos dos governos militares, estava a intenção de melhorar o balanço de pagamento, por meio da redução de importações e do estímulo a exportações de produtos agrícolas.

Estas intenções foram favorecidas pelo aumento dos valores das *commodities* agrícolas no mercado internacional. Tendo o ano de 1969 como ano base (índice 100), ver-se-á os preços internacionais evoluírem positivamente para o café, soja, cacau, açúcar e algodão. Para o café, esse índice evolui para 138,4, em 1975, chegando a 286,1 em 1979. A soja evoluiu para 137,1 em 1975, recuando a 136,8 em 1979. O açúcar, em 1975, teve seu índice de preço elevado para 542, recuando para 189,8 em 1979. Já o cacau chegou, em 1975, a 132,3, evoluindo para 162,8 em 1979. Quanto ao algodão, em 1975, seu índice de preço evoluiu para 125,3, chegando a 119,4 em 1979 (Gonçalves Neto, 1997).

Além desse contexto favorável no mercado internacional, a política econômica durante o “milagre econômico” (1968-1973), utilizando-se de minidesvalorizações cambiais, favoreceu o setor agrícola, refletindo na expressiva ampliação das exportações agrícolas naquele período. Já no período pós-1974, marcado pelo primeiro choque dos preços do petróleo, ampliaram-se as exportações agrícolas, ainda que o balanço de pagamento do governo se deteriorasse. Dessa forma, a participação dos produtos agrícolas na pauta de exportação do Brasil cresceu em valores, passando de um bilhão de dólares, em 1967, para 1,5 bilhão de dólares em 1970, saltando para 4,1 bilhões de dólares, em 1975, e atingindo o valor de 7,8 bilhões de dólares, em 1980 (Gonçalves Neto, 1997).<sup>82</sup>

---

<sup>82</sup> Importante ressaltar que, apesar da ampliação das exportações agrícolas, a sua participação na pauta de exportação ao longo da década de 1970 foi declinante, visto o processo de industrialização da economia brasileira e a ampliação das exportações de produtos manufaturados. Em 1955, as exportações agrícolas brasileiras representavam 83,2% do volume das exportações brasileiras. Em 1960, essa participação caiu para 76%. Em 1965, passou para 61,8%. Em 1970, foi de 56,5%. Já em 1975, representou 47,4%, chegando em 1980 a 39,2% (Gonçalves Neto, 1997).

Com esse aumento das exportações e com a política de substituição de importações, o setor agrícola gerou um saldo comercial expressivo, que se ampliou ao longo da década de 1970. Em 1967, esse saldo foi de 844,9 milhões de dólares, chegando, em 1970, a 1,5 bilhão de dólares; em 1975, 3,2 bilhões de dólares; em 1980, 5,3 bilhões de dólares (Gonçalves Neto, 1997).

## A AMAZÔNIA LEGAL, A EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA E O MERCADO DE TERRAS NO BRASIL

Os governos militares e seus planos econômicos – que levaram à expansão da fronteira agrícola, à atração capitais nacionais e estrangeiros e à reconfiguração do mercado de terras do país – também resultaram na internacionalização da Amazônia Legal, com forte processo de destruição, impactando negativamente as populações locais (comunidades camponesas, quilombolas e povos indígenas).

As condições institucionais para isso foram criadas pelo presidente Castelo Branco quando, em 27 de outubro de 1966, sancionou a Lei n. 5.173, criando a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam)<sup>83</sup> e a Lei n. 5.174, que consagrou os incentivos fiscais e as isenções de impostos e taxas para as importações de máquinas e equipamentos para aquela região. A lei de criação da Sudam incorporou a Superintendência de Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), criada em 1953 por Getúlio Vargas, e constituiu a região conhecida por Amazônia Legal (Oliveira, 1987).

### *Os recursos florestais*

O projeto de maior envergadura de expropriação dos recursos florestais na Amazônia foi o Projeto Jari. Oficialmente, ele envolvia

---

<sup>83</sup> A Sudam, envolvida em fortes denúncias de desvio de recursos ao longo dos anos 1990, foi extinta em 2002 pelo governo FHC, criando em seu lugar a Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA). Em 2007, o governo Lula recriou a Sudam e extinguiu a ADA.

1.632.000 ha, localizado entre os municípios de Mazagão e Almerin, na foz do Rio Amazonas, no estado do Pará. Pertencente ao multimilionário estadunidense Daniel Keith Ludwig, o Projeto Jari contemplava investimentos no setor agropecuário com o plantio de 15 mil ha de arroz, produção de 80 mil cabeças de gado bovino e bubalino e o plantio de cana-de-açúcar, com a construção de uma usina de açúcar e álcool. Também previa a produção de celulose, com a implantação de 200 mil ha de *Pinus caribaea* e *Gmelina arborea*. E, no plano mineral, previa-se a exploração de bauxita e caulim. Em 1981, o empresário abandonou o projeto e o governo militar do general João Figueiredo assumiu as enormes dívidas, especialmente a externa, que totalizava 180 milhões de dólares, e, por meio do Gebam, regularizou 1,2 milhão de ha de terra, repassando o projeto a um grupo de empresários e banqueiros brasileiros que constituíram a Companhia do Jari, tornando-se um dos grandes exemplos de escândalos com a apropriação privada de terras públicas no Brasil (Oliveira, 1987).

### *Os recursos minerais*

Criado durante o governo militar do presidente general João Figueiredo, o Projeto Grande Carajás articulou uma das maiores reservas minerais do mundo (900 mil km<sup>2</sup>), com infraestrutura de transporte ferroviário (construção da ferrovia Carajás-São Luís, com 890 km), portuário (construção do porto de Ponta da Madeira-Itaqui, em São Luís, no Maranhão) e elétrico (Eletronorte, construiu a hidrelétrica de Tucuruí), prevendo também a implantação do projeto florestal (plantio de eucalipto para produção de 25 milhões de m<sup>3</sup> de carvão vegetal para abastecer os fornos das siderúrgicas). Sob a coordenação da empresa estatal Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), associada a diversas empresas internacionais, implantou-se o Projeto Ferro Carajás, com o objetivo de exportar 35 milhões de toneladas de minério de ferro, e implantou-se o Projeto

Alumínio, que articulava as jazidas do Vale do Trombetas com o complexo Grande Carajás, com energia subsidiada de Tucuruí. O Projeto Alumínio beneficiou os consórcios Albras-Alunorte (com participação acionária em ambos os consórcios da CVRD e a companhia Nippon Amazon Aluminium [Nalco], da qual participavam 33 empresas japonesas e o governo do Japão) e o consórcio Alumar, constituído pelas multinacionais Alcoa Alumínio S.A. e Billiton Shell, contando nesse consórcio com a participação da construtora brasileira Camargo Corrêa. Na década de 1980, explorava-se, além do minério de ferro, o ouro, a bauxita, a cassiterita, o manganês, o cobre e o níquel (Oliveira, 1987).

### *Os incentivos fiscais para projetos agropecuários*

A meta de expansão da fronteira agrícola contou com a implantação de projetos agropecuários e com forte política de isenções fiscais, o que fez com que os capitais urbanos, sobretudo o paulista, migrassem para o campo na região amazônica. Motivados pelos incentivos fiscais, até o final de 1985, foram aprovados muitos projetos: 581 agropecuários; 40 agroindustriais; 274 industriais; e 52 de serviços. Até aquele ano, foram implantados 166 projetos (25%) e destes 94 eram agropecuários. Ainda se encontravam em fase de implantação outros 71% dos aprovados pela Sudam. Estimava-se, naquele período, que os projetos agropecuários e agroindustriais envolviam 9 milhões de ha na Amazônia Legal (Oliveira, 1987).<sup>84</sup>

Estes projetos, em boa medida, expulsaram os camponeses posseiros<sup>85</sup> e invadiram terras indígenas, como foi o caso do Projeto

<sup>84</sup> De acordo com Oliveira (1987, p. 83), “a área média desses projetos é de 7 mil ha no Amazonas, 14.100 ha em Goiás, 16.300 ha no Pará e 31.400 ha em Mato Grosso”.

<sup>85</sup> Conforme indicado por Oliveira (1987), os posseiros na região da Amazônia Legal, em 1960, correspondiam a 213 mil, saltando para 360 mil em 1970, chegando a 452 mil em 1975, recuando para 404 mil em 1980 (esta redução está associada à intensa violência entre 1975-1980 contra os posseiros, visto esse processo de apropriação das terras públicas pelos projetos agropecuários, agroindustrial e mineral).

da Agropecuária Suiá Missu, pertencentes ao Grupo Ometto (uma das maiores famílias de usineiros do interior paulista) e a Ariosto da Riva (proprietário da Colonizadora Indeco), que ocuparam as terras indígenas dos Xavante.<sup>86</sup> Eles também incluíram a invasão de terras de posseiros – como foi o caso da Companhia de Desenvolvimento do Araguaia (Codeara),<sup>87</sup> pertencente ao Banco do Crédito Nacional (BCN), ligada à família Conde, com quase 200 mil ha, que entrou em conflito com moradores/posseiros do povoado de Santa Terezi-  
nha, área prevista dentro do novo empreendimento. Desse modo, os projetos agropecuários legalizaram, em grande parte, o processo de grilagem de terras na Amazônia Legal (Oliveira, 1987).<sup>88</sup>

---

<sup>86</sup> Posteriormente, em 1972, essa fazenda foi vendida para o grupo italiano Liquifarm.

<sup>87</sup> Conforme sugerido por Oliveira (1987, p. 74), “a história que vai envolver a Codeara começou no início dos anos 1960, e a protagonista foi a Companhia Imobiliária do Vale do Araguaia (Civa). Uma empresa que atuou no comércio de terras da região, longe pois da realidade daquela área, atuando sobretudo em Cuiabá e São Paulo, realizando a apropriação de terras devolutas ocupadas – como se sabia, por índios e posseiros – por meio de expedientes sabidamente espúrios e falsos da chamada ‘indústria da grilagem’, e, para garantir apoio, contou inclusive com a participação do governo estadual de Mato Grosso”. Essa participação abrangeu a titulação de 1,3 milhão de ha para Civa, pelo Instituto de Terras do MT. O mais escandaloso foi o fato de o governador do Mato Grosso, naquela oportunidade o sr. Ponce, ser acionista da imobiliária Civa.

<sup>88</sup> “Naquele período, as empresas, para poderem aplicar o incentivo fiscal, passaram a adquirir títulos de propriedade de terras, que obedeciam à lógica da ‘grilagem legalizada’. Ou seja, um ‘procurador’ obtinha os títulos por meio de procurações passadas por pessoas que, às vezes, nem sabiam o que estavam assinando ou, então, até recebiam uma certa quantia em dinheiro para assinarem; e, mesmo em época de eleição, aproveitava para oferecer títulos de terras para quem votasse nos ‘candidatos do governo’. De posse dessa procuração, o ‘procurador’ dava entrada no órgão governamental competente e obtinha em nome de terceiros os títulos de propriedades de terras devolutas. Como se sabe, eram anexadas ao processo duas declarações sabidamente falsas, uma de que nas terras solicitadas não havia índios, e outra de que não havia posseiros. Com os títulos em mãos, diga-se de passagem, com todo o ‘falso levantamento de divisas’ feito por profissionais habilitados (engenheiros civis, arquitetos, agrimensores etc.), passava a oferecê-los aos grupos econômicos do Centro-Sul do país” (Oliveira, 1987, p. 83-84).

Mas esses projetos nessa região também representaram a formação de empreendimentos com capitais de diversos setores, como foi o exemplo do Projeto Frigorífico Atlas, localizado em Santana do Araguaia (PA). Com aporte de recursos da Sudam, sua construção foi iniciada em 1978, se tornando, na época, o maior frigorífico do país (previa abater 1.200 cabeças de gado ao dia). Esse investimento contava com a participação do grupo alemão Atlas (29% do capital), da Volkswagen (20%), Supergasbrás (16,5%), Bradesco (5%), Banco de Crédito Nacional (2,5%) e Grupo Lunnardelli (2,5%)<sup>89</sup> (Oliveira, 1987). Mas a existência deste projeto só foi possível com a participação da Volkswagen que, em 1966, iniciou a implantação do seu projeto “Fazenda Campo Alegre” por intermédio da Companhia Industrial e Agropastoril Vale do Rio Campo Alegre, uma *joint venture* composta por mais de 13 empresas, apropriando-se de nada menos do que 140 mil ha para a criação de gado. E, assim, Volkswagen, Bradesco e tantas outras empresas no Brasil se tornaram latifundiárias em terras públicas, indígenas e de posseiros.

### *Os projetos de colonização*

A colonização era uma das estratégias dos governos militares para a ampliação da fronteira agrícola. Com a criação do Incra, em 1970, os projetos públicos deram andamento à colonização, associada aos projetos de infraestrutura rodoviária (Transamazônica – rodovia BR-230; Cuiabá-Santarém, rodovia BR-163 e a rodovia BR-364, Cuiabá a Porto Velho e depois a Rio Branco). Os projetos públicos de colonização, em suas diferentes modalidades – Projetos Integrados de Colonização (PIC), Projetos de Assentamento Rápidos (PAR), Projeto Especial de Colonização (PEC), Projeto de

---

<sup>89</sup> Quatro anos após o início de suas atividades, o Frigorífico Atlas foi fechado, sob alegação de alto custo com transporte, energia elétrica e diesel.

Assentamento Dirigido (PAD) e Projeto de Assentamento/Projeto Colonização, abrangeram 15,9 milhões de ha, envolvendo 124 mil famílias até setembro de 1983.<sup>90</sup> Isso levava os militares a se gabarem, com tom ufanista, de terem feito a “maior reforma agrária do mundo”. Essa estratégia também contemplava outros objetivos, como distensionar as regiões onde se processava a expropriação dos camponeses, na medida em que avançava a concentração fundiária, bem como garantir mão de obra para essa região norte, onde se implantavam os grandes projetos agropecuários e minerais (Oliveira, 1987).

Nesses projetos públicos de colonização, destacou-se inicialmente o estado do Pará, onde foram implantados os Projetos Integrados de Colonização (PIC) ao longo da rodovia Transamazônica (dez quilômetros de cada margem), constituindo-se o PIC de Altamira em 1970, no município de mesmo nome, envolvendo mais de 2,7 milhões de ha, atraindo, até início dos anos 1980, 6 mil camponeses. Constituiu-se, também, o PIC Marabá, implantado em 1971, envolvendo 3.500 camponeses, distribuindo mais de 356 mil ha. Já em 1972, constituiu-se o PIC de Itaituba nos municípios de Aveiro e Itaituba, envolvendo, entre a década de 1970 e início de 1980, 3.400 camponeses em aproximadamente 1 milhão de ha (Oliveira, 1987). As famílias camponesas destes PICs eram, em sua maioria (70%), oriundas da região Nordeste, sendo outros 10% compostos por famílias gaúchas e o restante, do Norte e Centro-Oeste. Em 1973, foi instalado o Projeto Agroindustrial “Abraham Lincoln” (Pacal), com 150 mil famílias, no município de Prainha (hoje Medicilândia), com 15.300 ha para plantio de cana-de-açúcar para produção de açúcar e álcool. Em 1979, com a falência deste projeto, o governo

---

<sup>90</sup> Até o ano de 1979, o Incra havia assentado nos projetos de colonização 47 mil famílias e, entre os anos de 1980 e 1983, esse órgão assentou outras 77.694 famílias, período que coincidiu com a retomada da luta pela terra no Brasil (Oliveira, 1987).

militar repassou o Pacal para a gaúcha Cooperativa Agropecuária e Industrial (Cotrijuí), com a missão de colonizar 400 mil ha.

Outro estado relevante nessa política de colonização pública foi o estado de Rondônia, onde o Incra implantou os PICs também no início da década de 1970, ao longo da rodovia Cuiabá-Porto Velho (BR 364). O projeto de colonização PIC Ouro Preto, em 1970, no município de Ouro Preto do Oeste, foi o ponto de partida para a sistemática colonização do estado de Rondônia, envolvendo mais de 512 mil ha, com o assentamento de 5 mil famílias, ao longo da década, com forte presença de camponeses da região Sudeste.<sup>91</sup> Estes projetos afetaram os povos indígenas que viviam naquele estado, como os povos Gavião, Arara, Pakaá Nova, Aikana-Latundê, Urubone, Uru-eu-wau-wau, Karitiana e Kariupwana (Oliveira, 1987).

Com o Polonoroeste, contando com recursos do Banco Mundial, novos projetos de colonização foram implantados em Rondônia, Acre e Roraima. Com a pavimentação do trecho da BR 364 entre Porto Velho e Rio Branco, foram implantados, no Acre, desde 1981, o PAD Boa Esperança, no município de Serra Madureira (próximo de Rio Branco), envolvendo 275 mil ha, assentando mil famílias. Neste mesmo ano, foi a vez do PAD Humaitá, em Rio Branco (com 62.918 ha), do PAD Quixadá (município de Basileia, com mais de 54 mil ha) e do PAD Santa Luzia, no município de

---

<sup>91</sup> Em 1972, o Incra organizou o PIC Sidney Girão, localizado no município de Guajará-Mirim, próximo à fronteira com a Bolívia, com 60 mil ha e 600 famílias. Ao sul do PIC Ouro Preto, forma-se outro projeto de colonização, o PIC Jí-Paraná, com uma área de 486.147 ha, compreendendo hoje os municípios de Presidente Médici, Cacoal, Rolim de Moura e Pimenta Bueno, envolvendo cinco mil famílias. Já em 1974, foi implantado o PIC Paulo Assis Ribeiro, no município de Colorado do Oeste, com mais 293 mil ha, próximo da divisa do Mato Grosso, envolvendo mais de 3.500 famílias. Em 1975, foi implantado o PIC Padre Adolpho Rohlf, no município de Jaru, com mais de 407 mil ha, englobando 3.500 famílias. Também em 1975, foram constituídos os PAD Marechal Dutra e Burareiro, ambos no município de Ariquemes, que somados englobavam mais de 790 mil ha e 6.500 famílias. (Oliveira, 1987)

Cruzeiro do Sul. Em Roraima, também no início dos anos 1980, próximo ao Parque Indígena Yanomami, o Incra implantou o PAD Anauá, de 200 mil ha, localizado nos municípios de Boa Vista e Caracaraí, envolvendo mil famílias. Já em Rondônia, ao longo da BR 364, nos trechos de Porto Velho/Guajará-Mirim e Pimenta Bueno/Ji-Paraná, a partir de 1981, foram destinados mais de 1,5 milhão de ha para Projetos de Assentamento Rápido (PAR), formando as cidades de Espigão do Oeste e Alvorada do Oeste (Oliveira, 1987).

Outro estado relevante na política pública de colonização foi Mato Grosso, onde se concretizaram Projetos de Ação Conjunta (PAC),<sup>92</sup> envolvendo cooperativas nesses empreendimentos. Um desses casos foi o PAC Carlinda, no município de Alta Floresta, com mais de 89 mil ha, englobando 600 famílias e tendo como parte do empreendimento a Cooperativa Agrícola de Cotia Ltda. – CAC, (com sede em Cotia/SP). Outro caso foi o PAC Peixoto de Azevedo, com área de 120 mil ha, para 700 famílias, ao longo da rodovia Cuiabá-Santarém (BR 163), na qual se envolveu a Cooperativa Triticola de Erechim Ltda. (Cotrel), criando, posteriormente, o município de Guarantã do Norte.<sup>93</sup> Mas o projeto de colonização de maior repercussão na disputa da questão agrária com o governo militar foi o Projeto Especial de Assentamento (PEA) de Lucas do Rio Verde. Localizado no município de Diamantino (depois emancipado), envolvia uma área de mais de 200 mil ha, na rodovia BR

---

<sup>92</sup> Conforme indicado por Oliveira (1987, p. 94), o PAC “é o resultado de uma ação conjunta entre o Incra e uma cooperativa. Cabe ao Incra a responsabilidade de implantação da infraestrutura física e a titulação dos parceleiros. A cooperativa assume a administração e a manutenção do projeto, bem como promove a assistência socioeconômica aos beneficiários”.

<sup>93</sup> Guarantã do Norte foi constituído como município em 1986, desmembrando-se de Colíder e englobando o projeto particular de Matupá, vinculado à Agropecuária Cachimbo, pertencente ao Grupo Ometto, bem como o Projeto de Assentamento (PA) Braço Sul, com 115 mil ha, organizado para assentar mil famílias camponesas que regressavam do Paraguai, os “brasiguaios”, que acamparam no município sul mato-grossense de Mundo Novo, pressionando os governos estadual e federal.

163, entre os municípios de Sorriso e Nova Mutum, englobando mil famílias. Buscando desarticular o acampamento dos Sem Terra da Encruzilhada Natalino, no norte do Rio Grande do Sul, o governo federal deslocou para a região o major Curió, conseguindo cooptar apenas 252 famílias para esse assentamento.<sup>94</sup>

O Incra também instalou no Mato Grosso, na década de 1980, outros Projetos de Assentamentos Rápidos (PAR), como o Canaã e Carapá (ambos em Nova Canaã), Paraná e Teles Pires (ambos em Colíder), Cerro Azul (em Pontes e Lacerda) e Sete de Setembro (em Aripuanã).<sup>95</sup> No Mato Grosso, a colonização pública contou também com a participação da Companhia de Desenvolvimento do Mato Grosso (Codemat), que divulgou o Projeto Juína, previsto para mais de mil famílias, contando com área de 250 mil ha, no município de Juína, desmembrado do município de Aripuanã (Oliveira, 1987).

Quanto aos projetos privados de colonização, estima-se que estes englobaram mais de 4 milhões de ha, envolvendo 31.789 famílias até setembro de 1983,<sup>96</sup> em sua maior parte localizados no estado de Mato Grosso (Oliveira, 1987). Nestes projetos particulares, destacaram-se as empresas colonizadoras, como a Sorriso, a Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná (Sinop), a Indeco, a Líder e cooperativas como a Cooperativa 31 de Março

---

<sup>94</sup> De acordo com Oliveira (1987, p. 107), “em 1986, destas, apenas 15 famílias ainda lá permaneciam, tendo as demais retornado para o Rio Grande do Sul. É um projeto, por ser especial, envolvido em uma trama de corrupção que gerou processos administrativos e afastamento de funcionário do Incra em Cuiabá”.

<sup>95</sup> De acordo com Oliveira (1987), o PAR Canaã contou com 1.500 famílias e o PAR Carapá, com 200 famílias, ambos localizados no município de Nova Canaã. Já no município de Colíder, foi instalado o PAR Paraná, com 300 famílias e Teles Pires, com outras mil famílias. O PAR Sete de Setembro, localizado em Aripuanã, envolveu 200 famílias e está próximo da reserva indígena do Suruí. Em Pontes e Lacerda, instalou-se o PAR Cerro Azul, com 400 famílias.

<sup>96</sup> Até 1979, foram alocadas 61.816 famílias nos projetos de colonização privados, e outras 17.168 famílias entre 1980 e setembro de 1983 (Oliveira, 1987).

Ltda., de Tenente Portela, no Rio Grande do Sul, e a Cotriguaçu, de Cascavel, no Paraná.

Destes projetos, emergiram no eixo da BR 163 (Cuiabá-Santarém) cidades como Sinop, Vera, Sorriso, Nova Mutum, Terra Nova e Colíder. No eixo da rodovia BR 158, cidades como Nova Xavantina, Água Boa, Canarana, Vila Rica. No eixo da rodovia estadual MT 170-208, formaram-se cidades como Brasnorte, Juaraena e Cotriguaçu. E, bem ao norte do Mato Grosso, surgiram cidades como Alta Floresta, Apiacás e Nova Bandeirantes.<sup>97</sup> Em boa medida, estes projetos colidiram com terras indígenas dos povos Xavante, Apiaká, Myky, Salumá e Rikbaktsa.

### *A expansão do mercado de terras no Brasil*

Sob esse contexto de política fundiária dos governos militares, articulada com enormes incentivos fiscais e financeiros (sobretudo o crédito rural), a propriedade da terra tornou-se altamente interessante para o grande capital seja como fonte de reserva de valor, seja como espaço de produção captando os incentivos fiscais e creditícios, seja como forma de valorização patrimonial lastreadora de garantias bancárias para futuros financiamentos, seja como forma de valorização pela especulação fundiária, a terra se tornou um ativo financeiro dentro das possibilidades de diversificação dos investimentos dos grandes grupos econômicos, como bancos, sociedades anônimas industriais ou comerciais, como *holdings*, ou grandes cooperativas, imobiliárias etc.<sup>98</sup>

---

<sup>97</sup> De acordo com Oliveira, o estado do Mato Grosso concentrou mais de 50 projetos privados de colonização.

<sup>98</sup> Como sugerido por Delgado, “de posse de grandes propriedades, há, pelo menos, três estratégias que se desenham no mercado. A *primeira*, que tem sido a mais comentada, refere-se à manutenção da terra em ociosidade, com vistas à valorização especulativa. A *segunda* consiste na incorporação dessas novas terras ao comércio imobiliário, seja aquele regulado pelo Incra, por intermédio de projetos de colonização privada, seja ao comércio privado estrito. Nos dois casos, essas empresas

Esta incorporação do grande capital à terra forçou a valorização destes títulos fundiários/patrimoniais, à semelhança de qualquer outro título financeiro (ações, obrigações, títulos governamentais). Assim, o preço da terra, como expressão da renda capitalizada desta terra, passou a exprimir a valorização financeira destes mercados e a taxa de juros do mercado financeiro passou a ser elemento componente da renda e do preço da terra (Delgado, 1985).

Dessa forma, as diversas políticas dos governos militares, anteriormente descritas, reorganizaram o mercado de terras no Brasil, tornando a renda da terra um equivalente à renda financeira obtida em aplicações de capitais, uma opção na diversificação dos investimentos para os grandes grupos econômicos. Para alguns pesquisadores, isso já indicaria que a agricultura brasileira atingiu seu estágio de financeirização, fundindo os capitais à terra.

## A MODERNIZAÇÃO DA AGROINDÚSTRIA

As mudanças também chegaram na agroindústria brasileira, que se modernizou. Ainda que em meados da década de 1970 representasse apenas 20% do valor da produção global da indústria de transformação, ela experimentou, na segunda metade daquela década, um acelerado crescimento, expandindo em 45% seu valor de produção e ampliando em 22% o pessoal ocupado nesse setor.<sup>99</sup>

---

se apropriam dos ganhos de fundador pela simples incorporação dos direitos de propriedade ao espaço novo de exploração do capital [...]. A renda capitalizada que estes preços embutem é fruto de uma potencialidade peculiar dessas empresas de induzir e fazer aceitar perspectivas favoráveis de expansão futura da agropecuária nessas regiões; da garantia implícita e explícita do Estado a esse projeto; e finalmente da articulação dessas empresas de terras com instituições financeiras que permitem a ampliação da clientela dos novos proprietários. Essa última condição termina por cair no campo do financiamento dos bancos rurais estatais, sob quais condições de juros, prazos e carências para financiamento fundiário ou financiamento produtivo essa clientela nova será incorporada ao mercado de terras” (Delgado, 1985, p. 206).

<sup>99</sup> De acordo com Kageyama (1996, p. 173), “comparando o Censo Industrial de 1949 com o de 1959, verifica-se que a participação da agroindústria no total do valor da

No entanto, essa expansão foi acompanhada por um crescimento de apenas 0,9% das unidades agroindustriais, indicando uma enorme concentração (aumento do tamanho médio dos estabelecimentos) e crescimento da produtividade, sugerindo um intenso processo de oligopolização de vários setores agroindustriais.<sup>100</sup> Os setores expoentes deste processo foram o sucroalcooleiro, o de óleos vegetais brutos e o da indústria de papel (Kageyama, 1996).<sup>101</sup>

---

transformação industrial [VTI] no primeiro ano era de 54,2%, enquanto o emprego agroindustrial totalizava 55,7%. Dez anos mais tarde, a participação da agroindústria no VTI se reduz para 47,1%, e no emprego para 51,9%, sendo que além desta perda relativa de potencial em relação aos demais setores industriais já se pode observar também uma reestruturação interna da agroindústria, com os subsetores mais dinâmicos como papel e papelão, borracha etc. ganhando terreno em relação aos setores tradicionais de alimentos e têxtil. Essa mudança na orientação do setor agroindustrial corresponde também a uma fase de grande internacionalização de ativos justamente nos subsetores mais dinâmicos. Neste período, a entrada do capital estrangeiro em alguns ramos do subsetor de alimentos, moagem, fumo, carnes, laticínio etc. já vai permitir o ensaio de alguns movimentos de integração indústria-agricultura em substituição à integração agricultura-indústria, até então dominante.” Na década de 1960, a participação dos setores agroindustriais na produção global industrial caiu para 30,8%, na medida em que se expandia a industrialização brasileira.

<sup>100</sup> Conforme sugerido por Kageyama, apesar do processo de oligopolização, este setor entra na década de 1980 com forte heterogeneidade entre os subsetores. Reconhecendo a oligopolização dos subsetores mais dinâmicos na agroindústria, a autora reconhece também que “os setores menos dinâmicos da agroindústria são aqueles em que a presença de pequenos estabelecimentos é mais generalizada: madeira, laticínios, carnes e pescado, têxtil. Deve-se lembrar, todavia, que os setores onde predominam pequenos estabelecimentos tecnologicamente tradicionais ainda têm peso expressivo no conjunto da agroindústria brasileira. Os ramos de processamento de madeira, couros e peles, café, cereais e farinhas, e bebidas (que apresentavam os menores tamanhos médios por estabelecimentos) ainda eram responsáveis, em 1980, por cerca de 27% do valor total da produção da agroindústria. Isto coloca a questão da heterogeneidade interna da agroindústria processadora, apesar do movimento global em direção à modernização tecnológica e à concentração.” (1996, p. 175-176).

<sup>101</sup> Entre 1975 e 1980, o setor agroindustrial em seu conjunto elevou em 51% seu valor de produção. No entanto, os subsetores do papel elevaram em 106,8%, o álcool cresceu 454,8%, os óleos vegetais bruto ampliaram em 150,6% seu valor de produção e o subsetor de óleos refinados cresceu, no período, 74,6% (Kageyama, 1996).

Os governos militares, por meio das reformas institucionais e com a constituição do crédito rural e dos seus planos de desenvolvimento, estabeleceram uma política agroindustrial, utilizando-se dos mecanismos de financiamento do capital fixo e do capital de giro, recorrendo também aos incentivos fiscais e às ações de intervenções reguladoras.

Quanto ao financiamento do capital fixo, destacou-se uma linha especial de crédito de investimento, direto ao setor agroindustrial, com a constituição, em julho de 1965, do Fundo Geral para a Agricultura e Indústria (Funagri),<sup>102</sup> administrado pelo Banco Central. Esse fundo era composto por recursos provenientes de entidades financeiras nacionais e internacionais, bem como por recursos alocados pelo Banco Central e por saldos de contas relacionadas. Em 1969, esse fundo movimentou recursos equivalentes a 20% dos valores empregados no crédito agrícola. Essa participação ampliou-se e, em 1977, o Funagri movimentou um volume equivalente a 30% dos recursos do SNCR (Kageyama, 1996).<sup>103</sup>

Outra importante fonte de financiamento do capital fixo do setor agroindustrial foi a Agência Especial de Financiamento

---

<sup>102</sup> O Funagri, como já esclarecido, foi criado em 1965 e, a partir de 1967, se instituiu como uma conta vinculada ao SNCR. A partir daquele momento, “observa-se o início de um novo movimento de fragmentação, desta vez voltado para o atendimento de situações particulares de cada subsetor do agro. Esse movimento de fragmentação se intensifica a partir da década de 1970 na medida em que as condições financeiras para o crédito rural passam a ser mais restritivas. Os produtores passam a reivindicar ‘linhas especiais’ sob condições vantajosas para incentivar a industrialização de matérias-primas e a comercialização de insumos e equipamentos modernos” (Kageyama, 1996, p. 177-178).

<sup>103</sup> A crise do crédito rural no início da década de 1980 se abateu também no Funagri, reduzindo seu peso em relação ao valor total do crédito rural, tornando-o quase inexpressivo a partir de 1984. Outro fator que influi na menor importância do Funagri foi a constituição, em 1983, de um outro fundo, o Programa de Apoio ao Setor Sucroalcooleiro (Proasal), que já no seu primeiro ano consumiu um terço de todos os recursos administrados pelo Banco Central para socorrer as empresas sucroalcooleiras (Kageyama, 1996).

(Finam), criada em dezembro de 1964 junto ao BNDES, voltada para a aquisição de equipamentos nacionais e importados. Desde a sua criação, o Finame teve papel relevante no financiamento da indústria têxtil e da indústria processadora de alimentos. No final da década de 1970, ganhou muito peso o financiamento, pelo Finame, do Programa Nacional do Alcool (ProAlcool), repassando volumosos recursos do Banco Mundial (Kageyama, 1996).

Quanto ao financiamento do capital de giro das indústrias processadoras de produtos agropecuários, destacou-se o crédito de comercialização, sendo essa uma modalidade de financiamento do crédito rural amparada nos marcos da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM).<sup>104</sup>

Destacaram-se os Empréstimos do Governo Federal (EGF), no qual o volume de recursos alocados pelos governos militares saltou de 134 milhões de cruzeiros, em 1969, para 1,1 bilhão de cruzeiros, em 1979 (Gonçalves Neto, 1997). Evidentemente que esse crédito de comercialização manteve a característica geral do crédito rural de ser desigual regionalmente e concentrada nos produtos de exportação.

A distribuição regional dos recursos do EGF priorizou o Sul e Sudeste em detrimento do Norte e Nordeste. Se em 1969 Norte e Nordeste financiaram 28 milhões de cruzeiros no EGF, o que

---

<sup>104</sup> A política de garantia de preços mínimos (PGPM) foi iniciada ainda na década de 1940, com a criação da Comissão de Financiamento da Produção, a partir do Decreto Lei n. 5.212, de janeiro de 1943. Em julho de 1945 é promulgado o Decreto Lei n. 7.774, que divulgou os seis primeiros produtos com preços mínimos. Em junho de 1962 o governo Goulart publicou a Lei Delegada n. 2, restringindo os beneficiários desta política de preços mínimos apenas aos produtores e cooperativas. Com o golpe militar, a partir da pressão do setor de beneficiamento, agroindustrialização e comerciantes, os militares revogaram tal lei e mais tarde, em dezembro de 1966, promulgaram o Decreto-Lei n. 79, consolidando a legislação sobre a garantia de preços mínimos que vigorou durante o regime militar (Gonçalves Neto, 1997). A PGPM operava com três tipos de financiamentos para a comercialização: os Empréstimos do Governo Federal (EGF) com opção de venda, os Empréstimos do Governo Federal (EGF) sem opção de venda, e a Aquisição do Governo Federal (AGF).

significava 21% do volume total dos recursos, Sul e Sudeste movimentaram 106 milhões de cruzeiros, representando 79% do EGF daquele ano. A desigualdade se exacerbou ao longo da década, com Sul e Sudeste concentrando, em 1979, 85% do total de recursos do EGF, e cabendo ao Norte e Nordeste apenas 15% destes recursos. Já em 1979, essa participação dos intermediários se retraiu, mas manteve-se alta, cabendo aos comerciantes, beneficiadores e agroindústria 73% do volume de recursos do EGF. Nas regiões Sul e Sudeste, o EGF, ao longo da década de 1970, ficou distribuído em torno da metade do volume de recursos para os intermediários (comerciantes, agroindústrias) e a outra metade para os produtores/cooperativas (Gonçalves Neto, 1997).

Quanto à participação na compra dos produtos agrícolas financiados pelo EGF, destacaram-se os produtos de exportação. No EGF de 1969, apenas 9% dos recursos foram destinados para aquisição de soja. No entanto, essa participação evoluiu chegando, em 1975, a 44% do EGF daquele ano, retraindo um pouco em 1979, mesmo assim com participação elevada de 33% do volume dos recursos. O algodão também centralizou muito recursos do EGF: se, em 1969, 29% dos recursos foram destinados para a compra do algodão, essa participação alcançou, em 1979, 34% do volume do EGF (Gonçalves Neto, 1997).<sup>105</sup>

As intervenções governamentais em favor do setor agroindustrial, por sua vez, foram implementadas ao longo do tempo por meio da política fiscal (isenções sobretudo do Imposto de Renda, ICM e IPI), da definição de cotas para exportação e do tabelamen-

---

<sup>105</sup> Para os produtos agrícolas tradicionalmente destinados ao mercado interno, o arroz foi aquele que mais mobilizou o EGF, tendo em 1969 uma participação de 44% no volume dos recursos, decaindo sua participação sobretudo na segunda metade da década de 1970, chegando em 1979 com participação de apenas 12% nos recursos do EGF. Quanto ao milho, nessa década ainda focado no mercado interno, participou com 1,1% no EGF de 1969, chegando em 1979 com uma participação modesta de 6,7% do volume total destinado ao EGF (Kageyama, 1996).

to de preços, assegurando matéria-prima para as agroindústrias (Kageyama, 1996).<sup>106</sup>

Apesar da tentativa centralizadora da política agroindustrial dos governos militares, ao longo do tempo, a pressão e os *lobbies* dos diferentes segmentos agroindustriais se fizeram presentes, influenciando nas destinações dos recursos dos diferentes fundos financeiros que apoiaram o setor agroindustrial ao longo da década de 1970.<sup>107</sup>

A década de 1980 começou com um setor agroindustrial modernizado, com forte concentração e centralização dos capitais e em alguns destes segmentos, como o de carnes (frango e suínos), fumo e uva, constitui-se uma nova relação social, surgindo o camponês integrado, submetido a um sistema de integração verticalizado que o explorava, transformando-o em mero produtor de matéria-prima

---

<sup>106</sup> Um dos exemplos desta ação interventora do Estado é o caso da soja. De acordo com Kageyama (1996, p. 183), “a segunda metade da década de 1970, exatamente o período que marca a grande expansão e consolidação das modernas plantas de processamento industrial da soja, a relação entre os preços do grão, torta e óleo no mercado internacional favorecia a exportação do produto *in natura*. De acordo com estudo do Banco Mundial, em 1976, cada tonelada de soja exportada *in natura* teria sido vendida, em média, por 217 dólares contra 211 dólares na forma de torta e óleo. Essa mesma relação desfavorável aos processados teria existido também em 1977 e 1978. Se se leva em conta os custos do processamento, a relação torna-se ainda mais desfavorável. Situações como essas geravam conflitos entre produtores, cooperativas, indústrias e exportadores que, se resolvido no e pelo mercado, no limite poderiam até mesmo inviabilizar as unidades industriais. Neste caso particular, o Estado intervinha, de um lado, reduzindo os custos do processamento através do crédito subsidiado e das deduções fiscais, particularmente o ICM e IPI sobre os produtos exportados; de outro lado, principalmente via tabelamento de preços e cotas de fornecimento e/ou exportação, tratou de assegurar o abastecimento interno das indústrias, em condições mais favoráveis do que as vigentes no mercado internacional”.

<sup>107</sup> De acordo com Kageyama (1996, p. 184), “a partir dos anos 1970, e com as novas necessidades colocadas pela política exportadora brasileira e o programa energético, o Estado passa a perder, cada vez mais, o controle daquilo que seria uma política agroindustrial centralizada. As subcontas do Funagri e outros fundos agroindustriais administrados pelo Banco Central, Banco do Brasil e BNDES adquirem modo próprio sob o comando de *lobbies* e forças políticas organizadas que passam a administrar recursos e distribuir concessões”.

para as agroindústrias, numa condição de imensa subordinação, na qual a indústria processadora ditava todos os procedimentos dos manejos técnicos. Os camponeses tornaram-se assalariados disfarçados ou precarizados, pois além de não terem nenhum direito trabalhista, corriam o risco do insucesso da atividade.<sup>108</sup>

Além de recursos subsidiados para o capital fixo e capital de giro, foi usada a violência dos militares para consolidar essa lógica agroindustrial. Foi com base no “coturno e no fuzil” que a força militar, em Santa Catarina, impôs a substituição das raças de porcos rústicos pelas raças industriais (Landrace, Large White, Duroc). Em nome da defesa da sanidade da produção suinícola contra a peste suína, os militares abateram milhares de porcos rústicos dos camponeses catarinenses.

A propaganda também foi outra arma potente para afirmar o novo padrão de consumo, dirigido pelos interesses das corporações agroindustriais. Ficou famosa a campanha contra o consumo de banha, buscando substituí-la pelo consumo de óleo de soja produzido por uma nova indústria processadora, a indústria do óleo vegetal.<sup>109</sup>

---

<sup>108</sup> Esse processo de integração foi útil às empresas integradoras, pois elas ficaram dispensadas de gastar recursos em investimentos fixos como a aquisição de terras e a construção de galpões para a produção da matéria-prima, transferindo estes custos para as famílias camponesas que se integraram a estas empresas.

<sup>109</sup> Com a expansão do plantio de soja no sul do país, essa indústria que nasceu regionalmente entre as décadas de 1950 e 1960, esmagando diferentes grãos oleaginosos (amendoim, linhaça, soja), não sobreviveu com a chegada das corporações internacionais na década de 1960. O primeiro grande complexo de industrialização da soja, de capital estrangeiro, instalou-se na cidade de Esteio (RS), em 1958, por meio da empresa Samrig, pertencente à Bunge & Born, produzindo uma variedade de subprodutos derivados da soja. Seguiram-se a Archer Daniels Midland, de capital estadunidense, a Louis Dreyfus, de capital francês, e a Central Soya Co. e Cargill Inc., ambas de capital estadunidense. Na década de 1970, a capacidade de esmagamento de soja no país praticamente duplicou. Essa expansão também foi acompanhada por forte campanha publicitária difamando a banha de porco, atribuindo a ela problemas de saúde que somente na década de 2000 foram desmistificados.

Os militares, para dar conta do forte processo migratório campo-cidade na década de 1970, quando se formaram diversas regiões metropolitanas, passaram a organizar, ainda no final dos anos 1960 e início de 1970, por meio da Companhia Brasileira de Alimentos (Cobal), as Centrais de Abastecimento, conhecidas pela sigla Ceasa, buscando garantir a oferta de alimentos nessas regiões.

### A SUBORDINAÇÃO DA AGRICULTURA À INDÚSTRIA: SÍNTESE DO DOMÍNIO DO GRANDE CAPITAL NO CAMPO

Entramos na década de 1980 com um novo contexto técnico produtivo e com uma nova relação social no campo brasileiro. Nesse período, a forma hegemônica de produzir a riqueza no campo não era apenas a apropriação da renda da terra extraída dos camponeses pelas relações de sujeição, mas fundamentalmente pela extração de mais-valia dos trabalhadores no campo, agora assalariados e morando principalmente nas vilas e bairros das cidades (pequenas e médias), recrutados sazonalmente conforme os ciclos das atividades agropecuárias.

Do ponto de vista do padrão técnico produtivo, a grande fazenda foi plenamente integrada às indústrias que forneciam insumos, máquinas e equipamento, como também, do ponto de vista comercial, estava amarrada aos agentes econômicos que processavam os produtos gerados ou que realizavam a comercialização. Tudo isso integrado por uma rede bancária que ofertava o crédito rural e por um sistema público e privado de assistência técnica, além de um sistema público de pesquisa tecnológica nas ciências agrárias. A academia denominou essa modernização de Complexo Agroindustrial (CAI), no qual a agricultura tornava-se um elo deste encadeamento de agentes econômicos que determinava uma taxa de lucro próxima à taxa do conjunto do seu complexo (Kageyama, 1996). Em outros termos, a agricultura, a partir da década de 1980, tornou-se um ramo de aplicação de capitais como qualquer outro, obtendo uma taxa de lucro próxima dos demais setores industriais.

Nesse período, o capital passou a se reproduzir na agricultura com a mesma lógica que se reproduzia nos setores industriais. A isso, Karl Marx (1980) denominou de capital industrial: uma determinada lógica de geração de riqueza (mais-valia extraída do trabalhador assalariado) que amplia o dinheiro (capital) inicialmente aplicado, valorizando-o, e confirmando o circuito econômico da reprodução ampliada do capital. Essa forma de reprodução ampliada tornou-se a forma hegemônica de geração de riqueza no campo brasileiro na década de 1980, submetendo as outras formas econômicas, como as formas camponesas, inseridas em um circuito de reprodução mercantil simples.<sup>110</sup> A produção camponesa passou a contribuir com a ampliação do capital, na medida em que o capital passou a capturar o trabalho excedente das famílias camponesas por meio dos mecanismos comerciais e bancários.<sup>111</sup>

---

<sup>110</sup> A economia mercantil simples pode ser expressa pela fórmula  $M-D-M'$ , na qual  $M$  é mercadoria do camponês, por exemplo o feijão, que será vendido, convertendo-se em Dinheiro ( $D$ ). Com esse dinheiro, o camponês comprará outras mercadorias: meios de vida (sal, café, roupas etc.) e/ou meios de trabalho/produção (enxada, facho, triturador etc.). A centralidade dessa economia é a satisfação das necessidades do seu núcleo familiar, portanto, uma economia voltada para o consumo e bem-estar da família, sendo essa a lógica da sua reprodução. Já na economia de reprodução ampliada do capital, a centralidade está justamente na ampliação do capital investido. Ela pode ser expressa pela fórmula  $D-M-D'$ , na qual  $D$  é dinheiro (capital) investido em meios de produção e em contratação de força de trabalho, sendo estas as mercadorias adquiridas que no processo de produção gerarão uma nova mercadoria (por exemplo, a soja) que será vendida. Mas, ao vendê-la, o proprietário do capital (latifundiário) receberá não apenas o dinheiro investido, mas um valor a mais, de maior grandeza ( $D'$ ), expressando um processo de acumulação de valor (na forma de “mais dinheiro”). Por isso, a economia capitalista é considerada uma economia de reprodução ampliada, pois, com base na exploração dos trabalhadores assalariados, o capitalista capta a mais-valia (ou o mais valor) gerada por eles, sendo essa a base desse “mais dinheiro” ao final do processo (Marx, 1980).

<sup>111</sup> Historicamente, os camponeses transferiram riqueza para os setores comercial e bancário. Essa transferência de riqueza é simplesmente trabalho excedente, criação de valor que os camponeses não conseguem reter em suas mãos, vistos os mecanismos de mercado em que sempre são forçados a vender seus produtos a preços insuficientes e a comprar mercadorias (insumos, ferramentas etc.) a preços elevados, estabelecendo-se

Por isso, não se deve confundir o conceito de *modernização* da agricultura com o conceito de *industrialização* da agricultura. O primeiro está relacionado à incorporação, pelas grandes fazendas, dos pacotes tecnológicos gerados pela pesquisa agrícola orientada pelo capital, como os insumos agroquímicos, sementes híbridas e a mecanização pesada, gerando aumento da produtividade agrícola e ampliando a produtividade do trabalho. Já a industrialização não se refere a essa incorporação do pacote tecnológico e sua respectiva indústria fornecedora de insumos e de máquinas, mas remete à forma de geração e reprodução da riqueza, tendo na extração de mais-valia dos trabalhadores assalariados sua centralidade (Graziano da Silva, 1981), bem como a subordinação dos camponeses, capturando o seu trabalho excedente nas regiões onde estes vivem em grande número (Bartra, 2015).

Diversos intelectuais, ao estudar esse processo, denominaram-no de *processo de modernização conservadora do latifúndio*, ou a via junker, quando comparado com outros processos de industrialização do campo vivenciados em outros países.<sup>112</sup> Esse processo é considerado conservador, pois mantém concentrada a terra e a

---

uma histórica troca desigual de preços. Já ao pagar juros aos bancos e/ou intermediários que lhe financiam, os camponeses transferem seu trabalho excedente (sua riqueza) a esse setor. Ao final, sejam quais forem os mecanismos de sujeição econômica que os camponeses enfrentam, esse trabalho excedente irá compor a valorização do capital nas mãos dos capitalistas, sejam eles industriais, agrocomerciais, sejam agentes financeiros. Portanto, a exploração camponesa faz parte do sistema global de reprodução ampliada do capital.

<sup>112</sup> Alguns autores identificaram esse processo de modernização conservadora da agricultura brasileira pela designação de via junker, remetendo-se ao processo de modernização dos grandes fazendeiros russos (antigos senhores feudais) no final do século XIX e início do século XX. Naquela época, o latifúndio estava se modernizando e incorporando o trabalho assalariado, e o campesinato, se diferenciando entre alguns poucos camponeses que se enriquecem (*kulak*) e uma maioria que se proletariza (*mujiqe*). Ainda no caso russo, as colonizações nas fronteiras agrícolas incorporaram camponeses que praticavam uma agricultura parcialmente inserida na economia mercantil.

renda nas mãos de poucos e mantém o enorme poder político dos latifundiários, conservando o seu prestígio social e os seus privilégios junto às políticas públicas dos governos.

Já outros estudiosos da geografia sugeriram que a penetração das relações capitalistas no campo brasileiro gerou dois processos distintos de territorialização. Em um deles, o capital se territorializa, comandando economicamente uma determinada região. Nesse caso, as relações capitalistas se impõem, eliminando o campesinato e ampliando o proletariado rural. Ao controlar a dinâmica econômica da região, passa a dominar politicamente os espaços públicos (prefeituras, câmaras de vereadores, Judiciário, Polícia Militar, entre outros agentes públicos). O caso mais estudado desse processo foi a territorialização das usinas de açúcar e álcool (Oliveira, 2003). Outro modo de o capital se territorializar era estabelecendo seu monopólio sobre determinada região. Nesse caso, ele passa a controlar os mecanismos de circulação (os agentes que operam a comercialização agrícola) e os mecanismos financeiros, fornecendo recursos aos camponeses. Nessa forma de territorialização, o capital reproduz em alguns casos os camponeses, como visto no ciclo recente de colonização da fronteira agrícola brasileira. Em casos, convive com os camponeses já existentes numa determinada região.

Seja reproduzindo, seja convivendo com os camponeses, o capital, ao fazê-lo, busca captar a renda da terra por eles gerados, seja pelos mecanismos das trocas desiguais de preços (compra a preços elevados de insumos, equipamentos, máquinas e venda a preços deprimidos dos produtos agrícolas), seja pelo mecanismo de pagamento de juros frente aos recursos contratados, via agentes financeiros (bancos) ou via agentes comerciais que financiam a produção camponesa (nesse caso, cerealistas, cooperativas, atravessadores, entre outros agentes) (Bartra, 2015). Esse trabalho camponês excedente comporá o processo de valorização dos capitais.

Outro aspecto importante refere-se ao fato de que essa industrialização da agricultura, ou esse processo de territorialização do capital, desenvolveu-se em ritmos diferentes nas várias regiões do país e mesmo nas próprias regiões, com tempos distintos para se manifestarem. E se analisarmos os diferentes ramos produtivos (grãos, café, cana-de-açúcar, pecuária de corte, avicultura, suinocultura), também se constituíram tempos distintos nesses processos de domínio do capital sobre a agricultura e a pecuária.

Em meados da década de 1960, São Paulo foi o carro-chefe desse processo de industrialização da agricultura. Na década de 1970, toda a região Sul se envolveu nesse processo.<sup>113</sup> Nos anos 1980, puxado pelas grandes lavouras de soja e milho, essa lógica econômica chegou ao Centro-Oeste, especialmente ao Mato Grosso do Sul e Goiás. O setor canavieiro do nordeste brasileiro se beneficiou amplamente dos incentivos do ProÁlcool, em meados da década de 1970, revitalizando-se. Ao mesmo tempo, eram introduzidos os grandes projetos de irrigação à beira do Rio São Francisco, destinados a empresários, sobretudo paulistas.

Estes são alguns exemplos dos diferentes ritmos de desenvolvimento capitalista na agricultura nas diferentes regiões do país.

## CONTRADIÇÕES DA “MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA” DA AGRICULTURA

A mudança na base técnica de produção conduzida pelos governos militares e as alterações das relações sociais de produção criaram condições para que as relações capitalistas se tornassem hegemônicas no campo brasileiro. Sob o comando do capital,

---

<sup>113</sup> No caso do Rio Grande do Sul, o planalto gaúcho já vivenciava estas mudanças ainda na década de 1960, com o binômio trigo/soja. Nas regiões onde se instalou a produção de arroz irrigado, já se vivenciava, desde a década de 1920, uma agricultura com arrendatários capitalistas, que foi impulsionada em meados da década de 1940 com a criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (Creai), em 1937, pelo Banco do Brasil (Martins, 2019).

ampliou-se a concentração de riqueza (por exemplo, a concentração das terras) e ampliou-se a concentração de renda no campo brasileiro. A afirmação das relações capitalistas de produção no campo, ao longo da década de 1970, determinou que 15 milhões de pessoas deixassem o campo em direção às cidades.<sup>114</sup>

Tomando por base o Cadastro de Imóveis Rurais do Incra, na década de 1970, verificou-se uma elevação no grau de concentração da propriedade da terra. O Índice de Gini, entre os anos de 1972 e 1978, passou de 0,837 para 0,849 (Kageyama e Graziano da Silva, 1983). As propriedades rurais com até 100 ha ocupavam 17,5% da área total, em 1972, recuando para 14,8%, em 1978.<sup>115</sup> No outro extremo, as propriedades acima de 10 mil ha cresceram sua participação de 19%, em 1972, para 25%, em 1978. Levando em conta o critério de exploração da terra indicado pelos “estabelecimentos agrícolas”, constante nos Censos Agropecuários, verificou-se também a concentração da terra. Pelo Censo Agropecuário de 1970, o Índice de Gini era de 0,844 e, em 1975, esse índice evoluiu para 0,855, chegando no Censo Agropecuário de 1980 em 0,859. A concentração da propriedade não acarretou expansão da área explorada. Ao contrário, ela reduziu. Se em 1972 essa relação era de 58,5%, em 1978 ela foi para 42,4%.<sup>116</sup>

---

<sup>114</sup> Conforme indicado por Delgado (1985, p. 22), “observa-se que entre 1970 e 1980 a população urbana aumentou em 54,5% (taxa geométrica anual de 4,5%), significando o influxo de 28,4 milhões de novas pessoas que se urbanizaram. Em apenas uma década, a proporção da população urbana, que é de 55,92% da população total, em 1970, passou a 67,57% em 1980”. Esse pesquisador também indicou que “parte dessa população migrante – 2,11 milhões de pessoas – realizou migração rural-rural em direção aos estados de fronteira agrícola (Amazônia, Pará, Rondônia, Acre e Mato Grosso)”.

<sup>115</sup> Essas propriedades com até 100 ha representavam, em 1972, 85,8% do total de imóveis rurais, regredindo para 84,2% em 1978 (Kageyama e Graziano da Silva, 1983).

<sup>116</sup> Ainda que a área explorada tenha proporcionalmente reduzido à medida que se ampliou a apropriação da terra, houve crescimento físico da área explorada. De

A concentração da propriedade foi acompanhada da concentração da produção nos produtos vinculados ao mercado externo. À medida que as lavouras temporárias se concentravam nesses produtos, reduzia a participação deles para o mercado interno. Isto pode ser constatado considerando a taxa de crescimento desses produtos entre as décadas de 1960 e 1970.<sup>117</sup>

Para os produtos tradicionais, voltados para o mercado interno, a taxa de crescimento foi a seguinte: para o arroz, na década de 1960, a produção cresceu à taxa de 3,2% ao ano. A produção do feijão naquela década cresceu a uma taxa de 5,37%. A mandioca, na década de 1960, cresceu sua produção em 6,05% ao ano. Para a década de 1970, estes índices recuaram e, em alguns casos, regressaram. Para o arroz, o crescimento da produção na década de 1970 foi de 1,46% ao ano. O feijão teve taxa negativa para essa década, com decréscimo da produção na ordem de 1,9% ao ano. O

---

acordo com Kageyama e Graziano da Silva (1983, p. 540), levando em conta os censos agropecuários de 1970 e 1980, “a área com lavouras permanentes cresceu 3,4% ao ano; a de lavouras temporárias cresceu 4,5% ao ano; as pastagens naturais reduziram-se em cerca de 1,5% ao ano, enquanto as pastagens plantadas cresceram 8% ao ano no período; as áreas exploradas com matas naturais aumentaram 3,4% ao ano e as áreas reflorestadas, 12,8% ao ano”.

<sup>117</sup> Para Kageyama e Graziano da Silva (1983, p. 541-542), “a produção agropecuária na década de 1970 teve seu desempenho marcado por três características principais: um crescimento muito pequeno ou mesmo negativo dos produtos tecnologicamente tradicionais ou para mercado interno, notadamente os alimentos básicos, como arroz, feijão, mandioca e milho; um crescimento acelerado das culturas modernas, geralmente exportadas e vinculadas às agroindústrias (soja, laranja, cana-de-açúcar) e da produção de suínos, aves e leite, ou seja, dos setores da pecuária que também se modernizaram rapidamente. A pecuária bovina de corte, além de não ter tido o mesmo ritmo de modernização, teve o seu desempenho afetado pela substituição de parte do consumo de carne bovina por carne suína e de aves; um crescimento da proporção da produção exportada em relação à produção total”. De acordo com esses autores, “as três características apontadas indicam que os estímulos à dinâmica da produção provieram basicamente do maior grau de penetração do capital na atividade agrícola, seja em termos da tecnologia, do processamento industrial ou do mercado externo” (Kageyama e Graziano da Silva, 1983, p. 542).

mesmo para a mandioca, que recuou sua produção em 2,09% ao ano. Quanto ao milho, na década de 1960 houve crescimento da produção na ordem de 4,74% ao ano, reduzindo esse crescimento para 1,75% na década seguinte.

Já para os produtos de exportação, a taxa de produção foi crescente. A soja, na década de 1960, cresceu a uma taxa de 16,31% ao ano. Já na década de 1970, esse crescimento foi de 22,47% ao ano. A produção de laranja saltou de 6,01%, na década de 1960, chegando a 12,57% de crescimento ao ano na década seguinte. Para a produção da cana-de-açúcar, na década de 1960, houve um aumento na ordem de 3,63% ao ano e de 6,30% na década de 1970. Para o trigo, o acréscimo da produção foi praticamente estável entre as duas décadas, tendo um crescimento anual, na década de 1960, na ordem de 6,43%, ampliando-se, na década seguinte, para 6,89% ao ano.<sup>118</sup>

Esse menor crescimento da produção dos produtos destinados ao mercado interno implicou o aumento da inflação na década de 1970, captado pelo Índice de Custo de Vida (ICV). Para a cidade do Rio de Janeiro, esse índice cresceu 25 vezes entre 1969 e 1980 (Kageyama e Graziano da Silva, 1983).

Quanto ao mercado de trabalho, os censos agropecuários de 1970, 1975 e 1980 indicaram a expansão do trabalho assalariado

---

<sup>118</sup> Outros produtos agrícolas exportáveis também tiveram sua produção elevada, como o fumo que, na década de 1960, cresceu 5,3% ao ano. Na década seguinte, sua produção cresceu 6,16% ao ano. O cacau, na década de 1960, teve aumento de sua produção em 2,5% e, na década de 1970, de 3,73%. O algodão e o amendoim tiveram a taxa de crescimento reduzida entre as décadas de 1960 e 1970. O algodão cresceu a uma taxa de 1,51% ao ano na década de 1960, tendo um decréscimo na década de 1970 de menos 4,41% ao ano. Já o amendoim cresceu a uma taxa de 5,89% ao ano na década de 1960, decrescendo a uma taxa de 12,06% ao ano na década de 1970. Para o café, nessas duas décadas, a sua produção manteve-se negativa; na de 1960, a taxa de produção indicou um decréscimo na ordem de menos de 7,1% ao ano, o mesmo ocorrendo para a seguinte, quando sua produção foi negativa em 1,54% ao ano.

no campo. Em 1970, 2,7 milhões de pessoas eram assalariadas, correspondendo a 15% do pessoal ocupado no campo. Em 1975, esse volume se amplia para 3,2 milhões de trabalhadores, equivalendo a 16% do pessoal ocupado. Em 1980, existiam no campo brasileiro 5 milhões de trabalhadores assalariados, correspondendo a 23% do pessoal ocupado.

A expansão do trabalho assalariado na década de 1970 foi acompanhada por uma importante mudança: a proliferação do emprego sazonal (aquele trabalho realizado apenas nas safras). Kageyama e Graziano da Silva (1983) indicaram essa sazonalidade por meio do coeficiente de variação no número de empregados temporários de contratação direta entre os censos agropecuários de 1970 e 1975. Para a região Nordeste esse coeficiente evoluiu de 11,9 para 15,4 entre os referidos censos. Para a região Sudeste, essa variação cresceu de 21,7 para 22,6.<sup>119</sup> Acompanhando o aumento do trabalho temporário sazonal, ampliou-se o subemprego da força de trabalho no período da entressafra.

Apesar disso, os salários recebidos na década de 1970 melhoraram. Os trabalhadores permanentes tiveram salários ampliados a uma taxa de 4% ao ano na década (na primeira metade da década, essa taxa chegou a 7% ao ano). Já os trabalhadores temporários, especialmente os trabalhadores diários (volantes), tiveram suas diárias ampliadas a 7% ao ano durante a década de 1970 (entre 1970 e 1975, as diárias apresentaram um aumento médio de 13% ao ano). Esse aumento do valor da diária pode ser explicado, segundo Kageyama e Graziano da Silva (1983), como uma maneira de compensar a redução do número de dias trabalhados pelos trabalhadores. Em contrapartida, o aumento dos salários, na década de 1970, supõe a eliminação das formas anteriores de complemento não monetário

---

<sup>119</sup> Os autores informaram que esses números poderiam estar subestimados, visto que, no ano de 1975, as regiões Sudeste e Sul sofreram fortes geadas que reduziram o nível de emprego durante a colheita do referido ano.

da reprodução social da família do trabalhador, expressa em moradia, água e lenha.

Ao mesmo tempo, a produtividade do trabalho, entre os anos de 1970 e 1975, ampliou-se para 44% ao ano, conforme indicado nos censos agropecuários daqueles anos. Ocorre que esse aumento de produtividade pelo processo de modernização da base técnica da agropecuária tendeu a ser ainda maior na segunda metade daquela década. No entanto, nessa segunda metade da década de 1970, o crescimento dos salários foi ainda menor que a expansão da produtividade do trabalho, indicando uma maior transferência de renda para o setor patronal da agricultura (Kageyama e Graziano da Silva, 1983).

Outra constatação foi o aumento da intensificação do trabalho agrícola expresso na ampliação da jornada de trabalho. No Censo Agropecuário de 1980, 51,1% do pessoal ocupado na agropecuária trabalhava entre 40 e 48 horas semanais, e outros 31,2% trabalhavam mais de 49 horas semanais, algo proibido pela legislação brasileira já naquele período. Na região Sudeste, 45,3% do pessoal ocupado trabalhava mais de 49 horas e, na região Sul, essa percentagem era de 48,4% – justamente nas duas regiões onde a modernização da agricultura se colocou plenamente, indicando a imensa exploração dos trabalhadores (Kageyama e Graziano da Silva, 1983).

Ao lado da proletarianização dos camponeses, observa-se a ampliação do número de posseiros, indicando que parcela dos camponeses expropriados se recusaram a migrar para a cidade e/ou se proletarianizar, procurando se reproduzir como camponês na terra com o trabalho familiar. De acordo com Oliveira (2003), tomando por base os censos agropecuários, em 1970, existiam no Brasil 811.367 posseiros, ampliando-se para 1.034.742 posseiros em 1985, indicando um crescimento de 21%,<sup>120</sup> concentrados sobretudo nas

---

<sup>120</sup> Outra relação não capitalista de produção que também revelou crescimento foram as relações de parceria. Em 1970, existiam 380 mil parceiros e, em 1985, eles eram 444 mil (Oliveira, 2003).

regiões Norte (18% dos posseiros) e Nordeste (61%), com menor presença nas regiões Sul (10%) e Sudeste (8%).

Ainda que nessa década de 1970 tenha se reduzido a diferença de renda entre a população rural e urbana,<sup>121</sup> a sua concentração no setor primário ampliou-se. Os dados mostram que 50% das pessoas acima de 10 anos economicamente ativas no setor primário controlavam 22,2% do total dos rendimentos em 1970, enquanto os 10% que mais tinham renda controlavam 36,3%. Esse quadro se agravou em 1980, quando 50% das pessoas ficaram com apenas 17,6% dos rendimentos, enquanto os 10% passaram a controlar 48% dos rendimentos no setor primário da economia (Kageyama e Graziano da Silva, 1983).<sup>122</sup>

Esta concentração de renda também foi favorecida pelos incentivos fiscais destinados à agropecuária, expressos na sonegação e baixa arrecadação do Imposto Territorial Rural (ITR), altas deduções no Imposto de Renda (IR) e no baixo Imposto sobre a Circulação de Mercadorias (ICM) aplicado ao setor agrícola.

De acordo com Gonçalves Neto (1997), para o cálculo do ITR, levava-se em conta o valor da terra declarado pelo proprietário. O valor médio declarado, em 1972, nas fazendas acima de 10 mil ha, girava em torno de 8 cruzeiros o hectare, quando o preço da terra estimado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) estava em torno de 460 cruzeiros, indicando uma subdeclaração de 98%. Já os proprietários entre um e dois mil ha, naquele ano, declararam 90 cruzeiros/ha, sendo que o preço da terra estimado pela FGV

---

<sup>121</sup> “Em 1970, a renda média urbana representava 2,7 vezes a renda média rural, passando esse múltiplo para 2,1 em 1980” (Kageyama e Graziano Neto, 1983, p. 558).

<sup>122</sup> Conforme sugerido por Kageyama e Graziano da Silva (1983, p. 558), a concentração da renda na década de 1970 “não é mais do que uma das resultantes dos vários fenômenos anteriormente apontados – a concentração da propriedade da terra, a transformação do trabalho familiar em assalariamento temporário, o aumento da sazonalidade do emprego e do subemprego agrícola, a distribuição não equitativa dos ganhos de produtividade”.

era de 470 cruzeiros, uma subdeclaração de 80%. Por outro lado, o ITR significou, ao longo da década de 1970, menos de 1% dos tributos totais arrecadado pela União.<sup>123</sup>

Quanto ao Imposto de Renda (IR), a participação dos proprietários rurais na arrecadação total deste tributo, na década de 1970, variou entre 0,5% e 1%. Além de deduzir da renda tributada todo o custeio agrícola, poderiam ser abatidos em até 80% os investimentos realizados. Desse primeiro resultado líquido, aplicava-se ainda um desconto de 50% do seu valor para chegar na renda tributável. No entanto, se esse valor fosse superior a 5% da renda bruta total, o fazendeiro poderia optar pela incidência deste índice de 5% para tributar seu rendimento anual (Gonçalves Neto, 1997).<sup>124</sup>

Quanto ao Imposto sobre a Circulação de Mercadoria (ICM), o setor agrícola contribuiu, na primeira metade da década de 1970, em média, com apenas 7% da arrecadação deste imposto, enquanto a indústria participava com 60% e o comércio, com 33% da arrecadação (Gonçalves Neto, 1997).

Estes incentivos fiscais contribuíram para consolidar a desigualdade no campo e ampliar a concentração de renda no país.

## DÉCADA DE 1980: A CRISE ECONÔMICA DO MODELO DE CAPITALISMO DEPENDENTE

Lastreado pelo endividamento externo, o “milagre econômico” apresentava a sua conta. A política econômica dos governos militares esgotou-se, entrando em crise no final dos anos 1970. O estímulo ao crédito externo pelos militares, no início da década de 1970, foi uma alternativa para as grandes empresas, especialmente as filiais

---

<sup>123</sup> Além da subdeclaração do valor da terra, base para aplicação do ITR, o Incra, não arrecadava o imposto devido. De acordo com Gonçalves Neto (1997), em 1980 e 1981, o Incra arrecadou apenas 21,56% e 15,25% do valor emitido de ITR para os respectivos anos.

<sup>124</sup> Em 1997, esse teto foi elevado para 15%, sem eliminar aquele conjunto de deduções (Gonçalves Neto, 1997).

das multinacionais, para o financiamento de longo prazo, já que os bancos brasileiros não lhes ofereciam esse tipo de crédito.

A estatização desta dívida externa teve início em meados dos anos 1970, visto a maior participação das empresas estatais no fluxo anual de empréstimos. O II PND colocou em destaque as estatais, para projetos em infraestrutura e insumos básicos que, a partir de uma política tarifária, passaram a subsidiar o setor privado. O outro mecanismo utilizado para essa estatização da dívida veio com a transformação do Banco Central em depositário crescente do passivo em moeda estrangeira, transformando-se, de fato, no tomador dos empréstimos junto aos bancos internacionais (Baer, 1989; Cruz, 1993). Entre 1970 e 1978, a participação dos credores privados internacionais na dívida externa brasileira de médio e longo prazo aumentou de 55% para 80% e, a partir de 1973, estes empréstimos passaram a ser operados com taxa de juros flutuantes.

A economia brasileira transitou de uma posição de absorvedora de recursos externos, no início da década de 1970, para a posição de exportadora líquida de capitais ao exterior, no final daquela década, mediante a geração de enormes superávits comerciais. Isso ampliou a vulnerabilidade da economia brasileira a choques externos (Baer, 1989; Cruz, 1993). A situação econômica se agravou com o segundo choque do petróleo, em 1978. O Brasil gastava com importação de petróleo, naquela década, 4 bilhões de dólares/ano, em média. Com esse novo choque, os gastos em 1980 e 1981 subiram para 10 bilhões de dólares, ampliando o déficit comercial.

Internacionalmente, no final de 1970 e início de 1980, os países industrializados entraram em recessão econômica, levando a um colapso do sistema internacional de crédito privado. Foi nesse ambiente que o governo dos EUA passou a implementar uma política de valorização do dólar, a partir de 1978, levando a um aumento da taxa de juros que variava de 1 a 1,5% em quase toda a década

de 1970, para juros reais na faixa de 7 a 8%, entre 1978 e 1980 (Castro e Souza, 1985).

Como em torno de 75% da dívida externa brasileira estava pactuada com juros flutuantes, o aumento destas taxas nos EUA determinou um acréscimo nessa dívida de 10 a 16 bilhões de dólares, entre 1979 e 1982. Isso forçou os militares a contrair novos empréstimos para pagarem os juros dessa dívida, com prazos de pagamento cada vez mais reduzidos. A explicitação da vulnerabilidade financeira do Brasil só ocorreu a partir de agosto de 1982, com o corte dos financiamentos internacionais pelos bancos privados, visto a moratória do México. Essa crise foi conhecida como a Crise da Dívida Externa, e se manifestou em diversos países latino-americanos.

Para enfrentar a crise de sua balança de pagamentos, o governo militar estimulou o setor agrícola e as cadeias agroindustriais a ampliar suas exportações como forma de geração de saldos na balança comercial.<sup>125</sup> A crise econômica brasileira se manifestou na sua incapacidade de importação e na elevação da inflação. Em 1978, a inflação era de 40% ao ano e, em 1979, elevou-se para 90%, alcançando, em 1980 e 1981, 100% ao ano. Em 1983 e 1984, a inflação disparou, chegando a 220% ao ano, corroendo o poder de compra dos trabalhadores (Kon, 1999).

---

<sup>125</sup> “Em resposta à relativa desorganização provocada pela recessão de 1982-1983, a política econômica do governo militar, coordenada pelo ministro Delfim Netto, lança uma estratégia de geração de saldos comerciais expressivos. Estes estão ancorados basicamente na expansão das exportações de produtos básicos e agroprocessados, que avançam pela nova fronteira agrícola da região Centro-Oeste” (Delgado, 2012, p. 80).

## VI. 1984: A LUTA PELA REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL E A NOVA REPÚBLICA

Essa crise econômica repercutiu na vida dos trabalhadores. O movimento sindical urbano, ainda sob ameaça de intervenções, vigília constante no interior das fábricas e prisões de operários, foi constituindo as oposições sindicais e, com elas, organizando as comissões de fábricas. O crescimento da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, em sua longa luta para afastar “Joaquinzão” da presidência do sindicato, se transformou em referência para as demais oposições (Frederico, 2010).<sup>1</sup>

Mas foram as greves de 1978 a 1980 que desestabilizaram politicamente o regime militar. O movimento teve sua vanguarda no operariado da indústria automobilística de São Bernardo do Campo, um setor moderno da economia brasileira. Em 12 de maio de 1978, os trabalhadores da fábrica da Scania pararam suas atividades. O caráter pacífico e massivo da greve surpreen-

---

<sup>1</sup> Joaquim dos Santos Andrade, Joaquinzão, assumiu o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, o maior da América Latina, em 1965, como interventor. Permaneceu no comando do sindicato por 22 anos e, em 1986, se licenciou para presidir a recém-criada Central Geral dos Trabalhadores (CGT), onde ficou até 1991.

deu a ditadura e a própria esquerda brasileira. A greve da Scania, iniciada de dentro da fábrica para fora, sem necessidades de piquetes, logo se alastrou por São Bernardo e, em seguida, por todo o país, forçando as indústrias a negociarem em separado com os trabalhadores de cada fábrica, algo que era proibido pelos militares (Frederico, 2010).

Em 1979, diferentemente do ano anterior, os sindicatos dos metalúrgicos de São Bernardo e de Santo André realizaram longo trabalho de preparação da categoria para a greve, forçando o governo a propor um acordo, uma trégua. Já em São Paulo, naquele ano de 1979, pela primeira vez, a Oposição Sindical assumiu a direção do movimento com o comando de greve, mantendo-se com diversos piquetes de porta de fábrica. Na repressão policial aos piquetes, morreu Santos Dias, liderança da Oposição Sindical, estreitamente ligado ao trabalho pastoral, o que comoveu a opinião pública (Frederico, 2010).

Esse acúmulo de experiências e amadurecimento do movimento operário desaguou na grande greve de 1980, em São Bernardo do Campo, onde os operários sustentaram a greve por 41 dias. Em 1 de abril, iniciou-se a greve com diversos sindicatos de metalúrgicos articulados pelo interior de São Paulo. Mas, no 8º dia de greve, retornam ao trabalho operários de São Caetano e das diversas fábricas do interior. No 30º dia, os operários de Santo André voltam ao trabalho. Os operários de São Bernardo ficaram isolados.

Uma das características dessa greve em São Bernardo foi o processo organizativo, com complexo esquema de comando e divisões de trabalho envolvendo mais de 400 operários e com um fundo de greve organizado um ano antes. A direção do processo foi entregue às assembleias, cabendo ao comando da greve encaminhar as decisões deliberadas. Nos momentos de pico da greve, reuniram-se 100 mil operários em assembleia no estádio de futebol da Vila Euclides (Frederico, 2010).

Com a decretação da ilegalidade da greve, os militares intervieram no Sindicato dos Metalúrgicos, prenderam as lideranças, ocuparam militarmente a cidade de São Bernardo do Campo e proibiram assembleias em locais públicos, o que resultou no uso da igreja local como espaço para as articulações operárias. São Bernardo virou um campo de batalha. No 1º de maio de 1980, organizou-se uma passeata com 100 mil participantes que ocupou a cidade inteira, forçou a retirada da polícia e retomou o estádio da Vila Euclides.

Do ponto de vista econômico, essa greve gerou poucas conquistas e, do ponto de vista organizativo, o movimento sofreu um forte revés: longa intervenção no sindicato, demissões em massa, desarticulação dos núcleos operários nas fábricas. No entanto, essa greve marcou o processo de derrubada da ditadura civil-militar e impactou a história do movimento sindical e político partidário, visto que dali surgiram as forças que constituiriam o Partido dos Trabalhadores (Frederico, 2010).

Na esteira dessas lutas, em agosto de 1981, na cidade de Praia Grande (litoral paulista), as lideranças sindicais organizaram a I Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat), unificando o movimento sindical, que caminhava para a organização de uma central sindical. Um terço dos delegados dessa conferência vieram do campo, reivindicando uma reforma agrária massiva, ampla, imediata e com participação direta dos trabalhadores. Importa lembrar que antes, em maio de 1979, a Contag realizou o seu III Congresso, com 1.600 delegados de todas as regiões do Brasil, indicando a reforma agrária (ampla, massiva e imediata) e a legislação trabalhista como elementos centrais da luta no campo.<sup>2</sup>

Em meio à recessão econômica e à inflação elevada, as lutas populares criaram um ambiente político para a proposta de uma

---

<sup>2</sup> Segundo Medeiros (1989), 80% dos trabalhadores do campo naquela época não possuíam carteira assinada.

Assembleia Constituinte e de Eleições Diretas para presidente da República. No Congresso Nacional, em março de 1983, o deputado Dante de Oliveira apresentou a emenda constitucional para as Eleições Diretas. Nas ruas, em novembro de 1983, ocorreu o primeiro ato de massas pelas Diretas Já, com 15 mil pessoas, na Praça Charles Miller, em São Paulo, em frente ao estádio do Pacaembu.

Em 25 de janeiro de 1984, 1,5 milhão de pessoas compareceram ao comício no Vale do Anhangabaú, no centro de São Paulo, exigindo Diretas Já. No dia 10 de abril, foi a vez da cidade do Rio de Janeiro demonstrar seu apoio, mobilizando 1 milhão de pessoas no comício da Candelária. Esses gigantescos atos de rua promovidos pelas forças democráticas, populares, religiosas e de esquerda decretaram o fim do regime militar. No entanto, no dia 25 de abril de 1984, o Congresso Nacional rejeitou a emenda das Eleições Diretas, abrindo caminho para a escolha do presidente da República por meio de um Colégio Eleitoral realizado em 15 de janeiro de 1985.

A classe dominante abandonou o apoio das ruas pois, sem projeto político claro e sem unidade interna, poderia perder a direção do processo. Assim, reconciliou-se com as forças conservadoras, caminhando para o Colégio Eleitoral, que contou com duas candidaturas: uma chapa dos militares (situação), composta por Paulo Maluf e Flávio Márcilio, e outra de oposição institucional, composta por Tancredo Neves e José Sarney. Eleito pelo Colégio Eleitoral, Tancredo Neves, na véspera de sua posse como presidente, no dia 14 de março de 1985, foi internado, vindo a falecer no dia 21 de abril. Assim, seu vice, José Sarney, assumiu como presidente do Brasil, iniciando a Nova República.<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> Como a chapa eleita não havia tomado posse, o correto seria o presidente do Congresso Nacional assumir a presidência, nesse caso, Ulisses Guimarães, mas seu nome foi vetado pelos militares que se articularam para a posse de José Sarney. De acordo com Zaverucha (2010, p. 44-45), “os militares também tiveram cacifê para

A crise econômica que contribuiu para derrubar o regime militar prosseguiu no governo Sarney. Buscando controlar a inflação, lançou o Plano Cruzado, em fevereiro de 1986, criando a moeda Cruzado e congelando os preços das mercadorias. Num primeiro momento, a inflação declinou e o consumo ampliou-se, afetando positivamente a produção e o emprego.<sup>4</sup> No entanto, o Plano Cruzado foi sabotado pelos empresários, que passaram a esconder mercadorias, desabastecendo os mercados e forçando o aumento dos preços. Por outro lado, os sucessivos déficits nas “transações correntes”, derivados do pagamento das parcelas da dívida externa, reduzindo as reservas cambiais, levaram o governo Sarney, em fevereiro de 1987, a declarar a moratória da dívida externa brasileira.

A crise econômica não foi solucionada, acarretando sucessivos planos econômicos durante o governo Sarney (Plano Bresser, Plano Verão),<sup>5</sup> que enfrentou duas gigantescas greves gerais dos trabalha-

---

negociar os termos de sua saída do governo. [...] Alguns detalhes desta transição são conhecidos: a) Tancredo Neves negociou com os militares sua candidatura [...]. b) Os militares vetaram uma Assembleia Nacional Constituinte como órgão responsável pela elaboração da nova Constituição. Reaciosos de perderem o controle das futuras decisões, somente aceitaram um Congresso Constituinte, composto pelos membros eleitos para o existente Congresso [...]. c) Nenhum militar seria julgado por supostos abusos de direitos humanos, em contraste com o ocorrido na Argentina de Raul Alfonsín.”

<sup>4</sup> Esse plano econômico foi formulado pela equipe do ministro da Economia, Dílson Funaro. Segundo analistas que estudam esse período, o referido plano foi antecipado, reduzindo os efeitos da reforma tributária realizada no mês de novembro de 1985 (passou a tributar os ganhos financeiros). Tal antecipação deveu-se à necessidade de o governo Sarney recompor a “Aliança Democrática” e criar apoio popular em vistas das eleições para a Assembleia Constituinte, que se avizinhavam (novembro de 1986). Em fevereiro de 1986, a inflação era de 22% ao mês e, após o Plano Cruzado, a inflação de março e de abril foram negativas (deflação), ampliando para 0,5% ao mês em junho desse ano. Apesar da redução da inflação, o referido plano teve ajustes, passando a ser conhecido por Cruzadinho (julho), e o Plano Cruzado II, em novembro de 1986, com novo alinhamento de preços (Bier e Paulani, 1999).

<sup>5</sup> O contexto de crise econômica levou o governo Sarney a lançar outros dois planos econômicos. Em abril de 1987, caiu o ministro Funaro e assumiu o ministério Luís

dores. Em 12 de dezembro de 1986, convocadas pela CUT e pela CGT, estimou-se que 25 milhões de trabalhadores manifestaram-se por todo o Brasil contra o Plano Cruzado e contra o pagamento da dívida externa. Entre os dias 14 e 15 de março de 1989, 35 milhões de trabalhadores participaram da greve geral contra o Plano Verão (naquele ano, a inflação chegou ao pico de 1.700% em 12 meses) e contra o pagamento da dívida externa.

Na agricultura, a crise não era diferente. Com fortes restrições orçamentárias advindas com a crise da dívida externa, o último governo militar (João Figueiredo), em 1984, extinguiu os subsídios dos financiamentos agrícolas, passando a incorporar a correção monetária nos contratos, ajustando o valor do financiamento à depreciação gerada pela inflação, bem como passou a incorporar juros reais nesses financiamentos,<sup>6</sup> de tal forma que os fazendeiros tiveram que enfrentar o mercado de fato, tornando-se consciente de sua imensa ineficiência econômica, iniciando o ciclo do endividamento agrícola e falência de diversos fazendeiros<sup>7</sup> – tudo isso em

---

Carlos Bresser Pereira, lançando naquele mês o Plano Bresser, que decretou o congelamento dos preços por 90 dias e instituiu a Unidade de Referência de Preço (URP) para reajuste de salários e dos preços. Em dezembro de 1987, o ministro Bresser se demitiu, deixando uma inflação de 14% ao mês. Em janeiro de 1988, assumiu o ministro Mailson da Nóbrega, lançando o Plano Verão, fazendo uma reforma monetária que instituiu o Cruzado Novo e criou um novo indexador, o Bônus do Tesouro Nacional (BTN), aplicando novo congelamento dos preços e salários. No entanto, a inflação chegou em novembro de 1989 a 30% ao mês. No final da Nova República, a inflação disparou para 80% ao mês (Kon, 1999).

<sup>6</sup> Com o fim, em 1986, da “Conta Movimento” do Banco Central, o principal agente financeiro do crédito rural, no caso, o Banco do Brasil, ficou sem o seu financiamento automático pelo Banco Central, perdendo sua capacidade de financiar o conjunto das políticas agrícolas, gerando profundas mudanças no volume e nos subsídios do crédito rural (Delgado, 2012).

<sup>7</sup> O endividamento se acumulou, tendo uma primeira solução durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Mas como os ruralistas não cumpriram os compromissos financeiros, mesmo com subsídios/rebates aplicados as suas dívidas, o tema retornou no governo Lula e no governo golpista de Temer.

meio à tentativa dos governos de buscar saldos comerciais do setor primário para fazer frente ao repasse de divisas para o exterior.<sup>8</sup>

Foi nesse ambiente político que a Nova República organizou as eleições de 1986 para deputados federais que, além da corriqueira legislatura, também tiveram a tarefa de redigir uma nova Constituição, compondo, assim, o Congresso Constituinte.

As forças conservadoras do campo que, em 1965, transformaram a Confederação Rural Brasileira (CRB) em Confederação Nacional da Agricultura (CNA), sofreram uma divisão interna, na medida em que o setor mais identificado com o latifúndio improdutivo e com a especulação da terra passou a organizar, em 1985, a União Democrática Ruralista (UDR). A entidade passou a realizar leilões de gado, angariar fundos e financiar seus candidatos para o Congresso Constituinte, bem como para financiar um aparato paramilitar de pistoleiros e jagunços, buscando inibir as ocupações de terras. Nesse contexto de acirrada disputa, o tema da reforma agrária ganhou importância nos debates políticos do Congresso Constituinte, e as forças populares organizaram o abaixo-assinado para a Emenda Popular da Reforma Agrária, reunindo mais de 1,4 milhão de assinaturas, entregues em agosto de 1987, em Brasília, num grandioso ato político em defesa das emendas populares, entre elas, a reforma agrária.

A Constituição brasileira foi promulgada em 5 de outubro de 1988, contendo 234 artigos, com 2.084 disposições, entre artigos, alíneas, parágrafos e incisos (Brasil, 1988). Ela incorporou o conceito da função social da terra, previsto no Estatuto da Terra (Brasil, 1964b). Em seu artigo 186, a Constituição define:

---

<sup>8</sup> Entre 1983 e 1993, foi enviada ao exterior uma renda líquida na ordem de 3,95% do PIB. Para isso, mesmo em meio à crise do crédito rural, o PIB agrícola cresceu 2,45% ao ano e gerou um saldo comercial de 4,13% do PIB no referido período (Delgado, 2012).

A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, os seguintes requisitos:

I – aproveitamento racional e adequado;

II – utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III – observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV – exploração que favoreçam o bem estar dos proprietários e dos trabalhadores. (Brasil, 1988)

Em seu artigo 184, estabelece que o governo federal poderá “desapropriar fazendas por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária resgatáveis em dez anos” (Brasil, 1988). Neste mesmo artigo, delegou em seu terceiro parágrafo a lei complementar para definir os procedimentos judiciais para estas desapropriações, fato que só ocorreu em 1993.<sup>9</sup>

A nova Constituição garantiu importantes direitos sociais, mas manteve a lógica autoritária da Constituição dos militares de 1967 e da emenda de 1969, no tocante às cláusulas que definiam o papel, função e Sistema Judiciário das Forças Armadas e das polí-

---

<sup>9</sup> A Constituição de 1988 também definiu um importante marco legal para a formulação da política agrícola brasileira. Em seu artigo 187, a Constituição prevê a necessidade de políticas creditícias e de garantia de comercialização e preços compatíveis com os custos de produção; política de seguro agrícola, de pesquisa, de assistência técnica e extensão rural; política de eletrificação e irrigação e políticas de promoção do cooperativismo e de habitação para o trabalhador rural (Brasil, 1988). Conforme indicado por Delgado (2012, p. 83), na Constituição brasileira, “no título da Ordem Social, há pelo menos três capítulos detalhados (Cap. II – ‘Da Seguridade Social’, Cap. VI – ‘Do Meio Ambiente’ e Cap. VIII – ‘Dos Índios’), que explicitam normas muito claras sobre proteção ao trabalho no meio rural e limites ao direito da propriedade fundiária na esfera rural, que conjugados com a ‘Ordem Econômica’, configuram um padrão de relações econômicas e sociais, juridicamente estruturado, para um novo projeto de desenvolvimento rural, qualitativamente distinto do estilo ‘modernização conservadora’ do período militar.”

cias militares estaduais. Em seu artigo 142, ao definir o papel das Forças Armadas, indicava que elas “destinam-se à defesa da pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem” (Brasil, 1988). Por essa elaboração, cabe às Forças Armadas, constitucionalmente, o poder de suspender o ordenamento político jurídico do país ainda que não se defina o que levaria ao rompimento da lei e da ordem.<sup>10</sup> Essa foi a razão para o Partido dos Trabalhadores não assinar a Constituição de 1988. Isso só foi possível pelo forte *lobby* dos militares ante os deputados constituintes.<sup>11</sup>

---

<sup>10</sup> Conforme indicado por Zaverucha (2010, p. 49), “a Constituição não define por quem, nem quando, a lei e a ordem foram violadas. Na prática, cabe às Forças Armadas decidir quando houve violação da lei e da ordem. E quem as violou. E o que é mais grave: basta determinada ordem do Executivo ser considerada ofensiva à lei e à ordem para que os militares possam constitucionalmente não a respeitar. Mesmo sendo o presidente da república o comandante-em-chefe das Forças Armadas. Ou seja, a Constituição de 1988, tal como a anterior, tornou constitucional o golpe de Estado, desde que liderado pelas Forças Armadas”. Esse impasse se manifestou claramente no ano de 2020, em meio ao governo Bolsonaro, sustentado politicamente pelas Forças Armadas; um presidente que sistematicamente caluniava o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal, ameaçando estas instituições e insinuando o uso deste artigo constitucional.

<sup>11</sup> De acordo com Zaverucha (2010, p. 45), “o trabalho da Constituição foi dividido em oito grandes comissões e várias subcomissões, além da Comissão de Sistematização”. Os militares designaram 13 oficiais para realizar o *lobby* em torno de seus interesses. “A Comissão de Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições se encarregou dos capítulos ligados às Forças Armadas e à segurança pública. Era presidida pelo senador Jarbas Passarinho, coronel da reserva, que serviu como ministro nos governos dos generais Costa e Silva, Médici e Figueiredo. Foi um dos signatários, em 1968, do Ato Institucional n. 5, que fechou o Congresso, inaugurando um dos períodos mais autoritários da história brasileira”. Já a “Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança teve como porta-voz o deputado Ricardo Fiúza, um dos líderes da coalizão conservadora da Constituinte popularmente conhecida por ‘Centrão’”. Conforme destacou Zaverucha (2010, p. 46), “Fiúza trabalhou contra a tentativa de se dar fim ao controle do Exército sobre as Polícias Militares estaduais. Em vez de separar as forças responsáveis pela ordem interna da responsável pela ordem externa, bem como de fazer valer o preceito de que, em tempos de paz, as tropas militares federais são forças de reserva das Polícias

## A RETOMADA DA LUTA NO CAMPO

A resistência coletiva do campo passou a dar seus primeiros sinais sobretudo em meados da década de 1970. Nesse período, setores da Igreja Católica apoiaram a resistência dos camponeses posseiros nas regiões onde se implantaram os grandes projetos agropecuários. Estes eram antecedidos por assassinatos e brutais ações de despejos dos posseiros, a mando dos fazendeiros ou empreiteiros locais. Em 1975, surge a Comissão Pastoral da Terra (CPT),<sup>12</sup> justamente na região do Bico do Papagaio, situada entre os estados do Maranhão, Pará e o atual estado do Tocantins, onde a violência contra os camponeses foi imensa.<sup>13</sup> No final dos anos 1970, a CPT estava organizada em vários estados, ocorrendo, em 1979, a 1ª Romaria da Terra, na cidade de São Gabriel/RS.<sup>14</sup> Região marcada pela guerrilha do Araguaia, estes conflitos de terras

---

Militares e em tempo de guerra o inverso, Fiúza optou por favorecer a autonomia das Forças Armadas. Ou seja, manteve o controle parcial do Exército sobre as PMs”.

<sup>12</sup> Dom Helder Câmara, bispo com forte atuação no meio rural do Nordeste brasileiro, ao lado do bispo Pedro Casaldáliga, de São Félix do Araguaia, articularam os setores progressistas da Igreja Católica e da Igreja Luterana, constituindo a Comissão Pastoral da Terra (Fernandes, Welch, Gonçalves, 2014).

<sup>13</sup> A violência aos camponeses em Conceição do Araguaia é o triste exemplo da truculência dos latifundiários e da convivência do Poder Judiciário. Em dezembro de 1985, o ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria (município emancipado em 1982 de Conceição do Araguaia), João Canuto, foi assassinado a mando de fazendeiros. Em abril de 1990, seus filhos Paulo, José e Orlando Canuto foram sequestrados, em Xinguara, sendo vitimados Paulo e José. Em fevereiro de 1991, o presidente do STR de Rio Maria, Expedito Ribeiro de Souza, também foi assassinado. A lógica da violência permanece ainda nos dias de hoje. No dia 11 de junho de 2019, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Rio Maria, que também atuava como um dos diretores da Central de Trabalhadores do Brasil (CTB), Carlos Cabral Pereira, foi assassinado com três tiros. Ele era genro de João Canuto. E no sudeste do Pará, em Ourilândia do Norte, no dia 22 de fevereiro de 2020, foi assassinado Raimundo Paulino Silva, dirigente sindical ligado à Fetagri.

<sup>14</sup> A CPT também teve diversos agentes de pastorais ameaçados e vitimados pela truculência do latifúndio na região do Bico do Papagaio. Em maio de 1986, foi assassinado padre Josimo Morais, vigário de São Sebastião do Tocantins.

no norte do país levaram os militares a reagirem frente à Igreja Católica, organizando em 1980 o Grupo Executivo da Terras do Araguaia/Tocantins (Getat); meses depois organizou-se o Grupo Executivo de Terras do Baixo Amazonas (Gebam) (Medeiros, 1989).

Frente ao agravamento dos conflitos no campo e apesar das ações dos militares ao criarem o Getat e o Gebam, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) aprovou, em 1980, em sua 18ª Assembleia, o documento “A Igreja e o problema da terra”, que muito influenciou o trabalho pastoral e sensibilizou a sociedade brasileira, motivando a luta pela reforma agrária.

Não tardou para os assalariados rurais organizarem suas lutas por condições dignas de trabalho e por melhores salários. Em outubro de 1979, explodiu a primeira greve dos canavieiros em Pernambuco, envolvendo 20 mil trabalhadores rurais, organizada pela Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco (Fetape) e pela Contag. Já em 1980, a greve se ampliou, atingindo 42 STRs dos municípios da Zona da Mata, envolvendo cerca de 250 mil assalariados, impondo derrotas aos usineiros. A partir de 1982, esse modelo de greve se expandiu para outras regiões canavieiras do Nordeste (Medeiros, 1989).

Em 1984, foi a vez dos assalariados rurais de São Paulo se insurgirem. Com saques, depredação de órgãos públicos, luta campal na praça central da cidade de Guariba e incêndio de canaviais, os “boias-frias” (assalariados, cortadores de cana para as usinas) romperam a dominação e expressaram seu grito de liberdade num levante popular e iniciaram sua greve. Entre 1985 e 1986, as greves se alastram pelo interior de São Paulo, ocorrendo paralisações de assalariados rurais nos municípios de Leme e de Araras, no interior paulista.

O avanço do capital nas fronteiras agrícolas do Brasil também gerou conflitos de novo tipo. Na região Amazônica, os camponeses extrativistas desenvolveram uma forma de luta distinta, denominada

de “empate”. Toda a comunidade (homens, mulheres, crianças, idosos) se deslocava para as localidades onde a mata estava sendo derrubada pelos tratores e se colocava em sua frente, impedindo o desmatamento. Essas lutas dos seringueiros, no Acre, criaram lideranças como Wilson Pinheiro, presidente do sindicato de Brasileia, morto em 1980, e Chico Mendes, presidente do sindicato de Xapuri, também assassinado em dezembro de 1988. Essas lutas levaram à criação, em 1985, no 1º Encontro Nacional dos Seringueiros, do Conselho Nacional dos Seringueiros, tendo como principal reivindicação a constituição das reservas extrativistas (Medeiros, 1989).

Em meados da década de 1970, os governos militares deram continuidade à construção de grandes barragens e hidrelétricas. Se as barragens de Moxotó, iniciada em 1971, com reservatório de 100 km<sup>2</sup>, e Sobradinho (1971), com reservatório de 320 km<sup>2</sup>, não geraram movimentos de resistência, o mesmo não ocorreu na construção da hidrelétrica de Itaparica, na divisa dos estados da Bahia e de Pernambuco. A resistência também se repetiu na construção de Itaipu, no Rio Paraná, e nas construções das barragens no Rio Uruguai, na divisa entre os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina (Medeiros, 1989). Dessas articulações surgiu, em 1979, na região sul do Brasil, a Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (CRAB) que, em 1985, constituiu o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) (Medeiros, 1989).

Em maio de 1978, o povo indígena Caingangue, da reserva de Nonoai (RS), expulsou mais de mil famílias de agricultores posseiros de sua reserva. Sem ter para onde ir, essas famílias vagavam pelas estradas da região de Ronda Alta, Sarandi e Nonoai. Parte delas foi transferida para os projetos de colonização no Mato Grosso. No entanto, a parte das famílias que permaneceu, em setembro de 1979, organizou a ocupação da Fazenda Macali (pouco depois, outro grupo de sem-terras ocupou a Fazenda Brilhante), do antigo complexo da Fazenda Sarandi, posteriormente

desapropriada pelo governo estadual, assentando-as (Morissawa, 2001; Medeiros, 1989).

Já em 1981, nessa mesma região, iniciou-se um pequeno acampamento com famílias sem-terra, na Encruzilhada Natalino, em Ronda Alta (RS). Cerca de sete meses depois, já eram 600 famílias (em torno de 3 mil pessoas), estendendo-se por dois quilômetros à margem da estrada.<sup>15</sup> Em junho de 1981, dom Pedro Casaldáliga realizou uma missa em solidariedade às famílias acampadas, reunindo 6 mil pessoas. No Dia do Trabalhador Rural (25 julho de 1981), realizou-se, naquela localidade, um ato político pela reforma agrária, reunindo mais de 10 mil pessoas, tornando-se, assim, um grande ato contra o regime militar (Morissawa, 2001; Medeiros, 1989).

Em 1980, 200 famílias camponesas sem-terra ocuparam a fazenda Burro Branco, em Campo Êre (SC). Em Andradina (SP), nesse mesmo ano, ocorreu a ocupação da fazenda Primavera. No Paraná, um conjunto de famílias que lutou contra o desalojamento ocasionado pela hidrelétrica de Itaipu passou a organizar o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (Mastro). Em 1984, a imensa Fazenda Idalina, em Ivinhema, no Mato Grosso do Sul, foi ocupada. Em 1985, cerca de mil famílias de camponeses brasileiros que viviam no Paraguai, os brasiguaios, regressaram ao Brasil e acamparam na cidade de Mundo Novo (MS).

As reuniões para a articulação dessas lutas dos sem-terra seguiram-se. Em 1982, deu-se o primeiro encontro de lideranças dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso, na cidade de Medianeira (PR). Em 1983, novo encontro foi realizado em Chapecó (SC). Chegou-se, assim, ao 1º Encontro Nacional, em 1984, realizado na cidade de Cascavel

---

<sup>15</sup> Foi nesse acampamento que nasceu o *Boletim Sem Terra*, base para o futuro *Jornal Sem Terra*.

(PR), definindo-se os objetivos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Em 1985, ocorreu em Curitiba (PR) o 1º Congresso Nacional do MST, onde se consolidaram as teses que buscavam compreender o contexto em que se situavam as lutas desses camponeses e que orientaram as ações do recém-criado movimento. Em 1986, realizou-se o Encontro Nacional dos Assentados, em que se decidiu por manter dentro do MST as famílias que conquistavam a terra (famílias assentadas), marcando profundamente o movimento, que passou, assim, a organizar os territórios conquistados.

As teses que fundaram o MST remetiam à compreensão de que o capitalismo já tinha promovido a modernização do latifúndio. Portanto, não interessaria à burguesia, no Brasil, realizar uma reforma agrária para modernizar as relações de produção no campo, pois ela já tinha resolvido isso, do seu ponto de vista, modernizando tecnicamente a grande fazenda. Assim, o Estado brasileiro, que era o órgão que organizava a dominação burguesa e, por isso, era o organismo que expressava os interesses da burguesia brasileira, também não faria a reforma agrária. Resultava desta análise que a reforma agrária, no Brasil, só interessava aos trabalhadores e camponeses e só aconteceria como obra da ação direta destes, não podendo esperar pela burguesia e nem pelo Estado brasileiro.

Com base nessas teses, se definiu como palavra de ordem no 1º Congresso, em 1985, “Ocupação é a Única Solução”. Tal insígnia foi essencial para enfrentar os novos tempos da redemocratização burguesa, advinda com a Nova República e o governo Sarney. Já em 25 de maio de 1985, mais de duas mil famílias ocuparam várias fazendas no extremo oeste catarinense, no município de Abelardo Luz; no dia 29 de outubro desse mesmo ano, 1.500 famílias (próximo de 7 mil pessoas de 30 municípios) ocuparam a Fazenda Annoni, hoje município de Pontão, consolidando o MST como organização representativa dos camponeses sem-terra, afirmando

que não se poderia esperar pelas promessas do governo da Nova República. O primeiro passo institucional deste período no sentido de um compromisso com as demandas dos sem-terras se deu apenas em outubro de 1985, constituindo o 1º Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA).<sup>16</sup> Anunciado ainda em maio de 1985 por José Sarney, então presidente da república, durante o 4º Congresso da Contag, o plano assentaria 1,4 milhão de famílias sem-terra,<sup>17</sup> desapropriando 43 milhões de ha, tendo como instrumento o recém-criado Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (Mirad), dirigido por Nelson Ribeiro.

### A CRÍTICA AMBIENTAL AO MODELO AGRÍCOLA CAPITALISTA

A luta pela redemocratização da sociedade brasileira, no final dos anos 1970 e em toda a década de 1980, repercutiu também na formação da consciência crítica ao modelo de desenvolvimento agrícola capitalista e na crise ambiental que já se manifestava. Um dos primeiros expoentes dessa crítica foi José Lutzemberger que, ao retornar ao Brasil no início da década 1970, engajou-se no movimento ambientalista, contribuindo na organização da Associação

---

<sup>16</sup> De acordo com Morissawa (2001, p. 107), “quando eleito pelo Colégio Eleitoral, Tancredo convidou para assumir a presidência do Incra o fazendeiro e engenheiro agrônomo José Gomes da Silva. Ele era considerado a maior autoridade em reforma agrária no Brasil [...]. No final de maio de 1985, o grupo coordenado por José Gomes da Silva entregou às lideranças políticas um plano intitulado Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) [...]. O objetivo do plano era dar aplicação rápida ao Estatuto da Terra e viabilizar a reforma agrária no período do mandato de Sarney, assentando 1,4 milhão de famílias [...]. Em 10 de outubro daquele ano, o presidente Sarney assinou o Decreto n. 91.766 aprovando o PNRA. Porém, a versão aprovada era muito distinta da que havia sido apresentada pela equipe do Incra. Durante a tramitação da proposta, ela foi totalmente desfigurada e tornada impraticável. Ao verem no que ela se transformara, José Gomes da Silva e seus colaboradores deixaram o governo”.

<sup>17</sup> Em cinco anos de sua aplicação, o I PNRA atingiu próximo de 6% de sua meta, assentando 82.690 famílias (Morissawa, 2001).

Gaúcha de Proteção ao Meio Ambiente Natural (Agapan). Em 1976, publicou o “Manifesto Ecológico Brasileiro”, trazendo uma forte crítica ao modelo agrícola centrado no uso de agrotóxicos, no desmatamento e na degradação dos solos (Costa, 2017).

Na emergência desta tomada de consciência ecológica, algumas publicações contribuíram com a crítica à modernização conservadora da agricultura. Em 1979, a Fundação Getúlio Vargas publicou o livro de Adilson Paschoal *Pragas, praguicidas e a crise ambiental: problemas e soluções*,<sup>18</sup> correlacionando o aumento de pragas ao uso de agrotóxicos. Em 1981, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) traduziu o “Relatório e Recomendações sobre Agricultura Orgânica”, produzido pelo Departamento de Agricultura dos EUA (USDA), indicando a eficiência dessa forma de desenvolvimento da agricultura frente às mazelas do modelo convencional. Em 1982, a Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária (Empasc) traduziu o livro *Produção de alimentos e crise energética*, de David Pimentel, introduzindo no debate brasileiro a questão do balanço energético dos cultivos e das criações. Nesse mesmo ano, o Instituto Agrônomo do Paraná (Iapar) publicou o texto de Horácio Martins de Carvalho, *Tecnologia socialmente apropriada: muito além de uma questão de semântica*, indicando o caráter monopolista e dependente do desenvolvimento brasileiro que estimulava a importação de tecnologia, elevando a dependência de capital, também levando à redução da mão de obra no campo. Em 1985, foi publicado no Brasil o livro de Francis Chaboussou *Plantas doentes por uso de agrotóxicos: a teoria da trofobiose*,<sup>19</sup> destacando o efeito prejudicial dos herbicidas sobre os solos e as plantas, na medida em que os venenos inibiam a realização da proteossíntese (Costa, 2017).

---

<sup>18</sup> Esta obra ganhou uma nova edição atualizada, em 2019, com o título *Pragas, agrotóxicos e a crise ambiente*, pela Editora Expressão Popular.

<sup>19</sup> Esta obra ganhou nova edição em 2006 pela Editora Expressão Popular.

Fortalecendo as articulações críticas ao modelo de desenvolvimento da agricultura brasileira, realizou-se em Curitiba, em abril de 1981, o 1º Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa (EBAA), promovido pela Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil (FAEAB) e pela Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná (AEAPR). O 2º EBAA ocorreu em abril de 1984, em Petrópolis (RJ), sob o impacto da eleição de governadores de oposição ao regime militar, abertos às pautas sociais e ambientais e sob a influência da inédita Lei dos Agrotóxicos, aprovada pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul em abril de 1983. Foi, no entanto, um encontro ainda restrito à presença de acadêmicos e profissionais das Ciências Agrárias, com caráter mais científico.

Esse enfoque foi alterado quando da realização do 3º EBAA, em Cuiabá (MT), em abril de 1986, com a participação de mais de 3 mil pessoas, entre estudantes, agricultores, acadêmicos e profissionais das Ciências Agrárias. Nesta edição, a Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB) passou a incorporar o grupo de entidades organizadoras do encontro. O 4º EBAA realizou-se em Porto Alegre, em 1988, com 4 mil participantes.

Além das publicações dos encontros, diversas organizações não governamentais foram criadas em torno da temática das tecnologias populares e alternativas ao modelo convencional de agricultura. Ainda em 1973-1974, é criada na cidade de Botucatu (SP) a Estância Demétria, inspirada na agricultura biodinâmica.<sup>20</sup> Em 1983, a Federação de Órgãos para Assistência Social e Econômica (Fase) criou os Projetos de Tecnologias Alternativas.<sup>21</sup> No final dos anos 1980, reestruturou-se o PTA, deixando de ser uma estrutura administrativa e organizativa da Fase, com a criação de diferentes

---

<sup>20</sup> Em 1995, foi criada a Associação Brasileira de Agricultura Biodinâmica e, em 1999, foi fundada a Associação de Certificação do Instituto Biodinâmico.

<sup>21</sup> Em 1983, a Fase promoveu um Seminário na cidade de Campinas, estimulando a criação de Centros de Tecnologias Alternativas (CTAs).

organizações não governamentais autônomas. Dentre essas, surge a Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA), centrando suas ações na articulação de intercâmbios tecnológicos. Articularam-se, nesse processo, entidades mais antigas como a Assessorar, no Paraná, e o Projeto Vianei, em Santa Catarina, bem como novas entidades, como o Cetap, no Rio Grande do Sul, fundado em 1986.

Em 1989, a AS-PTA publicou o livro *Agroecologia: bases científicas da agricultura alternativa*, de Miguel Altieri,<sup>22</sup> ganhando relevância o conceito de agroecologia como uma ciência articuladora da ecologia, da biologia, da agronomia e da sociologia rural (Costa, 2017).

Na década de 1980, outras ONGs foram criadas, como a Associação dos Agricultores Orgânicos (AAO) e a Associação Mokiti Okada (MOA), ambas em São Paulo; a Associação dos Agricultores Biológicos do Rio de Janeiro (Abio); e a Associação de Agricultores Ecológicos do Distrito Federal (AGE-DF). Também surgiram feiras orgânicas como a do Rio de Janeiro, em 1985, organizada pela Abio. Em outubro de 1989, iniciou-se a Feira da Colmeia, em Porto Alegre e, em 1991, a Feira da AAO, em São Paulo (Costa, 2017).

As articulações políticas deste conjunto de entidades e ações geraram, no início da década de 2000, dois importantes espaços de reflexão e de formulação de proposições de políticas públicas. Em 2002, criou-se a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), promovendo os Encontros Nacionais de Agroecologia (ENA)<sup>23</sup> como espaço de diálogo entre os movimentos camponeses, organizações não governamentais, acadêmicos e gestores públicos.

---

<sup>22</sup> Esta obra ganhou nova edição em 2012 pela Editora Expressão Popular.

<sup>23</sup> O primeiro ENA foi realizado em 2002, sucedido pelos encontros de 2006, 2014 e 2018.

Em 2004, constituiu-se a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), configurando-se como o espaço do debate acadêmico, estruturada como uma associação científica e promovendo, a cada dois anos, o Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA). Essa entidade também publicava a *Revista Brasileira de Agroecologia* e os *Cadernos de Agroecologia*.

Somente no ano de 2002, a Embrapa incorporou em seu plano institucional uma linha de pesquisa vinculada à agricultura orgânica, publicando, em 2006, o Marco Referencial em Agroecologia. Mesmo com governos democráticos e populares, essa empresa de pesquisa pouco contribuiu no desenvolvimento da agroecologia.<sup>24</sup>

---

<sup>24</sup> Cabe ressaltar que, em 1993, a Embrapa Agrobiologia implantou o Sistema Integrado de Produção Agroecológica, em 70 ha de sua unidade localizada na cidade Seropédica (RJ). Em 1999, a Embrapa organizou o seu primeiro Encontro Nacional de Pesquisa em Agroecologia.



## VII. 1989: A DERROTA DO PROJETO DEMOCRÁTICO E O INÍCIO DO NEOLIBERALISMO

A reascensão da luta popular, nos anos 1980, expressa no surgimento de diversas organizações classistas, como o PT, a CUT e o MST, permitiu formular um projeto político para a sociedade brasileira, manifestado no Projeto Democrático Popular, hegemônico pelo Partido dos Trabalhadores. O desenlace dessa disputa política entre o bloco popular (classe trabalhadora, camponeses, camadas urbanas pauperizadas, estudantes, intelectuais) e a classe dominante deu-se no terreno eleitoral. Em 1989, ocorreu a disputa eleitoral para presidente da república.<sup>1</sup>

Com dificuldades de encontrar um caminho, um projeto político diante da crise econômica, a classe dominante entrou nesse processo eleitoral sem unidade interna, dividindo-se em diversas candidaturas: Ulisses Guimarães, Aureliano Chaves, Ronaldo Caiado, Fernando Collor de Melo, Mário Covas e Paulo Maluf, entre outros. O campo democrático e de esquerda também foi

---

<sup>1</sup> A última eleição para presidente da república, no Brasil, havia ocorrido em 1960.

representado por três candidaturas: Lula (PT), Brizola (PDT) e Roberto Freire (PCB).

A eleição se encaminhou para o segundo turno entre um candidato desconhecido de família de usineiros do estado de Alagoas e que prometia “caçar os marajás” e “acabar com os privilégios”, Fernando Collor de Mello, e a liderança popular Luiz Inácio Lula da Silva, que por uma pequena diferença (0,67%) superou a votação de Brizola no 1º turno. A mídia, por meio da TV Globo, teve papel determinante naquela disputa. A classe dominante embarcou na aventura de apoiar Collor de Melo. A condução, pela TV Globo, do debate final entre os dois pretendentes à cadeira de presidente favoreceu o candidato Collor, influenciando decididamente na votação. Collor saiu vencedor da primeira eleição direta à presidente da república em 29 anos.

Essa derrota eleitoral significou uma derrota do projeto popular, transformando-se, portanto, numa derrota política da classe trabalhadora. Ao tomar posse, Collor de Mello apresentou uma estratégia econômica para a superação da crise que compreendia o sequestro bancário dos recursos da população, a abertura econômica e as privatizações. O Plano Collor, anunciado em março de 1990, articulou um plano de estabilização econômica com mudanças da estrutura do Estado. O ponto central era a adequação das instituições econômicas para viabilizar a abertura da economia (Kon, 1999).

Esse plano, a partir de diversas medidas provisórias, realizou uma reforma monetária, substituindo a moeda Cruzado Novo pela anterior, o Cruzeiro. Também implementou um ajuste fiscal, instituindo o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para as operações na Bolsa de Valores e na caderneta de poupança, liberou as importações e abriu o período de privatizações das empresas estatais, além de extinguir outras, como a Embrater e o Banco Nacional do Crédito Cooperativo (BNCC).

Mas o Plano Collor ficou lembrado pelo sequestro realizado dos recursos da população depositados nos bancos. Para controlar o volume de moeda em circulação, Collor, confiscou, por 18 meses, os depósitos à vista e as poupanças e aplicações, limitando o volume de saques. Esse sequestro pegou a população de surpresa, gerando uma enorme insatisfação nos diversos setores da sociedade.<sup>2</sup> Esse choque na economia teve repercussões. O processo de abertura econômica forçou a indústria brasileira a se modernizar e parte dela sucumbiu diante da concorrência internacional. Iniciou-se o ciclo da desnacionalização da economia brasileira. Essa modernização da indústria brasileira levou a uma profunda reestruturação produtiva das empresas, que envolvia novos arranjos produtivos (toyotismo)<sup>3</sup> para o aumento da exploração dos trabalhadores, com a terceirização do trabalho e uma acelerada rotatividade da força

---

<sup>2</sup> A crise econômica prosseguiu e a inflação retornou ao nível de 20% ao mês em fevereiro de 1991. Nesse mês, o governo Collor lançou o Plano Cruzado II. Em maio de 1991, a ministra da Economia Zélia Cardoso de Melo foi substituída por Márcilio Marques Moreira. No segundo semestre de 1991, iniciou a liberação dos recursos bloqueados pelo Plano Collor, e essa expansão monetária impactou negativamente a inflação, de maneira que o ano de 1991 fechou com uma inflação de 480% ao ano. A crise econômica nesse governo retraiu ainda mais o crescimento econômico: o ano de 1991 teve um ínfimo crescimento do PIB de 0,2% e, em 1992, 0,8% (Kon, 1999).

<sup>3</sup> Inspiradas nos processos organizativos das fábricas da Toyota, no Japão, as empresas no Ocidente passaram a adotá-los, sobretudo nas décadas de 1980 e 1990. A base deste processo é a mão de obra multifuncional e qualificada, eliminando a especialização absurda do taylorismo. O próprio *layout* das fábricas foi alterado para as “células de produção”, em substituição à “esteira de montagem”. Adotou-se um sistema mecânico flexível, produzindo uma diversidade de produtos ajustados às demandas do mercado, evitando excedentes, adotando, assim, o *sistema just in time* (“no tempo certo”), buscando produzir somente o necessário, no tempo necessário e na quantidade necessária, reduzindo ao máximo os estoques de produtos e mercadorias. Isto também exigiu um desenvolvimento da comunicação e da logística de transporte. Esse processo, na medida em que a microeletrônica foi se desenvolvendo, possibilitou a automação de diversas funções. O toyotismo representou a produção flexível e, com ele, foram geradas as relações flexíveis de trabalho, nas quais os trabalhadores passaram a perder direitos trabalhistas (Pinto, 2007).

de trabalho dentro das empresas. Essas mudanças no processo produtivo no interior das fábricas contribuíram para a desorganização do movimento sindical.

Em paralelo, foram realizadas privatizações e a retirada do Estado de setores estratégicos. Na agricultura, Collor extinguiu a Embrater, acabando com o serviço federal de assistência técnica e extensão rural aos agricultores.<sup>4</sup> Além do BNCC,<sup>5</sup> extinguiu os institutos IAA e o IBC, sendo o desmonte final dos institutos de fomento da Era Vargas. Na armazenagem de grãos, o governo federal renunciou ao controle de estoques e uniu as empresas Companhia Brasileira de Armazenamento (Cibrazem), Companhia Brasileira de Alimentos (Cobal) e Companhia de Financiamento da Produção (CFP), constituindo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), em 1990 (Delgado, 2012),<sup>6</sup> além de iniciar a abertura comercial com forte redução tarifária.

Já na questão agrária, o governo Collor compreendeu que o MST não era simplesmente um apêndice da Igreja Católica e do PT, tendo autonomia política e organizativa, e passou a tratá-lo como inimigo de classe. A repressão ao MST foi forte, com diversos dirigentes presos, despejos violentos e várias ordens de prisão para

---

<sup>4</sup> As Ematers, em alguns estados, foram assumidas pelos governos estaduais que, em parceria com diversas prefeituras, mantiveram o sistema precariamente funcionando.

<sup>5</sup> O Banco Nacional do Crédito Cooperativo (BNCC) foi criado em 1951 para apoiar as cooperativas. Com sua liquidação, o MST gaúcho, em meados dos anos 1990, ocupou uma parte de suas instalações no centro de Porto Alegre, organizando ali a sua secretaria estadual.

<sup>6</sup> “Observados em perspectiva histórica a partir do presente (2011), os meados dos anos 1980 e dos anos 1990 são demarcados por fatos significativos e políticas conjunturais, atuantes no sentido de desmontar o projeto de modernização conservadora da era militar, sem, contudo, estruturar condições econômicas e políticas para constituir uma nova estratégia de acumulação de capital na agricultura. Isso somente se constituirá de forma articulada com a política econômica, depois da grave crise cambial de 1999” (Delgado, 2012, p. 77).

as lideranças.<sup>7</sup> Foi nessa época que o MST desenvolveu as marchas como instrumento político. Buscando sair do isolamento político em que se encontrava, o MST realizou, em diversos estados, a marcha contra o Plano Collor e pela Reforma Agrária.

Pode-se dizer que, com o governo Collor, o Brasil iniciou sua caminhada para a adesão ao neoliberalismo e ao ciclo de acumulação por meio do capital financeiro (rentismo). Nessa passagem faz-se necessário lembrar o contexto internacional. A crise de reprodução da riqueza nos países centrais, instalada na década 1970 e agravada com as mudanças nos preços do petróleo (1973 e 1978), indicada por vários estudiosos como uma crise estrutural do capitalismo, produziu reações econômicas e políticas por parte da burguesia internacional. No plano econômico, já na década de 1970, realizaram-se diversas alterações, rompendo-se com os acordos estabelecidos em Bretton Woods (1944),<sup>8</sup> tirando as amarras do capital financeiro. No plano político, governos eleitos na Inglaterra (Margareth Thatcher, 1979) e nos EUA (Ronald Reagan, 1981) promoveram as desregulamentações finais para a livre circulação do capital financeiro, acompanhado de um forte processo de retirada de direitos dos trabalhadores, flexibilizando as relações de trabalho naqueles países. Estes governos inauguraram a fase política do neoliberalismo, e estas políticas passaram a ser difundidas pelo mundo por meio das agências internacionais, como o Banco Mundial e o FMI.

---

<sup>7</sup> A violência contra o MST só foi reduzida quando Collor foi afastado da presidência da república.

<sup>8</sup> Conferência ocorrida em julho de 1944, na cidade de Bretton Woods (EUA). Nela foram definidas diversas regulações reorganizando o capitalismo para o período do pós-guerra. Entre as novas regulações, o dólar tornou-se a moeda mundial, lastreando o comércio internacional. Para isso, estabeleceram-se regras como a paridade dólar-ouro (35 dólares = uma onça *troy* de ouro). Criaram-se organismos bilaterais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e o GATT (sigla em inglês para Acordo Geral de Tarifas e Comércio).

Já em 1989, em meio à queda do Muro de Berlim (desarticulação política da República Democrática da Alemanha, conhecida por Alemanha Oriental), a burguesia internacional elaborou, em novembro, a partir de economistas de diversas instituições financeiras sediadas na cidade de Washington, um conjunto de orientações que ficaram conhecidas por Consenso de Washington, estabelecendo diretrizes para planos de estabilização econômica dos países. As regras recomendadas passavam por: disciplina fiscal, redução dos gastos públicos, reforma tributária, juros de mercado, câmbio de mercado, abertura comercial, investimento estrangeiro direto sem restrições, privatização de estatais, desregulamentação (afrouxamento das leis trabalhistas e das leis financeiras) e direito de propriedade intelectual.

Essas regras foram apregoadas pelo FMI para os países latino-americanos, implantando as políticas neoliberais. No Brasil, sua expressão inicial foi o governo Collor. No entanto, as contradições geradas nos dois anos de governo, além da reação popular, fizeram com que parcelas da própria classe dominante passassem a operar para sua derrubada. A mídia, refletindo essa orientação da classe dominante, passou a repercutir as denúncias de “contas fantasmas” e do “esquema PC Farias” (braço direito de Collor, na campanha eleitoral, para questões financeiras), engrossadas com as denúncias de caixa dois no processo eleitoral realizadas por Pedro Collor (irmão do presidente). A mídia também deu, ainda, ampla visibilidade às manifestações massivas da população contra o governo Collor, sobretudo da “Juventude Cara Pintada”, que exigia Fora Collor e a Ética na Política. Entre setembro e dezembro de 1991, teve lugar o processo de *impeachment* do presidente. Ele renunciou antes de seu impedimento ser julgado, mesmo assim o Senado cassou seus direitos políticos por oito anos (Morissawa, 2001).

Com o afastamento de Collor, assumiu o vice-presidente Itamar Franco, ex-governador de Minas Gerais, que se identificava

com setores democráticos da sociedade.<sup>9</sup> A composição de seu ministério foi indício disso. Um nome ganhou importância nessa equipe ministerial: Fernando Henrique Cardoso, que como ministro das Relações Exteriores tornou a política neoliberal proposta pelos EUA mais próxima da classe dominante brasileira. Esta foi definitivamente “ganha” para o neoliberalismo e, com ele, para o capitalismo financeiro. Ao mesmo tempo, foi nesse governo que, pela primeira vez, o MST foi recebido em audiência por um presidente da república (2 de fevereiro de 1993), na qual Itamar Franco comprometeu-se a regulamentar a Constituição de 1988 no tocante à reforma agrária (Morissawa, 2001).

Assim, em 25 de fevereiro de 1993, promulgou-se a Lei n. 8.629 (Brasil, 1993), conhecida como Lei Agrária. Ela dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária previstos no capítulo III da Constituição Federal.<sup>10</sup> Em julho do mesmo ano, publicou-se a Lei Complementar n. 76, dispondo sobre os procedimentos do rito sumário para os processos de desapropriação de imóveis rurais por interesse social para fins de reforma agrária.

Fernando Henrique Cardoso foi alçado, em maio de 1993, para o Ministério da Fazenda, elaborando um novo plano econômico, o Plano Real. Aprendendo com os erros cometidos nos planos

---

<sup>9</sup> De acordo com Morissawa (2001, p. 110), Itamar Franco, “inicialmente pertencente ao PTB, durante o regime militar participou do MDB e era conceituado como político honesto e independente”. No entanto, isso não o isentou de entregar para o capital privado a maior usina de aço do país, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), de Volta Redonda (RJ), privatizada em 1993.

<sup>10</sup> Essa Lei Agrária reclassificou as propriedades rurais, como “minifúndio: dimensão menor que o módulo rural fixado para o município; pequena propriedade: dimensão entre 1 e 4 módulos rurais; média propriedade: dimensão entre 5 e 15 módulos rurais; grande propriedade: dimensão superior a 15 módulos rurais. O tamanho de um módulo rural varia, de acordo com a região ou área do território brasileiro, entre cinco e 110 ha” (Morissawa, 2001, p. 110).

anteriores, sobretudo nos planos Plano Cruzado e Collor, este foi dividido em três fases (Filgueiras, 2012):

- a) de ajuste fiscal, implementada entre dezembro de 1993 e fevereiro de 1994. Criou-se o Imposto Provisório sobre a Movimentação Financeira (IPMF); 40% das despesas correntes do governo foram cortadas; e criou-se o Fundo Social de Emergência (FSE) para cobrir gastos sociais, visto o impacto dos cortes de despesas – ainda que, na prática, esse fundo tenha significado liberdade para o governo gastar os recursos do seu orçamento (OGU) onde quisesse –; as dívidas dos governos estaduais e municípios com o governo federal foram renegociadas.
- b) constituição da Unidade de Referência de Valor (URV), iniciada em março de 1994: esse superindexador (embrião da nova moeda) deveria possibilitar a passagem paulatina de todos os preços/contratos e salários de Cruzeiro Real para URV;
- c) nova moeda, o Real, com início em 1º de julho de 1994: momento em que se converteu a URV em Real, com base na relação 1 URV (2.750 cruzeiros) igual a 1 Real (1,00 Real).

O efeito econômico dessas medidas acarretou de imediato a redução da inflação, que caiu de 46,6%, em junho de 1994, para 3,3%, em agosto de 1994. E o lançamento de uma “moeda forte” (um dólar = um real)<sup>11</sup> gerou uma onda de grande consumo e de euforia na sociedade brasileira, repercutindo no processo eleitoral

---

<sup>11</sup> Essa condição de “moeda forte” afetou o setor exportador brasileiro de *commodities* agrícolas e minerais. Para compensar essas perdas, o Congresso aprovou a Lei Kandir, criada em setembro de 1996, isentando de ICMS todos os produtos primários (e industrializados semielaborados) e serviços exportados pelo Brasil. A lei levou o nome do deputado federal que apresentou o projeto (Antônio Kandir). Essa lei causou a redução de arrecadação tributária dos governos estaduais, sobrando para o governo federal indenizar os estados por essas perdas. No entanto, em 1999, quando a paridade cambial se alterou, desvalorizando a moeda e favorecendo as exportações,

ocorrido em outubro de 1994. A candidatura de FHC à presidência da república unificou a burguesia em torno do projeto neoliberal; Cardoso ganhou a eleição presidencial de 1994 ainda no primeiro turno.<sup>12</sup>

O sucesso, nesse primeiro momento, do Plano Real no combate à inflação, o crescimento econômico e o aumento nos empregos só foi possível porque essa política apoiou-se em abertura econômica (redução de alíquotas de imposto para importação e câmbio valorizado), e em uma política de juros altos, atraindo grande fluxo de capital estrangeiro de curto prazo (leia-se, dinheiro para especulação financeira) (Filgueiras, 2012).

Mas esse governo FHC também realizou uma profunda reforma liberal do Estado brasileiro. Desenvolveu-se uma reforma administrativa, possibilitando a demissão de funcionários públicos quando os salários ultrapassassem mais de 60% das receitas dos governos. A reforma previdenciária, que pela resistência popular e parlamentar resumiu-se na adoção do fator previdenciário, acabou por reduzir os valores das aposentadorias dos trabalhadores (Filgueiras, 2012).

Também ocorreram importantes reformas econômicas que exigiram alterações na Constituição brasileira, como por exemplo a extinção do monopólio estatal sobre o petróleo, comunicações,

---

tal lei seguiu vigorando, gerando lucros extraordinários ao setor exportador de *commodities*, controlado por empresas transnacionais.

<sup>12</sup> De acordo com Pochmann (2020), a burguesia construiu um acordo iniciado ainda no governo Collor, mas consolidado no primeiro governo FHC, em que os ricos deixariam de financiar o Estado brasileiro por meio dos impostos, passando a financiá-lo por meio da compra de títulos da dívida pública. Para o autor, dois exemplos servem para ilustrar esse processo: a redução da alíquota máxima do Imposto de Renda (IR) e a isenção de lucros e dividendos. No final da década 1980, a alíquota máxima do IR era de 45% da renda, caindo para 25% no governo Collor e hoje é de 27%. Já o governo FHC, em 1995, isentou os lucros e dividendos, não pagando mais qualquer tipo de imposto. Essa lógica política consolidou o rentismo no Brasil, no qual 25 mil famílias vivem da improdutividade do rentismo, açambarcando em torno de 5 a 6 % do PIB transferido para essas famílias pelo mecanismo da dívida pública.

geração e distribuição de energia. Modificou-se o conceito de empresa nacional, dando iguais condições de obtenção de benefícios às empresas estrangeiras que operavam no Brasil. A exploração do subsolo e a navegação costeira foram desregulamentadas (Filgueiras, 2012).

No plano econômico, FHC também promoveu as privatizações, como da telefonia brasileira e da empresa Vale do Rio Doce, que se tornaram os grandes símbolos daquele período. Enquanto o governo Collor privatizou 18 empresas estatais, arrecadando 4 bilhões de dólares, o primeiro mandato de FHC privatizou 40 empresas, arrecadando 46 bilhões de dólares (somente com a privatização das telecomunicações, foram arrecadados 26,9 bilhões de dólares) (Filgueiras, 2012).

Essas desregulamentações também chegaram na agricultura.<sup>13</sup> Com a aprovação da Lei de Patentes, em maio de 1996 (Lei n. 9.279/96), regulando o direito de propriedade intelectual, regulamentou-se a Lei de Cultivares (Lei n. 9.456/97), em abril de 1997, criando as condições para o patenteamento genético e abrindo o terreno para a chegada das sementes transgênicas no Brasil.<sup>14</sup> Outra medida institucional importante para a organização do mercado de

---

<sup>13</sup> De acordo com Teixeira (2020e, p. 276-277), “com a Rodada do Uruguai do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), e o resultante Acordo Agrícola da Organização Mundial do Comércio (OMC), foram estabelecidas, no Brasil, legislações como a Lei de Patentes (Lei n. 9.279, de 14 de maio de 1996), Lei de Cultivares (Lei n. 9.456 de 1997), e a adesão do país à União Internacional para a Proteção de Obtenções Vegetais (UPOV).”

<sup>14</sup> Conforme indicado por Teixeira (2020e, p. 277), “essa nova institucionalidade internalizada no Brasil permitiu o controle oligopólico externo dos insumos químicos e genéticos estratégicos da base técnica da agricultura brasileira. Arelada à perda da soberania, a consequência foi o fenômeno massivo de fusões, aquisições e incorporações de setores da química e da biotecnologia. Como resultado, um pequeno grupo de grandes empresas transnacionais, além da dominação absoluta do mercado de sementes no Brasil, passou a dominar, também, a indústria dos insumos agroquímicos. Com isso, todas as principais empresas de sementes nacionais foram incorporadas por algumas grandes corporações da química e biotecnologia.

sementes transgênicas no Brasil foi a alteração no limite permitido de resíduo de glifosato nos grãos de soja. Durante o governo FHC, o Ministério da Agricultura, ainda que sem competência legal para isso, elevou em 50 vezes esse limite, saltando de 0,2 mg/kg para 10 mg/kg de resíduo de glifosato.

Estas desregulações também atingiram negativamente a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), afetando os estoques reguladores de grãos, carne e leite sob o argumento de que esses programas, pelo seu componente de subsídios, levavam à formação da dívida pública (Delgado, 2012).

Se nos primeiros meses do Plano Real a sociedade viveu uma euforia, visto a redução da inflação, que afetou positivamente o consumo popular,<sup>15</sup> e o crescimento econômico, com a geração de empregos,<sup>16</sup> já a partir de novembro de 1994 o Plano Real começou a dar sinais de insustentabilidade. Esse crescimento econômico associado à liberação das importações e câmbio valorizado acarretou saldos negativos na balança comercial, que inicialmente foram cobertos com a entrada de capital estrangeiro em aplicações financeiras de curto prazo. Esse ambiente econômico logo gerou sua primeira vítima: a agricultura, uma vez que o aumento das taxas de juros na economia repercutiu na elevação das taxas dos financiamentos agrícolas. As importações generalizadas de produtos agrícolas,<sup>17</sup> associadas a safras elevadas, reduziram os preços no mercado interno. Especialistas indicaram que, nesse quadro, a agricultura perdeu 26% da sua renda, ampliando o endividamento e a inadimplência (Filgueiras, 2012).

---

A Embrapa, que respondia por 60% da oferta de sementes de soja, atualmente tem participação residual nesse mercado”.

<sup>15</sup> Naquele período, a “bandeja de frango” foi a grande vedete deste consumo popular.

<sup>16</sup> O PIB fechou em 1994 com um crescimento de 5,8%.

<sup>17</sup> Acrescenta-se a isso as implicações negativas para a agricultura do Acordo de Ouro Preto, assinado em dezembro de 1994, instituindo a união aduaneira do Mercosul (Delgado, 2012).

Na prática, o Plano Real quebrou a agricultura empresarial, o latifúndio e os pequenos agricultores.<sup>18</sup> Em contrapartida, essa redução dos lucros na agricultura reduziu os preços das terras, favorecendo os processos de obtenção destas para a reforma agrária.<sup>19</sup> Neste primeiro mandato, FHC, pressionado pelas ocupações de terras realizadas pelo MST, assentou, entre 1995 e 1998, 287.994 famílias, envolvendo 12,3 milhões de ha.<sup>20</sup>

O Plano Real e o governo FHC também foram desestabilizados pelas crises internacionais provocadas pelo capitalismo financeiro em diversos países pelo mundo. Ao adotarem políticas neoliberais, estes países ficaram reféns dos grandes especuladores internacionais (agentes financeiros como bancos, fundos de investimentos, fundos de pensão, entre outros) que, ao ingressarem nesses países para especularem nas bolsas de valores com diversos títulos (títulos das dívidas públicas dos governos, ações de empresas, títulos de *commodities*, moedas), ampliavam a vulnerabilidade das economias locais. E a crise local de um país afetava os demais, pois os capitais especulativos, ao perceberem a degeneração de alguns indicadores econômicos de determinado país, rapidamente sacavam seus

---

<sup>18</sup> Essa crise da agricultura e a falência da agricultura patronal levaram alguns intelectuais, como por exemplo José de Souza Martins, a propor a realização de um pacto do MST com o governo FHC, suspendendo as ocupações de terra para, em troca, ter um plano de assentamento das famílias, por meio de compras de terras, visto a queda nos seus preços em todas as regiões brasileiras.

<sup>19</sup> De acordo com Delgado (2012, p. 82) “a abertura comercial ao exterior promove a queda generalizada da renda agrícola. Essa conjuntura provoca a desvalorização do preço da terra”. Segundo esse autor, o preço da terra entre 1994 e 1999 decresceu 9,1%. Delgado (2012, p. 82) ainda observa que “essa queda conjuntural do preço da terra é movida por um declínio muito acentuado dos preços agrícolas. Como há simultaneamente desmobilização das formas públicas de sustentação de preços (políticas de *support-price* abandonadas), seus efeitos sobre a renda agrícola são devastadores. [...] O Censo Agropecuário de 1996 registra 1 milhão a menos de estabelecimentos, comparativamente ao de 1985, ainda que entre os dois anos tenha havido mudanças metodológicas no Censo Agropecuário”.

<sup>20</sup> No segundo mandato, FHC assentou outras 252.710 famílias.

recursos, desestabilizando e gerando efetivamente crises nessas localidades.

Assim, o Brasil, no ano de 1995, presenciou o efeito da crise financeira do México e da Argentina, abalando sua economia com a fuga dos capitais especulativos iniciada ainda em dezembro de 1994, derrubando as reservas cambiais para 31,9 bilhões de dólares (abril de 1995). A resposta do governo FHC foi atrair mais capital especulativo para nossa economia, elevando a taxa de juros, reduzindo o IOF nas operações financeiras e anunciando a inclusão da empresa Vale do Rio Doce no programa de privatizações, além de cortar o orçamento do governo federal em 9,5 bilhões de reais (Filgueiras, 2012).

Em contrapartida, a crise de inadimplência dos financiamentos bancários e a redução dos ganhos financeiros, com o fim da inflação, geraram uma crise no setor bancário brasileiro, expressa pela falência do Banco Econômico e do Banco Nacional. Em novembro de 1995, o governo FHC criou o Programa de Estímulo à Reestruturação do Sistema Financeiro Nacional (Proer), que, na prática, significou uma imensa transferência de riqueza pública para salvar os bancos brasileiros.

O ano de 1995 encerrou-se com elevação da dívida pública interna, saltando de 54 bilhões de dólares (governo Itamar) para 73 bilhões de dólares.<sup>21</sup> Verificou-se também uma enorme taxa de

---

<sup>21</sup> Além do pagamento pelo governo federal dos elevados juros dos títulos públicos, o calote do setor agrícola e bancário contribuiu significativamente para elevar a dívida pública federal. Delgado (2012, p. 86-87) elucida essa passagem: “o mecanismo pelo qual se processou a desmontagem da antiga política agrícola e comercial, entre 1986 e 2003, é um capítulo relativamente obscuro do chamado reconhecimento de passivos contingentes, ou ‘esqueletos’, na linguagem popular, que na realidade significa a transferência para a dívida pública mobiliária federal de uma enorme quantidade de débitos privados contraídos junto a bancos públicos ou bancos privados, sob as condições anteriormente vigentes da política agrícola e comercial. Esses passivos foram assim transformados, mediante generosa emissão de títulos da dívida pública, tendo em vista realizar a ‘securitização’ de dívidas vencidas ou perdas

desemprego, na ordem de 13,5%. Ficava claro a que veio o Plano Real, fazendo a sua segunda vítima: os trabalhadores. O arrocho salarial praticado a partir de 1995 significou uma brutal queda no poder de compra do salário-mínimo, transferido para os empresários na tentativa de recompor suas taxas de lucro (Filgueiras, 2012).

Já em 1996, estava evidente que a economia brasileira era comandada pelos agiotas internacionais e o governo apenas reagia conforme as investidas e especulações efetivadas. Isso explicou o novo período recessivo vivido pela economia brasileira entre julho de 1997 e dezembro de 1998.

A crise financeira da Coreia, em 1997, trouxe como consequência para o governo FHC duas medidas: aumento da taxa de juros, que chegou a 43% ao ano, e um novo ajuste fiscal, conhecido como Pacote 51.<sup>22</sup> Em agosto de 1998, a Rússia decretou moratória da sua dívida, abalando o mercado financeiro mundial. Novamente,

---

e desvios de estoques junto aos bancos públicos e privados. Esse processo não foi apenas para o setor rural, mas para vários setores – bancos oficiais (Proes), bancos privados (Proer), fundos de pensão privados, INPS/Iapas, BNH, setor elétrico, setor ferroviário etc. Em linguagem simples, para o caso específico das contas agrícolas, o processo consiste no seguinte: houve um conjunto importante de dívidas vencidas e estoques públicos perdidos ou desviado nas rubricas – PGPM, Conta Trigo, Conta Café, Programa de Apoio ao Setor Sucroalcooleiro (Proasal) e Proagro, que até 1996 eram suportados pela emissão monetária do Banco do Brasil. Essas dívidas e perdas são transferidas à cobrança e outras providências da Procuradoria da Fazenda Nacional, enquanto os bancos ficam capitalizados pela emissão a seu favor de títulos do Tesouro Nacional. Essas dívidas e perdas a apurar vão alimentar milhares de processos judiciais que compõem a chamada Dívida Ativa da União (para com a União), cujo grau de adimplência e eficiência na cobrança é em geral muito baixo. Enquanto isto, os devedores privados juntos aos bancos deixaram de sê-lo, porque os agentes financeiros transferiram seus passivos para o Tesouro Público. A consequência imediata desse ‘reconhecimento de passivo’ é a virtual explosão da dívida líquida do setor público no período de 1994-2000, que pula de 30,38% do PIB em 1994 para 49,39% no ano 2000, autoalimentada também pelas altas taxas de juros ‘Selic’ no período e até o presente”.

<sup>22</sup> Esse pacote significou a demissão de 33 mil funcionários públicos da União; suspensão dos reajustes salariais dos funcionários públicos; aumento da alíquota do Imposto de Renda e aumento dos combustíveis (Filgueiras, 2012).

a resposta do governo FHC foi aumentar a taxa de juros, chegando a 49% ao ano e, em outubro de 1998, passado o processo eleitoral, anunciar um novo pacote fiscal. Nele, estava prevista a lógica do superávit primário e um corte das despesas do governo em 1,5% do PIB; aumento dos impostos CPMF e Cofins e um Programa de Estabilidade Fiscal, criando a Lei de Responsabilidade Fiscal, tendo novos critérios para o endividamento público dos governos e proposta de reforma da Previdência Social, elencada como o principal problema do orçamento público brasileiro.

Em meio a esse contexto de ofensiva neoliberal e de desestruturação do movimento sindical, foi no primeiro mandato do governo FHC que um setor social conseguiu pautar a agenda neoliberal, com um tema que dialogava com os interesses populares. Esse tema foi justamente a reforma agrária. Ao assumir o primeiro mandato, FHC enfrentou a greve dos petroleiros,<sup>23</sup> derrotando-os com apoio da mídia e da força do Exército brasileiro, que ocupou algumas refinarias paralisadas. A derrota dos petroleiros tornou-se a derrota da classe trabalhadora.

No entanto, esse governo ainda não tinha claro como agir com o MST e com sua demanda por reforma agrária. Para a agricultura, FHC aplicou um receituário neoliberal, liberalizando as importações de produtos agrícolas, quebrando os fazendeiros e tendo que renegociar, posteriormente, suas dívidas.<sup>24</sup> Em julho de

---

<sup>23</sup> Foram 35 dias de greve, iniciada no dia 3 de maio de 1995. Centenas de trabalhadores foram arbitrariamente demitidos, punidos e enfrentaram o Exército que, a mando de FHC, ocupou com tanques e metralhadoras as refinarias da Petrobras. A Federação Única dos Petroleiros (FUP) e seus sindicatos foram submetidos a multas milionárias. Isolados nessa greve e com a mídia jogando a opinião pública contra eles, os sindicatos conseguiram impedir a privatização completa da Petrobras, mas saíram bastantes fragilizados, levando mais de uma década para retomar o processo de luta. A derrota dos petroleiros simbolizou a derrota da classe trabalhadora durante o governo FHC.

<sup>24</sup> Quanto ao endividamento agrícola, foram encaminhadas durante os dois mandatos do governo de Fernando Henrique Cardoso duas soluções para essa questão. A pri-

1995, entre os dias 24 e 27, o MST realizou o seu 3º Congresso Nacional, reunindo 5.200 delegados, de 22 estados, em Brasília. O MST estabeleceu nesse congresso o lema “Reforma Agrária, uma Luta de Todos”. Com o Congresso Nacional em recesso, a marcha realizada pelos camponeses Sem Terra na Esplanada dos Ministérios gerou grande repercussão na imprensa nacional.

Em contrapartida, a truculência do latifúndio continuava gerando violência no campo. Em agosto de 1995, ocorreu o massacre de Corumbiara, em Rondônia, onde 700 famílias ocupavam a fazenda Santa Elina, com o assassinato de 14 sem-terras, incluindo uma criança (estimou-se, pelo depoimento dos camponeses presentes, que o número de mortes foi muito superior ao reconhecido oficialmente). Em 17 de abril de 1996, foi a vez do massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará, vitimando de imediato 19 Sem Terras pelas mãos da Polícia Militar do governador Almir Gabriel (PSDB). Esse massacre foi televisionado pela imprensa que cobria a Marcha dos Sem Terra, que saíram de Marabá rumo à capital, Belém, exigindo o assentamento das famílias acampadas. A repercussão na sociedade

---

meira em 1995, por meio da securitização das dívidas dos contratos inferiores a 200 mil reais, tendo em 1998 a resolução do Conselho Monetário Nacional prorrogado os vencimentos das dívidas e, em 1999, uma medida provisória, depois convertida em lei, alongando os prazos de vencimento dos débitos do crédito rural. Apesar destas sucessivas prorrogações de prazos, em 2002, houve uma segunda securitização, alongando os prazos de pagamento para 25 anos, com juros fixos de 3% ao ano, e transferindo os riscos da operação para o Tesouro Nacional, tornando-se, assim, uma dívida pública. A segunda solução foi estabelecida em 1998, com o Programa Especial de Saneamento de Ativos (Pesa) para os contratos acima de 200 mil reais, onde 70% do volume renegociado era de contratos acima de 1 milhão de reais (Del Grossi e Graziano da Silva, 2008). Mais recentemente, a Medida Provisória n. 173, de junho de 2016, assinada pelo presidente golpista Michel Temer, permitiu que produtores rurais inscritos na Dívida Ativa da União e com débitos originários das operações de securitização e do Pesa liquidassem seus saldos devedores com um rebate (subsídio) entre 60% e 95%. Um estudo recente indicou, por exemplo, que dívidas acima de 1 milhão de reais deverão ter descontos de 65% (Oxfam, 2016).

brasileira foi enorme, e o MST recebeu apoio e solidariedade de diferentes segmentos sociais.

Como a impunidade é recorrente no Brasil, esse foi mais um caso em que a Justiça não se movimentou. Para pressioná-la e pressionar o governo federal, o MST decidiu organizar a Marcha Nacional por Emprego, Justiça e Reforma Agrária, para marcar um ano de impunidade do massacre de Eldorado de Carajás. Foram organizadas três colunas: uma saindo da cidade de São Paulo, com 600 marchantes dos estados do Sul e São Paulo; outra saindo de Governador Valadares (MG), reunindo 400 militantes de Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia e Rio de Janeiro; e a terceira, com integrantes do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Distrito Federal partindo de Rondonópolis (MT), com 300 integrantes. Mobilizando 1.300 marchantes, as três colunas iniciaram a caminhada no dia 17 de fevereiro de 1997. Por dois meses, marcharam pelo interior do país, denunciando a violência do latifúndio e divulgando a necessidade da reforma agrária (Morissawa, 2001).

O governo FHC e a mídia apostavam que as colunas não teriam força para chegar a Brasília. No entanto, as três colunas encontraram-se na região do entorno de Brasília no dia 17 de abril de 1997, sendo recepcionadas por centenas de pessoas, e a sua entrada na capital federal reuniu próximo de 100 mil pessoas, tornando-se o maior ato de protesto contra as políticas neoliberais de FHC e em defesa da reforma agrária (Morissawa, 2001).

Frente a essa força social, o governo FHC se obrigou a sinalizar algumas ações para se justificar perante a sociedade. Criou o Ministério Extraordinário de Política Fundiária, tendo à frente Raul Jungmann, e decretou o dia 17 de abril como o Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária.<sup>25</sup> Pautado pelo MST, o governo FHC

---

<sup>25</sup> Também no dia 17 de abril de 1997 foi inaugurada a exposição de fotos *Terra*, de Sebastião Salgado, que fotografou o ato fúnebre dos vitimados em Eldorado de Carajás, além de registrar a vida cotidiana das famílias acampadas no MST. A

também criou o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea).

Ao final da marcha, o dilema colocado para as forças populares era como barrar o leilão da Vale do Rio Doce (na época, a maior mineradora do mundo), previsto para o dia 6 de maio de 1997. Sem forças para continuar a marcha rumo ao Rio de Janeiro, buscando mobilizar a sociedade contra essa privatização, o leilão ocorreu, apesar dos protestos de rua, transferindo um imenso patrimônio nacional para a iniciativa privada.<sup>26</sup> Apesar desta privatização, a sanha do capital financeiro internacional colocou o Brasil como a “bola da vez”. Nos últimos três meses de 1998, as reservas cambiais caíram de 70 bilhões de dólares para 40 bilhões de dólares, indicando a fuga dos capitais especulativos do Brasil. O governo FHC recorreu ao Fundo Monetário Internacional (FMI), estabelecendo um empréstimo, no final de dezembro de 1998, de 41,5 bilhões de dólares, recompondo as reservas cambiais. As exigências do FMI foram claras: acelerar as privatizações, aprovar mais reformas liberais, realizar novo pacote fiscal com metas ampliadas de superávit primário e garantir o pagamento dos juros da dívida pública.

Essa crise financeira não foi aproveitada pela oposição, em toda sua potencialidade, durante o processo eleitoral que teve lugar no segundo semestre de 1998. FHC, candidato da coligação entre PSDB, PFL e PMDB, se reelegeu, no primeiro turno, obtendo 53% dos votos, derrotando novamente a candidatura de Lula (PT).<sup>27</sup>

---

exposição passou por mais de 100 países, tendo o livro de fotos *Terra* a apresentação escrita por José Saramago e um CD com quatro músicas de Chico Buarque, sendo uma delas dedicada às famílias Sem Terra (música “Assentamento”).

<sup>26</sup> O Consórcio Brasil, formado pela CSN, pelos bancos Bradesco, Opportunity, Nations Bank e por fundos de pensão, entre eles a Previ, arremataram 41% das ações, assumindo a gestão da empresa. A Vale foi vendida por 3,3 bilhões de reais, quando somente as suas reservas minerais valiam próximo de 100 bilhões de reais.

<sup>27</sup> A eleição de 1998 foi a primeira que permitiu a um presidente concorrer à reeleição. Isto foi possível devido à aprovação, no Congresso Nacional, de Projeto

Ao tomar posse de seu segundo mandato, em janeiro de 1999, FHC, diante da enorme crise financeira, desvalorizou a moeda e declarou que era necessário “exportar ou morrer!”. Abre-se assim uma nova condição econômica, recolocando para a empresa rural capitalista e para o latifúndio uma nova função. Nesse período, as terras brasileiras deveriam gerar produtos exportáveis, garantindo saldos na balança comercial, ampliando as reservas cambiais e buscando tranquilizar o mercado financeiro brasileiro (Delgado, 2012; Martins, 2019).

No segundo mandato de FHC (1999-2002), o enfrentamento político da questão agrária se alterou. Orientado pelo Banco Mundial/FMI, o governo FHC organizou uma saída neoliberal para a questão agrária e passou a promover a reforma agrária de mercado, anunciando à sociedade brasileira, com forte propaganda, a criação do Banco da Terra.<sup>28</sup> A família Sem Terra que, precisando de terra, poderia buscar recursos no Banco da Terra, por meio de uma associação negociaria diretamente com os fazendeiros uma área para o seu assentamento, pagando esse financiamento fundiário ao longo dos anos. O cadastramento das famílias interessadas em obter terra passaria a ser realizado nas agências dos Correios. Assim, não haveria mais conflitos e o processo estaria nas mãos dos latifundiários, que disponibilizariam as fazendas que lhes interessassem vender. Essa política de mercado para a questão agrária previa também que as famílias assentadas que necessitassem de crédito agrícola deveriam

---

de Emenda Constitucional permitindo a reeleição dos ocupantes de cargos do Poder Executivo.

<sup>28</sup> Essa lógica de mercado para a solução da questão agrária foi introduzida no Brasil de forma experimental ainda em 1997, por meio do Programa Cédula da Terra, implantado nos estados de Pernambuco, Bahia, Ceará, Maranhão e norte de Minas Gerais. Cabe lembrar que esse programa fez parte da política do Banco Mundial de promoção de uma reforma agrária assistida pelo mercado (RAAM), implantada desde 1994 em países como Colômbia, Guatemala, África do Sul e Filipinas (Pereira, 2012).

buscá-lo no mercado financeiro e, se precisassem de assistência técnica, deveriam encontrá-la no mercado de trabalho, contratando o técnico que melhor lhe conviesse.<sup>29</sup> Assim, a política pública foi substituída pelo mercado. Ao fim e ao cabo, todas estas iniciativas foram desenvolvidas para esvaziar a mediação política do MST, seja com as famílias sem-terra, seja com as famílias assentadas.

Mas o maior efetivo para a questão agrária veio por outro caminho. Buscando tranquilizar os mercados financeiros e os agentes especuladores internacionais, o governo FHC, em seu segundo mandato, montou uma nova estratégia macroeconômica, tendo por base a ampliação das reservas cambiais a partir das exportações de *commodities* agrícolas e minerais (minério de ferro e óleo bruto), gerando superávit na balança comercial brasileira.<sup>30</sup> Essa alteração macroeconômica aproximou definitivamente a empresa rural capitalista das empresas transnacionais que controlavam o comércio exterior de grãos e que controlavam a produção de máquinas e insumos agrícolas, favorecidas pelas condições extraordinárias do mercado internacional de *commodities*. Essa soldagem econômica gerou uma nova força política no campo, que passou a ser denominada de “agronegócio”.

No Brasil, o agronegócio não poderia mais ser entendido como uma tradução literal do termo “*agribusiness*” (negócio agrícola), e sim

---

<sup>29</sup> Os Agentes de Desenvolvimento Rural também seriam instituídos nos municípios. Eles deveriam organizar as demandas das famílias assentadas. A estas ideias liberais foram incorporadas as medidas já implantadas no primeiro mandato do governo FHC: o encerramento do Proceira, instituindo o Pronaf “A” e o “A/C” e a extinção do Programa Lumiar, que garantia a assistência técnica pública e gratuita às famílias assentadas.

<sup>30</sup> Delgado (2012, p. 79), ao sintetizar as fases que a agricultura brasileira percorreu no seu desenvolvimento capitalista recente, indicou “três fases bem demarcadas: 1) 1983-1993, primeira tentativa de resposta à crise de endividamento com recurso aos saldos comerciais oriundos do setor primário; 2) 1994-1999, folga na liquidez internacional, liberalização externa e novo endividamento; e 3) 2000 até o presente, relançamento da estratégia de reprimarização do comércio externo a qualquer custo”.

como uma nova aliança de classes no campo. Essa força blindou os latifúndios improdutivos das famílias sem-terra, reservando estas áreas para futuras expansões de seus investimentos (soja, cana-de-açúcar, eucalipto, pastagens etc.). Essa nova força também contou com muitas políticas públicas que lhe favoreceram, amparando essa estratégia macroeconômica de transformar o Brasil numa plataforma primário-exportadora, geradora de enormes superávits comerciais, ampliando as reservas cambiais e tranquilizando os capitais especulativos internacionais (Martins, 2019).

Esta estratégia também foi sustentada pela conjuntura internacional de preços elevados das *commodities*, visto o crescimento econômico de países como China, Índia e EUA, que viviam naquele período um cenário de crescimento econômico, consumindo diversos produtos primários brasileiros.<sup>31</sup> Mais adiante, será apresentada uma síntese dos impactos do avanço do agronegócio no campo brasileiro.<sup>32</sup>

---

<sup>31</sup> Entre a segunda metade da década de 1990 e o início da década 2000, setores da academia brasileira desenvolveram pesquisas quanto à “pluriatividade na agricultura” e sobre o “turismo rural”, buscando indicar uma nova tendência na agricultura brasileira e por isso a necessidade de políticas públicas ajustadas a essa suposta nova realidade. Própria de algumas regiões onde se desenvolveu uma industrialização combinada com médias cidades (um exemplo disso é a Serra Gaúcha e o vale da indústria calçadista, também no Rio Grande do Sul), uma parcela das famílias camponesas vivenciaram a experiência de ter um ou mais membros da família trabalhando nessas indústrias regionais, ainda que morando na propriedade rural e complementando a renda da família. Não muito diferente foi o desenvolvimento do turismo rural, muito restrito a algumas regiões com belezas naturais e próximas de cidades compostas por expressiva classe média. Com a avalanche do agronegócio e seus impactos, essas pesquisas perderam força, dada a marginalidade das experiências.

<sup>32</sup> Uma boa síntese das razões da competitividade do agronegócio brasileiro foi apresentada por Teixeira (2020e, p. 272): “A produção [se dá] em escala progressivamente crescente, o que alia à cobiça natural dos ruralistas por mais terras um elemento de ‘racionalidade econômica’ visando capacidade competitiva: ganhos de escala/ apropriação fundiária. Daí as pressões sistemáticas, sem trégua, pela privatização das terras da reforma agrária; redução do *status* da proteção e da área das unidades de conservação; investidas nas terras indígenas e quilombolas; e pela regularização

---

de terras da União pela autodeclaração. [Outros elementos presentes são:] O sistemático processo de renegociação e remissão de dívidas junto ao crédito rural e com a Previdência Social. A precarização do trabalho rural. Passivos ambientais com a ‘inimputabilidade’ pelos crimes correspondentes. Subvenções de toda ordem, em especial os chamados gastos tributários que incluem desonerações bilionárias sobre os insumos químicos. Acrescenta-se os estímulos dos estados/União às exportações como a Lei Kandir; e ainda, o Convênio 100 do Confaz, que desonera do ICMS os produtos agrotóxicos. No caso dos insumos químicos, vale destacar a atual luta insana dos ruralistas pela liberação massiva e inconsequente de agrotóxicos com vistas a evitar quebras de produtividade e baratear o custo dos fazendeiros independentemente dos seus impactos ambientais, na segurança dos alimentos e na saúde pública”.

## VIII. 2003: GOVERNO LULA, A CONCILIAÇÃO DE CLASSES, O NEODESENVOLVIMENTISMO E A REFORMA AGRÁRIA

Para a eleição presidencial de 2002,<sup>1</sup> compôs-se um novo bloco político, no qual parcela da burguesia interna, composta por capitais brasileiros, especialmente as grandes empreiteiras, se uniram ao projeto democrático-popular formulado pelo PT. Tal composição só foi possível pelo imenso desgaste político e pelas lutas sociais desenvolvidas no período, bem como pela crise econômica gerada nos 12 anos de governos neoliberais de Collor e FHC. Foi nesse ambiente que se compôs um governo de conciliação de classe.

As forças populares levaram tempo para interpretar a natureza do governo Lula-José de Alencar, e compreender que não se tratava de um governo em disputa, como se afirmou nos dois primeiros anos, mas um governo de conciliação de classe. As dificuldades

---

<sup>1</sup> Nestas eleições concorreram no segundo turno José Serra (PSDB), ex-ministro da Saúde de FHC, tendo como vice Rita Camata (PMDB), e Luiz Inácio Lula da Silva (PT), tendo como vice José de Alencar (PL), saindo Lula vencedor com 52,7 milhões de votos (61,2%). Serra obteve no 2º turno 33,3 milhões votos (38,7%). No primeiro turno, Lula obteve 39,4 milhões de votos, correspondendo a 46,4% dos votos, quase vencendo naquele turno.

na análise apareceram sobretudo quando, em 2005, tentou-se um golpe contra o governo Lula-José de Alencar, a partir das denúncias de corrupção e caixa dois, conhecido na mídia como Mensalão.<sup>2</sup> Por um lado, a fração da burguesia mais ligada aos setores neoliberais e ao capital internacional aproveitaram-se das denúncias para desestabilizar o governo Lula-José de Alencar e, se possível, até mesmo derrubá-lo. Mas a conciliação de classe, amalgamada por esse governo, se manifestou, tendo como exemplo a defesa do presidente Lula pelo representante da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf. O governo sobreviveu a essa crise (Boito Júnior, 2019).

## A POLÍTICA AGRÁRIA DO GOVERNO LULA, OS FÓRUNS SOCIAIS MUNDIAIS E A LUTA DO MST

Nesse início da década de 2000, o Brasil se tornou uma referência mundial na luta antineoliberal. Os intensos embates políticos ocorridos ao longo do governo FHC e a eleição de Lula resultaram na derrota da implantação do acordo da Área de Livre Comércio das Américas (Alca)<sup>3</sup> e tornou o MST uma das grandes

---

<sup>2</sup> No mês de maio de 2005, veio a público um conjunto de denúncias em gravação de vídeo de desvios de dinheiro público junto à empresa estatal Correios, favorecendo políticos brasileiros que compunham a base aliada do governo. As denúncias atingiram especialmente o presidente do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Roberto Jefferson, que veio a público revelar o esquema de corrupção, acusando José Dirceu, então ministro da Casa Civil do governo Lula, de mentor do esquema. Ao final, foram presas expressivas lideranças do PT: José Dirceu, José Genuíno e Delúbio Soares. A não reação do PT em defesa desses quadros foi o “teste de fogo” da classe dominante para as futuras ações contra o PT e suas lideranças, expressas no *impeachment* da presidenta Dilma e na prisão de Lula.

<sup>3</sup> A Área de Livre Comércio das Américas (Alca), para além de ser um acordo de livre comércio proposto pelo governo George Bush em 1991, previa uma série de mecanismos que subordinavam os governos latino-americanos ao governo dos EUA. Um desses aspectos determinava que as empresas latino-americanas deveriam priorizar a venda de matérias-primas aos compradores estadunidenses em troca das empresas estadunidenses atuarem livremente nos mercados latino-americanos. Outra impo-

referências mundiais da luta popular anticapitalista e da resistência ao neoliberalismo.

Na contestação aos encontros do capital financeiro em Davos (Suíça), a partir de 2001, em Porto Alegre, iniciaram os encontros internacionais denominados de Fórum Social Mundial (FSM), levantando o *slogan* “Outro Mundo é Possível”. Já na primeira edição, em janeiro de 2001, o MST organizou um ato político de denúncia sobre as sementes transgênicas, que estavam proibidas no Brasil naquele período. Com uma pequena delegação de representantes de movimentos camponeses internacionais no 1º FSM, a Via Campesina participou da ação do MST, que com 800 Sem Terra destruíram os experimentos de soja transgênica da empresa Monsanto, no município de Não Me Toque (RS).<sup>4</sup> Esse ato teve

---

sição era a adoção do dólar como moeda comum no continente (um exemplo disso foi o Equador, que adotou o dólar no lugar do sucre, sua moeda nacional, mantido até os dias de hoje). A Alca previa também o assessoramento militar por parte dos EUA aos países latino-americanos e até instalação de bases militares na região (por exemplo, o Plano Colômbia). O acordo da Alca estava previsto para ser assinado em 2005, na Argentina, mas as eleições de Hugo Chávez, na Venezuela, Néstor Kirchner, na Argentina, Fernando Lugo, no Paraguai, Rafael Correa, no Equador, Evo Morales, na Bolívia, Daniel Ortega, na Nicarágua, Tabaré Vázquez, no Uruguai, e Lula, no Brasil, interromperam esse plano. Em seu lugar, em 2005, foi organizada a Conferência dos Povos, na cidade de Mar Del Plata (Argentina), enterrando de uma vez por todas esse grande projeto imperialista. No Brasil, em setembro de 2002, os movimentos populares organizaram o Plebiscito sobre a Alca, do qual participaram 10,1 milhões de pessoas, sendo que 98% delas disseram não ao acordo. Em contrapartida, no início da década de 2000, estes governos progressistas latino-americanos passaram a organizar a Alternativa Bolivariana para a Nossa América (Alba) e os movimentos populares passaram a se articular pela Alba Movimentos.

<sup>4</sup> Essa ação contou com a presença do líder camponês francês José Bové, que ganhou notoriedade em 1999 ao destruir, na França, uma loja do McDonald's. Apesar desta denúncia, o governo Lula, em 2003, editou a Medida Provisória n. 113 sobre a legalização das lavouras já plantadas de soja transgênica, liberando os transgênicos no Brasil. Essa liberação ganhou segurança jurídica quando da aprovação da Lei de Biossegurança (Lei n. 11.105), em 2005, criando a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), responsável pela análise e aprovação dos pedidos de registro de OGMs no Brasil. De acordo com Teixeira (2020e, p. 278), “desde que

grande repercussão na mídia brasileira e internacional, projetando definitivamente a Via Campesina como uma importante articuladora internacional dos camponeses, e levou o governo FHC a expulsar do país o ativista José Bové, da Via Campesina Francesa, por sua participação nos atos.

O FSM de Porto Alegre tornou-se essa referência na luta anti-capitalista, reunindo milhares de pessoas. Em 2002, foram mais de 50 mil participantes e, em 2003, encontraram-se em Porto Alegre, mais de 100 mil ativistas políticos de 123 países. Nestas duas edições (2002 e 2003), a Via Campesina, apoiando-se na capacidade organizativa do MST, organizou o acampamento dos camponeses no ginásio de esportes “Tesourinha”, também na cidade de Porto Alegre, recepcionando as delegações da América Latina e do Brasil e desenvolvendo diversas oficinas, conferências e passeatas. Em 2003, produto da articulação de forças populares no Brasil, foi lançado, em meio ao FSM, em ato político no Auditório Araújo Viana, o jornal *Brasil de Fato*. Já em 2005, o FSM, contou com a presença do presidente venezuelano Hugo Chávez, realizando conferência no ginásio de esportes “Gigantinho” (Porto Alegre). Ele também visitou o assentamento Lagoa do Junco, em Tapes (RS),<sup>5</sup> e participou de ato político, no qual o governo da Venezuela assinou com o MST e com a Via Campesina acordos em torno da formação política de lideranças camponesas, no desenvolvimento das sementes ecológicas e da promoção da formação técnica em

---

foram introduzidas as sementes transgênicas há pouco mais de 20 anos, ocorreram mais de 200 aquisições de pequenas empresas de sementes. Na atualidade, temos três empresas que controlam 68% do fornecimento mundial de sementes, e quatro empresas que hoje controlam 71% de todas as vendas globais de agrotóxicos. A Basf saiu do ramo de sementes. A Bayer adquiriu a Monsanto; a Dow e a DuPont fundiram; e a ChemChina, uma empresa química chinesa, adquiriu a Syngenta.”

<sup>5</sup> Com o falecimento de Hugo Chávez, em 5 de março de 2013, as famílias ali assentadas propuseram ao Incra a alteração do nome daquele assentamento para Hugo Chávez.

agroecologia.<sup>6</sup> Como fruto desse acordo, o MST contribuiu com a construção do Instituto Latino-Americano de Agroecologia “Paulo Freire” (Iala), em Barinas (Venezuela), que passou a se articular com a Escola Latino-Americana de Agroecologia (ELAA), localizada em Lapa, no estado do Paraná. Assim, a Via Campesina iniciou a estruturação de sua rede de pesquisa e formação em agroecologia, fomentando os Ialás em vários países latino-americanos.

No tocante à questão agrária, o MST voltou a impactar o Brasil quando organizou, em maio de 2005, nova marcha com 12 mil pessoas, percorrendo os 209 km que separam as cidades de Goiânia e Brasília. Os Sem Terra voltaram a marchar para exigir a aplicação do II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA).<sup>7</sup> Além da execução das metas indicadas no II PNRA, o MST rei-

---

<sup>6</sup> Desde 2005, o MST mantém a Brigada Internacionalista “Apolônio de Carvalho” com diversos militantes, contribuindo na formação de lideranças camponesas e com a produção de sementes agroecológicas nas comunidades camponesas e, mais recentemente, o trabalho técnico produtivo na região de Lara e na Comuna El Maizal. Além das relações políticas de solidariedade, essa brigada também contribui com a articulações de vendas de produtos agrícolas dos assentamentos para as políticas públicas do governo bolivariano da Venezuela.

<sup>7</sup> De acordo com Fernandes, Welch e Gonçalves (2014, p. 70), “em 2003, o governo formou uma equipe de estudiosos e membros dos movimentos camponeses, coordenada pelo militante veterano Plínio Arruda Sampaio, para elaborar o II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA). Todavia, a correlação de forças que havia elegido Lula e mesmo o próprio PT não tinha a intenção de enfrentar os ruralistas e o agronegócio. Paralelamente à elaboração do II PNRA pela equipe de Sampaio, havia outra equipe do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) elaborando outro plano que atendesse aos interesses do governo. As duas principais diferenças entre os planos foram a quantidade de famílias a serem assentadas e a forma principal de arrecadação de terras. Enquanto o plano de ‘Plínio’ definia um milhão de famílias a serem assentadas em terras a serem desapropriadas, o plano do MDA também definia o assentamento de 400 mil novas famílias e em torno de 500 mil famílias em terras a serem regularizadas, e 130 mil em terras a serem compradas. O II Plano Nacional de Reforma Agrária, elaborado pela equipe de Sampaio, foi rejeitado pelo governo Lula que adotou o plano do MDA”. O II PNRA foi lançado em novembro de 2003, durante a Conferência da Terra, prevendo assentar 430 mil famílias sem-terra.

vindicava condições para a promoção da produção agrícola por meio de novas modalidades de crédito rural, além de um Programa de Agroindustrialização,<sup>8</sup> entre outros temas. Essa marcha obteve resultado concreto, na medida em que o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi ajustado.<sup>9</sup> Após a marcha nacional de 2005, compõem-se o formato da doação simultânea e, posteriormente, a modalidade formação de estoque, organizando e abrindo o mercado institucional para os agricultores assentados e para a agricultura familiar.<sup>10</sup>

O PAA surgiu como um instrumento de combate à fome, *slogan* do primeiro ano do governo Lula, que organizou em seu gabinete o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, coordenado por José Graziano da Silva, responsável pela implementação do Programa Fome Zero. Enfrentando grande resistência, especialmente do Ministério da Agricultura, naquela oportunidade dirigido por Roberto Rodrigues, ex-presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), o programa Fome Zero perdeu força na medida em que o agronegócio afirmou como umas das estratégias do governo federal para seu modelo macro-econômico comandado pelo capital financeiro. Com essa derrota

---

<sup>8</sup> Esse programa só foi anunciado no primeiro mandato de Dilma Rousseff por meio do Terraforte, programa coordenado pelo Inbra com recursos do BNDES e da Fundação Banco do Brasil. Mas, pela sua burocratização, foram poucos os projetos agroindustriais realmente implantados.

<sup>9</sup> Proposto pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), o PAA foi criado em julho de 2003 e inicialmente operou como uma forma de recursos antecipados para a produção (algo próximo a um custeio agrícola), o que trouxe grande frustração, pois diversos agrupamentos de agricultores sem-terra não conseguiram restituir os recursos.

<sup>10</sup> De combate à pobreza, o PAA se tornou um programa de compras públicas e, ao final, um grande instrumento de política agrícola, fomentador e organizador da produção de alimentos dos(as) camponeses(as), muitos destes(as) alheios ao sistema de crédito do Pronaf muito superior ao programa de crédito da agricultura familiar.

interna, o programa foi incorporado, em 2004, ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

O MST voltou a impactar o contexto agrário nacional quando, no dia 8 de março de 2006, duas mil mulheres da Via Campesina ocuparam a fazenda da empresa Votorantim, na cidade de Barra do Ribeiro (RS) e destruíram as instalações dos viveiros de mudas de eucalipto e do laboratório de pesquisa, denunciando o deserto verde (monocultivo de árvores) e a concentração de terras. No dia seguinte, as mulheres Sem Terra protestaram durante a II Conferência Internacional sobre a Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, organizada pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), que ocorria na cidade de Porto Alegre, denunciando a paralisia da reforma agrária e criando um imenso constrangimento para o governo Lula e para o ministro Miguel Rossetto, que na época dirigia o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

O MST denunciava a adulteração, por parte do MDA, dos números reais de famílias assentadas, incluindo nesse processo as regularizações fundiárias realizadas sobretudo na Amazônia Legal, o que inflava os números de famílias assentadas.<sup>11</sup> Naquele momento, o discurso oficial era de qualificar os assentamentos, em detrimento da obtenção de terras para assentar as famílias acampadas. Afirmava-se, também, que não haveria contradição entre agronegócio e agricultura familiar, que eles poderiam conviver na medida em que se expandisse o crédito, o que de fato ocorreu com o Pronaf.<sup>12</sup>

---

<sup>11</sup> Para o ano de 2005, o MDA divulgou a informação de que havia assentado 117 mil famílias. Já em 2006, divulgou o assentamento de outras 113 mil famílias, números muito acima da média, visto que, na década de 2000, o assentamento esteve próximo das 35 mil famílias/ano.

<sup>12</sup> No último ano do segundo mandato de FHC, foram disponibilizados para o Pronaf 4,19 bilhões de reais. Esse valor saltou para 24,1 bilhões de reais na safra 2014-2015.

Nessa altura, o governo Lula-José de Alencar já havia superado as denúncias do mensalão e caminhava para o processo eleitoral, agora tendo como adversário, em segundo turno, o ex-governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, pelo PSDB. Ganhando com mais de 60% dos votos válidos, Lula e José de Alencar tomaram posse do segundo mandato em janeiro de 2007.

Nesse segundo mandato, articulou-se um grande programa para avançar com o desenvolvimento econômico, denominado Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), coordenado por Dilma Rousseff. Ele articulou as ações e recursos do Orçamento Geral da União (OGU), controlado pelo Executivo, com as ações e investimentos das estatais, em especial da Petrobras, com os financiamentos do BNDES.<sup>13</sup> Estes três pilares foram articulados para o investimento interno, fortalecendo o mercado brasileiro e resultando no redirecionamento dos investimentos privados. Tal reorganização dos recursos públicos gerou um grande aquecimento econômico na sociedade brasileira.

Neste particular, destacou-se a presença econômica da Petrobras como articuladora do polo metalmeccânico e naval da indústria presente no Brasil. A partir do anúncio da descoberta do Pré-Sal, em 2006, e o início de sua exploração, em 2008,<sup>14</sup> a Petrobras realizou investimentos na ordem de 50 bilhões de dólares para a produção de petróleo e gás, associados a uma política de conteúdo

---

<sup>13</sup> O BNDES também financiou diversas empreiteiras brasileiras para a realização de obras no exterior. Durante o primeiro mandato do governo Dilma, estimou-se em 8,2 bilhões de reais. A Empresa Odebrecht foi a mais beneficiada, com 9,7 bilhões de reais entre 2003 e 2014. Essa empresa atuou em países africanos (Angola, Moçambique) e latino-americanos (Peru, Equador, Venezuela, Argentina, Guatemala e México).

<sup>14</sup> O Pré-Sal é uma camada de petróleo em alto mar, ao longo de 800 km do litoral brasileiro, que se encontra numa profundidade de mil a dois mil metros de lâmina d'água e entre quatro mil e seis mil metros de profundidade no subsolo. Estima-se um reservatório próximo a 80 bilhões de barris de petróleo e gás, o que tornou o Brasil o sexto país em reservas petrolíferas do mundo.

nacional.<sup>15</sup> Isso impulsionou a economia brasileira, tornando a Petrobras um dos principais instrumentos de política econômica do governo Lula-José Alencar, uma das razões de todos os ataques promovidos contra a estatal a partir de 2014.

Esse ofensiva à política de desenvolvimento industrial e tecnológico, calcado no Pré-Sal, pode ser identificado ainda em 2010, quando do processo eleitoral. A organização Wikileaks divulgou que o então candidato à presidência da república pelo PSDB, José Serra, havia mantido contato com a empresa petroleira estadunidense Chevron, a qual demandou a necessidade de alteração na lei aprovada naquele ano no Brasil, que tratava do regime de partilha para exploração do Pré-Sal e garantia à Petrobras exclusividade nas operações e seu lugar como partícipe prioritária dos leilões dos campos petrolíferos (posteriormente, após o golpe de Temer, José Serra, que havia sido eleito senador, apresentou projeto de lei alterando o regime de partilha, o que foi aprovado pelo Congresso Nacional). Em outubro de 2013, ocorreu o primeiro leilão do Pré-Sal sob regime de partilha, no qual não compareceram as petrolíferas estadunidenses e inglesas como forma de protesto e pressão, colocando em questão o protagonismo da Petrobras. Nesse mesmo ano, Edward Snowden revelou que a presidenta Dilma, diversos ministros e as redes de computação da Petrobras haviam sido objeto de alta espionagem praticada pela Agência Nacional de Segurança (NSA) do governo dos EUA. Também em 2013, trocou-se o embaixador

---

<sup>15</sup> A partir de 2007, o governo brasileiro passou a articular um conjunto de políticas, amarrando a descoberta do petróleo ao desenvolvimento industrial no Brasil. Uma destas políticas foi a orientação de financiamentos de longo prazo do BNDES, criando inclusive uma linha de crédito específica para a indústria naval. Outra política foi justamente estabelecer um percentual de conteúdo local para o fornecimento de máquinas, equipamentos e materiais utilizados na exploração e no desenvolvimento dos blocos de petróleo e gás. No caso da indústria naval, esse conjunto de políticas proporcionou a geração de empregos naquele setor, saltando de 11 mil trabalhadores em 2002 para 71 mil trabalhadores em 2014.

estadunidense no Brasil, sendo nomeada a embaixadora Liliana Ayalde, a mesma que havia atuado intensamente na derrubada do presidente paraguaio, Fernando Lugo. O auge da desestabilização política e econômica do governo petista ocorreu em março de 2014, quando foi deflagrada a primeira fase da Operação Lava Jato. Cabe lembrar que, em outubro de 2009, foi realizada uma conferência na cidade do Rio de Janeiro envolvendo o Ministério Público, a Polícia Federal e diversos juízes, com a participação de autoridades do governo estadunidense e do Departamento de Justiça daquele país, para debaterem sobre os procedimentos e métodos de combate à lavagem de dinheiro e o terrorismo, estreitando em definitivo as relações entre juízes e procuradores brasileiros com o Departamento de Justiça dos EUA.

No final do segundo mandato do governo Lula-José Alencar a economia brasileira apresentou forte crescimento, apesar da crise mundial do capitalismo financeiro de 2008. O crescimento ocorria em função da ação planejada do governo federal, não só orientando os investimentos públicos e privados como também promovendo políticas de valorização do salário-mínimo, geração de empregos com carteira assinada,<sup>16</sup> ampliação do crédito para o consumo e

---

<sup>16</sup> Estima-se que foram gerados 21 milhões de empregos entre os anos de 2000 e 2009. Dos 2,1 milhões de vagas anualmente abertas, em média 2 milhões encontravam-se na faixa salarial de até 1,5 salário-mínimo mensal. É nessa base da pirâmide salarial que se encontrava 47,8% do total da força de trabalho ocupada naquela década. A cada dez ocupações abertas para trabalhadores de salário de base (1,5 SM), sete foram de empregos formais, o que causou o impacto positivo da valorização do salário-mínimo naquele período. Nessa faixa salarial, na década de 2000, foram gerados 6,1 milhões de novos postos de trabalho no setor de serviços, 2,1 milhões no comércio, 2 milhões na construção civil e 1,3 milhões na indústria têxtil, entre outros setores. A taxa de sindicalização dos trabalhadores com carteira assinada chegava, naquela década, a um terço dos trabalhadores, mas se tomado o conjunto das ocupações essa taxa não passava de 13%. Quanto à participação do rendimento do trabalho na renda nacional, essa evoluiu no período, mas a expansão maior se verificou na faixa daqueles que viviam da remuneração da renda de propriedade (lucro, juros,

para a agricultura e desoneração de impostos para vários produtos de bens duráveis, entre outras ações.

Esse crescimento econômico foi denominado de neodesenvolvimentismo. No entanto, nesses dois mandatos, o governo Lula-José de Alencar, como prometido, “cumpriu com os contratos”, garantindo o pagamento da dívida pública, que comprometia em torno de 42 a 45%, ao ano, do Orçamento Geral da União (OGU), tendo destinado em média 250 bilhões de reais/ano somente a título de pagamento de juros dessa dívida. Uma imensa riqueza nacional era transferida ao setor financeiro. Até aqui, era possível combinar crescimento do mercado interno por meio do consumo dos trabalhadores e políticas públicas de proteção social, com transferência de recursos públicos para os rentistas por meio do mecanismo da dívida pública.

Foi nesse ambiente de crescimento econômico e fortalecimento do agronegócio que o MST enfrentou uma profunda crise organizativa. Por um lado, o avanço e a consolidação do agronegócio no campo e, por outro, a expansão dos empregos, sobretudo urbanos (especialmente nos setores de serviços e da construção civil). A ausência de obtenção de terras e assentamentos das famílias acampadas foram fatores adicionais geradores dessa crise. As condições favoráveis de emprego desestimulavam as famílias a acamparem, bem como a valorização do preço das terras, visto que a expansão do agronegócio reduziu drasticamente a obtenção de terras para reforma agrária, pois nesse período o principal mecanismo de arrecadação foi a compra de terras, uma vez que o governo Lula optou por não enfrentar o latifúndio improdutivo, já que contava com apoio do agronegócio para futuras expansões de seus cultivos.

---

renda da terra, aluguéis), que chegou a 14% da população economicamente ativa, ao passo que, em 1995, não atingia 4% (Pochmann, 2012).

Nesse contexto, os acampamentos do MST esvaziaram-se. O efeito foi imediato. Quando da vitória eleitoral de Lula, em 2002, os acampamentos cresceram em número de participantes, chegando a mais de 280 mil famílias acampadas. No final de 2003 e início de 2004, a morosidade da reforma agrária esvaziou os acampamentos, caindo para 130 mil famílias. Já nos assentamentos, o avanço do agronegócio estimulou a venda das terras e a prática do arrendamento proliferou, sobretudo para o cultivo de soja transgênica. As famílias nos assentamentos passaram a ter outros interlocutores que não mais o MST e suas cooperativas. A mediação, para muitas famílias assentadas, passou a ser realizada pelos arrendatários.

A base social do MST foi reduzida, perdendo força política. Diversos setores de esquerda e da intelectualidade explicaram a redução da iniciativa política do MST nesse período devido a um suposto atrelamento e subordinação do movimento ao governo Lula e ao PT. Mas a materialidade da luta de classes no país indicou outra realidade. Acrescente-se a essa crise organizativa a opção política realizada pelo PT ao chegar ao governo federal. Setores do partido e o núcleo central do governo Lula tinham clareza de que o avanço do agronegócio no Brasil concentraria a terra, gerando centenas de famílias sem-terra. Mas avaliavam que o crescimento econômico brasileiro impulsionado por esse governo incorporaria essa “massa sobrança” do campo nos novos empregos, gerados sobretudo nas cidades. Portanto, essa massa de pessoas do campo não se tornaria um problema político para o governo. Essa foi a tônica que norteou a condução política da questão agrária nos dois mandatos dos governos Lula-José Alencar e que teve continuidade no primeiro mandato do governo Dilma-Temer. Essa lógica política se expressou nos discursos de que a agricultura familiar poderia conviver com o agronegócio e que, para a reforma agrária, a prioridade seria a qualificação dos assentamentos.

Ao mesmo tempo, o PT e seus governos, influenciados por essa análise geral, buscavam uma outra força política no campo para

ser a interlocutora desta parcela da sociedade (os camponeses empobrecidos e os camponeses sem-terra). Privilegiando a agricultura familiar, base social com forte influência do movimento sindical cutista, expressa na Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf), o governo federal atendeu diversas demandas desta categoria, buscando isolar o MST. Além da forte expansão do Pronaf, a partir de 2003, fortalecendo a integração da agricultura familiar na produção de *commodities*,<sup>17</sup> ainda no primeiro mandato, o governo Lula transformou o Banco da Terra no Programa Nacional do Crédito Fundiário (PNCF), mudança demandada pela Fetraf e que ia na contramão da promoção da reforma agrária. Outras políticas foram elaboradas buscando contemplar as demandas do setor cutista no campo. Já na safra 2003/2004, foi instituído o Plano Safra da Agricultura Familiar. Com ele o Pronaf passou a incorporar financiamentos específicos para a promoção da agroecologia, agricultura orgânica e manejos sustentáveis do agroecossistema, como por exemplo o Pronaf Semiárido e o Pronaf Floresta (em 2005/2006, foi instituído o Pronaf Agroecologia e, em 2007/2008, o Pronaf Eco). Também em 2003 foi constituído o Programa de Garantia de Preços à Agricultura Familiar (PGPAF) e o Seguro da Agricultura Familiar (Schmitt *et al.*, 2017).

Do ponto de vista institucional, o MDA foi fortalecido na medida em que, em 2003, o Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (Dater) foi transferido do Ministério da Agricultura, ficando sob a coordenação da Secretaria da Agricultura Familiar

---

<sup>17</sup> De acordo com Teixeira (2020a, p. 3), “em 2019, o custeio da soja consumiu 42% dos 8,2 bilhões de reais aplicados no custeio das lavouras pelo programa [Pronaf]”. Em boa medida, os recursos do crédito rural fortaleceram a comoditização da agricultura familiar. Os dados do Censo Agropecuário de 2017 revelaram a redução expressiva da participação da agricultura familiar na produção de alimentos. Em 2017, a agricultura familiar era responsável somente por 10,9% da produção de arroz, 41,8% do feijão preto, 11,6% do feijão de cor e 12,4% da produção de milho.

(SAF),<sup>18</sup> bem como foi criada a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), vinculada ao MDA, manejando volumosa soma de recursos por meio do Programa de Apoio e Infraestrutura nos Territórios Rurais (Proinf) e do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat).

Do ponto de vista dos marcos legais, em dezembro de 2003, foi aprovada a Lei da Agricultura Orgânica, conceitualizando o que o Estado brasileiro compreendia por agricultura orgânica. Essa lei foi regulamentada por decreto em dezembro de 2007, instituindo o Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade Orgânica, possibilitando a certificação por auditoria e a certificação participativa. Mas um dos marcos políticos para o setor cutista no campo foi a Lei da Agricultura Familiar, criada em julho de 2006, definindo os empreendimentos rurais familiares e, com isso, o público beneficiário da política nacional de agricultura familiar. Outro grande marco político foi a aprovação, em 2009, da Política Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), garantindo que 30% da alimentação escolar fosse adquirida da agricultura familiar, e, em 2010, criou-se a Lei da Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), instituindo a política da Ater em âmbito nacional.

Em 2012, o governo lançou a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo), gerando os Planos Nacionais de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), sendo o primeiro

---

<sup>18</sup> A partir daí, iniciou a elaboração da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater). A nova política incorporou no sistema Ater várias organizações não governamentais que passaram a receber recursos públicos para ações de assistência técnica à agricultura familiar e beneficiários da reforma agrária (Schmitt *et al.*, 2017). No entanto, com a aprovação da Lei de Ater, em 2010, prevaleceu a força corporativa das Ematers, sendo estas a prioridade da nova política, dificultando a presença das organizações populares na prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural.

entre os anos 2013 e 2015.<sup>19</sup> Com esse plano, fortaleceu-se o Ecoforte e ampliou-se o esforço institucional para criar o Programa Nacional de Redução de Uso de Agrotóxico (Pronara), o que, com o governo golpista de Temer, não se concretizou.

No entanto, ao longo do tempo, elas revelaram-se “políticas compensatórias” frente à força do agronegócio e das políticas públicas estruturantes deste setor. Lamentavelmente, os dados do Censo Agropecuário de 2017, divulgados em 2019, revelaram o desastroso impacto do avanço do agronegócio sobre a agricultura familiar e camponesa, apesar deste conjunto de políticas setoriais para a promoção da agricultura familiar e da agroecologia. Ainda que pesem as diferenças metodológicas entre o Censo Agropecuário de 2006 e de 2017, é expressiva a redução dos estabelecimentos agrícolas considerados como agricultura familiar nas regiões Sul e Nordeste. Em 16 estados brasileiros, a agricultura familiar reduziu o seu tamanho, mas, no Sul, ela foi de 21,6% do número de estabelecimentos agrícolas. No Nordeste, chegou a 15,9% dos estabelecimentos, sendo que no Maranhão foi da ordem de 34,1%. Nacionalmente, desapareceram 468 mil estabelecimentos agrícolas (10,7%), considerados como agricultores familiares. Quanto ao pessoal ocupado na agricultura familiar, a redução foi de 18% (2,2 milhões de postos de trabalhos). No Nordeste foi de 26% (1,7 milhões de postos de trabalho) e, no Sul 28% (628 mil postos de trabalho).

Do ponto de vista do valor da produção, houve um declínio de 23%, se comparado ao Censo Agropecuário de 2016. Quanto a sua participação nas lavouras temporárias, exceto a produção de mandioca, que ficou em 69,6%,<sup>20</sup> a participação da agricultura

---

<sup>19</sup> Pode-se dizer que tal programa foi conquista de um conjunto de organizações populares do campo, indo além do campo cutista e tendo importante participação das mulheres agricultoras que participaram da Marcha das Margaridas.

<sup>20</sup> Ainda assim, caiu frente a 2016, quando a agricultura familiar era responsável por 83% da produção de mandioca no país.

familiar foi declinante em quase todos os produtos alimentares, como já indicado anteriormente. A área total de lavouras temporárias atribuídas à agricultura familiar declinou de 12 milhões de ha em 2006, para 9,4 milhões de ha em 2017 – uma redução de 2,6 milhões de ha, representando uma variação negativa de 21,5%. A bem da verdade, para muitos dos agricultores familiares que se mantiveram em atividade entre 2006 e 2017, o Pronaf tornou-se o elo de adesão com a comoditização de sua produção, destacando-se a produção de soja transgênica.

Ainda cabem mais três informações gerais deste Censo Agropecuário para indicar o impacto das políticas públicas dos governos populares na agropecuária brasileira. O primeiro refere-se ao fato de que 23% dos declarantes do censo, em 2017, eram analfabetos. O segundo é que 16,5% dos estabelecimentos agrícolas ainda não possuíam energia elétrica, apesar de todo o esforço do Programa Luz para Todos. O terceiro refere-se à redução de 29% dos estabelecimentos que praticavam a agricultura orgânica em 2017, totalizando apenas 64.690 com essa forma de agricultura. Em contrapartida, cresceu em 17% o número dos que usaram agrotóxicos em 2017. Cabe lembrar, ainda, todos os esforços na ampliação de recursos do Pronaf e as constituições de diversas modalidades, pois, dos 3.897.408 estabelecimentos agrícolas considerados familiares, apenas 35,4% deles possuíam a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), indicando que em torno de 2,2 milhões de agricultores familiares estavam excluídos do acesso ao crédito rural (Teixeira, 2002e).

Enquanto a classe trabalhadora avançou em sua condição econômica e de vida e fortaleceu o movimento sindical,<sup>21</sup> bem como

---

<sup>21</sup> Além da valorização do salário-mínimo, o governo Lula criou organismos tripartites com a participação do movimento sindical, como o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) e o Fórum Nacional do Trabalho (FNT), para discutir as reformas e, em 2008, por meio da Lei 11.648/08, passou a reconhecer as Centrais

os setores da agricultura familiar integrados às agroindústrias e ao mercado de *commodities* se beneficiaram da expansão dos recursos do Pronaf, as famílias acampadas Sem Terra e as assentadas viveram às margens dessas conquistas, aproveitando-se de pequenas “beiradas” das políticas públicas, como os programas Moradia Rural (semelhante ao Minha Casa Minha Vida para o campo), Luz Para Todos, o PAA e, posteriormente, o Pnae.

Para melhor compreender esse novo contexto da agricultura brasileira, em conjunto com essa nova força no campo (o agronegócio) e o seu impacto na sua crise organizativa, o MST retardou a organização do seu 5º Congresso, inicialmente previsto para 2005. Em seu lugar, como já foi indicado, o MST realizou a Marcha Nacional de Goiânia a Brasília. De fato, o 5º Congresso se realizou em

---

Sindicais e a financiá-las a partir do imposto sindical (Galvão, 2012 e Boito Júnior, 2018a). Seja por divergências com as políticas macroeconômicas do governo Lula ou por divergências com as propostas de reforma trabalhista e sindical, ou mesmo com a lei de 2008, que reconheceu as Centrais Sindicais e passou a financiá-las, veremos ao longo dos dois governos de Lula, por um lado, um movimento de fusão de entidades sindicais e, ao mesmo tempo, um movimento de divisão, gerando diversas centrais sindicais: em 2004, foi criada a Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas), com forte influência do PSOL; em 2005, criou-se a Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST), composta inicialmente por sete confederações sindicais, reunindo mais tarde 82 federações; em julho de 2007, foi a vez da União Geral do Trabalho (UGT), que representou a fusão de outras três entidades sindicais (CAT; CGT; SDS); em dezembro de 2007, foi constituída a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), formada fundamentalmente pela Corrente Sindical Classista, expressão sindical do PCdoB que, naquele ano, saiu da CUT. Cabe lembrar também que, em 2006, foi constituída a Intersindical, sob influência de correntes do PSOL, do PCB e da corrente Alternativa Sindical Socialista, não se configurando como uma central sindical (Galvão, 2012). Ainda que o número de greves tenha sido inferior às décadas de 1980 e 1990, elas obtiveram maiores conquistas. Conforme sugerido por Boito Júnior (2018a, p. 204), “entre os anos de 2004 e 2012, em média anual, realizaram-se 450 greves”. Desde 2004, “o número de acordos salariais com reajuste acima do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) cresceu muito, saltando da faixa de 18% para 54% dos acordos. A partir de então, esse montante continuou crescendo, atingindo a porcentagem impressionante de 95% de acordos com reajustes acima da inflação no ano de 2012”.

junho de 2007, em Brasília, com 17.500 camponeses, tornando-se o maior da história da luta camponesa no Brasil. Ali se estabeleceu como orientação a “Reforma Agrária por Justiça Social e Soberania Popular”. Nas análises desse congresso, já aparecia a indicação da necessidade de se organizar a Reforma Agrária Popular, visto o novo contexto da luta de classes no campo com a constituição do agronegócio como força política e econômica no Brasil.<sup>22</sup>

No entanto, foi somente em fevereiro de 2014, durante seu 6º Congresso, que o MST estabeleceu a Reforma Agrária Popular como central em sua estratégia, reformulando o programa agrário aprovado naquele congresso. Realizado também em Brasília, contou com a participação de 16 mil camponeses, estabelecendo-se como orientação política a insígnia “Lutar, construir a Reforma Agrária Popular”. Agora não mais bastava conquistar a terra e democratizá-la. Era necessário impor uma função social nas terras conquistadas. E isso implicava desenvolver a produção de alimentos de qualidade como centralidade. Para isso, requereria o desenvolvimento da agroecologia, da cooperação agrícola e da agroindustrialização. Para tanto, a educação e a cultura também seriam elementos centrais para um novo patamar de relação social e novas relações de gênero – enfim, novas relações entre os seres humanos em comunidade que, mediados pelo trabalho, relacionam-se com a natureza, compreendendo-se como parte dela e que, com ela, seguiriam evoluindo.

## **IMPACTOS DO MODELO AGRONEGÓCIO NA AGRICULTURA BRASILEIRA**

Nas décadas de 2000 e de 2010, seja com governos neoliberais seja com governos neodesenvolvimentistas, veremos avançar o agro-

---

<sup>22</sup> Na legislatura de 2015 a 2018, a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) contava com 242 parlamentares. Estima-se que na atual legislatura, a FPA conte com 237 deputados e senadores.

negócio e seu modelo agrícola no Brasil. Algumas consequências desta expansão podem ser indicadas.

### *A concentração de terras*

De acordo com o Cadastro de Imóveis Rurais do Incra, no ano de 2003<sup>23</sup> os imóveis rurais representavam 4,2 milhões de unidades, ocupando uma área de 418,4 milhões de ha. Para esse mesmo ano, estimava-se que as terras em unidades de conservação ambiental ocupavam 102 milhões de ha e as terras indígenas, 128 milhões de ha. As terras destinadas às cidades, estradas, barragens, entre outras funções, envolveriam outros 29 milhões de ha. Portanto, estes três grupos de áreas com alguma destinação somavam, em 2003, 259 milhões de ha, acrescidos os imóveis rurais totaliza 677,4 milhões de ha com alguma finalidade. Frente aos 850 milhões de ha que representam o território nacional, haveria, naquele ano, cerca de 173 milhões de ha de terras sem uma destinação, consideradas, portanto, terras devolutas<sup>24</sup> pertencente à União.

No entanto, com a expansão do agronegócio, tanto o número de imóveis rurais quanto o volume de terras que estes controlavam cresceram vertiginosamente. Em 2014, o Cadastro de Imóveis Ru-

---

<sup>23</sup> Para o Cadastro de Imóveis Rurais, as informações são coletadas a partir das declarações dos proprietários, portanto, não há uma comprovação da área declarada com a devida escritura pública da terra. Não confundir esse cadastro com o conceito de estabelecimento agrícola, utilizado pelo IBGE. Um imóvel rural poderá conter vários estabelecimentos agrícolas (um proprietário de terra poderá conduzir a sua atividade numa porção de terra e outra parte dela poderá arrendar a uma segunda pessoa e outra pequena parte poderá ceder a um agricultor sem-terra, trabalhando “à meia”. Dessa forma, esse imóvel rural possui, naquele momento, três estabelecimentos agrícolas). Portanto, o conceito de Cadastro de Imóveis Rurais relaciona-se à propriedade formal da terra e o conceito de estabelecimento agrícola relaciona-se ao uso e posse da terra.

<sup>24</sup> São terras devolutas as terras públicas que, não estando aplicadas a qualquer uso público federal, estadual ou municipal, não se incorporaram ao domínio privado, vinculando-se, portanto, à União.

rais indicava a existência de 6,1 milhões de unidades de imóveis nessa categoria, enquanto o volume de terras declaradas equivaleria a 740,4 milhões de ha. Somadas a essas áreas dos imóveis rurais, os 259 milhões de ha destinados a outras funções (cidades, unidades de conservação, terras indígenas) totalizariam 999,4 milhões de ha. Algo ilusório, pois o território nacional é de 850 milhões de ha. Isso era um indicativo, em 2014, da imensa grilagem de terras.<sup>25</sup> Enormes parcelas das terras devolutas estavam sendo incorporadas pelos latifundiários, bem como os parques nacionais e as terras indígenas estavam sendo invadidos por essa sanha do agronegócio.

Os dados de 2014 indicavam que o maior volume de incorporação de terras ocorreu nos extratos dos imóveis de maior tamanho: entre os de 10 mil ha e 100 mil ha foram incorporados 44,5 milhões de ha; nos 100.000 ha incorporou-se, entre 2003 e 2014, nada menos do que 130,3 milhões de ha – informação estarrecedora que a sociedade brasileira desconhece.

Outro dado interessante para a análise refere-se ao Censo Agropecuário de 2017. Divulgado em novembro de 2019, os dados deste censo indicaram uma nova concentração de terras. Se no Censo de 2006 os estabelecimentos agrícolas maiores de mil ha concentravam 45% das terras, agora, no de 2017, estes passaram a concentrar 47,6%. No outro lado da ponta, os estabelecimentos

---

<sup>25</sup> Com o governo golpista de Temer, essa grilagem de terra na região da Amazônia Legal foi oficializada com a Medida Provisória n. 759 (dezembro de 2017), que legalizava até 1.500 ha aos fazendeiros das terras devolutas lindeiras às suas fazendas, incorporando-as ao seu patrimônio a preços módicos. Essa MP, em maio de 2018, tornou-se lei e, por iniciativa do relator, o senador Romero Jucá (MDB-RR) (um dos articuladores do golpe que depôs a presidenta Dilma), a área a ser legalizada ampliou-se para 2.500 ha. Note-se que essa mesma MP propôs a titulação das terras nos assentamentos, colocando no mercado de terras as áreas da reforma agrária. No governo Bolsonaro, em plena pandemia, tentou-se aprovar a Medida Provisória n. 910, que ampliava essa lei para todo o território nacional, mas o Congresso a rejeitou. No entanto, o deputado Zé Silva (SD-MG) apresentou o Projeto de Lei n. 2.633/20, buscando ampliar para todo o território nacional a grilagem das terras públicas.

agrícolas menores que dez ha representavam, no Censo de 2017, 50% dos estabelecimentos, mas detinham apenas 2,3% das terras no Brasil.

O censo também indicou uma redução do número de estabelecimentos agrícolas:<sup>26</sup> em 2006, existiam no Brasil 5,17 milhões de estabelecimentos; em 2017, reduziram-se para 5 milhões, ainda que estes passassem a ocupar uma área maior, em comparação com 2006. Nesse ano, os estabelecimentos agrícolas ocupavam uma área de 333 milhões de ha e no Censo de 2017 passaram a ocupar 350 milhões de ha.

O Censo Agropecuário de 2017 também revelou que os estabelecimentos agrícolas no Brasil apresentavam 7,9 milhões de ha de lavouras permanentes; 55,3 milhões de ha de lavouras temporárias; 46,8 milhões de ha de pastagem natural; outros 111,7 milhões de ha de pastagem plantada e 8,4 milhões ha de mata plantada. Isto totalizava 230,4 milhões de ha destinados a alguma atividade econômica. Mas, se comparados aos 740 milhões de ha declarados como imóveis rurais, ou mesmo se comparados aos 350 milhões de ha considerados como estabelecimentos agrícolas, infere-se a enorme ociosidade das terras no Brasil.<sup>27</sup>

---

<sup>26</sup> Levar em conta que, para esse censo, há mudanças metodológicas para considerar o que é um estabelecimento agrícola, o que pode ter influenciado essa redução.

<sup>27</sup> O Censo Agropecuário de 2017 também revelou uma redução do emprego no campo. Se no censo de 2006 havia 16,5 milhões de postos de trabalho, já em 2017 estes caíram para 15 milhões, indicando uma perda de 1,5 milhão de postos de trabalho. O censo também indicou uma redução de 9,5% dos estabelecimentos agrícolas considerados familiares. Ao analisar essa redução, é preciso considerar a mudança na metodologia deste censo acerca que pode ter influenciado na redução do número destes estabelecimentos. Apesar do Programa Luz para Todos, desenvolvido durante os governos populares, ainda havia no campo 16% dos estabelecimentos agrícolas sem luz elétrica. E para estarrecer a sociedade brasileira, o Censo Agropecuário de 2017 indicou que em 23% dos estabelecimentos agrícolas recenseados o declarante era analfabeto (IBGE, 2019).

Os dados da Conab previam, para a safra 2019/2020, um tamanho de área plantada na ordem de 65,9 milhões de ha, estimando um colheita de 257,8 milhões de toneladas,<sup>28</sup> reforçando ainda mais a afirmação da improdutividade das terras controladas pelo agronegócio.<sup>29</sup> Essa ampliação do patrimônio privado dos fazendeiros a partir da grilagem de terras devolutas, parques nacionais e terras indígenas e, sobretudo, as condições econômicas favoráveis das *commodities* agrícolas no mercado internacional levaram ao aumento acelerado dos preços das terras em todo o território nacional.

Entre 2002 e 2013, os dados do Banco do Brasil, reunidos por Teixeira (2016), indicaram uma valorização média dos preços das terras no Brasil de 245%. Em 2002, a média nacional do preço de um hectare correspondia a R\$5.750,11 e, em 2013, saltou para R\$19.836,98. Em estados com marcante avanço do agronegócio, como o Mato Grosso, os preços das terras evoluíram de R\$2.756,89 o ha, em 2002, para R\$11.589,04 o ha, em 2013, uma valorização de mais de 300%. No Piauí, outra “fronteira agrícola dos grãos”, o preço da terra saltou de R\$345,75 o ha, em 2002, para R\$2.739,77 o ha, em 2013, indicando uma evolução de 692,41%. Também nas regiões mais consolidadas, o preço da terra disparou. Em São Paulo, em 2002, o hectare custava R\$6.703,56, e em 2013 chegou a R\$23.603,33, indicando uma valorização de 252%. No Rio Grande do Sul, o preço do hectare saltou de R\$5.093,92, em 2002, para R\$24.956,21, em 2013, uma evolução nos preços de 389,92%.

---

<sup>28</sup> Não entram nesses dados a área e a produção da cana-de-açúcar, que na safra 2019-2020 foi de 10 milhões de ha, gerando 642,7 milhões de toneladas de cana-de-açúcar.

<sup>29</sup> Evidentemente que, desse enorme volume de terras improdutivas, parte, conforme prescrito na Constituição Federal de 1988, deveria ser desapropriado para que cumprisse sua função social, constituindo assim um programa massivo de reforma agrária. Cabe lembrar que, em 2020, 732 empresas agrícolas deviam para a União cerca de 200 bilhões de reais, envolvendo aproximadamente 6 milhões de ha, terra suficiente para assentar entre 400 e 500 mil famílias de agricultores sem-terra.

Esta apropriação das terras, visto o seu processo de valorização, gerou como contrapartida a ampliação dos conflitos por terra no Brasil. De acordo com os relatórios sobre os conflitos no campo, elaborados pela CPT e analisados por Alentejano (2020), aqueles saltaram de 793, em 2014, para 1.254, em 2019, envolvendo mais de 53 milhões de ha,<sup>30</sup> e os assassinatos no campo saltaram de 34, em 2004, para 70 em 2017.<sup>31</sup>

### *O capital estrangeiro no controle de terras*

A liberação da comercialização de terras para o capital estrangeiro foi uma das prioridades da Frente Parlamentar da Agropecuária, e foi usada como justificativa para a defesa do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. Em contrapartida, em março de 2017, o presidente golpista Michel Temer anunciou que iria encaminhar ao Congresso Nacional projeto de lei atualizando essa legislação.<sup>32</sup>

Essa procura por terras, em todo o mundo, avançou com a crise financeira internacional de 2008, quando diversos agentes financeiros, especialmente os capitais internacionais vinculados aos fundos de investimentos e fundos de pensão, passaram a comprar terras como estratégia de materialização da riqueza, fugindo da volatilidade dos capitais especulativos (títulos). No Brasil, isso não

---

<sup>30</sup> Os conflitos de terra, em 2014, relacionavam-se a 8 milhões de ha; e, dos 793 conflitos naquele ano, 230 relacionavam-se a ocupações de terras. As ocupações reduziram para 143 em 2018, e apenas 43 em 2019, ainda que o número de conflitos de terra tenha se ampliado nesses anos, sendo 964 em 2018, e 1.254 conflitos em 2109 (Alentejano, 2020).

<sup>31</sup> A ampliação se verificou justamente durante o governo golpista de Temer, sinalizando aos latifundiários que poderiam “varrer” as áreas para sua consolidação.

<sup>32</sup> Projeto de Lei n. 2.289/07, incorporado ao Projeto de Lei n. 4059/12, que propôs a autorização ao capital estrangeiro para a compra de terras no Brasil de até 10 mil ha. Em maio de 2019, o senador Irajá Abreu (PSD-TO) protocolou novo projeto de lei, tornando ainda mais flexível a venda e o arrendamento de terras para o capital estrangeiro, estabelecendo que até 25% do território do município poderiam ser adquiridos pelos capitais estrangeiros.

foi diferente. Segundo informações do Inbra, em 2008, o capital estrangeiro detinha, no Brasil, 34 mil imóveis rurais,<sup>33</sup> somando 4.037.667 de ha, dos quais 83% eram classificados como grande propriedade, ou seja, acima de 15 módulos fiscais.

Outro estudo, de 2016, indicou que 20 grupos estrangeiros controlavam 2,7 milhões de ha no Brasil sendo que a empresa Louis Dreyfus Commodities detinha 430 mil ha em 12 estados brasileiros, destinados ao cultivo de cana-de-açúcar, arroz e laranja. A Mitsubishi, por meio da empresa brasileira Agrex do Brasil, controlava 70 mil ha de soja nos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Goiás. Já a Mitsui, por intermédio do grupo brasileiro SLC-MIT Empreendimentos Agrícolas, controlava outros 87 mil ha de grãos nos estados da Bahia, Maranhão e Minas Gerais. A Bunge administrava, por meio de parcerias, 230 mil ha de cana-de-açúcar no Brasil. Também no setor sucroalcooleiro, a Cargill controlava diretamente 35 mil ha, e outros 23 mil ha eram controlados em parceria com o fundo de investimento Galtere para produção de soja e arroz. Por sua vez, o Teachers Insurance and Annuity Association (TIAA), fundo de pensão de professores estadunidenses, administrava 294 mil ha por meio de subsidiárias. Já o fundo de Harvard, composto por anuidades de professores daquela universidade, controlava 370 mil ha.<sup>34</sup> Outra empresa desconhecida do

---

<sup>33</sup> Destes 34 mil imóveis, 34% estavam sob o controle de pessoas jurídicas.

<sup>34</sup> “O Tiaa destina 8,2 bilhões de dólares, do 1 trilhão de dólares que administra, para investimentos em ativos em terras, detendo cerca de 686.480 ha no mundo, sendo 294.901 ha no Brasil (43% do total), através de subsidiárias como a Tellus Brasil participações, Marsilha participações, e seus Fundos Radar I e II que por sua vez controlam cerca de 20 companhias no Brasil. Já o Fundo de Harvard, com 37,1 bilhões de dólares em ativos até junho de 2017, havia injetado mais de 930 milhões de dólares em suas várias subsidiárias agrícolas. O fundo detém 850 mil ha de terras agrícolas em escala global, e cerca de 370 mil ha no Brasil (segundo dados atualizados pela Aid Environment). O fundo opera ao menos através de três estruturas, a Insolo Agroindustrial S/A, com cerca de 110 mil ha no Piauí; a GBE (Gordian Bioenergy), que detém cerca de 162 mil ha através da Terracal Alimentos

público brasileiro, denominada YBY Agro, controlava, em 2016, nada menos que 320 mil ha (Castilho, 2017).<sup>35</sup>

### *A concentração da produção nas commodities agrícolas no mercado externo*

A concentração de terras veio acompanhada da concentração da produção agrícola. Na safra 2019/2020, 86% das lavouras temporárias (aquelas que se utilizam para o plantio anual de produtos agrícolas) se destinaram apenas aos cultivos de soja, milho e cana-de-açúcar, englobando 65,4 milhões de ha (Conab, 2020) – evidentemente, produtos voltados para a exportação agrícola, controladas no Brasil por empresas transnacionais como a Cargill, Bunge, ADM e Dreyfus.

Isto levou à redução da área plantada para alimentos. Esse ciclo de expansão dos cultivos do agronegócio (*commodities*) determinou a redução da área plantada com feijão (23% entre 2001 e 2020),<sup>36</sup> arroz (em 50%, no mesmo período) e, na Região Sul, levou à redução da área de milho em 30%, entre 2001 e 2020, ainda que nacionalmente esta tenha se expandido. Em contrapartida, entre 2001 e 2020, a área destinada ao cultivo de soja ampliou-se em 265%, saindo de 13,9 milhões de ha, em 2001, para 36,9 milhões de ha, em 2020 (Conab, 2018).

Outro indicador pode ser verificado pelos números de contratos do Pronaf para a agricultura familiar. Entre 2003 e 2012, o número de operações para o arroz reduziram-se em 77,4%; para o feijão, em 81%; mandioca, em 69%; milho em 41%. Isso indica que também

---

e Bioenergia Holding e Cerrado Holding; e Projeto Caracol/Grandflor, com cerca de 98 mil ha (Blue Marble Holding)” (MST, 2020, p. 20-21).

<sup>35</sup> A empresa YBY Agro foi criada por dois ex-executivos brasileiros do Bank of America, sendo que 45% da empresa pertencia aos fundos privados dos EUA.

<sup>36</sup> Dados da safra 2019-2020 estimados pela Conab, consultados em outubro de 2020. Outro exemplo foi a redução da área plantada de feijão no Rio Grande do Sul: na safra 2000-2001, o estado plantou 151 mil ha de feijão, na de 2019-2020, a área reduziu em 63%, plantando-se apenas 55,6 mil ha.

a agricultura familiar caminhou para a produção de *commodities*, em especial, a soja.

Com a pandemia, a contradição entre produção de *commodities* e produção de alimentos se manifestou objetivamente na vida do povo brasileiro, expressa no aumento, em 2020, dos preços dos produtos alimentares. O índice do IPCA, em 2020, foi de 4,52%. No entanto, os produtos de origem agrícola tiveram seus preços elevados muito acima deste índice, chegando a 15,7%. O arroz acumulou um aumento de 69,5% e o feijão preto, de 40,8% (Teixeira *et al.*, 2021). Os produtos de origem vegetal e animal que são processados também tiveram seus preços elevados. Por incrível que pareça, o Brasil, segundo maior produtor de soja do mundo, teve a sua população convivendo com um aumento no óleo de soja em torno de 94,1% (Teixeira *et al.*, 2021). Isso valeu também para o leite longa vida que aumentou, entre janeiro e agosto de 2020, 32,8% (Teixeira, 2020c).

Outro produto que sofreu uma disparada em seus preços, entre os meses de outubro e novembro de 2019 ainda antes da pandemia, foi a carne bovina, pois o Brasil voltou a exportar para a China, Rússia e Emirados Árabes. Na cidade de São Paulo, o aumento chegou a 35,3%. Algo inacreditável passou a ocorrer: a exportação de gado “em pé” (vivo) para a Europa. Em 2017, foram exportados cerca de 400 mil animais vivos. Em 2019, estava prevista uma exportação de 250 mil cabeças. Talvez o porto na cidade de Rio Grande (RS) seja um dos símbolos da destruição da economia industrial brasileira após o golpe que derrubou a presidenta Dilma. Aí, na década 2010, instalou-se uma indústria naval que chegou a construir três plataformas de exploração de petróleo em um único ano. Mas esse mesmo porto, em 2020, se tornou um imenso curral para exportação de gado vivo para a Europa, especialmente para a Turquia. Dali partiram 80 mil cabeças em 2017.

Ainda que se possa explicar esses aumentos dos preços agrícolas visto que os preços práticos em safras anteriores estavam depri-

dos, como foi o caso do arroz (e mesmo do leite), as razões destas elevações devem ser buscadas em outro terreno. A primeira, no caso dos grãos, está na lógica adotada pelo agronegócio de exportação de produtos primários. Como já indicado, são expandidas as áreas plantadas dos produtos comoditizados, como a soja e o milho, e reduzidas as áreas dos produtos (alimentos) destinados ao mercado interno. À medida que a participação na área plantada das “lavouras temporárias” se reduz, como no caso do arroz, do feijão e da mandioca, amplia-se a participação de soja, milho e cana-de-açúcar (Teixeira, 2020c).<sup>37</sup> As exportações de soja e milho sustentam esse argumento. Em 2019, 90 milhões de toneladas de soja (grãos, farelo e óleo) foram exportadas. Esse volume de produtos convertido em área plantada representaria 29 milhões de ha (ou seja, 80% da área plantada de soja em 2019). Neste mesmo ano, foram exportadas 43 milhões de toneladas de milho, o que equivaleria a 8,3 milhões de ha, ou seja, 46% da área plantada naquele ano. Em resumo, em 2019, para exportar duas *commodities* agrícolas o Brasil utilizou uma área correspondente a 51% da área total das lavouras temporárias (Teixeira, 2000a).

A segunda razão para esses aumentos está no desmonte da política de estoque regulador, sobretudo a partir do governo golpista de Temer. Deixando a produção de grãos sob o controle do capital transnacional, a Conab reduziu seus estoques nos últimos anos. Em 2016, durante o governo Dilma o estoque público de milho era de 922,8 mil toneladas, caindo, em 2019, para 654 mil toneladas, e, em 2020, existia somente 205,8 mil toneladas. O estoque de arroz caiu de 74,7 mil toneladas em 2016 para 24,1 mil toneladas em

---

<sup>37</sup> De acordo com Teixeira (2000), entre as safras de 1990 a 2018, a participação do feijão nas lavouras temporárias caiu de 10,8% para 3,9%. O mesmo ocorreu com o arroz, passando de 9,1% para 2,5%. Já a mandioca viu sua participação reduzida de 4,5% para 1,6%. No entanto, a participação da soja saltou de 21,2% na safra de 1976-1977, para 57% das lavouras temporárias em 2018.

2019, passando para 22,6 mil toneladas em 2020. O estoque de feijão, em 2016, era de 2,1 mil toneladas, caindo para 350 toneladas em 2019, chegando em 2020 somente a 268 toneladas. Quanto ao trigo, em 2016, havia um estoque público de 15 mil toneladas, caindo absurdamente para 2,8 mil toneladas, em 2019, chegando a 1,7 mil toneladas em 2020 (Teixeira *et al.*, 2021).

Outro exemplo de desmonte de política pública para a segurança alimentar foi o esvaziamento de recursos para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) a partir do governo golpista de Michel Temer. O volume das dotações orçamentárias dos governos Temer e Bolsonaro foram de sucessivas reduções. A Lei Orçamentária da União (LOA), em 2014, previa uma dotação de 1,2 bilhões de reais para o PAA, sendo reduzida, em 2016, para 478 milhões de reais, chegando em 2020, no governo Bolsonaro, com apenas 186 milhões de reais. Para 2021, a previsão orçamentária aprovada pelo Congresso Nacional foi de 102 milhões de reais (Teixeira, 2020b).

Com a pandemia, diversos países pelo mundo trataram, no primeiro semestre de 2020, de recompor seus estoques internos, comprando no mercado mundial os grãos que necessitavam. O Brasil fez o contrário. Por ter desmantelado seu estoque regulador de alimentos e por não ter visão estratégica de soberania alimentar, estando, portanto, refém dos agentes econômicos privados, passou a exportar grãos em vez de recompor seus estoques. O arroz foi o caso exemplar desta insanidade do capital. Comparando o volume de exportações para os meses de abril e agosto de 2019 e 2020, verificaremos um aumento expressivo: em 2019, foram exportadas 505.659 toneladas; em 2020, saltou para 1.228.172 toneladas de arroz (Irga, 2020).<sup>38</sup>

---

<sup>38</sup> Os picos de exportações de arroz em 2020 foram os meses de junho/julho, na ordem de 316.437 toneladas e 298.951 toneladas, respectivamente. Isto pressionou os preços internos pagos aos agricultores, saltando de 75 reais/saco para 110 reais/saco, beneficiando, é claro, os grandes produtores capazes de estocarem a produção (além das cooperativas e atacadistas).

Isto impactou o preço do arroz pago pelo povo brasileiro, com um aumento em mais de 69,5% (Teixeira *et al.*, 2021).

A situação cambial brasileira marcada pela moeda nacional desvalorizada frente ao dólar foi outro fator que favoreceu estas exportações.

### *Mudança na matriz tecnológica*

O impacto da concentração de terras e deste modelo de produção para exportação expandiram o “pacote tecnológico”, introduzindo o uso de sementes transgênicas e, com elas, o intenso uso de herbicidas. O Brasil se tornou o segundo país no mundo a utilizar agrotóxicos em sua agricultura (20% de todo veneno utilizado no mundo é utilizado nas lavouras brasileiras) e o primeiro em importação de agrotóxico (Teixeira, 2020d).<sup>39</sup> Em 2014, esse mercado movimentou cerca de 12,2 bilhões de dólares, e resultou em uma média *per capita* de 7,3 litros de veneno/ano por pessoa (Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e Pela Vida, 2019). Isso levou à contaminação dos alimentos que são consumidos pelos brasileiros.<sup>40</sup>

As áreas com cultivos transgênicos chegaram, na safra de 2016/2017, a 49 milhões de ha, representando 80,4% da área plantada no Brasil. A soja era o principal cultivo, no qual 96% da área plantada (32,7 milhões de ha) era com sementes transgênicas. No milho, esse índice chegou a 88% (15,7 milhões de ha) e no algodão, a 78,3% da área plantada.<sup>41</sup>

---

<sup>39</sup> O Brasil importou, em 2018, 2,9 bilhões de dólares em agrotóxicos (Teixeira, 2020d).

<sup>40</sup> Pesquisa da Anvisa, divulgada em dezembro de 2019, revelava que 51% das 4.616 amostras de alimentos de origem vegetal pesquisadas continham algum resíduo de agrotóxico. A pesquisa também indicou que 23% destas amostras apresentavam concentração de agrotóxico superiores ao Limite Máximo Resíduos (LMR) estabelecido por essa agência (Gimenes, 2019).

<sup>41</sup> A grande presença das sementes transgênicas na produção de milho é uma diversidade, pois por ter uma polinização aberta onde se cruzam os polens diante da

Com a entrada das sementes transgênicas entre os anos de 2000 e 2019, o uso de agrotóxicos cresceu a uma taxa média de 7,2% ao ano, levando ao aumento do uso de veneno por área. Se em 2000 aplicava-se, em média, 3,56 kg/ha de agrotóxico, em 2019 houve uma elevação para 7,4 kg/ha. As vendas de agrotóxicos evoluíram de 162.462 toneladas/ano de 2000 para 563.458 toneladas em 2019. O Censo Agropecuário de 2017 indicou que a despesa com uso de agrotóxico no conjunto dos estabelecimentos agrícolas brasileiros representou 13,3 bilhões de reais.

A essas mudanças tecnológicas na última década, deve-se acrescentar o impacto da informática e da microeletrônica nas máquinas agrícolas, que geraram novos equipamentos como drones, tratores autopilotados, sensores elétricos e biológicos e imagens hiperespectrais, bem como produziram *softwares* que suportam enormes volumes de informações genéticas sobre diversos cultivos e criações. As empresas de máquinas agrícolas passaram a combinar informações de posicionamento geográfico e a respectiva robotização das máquinas com as informações químicas e genéticas do mercado de insumos, aprofundando ainda mais o que foi denominado, nos anos 2000, de “agricultura de precisão”. Estudiosos já denominam estas mudanças tecnológicas como “agricultura 4.0” (Arias, 2019).<sup>42</sup>

*O avanço do desmatamento e as queimadas na Amazônia Legal*

O avanço do agronegócio no país acarretou o desmatamento da Amazônia Legal. A mudança do Código Florestal Brasileiro,

---

presença dos polens de milho transgênicos, acaba por contaminar os cultivos de milho variedades e/ou crioulas.

<sup>42</sup> Para Arias, “fusões extremas entre corporações da cadeia do agronegócio e o avanço vertiginoso da digitalização dos processos agrícolas estão afetando a agricultura e a alimentação em todo o mundo. Chamamos esse fenômeno de Agricultura 4.0. O controle por meio de plataformas de *big data* e automação se estende sobre os fatores mais importantes da segurança alimentar global. É claro que a soberania alimentar não é uma prioridade neste esquema” (Arias, 2019, s/p, tradução nossa).

em 2012, significou a legalização dessa prática.<sup>43</sup> O resultado desse avanço pode ser constatado pela pesquisa realizada pelo IBGE em 2016, com o objetivo de estudar o uso da terra no Brasil, no período que compreendeu os anos de 2000 a 2014, intitulado *Mudanças na cobertura e uso da terra no Brasil*. Ele indicou que as áreas agrícolas foram ampliadas em 16 milhões de ha, com incremento de 40% de área e a pastagem plantada em 38 milhões de ha, com aumento de 61,2%. Somado todo o aumento de áreas cultivadas, houve um incremento de 79,3 milhões de ha em áreas de cultivos, pastagens plantadas, silvicultura e mosaico agrícola com remanescente campestre. Esse avanço levou necessariamente à redução das pastagens naturais e da vegetação florestal, ocasionando a perda de 33,8 milhões de ha de floresta (Teixeira, 2016).<sup>44</sup>

---

<sup>43</sup> Insatisfeitos com as perversas mudanças no código florestal, setores do agronegócio querem ampliar a flexibilização das leis ambientais, favorecendo ainda mais o desmatamento. Atualmente, tramitam no Congresso Nacional 20 projetos que propõem mudanças no Código Florestal. Em 2018, foi editada a Medida Provisória n. 867/18, permitindo a anistia aos desmatadores das reservas legais. Em agosto de 2019, o Inpe divulgou que ocorriam 25.853 focos de incêndio, ultrapassando a média histórica dos últimos 21 anos para aquele mês. A sociedade brasileira e mundial ficou chocada com o “Dia do Fogo”, organizada por WhatsApp, de forma criminosa, pelos fazendeiros de Altamira e Novo Progresso, no dia 10 de agosto de 2019, com incêndios nas reservas florestais da Amazônia brasileira. Mais recentemente, o governo Bolsonaro editou a Medida Provisória n. 901, que em fevereiro de 2020 tramitava no Congresso Nacional, reduzindo as áreas de reservas legais de 80% para 50% das fazendas localizadas em Roraima e Amapá, tendo como efeito a ampliação do desmatamento.

<sup>44</sup> De acordo com reportagem de Alejandro Tena, em 2019, os principais bancos destinaram 2,6 trilhões de dólares para atividades que destroem o planeta. “Esse é o valor total que os 50 principais bancos do mundo destinaram, em 2019, a setores econômicos que contribuem para a perda da biodiversidade; [...] 32% dos empréstimos bancários vão para a construção de infraestruturas, 25% para a mineração, 20% para a extração de combustíveis fósseis e 10% para a produção agrícola e a pecuária intensiva. [...] Três dos dez bancos que mais contribuem para a destruição do planeta têm suas sedes centrais nos Estados Unidos: Bank of America, Citigroup e JP Morgan Chase. Juntos Mizuho Financial, Mitsubishi Financial e Sumitomo

Em junho de 2019, os dados divulgados pelo Instituto Nacional de Pesquisa Espaciais (Inpe) sobre o desmatamento da Amazônia Legal estarreceram a sociedade brasileira e o mundo. Somente no mês de julho de 2019, o desmatamento atingiu 920,4 km<sup>2</sup>, indicando um aumento de 88% frente ao mês de julho de 2018. O Pará foi o estado com maior área desmatada (48,54%), seguido por Amazonas (21,01%)<sup>45</sup> e Mato Grosso (16,69%). Entre agosto de 2019 e julho de 2020, estimou-se que o desmatamento da Amazônia Legal tenha englobado 1,1 milhão de ha.

Durante a pandemia, os fazendeiros seguiram colocando fogo na Floresta Amazônica. A imprensa brasileira repercutiu os dados do Inpe, que indicou uma ocorrência de queimadas, entre janeiro e outubro de 2020, superior ao mesmo período de 2019, acumulando 93.356 focos de incêndio em 2020. E, novamente, o estado do Pará foi o campeão, com 33.449, acompanhado pelo estado do Mato Grosso, com 19.334 focos, seguido dos estados do Amazonas (16.180) e do Acre (9.053).

A triste novidade foi o avanço das queimadas sobre o Pantanal, com 21.115 ocorrências de incêndios entre janeiro e outubro de 2020. Estimou-se que as chamas tenham queimado mais de quatro milhões de ha, ou seja, 28% do território daquele bioma. Parte desse território coincide com as localidades onde foram aplicadas multas por desmatamento, envolvendo mineradoras, siderúrgicas, usinas e fazendas de criação de gado e de plantio de soja.<sup>46</sup>

---

Mitsui Banking Corporations, BNP Paribas, HSBC e Barclays, somam 26% de todos os empréstimos nocivos ao meio ambiente.

<sup>45</sup> No dia 21 de dezembro de 2020, a mídia divulgou a apreensão, pela Polícia Federal, de mais de 43 mil toras de madeira ao longo dos rios Mamuru e Arapiuns, na divisa do Pará com o Amazonas. A apreensão foi a maior de toda a história do Brasil, de acordo com a PF. Essas toras equivalem a 131,1 mil m<sup>3</sup> de madeira, suficiente para a construção de 2.620 casas populares.

<sup>46</sup> O site *De Olho nos Ruralistas*, em outubro de 2020, divulgou a lista dos 58 nomes que tiveram, nos últimos 25 anos, multas do Ibama acima de 1 milhão de reais por

Cabe também destacar que de janeiro a outubro de 2020, nas terras indígenas no Brasil, foram identificados mais de 115 mil focos de incêndio. As mais afetadas foram justamente aquelas que se localizam na Amazônia Legal, sobretudo as terras indígenas do Parque do Xingu (MT), Parque do Araguaia (TO) e Kayapó (PA) (Ribeiro e Barba, 2020).<sup>47</sup> Não poderíamos deixar de registrar que a agricultura brasileira é a segunda maior emissora de CO<sub>2</sub> em todo mundo, seja pelas constantes queimadas de florestas e pastagens, seja pela presença do enorme plantel de gado em nosso país.<sup>48</sup>

Pelo recorte aqui proposto, não entraremos em duas fundamentais discussões, mas recomenda-se estudo complementar. No

---

desmatamento no Pantanal. A maior delas (58 milhões de reais) foi para a agropecuária BRPec, que é ligada ao BTG Pactual, do banqueiro André Esteves. Outras multas foram emitidas contra siderúrgicas e carvoeiros. Destas, atingiram duas empresas vinculadas à Vale do Rio Doce e outra, ao grupo de Eike Batista. Outros grandes fazendeiros do interior de São Paulo também foram autuados pelo Ibama, por exemplo os herdeiros de Fábio Steinbruch, primos do vice-presidente da Fiesp, e sócios da Vicunha e da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). O usineiro Luiz Guilherme Zancaner também foi multado em 2,5 milhões de reais (ele foi presidente do Grupo Unialco e dirigiu a União dos Produtores de Bioenergia – Udop). O gaúcho Gabriel Introvini, plantador de soja, recebeu multa de 1,49 milhões de reais em Coxim (MS), por desmatamento.

<sup>47</sup> De acordo com Ribeiro e Barba (2020), “das mais de 724 Terras Indígenas consideradas no levantamento, 448 já registraram incêndios nesse ano – ou 61% – segundo dados de queimadas ativas da Nasa, acessados por meio da plataforma da Global Forest Watch. O território indígena campeão de queimadas nesse ano – com 10.502 registros de focos de incêndio – é a TI Parque do Xingu, no Mato Grosso, que abriga 16 etnias em 500 aldeias. [...] A TI Parque do Araguaia, no Tocantins, aparece em segundo lugar no levantamento, com 8.792 focos de incêndio. [...] No *ranking* das TIs mais queimadas nesse ano em comparação com o ano passado (considerando apenas as que tiveram mais de 100 focos de incêndio), sete ficam no estado [MT]. A recordista da lista é a Vale do Guaporé, da etnia Nambikwara, com o número de focos saltando de 87 para 1.233 – um aumento de 1.317%. Além disso, das dez terras indígenas que mais sofrem com as chamas nesse ano, quatro estão no Mato Grosso.”

<sup>48</sup> De acordo com Teixeira (2020d), em termos relativos, o Brasil é o maior emissor setorial (agricultura) de CO<sub>2</sub>, com 1.6 T/ha, seguido pela China, com 1.3 T/ha, e pelos EUA, com 0.9 T/ha.

campo dos efeitos do agronegócio e de seu modelo agrícola na geração de doenças pandêmicas, sobretudo advindas da produção animal confinada, do desequilíbrio ecológico transformando vírus, bactérias, fungos em doenças prejudiciais ao ser humano, além da padronização planetária dos hábitos alimentares da população mundial, estreitando a base alimentar e, conseqüentemente, sua nutrição, reduzindo a resistência do corpo humano a doenças.<sup>49</sup> Também não será objeto deste livro o volume de área degradada pelo modelo de agricultura do agronegócio, hoje estimada em 80 milhões de ha (a mesma porção de área destinada às lavouras temporárias; uma imensa tragédia ambiental).

### *Os subsídios do Estado ao agronegócio e sua ineficiência econômica*

Em boa medida, a virtuosidade do agronegócio está alicerçada nos subsídios diretos do Estado brasileiro a esse setor. Não fosse isso, teríamos uma outra dimensão do agronegócio. Sobretudo a partir da década de 2000, as subvenções do Tesouro Nacional às políticas setoriais da agricultura só fizeram crescer, atingindo seu ápice em 2011, quando chegaram a 17,8 bilhões de dólares. Somente para apoiar a expansão do crédito agrícola, os dispêndios diretos do Tesouro evoluíram de 8,5 bilhões de reais em 2000 para 17 bilhões de reais em 2018 (Teixeira, 2020e).

Outro mecanismo de sustentação do agronegócio pelo Estado brasileiro refere-se às desonerações tributárias a esse setor que saltaram de 684 milhões de reais em 2003 para 15,3 bilhões de reais em 2012, disparando a partir deste ano, chegando em 2018 a 26,8 bilhões de reais (Teixeira, 2020e). Em contrapartida, para compensar os estados e municípios pela isenção de impostos para a exportação criada com a Lei Kandir, o governo federal, entre

---

<sup>49</sup> Tal abordagem pode ser estudada em Rob Wallace (2020a, 2020b).

2003 e 2011, transferiu 38 bilhões de reais aos governos estaduais e municipais (uma média anual de 4,2 bilhões de reais).

Outro generoso apoio dos governos ao agronegócio é a não cobrança de suas dívidas. Estima-se que o débito do setor ruralista com o governo federal esteja na ordem de 1 trilhão de reais, envolvendo dívidas do crédito agrícola, do Funrural, do ITR e multas ambientais (Oxfam, 2016).

Ao mesmo tempo, o agronegócio gera muito pouco resultado frente ao valor despendido pelo governo federal em crédito rural. Na safra 2016-2017, o valor bruto da produção das 20 principais culturas foi de 366,6 bilhões de reais. Para gerar esse valor, o governo disponibilizou em crédito agrícola, somente em 2016, de 187 bilhões de reais para a agricultura patronal/empresarial. Esses dados indicam que para cada um real gerado pelo agronegócio foram necessários 51 centavos de crédito agrícola. Isso revela a baixa eficiência deste setor, que pouco investe de recursos próprios para o seu processo produtivo.

### *A reprimarização da economia brasileira*

A estratégia de tornar o setor primário exportador como a principal base para a ampliação das reservas cambiais e como forma de dar garantias à entrada de capitais estrangeiros especulativos determinou, ao longo das décadas de 2000 e 2010, uma reprimarização da nossa economia. Se antes eram exportados produtos manufaturados, nesse período os produtos primários passaram a representar mais da metade da pauta de exportações brasileiras. Em 2015, o agronegócio exportou 88,22 bilhões de dólares (46,19% das exportações brasileiras, o que totalizou 190,97 bilhões de dólares). Se somarmos a essas exportações do agronegócio o setor mineral, chega-se a 59,69% do total exportado pelo Brasil (minério de ferro: 14 bilhões de dólares; petróleo bruto: 11,78 bilhões de dólares).

Assim, passamos a exportar produtos com baixo valor agregado. Para ilustrar, apresentamos informações de três produtos que são

símbolo das exportações agrícolas brasileiras: a soja, o café e o milho. Em 2015, foram exportados 27,9 bilhões de dólares em soja dos quais 20,98 bilhões de dólares em grãos, equivalente a 75% do valor exportado, sem agregar valor e sem gerar um único emprego após a colheita da soja. Em 2019, de acordo com Teixeira (2020d), 79,9% das exportações de soja foram em grãos. Quanto ao café, foram exportados em 2015 6,1 bilhões de dólares, dos quais a exportação do café verde equivaliu a 5,5 bilhões de dólares. Em 2019, 88,5% do café exportado foi café verde (Teixeira, 2020d). Para milho, o resultado foi ainda mais gritante, pois, em 2019, 93,6% exportado foi em grãos (Teixeira, 2020d).<sup>50</sup>

Os ruralistas e a imprensa brasileira alardeiam que o agronegócio foi responsável, em 2019, por 21,4% do PIB brasileiro. No entanto, ao retirar-se os valores vinculados à parte industrial, seja das agroindústrias processadoras seja das indústrias fornecedoras de insumos agrícolas, essa percentagem se reduz para 11% do PIB. Somente a Embraer, no mesmo período, gerou um valor correspondendo a 6% do PIB brasileiro com a exportação de aviões. No entanto, a agropecuária brasileira controla 230 milhões de ha. Cabe ainda ressaltar que o componente industrial do agronegócio vem sucessivamente declinando ao longo dos anos. Se, no ano de 2019, ele correspondia a 10,4% do PIB deste setor, em 2020 ele representou apenas 6,4%, reforçando ainda mais a tese da reprimarização da economia brasileira.<sup>51</sup>

Outro aspecto da vulnerabilidade desta estratégia primária exportadora se revela quando analisamos a concentração das ex-

---

<sup>50</sup> Essa mesma lógica vale para o algodão que em 2019, 86,6% do volume exportado de algodão foi sem processamento. O mesmo para o fumo que, em 2019, teve 93,6% de sua exportação não manufaturado (Teixeira, 2020d).

<sup>51</sup> Em 2020, a indústria de transformação ligada ao agronegócio reduziu o seu “valor adicionado” em 11,6%. Já a indústria extrativista vegetal reduziu a sua participação em 2,9%.

portações do agronegócio. Cinco países concentram 62,5% em que com grande destaque para a China.<sup>52</sup> De acordo com Teixeira (2020d), no ano 2000, a participação daquele país nas compras do agronegócio era de 2,7% do total exportado pelo setor. No entanto, em 2019 essa participação chinesa chegou a 32%. Ao mesmo tempo, declinaram as exportações para os EUA (de 18%, em 2000, para 7,4%, em 2019) e para o Mercosul.

A concentração também se verifica nos produtos exportados, aumentando a vulnerabilidade brasileira. Em 2019, o complexo soja correspondeu a 33,7% do volume exportado pelo agronegócio, seguido do grupo carnes, que representou 17,2%, acompanhado pelo grupo de produtos florestais (13,3%), pelo milho (8,3%) e pelo setor sucroalcooleiro, que representou 6,4% (Teixeira, 2020d).

Esses elementos indicam a tragédia da lógica rentista atual, que exige essa estratégia de obtenção de saldos na balança comercial brasileira a partir da exportação de produtos primários. Tal estratégia não foi alterada com os governos democráticos e populares de Lula e Dilma, na medida em que eles não romperam com o capital financeiro. No primeiro mandato de Lula-José Alencar foram “respeitados os contratos”. Tal designação apareceu na “Carta ao Povo Brasileiro”, de junho de 2002, em pleno processo eleitoral. Esses impactos e contradições no campo brasileiro recolocaram a questão agrária no centro do debate sobre o desenvolvimento brasileiro, sendo ela uma das contradições mais explosivas sobre os rumos futuros deste desenvolvimento (Firmiano, 2021).<sup>53</sup>

---

<sup>52</sup> De acordo com Teixeira (2020d), as exportações do agronegócio, em 2019, estavam concentradas em quatro países e um continente: China (32%); União Europeia (17,4%); EUA (7,4%); Japão (3,4%) e Irã (2,3%).

<sup>53</sup> Em seu livro, ainda no prelo, Firmiano, ao explicar os vínculos do nosso desenvolvimento em meio à crise estrutural do capitalismo, localiza pertinentemente o surgimento do agronegócio como produto das relações globais, gerando, nas palavras desse autor, a “formação do novo padrão de especialização produtiva engendrado pela crise estrutural do capital” (2020, p. 45). Neste contexto, ele indica que “a questão

---

agrária se reconfigurou, conectando-se às novas contradições do desenvolvimento dependente brasileiro, constituindo-se em vetor de transmissão do padrão destrutivo da produção capitalista” (2020, p. 63). Firmiano aponta ainda que a questão agrária é fator central a ser “desenrolado” na busca do desenvolvimento e está no centro do debate sobre o desenvolvimento brasileiro. Novamente recorrendo às palavras do autor, “no passado, a questão agrária condicionou a formação econômica nacional brasileira, [...] determinando uma forma de acumulação truncada; [...] hoje, o padrão de acumulação centrado na especialização produtiva de *commodities* [...], condicionado pela crise estrutural do capital e conduzido pela financeirização da economia global, incide diretamente na reconfiguração da questão agrária, trazendo-a, novamente para o centro do problema do desenvolvimento nacional, como uma de suas contradições mais explosivas” (2020, p. 62). As contradições promovidas pelo agronegócio são de fato altamente explosivas e estão no centro do debate nacional, as quais, para Firmiano (2020, p. 11), tornaram-se “os centros críticos da questão agrária hoje”.

## IX. GOVERNO DILMA-TEMER, A CRISE ECONÔMICA E O GOLPE

O ano de 2011 iniciou com a posse da primeira mulher eleita presidenta da república na história brasileira, Dilma Rousseff (PT), com Michel Temer (PMDB) como vice-presidente, após a derrota de José Serra (PSDB) nas eleições de 2010.<sup>1</sup> Em seu primeiro mandato, Dilma enfrentou os efeitos da crise internacional, manifestada no Brasil no baixo crescimento da economia já no ano de 2013 que pode ser constatada pelo agravamento dos indicadores macroeconômicos, como por exemplo a balança comercial, as transações correntes e a formação bruta do capital fixo (FBCF), expressos a seguir:

- a) queda da balança comercial: em 2011, a balança comercial apresentou um superávit de 29,7 bilhões de dólares, caindo, em 2012, para 19,4 bilhões de dólares e, em 2013, apresentou forte redução, chegando a 2,56 bilhões de dólares. Já em 2014,

---

<sup>1</sup> No primeiro mandato, a presidenta Dilma troca a direção do Banco Central, substituindo Henrique Meirelles na presidência do BC, por Alexandre Tombini (Meirelles esteve à frente desta instituição pelos dois mandatos do governo Lula). No Ministério da Fazenda, foi mantido Guido Mantega.

- a balança comercial apresentou um déficit de 3,9 bilhões de dólares (Pinto *et al.*, 2016);
- b) resultados negativos das transações correntes (valor que considera o resultado da balança comercial e de outras operações que envolva entrada ou saída de capitais, como os serviços e rendas) – registrou-se, em 2012, um déficit de 54,23 bilhões de dólares, ampliando-se, no ano seguinte, para 81,37 bilhões de dólares. Em 2014, os déficits chegaram a 103,9 bilhões de dólares. Do ponto de vista do orçamento do governo federal, já em fevereiro de 2011 foi anunciado um corte de 50 bilhões de reais (1,2% do PIB), afetando negativamente os investimentos do PAC e do Programa Minha Casa Minha Vida (Pinto *et al.*, 2016);<sup>2</sup>
- c) redução dos investimentos – em relação à variação média anual da formação bruta do capital fixo (FBCF), comparando-se o segundo mandato do governo Lula com o primeiro mandato de Dilma Rousseff, entre 2007 e 2010 (governo Lula), a FBCF apresentava a seguinte composição: 15% a partir dos recursos investidos pela administração pública; 29,4% vindo dos investimentos da Petrobras; outros 23,9% a partir dos investimentos das demais empresas estatais; e, do setor privado, uma variação positiva de 8,3% naquele período. Já no período seguinte, entre 2011 e 2014 (governo Dilma), os índices despencaram: a variação ainda positiva do setor da administração pública caiu para 0,8% frente ao período anterior; a Petrobras apresentou variação de investimento negativa de -1,4%; e as outras

---

<sup>2</sup> Apesar dos cortes, os recursos investidos pelo governo federal foram expressivos naquele período. Em março de 2010, foi anunciado o PAC 2, com previsão orçamentária de 1,59 trilhões de reais. Até agosto de 2013, 217,4 bilhões de reais haviam sido aplicados em financiamentos habitacionais e 60,3 bilhões de reais investidos no programa Minha Casa Minha Vida (até março de 2014, esse programa havia contratado 3,2 milhões de unidades habitacionais). Outros 178,3 bilhões de reais tinham sido investidos pelas empresas estatais, destacando-se a Petrobras.

estatais, de -1,2%. Já para o capital privado, sua participação na FBCF variou, ainda que mantendo-se positiva em apenas 3,1% frente ao período anterior (Pinto *et al.*, 2016);

- d) outros indicadores da crise econômica – rentabilidade sobre o patrimônio líquido. No período de 2007 a 2010 (governo Lula), as seis maiores construtoras obtiveram uma rentabilidade frente ao seu patrimônio líquido de 15,9% enquanto no período seguinte (2011 a 2014, governo Dilma) essa rentabilidade caiu para 10,6%. Para as seis maiores siderúrgicas no Brasil, esse índice declinou de 21,1% (2007-2010) para 1,5% (2011-2014). No setor de automóveis e ônibus, caiu de 64,4% (2007-2010) para 32% (2011-2014). Para o setor de petróleo, gás e refino, a queda foi acentuada: de 18,4% para 4% (2011-2014). No cálculo geral das 500 maiores empresas não bancárias, a queda da rentabilidade foi da ordem de 50%, saindo de 10,1% (2007-2010) para 5,3% (2011-2014) (Pinto *et al.*, 2016).

Para agravar a situação econômica, os termos de troca do Brasil com os outros países, entre 2011 e 2015, caiu para 21%. Isto acarretou uma menor arrecadação em moeda estrangeira (dólares), mesmo com a ampliação das exportações de minério de ferro, petróleo, gás e produtos agrícolas. Em outros termos, o Brasil precisou vender mais produtos primários para receber o mesmo em dólar do que o anteriormente obtido.

Frente a esse ambiente de crise econômica, o governo Dilma-Temer tomou as seguintes medidas, entre 2012 e 2013:

- redução das taxas de juros: o governo federal tratou de reduzir as taxas juros, convocando os capitais privados a investirem na economia. Em julho de 2011, a taxa de juros básica era de 12,5% e, entre agosto de 2011 a outubro de 2012, paulatinamente a taxa foi reduzida ao patamar de 7,25% ao ano. Estimou-se que o governo economizou com os juros dos títulos

da dívida pública um valor na ordem de 70 bilhões de reais.<sup>3</sup> A partir de abril de 2013, essa taxa voltou a subir, chegando a 10,75%, em fevereiro de 2014;<sup>4</sup>

- corte na tarifa de energia elétrica: em janeiro de 2013, em pronunciamento em rede nacional de telecomunicação, a presidenta Dilma anunciou o corte na tarifa de energia elétrica de 18% para as residências e 32% para as indústrias;
- desoneração fiscal: em março de 2013, o governo federal aplicou uma desoneração fiscal dos produtos da cesta básica e desonerou o setor de telecomunicações, buscando incentivar a implantação da tecnologia 4G (naquele mandato, as desonerações já haviam ocorrido para o IPI e para a folha de pagamento das empresas).

Com essas medidas, o governo Dilma-Temer buscou estimular o crescimento econômico com base nos investimentos do capital privado que, no entanto, não compareceu. Ao contrário, passou a tramar a sua derrubada. Apoiando-se no movimento de rua desenvolvido pela juventude brasileira, em junho de 2013, que reivindicava a redução das tarifas do transporte coletivo e investimentos em educação, saúde e infraestrutura, a alta classe média brasileira e os setores da burguesia comprometidos com os interesses do capital financeiro, alinhados aos EUA e por intermédio da mídia brasileira, potencializaram as críticas ao governo Dilma. A mídia conseguiu manipular a pauta da

---

<sup>3</sup> Foram estes recursos que entraram em disputa durante as mobilizações da juventude em junho de 2013, ainda que ela não tivesse consciência desta disputa. Alocar essa economia do pagamento dos juros da dívida pública em melhorias na educação, saúde, transporte público, como foi proposto pela juventude, ou deslocá-los para gastos em regalias/privilégios dos setores do alto escalão burocráticos do Estado, especialmente o Judiciário, militares, ou mesmo elevação de seus salários? Ou transferi-los para o setor privado, subsidiando suas atividades através das desonerações tributárias? Essa era a disputa colocada – uma disputa de caráter distributivo.

<sup>4</sup> Descontada a inflação, teremos nesse período juros reais de 4,48% ao ano, sendo esse um dos maiores juros reais praticados entre os países desenvolvidos.

juventude, desvirtuando-a para o tema da corrupção, em especial a crítica às obras da Copa do Mundo.

No dia 21 de junho de 2013, um dia após a maior manifestação de estudantes naquele período, a presidenta Dilma fez um pronunciamento em cadeia nacional propondo medidas, como a elaboração de um plano de mobilidade urbana, privilegiando o transporte coletivo; a destinação de 100% dos *royalties* do petróleo para a educação; trazer de imediato milhares de médicos do exterior para ampliar o atendimento no SUS;<sup>5</sup> realizar um plebiscito para saber se a população era a favor ou não de uma Assembleia Constituinte, para levar a cabo a reforma política.<sup>6</sup>

Como resultado desse desgaste político, a avaliação positiva do governo caiu 27 pontos em três semanas, ainda que 30% ainda o considerassem um governo “ótimo ou bom”.<sup>7</sup> Em 2014, ano eleitoral, a crise econômica estava posta e o ambiente político já se encontrava desestabilizado. Rompeu-se a conciliação de classes e a presidenta Dilma e o PT não conseguiram repactuar um novo acordo, pois a classe dominante e a alta classe média, ambas apoiadas

---

<sup>5</sup> Em julho de 2013, o governo Dilma lançou o Programa Mais Médicos, prometendo levar 15 mil médicos às regiões onde faltavam esses profissionais. Tal programa foi duramente criticado por diversas corporações médicas. Em novembro de 2018, o Ministério de Saúde do governo cubano decidiu retirar os seus médicos, após novas exigências anunciadas pelo então vencedor das eleições, Jair Bolsonaro, sendo uma delas a realização de um “teste de capacidade”. Naquela oportunidade, o ministro da Saúde era Luís Henrique Mandetta, que acabou com o Programa Mais Médicos. Nos cinco anos de vigência do programa, estimou-se uma presença de 20 mil médicos cubanos, atendendo 113 milhões de pacientes em 3.600 municípios brasileiros.

<sup>6</sup> No dia 24 de junho de 2013, a presidenta Dilma reuniu-se com 27 governadores e 26 prefeitos, buscando articular um pacto nacional em torno de cinco medidas: responsabilidade fiscal, reforma política, saúde, transporte e educação. No entanto, o plebiscito para uma Assembleia Constituinte para a reforma política desagradou diversos parlamentares do PT, fazendo com que a proposta perdesse força.

<sup>7</sup> Em abril de 2012, o governo Dilma atingiu 64% de aprovação com conceito de “ótimo ou bom”.

pelos EUA, operavam para eleger um governo com sua identidade política (neoliberal).

Nesse mesmo ano, em março de 2014, começou a sistemática campanha midiática e jurídica de desmonte da indústria de engenharia pesada brasileira e de destruição da Petrobras, ação que ficou conhecida como Operação Lava Jato. Tramada desde antes de 2014, sobretudo após a descoberta do Pré-Sal, a Lava Jato teve como núcleo articulador o Departamento de Justiça dos EUA, em associação com diversos juízes e promotores públicos brasileiros liderados pelo então juiz Sérgio Moro. Orquestrou-se uma grande montagem jurídico-parlamentar-midiática de desgaste do governo Dilma, de desmoralização do Partido dos Trabalhadores e de desgaste da principal figura pública da esquerda brasileira, Luiz Inácio Lula da Silva.

Foi nesse contexto que se realizaram as eleições de 2014, tendo o segundo turno polarizado entre as candidaturas Dilma-Temer e Aécio Neves-Aloysio Nunes. Dilma se reelegeu no segundo turno com uma votação apertada, com 51,6% dos votos válidos (uma diferença a seu favor de 3,4 milhões de votos num universo de 105,5 milhões de votantes). A classe dominante estava convencida de que ganharia essa eleição, visto a ampla campanha midiática de desgaste do PT, de Lula e do governo Dilma. Em meio à sua decepção, iniciou uma acirrada campanha de oposição, tendo como pivô central o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha,<sup>8</sup> aprovando diversos projetos que ficaram conhecidos como “pautas bombas”, dificultando as saídas institucionais para a crise, que só se agravava.

O impacto da crise refletiu-se na redução dos lucros das empresas de capital aberto: 297 empresas obtiveram, em 2014, lucros na ordem de 109,9 bilhões de reais. Já em 2015, estes lucros despencaram para

---

<sup>8</sup> Esse parlamentar foi um dos arquitetos do golpe político que destituiu a presidenta Dilma. Ele coordenava, dentro do PMDB, toda a distribuição de recursos obtidos pelo caixa dois desse partido, determinando enorme força política sobre os demais parlamentares.

14 bilhões de reais (Pinto *et al.*, 2016). Esse foi o sinal econômico para o golpe contra a presidenta Dilma.

Em seu segundo mandato, Dilma, buscando recompor as forças com setores da classe dominante, indicou como ministro da Fazenda Joaquim Levy, pessoa com larga trajetória profissional no mercado financeiro. Esse ministro anunciou um ajuste fiscal, reduzindo a oferta de crédito e criando a meta de superávit primário de 1,2% do PIB. Também ampliou o contingenciamento de recursos do OGU e cortou recursos do PAC, além de mudar as regras de diversos direitos sociais, restringindo-os.

O resultado desse ajuste foi o agravamento da crise. A formação bruta do capital fixo (FBCF) despencou, tendo uma variação geral negativa de -14% com destaque para o setor da administração pública, com -33,5%, refletindo os cortes no orçamento federal. Já a Petrobras, fragilizada com a Lava Jato e com a redução significativa dos preços internacionais do petróleo, reduziu expressivamente seus investimentos, com variação negativa de -26,6%. Os investimentos do setor privado também variaram negativamente em -9,7% (Pinto *et al.*, 2016).

Cabe destacar que o único setor que seguiu ganhando, mesmo com o acirramento da crise econômica, foi o bancário. A sua rentabilidade sobre o patrimônio líquido no período de 2007 a 2010 (governo Lula) foi de 20,7%. No período posterior, de 2011 a 2014 (governo Dilma), a rentabilidade cresceu, chegando a 21,5%. Os lucros saltaram de 54,9 bilhões de reais, em 2014, para 70,5 bilhões de reais, em 2015, ano em que o governo federal pagou aos detentores dos títulos da dívida pública 560 bilhões de reais de juros (Pinto *et al.*, 2016; Dowbor, 2017).<sup>9</sup>

---

<sup>9</sup> Os principais controladores dos títulos da dívida pública brasileira são os agentes bancários, como o Itaú-Unibanco, Bradesco, Santander, Banco do Brasil. No início de 2019, os três maiores bancos privados do país distribuíram 36,8 bilhões de reais aos acionistas relativos ao ano de 2018, nas formas de dividendos e juros sobre o capital

Nesse ambiente econômico e político, a popularidade da presidenta Dilma despencou. Em abril de 2015, a pesquisa Ibope mostrou uma nova queda no índice de popularidade, com 12% dos entrevistados considerando o governo Dilma “ótimo ou bom” e 64% considerando-o “ruim ou péssimo”. Em setembro de 2015, outra pesquisa indicou nova queda, com 10% considerando seu governo “ótimo e ruim” e 69% considerando-o “ruim ou péssimo”. Esse foi o sinal político para a promoção do golpe contra a presidenta Dilma.

No tocante à reforma agrária, caberia destacar que, nesse ambiente político, a bancada ruralista articulou-se com o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) que, em abril de 2016, entrou com medida cautelar solicitando que o Incra paralisasse todas as ações da política de reforma agrária, suspendendo os contratos de concessão de uso de aproximadamente 500 mil famílias assentadas, colocando-as na ilegalidade e impedindo-as de acessar qualquer benefício público vinculado à reforma agrária.<sup>10</sup>

A partir de março de 2016, as ações de rua organizadas pelos setores conservadores e reacionários, convocados pela mídia e tendo por base a classe média, deram a densidade social ao movimento político de *impeachment* da presidenta Dilma. Sob alegação de crime de responsabilidade fiscal, mais conhecido por “pedaladas fiscais”, em 17 de abril de 2016, o Congresso Nacional aprovou

---

próprio. O lucro líquido que Itaú-Unibanco, Bradesco e Santander alcançaram, em 2018, foi de 59,695 bilhões de reais.

<sup>10</sup> Além do desgaste político do governo Dilma, já indicando uma reação conservadora, essa medida do TCU também deve ser compreendida no contexto do acirramento da luta pela terra, especialmente no centro-oeste do Paraná onde, no dia 7 de abril de 2016, famílias organizadas pelo MST no acampamento Dom Tomas Balduino foram emboscadas pela polícia militar e por jagunços da fazenda Araupel, assassinando os acampados Vilmar Bordim e Leomar Orback, convulsionando a região. Produto de processos judiciais deste conflito, em 7 de novembro de 2016, dez viaturas da Polícia Civil invadiram a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), em Guararema (SP), sob o argumento do cumprimento do mandado de busca e apreensão de militantes.

o afastamento da presidenta para investigação das denúncias.<sup>11</sup> Iniciou-se aí um grande teatro político respaldado pelo Supremo Tribunal de Federal (STF), orquestrando um golpe político e obstruindo o processo democrático brasileiro conquistado a duras penas pelas lutas dos trabalhadores brasileiros. A presidenta Dilma foi deposta em 31 de agosto de 2016, quando o Senado chancelou o seu *impeachment*. Temer, no mesmo dia,<sup>12</sup> tomou posse como presidente do Brasil.<sup>13</sup>

Diversas foram as manifestações de rua dos setores populares, democrático e de esquerda em defesa da democracia e contra o golpe. Esse processo gerou uma maior unidade política, constituin-

---

<sup>11</sup> Data bastante simbólica para o MST, já que no dia 17 de abril celebra-se a memória dos camponeses assassinados em Eldorado de Carajás. O dia marca a luta pela terra, ficando o mês conhecido como Abril Vermelho. No entanto, nessa semana, em 2016, em vários estados brasileiros, o MST contribuiu com a organização de mobilizações (marchas, vigílias, acampamentos) denunciando que o *impeachment* seria um golpe à democracia. Em Porto Alegre, por exemplo, o MST, já no início daquela semana, organizou o Acampamento da Legalidade, na Praça da Matriz, região central da cidade, reunindo centenas de militantes sindicais, populares e partidários.

<sup>12</sup> Dois dias depois da sua posse, o Congresso Nacional aprovou a Lei n. 13.332/2016, que flexibilizava as regras para a abertura de crédito suplementar sem a necessidade de autorização pelo Congresso. Em outros termos, essa lei autorizava o governo golpista a realizar as tais “pedaladas fiscais”.

<sup>13</sup> Esse processo vivido pelo Brasil pode ser enquadrado na teoria das guerras híbridas (Korybko, 2018). Ao estudar as revoltas e guerras ocorridas na Ucrânia e na Síria, o pesquisador russo Andrew Korybko verificou que o método utilizado pelos EUA foi muito semelhante nesses países e nos países árabes (a famigerada “Primavera Árabe”). Nessas revoltas populares, se colocaram novos elementos como o uso das “revoluções coloridas” (esforço dos setores conservadores de bombardear as redes sociais e convocar mobilizações de ruas, em torno de bandeiras genéricas, buscando desestabilizar os governos não alinhados aos EUA). A estes movimentos de massas estava associado também o uso de forças paramilitares (guerra não convencional) para intimidar as forças progressistas, estabelecendo inclusive ações armadas por meio de milícias. E, se necessário, chegaria à intervenção militar direta com forças militares regulares. Esse novo método, aplicado pelo governo dos EUA e pelo seu sistema de inteligência, distinguiu-se do clássico método de intervenção militar (frequente na América Latina ao longo do século XIX) e de apoio e patrocínio a golpes militares nos países, especialmente latino-americanos, na segunda metade do século XX.

do duas grandes frentes políticas: a Frente Brasil Popular (FBP), organizada ainda no final de 2014, reunindo entre outros o PT, o PCdoB, a CUT, o MST e a Central dos Movimentos Populares (CMP) e a Frente Povo Sem Medo, aglutinando o PSOL, o MTST, o Conlutas, entre outras organizações.<sup>14</sup>

O governo golpista de Temer montou seu gabinete com diversos parlamentares suspeitos de envolvimento em atos de corrupção e anunciou o seu programa de governo, “Uma ponte para o Futuro”, prevendo privatizações, reformas no Estado – em especial a trabalhista –, redução dos gastos públicos, entre outras ações.

---

<sup>14</sup> Para Valter Pomar, dirigente nacional da Articulação de Esquerda, corrente interna do PT, as razões do golpe político sofrido pela presidenta Dilma devem ser buscadas na crise internacional de 2008. A partir dali, para recuperar a sua situação, os EUA passaram a uma ofensiva sobre a América Latina, buscando reassumir sua influência e controle em aliança com as burguesias internas – articulações sobretudo para derrubar os governos que se aproximavam da China e da Rússia. Portanto, uma “ofensiva restauradora”. Internamente, se a classe dominante brasileira antes de 2008 não tinha o que reclamar dos governos petistas, pois ganharam muito dinheiro, após 2008 ela já compreendia a necessidade de um “governo militante”, identificado com seu ideário neoliberal, capaz de realizar as reformas retirando direitos sociais dos trabalhadores. Com sua derrota eleitoral em 2014, a classe dominante partiu para um “plano B”, gerando o golpe de 2016, que também se concretizou, uma vez que a esquerda brasileira, desde 2014, não acreditava na possibilidade de um golpe político e não se preparou para tal, desarmando politicamente a militância social. A denúncia do golpe era compreendida por boa parte da esquerda como uma demagogia, para que essa se solidarizasse com o segundo mandato de Dilma. Já a ala institucional do PT achava que bastava um acordo com o STF e com Eduardo Cunha para segurar qualquer aventura política da classe dominante. Quando o golpe se configurou, era tarde demais para derrotá-lo. As manifestações que foram convocadas não foram suficientes para barrar as instituições de Estado que operaram o golpe, mas foram importantes para o período seguinte de resistência, demonstrando que a esquerda saiu do processo de “espinha ereta”. O golpe ao governo Dilma e o governo Temer eram uma transição para eleger um tucano (PSDB) em 2018. O que a classe dominante não contava é que o discurso e os instrumentos utilizados para afastar o PT trouxeram à tona o neofascismo e a extrema-direita. Portanto, para Valter Pomar, Bolsonaro foi o efeito colateral de uma operação, articulada de fora (EUA), mas operada por dentro pela classe dominante (Pomar, 2020).

Um dos grandes enfrentamentos com o governo golpista foi a realização da greve geral, em 28 de abril de 2017. Considerada uma das maiores e mais abrangentes greves gerais dos trabalhadores brasileiros, envolvendo mais de 35 milhões de pessoas, teve em seu conteúdo a defesa dos direitos (trabalhistas e sociais) e a defesa da democracia. Além do movimento sindical, envolveram-se nessa greve geral diversas entidades estudantis, artistas e diversos movimentos populares (incluindo o MST, que bloqueou centenas de rodovias no interior do país).

Apesar de todas as vigorosas manifestações de rua, realizadas entre 2016 e 2017, não foi possível frear o governo golpista, que logrou aprovar no Congresso Nacional a PEC n. 241/16, rotulada de “PEC da Morte”, que congelou os gastos públicos em educação e saúde por 20 anos. Também foi sancionada a reforma do Ensino Médio e aprovada a reforma trabalhista,<sup>15</sup> retirando diversos direitos dos trabalhadores e precarizando ainda mais as condições de trabalho. A proposta de reforma da Previdência foi encaminhada, mas ela não avançou, naquele momento, no Congresso Nacional.

Durante o curto governo Temer, diversos foram os pedidos de *impeachment* do presidente golpista. Até mesmo o STF aprovou

---

<sup>15</sup> A Reforma Trabalhista foi aprovada pelo Congresso Nacional em 26 de abril de 2017, alterando profundamente a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), violando inclusive acordos internacionais assinados pelo Brasil. Destaca-se a oficialização do trabalho intermitente, a remuneração por produtividade, a prevalência do negociado na categoria frente ao que diz a legislação, a permissão para jornadas de trabalho de até 12 horas, a possibilidade de mulheres grávidas trabalharem em locais insalubres, o fim da contribuição sindical obrigatória, entre outras alterações. No dia 21 de agosto de 2019, o Senado aprovou a “MP da Liberdade Econômica” (Medida Provisória n. 881) que alterou 36 artigos da CLT, flexibilizando a segurança do trabalho, eliminando a necessidade das CIPAs (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes), liberando totalmente o trabalho aos domingos e feriados sem pagamento de horas-extras e dificultando o acesso da Justiça aos bens dos empregadores com dívidas trabalhistas.

uma investigação sobre as transações ilegais de Temer, mas o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, engavetou-a. Finalmente, em 2017, a própria Procuradoria Geral da República (PGR), após reunir sólidos indícios de arrecadação ilegal com empresários, encaminhou a solicitação do *impeachment* de Temer. Em agosto de 2017, o plenário do Congresso Nacional não aprovou a autorização da investigação. Estima-se que, para isso, Temer tenha liberado 4 bilhões de reais em emendas parlamentares. As frustradas ações no campo institucional para derrubar Temer revelaram o grau de unidade interna da burguesia, articulada em torno da defesa do programa “Uma Ponte para o Futuro”.

No tocante ao agrário, por meio de diversas medidas provisórias, o governo golpista de Temer extinguiu o MDA, transformando-o em um secretaria junto à Casa Civil, a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead); anistiou as dívidas dos fazendeiros junto ao Funrural (seguridade social); criou a Agência Nacional da Mineração, alterando 23 pontos do Código de Mineração, buscando desregulamentar o setor para o avanço do capital estrangeiro; propôs projeto de lei que abriria para o capital estrangeiro a aquisição de terras no Brasil e ignorou a anulação, pelo STF, da decisão do TCU que colocou na irregularidade milhares de famílias assentadas, além de proporcionar ambiente político para o avanço da violência no campo, que culminou, em 2017, no assassinato de 70 camponeses e indígenas.

Ainda para a questão agrária, em dezembro de 2016, o governo Temer emitiu a Medida Provisória (MP) n. 759, que propunha legalizar terras devolutas lindeiras às fazendas privadas que já apresentavam alguma ocupação, presentes na região da Amazônia Legal em até 1.500 ha, que ficou conhecida como a MP da Grilagem. Nessa mesma MP estava embutida a titulação das terras nos assentamentos, retirando do critério para os be-

neficiários da reforma agrária as famílias acampadas, colocando para o município a seleção dos beneficiários. Votada no Senado em maio de 2017, a legalização da grilagem ampliou-se para até 2.500 ha.

Essa apropriação de terras, sobretudo terras públicas, indígenas e de parques nacionais, se expressou nos números do Sistema Nacional de Cadastro Rural do Incra. Como já informado, esse cadastro leva em conta a autodeclaração dos proprietários dos imóveis rurais. Entre os anos de 2016 e 2018, houve um aumento no número de imóveis rurais cadastrados na ordem de 11,9% (685.868 novos imóveis). No entanto, o aumento da área de imóveis saltou 32,8%, indicando uma incorporação privada de 253,7 milhões de ha, sobressaindo o aumento nos imóveis acima de 15 módulos fiscais, que englobaram 223,5 milhões de ha (estes “super” imóveis cresceram 13,8% em número, mas cresceram 47,4% em área) (Alentejano, 2020).

Cumprindo o seu acordo com a bancada ruralista em apoio ao golpe, o governo golpista de Temer, em julho de 2017, editou a Medida Provisória n. 793, instituindo o Programa de Regularização Rural, permitindo aos fazendeiros e às grandes empresas rurais a renegociação de suas dívidas com a Previdência Social. Em setembro de 2017, emitiu outra MP n. 803, alterando a MP n. 793 e criando o Programa de Regularização Tributária Rural junto à Secretaria da Receita Federal. Estas MPs foram convertidas em leis no ano de 2018 (Lei n. 13.606 e n. 13.630) conformando o Refis Rural, instituindo um calote bilionário junto à seguridade social, beneficiando fazendeiros e especialmente os grandes frigoríficos (Teixeira, 2020e).

Quanto à gestão das políticas públicas no governo golpista de Temer, a tônica foi não eliminar os programas, mas realizar sucessivos cortes de recursos, esvaziando-os. Notadamente, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) regrediu em seus valores. Se em

2015 foram aplicados 609 milhões de reais, em 2018 o OGU previa aplicar apenas 750 mil reais, um corte de 99%.<sup>16</sup>

No Incra, a lógica não foi diferente. Os valores destinados para obtenção de terra caíram de 800 milhões de reais, em 2015, para a previsão de 34 milhões de reais no orçamento de 2018. Para a assistência técnica às famílias assentadas, o corte saiu de 355 milhões de reais, em 2015, para 12 milhões de reais, em 2018, inviabilizando o programa. No Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, o Pronera, os valores reduziram-se de 32,5 milhões de reais, em 2015, para 2 milhões de reais, em 2018.

### A OFENSIVA DA DIREITA E O EMPENHO DO MST PELO LULA LIVRE

Para a classe dominante brasileira, não interessava somente derrubar a presidenta Dilma e alijar o PT do Palácio do Planalto. Era necessário também inabilitar a principal liderança popular do Brasil para a eleição presidencial de 2018. A partir das denúncias da Operação Lava Jato e das manipuladas delações premiadas dos envolvidos (empreiteiros, doleiros, diretores da Petrobras e o ex-ministro da Fazenda, Antônio Palocci), o juiz Sérgio Moro chegou em Lula, sob a denúncia de uso de recursos vindos da corrupção na reforma de um apartamento tríplice em Guarujá (SP), de titularidade supostamente do ex-presidente Lula.<sup>17</sup> Ainda em 2016, no dia 4 de março, Lula foi conduzido coercitivamente para depor, gerando um grande fato político, uma vez que a tentativa se frustrou, proporcionando diversas mobilizações pelo Brasil em defesa de Lula. Em 2017, no dia 10 de maio, Lula se apresentou em Curitiba para depor,

---

<sup>16</sup> Em 2016, foi aprovada a norma que limitou a 350 mil reais os valores do conjunto de projetos do PAA para cada cooperativa. Mesmo tendo dois ou três projetos de PAA, o valor total destes não poderia ultrapassar os 350 mil reais.

<sup>17</sup> Posteriormente, a titularidade do imóvel foi comprovada como pertencente à empresa OAS, que teve seus bens empenhados pela Justiça, sendo o tríplice leiloado para cobrir as dívidas da referida empresa.

motivando um grande ato político naquela cidade organizado pela Frente Brasil Popular e com forte presença do MST, que organizou dias antes um acampamento em Curitiba, viabilizando o ato. No dia 12 de julho de 2017, o juiz de primeira instância Sérgio Moro publicou sua sentença condenando Lula à prisão.<sup>18</sup>

Condenado em primeira instância, Lula recorreu à segunda instância da Justiça Federal (TRF 4), tendo seu julgamento marcado para 24 de janeiro de 2018, em Porto Alegre. O MST gaúcho decidiu entrar marchando na cidade no dia 21 de janeiro de 2018 e organizou um grande acampamento para aguardar o julgamento. Mais de 25 mil pessoas passaram em caravanas por esse acampamento, vindas de todas as regiões do Brasil. No final de tarde do dia 23 de janeiro de 2018, reuniram-se aproximadamente 80 mil pessoas no centro de Porto Alegre, no Ato em defesa da democracia e contra a condenação de Lula, contando com a presença de Dilma e do próprio Lula. No dia 24, no local do acampamento, realizou-se a vigília com mais de 50 mil pessoas. Neste dia, no TRF 4, os juízes desta segunda instância não só confirmaram a decisão de Moro como ampliaram os anos de condenação de Lula, num julgamento que se revelou uma grande farsa, demonstrada pelos pareceres e sentenças praticamente idênticos dos três juízes federais.

Em março de 2018, organizou-se a caravana de Lula pela região sul do país,<sup>19</sup> que contou com forte presença do MST, contribuindo com a segurança da caravana e na organização de alguns espaços visitados nos assentamentos. A reação dos setores conservadores foi grande, composta principalmente por ruralistas, membros das

---

<sup>18</sup> Em 4 de abril de 2018, o Supremo Tribunal Federal, por seis votos contra e cinco a favor, rejeitou o pedido de *habeas corpus* do ex-presidente Lula.

<sup>19</sup> Entre agosto e setembro de 2017, foi realizada a Caravana pelo Nordeste, passando por dez cidades, indo da Bahia a Pernambuco. Nestas atividades, o MST também esteve presente, sendo um agente importante na articulação, na segurança e na organização dos espaços visitados.

polícias civil e militar e de jovens bolsonaristas. Por onde passava a caravana, a polarização se compunha, com setores populares e democráticos apoiando Lula e grupos conservadores tentando bloquear a entrada nas cidades. Ganhou destaque na mídia nacional o atentado a tiro desferido contra o ônibus da caravana onde se encontrava Lula, quando se deslocava do município de Quedas do Iguaçu (PR) para Laranjeiras do Sul (PR).

No dia 5 de abril de 2018, o juiz Sérgio Moro expediu o mandado de prisão de Lula. O prazo para se apresentar era dia 6, mas Lula decidiu permanecer na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, onde se concentraram centenas de pessoas. Decidiu-se por organizar, no dia 7 de abril, um ato político combinado com uma missa em homenagem à Marisa Letícia, na medida em que Lula tomou a decisão de se apresentar em Curitiba. Em um discurso histórico, lembrou que os militantes ali presentes deveriam, a partir daquele momento, ser os pés, a boca e a mente de Lula, propagandeando o projeto popular.

Com a prisão de Lula na Polícia Federal em Curitiba, o MST, compreendendo que quem estava ali preso era o povo brasileiro e o projeto popular, organizou, com apoio e participação do PT, do movimento sindical e de outros movimentos populares, o Acampamento de Vigília Lula Livre, que se consagrou como o grande símbolo de resistência dos lutadores do povo, denunciando a prisão política da maior liderança popular do país.

Nesse contexto, no dia 31 de julho de 2018 iniciou-se, em Brasília, a Greve de Fome de sete militantes de organizações populares e da Via Campesina,<sup>20</sup> reivindicando justiça no Supremo Tribunal

---

<sup>20</sup> Um desses militantes era Jaime Amorim, dirigente histórico do MST de Pernambuco. Além de Amorim, participaram da greve de fome: Luiz Gonzaga da Silva (Gegê), da Central dos Movimentos Populares (CMP); Rafaela Alves e Frei Sérgio Gørgen, ambos do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); Vilmar Pacífico e Zonália Santos, ambos do MST.

Federal, em vista da libertação de Lula. Essa greve de fome durou 26 dias.

Em meio ao processo eleitoral de 2018, o PT e a Frente Brasil Popular decidiram protocolar, no dia 15 de agosto de 2018, a candidatura de Lula à presidência da república. Para isso, o MST organizou três colunas de militantes, pondo-se em marcha para defender o direito de Lula a ser candidato. Com a chegada da marcha, milhares de pessoas se reuniram em Brasília, no dia 15, e caminharam em direção ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para protocolar a candidatura. Em 31 de agosto, o TSE negou o registro da candidatura de Lula, com base na lei da “Ficha Limpa”. Dessa forma, as forças democráticas e populares registraram a candidatura de Fernando Haddad (PT) e Manuela D’Ávila (PCdoB), respectivamente, a presidente e vice-presidenta da república.



## X. 2019: O GOVERNO NEOFASCISTA DE BOLSONARO E A REGRESSÃO SOCIAL

Contra todos os prognósticos dos setores conservadores, a eleição presidencial em 2018 foi para segundo turno, tendo como concorrentes as chapas Fernando Haddad (PT)-Manuela D'Ávila (PCdoB) e Jair Bolsonaro (PSL)-Hamilton Mourão (PRTB).<sup>1</sup> Mesmo com os quatro anos da Lava Jato, os sucessivos ataques ao PT e sem o principal líder popular do país, o mais apto a concorrer

---

<sup>1</sup> Nas eleições presidenciais de 2018, surgiram diversas candidaturas: no campo conservador, além de Jair Bolsonaro, concorreram Geraldo Alckmin (PSDB), Henrique Meireles (MDB), Álvaro Dias (Podemos), João Amoêdo (Novo), entre outros candidatos sem representatividade política e social; no campo popular e democrático, além da candidatura de Fernando Haddad (PT), havia as candidaturas de Guilherme Boulos (PSOL), Ciro Gomes (PDT), Marina Silva (Rede), e Vera Lúcia (PSTU). A principal candidatura do campo conservador e com maior tempo no horário eleitoral era a de Alckmin, que não evoluiu. Com o passar do tempo, a de Bolsonaro, com discurso de extrema-direita e de negação da política institucional, acabou capitaneando o descontentamento popular, chegando em primeiro lugar na votação do primeiro turno com 49,2 milhões de votos (46% dos votos válidos). A partir daí, a burguesia no Brasil, orquestrada pelos instrumentos políticos estadunidenses, se lançou na campanha e no apoio a Jair Bolsonaro, crendo que ele seria “domesticado” se eleito.

àquela eleição, a esquerda brasileira obteve 31,3 milhões de votos (29%), chegando, assim, ao segundo turno.

Sem participar de qualquer debate, com discurso antissistema político, autoritário, racista, homofóbico, ultraliberal na economia e ultraconservador nos costumes, com grande apoio das igrejas pentecostais e com forte esquema de *fake news* nas redes sociais, a candidatura Bolsonaro saiu vencedora daquele pleito, totalizando, no segundo turno, 57,7 milhões de votos (55%), enquanto Haddad obteve 47 milhões de votos (44,8%), um aumento expressivo em relação ao primeiro turno, produto do intenso trabalho popular realizado pela militância social.<sup>2</sup>

Estima-se que esse mecanismo de *fake news* tenha atingido 120 milhões de pessoas em grupos fechados e com discurso dirigido ao perfil de cada grupo. Passadas as eleições, a esquerda partidária e a mídia denunciaram o envolvimento de diversos empresários no financiamento de uma das empresas que operavam os disparos das mensagens mentirosas,<sup>3</sup> configurando crime eleitoral por se tratar de uma outra modalidade de financiamento de campanha não declarada à Justiça Eleitoral (“caixa dois”). Essas *fake news* distorceram, inclusive, diversas imagens da maior mobilização das

---

<sup>2</sup> Intelectuais, como Armando Boito Júnior (2019), compreendiam que havia em curso no Brasil um movimento neofascista, que buscava a eliminação da esquerda democrática. Tal movimento foi por ele considerado como um movimento reacionário de massa numa condição de conflito moderado, tendo como base social a classe média brasileira, em especial a alta classe média, hibernando nas redes sociais. Boito Júnior (2019) alertava para não confundir a base social do governo com a força política que controla o governo. No caso de Bolsonaro, ainda que a base social fosse a classe média, a força que o dirige é a burguesia e o capital internacional. Logo, o movimento neofascista era um instrumento do capital internacional, mas, apesar disto, apresentava suas demandas próprias, conservadoras e retrógradas, dando por isso unidade e coesão a sua base social.

<sup>3</sup> Um desses empresários foi Luciano Hang, dono da rede de varejo Havan que, com Bolsonaro na presidência, conseguiu negociar sua dívida de 168 milhões de reais com a Receita Federal e o INSS, para ser paga em 115 anos (não muito tempo depois desta negociação, esse empresário comprou um “jatinho” de 250 milhões de reais).

mulheres brasileiras na história recente – a campanha “Ele Não”, realizada no dia 29 de setembro de 2018 em mais de 160 cidades no Brasil e no exterior.

No dia 4 de setembro de 2019, instalou-se no Congresso Nacional a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para investigar as denúncias do uso de *fake news* na campanha eleitoral, sem qualquer resultado concreto até a conclusão deste livro.

Para o Congresso Nacional, nessa eleição de 2018, o inexpressivo Partido Social Liberal (PSL), que possuía na legislatura anterior apenas um deputado federal, tornou-se a segunda força política na câmara dos deputados com 52 parlamentares, perdendo apenas para o PT que, apesar de todas as denúncias e difamações, elegeu a maior bancada no Congresso Nacional, com 56 deputados federais.

Nos diversos discursos durante a campanha eleitoral e depois de assumir a presidência, Bolsonaro elencou a esquerda como sendo o seu principal inimigo (e o MST como o principal inimigo no campo), indicando que não só iria derrotá-la, como também iria destruí-la.<sup>4</sup>

No primeiro semestre de 2019, a crise econômica avançou. A previsão do PIB para aquele ano, ao longo do semestre, foi sucessivamente reduzida, estando, em julho de 2019, com a estimativa de 0,8%. O desemprego chegou a 13 milhões de pessoas. Os desalentados (pessoas que deixaram de procurar emprego) chegaram

---

<sup>4</sup> De acordo com Teixeira *et al.* (2021, p. 2), “o novo governo incluiu, entre os múltiplos alvos dos seus ataques, organizações representativas dos trabalhadores rurais, ONGs ambientalistas e de defesa dos indígenas; todas, indistintamente, carimbadas como ‘de esquerda’, com vínculos com o PT, portanto, a serem tratadas como ‘inimigos do governo’. O combate aos ‘inimigos’ passou a se dar em três frentes: i) nos atos concretos restritivos e de negação das políticas correspondentes; ii) na intensa disseminação de uma narrativa de criminalização de organizações como o MST, e do esforço de desqualificação das ONGs, em particular, das ambientalistas e de defesa dos indígenas, tratadas, também, como impatriotas; e iii) da prioridade plena e absoluta ao agronegócio exportador, com permissividades diferenciadas para os extratos mais conservadores da base primária desse segmento”.

a 4,8 milhões, e 28,3 milhões de pessoas que compõem a força de trabalho do país estavam subocupadas por insuficiência de horas de trabalho. Em junho de 2019, o Ipea divulgou dados indicando que um a cada quatro domicílios no Brasil, no primeiro trimestre de 2019, vivia sem renda decorrente do trabalho. Em 16 de outubro de 2019, o IBGE divulgou dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (Pnad Contínua), indicando que, em 2018, a renda dos 1% mais ricos no Brasil era 34 vezes superior ao da metade dos mais pobres. Estes 1% mais ricos tiveram aumento de 8,4% no seu rendimento mensal. Essa pesquisa também divulgou que 10% da população mais pobre detinha 0,8% da massa dos rendimentos, enquanto os 10% mais ricos concentravam 43,1%.

A promessa para o sistema financeiro foi privatizar a Previdência Social, sendo ela indicada pela mídia burguesa como a principal responsável pela dívida pública e pelo mau funcionamento da economia.<sup>5</sup> Em 22 de outubro de 2019, o senado aprovou a reforma da Previdência.

No dia 21 de agosto de 2019, o ministro da Fazenda, Paulo Guedes, anunciou a privatização de 17 empresas estatais, entre elas os Correios, a Telebras, a Eletrobras, o Ceagesp e as empresas Serpro e Dataprev, que reuniam informações desde o imposto de renda até registros de nascimento e óbitos. E, no dia 7 de novembro de 2019, o governo, por meio da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), realizou o leilão de cinco blocos do Pré-Sal, dos quais apenas um foi comprado pela Petrobras. O

---

<sup>5</sup> A Câmara dos Deputados concluiu, em junho de 2019, o primeiro turno da votação da Reforma da Previdência. Votaram a favor da reforma 379 deputados federais, indicando uma larga vantagem do governo que, às vésperas da votação, já havia empenhado 1,1 bilhão de reais de emendas parlamentares. Desde março de 2019, o Executivo empenhou 4,3 bilhões de reais em emendas parlamentares e a promessa era de liberar outros 5,6 bilhões de reais, em vista da aprovação da reforma da Previdência. Em outubro de 2019, o Senado aprovou a reforma da Previdência, também com larga folga na votação (60 senadores a favor e apenas 19 contra).

não comparecimento das transnacionais do petróleo frustrou o governo Bolsonaro, mas já indicava a desconfiança destas e do capital financeiro internacional com a economia brasileira, revelando ser arriscado realizar investimento em setores com retorno a médio e longo prazo.<sup>6</sup>

Em 5 de novembro de 2019, Paulo Guedes apresentou ao senado três propostas de Projeto de Emenda Constitucional (PEC); dentre elas, uma desobrigava o governo federal a repassar recursos de fundos não constitucionais (PEC dos Fundos) e outra eliminava 1.253 municípios com população inferior a 5 mil habitantes (PEC do Pacto Federativo). Naquela mesma semana, Guedes anunciava que apresentaria em breve o projeto da Reforma Administrativa, propondo redução salarial e o fim da estabilidade aos servidores públicos. O presidente Jair Bolsonaro apresentou, no dia 3 de setembro de 2020, ao Congresso Nacional, a PEC 32/2020, propondo a primeira parte da reforma administrativa.<sup>7</sup> Nesse momento, o

---

<sup>6</sup> Essa desconfiança internacional com a economia brasileira e com a instabilidade política vivida no país pode ser verificada com a saída de capitais do Brasil na virada do ano de 2019 para 2020. Ainda que na bolsa de valores de diversos países as reduções se efetivaram motivadas pela pandemia do coronavírus, que colocou a economia mundial em retração, no caso brasileiro, estas saídas foram ainda maiores, chegando a 40 bilhões de reais entre janeiro e fevereiro de 2020. Em 2019, a saída de capitais estrangeiros também foi recorde, totalizando naquele ano uma saída de 44,8 bilhões de dólares. Somente em dezembro de 2019, evadiram 17,6 bilhões de dólares.

<sup>7</sup> Essa proposta de reforma administrativa previa o fim da progressão automática na carreira por tempo de serviço, a possibilidade de contratação de concursados por contrato temporários, além de facilitar a demissão (fim da estabilidade) para servidores que não estivessem em carreiras típicas do Estado, ainda que a proposta não definisse quais eram essas carreiras, delegando o tema a um posterior projeto de lei. Entre as contradições desta proposta estavam, além do fim da estabilidade do servidor público, a possibilidade de o presidente da república extinguir por decreto autarquias, fundações públicas e órgãos de administração direta criados por lei, bem como ampliava a possibilidade de nomeação de cargos em comissão. As atuais funções de confiança, voltadas para chefia, direção e assessoramento superior seriam ampliadas para abarcar funções técnicas. Essa PEC ganhou destaque na imprensa

entrou ao crescimento econômico brasileiro passava a ser os funcionários públicos.

Neste primeiro ano de governo Bolsonaro (2019), confirmou-se o alinhamento incondicional aos EUA como política externa. O discurso e as ações ultraliberais se consolidaram na economia, associados a um discurso superconservador nos costumes. Houve continuidade, como método político, dos discursos raivosos, preconceituosos, bravatas e medidas descabidas (por ordem judicial, várias delas foram anuladas), com um conjunto de trapalhadas internas e desmentidos, mas sempre buscando atender aos interesses do capital e às demandas da sua base social.<sup>8</sup> E os cargos no governo e em outras autarquias e empresas públicas ficaram atulhados de militares da reserva, mas também da ativa.

Cabe ressaltar que esse método político de Bolsonaro rompeu com a tradição política brasileira recente, advinda com a Nova República, onde os diferentes setores políticos e ideológicos disputavam, no terreno institucional e eleitoral, uma maioria na sociedade em razão de seus projetos (refletindo essa maioria dentro do Congresso Nacional). O atual governo, no entanto, inaugurou um período no qual a instabilidade política era criada permanentemente

---

burguesa e nos veículos empresariais, e seus porta-vozes defendiam-na frente a uma suposta crise fiscal do Estado brasileiro.

<sup>8</sup> Entre essas demandas estavam, por exemplo, a liberação do uso de armas de fogo; maior tolerância para as infrações de trânsito, alterando o sistema de pontuação; o Projeto de Lei de Exclusão de Ilicitude, que isentaria os militares de punições em operações da Garantia da Lei e da Ordem (GLO), além da promessa da aplicação desta lei (GLO) para os conflitos agrários; a não condenação pública dos policiais militares que se amotinaram no estado do Ceará; entre outras medidas. Quanto ao projeto da “exclusão de ilicitude”, no dia 4 de dezembro de 2019, o famigerado Pacote Anticrime do então ministro da Justiça, Sérgio Moro, foi aprovado pelo Congresso, ainda que desidratado. Onze pontos foram retirados e houve mudanças nas regras para caracterizar a exclusão de ilicitudes. Também foi rejeitada a prisão dos condenados em segunda instância. No entanto, o máximo de pena que uma pessoa poderá cumprir foi aumentado, passando de 30 para 40 anos, e as regras para a progressão de pena foram endurecidas.

como forma de manter sua base social mobilizada, uma minoria ativa e com coesão ideológica, gerando ações em vários campos (principalmente nas redes sociais, mas também convocando atos de rua), afrontando o regime democrático, realizando, por meio do tensionamento e do conflito, a disputa política com outras posições ideológicas. Ao mesmo tempo, em meio a essa instabilidade constante, Bolsonaro conseguiu, no primeiro ano de governo, unidade política na classe dominante e no Congresso Nacional em torno do seu programa econômico ultraliberal.

No ano de 2020, essa política de tensionamento permanente requereu colocar em movimento o seu campo político da extrema-direita. Apoiando as falas do general Augusto Heleno (chefe do Gabinete de Segurança Institucional) e do presidente Bolsonaro, que acreditava que o Congresso Nacional estava lhe chantageando sobre o controle do orçamento da União, a extrema-direita convocou mobilizações para o dia 15 de março de 2020, tendo como centralidade política o fechamento do Congresso e do Supremo Tribunal Federal. Tais manifestações e bandeiras políticas foram criticadas pela oposição institucional, mas também por setores democráticos e populares da sociedade e parcela da burguesia, expressa pela cobertura crítica da mídia brasileira.

No entanto, as fraturas políticas geradas por esse método de governar e pelo agravamento da crise econômica já apareceram no seu segundo ano de governo. Jair Bolsonaro iniciou o ano de 2020 sem um partido político,<sup>9</sup> o que suscitou dúvidas sobre sua

---

<sup>9</sup> Bolsonaro anunciou, em 12 de novembro de 2019, a construção de um novo partido: Aliança para o Brasil (não à toa, o número deste partido seria o 38, alusão à arma de calibre 38). No entanto, para seu registro na Justiça Eleitoral eram necessárias 492 mil assinaturas que, com o apoio das igrejas e de entidades empresariais, estavam sendo recolhidas. Essa legalização não se concretizou, impossibilitando a presença desse partido nas eleições municipais de novembro de 2020. Analistas políticos acreditavam que, com a criação do novo partido, o movimento político de extrema-direita ganharia forma organizativa, nacionalizando-se, dando um salto de

capacidade de obter maioria no Congresso Nacional, forçando-o a negociar com o parlamento, abrindo um período de “parlamentarismo branco” e fortalecendo, no cenário político nacional, o presidente do Congresso, o deputado Rodrigo Maia.

As vinculações cada vez mais evidentes do envolvimento da família Bolsonaro com as milícias<sup>10</sup> e com o assassinato de Marielle

---

qualidade. Mas isso não se constituiu até agora, prevalecendo, no entanto, as milícias paramilitares em diversas regiões do país e o amplo apoio ideológico nos escalões de base das Polícias Militares e das Forças Armadas. Outros analistas sugeriram que as flexibilizações nas liberações de armas de fogo e de munições facilitariam a organização de grupos civis armados de extrema-direita, compondo uma base armada para um futuro golpe político do bolsonarismo.

<sup>10</sup> De acordo com Manso (2020), as milícias no Rio de Janeiro surgiram no início dos anos 2000, tendo foco em dois pontos na Zona Oeste carioca: Rio das Pedras (avancando para Jacarepaguá e outros bairros) e Campo Grande e Santa Cruz. Em Rio das Pedras, a milícia, estava ligada à associação local dos moradores, para quem os comerciantes e moradores eram obrigados a pagar pelo serviço de segurança das milícias, controlando assim o território, inclusive realizando o controle físico de entrada e saída de pessoas, com fechamento da entrada no bairro na madrugada. A milícia ganhava dinheiro com a venda de gás, gatos de luz, água, internet, TV a cabo. Já em Campo Grande e Santa Cruz, a milícia formou a Liga da Justiça, controlando o transporte de vans. Todas essas ações das milícias estavam sob a convicência do 18º Batalhão da Polícia Militar. Foi nesse Batalhão que, em 2003, o sargento Fabrício de Queiroz e o tenente Adriano da Nóbrega, que depois se tornou capitão, se conheceram. Em 2007, Queiroz, virou assessor do deputado estadual Flávio Bolsonaro e o capitão Adriano passou a participar da milícia conhecida por “Escritório do Crime”, ligada à grilagem de terras urbanas, estando associado à morte da vereadora Marielle Franco. Adriano também teve mãe e esposa alocados no gabinete de Flávio, e foi morto na Bahia, no dia 9 de fevereiro de 2020. Diversos analistas afirmaram haver aí uma “queima de arquivo”. Até o momento, nada foi divulgado sobre as perícias dos 13 celulares encontrados naquele dia com Adriano. Já em março de 2005, o jornal *O Globo* veiculou matéria de Vera Araújo identificando a existência, no Rio de Janeiro, de 11 grupos de milícias (seis delas coordenadas por policiais militares), controlando 42 favelas na Zona Oeste. Antes da ação das milícias, o tráfico de drogas controlava a PM a partir da propina. Em dezembro de 2006, o grupo narcotraficante Comando Vermelho realizou um levante armado contra o domínio dos milicianos militares, com 20 carros que “praticam diversos ataques e atentados contra delegacias, ônibus e postos policiais, matando 18 pessoas e deixando 30 feridos. Dois militares estavam entre os mortos e oito entre os feridos” (Manso, 2020, p. 40). Algo próximo é realizado na cidade de São Paulo, em maio de 2006, quando o Primeiro Comando da Capital (PCC) “realiza diversos

## Franco, bem como as revelações do inquérito das “rachadinhas”,<sup>11</sup>

atentados contra agentes de segurança, delegacias, ônibus e postos policiais, matando 59 policiais e agentes em um único fim de semana. Os criminosos paulistas deram uma demonstração de força depois que o governo estadual transferiu 765 lideranças para uma penitenciária de segurança máxima” (Manso, 2020, p. 40). Em 2008, instalou-se na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) a CPI das “Milícias”, presidida pelo deputado estadual Marcelo Freixo. Essa CPI “pediu indiciamento de 225 pessoas, entre políticos, policiais, agentes penitenciários, bombeiros e civis.” (Manso, 2020, p. 28). Neste mesmo ano, iniciaram a constituição das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) da Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro. Em 2011, a juíza Patrícia Acioli foi assassinada por milicianos que estavam sendo julgados por ela. O ano de 2018, em pleno governo golpista de Temer, foi marcado pela intervenção federal na cidade do Rio de Janeiro, com as tropas do Exército assumindo a segurança pública na cidade, tendo como interventor o general Walter Braga Netto (chefe da Casa Civil de Bolsonaro nos dois primeiros anos do governo, assumindo, em 30 de março de 2021, o Ministério da Defesa). Tal intervenção iniciou-se no dia 16 de fevereiro de 2018 e no dia 14 de março de 2018 foram assassinados Marielle Franco e Anderson Gomes. Os milicianos deram o recado: “quem manda no Rio são as milícias”.

- <sup>11</sup> O senador Flávio Bolsonaro foi acusado pelo Ministério Público carioca de montar um esquema ilegal de recebimento de parte dos salários dos assessores lotados em seu gabinete quando era deputado na Assembleia Estadual do Rio de Janeiro. Flávio fora deputado estadual por quatro mandatos consecutivos, participando das eleições para a prefeitura do Rio de Janeiro em 2016 e elegendando-se senador em 2018. As denúncias vieram à tona em 6 de dezembro de 2018, com a divulgação do relatório do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) apontando movimentações atípicas na conta bancária de Fabrício de Queiroz, motorista e segurança de Flávio. Curiosamente, tais denúncias vieram a público somente após concluída a eleição presidencial da qual seu pai saiu vitorioso. Queiroz movimentou, entre janeiro de 2016 e janeiro de 2017, 1,2 milhão de reais. Neste período, foi constatado que pelo menos oito funcionários do gabinete de Flávio fizeram depósitos na conta de Queiroz, sempre em data posterior ao recebimento dos salários. O relatório do Coaf também indicou um cheque de 24 mil reais emitido a Michelle Bolsonaro, atual primeira-dama. Já em 18 de janeiro de 2019, foi revelado que Flávio recebeu 48 depósitos de dois mil reais em sua conta bancária, totalizando 96 mil reais, num prazo de um mês. Passaram por esse gabinete parentes de Queiroz, assim como parentes do capitão Adriano (em 2004, o deputado Flávio propôs à Alerj a menção de louvor e congratulações ao referido capitão). Também estavam lotados em seu gabinete parentes da ex-mulher de Jair Bolsonaro, como Ana Siqueira Valle. Não é de se estranhar que o patrimônio declarado de Flávio Bolsonaro em 2001, antes de se tornar deputado estadual, era de apenas um veículo de mil cilindradas da marca Volkswagen. No entanto, em 2016, declarou um patrimônio de 1,45 milhão de reais, valor correspondente ao dobro do declarado dois anos antes (em março de 2021,

coordenado pelo Ministério Público carioca, envolvendo o senador Flávio Bolsonaro, geraram ambiente para o seu isolamento político.

Esse isolamento ampliou-se no dia 16 de abril de 2020, quando da renúncia do ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta,<sup>12</sup> em plena pandemia, e posterior renúncia do “super” ministro da Justiça, Sérgio Moro, no dia 24 de abril de 2020. Moro, ao sair, atacou diretamente o presidente Bolsonaro, alegando que esse queria interferir no comando da Polícia Federal para favorecer sua família e aliados.<sup>13</sup> Em contrapartida, as atitudes bolsonaristas contra o

---

em plena pandemia, o senador comprou uma mansão em Brasília, avaliada em 6 milhões de reais). Em dezembro de 2018, Queiroz faltou aos depoimentos do MP carioca e o senador Flávio Bolsonaro pediu ao STF a suspensão das investigações, o que foi prontamente atendido pelo ministro Luiz Fux. Em novembro de 2019, o STF liberou as investigações que se utilizaram dos dados do Coaf, repercutindo na investigação das “rachadinhas”, sendo pedida a prisão preventiva de Fabricio Queiroz, preso somente em 18 de junho de 2020 em um sítio na cidade de Atibaia, pertencente ao advogado Frederick Wassef, outro ente obscuro ligado à família Bolsonaro. Queiroz e a esposa cumpriram prisão domiciliar em Taquara, no Rio de Janeiro, sendo liberados após o cancelamento das provas do Coaf, pela quinta turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), no dia 27 de fevereiro de 2021. Essa decisão do STJ na prática encerrou o inquérito das “rachadinhas” do Ministério Público do Rio de Janeiro contra Flávio Bolsonaro.

<sup>12</sup> Mandetta foi o ministro da Saúde responsável pelo fim do Programa Mais Médicos e a saída dos médicos cubanos do Brasil. Ele foi substituído por Nelson Teich, que ficou no ministério de 17 de abril a 15 de maio, também substituído interinamente pelo general Eduardo Pazuello, efetivado como ministro somente em 14 de setembro de 2020. Pazuello foi o responsável pela liberação do uso da hidroxiclороquina para o tratamento da Covid-19. Sob sua gestão, o Ministério da Saúde tentou, em junho de 2020, ocultar os dados sobre os óbitos da Covid-19, o que levou os principais órgãos de imprensa a realizar uma tabulação paralela dos dados para sua divulgação. Com atuação medíocre e negligente, subordinado aos delírios do presidente Bolsonaro, em meio a um colapso hospitalar e com pouquíssimas vacinas adquiridas, cresceu a pressão para a substituição de Pazuello, sendo trocado, no dia 15 de março de 2021, pelo médico Marcelo Queiroga, afirmando que daria seguimento ao trabalho desenvolvido por Pazuello.

<sup>13</sup> Como fonte de prova de tal interferência, Moro apresentou o áudio da reunião ministerial ocorrida no dia 21 de abril de 2020. O ministro do STF, Celso de Mello, autorizou a divulgação do áudio da referida reunião. Ao todo, participaram desta reunião 25 autoridades, com falas do presidente Bolsonaro confirmando sua dis-

STF empurraram esse órgão para a oposição, gerando uma guerra de forças entre o STF e o Poder Executivo.<sup>14</sup> Essas fraturas institucionais já indicavam que parte da burguesia brasileira queria se distanciar do governo Bolsonaro, repercutindo no posicionamento de parte da mídia empresarial brasileira, que passou a criticar o governo, sobretudo no tocante às suas manifestações antidemocráticas (agressão ao Congresso Nacional, ao STF e a jornalistas), assim como a desastrosa condução da pandemia no Brasil.

O setor fiador deste governo passou a ser o militar que, em 2020, teve total controle do núcleo decisório do governo Bolsonaro. Todos os ministros que atuavam naquele ano no Palácio do Planalto eram militares, não havendo mais nenhum civil no comando. No governo, havia cinco generais (sendo dois da ativa), um major da PM, um vice-almirante e o presidente (capitão reformado). Os militares estavam presentes na presidência e vice-presidência da república, na Secretaria do Governo, no Gabinete de Segurança Institucional,

---

posição de interferir na PF (“eu não vou esperar foder a minha família toda” e “não pode ser surpreendido porque não recebe informações da PF, da inteligência das Forças Armadas e da Abin”), além de xingamentos aos governadores de São Paulo e Rio de Janeiro. No entanto, o referido áudio também divulgou falas de outros ministros, como o da Educação, Weintraub, afirmando que os ministros do STF deveriam ser presos; a fala do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, defendendo a desregulamentação ambiental enquanto a mídia estava voltada à covid-19 (“passar a boiada”); além das falas do ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmando a necessidade de privatizar o Banco do Brasil (“tem que vender essa porra logo”); e da ministra Damaris (Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos), dizendo que iria pedir prisão de governadores e prefeitos. O conteúdo desta reunião foi estarrecedor, revelando ao Brasil e ao mundo a desqualificação e o padrão de pensamento, de relacionamento e de perspectivas dos gestores da 12ª economia do mundo.

<sup>14</sup> Os momentos críticos dessas disputas foram as diligências autorizadas pelo ministro do STF, Alexandre de Moraes, no âmbito do inquérito 4.781, que investigava as *fake news* e as ameaças contra o STF e a suspensão da indicação de Alexandre Ramagem para a direção geral da Polícia Federal, pelo mesmo ministro. O ministro argumentou que essa indicação explicitava ingerência pessoal do presidente Bolsonaro dentro da PF, em busca de favorecimentos.

na Assessoria Especial da Presidência, na Casa Civil, na Secretaria de Assuntos Estratégicos e como porta-voz da Presidência. Dos 26 ministros, 11 eram militares. Nos demais cargos da esfera executiva, o Tribunal de Contas da União (TCU) informou, em julho de 2020, a presença de 6.157 militares da ativa e da reserva em funções civis.<sup>15</sup>

Já no segundo semestre de 2020, Jair Bolsonaro, buscando retomar sua influência no Congresso Nacional, incorporou em seu método político a velha prática do “toma lá, dá cá”. O governo cooptou diversos parlamentares, ampliando sua base de apoio em troca de cargos políticos dentro do governo e instituições públicas, além das fartas distribuições de recursos de emendas parlamentares. Assim, o chamado “centrão” embarcou de vez no apoio ao governo Bolsonaro.<sup>16</sup> Esse reequilíbrio de forças institucionais era necessário

---

<sup>15</sup> De acordo com o TCU, 1.249 militares estavam lotados no Ministério da Saúde. O TCU informou também que entre os cargos comissionados, o número de militares também cresceu, atingindo 2.643 cargos. Outros 1.969 atuavam no INSS em regime de contrato temporário. A maioria desses cargos eram preenchidos por membros do Exército e da Aeronáutica (baixa participação da Marinha). Esses militares recebiam um bônus de 30% sobre o seu salário.

<sup>16</sup> Essa aliança com o Centrão se consolidou no dia 2 de fevereiro de 2021, quando da reabertura dos trabalhos parlamentares, em que ocorreram eleições para os presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados, para os dois anos seguintes. O Centrão, com apoio do governo Bolsonaro, prometendo a liberação de recursos de emendas parlamentares e de cargos nos ministérios, elegeu seu candidato à presidência do Senado (Rodrigo Pacheco – DEM/MG) e à presidência da Câmara (Arthur Lira – PP/AL). No dia 3 de fevereiro de 2021, o presidente Bolsonaro se reuniu com os dois eleitos e apresentou a lista de 35 projetos prioritários para serem votados em 2021. Dentre estes projetos, destacavam-se: reforma administrativa e tributária (relativas às PECs dos fundos, do pacto federativo); autonomia do Banco Central (esta autonomia foi aprovada pelo Congresso no dia 10 de fevereiro de 2021, e logo na primeira sessão do BC após essa aprovação foi elevada a taxa de juros, revelando de imediato a quem essa autonomia interessava); privatização do setor elétrico; mudança na lei da partilha do petróleo e do gás; alteração no Estatuto do Índio e liberalização da mineração nas terras indígenas; mudanças no licenciamento florestal; regularização fundiária; privatização das florestas nacionais; a retomada da não punição de militares em operações da GLO e registro, porte e comercialização

justamente quando avançavam as investigações sobre os seus laços e dos seus filhos com a milícia carioca e em razão dos mais de 60 pedidos de *impeachment* protocolados no Congresso, mas engavetados por Rodrigo Maia, então presidente do Congresso Nacional.

Nessa mesma direção, buscando se aproximar do STF, Bolsonaro indicou, em 13 de outubro de 2020, o desembargador Kassio Nunes Marques para a vaga do ministro Celso de Mello. O perfil deste nome agradou o meio jurídico e o STF, mas desagradou a base evangélica, que queria um nome mais conservador para esse cargo, preferencialmente, um pastor. Assim, o governo Bolsonaro recompunha suas forças no Congresso Nacional e no Judiciário, retomando uma relativa estabilidade institucional em meio ao caos econômico, social, ambiental e sanitário. Nesse ambiente de reconciliação, o STF, em outubro de 2020, autorizou o governo federal a vender, sem autorização do Congresso Nacional, as empresas subsidiárias das estatais, acelerando, assim, a privatização da Petrobras.<sup>17</sup>

No entanto, no plano internacional, acentuou-se o isolamento político do governo Bolsonaro.<sup>18</sup> No dia 20 de janeiro de 2021, Joe

---

de armas. No entanto, por incrível que pareça, nada foi pautado pelo governo sobre a pandemia e o auxílio emergencial.

<sup>17</sup> A privatização da Petrobras seguiu seu curso, sendo vendida, em março de 2021, a refinaria Landulpho Alves/RLAM (São Francisco do Conde-BA) para um fundo árabe (Mubadala Capital) pelo valor de 1,65 bilhão de dólares. Essa foi a primeira de oito refinarias previstas para serem vendidas. A RLAM foi a primeira refinaria da Petrobras, construída em 1949.

<sup>18</sup> Em artigo de 31 de dezembro de 2020, José Luis Fiori (p. 2-3) assim resumiu a política externa nos dois anos de Bolsonaro: “é impossível completar esse balanço dos escombros deste governo sem falar da destruição da imagem internacional do Brasil, conduzida de forma explícita e aleivosa pelo palerma bíblico e delirante que ocupa a chancelaria [Ernesto Araújo]. Aquele mesmo que comandou a tragicômica “invasão humanitária” da Venezuela em 2019, à frente do seu fracassado Grupo de Lima; o mesmo que fracassou na sua tentativa de imitar os Estados Unidos e promover uma mudança de governo e de regime na Bolívia, através de um golpe de Estado; o mesmo que já comprou briga com pelo menos 11 países da comunidade

Biden tomou posse como presidente dos EUA. Com mais de 80 milhões de votos, Biden obteve maioria no Colégio Eleitoral (306 votos), sendo eleito presidente, mas sucessivamente questionado pelo seu concorrente Donald Trump, que obteve 73,8 milhões de votos (e 232 votos no Colégio Eleitoral). Alegando fraudes no processo eleitoral, nunca confirmada pelos tribunais estadunidenses, Trump estimulou uma onda de ataques às instituições públicas, sendo a invasão do Capitólio por grupos organizados e armados (milícias de supremacistas brancos), no dia 6 de janeiro de 2021, a mais expressiva delas, lhe rendendo a abertura de um segundo processo de *impeachment*.<sup>19</sup>

Mas foi com a pandemia que o pior do governo Bolsonaro se manifestou. Além do negacionismo já explicitado durante o ano de 2019 em diversos temas, somava-se agora a indiferença à morte do povo brasileiro, sendo ela a tônica na condução das ações do governo federal. Desenvolvendo a falsa polêmica entre a crise sanitária (e o necessário isolamento social) e a crise econômica, o governo Bolsonaro trabalhou diuturnamente para ignorar as medidas de isolamento, distanciamento social, de uso de máscaras, alegando

---

internacional que eram antigos parceiros do Brasil; o mesmo que se lançou numa guerra beatífica contra a China, o maior parceiro econômico internacional do Brasil; o mesmo que conseguiu derrotar, em poucas semanas, duas candidaturas brasileiras em organismos internacionais; o mesmo que conseguiu que o Brasil fosse excluído da Conferência Internacional sobre o Clima realizada pela ONU, em dezembro de 2020; e, por fim, o mesmo que celebrou com seus subordinados no Itamaraty o fato de o Brasil ter sido transformado, na sua gestão, num ‘pária internacional’”. No dia 29 de março, após dois anos e três meses como chanceler brasileiro, Ernesto Araújo renunciou ao cargo após brigas e pressão do Senado brasileiro.

<sup>19</sup> Vários analistas políticos brasileiros viram a conduta de Trump (seu intenso questionamento da lisura do processo eleitoral estadunidense) e a invasão do Capitólio como uma senha para o caso brasileiro. A demora no reconhecimento da vitória de Biden pelo governo brasileiro e as várias manifestações de Bolsonaro contra o processo eletrônico eleitoral brasileiro, acrescidas do seu apoio em grupos paramilitares e militares, sugerem para estes analistas que em 2022 algo semelhante se repetirá no Brasil.

que o “remédio adotado não poderia matar a vítima”. Seguindo a mesma conduta do ex-presidente estadunidense Donald Trump, Bolsonaro negou a gravidade da pandemia, combatendo inclusive a compra de vacinas, especialmente a vacina chinesa (Coronavac), mas também se negou a assinar, em meados de 2020, um contrato de 70 milhões de doses de vacina com a farmacêutica Pfizer. Ao não se preparar para enfrentar a pandemia, quando esta se estabeleceu, promoveu o uso da cloroquina e do “tratamento precoce” como solução do problema (kit de remédios comprovadamente ineficazes no combate à Covid-19, mas com forte efeito colateral para os rins e o coração dos usuários). Tamanha foi a negligência assassina que o STF, em abril de 2020, desautorizou o governo federal a definir as regras do distanciamento social, delegando aos governadores as definições de tais critérios.

Iniciada nos bairros nobres da burguesia e da classe média, logo a pandemia chegou nas periferias das grandes cidades e o resultado, até 31 de março de 2021, foi de 328 mil mortes, com média dos últimos sete dias próximo a 3 mil óbitos, sabendo-se que, por baixo, 60% destas mortes poderiam ter sido evitadas. O contágio ultrapassou os 12,9 milhões de pessoas, mas, devido à baixa testagem, essa contaminação poderia ser seis a sete vezes maior.<sup>20</sup>

Não fosse a aprovação, pelo Congresso Nacional, do auxílio emergencial de 600 reais, a pobreza que se amplificou com o aprofundamento da crise econômica seria muito maior. Num primeiro momento, o presidente Bolsonaro e o ministro Paulo Guedes eram contra qualquer ajuda social, liberando 1,2 trilhão para o sistema financeiro, salvando os rentistas (como parte destes recursos, o Tesouro Nacional adquiriu milhões de “títulos podres” e outra parte, visto o baixíssimo nível da economia brasileira, ficou empossado nos

---

<sup>20</sup> Em fins de março de 2022, mais de 659 mil brasileiros/as haviam sido mortos pela covid-19 e aproximadamente 30 milhões haviam sido contaminados pelo coronavírus.

bancos, passando a utilizá-los no circuito especulativo-financeiro). A proposta do governo Bolsonaro era de 200 reais para auxiliar a população carente, valor que foi elevado pela oposição para 600 reais, com duração de quatro meses, sendo que esse valor se duplicaria para as mulheres que criavam sozinhas seus filhos. Passados estes quatro meses, o governo Bolsonaro reduziu essa transferência de recursos para 300 reais, em outras três parcelas, chegando até o mês de dezembro de 2020.

Apesar da imensa dificuldade da população pobre em se cadastrar no sistema da Caixa Econômica Federal (CEF), pois não se encontravam registradas no Cadastro Único (CAD-Único, base para o Programa Bolsa Família), estimou-se que 35,7 milhões de pessoas se inscreveram por meio desse sistema. A classe dominante e a mídia hipocritamente ficaram chocadas com esse elevado número de pessoas fora do sistema de proteção social, denominando-as de “brasileiros invisíveis”. Ao final, a renda emergencial beneficiou 67 milhões de brasileiros.<sup>21</sup> Na outra ponta da pirâmide social, 208 bilionários brasileiros ampliaram suas fortunas durante a pandemia, passando a controlar 40% da riqueza nacional.

Lamentavelmente, o Brasil, sem sair da primeira onda de contágio da Covid-19, enfrentou nova onda a partir de novembro de 2020. Naquele mês, em meio às eleições municipais, as autoridades governamentais e municipais deliberadamente negligenciaram esse avanço da pandemia, para não afetar negativamente suas candidaturas, proporcionando a explosão dos casos no início de dezembro, com médias diárias de 50 mil contágios e 600 óbitos. E o período das festividades natalinas, sem as necessárias restrições ao comércio

---

<sup>21</sup> No quinto mês do programa emergencial, o valor foi reduzido pela metade (300 reais) e foram excluídas cerca de 15 milhões de pessoas. No início de abril de 2021, o novo Auxílio Emergencial passou a ser pago no valor médio de 250 reais por pessoa, por três meses. Sem permitir o cadastramento de novos beneficiários, estima-se que esse novo auxílio beneficiou 45 milhões de pessoas.

e ao intenso convívio social, elevaram a mortandade para mais de mil óbitos diários no mês de janeiro de 2021.<sup>22</sup> No dia 14 de janeiro de 2021, a sociedade brasileira chocou-se com as imagens da falta de oxigênio para os pacientes de Covid-19 na cidade de Manaus,<sup>23</sup> levando à realização de carreatas em diversas cidades do país pelo Fora Bolsonaro e Vacinação Já.<sup>24</sup>

---

<sup>22</sup> No dia 8 de dezembro de 2020, o Reino Unido iniciou a vacinação da sua população, sendo o primeiro país a vacinar massivamente no mundo. No Brasil, no dia 10 de dezembro de 2020, o governador de São Paulo, João Dória, anunciou o início da fabricação da vacina Coronavac pelo Instituto Butantan, em parceria com a China. Abriu-se assim uma nova “guerra da vacina” entre governadores, de um lado, e o governo federal e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), incapazes de estabelecer um plano nacional de imunização, de outro. No dia 19 de janeiro de 2021, teve início o processo de vacinação no Brasil com apenas 6 milhões de doses da Coronavac, um volume muito inferior à necessidade, determinando um lento processo de vacinação da população brasileira. Essa péssima condução da pandemia pelo ministro da Saúde, general da ativa Eduardo Pazuello, foi a síntese da incapacidade dos militares em gerir políticas públicas à população civil. Conforme sugerido por Fiori (2020, p. 3) “o fracasso deste governo deverá atingir pesadamente o prestígio e a credibilidade das FFAA [Forças Armadas] brasileiras, colocando uma pá de cal sobre o mito da superioridade técnica e moral dos militares com relação ao comum dos mortais. Agora está ficando absolutamente claro, e de uma vez por todas, que os militares não foram treinados para governar”. Até a conclusão deste material (março de 2021), a vacinação no Brasil se desenvolvia de forma lenta e instável, dada a falta de vacinas (tanto da Coronavac-Instituto Butantã quanto da AstraZeneca-Fiocruz), com as previsões de doses de vacinas sistematicamente alteradas para baixo pelo Ministério da Saúde. Assim, até final de março de 2021, receberam a primeira dose cerca de 17 milhões de brasileiros (6,5% da população brasileira).

<sup>23</sup> No dia 4 de fevereiro de 2021, a Procuradoria Geral da República (PGR) abriu investigação preliminar contra Bolsonaro e o ministro Pazuello para incluí-los no inquérito aberto contra a Prefeitura de Manaus e contra o governo do Amazonas sobre o colapso do sistema de saúde da capital e pela falta de oxigênio no Amazonas.

<sup>24</sup> No dia 23 de janeiro de 2021 (um sábado), a esquerda brasileira organizou carreatas em 15 capitais brasileiras pedindo o *impeachment* do presidente Bolsonaro, a vacinação para toda população de forma gratuita e pelo SUS e em defesa de um novo auxílio emergencial para a população empobrecida. No dia seguinte (domingo, 24), setores da direita vinculados ao movimento Vem pra Rua e MBL (Movimento Brasil Livre) também se mobilizaram pedindo o afastamento do presidente da república, entre outras críticas aos ministros do STF. Já no dia 31 de janeiro de 2021, novas carreatas foram promovidas pelas forças de esquerda em 17 capitais brasileiras.

Até a conclusão deste material (março de 2021), a vacinação no Brasil se desenvolvia de forma lenta e instável, visto a falta de vacinas (tanto da Coronavac-Instituto Butantã, quanto da AstraZeneca-Fiocruz), com as previsões de doses de vacinas sistematicamente alteradas para baixo pelo Ministério da Saúde. Assim, até final de março de 2021, receberam a primeira dose cerca de 17 milhões de brasileiros (6,5% da população brasileira).<sup>25</sup> A lista de espera por uma UTI era composta por milhares de pessoas e a falta de medicamentos já se fazia presente, como também havia indícios de falta de oxigênio. Essa situação estava levando também ao colapso o sistema funerário nas capitais, chegando à situação de corpos amontoados e enterrados em valas comuns. Algo nunca visto na história do sistema hospitalar brasileiro, com a possibilidade de chegar em julho de 2021 com 500 mil mortos. Enquanto isso, Bolsonaro trocava o ministro Pazuello pelo médico Marcelo Queiroga, que afirmou que iria seguir o trabalho do seu antecessor e propor a economia no uso de oxigênio pelas instituições hospitalares. Para satisfazer o “Centrão”, Bolsonaro, no dia 25 de março de 2021, constituiu um Comitê de Combate à Pandemia, sem cientistas, sem a totalidade dos governadores e sem os representantes da sociedade civil, sendo mais um jogo de cena na arena política. T tamanha era a negligência por parte do governo Bolsonaro que, no dia 8 de abril de 2021, o ministro do STF, Luis Roberto Barroso, aprovou uma liminar favorável à instalação no Senado brasileiro de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a conduta do Governo Federal frente à pandemia.

---

<sup>25</sup> Graças ao Sistema Único de Saúde (SUS), em 01/03/2022, 72,2% da população brasileira estava imunizada com duas doses, representando 155,1 milhões de pessoas. Já a terceira dose (reforço) fora aplicado em 64,5 milhões de pessoas (30% da população) e 43,5% das crianças com até cinco anos haviam tomado a primeira dose (8,9 milhões de crianças).

A pandemia também explicitou à sociedade brasileira outras mazelas a que a população brasileira estava submetida. O controle da pandemia exigia, além do isolamento social e do distanciamento, ações sanitárias básicas, como lavar as mãos. No entanto, 35 milhões de pessoas não tinham abastecimento regular de água e 6 milhões não tinham banheiro dentro de casa. Outras 100 milhões de pessoas não possuíam rede de coleta de esgoto. Em 2019, estimava-se que no Brasil existissem 13.151 favelas distribuídas em 734 municípios. Nelas havia 5,12 milhões de domicílios, envolvendo aproximadamente 24 milhões de pessoas.

A pandemia colocou o capitalismo de joelhos e a crise varreu os continentes. Aqui no Brasil, a crise econômica já estava instalada no início de 2020, e a pandemia apenas a agravou. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), anunciada em 28 fevereiro de 2020 (correspondendo ao período de novembro de 2019 a janeiro de 2020), indicava um aumento no número de trabalhadores informalizados, chegando a 36,1 milhões (24,5 milhões de trabalhadores declarados como “trabalhadores por conta própria” e outros 11,6 milhões de empregados sem carteira assinada). A Pnad também indicava outros 4,6 milhões de trabalhadores desalentados (aqueles que pararam de procurar emprego).

No dia 4 de março de 2020, o IBGE anunciou que o PIB brasileiro do ano de 2019 ficou na faixa de 1,1% (ele aumentou diante das expectativas, pois no segundo semestre foram liberados recursos para o saque do FGTS). Se analisarmos o discurso político desde o governo golpista de Temer, sobre as necessidades das “reformas” para o crescimento da economia, verificamos que isso não se efetivou, já que o crescimento do PIB, em 2017, foi de 1,0% e, em 2018, ficou em 1,1%, repetindo-se o mesmo índice em 2019.

O IBGE divulgou, em novembro de 2020, nova pesquisa Pnad, relativa ao terceiro trimestre de 2020, indicando que o desemprego atingiu 14,6%, representando 14,1 milhões de pessoas. A pesquisa

também indicou que a taxa de subutilização foi recorde, chegando a 30,3% da força de trabalho brasileira (cerca de 33 milhões de pessoas subutilizadas). Outro triste recorde indicado pela pesquisa referiu-se às pessoas desalentadas, chegando a 5,7%, representando 5,9 milhões de pessoas. Já a taxa de informalidade chegou a 38,4% da população ocupada (31,6 milhões de trabalhadores informais).<sup>26</sup>

Além do expressivo desemprego e elevada informalidade dos trabalhadores, o segundo semestre de 2020 foi marcado pela elevação dos preços dos alimentos. Com o câmbio valorizado,<sup>27</sup> tornou-se mais lucrativo para as empresas exportarem produtos que compunham a cesta básica da população. Acompanhada por baixíssimo estoque do governo, em razão do desmantelamento da

---

<sup>26</sup> A PNAD relativa ao segundo trimestre de 2020 (maio a julho) também indicou que os empregados com carteira de trabalho no setor privado representavam 29,4 milhões de pessoas, o menor índice da série. Já o número de trabalhadores no setor privado sem carteira era de 8,7 milhões. Os trabalhadores considerados “trabalhadores por conta própria” estavam estimados em 21,4 milhões de pessoas. O número de trabalhadores domésticos foi o menor da série, envolvendo 4,6 milhões de pessoas. De acordo com o Boletim n. 16, *Emprego em Pauta* (outubro de 2020), do Dieese, 23% dos trabalhadores (6,7 milhões pessoas) que recebiam até um salário-mínimo no primeiro trimestre de 2020 ficaram sem trabalho após o início da pandemia e 31% dos(as) trabalhadores(as) domésticos(as) sem carteira (1,3 milhões de pessoas) também perderam suas ocupações. O boletim informou que, no total, 11,9 milhões de trabalhadores (13% do pessoal ocupado no primeiro trimestre de 2020) não estavam mais trabalhando no segundo trimestre. Esse desemprego, ampliado pela pandemia, atingiu sobretudo as mulheres (6,2 milhões de mulheres, 15% das que estavam ocupadas no primeiro trimestre), os negros (7,6 milhões de pessoas) e os mais jovens (2,3 milhões de trabalhadores entre 14 e 24 anos perderam seus empregos no segundo semestre). Atingiu também os menos escolarizados (22% dos trabalhadores sem instrução ou com menos de um ano de estudo que estavam empregados no primeiro trimestre perderam seus empregos, além de 18% do pessoal com ensino fundamental incompleto. Somando as duas faixas, totaliza-se 3,7 milhões de trabalhadores que no segundo trimestre ficaram desempregados).

<sup>27</sup> A desvalorização da moeda real frente ao dólar tem muita relação com a intensa procura pela moeda estadunidense, dada a fuga de capitais em nosso país. De acordo com o Banco Central, entre janeiro e setembro de 2020, saíram do país 87,5 bilhões de reais de capital externo do mercado acionário (antes de saírem, estes reais são convertidos em dólar).

política de estoques públicos desde o governo golpista de Temer, os preços dispararam. Os ícones desses aumentos, como já indicados, foram o arroz, na ordem de 69,5%, o óleo de soja, 94,1%, e o feijão preto, 40,8%.<sup>28</sup> Estes aumentos impactaram sobretudo os trabalhadores, que comprometem de 50 a 60% dos seus ganhos na compra da cesta básica (em novembro de 2020, o valor de uma cesta básica comprometia 60% do salário-mínimo).

Chegamos, assim, ao final de 2020 com 13 milhões de brasileiros na extrema pobreza e outros 52 milhões na pobreza.<sup>29</sup> E o Brasil caiu do 79º lugar, em 2018, para 84º em 2020, no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) desenvolvido pela ONU.

## BOLSONARO E A POLÍTICA AGRÁRIA E AMBIENTAL

No tocante ao agrário, o governo Bolsonaro editou, no dia 1º de janeiro de 2019, a Medida Provisória n. 870 (convertida na Lei n. 13.844/19), extinguindo a Seade, transferindo suas atribuições para o Mapa, e criando, em seguida, a Secretaria Especial de Assuntos Fundiários naquele ministério, para o qual indicou o fazendeiro Luiz Antônio Nabhan Garcia, ex-presidente da UDR, com fortes

---

<sup>28</sup> O aumento do preço dos alimentos pode ser constatado pelos dados informados por Teixeira *et al.* (2021). Entre janeiro e novembro de 2020 o grupo de óleos e gorduras ampliaram seus preços em 55,2%; grupo de cereais, leguminosas e oleaginosas tiveram seus preços aumentados em 54,8%. Já as hortaliças e verduras viram seus preços evoluírem 17,6% no período; e as frutas subiram 17,4%. Ainda que a inflação geral em 2020 tenha ficado em 4,52%, estes autores indicaram que o IPCA “Alimentação no Domicílio” em 2020 ficou na ordem de 15,7%, o maior das duas últimas décadas (Teixeira *et al.*, 2021).

<sup>29</sup> Em dezembro de 2020, realizou-se a Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan), divulgada no final de março de 2021, revelando que, no ano de 2020, 19 milhões de pessoas no Brasil passavam fome e outras 43,4 milhões não contavam com alimentos em quantidade suficiente. Essa pesquisa indicou que da população brasileira de 211,7 milhões de pessoas, 116,8 milhões conviveram com algum grau de insegurança alimentar. A pesquisa também indicou que na zona rural, 3,6 milhões de domicílios (12%) se encontravam em situação de insegurança alimentar grave.

vínculos com as milícias rurais e inimigo público da reforma agrária e do MST. Garcia paralisou a reforma agrária,<sup>30</sup> desmantelou o Incra e tentou avançar com a titulação dos assentamentos e titulação das terras públicas além de desregular a exploração dos bens comuns da natureza em favor do capital internacional.<sup>31</sup> Isso fica mais claro quando são analisadas as medidas provisórias e os decretos presidenciais, conforme segue.

O governo Bolsonaro editou, em dezembro de 2019, a Medida Provisória n. 910 e o Decreto Presidencial n. 10.165/19, celebrizada como a MP da Grilagem, que dispunha sobre a regularização fundiária em terras da União e do Incra.<sup>32</sup> Graças à pressão política

---

<sup>30</sup> De acordo com Teixeira *et al.* (2021, p. 5) “Nabhan determinou a suspensão da aquisição de terras, da desapropriação e do processo de vistoria de imóveis rurais e dessa forma procedendo a um verdadeiro cerco ao programa de reforma agrária. Ao mesmo tempo, o governo passou a desistir oficialmente de processos de desapropriação nas esferas administrativa e mesmo judicial e, também, a proceder ao cancelamento de títulos da dívida agrária”. No entanto, em 2019 foram assentadas 5.400 famílias “como resultado de processos já concluídos quando da posse do governo. [...] Não se tem notícias sobre qualquer família assentada em 2020” (Teixeira *et al.*, 2021, p. 5-6). Algo semelhante ocorreu com os processos de demarcação das terras indígenas. O ministro da Justiça Sérgio Moro devolveu para a revisão da Funai diversos processos de demarcação cumprindo sua promessa de não demarcar as terras indígenas (Teixeira *et al.*, 2021). Conforme indicado no Caderno de Estudos n. 53 (MST, 2020, p. 8), editado pelo MST, desde março de 2019 “foram suspensos 413 processos de arrecadação de terras que estavam em diferentes estágios de obtenção (187 em condições para imissão de posses)”.

<sup>31</sup> Apesar de todo o discurso ideológico e do empenho dos novos superintendentes bolsonaristas do Incra, “sem condições técnicas, financeiras e materiais adequadas, a capacidade operacional do governo não permitiu o desempenho esperado particularmente na emissão de TDs [Títulos de Domínio]. No acumulado até 4 de dezembro de 2020, foram emitidos apenas 8.559 títulos, enquanto os CCUs [Contrato de Concessão de Uso] somaram 55,2 mil” (Teixeira *et al.*, 2021, p. 5).

<sup>32</sup> De acordo com Teixeira *et al.* (2021, p. 5), a MP n. 910/19 e o Decreto 10.165/19 “visava[m] abreviar novamente os marcos temporais das ocupações passíveis de regularização, de 2008 e 2011, para respectivamente, 2014 e 2018; ampliar a dispensa de licitação para as ocupações de 1.500 ha para 2.500 ha; dispensar as assinaturas dos confrontantes quando da indicação das coordenadas dos vértices definidores dos limites dos imóveis rurais; cancelar crimes ambientais ao determinar que caso

das entidades ambientais e agrárias, tal medida provisória perdeu validade. Por um lado, as forças do agronegócio no Congresso Nacional rapidamente se articularam e o deputado federal Zé Silva (SD/MG), em plena pandemia, com as sessões do Congresso sendo realizadas de forma remota, apresentou o Projeto de Lei n. 2.633/20, recolocando a regularização de terras públicas. Por pressão da sociedade civil, o projeto foi novamente retirado da pauta do Congresso no ano de 2020. Isto levou o secretário de Assuntos Fundiários, Nabhan Garcia, a uma nova manobra política, editando, em conjunto com o Incra, no dia 2 de dezembro de 2020, a Portaria Conjunta n. 1, instituindo o Programa Titula Brasil, transferindo aos municípios<sup>33</sup> e às empresas privadas as atribuições de vistorias para regularização fundiária em terras públicas<sup>34</sup> de até 2.500 ha.<sup>35</sup>

---

a vistoria nessas áreas encontrasse danos ambientais, o imóvel poderia ser regularizado mediante a simples adesão ao Programa de Regularização Ambiental etc.” Também dispensou a vistoria da área, bastando apenas a declaração do ocupante ampliando essa prática para os imóveis com até 15 módulos (antes, essa prática de autodeclaração era restrita aos imóveis com até quatro módulos).

<sup>33</sup> Quanto ao Programa Titula Brasil, o Incra, até março de 2021, havia assinado acordos com 570 municípios.

<sup>34</sup> Cabe lembrar que, em dezembro de 2019, foi publicado o Decreto Presidencial n. 10.166, que alterava decreto e a lei que tratavam do processo de seleção, permanência e titulação das famílias beneficiárias dos projetos de reforma agrária.

<sup>35</sup> No Caderno de Estudos *Mudanças Atuais das Leis de Terras* (AATR, Abra, CPT, Grain, 2020), há um quadro comparativo com as mudanças ocorridas entre a Lei “Terra Legal” (Lei n. 11.952/09), que vigorou entre 2009 e 2016, a Lei n. 13.465/17 (que legalizou a MP n. 759/16), em vigor desde 2016, e o Decreto n. 10.165/19, em vigor a partir de 2020. Na Lei “Terra Legal”, a área passível de regularização de terras devolutas era de até 1.500 ha, as áreas com até quatro módulos dispensavam a vistoria e o marco temporal desta posse ia até 1 de dezembro de 2004, sendo necessária a regularização ambiental com sua Reserva Legal (RL) averbada na matrícula e a Área de Proteção Legal (APP) identificada. Com a Lei de 2017, ampliou-se a área passível de regularização para até 2.500 ha, sem licitação para as pessoas físicas, mantendo a dispensa de vistoria para os imóveis com até quatro módulos. Essa lei estendeu o marco temporal para 22 de julho de 2008 e até 22 de dezembro de 2011, para compra direta na Amazônia Legal, com pagamento de 100% do valor da terra nua. Do ponto de vista da regularização ambiental flexibiliza-se, passando a ser elegíveis “as áreas

Esse avanço sobre as terras públicas, em certa medida, explica as razões do desmatamento e do fogo na Floresta Amazônica, no Pantanal e no Cerrado ocorridos ao longo de 2019 e 2020. Como já indicado, na Amazônia, de acordo com o Programa de Queimadas do Inpe, entre janeiro e outubro de 2020, foram registrados 93.356 focos de queimadas, frente a 89.176 em 2019 e 68.345 em 2018. O Pará foi o estado com maior número de focos entre janeiro e outubro de 2020 (33.449 focos),<sup>36</sup> seguidos do Mato Grosso (19.334 focos) e do Amazonas (16.180 focos). O Inpe estimou que, entre os meses de agosto de 2018 e julho de 2019, foram desmatados 10.126 km<sup>2</sup> de Floresta Amazônica, equivalente a 1 milhão de ha. E, entre agosto de 2019 e julho de 2020, foram desmatados outros 11.088

---

autodeclaradas no CAR como desmatadas até 22/07/2008, com a mera inscrição no CAR e no PAR. Áreas com desmatamentos posteriores a essa data não são elegíveis para regularização fundiária. Dispensa de vistoria presencial para ver cumprimento da lei ambiental. Novos desmatamentos de RL e APP não geram reversão da área para a União” (MST, 2020, p. 19). Com o Decreto n. 10.165/19, em vigor a partir de 2020, a regularização manteve-se em até 2.500 ha, mas dispensou as vistorias para os imóveis com até 15 módulos, servindo a declaração pelo próprio ocupante. O marco temporal foi estendido até 5 de maio de 2014 e até 10 de dezembro de 2018 “para compra direta na Amazônia Legal, se pagar 100% do valor máximo da terra nua”. Quanto aos valores pagos por estas terras, na Lei Terra Legal, havia oito faixas de valores, considerando 90% de desconto do valor para imóveis com até dois módulos fiscais. Para as áreas entre 12 e 15 módulos o desconto era no máximo de 20%. No entanto, isso foi alterado com a MP n. 756/16 e Lei n. 13.465/17. O desconto de 90% no valor da terra passou a valer para áreas com até um módulo. De um a quatro módulos, o desconto ficou entre 90 e 70%. No entanto, para áreas acima de quatro módulos, até 2.500 ha, o desconto poderia ficar entre 50 e 70% do valor, um enorme subsídio aos fazendeiros. Esse subsídio foi estimado entre 5,2 milhões de reais e 5,6 milhões de reais para os imóveis na faixa de 2.500 ha (MST, 2020, p. 19).

<sup>36</sup> O rebanho bovino nacional voltou a crescer no ano de 2019, somando 214,7 milhões de cabeças. O Mato Grosso ampliou sua liderança, com 31,7 milhões de cabeças. No Pará, o município de São Félix do Xingu manteve a liderança nacional entre os municípios com maior rebanho bovino, com 2,2 milhões de cabeças em 2019. Não por acaso, São Félix do Xingu foi o quinto município da Amazônia com mais focos de incêndio, segundo o Inpe. Já o município de Corumbá (MS) manteve a vice-liderança de efetivo de bovinos, com 1,8 milhões de cabeças, e não por acaso também com 7.985 focos de incêndios em 2020.

km<sup>2</sup>, equivalente a 1,1 milhão de ha. Já no Cerrado, estimou-se, em 2019, um desmatamento de 6.486 km<sup>2</sup> (648 mil ha) e, em 2020, outros 7.341 km<sup>2</sup> de desmatamento (734 mil ha).

No Pantanal, no mesmo período (janeiro a outubro de 2020), ocorreram 21.115 focos de incêndio, o maior da série histórica. O município de Corumbá (MS) apareceu em primeiro lugar, com 7.985 focos de queimadas e aumento de 55% em comparação com o ano de 2019 (5.166 focos). O município de Poconé (MT) ficou em segundo lugar, com 5.214 focos (em 2019, foram apenas 200 focos).<sup>37</sup> Estes incêndios comprometeram cerca de 4,1 milhões de ha do Pantanal.

No início de 2020, as terras indígenas voltaram a ser atacadas. O governo Bolsonaro, no dia 6 de fevereiro, apresentou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei n. 191, propondo autorização para mineração e aproveitamento de recursos hídricos em terras indígenas, além de permitir o plantio de sementes transgênicas nessas áreas. Em 20 de fevereiro de 2020, o governo publicou o Decreto n. 10.252, com a nova estrutura administrativa do Inbra, extinguindo atribuições e estruturas relativas à promoção da reforma agrária. Entre as estruturas extintas, podemos citar a Ouvidoria Agrária (espaço de mediação dos conflitos agrários), a Diretoria de Obtenção de Terras e a Coordenação Geral de Educação do Campo e Cidadania, deixando um vazio operacional para a execução do Pronera.<sup>38</sup> Também retirou do Inbra a competência para fixar o ín-

---

<sup>37</sup> De acordo com o Laboratório de Aplicações de Satélites Ambientais (Lasa) da UFRJ, de janeiro a outubro de 2020, das 35 Unidades de Conservação no Pantanal, quatro tiveram 100% de área queimada e outras 11 tiveram perdas acima de 70%. O Lasa calcula que o fogo afetou diretamente 4,1 milhões de ha, o que representa 28% daquele bioma.

<sup>38</sup> Ao tomar posse em 2019, Bolsonaro, por meio da MP n. 870, reestruturou os ministérios e extinguiu um conjunto de conselhos e comissões – dentre eles, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), e a Comissão Nacional de Produção Orgânica (CPORG), ambas extinções revertidas posteriormente. Nesse processo,

dice de produtividade rural, alocando-a para o Mapa, que também passou a ter a atribuição de realizar a seleção das famílias sem-terra para serem contempladas nos futuros projetos de assentamento. Na prática, ao Incra restou apenas a atribuição de titulação de terras, colocando-as no mercado de terra<sup>39</sup> e operando uma contrarreforma agrária.<sup>40</sup> A meta desta administração atual do Incra é transformá-lo de autarquia em uma Agência Nacional de Terras, uma espécie de balcão de negócios de terras do agronegócio.

Tramitavam no Congresso Nacional, em 2020, vários projetos de lei que retrocediam os direitos dos povos do campo. Um deles buscava retirar a prioridade dos assentados, quilombolas e indígenas nas compras do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). No Senado, tramitava o Projeto de Emenda Constitucional (PEC), de autoria de Flávio Bolsonaro (PSL-RJ), que alterava os artigos 182 e 186 da Constituição Federal que dispõem sobre a função social da terra urbana e rural, eliminando essa disposição. Também tramitava o Projeto de Lei n. 2.963/19, do senador Irajá Abreu (PSD-TO), que regulamentava a compra de terras por estrangeiros (pessoas físicas e

---

foi destituída a Comissão Pedagógica do Pronera, que avaliava os projetos de cursos apresentados pelas universidades e pelos movimentos sociais. Agora, com o Decreto n. 10.252/20, foi extinta a Coordenadoria de Educação do Campo e Cidadania. Assim, o Pronera ficou sem um amparo institucional. Do ponto de vista orçamentário, está previsto recurso no Mapa, na rubrica “Promoção à Educação do Campo”. Esse programa tem imensa relevância social, pois desde a sua criação, em 1997, de acordo com a Pesquisa Nacional sobre Educação na Reforma Agrária (Pnera), publicada pelo Ipea em 2017, alfabetizou e escolarizou no ensino fundamental, médio e superior 192 mil camponeses em 27 estados brasileiros, envolvendo parceria de dezenas de Universidades e Institutos Técnicos Federais.

<sup>39</sup> Outro decreto, n. 10.253/20, publicado também em 20 de fevereiro de 2020, reestrutura o Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), extinguindo, por exemplo, o Departamento de Extensão Rural e Assistência Técnica (Dater).

<sup>40</sup> A proposta orçamentária de 2021 para o Incra foi o indicativo desta contrarreforma agrária. Os recursos para aquisição de terras tiveram um corte de 94,6% e os valores para a concessão do Crédito Instalação às famílias assentadas sofreram um corte de 93,4% (Teixeira *et al.*, 2021).

jurídicas) de imóveis com até 15 módulos fiscais sem qualquer autorização ou licença, além de autorizar a regularização de transações anteriores à lei. Em outros órgãos federais e estaduais, avançaram também autorizações para pesquisa e processos de licença para identificação de áreas de exploração mineral em assentamentos rurais.<sup>41</sup>

O agronegócio, nesses dois primeiros anos de governo Bolsonaro, avançou com as liberações dos agrotóxicos, além de tentar ampliar a anistia das dívidas dos ruralistas com o Funrural quando das negociações da reforma da Previdência, bem como anistiar suas multas ambientais. De janeiro a dezembro de 2019, foram liberados 503 venenos, sendo 118 extrema ou altamente tóxicos, e outros 92 produtos liberados no Brasil eram proibidos na União Europeia.<sup>42</sup> Ao longo dos dois primeiros anos do governo Bolsonaro, foram registrados 907 agrotóxicos. Além disso, em 27 de agosto de 2019, o Ministério da Agricultura, em seu Ato n. 58, operou uma reclassificação dos agrotóxicos, em que 1.805 marcas (93%) tiveram sua toxicidade reduzida.<sup>43</sup> O mercado de agrotóxicos no

---

<sup>41</sup> No Rio Grande do Sul, considerado a nova fronteira da mineração no Brasil, existiam, em 2019, 5.192 requerimentos para a pesquisa mineral, quatro projetos em fase de licenciamento ambiental e outros 162 projetos avançados. Estima-se que estes projetos impactariam 100 assentamentos gaúchos.

<sup>42</sup> O Ministério da Agricultura (Mapa) publicou, no dia 27 fevereiro de 2020, a Portaria n. 43, concedendo liberação automática a novos agrotóxicos que não fossem analisados dentro de 60 dias pelos órgãos responsáveis. Tal normativa passaria a valer a partir de 1º de abril de 2020. Especialistas indicam que tal portaria é uma preparação para a aprovação do Projeto de Lei n. 6.299 (proposto ainda em 2002 pelo então senador Blairo Maggi) conhecido como o “Pacote do Veneno”, que na prática criará uma nova lei dos agrotóxicos no Brasil. Por outro lado, o STF suspendeu em 19 de fevereiro de 2020 o julgamento de ação que questiona a isenção de IPI e ICMS para os agrotóxicos. Retomado o julgamento no final de outubro de 2020, o ministro Gilmar Mendes, no dia 3 de novembro pediu vistas no processo, paralisando novamente o julgamento. Tais isenções fiscais representaram, em 2017, de acordo com estudos da Abrasco, uma perda de arrecadação de 10 bilhões de reais.

<sup>43</sup> Essa reclassificação dos agrotóxicos teve como base as Resoluções n. 294 e n. 296, da Anvisa, de julho de 2019.

Brasil representou, em 2018, 10,5 bilhões de dólares e, em 2019, evoluiu para 12,4 bilhões de dólares (Teixeira *et al.*, 2021). O agronegócio também contou, em 2020, com a aprovação da Lei n. 13.986/20 (antes, medida provisória de outubro de 2019), criando um sistema de crédito privado para as grandes fazendas, buscando atrair o capital estrangeiro com subsídios na taxa de juros bancada pelo Tesouro Nacional.<sup>44</sup>

Quanto ao contexto ambiental, ainda em 2019, outro fato chocou a sociedade brasileira: no final do mês de agosto de 2019, imensas manchas de óleo bruto de petróleo chegaram às diversas praias do Nordeste brasileiro, e a paralisia do governo Bolsonaro revelou como esse governo pretendia conduzir sua política ambiental. A única coisa que o governo fez foi acusar a Venezuela por esse derramamento de petróleo. Pelos dados do Ibama, 353 praias em 110 municípios de nove estados do Nordeste foram atingidas pelas manchas de petróleo, tornando-se o maior desastre ambiental no litoral nordestino. Ainda no tocante ao meio ambiente, o governo Bolsonaro e seu ministro Ricardo Salles operaram para “passar a boiada”, flexibilizando e desregulamentando a política ambiental brasileira, retirando competências do Ministério do Meio Ambiente e esvaziando-o, na medida em que transferiu o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e a Agência Nacional das Águas (ANA) e enfraqueceu a capacidade de atuação do Ibama e ICMBio.<sup>45</sup>

---

<sup>44</sup> De acordo com Teixeira (2020e, p. 275-276), esse novo sistema de crédito está assentado “na previsão de novas garantias por meio da instituição do Fundo de Aval Fraternal (FAF); e da constituição de Patrimônio de Afetação de Propriedades Rurais, nesse caso, articulado à instituição de um título novo denominado Cédula Imobiliária Rural (CIR); redesenho regulatório dos títulos já existentes para que possam atrair mais investimentos, inclusive externos; previsão inusitada de subvenções públicas para a equalização de taxas nas operações de crédito entre bancos privados e grandes produtores”.

<sup>45</sup> Conforme sugerido por Teixeira *et al.* (2021, p. 6), “o Brasil retrocedeu em dois anos em tudo o que foi construído após a Constituição de 1988 em termos de proteção ao meio ambiente. Retrocedeu nos aspectos legais e institucionais, mas também no

Outras políticas públicas importantes para a agricultura familiar também foram afetadas. O Programa de Aquisição de Alimentos, em 2019, operou com apenas 41,4 milhões de reais e, em 2020, foi reduzido para 29,3 milhões de reais (Teixeira *et al.*, 2021). Quanto ao Pronaf, ainda que os valores destinados a esse programa de financiamento tenham evoluído para 26,6 bilhões de reais na safra 2019-2020,<sup>46</sup> os valores aplicados pelo Tesouro Nacional na subvenção do Pronaf foram de somente 22,3 milhões de reais em 2019, caindo, em 2020, para 14,3 milhões de reais, afetando negativamente o número de contratos na safra 2019-2020, que também caiu para 1.406.262 contratos (Teixeira, *et al.*, 2021).<sup>47</sup> Além da redução da subvenção do Tesouro, tornando o crédito mais caro aos agricultores familiares, na safra 2019-2020 foi anunciado o Plano Safra,<sup>48</sup> extinguindo o Plano Safra da Agricultura Familiar,

---

que diz respeito à participação da sociedade nos espaços de formulação e controle, na descentralização, no acesso à informação e na construção de um senso comum em torno de valores socioambientais”. Segundo estes autores, “o processo de institucionalização ambiental foi marcado pela criação de um conjunto de políticas, normas, órgãos ambientais. Cingidos pelo Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama), dotado de espaços participativos, como o Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama)”. Mas “no plano normativo, foram dezenas de canetadas revogando, alterando e fragilizando regulações e procedimentos infralegais [...]. O presidente desativou, no plano interno, as principais políticas públicas, programas e projetos que vinham sendo implementadas à luz dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Agenda de Paris e dos demais tratados e convenções voltados para a reversão das crises ambientais, climáticas, da biodiversidade, hídrica”.

<sup>46</sup> De acordo com Teixeira *et al.* (2021, p. 6), em 2019 “a participação da soja no custeio com recursos do Pronaf subiu para 40% do total, enquanto arroz, feijão e mandioca responderam por 5% dos recursos aplicados no custeio agrícola. Um ano depois (2020), essas proporções passaram respectivamente para 41% e 4,7%”.

<sup>47</sup> No último ano do governo Dilma, na safra 2014-2015, os valores aplicados pelo Tesouro na subvenção do Pronaf foram de 100 milhões de reais (na safra 2013-2014, foram de 156,2 milhões de reais). E os contratos firmados na safra 2014-2015 foram na ordem de 1.876.935 de contratos (Teixeira *et al.*, 2021).

<sup>48</sup> “Como um Robin Hood às avessas, Bolsonaro anunciou um bilhão de reais a título de subvenções para o seguro agrícola aos agricultores mais abastados. Em contrapartida, anunciou a redução em quase 300 milhões de reais das dotações previstas ao programa

ampliando a faixa de renda anual do enquadramento de “agricultor familiar” para até 415 mil reais e facilitando o acesso ao Pronaf de agricultores de médio porte, anteriormente vetado.

## A LUTA POPULAR E O MST NOS DOIS PRIMEIROS ANOS DE GOVERNO BOLSONARO

Nestes dois primeiros anos de governo Bolsonaro, a luta popular se fez presente frente a tantos desmandos e retrocessos. Em maio de 2019, ao cortar recursos das universidades federais e institutos técnicos federais, a comunidade escolar se organizou, no dia 15 de maio, em gigantescos atos contra a política educacional conduzida pelo ministro Abraham Weintraub e contra o governo Bolsonaro.<sup>49</sup> Ocorreram mobilizações em mais de 200 cidades, e o número estimado de pessoas participando desses atos em todo o país foi de mais de 1 milhão. Na cidade do Rio de Janeiro, a mobilização teve a presença de mais de 250 mil pessoas, lembrando o Ato das Diretas Já de 1984. No Recife, foram 50 mil pessoas; em Natal, 100 mil; em Porto Alegre, 40 mil; em São Paulo, quase 400 mil pessoas estiveram presentes na Avenida Paulista. Estes atos foram os maiores desde os *pró-impeachment* de Dilma. No dia 30 de maio de 2019, repetiu-se nova mobilização da juventude brasileira, envolvendo outro milhão de manifestantes por todo o Brasil.

---

Garantia Safra [2019], que socorre os agricultores familiares economicamente mais vulneráveis nos casos de sinistros climáticos.” (Teixeira, 2020e, p. 288).

<sup>49</sup> Weintraub assumiu o Ministério da Educação em 8 de abril de 2019. Lançou o Programa Future-se, buscando abrir as universidades federais para parcerias com o setor privado, que na prática representava a privatização das universidades públicas. Ao lado desse programa, foram conduzidos diversos cortes nos recursos das universidades, razão dos diversos protestos estudantis e de docentes e servidores. Entre tantas fanfarrônicas, declarou na famosa e controvertida reunião ministerial no dia 22 de abril de 2020, ser favorável à prisão dos ministros do STF. Com investigação aberta pela PF, Weintraub fugiu às pressas para os EUA e, no dia 20 de junho de 2020, foi publicada sua exoneração estando ele em solo estadunidense. De brinde, foi indicado para uma diretoria do Banco Mundial.

Na semana da greve geral, o *site The Intercept Brasil* trouxe a público trechos das conversas entre o juiz Sérgio Moro e os procuradores de Curitiba envolvidos nos casos da Lava Jato, revelando a intensa colaboração entre eles (algo proibido pela Justiça brasileira), e a formação de um conluio para condenar Lula.<sup>50</sup> Estas articulações buscaram legitimar as acusações sem provas reais contra Lula, criando condições legais para sua prisão e para a inabilitação de sua candidatura à presidência da república nas eleições de 2018.

A greve geral ocorreu no dia 14 de junho de 2019, envolvendo diversas categorias dos trabalhadores, estudantes e movimentos populares. Dezenove capitais tiveram seus sistemas de transporte afetados e a estimativa foi de que as mobilizações envolveram cerca de 45 milhões de pessoas em 300 cidades. Enormes marchas e atos se desenvolveram nas principais capitais do país, e o MST se somou às atividades pelo interior do Brasil.

Já nos dias 13 e 14 de agosto de 2019 foi a vez das mulheres indígenas e camponesas tomarem Brasília com gigantesca mobi-

---

<sup>50</sup> Mais tarde, revelou-se que esse conluio contou com a participação de procuradores dos EUA e da Suíça, buscando dividir os recursos da Petrobras no exterior. Os procuradores brasileiros articulavam a constituição de um fundo para financiar candidaturas ao Legislativo, além de apoiar entidades em outros países que, em nome do combate à corrupção, agissem politicamente para derrubar governos progressistas. A Lava Jato de Curitiba foi extinta dia 1 de fevereiro de 2021, isolada e desmoralizada no meio jurídico e político (de acordo com o Dieese, a operação Lava Jato levou o Brasil a perder 4,4 milhões de empregos e 172,2 bilhões de reais em investimentos). A operação Lava Jato se tornou o maior escândalo do Judiciário brasileiro. Com sua extinção, parte dos procuradores e das investigações foram transferidas para o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), vinculado ao Ministério Público Federal do Paraná. No dia 23 de março, o STF julgou a suspeição do juiz Sérgio Moro nos processos de Lula, sendo reconhecida, por três votos a favor e dois contrários, a parcialidade do então juiz. Assim, completou-se juridicamente a caminhada de Luiz Inácio Lula da Silva para a retomada dos seus plenos direitos políticos. No dia 8 de março de 2021, o ministro Edson Fachin, já havia considerado que a 13ª Vara Federal de Curitiba não tinha competência para julgar os casos do triplex do Guarujá, do sítio de Atibaia e do Instituto Lula, anulando todas as condenações de Lula.

lização, reunindo cerca de 100 mil mulheres (Marcha das Margaridas, promovida pela Contag, com a participação de diversos movimentos camponeses), afirmando a democracia, os direitos sociais, a demarcação das terras indígenas e colocando-se contra a violência contra as mulheres.

No dia 7 de novembro de 2019, o Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu a análise e votação da Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC), revendo sua posição, sendo agora contrária à prisão de condenados em segunda instância. Isso criou as condições para colocar em liberdade Lula e José Dirceu. Luiz Inácio Lula da Silva foi libertado em 8 de novembro de 2019, após 580 dias de prisão política na cadeia da Polícia Federal de Curitiba. Nesse mesmo dia, ao sair da cadeia, participou do ato político no acampamento da Vigília Lula Livre, fez seu agradecimento à militância popular, sindical e partidária e, em especial, ao MST pelo empenho político e organizativo da vigília. Já no dia 9 de novembro, no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, fez seu pronunciamento à nação, desmascarando a farsa do processo jurídico que lhe condenou, o entreguismo econômico do atual governo e seu efeito na soberania nacional, além de criticar o atrelamento da política externa aos mandos dos EUA.<sup>51</sup>

Outros fatos no terreno internacional também motivaram a militância popular no Brasil como as mobilizações populares ocorridas no Equador, em outubro de 2019, contra as medidas neoliberais do presidente Moreno e a insurreição popular no Chile,<sup>52</sup> contra o conjunto de políticas neoliberais implementadas

---

<sup>51</sup> Tal pronunciamento lhe custou um novo processo, aberto pelo então ministro da Justiça, Sérgio Moro.

<sup>52</sup> As mobilizações chilenas iniciadas em 18 de outubro de 2019 arrancaram um plebiscito nacional ocorrido no dia 25 de outubro de 2020 com um comparecimento massivo da população, aprovando o rechaço da atual Constituição (78% dos votos) e aprovando a realização de eleições para uma Assembleia Constituinte exclusiva, inteiramente renovada com novos deputados (79% dos votos), na qual será obriga-

ao longo de décadas. Além disso, a eleição a presidente e vice de Alberto Fernandez e Cristina Kirchner, na Argentina, encheram de ânimo as forças populares, indicando mudanças no cenário latino-americano, colocando em xeque as medidas neoliberais dos governos de plantão.<sup>53</sup>

Abrindo o ano de 2020, antes do início da pandemia da covid-19, as lutas sociais ocorreram sobretudo em torno do dia 8 de

---

tória a presença de 50% de deputadas, algo inédito na história latino-americana. Essa eleição estava prevista para ocorrer em abril de 2021. Já no Equador, no dia 11 de abril de 2021, realizou-se o 2º turno das eleições presidenciais, saindo vencedor o neoliberal Guillermo Lasso, derrotando Andrés Arauz, representante das forças populares.

<sup>53</sup> Os revezes políticos também se colocaram no plano latino-americano. Na Bolívia, Evo Morales, eleito no dia 20 de outubro de 2019 ainda em 1º turno para o seu quarto mandato à presidência da república daquele país, foi derrubado em novembro por um golpe político amparado pela OEA, a mando dos EUA e com apoio do governo Bolsonaro. Ministros de governo, parlamentares e a própria família de Evo Morales foram ameaçadas por forças paramilitares e, com apoio das Forças Armadas, a classe dominante boliviana impugnou a eleição e a senadora Jeanine Añez se autoproclamou presidente do país. Diversas manifestações populares em defesa do governo popular ocorreram e foram violentamente reprimidas, com diversos mortos. Com a pandemia, as eleições presidenciais foram duas vezes transferidas. Quando se tentou nova transferência, explodiu a luta popular, com greves dos mineiros, bloqueios de estradas, manifestações, forçando a presidenta golpista e o Tribunal de Justiça Eleitoral a convocar as eleições presidenciais para o dia 18 de outubro de 2020. Com imensa participação popular, as eleições ocorreram em clima de paz e o MAS (Movimento ao Socialismo) e seus candidatos saíram vitoriosos, com uma estrondosa votação de mais de 55%, no primeiro turno, elegendo Luis Arce à presidência da república e David Choquehuanca como vice. No parlamento, o MAS garantiu maioria no Congresso e no Senado (esta casa parlamentar para a próxima legislatura contará com uma maioria feminina). Com o governo popular restabelecido, as instituições jurídicas da Bolívia passaram a investigar as denúncias de atentado aos direitos humanos ocorridas durante o golpe de 2019 (massacres, prisões, linchamentos públicos etc.). Esses processos jurídicos levaram à prisão preventiva, no dia 13 de março de 2021, da ex-senadora e presidenta golpista Jeanine Añez, além do mandado de prisão de cinco ex-ministros de Jeanine e representantes da alta cúpula militar, envolvidos no golpe de 2019. Já no Uruguai, em novembro de 2019, a Frente Ampla, depois de 15 anos na presidência da república, perdeu as eleições presidenciais no 2º turno para um milionário e neoliberal, Luis Lacalle Pou.

março. Diversas mobilizações das organizações feministas, naquela semana, celebraram o Dia Internacional da Mulher e a memória de Marielle Franco (há dois anos do seu assassinato, e sem uma conclusão de quem foi o seu mandante). Já as mulheres Sem Terra, entre os dias 5 e 9 de março de 2020, reuniram 3.500 mulheres de todo o Brasil, em Brasília, realizando o 1º Encontro Nacional das Mulheres Sem Terra, com o lema “Mulheres em luta: semeando a resistência”. Desse encontro, participaram delegações de 14 países. Ao final do encontro, as mulheres Sem Terra ocuparam o Ministério da Agricultura como forma de protesto e denúncia do desmonte das políticas públicas para a agricultura familiar, para a reforma agrária e para as mulheres.

Também marcou o cenário político, naquele início de 2020, a greve dos petroleiros conduzida pela FUP, iniciada dia 1 de fevereiro, com duração de 20 dias e vitoriosa em seus objetivos imediatos, barrando a demissão dos trabalhadores na unidade de fertilizantes nitrogenados no Paraná.<sup>54</sup>

Com a pandemia, a centralidade da ação política das organizações populares, sindicais, pastorais e partidárias foi a preservação da vida do povo brasileiro. Assim, as lutas de ruas paralisaram-se, desenvolvendo-se diversas atividades de solidariedade com a população das periferias das cidades. Por isso, a luta política restringiu-se ao terreno institucional, obtendo-se importantes vitórias para a população, como a aprovação do auxílio emergencial (600 reais) e a Lei Assis Carvalho (Lei n. 735/20), que estendia esse auxílio

---

<sup>54</sup> Em resposta à demissão de 400 petroleiros da fábrica de fertilizantes nitrogenados da Petrobras, em Araucária (PR), a Federação Única dos Petroleiros (FUP) iniciou, no dia 1º de fevereiro de 2020, uma greve que se alastrou pela categoria, envolvendo 21 mil petroleiros de 121 unidades em 13 estados brasileiros, sendo essa a maior greve dos petroleiros desde o governo FHC. Obtendo conquistas como a suspensão das demissões, a greve foi paralisada em 21 de fevereiro. A FUP também denunciou que, no primeiro ano de governo Bolsonaro, a Petrobras eliminou 5.300 empregos.

aos agricultores familiares. No entanto, essa lei foi vetada na quase totalidade de seus artigos pelo presidente Bolsonaro.<sup>55</sup>

Apesar da covid-19 e do isolamento social, novos sujeitos emergiram na luta popular nesse período de pandemia. As torcidas organizadas de times de futebol da cidade de São Paulo, especialmente a Gaviões da Fiel (vinculada ao Corinthians), organizaram protestos de rua em defesa da democracia, se contrapondo aos atos que a extrema-direita realizava achincalhando o STF e o Congresso Nacional, pedindo seu fechamento e a intervenção militar.

A outra forma de luta foi a greve dos trabalhadores de aplicativos. No dia 1 de julho de 2020, centenas de jovens trabalhadores paralisaram suas atividades em protesto contra essa forma de exploração, exigindo das plataformas digitais o aumento da taxa mínima recebida a cada corrida e o valor mínimo por quilômetro, questionando também a falta de transparência das plataformas nas formas de cálculos dos pagamentos e dos critérios para suspensão das contas dos trabalhadores.<sup>56</sup>

Outro polo de luta e resistência no segundo semestre de 2020 foram os educadores da rede pública de educação (municipais e estaduais), que se colocaram contra a abertura das escolas durante a pandemia. Além de greves municipais e estaduais, diversas foram as campanhas de denúncia e solidariedade aos trabalhadores da educação. O próprio MST lançou a campanha “Volta às aulas na pandemia é crime”.

---

<sup>55</sup> Até a conclusão deste livro, março de 2021, estes vetos ainda não haviam sido votados no Congresso Nacional. Frente a este contexto de impasse político, a bancada no congresso do PT apresentou novo projeto de lei (Assis de Carvalho II) que também foi aprovado pela câmara e vetado pelo governo. Mas estes vetos foram derrubados pelo congresso e o PL está no Ministério do Planejamento para a normatização da lei junto aos entes financeiros.

<sup>56</sup> No dia 25 de julho de 2020, esses trabalhadores realizaram uma segunda greve nacional contra as plataformas Rappi, Ifood, Loggi, Uber Eats e James.

Em sentido oposto à ação genocida do governo Bolsonaro, a militância social (popular, sindical, religiosa, partidária) desenvolveu diversas formas de articulações e campanhas estaduais e nacionais. Nacionalmente, o MST se envolveu com a articulação “Periferia Viva”. Em um imenso esforço político e operacional, arrecadou, em 2020, junto à sua base social (famílias assentadas e acampadas), aproximadamente 3.800 toneladas de alimentos. Destacou-se também a produção de marmitas em alguns estados, como Pernambuco (produziram até novembro de 2020, 600 mil marmitas) e Paraná. Em Pernambuco, num grande arco de aliança popular, diversos bancos populares de alimentos foram estabelecidos na Região Metropolitana do Recife e se desenvolveu a experiência de formação de agentes populares de saúde.

Já no dia 5 de junho de 2020 (Dia Mundial do Meio Ambiente), o MST lançou seu Plano Emergencial de Reforma Agrária Popular, contemplando quatro medidas: o acesso à terra para o trabalho; a produção de alimentos saudáveis; a recuperação dos bens da natureza;<sup>57</sup> a vida em comunidade com dignidade.

Com a pandemia, o MST ampliou seu esforço de comunicação com a sua base social e com a sociedade. Foram promovidos programas como o “Bom Dia, Companheirada” (veiculado diariamente), o “Café com o MST”, “Quarentena Sem Terra”, “Bom Dia, Sem Terrinha” (destinado às crianças), “Cantoria na Varanda” e “Comida de Verdade” (trazendo informações sobre os diversos setores produtivos do MST), veiculados em diversas plataformas das redes sociais. O MST também tratou de manter a campanha contra a violência à mulher, por meio do programa “Mulheres Contra o Vírus e a Violência”, com depoimentos das lideranças femininas e

---

<sup>57</sup> Em janeiro de 2020, o MST, na reunião da sua Coordenação Nacional na cidade de Sarzedo (MG), lançou a campanha Plantar Árvores e Produzir Alimentos Saudáveis, com o objetivo de plantar 100 milhões de árvores em dez anos. Apesar da pandemia, em 2020 a campanha registrou o plantio de um milhão de árvores.

o estímulo aos processos organizativos. Em conjunto com outras forças populares, lançaram o programa jornalístico diário “Central do Brasil”, transmitido pela TVT (TV dos Trabalhadores) e outras televisões comunitárias e públicas, além de diversas outras plataformas.

O processo de formação também foi intenso. Por meio do *site* “Formação em Tempos de Corona”,<sup>58</sup> o MST e a Escola Nacional Florestan Fernandes promoveram cursos de formação política, passando pelo pensamento clássico marxista, estudando as obras de Marx, Lenin, Gramsci, Rosa Luxemburgo, assim como as obras de Florestan Fernandes; feminismo, diversidade sexual, literatura, a questão agrária e a realidade brasileira foram outros temas estudados. Estima-se que 3.135 militantes de distintas organizações sociais e populares participaram desse conjunto de cursos.

Em plena pandemia, o governo Bolsonaro atacou o MST, mobilizando, no mês de outubro de 2020, a Força Nacional para a região do extremo sul da Bahia, no assentamento Jacir Rocha, para desalojar lideranças e realizar a titulação das áreas. A partir do recurso jurídico do governo estadual baiano, o ministro do STF, Edson Fachin, cassou a decisão judicial que justificava a intervenção, retirando a Força Nacional dos assentamentos do sul da Bahia.

A truculência do agronegócio, apoiado pela Polícia Militar mineira, também se manifestou no dia 14 de agosto de 2020, no despejo das famílias do acampamento Quilombo Campo Grande, localizado no município Campo do Meio (MG). Ali viviam 450 famílias Sem Terra há mais de 20 anos, com produção orgânica de café (comercializado pela marca Guai), além de enorme diversidade de alimentos para o autossustento. As famílias resistiram 56 horas, mas a PM demoliu 14 moradias e a Escola Popular Eduardo Galeano.

---

<sup>58</sup> Durante a pandemia, em 2020, esse *site* teve uma média de 100 visitas por dia, com aproximadamente 82 mil visualizações e 26 mil pessoas acessando a plataforma.

Já no dia 1 de dezembro de 2020, o Supremo Tribunal de Justiça decidiu pela permanência das 63 famílias no Projeto de Desenvolvimento Sustentável Osvaldo de Oliveira, no município de Macaé, ameaçados por uma ação do Ministério Público Federal que pedia a suspensão da desapropriação da área, seguida pela sentença do juiz da 1ª Vara Federal, decretando 90 dias para a saída das famílias.<sup>59</sup>

Motivado pelo despejo do acampamento Quilombo Campo Grande (MG), no dia 9 de dezembro, o MST realizou audiência com a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, vinculada à OEA, denunciando a violência e os abusos aos direitos das famílias assentadas. Nessa audiência, os representantes do Estado brasileiro tiveram que explicar as ilegalidades. Neste mesmo dia, diversas entidades populares, em conjunto com o MST, protocolaram a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), pedindo a suspensão da paralisação da reforma agrária, a arrecadação de terras públicas para a reforma agrária e o fim da criminalização contra os movimentos populares.<sup>60</sup>

---

<sup>59</sup> Ainda no segundo semestre de 2019, foi emblemática a resistência do MST em Pernambuco, frente à tentativa de despejo do Centro de Formação no Assentamento Normandia (Caruaru-PE), promovida pelo Incra. Em 17 de outubro de 2019, a Justiça suspendeu o despejo.

<sup>60</sup> Com 79 casos de despejos coletivos durante a pandemia, em 23 de fevereiro de 2021, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou a recomendação aos juízes avaliarem com cautela os pedidos de despejos urbanos e rurais. Apesar disso, os despejos seguiram.

## CONCLUSÃO: O MST E O CONTEXTO POLÍTICO BRASILEIRO

Para o MST, estava claro que a pauta da reforma agrária só seria desbloqueada se a correlação de forças gerais na sociedade brasileira fosse alterada. Isso explicava o enorme esforço desta organização camponesa que, desde 2014, participou das lutas políticas gerais do povo brasileiro e as estimulou intensamente em torno de bandeiras como a soberania nacional, defesa da democracia, pelos direitos sociais, contra o *impeachment* de Dilma, contra o governo golpista de Temer e pelo engajamento na campanha Lula Livre e o esforço de tentar eleger uma força popular nas eleições presidenciais de 2018, representada pela candidatura Haddad-Manuela D'Ávila e, a partir de 2019, o envolvimento na campanha Fora Bolsonaro, acrescida, em 2020, da defesa da Vacinação Já para Todos, defesa do SUS, e, em 2021, da defesa de um auxílio emergencial de no mínimo 600 reais.

Esse movimento compreendeu que, no Brasil, houve uma derrota política profunda, não apenas derrota eleitoral. Antes mesmo das eleições de 2018, a esquerda brasileira e o projeto popular já haviam sido derrotados ideologicamente. O MST compreendia

que se vivia um contexto de profundo refluxo político e social iniciado ainda em 2013, mas efetivado em 2016, com o *impeachment* de Dilma e a posse do governo golpista de Temer, seguido pela prisão de Lula, em 2018, e consolidado com a eleição e posse de Jair Bolsonaro e a implementação de um conjunto de medidas ultraliberais e de desmonte do Estado brasileiro, agravado com a pandemia da covid-19 e a inoperância do governo federal, com sua política genocida.

O MST compreendeu também que o governo Bolsonaro fazia parte desse movimento geral de enfrentamento e desgaste das forças populares na América Latina, organizada pelo imperialismo estadunidense, como forma de enfrentar a crise estrutural do capitalismo financeiro. No entanto, a resistência e as lutas dos setores populares, as denúncias e protestos massivos contra os governos neoliberais na América Latina e as vitórias na Bolívia e no Chile, a derrota de Trump nos EUA e a exitosa eleição venezuelana para o seu Congresso Nacional em 2020 desautorizaram a extrema-direita, e sugerem que estamos caminhando para um novo ciclo político que permitirá sair da resistência para uma iniciativa política democrático-popular de caráter anticapitalista.

No caso brasileiro, a descoberta do Pré-Sal acentuou a necessidade de derrubar governos populares, ainda que em uma composição de conciliação de classe, onde o setor financeiro e rentista da sociedade pudesse seguir concentrando renda e riqueza. A gravidade da crise internacional não permitia ao imperialismo estadunidense conviver com governos democráticos e populares, requerendo governos estritamente alinhados e subordinados aos seus interesses.

O MST compreendia, portanto, que se vivia uma profunda crise de natureza econômica, política, social, ambiental, ideológica e, a partir de 2020, também de saúde pública, com resolução apenas no longo prazo, sendo superado somente com um novo ciclo de mobilização de massa – mobilizações estas com milhões de pessoas

envolvidas e motivadas por um programa anticapitalista e que forjasse o surgimento de novas lideranças, novos métodos organizativos e com profunda formação política de caráter socialista, na qual a participação institucional estivesse a serviço destas lutas e processos organizativos, convergindo para um novo acúmulo de forças políticas e ideológicas na sociedade brasileira.

Nos países subdesenvolvidos e de capitalismo dependente, como é o caso brasileiro, o pós-covid-19 exigirá das forças populares um programa anticapitalista e de lutas políticas que recoloque o direito à vida, ao trabalho, à moradia e ao alimento como centrais, requerendo do Estado investimentos na proteção social e em infraestrutura social (sobretudo saneamento e habitação) e investimento na infraestrutura econômica do país. Nesta quadra histórica, somente um Estado de natureza popular será capaz de levar adiante tal programa, requerendo imensas lutas para constituir um governo popular que o dirija.

Os processos políticos vivenciados no Brasil desde 2014 revelaram a imensa insuficiência da centralidade política na disputa eleitoral e da conquista de espaços institucionais, além da insuficiência da inserção social pelos mercados – seja a inserção pelo mercado de trabalho, seja pelo mercado de consumo. Isso gerou governos populares que melhoraram a vida da população, ainda que por breve período, mas pouco acumularam politicamente, não se convertendo em organização-força popular, em desenvolvimento de lutas políticas, não promovendo o crescimento da consciência de classe do conjunto dos trabalhadores e não levando à elevação cultural do conjunto da sociedade brasileira.<sup>1</sup> Para o MST, mantidas

---

<sup>1</sup> É importante seguir estudando e compreendendo as mudanças nas formas de sociabilidade das pessoas introduzidas pelo capitalismo financeiro. Mudanças no mundo do trabalho, prevalecendo a precarização e a onda da “uberização”, expressão maior de uma “sociedade de serviços” em detrimento da “sociedade industrial”. Mudanças na convivência social, substituída pela efemeridade das redes sociais. Mudanças

a exclusividade e a centralidade política na luta eleitoral e na governabilidade de governos eleitos, a esquerda brasileira não evoluirá na luta pelo poder político na sociedade brasileira.

Esse contexto de combinações de crises, gerando no Brasil derrotas políticas e criando um ambiente para a regressão social, exigiu do MST uma conduta de resistência ativa, com lutas e articulações com os demais setores da sociedade civil, ainda que não se obtendo conquistas, mas que permitisse avançar nas alianças rumo à construção de um projeto popular anticapitalista e de estímulos às mobilizações de massas que esse projeto requereria.

Por isso, no terreno da tática política, alguns desafios gerais se colocaram para as forças populares e para o MST, tais como: a luta pela defesa da vida, do emprego, da moradia, do acesso aos alimentos, do meio ambiente; a luta pela democracia e pela soberania nacional, combatendo as privatizações das empresas estatais e combatendo a mineração; a luta pelos direitos sociais, especialmente agora em meio a um projeto de reestruturação administrativa do Estado brasileiro; a defesa da educação (uma batalha pela liberdade de ideias); a luta pelos Direitos Humanos, combatendo o racismo estrutural, a violência contra a mulher e a xenofobia; e a luta pela reforma agrária, hoje central no debate sobre o desenvolvimento brasileiro.

---

na contemporaneidade, que geram uma imensa frustração e a perda de sentido da vida para parte expressiva de população em todo mundo, refletindo no aumento da depressão, mutilações, suicídios entre a juventude. Mudanças que se refletem no enorme menosprezo pela vida alheia e a imensa intolerância ao diferente. Mudanças que afetam a consciência social das camadas populares cada vez mais apegadas à ideia de que a saída para os seus problemas estará em “um salvador da pátria”, aquele com postura máscula e autoritária; dono da verdade e da certeza do caminho ou refletida na fé alienadora. Mudanças que reforçam a naturalização da destruição da natureza, aparentemente distante do ser humano, como se ele próprio não mais pertencesse ao mundo natural. Todos esses fenômenos contemporâneos requerem pesquisa, diálogo e compreensão, para a formulação de um mundo pós-covid e de um mundo pós-capitalista.

No terreno estratégico, colocou-se a necessidade de seguir formulando um projeto político de transformação da sociedade brasileira que colocasse como central a tomada do poder político. Além disso, também é fundamental a construção de mecanismos de comunicação social de massas e um intenso processo de formação político-ideológica da militância social dos movimentos populares, dos sindicatos e dos partidos. Faz-se necessário, ainda, experimentar novas formas de trabalho de base e de caminhos organizativos, sobretudo com a juventude urbana nas periferias das grandes cidades. Esse talvez seja um dos maiores desafios estratégicos da atualidade: como organizar as populações que vivem nas periferias das cidades, de maneira que elas se coloquem em luta pela superação de suas necessidades materiais e pelas mudanças estruturais que requer a sociedade brasileira (nos anos 1980, a esquerda brasileira desenvolveu métodos organizativos importantes junto a estas populações; agora, cabe atualizá-los, ajustá-los ao tempo presente e aplicá-los).

No tocante à questão agrária, o MST seguiu compreendendo que, nessa crise estrutural do capitalismo, os bens comuns da natureza serão alvo de permanentes ataques pelo capital internacional, buscando reeditar um novo tipo de “acumulação primitiva”, agora com base na apropriação privada da água, da biodiversidade, dos minerais, do petróleo e, sobretudo, da terra, ampliando o conflito no campo.

Ainda que seja dominante na sociedade brasileira a visão de que o desenvolvimento do campo passa pela promoção do agronegócio, as suas contradições já apresentam os limites deste discurso ideológico. A contaminação do ambiente, dos alimentos e dos camponeses pelos venenos já é sentida e preocupa, pelo menos nos setores esclarecidos da classe média brasileira e de parte da militância social, que passa a apoiar a produção de alimentos sadios em base agroecológica. A crise ecológica manifestada tanto pelo desmatamento da Amazônia, do Cerrado e do Pantanal quanto pelos desastres ambientais da

mineração e suas barragens, como em Mariana e Brumadinho, ou mesmo pela destruição dos nossos povos indígenas, seguem chocando a sociedade brasileira e a comunidade internacional. Mantido esse desenvolvimento econômico centrado no capital financeiro, o agronegócio e seus saldos na balança comercial brasileira seguirão sendo necessários para a lógica capitalista, e com ele a imensa chaga da destruição. Estas contradições são explosivas, requerendo outro caminho para o desenvolvimento nacional que não se enquadra nas experiências realizadas pelo neoliberalismo e pelo neodesenvolvimentismo no Brasil.

Dessa forma, o MST compreendeu que, nesse período de resistência ativa, o movimento deveria intensificar a luta pela Reforma Agrária Popular. Isso envolve a ampliação das ocupações de terras, fazendo com que a luta das 140 mil famílias presentes em mil acampamentos ganhasse repercussão nacional na sociedade brasileira. A resistência ativa implicaria recuperar os bens comuns da natureza em seus assentamentos e acampamentos produtivos. Por isso, em janeiro de 2020, o MST lançou a campanha Plantar Árvores e Produzir Alimentos Saudáveis, com o objetivo de plantar 100 milhões de árvores em dez anos.

O MST compreendeu também que a produção de alimentos seria central nesse período, buscando organizar a produção agroecológica, as feiras e os mercados populares. Além de empenhar esforços para organizar a sociabilidade comunitária “autêntica” nos assentamentos e acampamentos expressa numa cultura de solidariedade, cooperação, de respeito às diferenças e de não violência.

Para o MST, estas ações poderiam recolocar para a sociedade brasileira a função social da terra e dos camponeses, reestabelecendo assim a conexão campo e cidade em um novo patamar, avançando a histórica bandeira da aliança operária-camponesa.

Estes elementos já indicavam novos conteúdos para a resistência ativa na contemporaneidade, percebendo que a luta pela reforma

agrária iria além da luta pela democratização do acesso à terra, exigindo das famílias sem-terra acampadas e das famílias assentadas o amadurecimento da sua consciência de classe, possibilitando sua inserção na luta geral da sociedade brasileira, seja combatendo as regressões sociais estabelecidas pelo governo Bolsonaro, seja enfrentando o agronegócio com as ocupações de terra, com a produção de alimentos saudáveis, com plantio de milhares de árvores e com a organização da vida comunitária autêntica nos assentamentos e acampamentos.

Sem desanimar ou vacilar, o MST, seguiu motivando a militância social para a luta, mesmo nesse contexto regressivo e de falta de conquistas concretas em meio a uma pandemia. As indicações de luta e resistência do povo chileno, boliviano, peruano, equatoriano, colombiano, haitiano, argentino e venezuelano motivam a militância social-popular. E o MST segue animando as consciências, inspirando-se nos dizeres de Florestan Fernandes de que “contra a intolerância dos ricos, a intransigência dos pobres; por isso, não se deixe cooptar, não se deixe esmagar e lutar sempre”.



## REFERÊNCIAS

- AATR, ABRA, CPT, GRAIN. *Caderno de Estudos: Mudanças atuais das leis de terras: do golpe político ao golpe fundiário*. Brasília, 2020.
- AGUIAR, Ronaldo Conde. *Abrindo o pacote tecnológico: Estado e pesquisa agropecuária no Brasil*. São Paulo: Polis; Brasília: CNPq, 1986.
- ALENTEJANO, Paulo. O mistério do crescimento exponencial das terras cadastradas no Incra e a MP 910: prenúncio de um crime em andamento. Rio de Janeiro. Mimeo. 2020.
- ALENTEJANO, Paulo. *A questão agrária no Brasil do século XXI: uma hegemonia do agronegócio, contra a reforma agrária e resistência dos povos do campo*. Seminário Direito, Terra e Liberdade. Slides-22 lâminas. Fevereiro de 2021.
- ALTIERI, Miguel. *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular/AS-PTA, 2012.
- AMADO, Janaína; FIGUEIREDO, Luís Carlos. *A formação do império português (1415-1580)*. São Paulo: Atual, 1999.
- ANDRADE, Manuel Correia. A pecuária e a produção de alimentos no período colonial. In: SZMRECSÁNYI, Tamás. *História econômica do período colonial*. São Paulo: Edusp/Hucitec, 2002.
- ARIAS, Verónica Villa. Digitalización y poder corporativo en la cadena industrial alimentaria: Agricultura 4.0. In: *Tecnologías: manipulando la vida, el clima y el planeta*. Equador: ALAI e ETC Group, 2019.
- AZEVEDO, Fernando Antônio. *As ligas camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BAER, Monica. *O rumo perdido: a crise fiscal e financeira do Estado brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- BARTRA, Armando. *A economia política do campesinato*. ENFF n. 21. Guararema/ SP, abril de 2015.

- BIER, Amaury; PAULANI, Leda. O Plano Cruzado. In: KON, Anita. *Planejamento do Brasil II*. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- BOITO JÚNIOR, Armando. *Reforma e crise política no Brasil*. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Editora da Unesp, 2018.
- BOITO JÚNIOR, Armando. O desenvolvimento e a recuperação do movimento sindical brasileiro. In: BOITO JÚNIOR, Armando. *Reforma e crise política no Brasil: conflitos de classe nos governos do PT*. Campinas: Editora Unicamp; São Paulo: Editora Unesp, 2018a.
- BOITO JÚNIOR, Armando. A burguesia cavalga o movimento fascista. *Tutameia*. Entrevista disponível em: <https://tutameia.jor.br/burguesia-cavalga-o-movimento-fascista/>. Acesso em: 15 maio 2019.
- BOXER, Charles. *O império marítimo português 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- BRASIL. Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850a. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l0601-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l0601-1850.htm). Acesso em: 16 dez. 2021.
- BRASIL. Lei n. 581, de 4 de setembro de 1850b. Estabelece medidas para a repressão do tráfico de africanos nesse Império. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim581.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim581.htm). Acesso em: 16 dez. 2021.
- BRASIL. Decreto n. 1.318, de 30 de janeiro de 1854. Manda executar a Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1851-1899/d1318.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d1318.htm). Acesso em: 16 dez. 2021.
- BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 2 de fevereiro de 1891. Nós, os representantes do povo brasileiro, reunidos em Congresso Constituinte, para organizar um regime livre e democrático, estabelecemos, decretamos e promulgamos a seguinte Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm). Acesso em: 16 dez. 2021.
- BRASIL. Decreto n. 10.105, de 5 de março de 1913. Aprova o novo regulamento de terras devolutas da União. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-10105-5-marco-1913-575772-publicacaooriginal-99079-pe.html>. Acesso em: 16 dez. 2021.
- BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm). Acesso em: 17 dez. 2021.
- BRASIL. Decreto n. 3.855, de 21 de novembro de 1941. Estatuto da Lavoura Canavieira. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del3855.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3855.htm). Acesso em: 17 dez. 2021.
- BRASIL. Decreto-Lei n. 7.774, de 24 de julho de 1945. Dispõe sobre o financiamento da produção de gêneros de primeira necessidade, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-7774-24-julho-1945-457554-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 17 dez. 2021.

- BRASIL. Lei n. 1.506, de 19 de dezembro de 1951. Estabelece preços mínimos para o financiamento ou aquisição de cereais e outros gêneros de produção nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L1506.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L1506.htm). Acesso em: 17 dez. 2021.
- BRASIL. Lei n. 4.214, de 2 de março de 1963. Dispõe sobre o Estatuto do Trabalhador Rural. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/l4214.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4214.htm). Acesso em: 17 dez. 2021.
- BRASIL. Ato Institucional n. 1, de 9 de abril de 1964a. Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ait/ait-01-64.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm). Acesso em: 20 dez. 2021.
- BRASIL. Estatuto da Terra, de 30 de novembro de 1964b. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm). Acesso em: 20 dez. 2021.
- BRASIL. Ato Institucional n. 2, de 27 de outubro de 1965. Mantém a Constituição Federal de 1946, as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as alterações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da Revolução de 31.03.1964, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ait/ait-02-65.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-02-65.htm). Acesso em: 20 dez. 2021.
- BRASIL. Ato Institucional n. 4, de 7 de dezembro de 1966. Convoca o Congresso Nacional para se reunir extraordinariamente, de 12 de dezembro de 1966 a 24 de janeiro de 1967, para discussão, votação e promulgação do projeto de Constituição apresentado pelo Presidente da República, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ait/ait-04-66.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-04-66.htm). Acesso em: 20 dez. 2021.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1967. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao67.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm). Acesso em: 20 dez. 2021.
- BRASIL. Ato Institucional n. 5, de 13 de dezembro de 1968. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ait/ait-05-68.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm). Acesso em: 20 dez. 2021.
- BRASIL. Lei n. 868, de 12 de setembro de 1969. Altera o artigo 4º do Decreto-Lei nº 690, de 18 de julho de 1969. Disponível em: [www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-868-12-setembro-1969-375466-publicacaooriginal-1-pe.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-868-12-setembro-1969-375466-publicacaooriginal-1-pe.html). Acesso em: 20 dez. 2021.
- BRASIL. Lei n. 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6001.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm). Acesso em: 20 dez. 2021.

- BRASIL. Constituição da república federativa do Brasil. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 22 abr. 2019.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em: [www.camara.leg.br/radio/programas/279426-jan-io-quadros-renuncia-comeca-o-parlamentarismo/](http://www.camara.leg.br/radio/programas/279426-jan-io-quadros-renuncia-comeca-o-parlamentarismo/). Acesso em: 11 nov. 2019.
- CAMPANHA PERMANENTE CONTRA O AGROTÓXICO. *Caderno de Formação n. 1*. Disponível em: [contraosagrototoxicos.org/sdm\\_downloads/caderno-de-formacao-1/](http://contraosagrototoxicos.org/sdm_downloads/caderno-de-formacao-1/). Acesso em: 30 jul. 2019.
- CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. Crise do colonialismo luso na América portuguesa (1750/1822). In: LINHARES, Yedda Maria (org). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- CARVALHO, Horacio M. *Tecnologia socialmente apropriada: muito além da questão semântica*. Londrina: IAPAR, agosto, 1982. (Documentos, IAPAR, 4)
- CASTRO, Antonio Barros de; SOUZA, Francisco Eduardo Pires. *A economia em marcha forçada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- CASTILHO, Alceu Luís. 20 grupos estrangeiros têm 3 milhões ha de terras no Brasil. *Outras Palavras*. Outraspalavras.net. Disponível em: [www.deolhonoagronegocio.com.br/](http://www.deolhonoagronegocio.com.br/). Acesso em: 14 fev. 2017.
- CHABOUSSOU, Francis. *Plantas doentes por uso de agrotóxicos: a teoria da trofobiose*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- CONAB. 10º levantamento – Safra 2018/19. Disponível em: [www.conab.gov.br/info-agro/safras/graos/boletim-da-safra-de-graos](http://www.conab.gov.br/info-agro/safras/graos/boletim-da-safra-de-graos). Acesso em: 30 jul. 2019.
- COUTINHO, Carlos Nelson. O capitalismo monopolista de Estado no Brasil. In: COUTINHO, Carlos Nelson. *A democracia como valor universal e outros ensaios*. Rio Janeiro: Salamandra, 1984.
- COSTA, Manoel Baltasar Baptista. *Agroecologia no Brasil: história, princípio, prática*. São Paulo: Expressão Popular, 2017.
- CRUZ, Paulo Davidoff. *Endividamento externo e transferência de recursos reais ao exterior*. Campinas: IE/Unicamp, 1993.
- DAMBROS, Vanderlei. et al. *A revolta dos colonos – 1957-1997*. Francisco Beltrão: Assessor, 1997.
- DEL GROSSI, Mauro Eduardo; GRAZIANO DA SILVA, José. As (re)negociações das dívidas agrícolas. *Sociedade e Desenvolvimento Rural*, Brasília, v. 2, n. 1, p. 171-187, 2008.
- DELGADO, Guilherme da Costa. *Capital financeiro e agricultura no Brasil*. São Paulo: Editora da Unicamp, Ícone, 1985.
- DELGADO, Guilherme da Costa. Capital e política agrária no Brasil: 1930 a 1980. In: SZMRECSÁNYI, Tamáz; SUZIGAN, Wilson. *História econômica do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Hucitec e Editora USP, 2002.
- DELGADO, Guilherme da Costa. *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século [1965-2012]*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

- DIEESE. *Boletim emprego em pauta*, n. 16, outubro de 2020. Disponível em: [www.dieese.org.br/boletimempregoempauta/2020/boletimEmpregoEmPauta16.html](http://www.dieese.org.br/boletimempregoempauta/2020/boletimEmpregoEmPauta16.html). Acesso em: 3 nov. 2020.
- DOWBOR, Ladislau. *A era do capital improdutivo: a nova arquitetura do poder, sob dominação financeira, sequestro da democracia e destruição do planeta*. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- ECKERT, Córdula. Master: do governo Brizola ao governo Meneghetti. In: *História das Lutas Camponesas no Rio Grande do Sul*. Guararema/SP: Coletânea de Texto da ENFF, 2011.
- FERLINI, Vera Lúcia Amaral. Pobres do açúcar: estrutura produtiva e relações de poder no nordeste colonial. In: SZMRECSÁNYI, Tamás. *História econômica do período colonial*. São Paulo: Edusp/Hucitec, 2002.
- FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford Andrew; GONÇALVES, Elienai Constantino. *Os usos da terra no Brasil: debates sobre políticas fundiárias*. São Paulo: Cultura Acadêmica-Unesco, 2014.
- FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e as classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
- FERNANDES, Florestan. *Circuito fechado*. São Paulo: Hucitec, 1976.
- FIGUEIREDO, Romeu Padilha. Extensão rural no Brasil: novos tempos. *Revista Brasileira de Tecnologia*, Brasília, v. 15, n.4, p. 19-25, jul./ago. 1984.
- FILGUEIRAS, Luiz. *História do plano real*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- FIORI, José Luis. Contra a vassalagem e a cegueira estratégica dos militares. *Jornal GGN*, 13 de outubro de 2020.
- FIRMIANO, Frederico Daia. *Desenvolvimento e questão agrária no Brasil: problemas do passado e dilemas para o futuro*. Mimeo, Franca/SP (no prelo).
- FRAGOSO, João Luís. Economia brasileira no século XIX: mais do que uma *plantation* escravista-exportadora. In: LINHARES, Yedda Maria (org). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 2.000.
- FREDERICO, Celso. *A imprensa de esquerda e o movimento operário (1964-1984)*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1995.
- FUHRMANN, Leonardo. *Gado, carvão, cana e soja por trás do desmatamento milionário do Pantanal*. Disponível em: [www.brasildefato.com.br/2020/10/28/gado-carvao-cana-e-soja-estao-por-tras-do-desmatamento-milionario-no-pantana](http://www.brasildefato.com.br/2020/10/28/gado-carvao-cana-e-soja-estao-por-tras-do-desmatamento-milionario-no-pantana). Acesso em: 29 out. 2020.
- GADELHA, Regina Maria d'Aquino Fonseca. *Os núcleos coloniais e o processo de acumulação cafeeira (1850-1920): contribuição ao estudo da colonização em São Paulo*. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1982.

- GALVÃO, Andréia. A reconfiguração do movimento sindical no governo Lula. In: BOITO JÚNIOR, Armando; GALVÃO, Andréia (org.). *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. São Paulo: Alameda, 2012.
- GIMENES, Erick. Anvisa aponta que mais da metade dos vegetais está contaminada com veneno no Brasil. Brasil de Fato, 11/12/2019. Disponível em: [www.brasildefato.com.br/2019/12/11/anvisa-aponta-que-mais-da-metade-dos-vegetais-esta-contaminada-com-veneno-no-brasil/](http://www.brasildefato.com.br/2019/12/11/anvisa-aponta-que-mais-da-metade-dos-vegetais-esta-contaminada-com-veneno-no-brasil/). Acesso em: 22 dez. 2021.
- GOMES, Mércio Pereira. *Os índios e o Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- GOMES, Laurentino. *Escravidão – do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares*. V. 1. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.
- GONÇALVES NETO, Wenceslau. *Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira (1960-1980)*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1987.
- GORENDER, Jacob. Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. In: STEDILE, João Pedro (org.) *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1994.
- GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Expressão Popular; Perseu Abramo, 2016.
- GRAZIANO DA SILVA, José. *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura*. São Paulo: Hucitec, 1981.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. A colonização baseada no regime da pequena propriedade agrícola. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira – Tomo II – O Brasil Monárquico*. v. 3. Reações e Transações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987.
- IBGE. Censo Agropecuário 2017. Disponível em: [censos.ibge.gov.br/agro/2017/](http://censos.ibge.gov.br/agro/2017/). Acesso em: 30 out. 2019.
- IRGA. Balanço arroz BR exportação x importação – Mar/19 Fev20. Disponível em: <https://irga-admin.rs.gov.br/upload/arquivos/202006/12130245-balanca-br-mar-2019-fev-2020.pdf>. Acesso em: 20 out. 2020.
- IRGA. Balanço arroz BR exportação x importação – Mar/20 Fev21. Disponível em: <https://irga-admin.rs.gov.br/upload/arquivos/202011/08130407-balanca-br-mar-2020-fev-2021.pdf>. Acesso em: 20 out. 2020.
- KAGEYAMA, Angela; GRAZIANO DA SILVA, José. Os resultados da modernização agrícola nos anos 70. *Estudos econômicos*, FEA-USP, v. 13, n. 3, p. 537-559, 1983.
- KAGEYAMA, Ângela. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, Guilherme da Costa; GASQUES, José Garcia; VILLA VERDE, Carlos Monteiro. *Agricultura e política pública*. Brasília: Ipea, 1996.
- KON, Anita. *Planejamento do Brasil II*. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- KORYBKO, Andrew. *Guerras híbridas: das revoluções coloridas aos golpes*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- LAPA, José Roberto do Amaral. *A economia cafeeira*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

- LENHARO, Alceu. *As tropas da moderação*. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca Carioca, 1993.
- LINHARES, Maria Yedda; TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. *Terra prometida*. Rio de Janeiro: Campus, 1999. [São Paulo: Expressão Popular, 2021]
- LINHARES, Maria Yedda. *História política do abastecimento*. Brasília: Binagri, 1979.
- MACEDO, Jose Rivair; MAESTRI, Mario. *Belo Monte: uma história da guerra de Canudos*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- MACHADO, Paulo Pinheiro. *Liderança do Contestado*. Campinas: Unicamp, 2004.
- MAESTRI, Mario. *Uma história do Rio Grande do Sul: a ocupação do território*. Passo Fundo: Editora da UPF, 2000.
- MAESTRI, Mario. *Os senhores da serra: a colonização italiana do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF, 2001.
- MAESTRI, Mario. A aldeia ausente: índios, caboclos, escravos e imigrantes na formação do campesinato brasileiro. In: CATANI, Afrânio (org.) *Marxismo e ciências humanas*. São Paulo: Xamã, 2003.
- MANSO, Bruno Paes. *A república das milícias: dos esquadrões da morte a Bolsonaro*. São Paulo: Todavia, 2020.
- MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- MARTINS, Adalberto Floriano Greco. *A produção ecológica de arroz e a reforma agrária popular*. São Paulo: Expressão Popular, 2019.
- MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- MARX, Karl. *O capital – crítica da economia política*. Livro I: O processo de produção do capital. v.1. 6. ed. Trad. Reginaldo Sant’Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *O sindicalismo brasileiro após 1930*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- MEDEIROS, Leonildo Servolo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.
- MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- MORISSAWA, Mitsue. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.
- MOTA, Carlos Guilherme; LOPES, Adriana. *História e Civilização*. São Paulo: Atica, 1995.
- MOURA, Clóvis. *Rebeliões da senzala*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). *Programa Agrário do MST – texto em construção para o VI Congresso Nacional*. São Paulo: Secretaria Nacional MST, 2013.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). *Caderno de Estudo n. 53 – a luta de classes no campo e a luta pela Reforma Agrária Popular*. São Paulo: Setor de Formação, 2020.

- NICOLAU, Jairo. *História do voto no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- NOVAIS, Fernando Antônio. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 2001.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos*. Campinas: Papirus, 1987.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Agricultura Brasileira – transformações recentes. In: ROSS, Jurandy Sanches. *Geografia do Brasil*. São Paulo: Editora da USP, 2003.
- OXFAM. *Terreno das desigualdades: terra, agricultura e desigualdades no Brasil rural* (2016). Disponível em: [www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/relatorio-terrenos\\_desigualdade-brasil.pdf](http://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/relatorio-terrenos_desigualdade-brasil.pdf). Acesso em: 30 jul. 2019.
- PALÁCIOS, Guilherme. Agricultura camponesa e *plantations* escravistas no nordeste oriental durante o século XVIII. In: SZMRECSÁNYI, Tamás. *História econômica do período colonial*. São Paulo: Edusp/Hucitec, 2002.
- PASCHOAL, Adilson D. *Pragas, agrotóxicos e a crise ambiente: problemas e soluções*. São Paulo: Expressão Popular, 2019.
- PAULA, João Antônio de. O processo de urbanização nas Américas no século XVIII. In: SZMRECSÁNYI, Tamás. *História econômica do período colonial*. São Paulo: Edusp/Hucitec, 2002.
- PEREIRA, João Márcio Mendes. Avaliação do projeto cédula da terra (1997-2002). *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 26, 2012.
- PESAVENTO, Sandra Jatthy. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. Mercado Aberto, 1997.
- PINTO, Eduardo da Costa; et al. A economia política dos governos Dilma: acumulação, bloco no poder e crise. In: *Texto para Discussão* 004/2016. Rio de Janeiro: Instituto de Economia/UFRJ, 2016.
- PINTO, Geraldo Augusto. *A organização do trabalho no século 20: Taylorismo, fordismo e toyotismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- PINTO, Virgílio Noya. Balanço das transformações econômicas no século XIX. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.) *Brasil em perspectiva*. São Paulo: Difel, 1982.
- POCHMANN, Márcio. *Nova classe média: o trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- POCHMANN, Márcio. Mudanças estruturais do capitalismo brasileiro e os efeitos da pandemia. Palestra do Projeto Brasil Popular. 25 de julho de 2020. Disponível em: <https://sites.google.com/view/mstformcaocvd19/in%C3%ADcio>. Acesso em: 22 set. 2020.
- POMAR, Valter. Entrevista Canal Resistentes, setembro de 2020. Disponível em: [www.youtube.com/watch?v=3WYxrykIXBU](http://www.youtube.com/watch?v=3WYxrykIXBU). Acesso em: 23 mar. 2021.
- PORTELA, Fernando. *Guerras de guerrilhas no Brasil*. São Paulo: Global Editora, 1979.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- PREZIA, Benedito. *História da resistência indígena: 500 anos de luta*. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

- RESENDE, André Lara. Estabilização e reforma: 1964-1967. In: ABREU, Marcelo de Paiva; *et. al.* (org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana – 1889-1989*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1990.
- RIBEIRO, Marina Fernanda; BARBA, Mariana Della. Abandonadas pela Funai, 60% das terras indígenas são devastadas por mais de 100 mil focos de incêndio. *Repórter Brasil*. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2020/11/abandonadas-pela-funai-60-das-terras-indigenas-sao-devastadas-100-mil-focos-de-incendio/>. Acesso em: 9 nov. 2020.
- RIBEIRO JUNIOR, José. Colonização e monopólio no Nordeste brasileiro: a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (1759-1780). São Paulo: Hucitec, 2004.
- SAES, Décio. *República do capital: capitalismo e processo político no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2001.
- SCHMITT, Claudia; *et al.* La experiencia Brasileña de construcción de políticas públicas en favor de la agroecología. In: SOBOURIN, Eric; *et al.* (org.) *Políticas públicas a favor de la agroecología en América Latina y el Caribe*. Porto Alegre: Evangraf/Criação Humana, Red PP-AL: FAO, 2017.
- SILVA NETO, Benedito; BASSO, David. *Sistemas agrários do Rio Grande do Sul: análise e recomendações de políticas*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.
- SILVA, Sérgio. *A expansão cafeeira e a origem da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa Ômega, 1986.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *A Intentona Comunista de 1935*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.
- STEDILE, João Pedro. (org.) A questão agrária no Brasil: Programas de Reforma Agrária (1946-2003). v. 3. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- SZMRECSÁNYI, Tamáz e RAMOS, Pedro. O papel das políticas governamentais na modernização da agricultura brasileira. In: SZMRECSÁNYI, Tamáz e SUZIGAN, Wilson. *História econômica do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Hucitec e Editora USP, 2002.
- TEIXEIRA, Gerson. A sustentação política e econômica do Agronegócio no Brasil. *Revista Reforma Agrária*, Campinas, edição especial, p. 13-30, jul. 2013.
- TEIXEIRA, Gerson. Os preços de terras no Brasil. Brasília. Mimeo. 2016. 3 p.
- TEIXEIRA, Gerson. IBGE: uma radiografia do uso de nosso território. Brasília. Mimeo. 2017. 4 p.
- TEIXEIRA, Gerson. O potencial da crise alimentar interna no ‘Fazendão Brasil’. Brasília. Mimeo. 2020a, 4 p.
- TEIXEIRA, Gerson. *Dados sobre a PLOA 2021*. Brasília: Mimeo, 2020b.
- TEIXEIRA, Gerson. *A atual carestia dos alimentos*. Brasília: Mimeo, 2020c, 7p.
- TEIXEIRA, Gerson. Agronegócio – verdades inconvenientes. Brasília: Mimeo. 2020d.
- TEIXEIRA, Gerson. Estado e agronegócio no Brasil. In: COSTA, Greiner; POCHMANN (org.). *O Estado como parte da solução: uma análise dos desafios do desenvolvimento brasileiro*. São Paulo: Perseu Abramo, 2020e.

- TEIXEIRA, Gerson; *et al.* *Um balanço das ações do governo Bolsonaro para as áreas rurais/socioambientais* (2019/2020). Brasília: Núcleo Agrário da Bancada do PT na Câmara dos Deputados, Mimeo., 2021.
- TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. Pecuária, agricultura de alimentos e recursos naturais no Brasil-Colônia. *In: SZMRECSÁNYI, Tamás. História econômica do período colonial.* São Paulo: Edusp/Hucitec, 2002.
- TENA, Alejandro. Em 2019, os principais bancos do mundo destinaram 2,6 trilhões de dólares para atividades que destroem o planeta. Disponível em: [www.ihu.unisinos.br/604251-em-2019-principais-bancos-do-mundo-destinaram-2-6-trilhoes-de-dolares-para-atividades-que-destroem-o-planeta](http://www.ihu.unisinos.br/604251-em-2019-principais-bancos-do-mundo-destinaram-2-6-trilhoes-de-dolares-para-atividades-que-destroem-o-planeta). Acesso em: 3 nov. 2020.
- ZAVERUCHA, Jorge. Relações Civil-Militares: o legado autoritário da constituição brasileira de 1988. *In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. O que resta da ditadura: a exceção brasileira.* São Paulo: Boitempo, 2010.
- WALLACE, Bob. *Pandemia e agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência.* São Paulo: Elefante/Igra Kniga, 2020a.
- WALLACE, Rob. *Grandes granjas, grandes gripes: agroindústria y enfermedades infecciosas.* Madrid: Capitán Swing, 2020b.

## SOBRE O AUTOR

Adalberto Floriano Greco Martins é militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), graduado em Agronomia pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (1990), mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2004), especialista em Agroecologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (2010) e doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2017). Colaborou com a Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária (Concrab) e atualmente colabora com a Cooperativa Central dos Assentamentos de Reforma Agrária no Rio Grande do Sul (Coceargs) e com a Cooperativa de Serviços Técnicos (Coptec) como coordenador técnico, em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Participou como professor visitante e como coordenador do Ensino Médio no Instituto de Educação Josué de Castro (IEJC) e atualmente contribui como professor de Agronomia no Instituto Educar (Pontão-RS), em parceria com a Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS). É autor do livro *A produção ecológica de arroz e a reforma agrária popular* (Expressão Popular, 2019), *A História do Brasil na ótica de regimes fundiários* (MST, 2021) e de diversos artigos.

Este livro foi composto com tipografia Garamond Pro e impresso em papel pólen soft 70g, capa supremo alta alvura 250g na gráfica Paym, para a Editora Expressão Popular, em agosto de 2021.



9 786558 910565

# ESTÃO BRABIA BRASIL